



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2434

Quinta-feira - 18 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Ermo .....	199	Meleiro .....	370
Agronômica .....	4	Faxinal dos Guedes.....	201	Modelo .....	371
Água Doce.....	7	Flor do Sertão.....	206	Mondaí .....	376
Alto Bela Vista.....	12	Formosa do Sul.....	207	Morro da Fumaça .....	377
Anchieta.....	13	Fraiburgo.....	208	Navegantes.....	410
Anitápolis.....	17	Frei Rogério.....	223	Nova Erechim.....	411
Antônio Carlos .....	19	Garopaba.....	224	Nova Trento.....	412
Apiuna.....	23	Garuva .....	227	Nova Veneza.....	413
Arabutã .....	54	Gaspar .....	228	Novo Horizonte .....	415
Balneário Piçarras.....	64	Governador Celso Ramos .....	229	Orleans .....	423
Balneário Rincão .....	67	Gravatal .....	236	Otacílio Costa.....	425
Bandeirante .....	75	Guaraciaba .....	244	Ouro .....	426
Barra Bonita.....	76	Guaramirim.....	247	Palhoça .....	427
Barra Velha.....	77	Guarujá do Sul .....	253	Palma Sola.....	428
Bela Vista do Toldo.....	78	Herval d'Oeste .....	254	Passo de Torres.....	429
Benedito Novo .....	79	Ibiam .....	262	Paulo Lopes .....	430
Biguaçu .....	81	Ibicaré.....	268	Penha.....	434
Blumenau .....	83	Ibirama .....	269	Peritiba.....	442
Bom Jardim da Serra .....	84	Ilhota .....	270	Pescaria Brava .....	443
Bom Jesus do Oeste.....	85	Imbituba .....	271	Petrolândia .....	444
Bom Retiro .....	86	Imbuia .....	275	Pinheiro Preto .....	445
Botuvera.....	87	Indaial.....	276	Planalto Alegre.....	447
Braço do Trombudo .....	91	Iomerê.....	299	Pomerode.....	448
Brusque.....	92	Ipira .....	302	Ponte Alta do Norte.....	450
Caçador.....	102	Ipumirim .....	303	Porto Belo.....	452
Caibi .....	103	Iraceminha .....	305	Porto União.....	453
Camboriú.....	104	Irani .....	306	Praia Grande.....	454
Campo Alegre .....	109	Irineópolis .....	307	Presidente Castello Branco.....	455
Campo Erê.....	125	Itá .....	308	Presidente Nereu.....	458
Campos Novos.....	126	Itapema .....	310	Princesa .....	488
Canoinhas.....	128	Itapiranga.....	311	Quilombo.....	496
Capão Alto.....	129	Itapoá.....	315	Rancho Queimado .....	500
Capinzal.....	131	Jaborá.....	316	Rio das Antas.....	501
Catanduvas.....	135	Jaraguá do Sul .....	318	Rio do Campo .....	507
Caxambu do Sul.....	136	Joaçaba .....	324	Rio dos Cedros.....	535
Celso Ramos.....	139	José Boiteux .....	350	Rio do Sul.....	508
Chapadão do Lageado .....	144	Lages .....	351	Rio Fortuna.....	536
Chapecó.....	146	Laguna .....	352	Romelândia.....	546
Cocal do Sul.....	148	Lajeado Grande.....	353	Santa Cecília .....	563
Concórdia .....	149	Lauro Muller .....	354	Santa Rosa de Lima.....	564
Coronel Freitas.....	151	Lebon Regis.....	355	Santa Rosa do Sul .....	565
Coronel Martins.....	152	Leoberto Leal.....	356	Santa Terezinha do Progresso .....	568
Correia Pinto.....	153	Lontras.....	357	Santiago do Sul.....	569
Corupá .....	154	Luzerna .....	358	São Bento do Sul.....	579
Cunha Porã.....	173	Macieira.....	359	São Bonifácio.....	584
Curitibanos.....	174	Mafrá .....	360	São Carlos .....	585
Descanso.....	195	Maracajá .....	361	São Domingos.....	591
Dionísio Cerqueira .....	196	Massaranduba.....	364	São Francisco do Sul.....	593
Dona Emma.....	198	Matos Costa.....	366	São João Batista.....	594

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)







# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2434

Quinta-feira - 18 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

## Sumário

São João do Oeste .....	612	Tangará .....	652	Urubici .....	722
São Joaquim .....	613	Tigrinhos .....	655	Urupema .....	723
São José .....	617	Tijucas .....	656	Vidal Ramos .....	740
São Lourenço do Oeste .....	639	Timbé do Sul .....	659	Videira .....	741
São Miguel do Oeste .....	640	Timbó .....	660	Xanxerê .....	743
São Pedro de Alcântara .....	643	Timbó Grande .....	661	Xavantina .....	744
Schroeder .....	646	Treze Tílias .....	662	Xaxim .....	746
Seara .....	647	Trombudo Central .....	712	Zortéa .....	747
Serra Alta .....	648	Tunápolis .....	713		
Sombrio .....	651	Turvo .....	721		

## Associações

AMAI .....	749	FECAM .....	762
------------	-----	-------------	-----

## Consórcios

CIGA .....	778
CIMVI .....	779
CIS/AMARP .....	781
CIS/AMOSOC .....	782
CIS/AMUREL .....	824
CISAM .....	824
CICCS .....	827
CIASS .....	828
CIRSURES .....	931





# Abdon Batista

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 04/2018

Publicação Nº 1493521

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017 CONTRATO Nº 04/2018, CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABDON BATISTA SC CONTRATADA: DEISE SALMORIA PIRES, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAÇÃO DE ATOS GERAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA - SC E SEUS FUNDOS, DE ACORDO COM AS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 86.400,00 (OITENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) BASE LEGAL: Lei 8.666/1993 RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista no orçamento do ano de 2018, DATA DA ASSINATURA: 05/01/2018, PRAZO DE VIGÊNCIA até 31/12/2018.

Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### CONTRATO Nº 05/2018

Publicação Nº 1493523

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017 CONTRATO Nº 05/2018, CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABDON BATISTA SC CONTRATADA: GIOVANI PRIMIERI-ME, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL CAPACITADO PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇAS, DE DECLAMAÇÃO E ATUAR COMO FIGURINISTA CONFORME PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE CULTURA E ASSISTENCIA SOCIAL.

VALOR CONTRATADO: R\$ 27.500,00 (VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) BASE LEGAL: Lei 8.666/1993 RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista no orçamento do ano de 2018, DATA DA ASSINATURA: 05/01/2018, PRAZO DE VIGÊNCIA até 31/12/2018.

Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### CONTRATO Nº 06/2018

Publicação Nº 1493513

EXTRATO DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2017 CONTRATO Nº 06/2018, CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABDON BATISTA SC CONTRATADA: VIDEAR CAMINHÕES LTDA, OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO ANO 2017 OU SUPERIOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 844222/2017, MAPA/CAIXA, ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D, DESTE EDITAL.

VALOR CONTRATADO: R\$ 270.000,00 (DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS) BASE LEGAL: Lei 8.666/1993 RECURSOS: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária prevista no orçamento do ano de 2018, DATA DA ASSINATURA: 09/01/2018, PRAZO DE VIGÊNCIA até 31/03/2018.

Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABDON BATISTA)

Publicação Nº 1493516

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABDON BATISTA – SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NO GERENCIAMENTO DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 31 de janeiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 17 de janeiro de 2018

Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício

### PREGÃO PRESENCIAL 08/2018

Publicação Nº 1493520

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 08/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA REALIZAÇÃO DE MUROS NAS RUAS DIVERSAS NO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 02 de fevereiro de 2018 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 17 de janeiro de 2018

Altair Busnello  
Prefeito Municipal em Exercício



# Agronômica

## PREFEITURA

### EDITAL N° 001/2018- CONCURSO PÚBLICO N° 01/2017

Publicação N° 1492848

EDITAL N° 001/2018- CONCURSO PÚBLICO N° 01/2017

Divulga inscrições deferidas e indeferidas e dá outras providências.

O Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Amarildo José Demarchi, no uso de suas atribuições legais, e a Comissão do Concurso Público, nomeada pelo Decreto nº 090/2017, tendo em vista o disposto no item 2.19 do Edital nº 01/2017, e segundo dados remetidos pela empresa responsável pela execução do Concurso Público, torna público a relação preliminar de inscrições deferidas e indeferidas, conforme segue:

1. O Anexo I contendo a lista geral de inscrições deferidas por ordem alfabética dos nomes dos candidatos, em cada cargo;
2. O Anexo II contendo a lista de requerimentos de inscrições indeferidas por ordem numérica dos respectivos protocolos de inscrição;
3. Não há requerimentos de candidatos para condição de portadores de deficiência, conforme item 03 do edital;
4. O candidato que não constar da lista do Anexo I ou que discordar dos dados nela constantes deverá impetrar recurso na forma do item 2.19.1 c/c com item 6 do edital nº 01/2017. Somente estarão aptos a realizar as provas os candidatos que tiverem sua inscrição deferida (item 2.19.2 do edital);
5. Salvo situação excepcional, as provas serão realizadas no dia 04/02/2018. Os locais e horários das provas escritas serão confirmados no edital de homologação das inscrições a ser divulgado no dia 24/01/2018, após a análise de eventuais recursos interpostos em face deste edital.

Agronômica/SC, 17 de janeiro de 2018.

Amarildo José Demarchi

Prefeito Municipal em exercício

Francisco Alexandre Duarte Neto

Presidente da Comissão do Concurso Público

Decreto nº 090/2017

#### ANEXO I

#### Lista Geral - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

(item 01 do presente edital)

Assistente Social

Nº INSC	CANDIDATO	RG	CPF
813124	Antoniela Cristina Ferreira	3835914	047.649.159-28
785712	Ariane Vieira Muniz Chupel	44964676	033.158.319-47
832168	Beatriz Freitas Da Cruz	5668922	079.611.219-35
838354	Cristine Souza Walmeling	50800191	051.265.469-70
783752	Debora Palhano Bento	4234349	041.050.749-03
822982	Diego Roberto Dias	82141405	051.195.499-93
795071	Elisa Maciel Andre	3272674	921.014.459-72
820461	Fabiana Cristina Vieira	4148474	046.842.179-30
791844	Fatima Elisiane Ribowski	5128818	049.209.749-65
804031	Francieli Costa Silva	5087816	083.077.529-30
818457	Gloria Beatriz Borges Matucheski	6072735	033.267.549-14
842345	Graziela Ecco	5154494	060.759.719-47
830193	Greici Eloange Furtado	41541510	009.692.129-33
817456	Helena Direne Alam	1014604373	412.903.480-49
793801	Heliane Helena Malicheschi Avi	3394300	586.739.039-04
840600	Isabela Kuchinski	134298669	097.625.989-38
794908	Izalene Theiss Da Rosa	866840	509.286.949-68
803321	Jaqueline Dias Barreira Mariscal	6186935	213.710.908-58
840766	Jóice Da Silva Prim	3833438	033.621.649-19
786216	Jenifer De Lima Willrich	4450034	090.813.989-62
794581	Juliana Semann Rudolfo	4068402	066.370.729-31



841494	Karise Robetti	103973198	075.941.759-80
784433	Lucimara Dos Santos Koch	7410756	387.051.548-12
797640	Mara Lucia Probst	1031747	614.441.629-34
785139	Marcia Consolata Machado Da Silva	4642372	052.866.339-94
838673	Maria Idevalde Silva De Melo	43833308	900.749.719-72
794101	Maria Ilizionete Brito Kisner	3296683	936.811.199-53
837111	Michele Kammers Assini	4403210	009.170.759-51
839884	Milene Liz Oliveira	4795362	051.895.529-00
837615	Pamela Da Rosa Ouriques Demarchi	6230936	038.314.999-18
840896	Patricia Bennert Hornschu	4234604	051.186.219-92
791579	Rafaela Almeida	5772793	072.968.459-88
839860	Roseli Pinheiro	16705432	506.260.949-68
822453	Rosimara Piva	300367	366.016.081-49
784859	Sirlene Jordao	3930862	034.256.509-55
839457	Tainara Tavares Pinto Da Silva	5317984	073.760.919-20
812371	Taise Paula Campestrini	9089023411	011.681.920-05
839002	Tayta Cristina Goetten	4431999	041.388.519-41
785535	Terezinha Geraldina Venturi	1222482	452.603.709-53
841210	Zilma Dill	3820190	004.377.159-90
828192	Zita May	14276640	638.955.019-72

## Psicólogo

Nº INSC	CANDIDATO	RG	CPF
828563	Amanda Koepp	4833213	084.508.969-24
823653	Ana Paula Klaumann	4745834	086.575.789-56
812550	Bruna Wolff Schwartz	4154217	056.026.719-35
840702	Catiane De Oliveira Goncalves	50301500	053.899.949-73
837015	Cleidi Mara Dos Santos	4834188	055.098.509-30
809902	Cleusemeri Rahn	3732656	027.045.649-06
791485	Emanuella Matos da Silva	1395628343	033.165.295-19
841903	Emanuella Muriel Cunha	4342595	070.901.549-63
835628	Fiana Alves	6050032	091.653.239-98
787288	Gabriela Maiochi	6072064	094.189.809-16
834020	Indianara Aparecida da Silva	4833720	089.308.009-80
789701	Ivone Scheidt	4097955	033.547.609-07
835580	Izadora Franca Wiese	4932283	081.867.609-46
837079	Janaina Fronza	3693713	036.495.969-03
819735	Jucimara Seifert	5149675	083.469.839-05
786306	Juliana Aparecida Homem Heidrich	5087923	049.552.709-21
819237	Juliete Chiarelli	5720057	091.393.149-79
822122	Karina Amaral Calçado	7651481	007.694.970-20
836172	Katiane Muller Steffen	3930682	041.278.879-90
841480	Lilian Schutz	4236526	048.117.279-32
821551	Luciana Soares	4203046	052.185.159-90
829959	Marcia Correa Ribeiro	26292742	851.069.509-10
802429	Marcia Strey	4394697	083.043.729-08
825860	Mariana Ledra	3718227	010.399.619-24
839482	Miriam D- mes Weiss	3792705	041.067.909-71
822487	Neuza Woisczyk	5412005	064.467.079-75
841678	Osmar Caxoeira	944454	419.354.549-00
814216	Patricia Souza Nardelli	5720549	083.077.549-84
826044	Priscila Rosane Trappe Rotermeil	2129372	920.655.899-49
784679	Raquel Reif	4431462	063.867.939-78



841375	Rita De Cassia Patricio Klohn	4486780	043.190.229-12
794601	Suelen Regueira	4834357	074.437.899-04
820400	Taise Girardi Scheffmacher	6230919	050.543.729-54
786292	Vilciane Sebben Scain	3457636	041.114.679-38
828850	Zenita Leni Moraes	2915030	781.620.929-00

## ANEXO II

## Lista Geral - INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

(item 02 do presente edital)

As inscrições abaixo restaram indeferidas por não atendimento do item 2.4.1.2 do edital nº 01/2017:

## Assistente Social

Nº INSC	RG	CPF
841969	3588921	004.977.839-08
836483	4233789	052.646.179-96
787119	39303314	007.329.489-67
842092	2094316615	008.383.530-02
840416	2627961	789.958.419-15
792519	50886134	057.632.369-12
817863	54521874	058.839.189-13
828023	128486206	114.794.517-97
794024	98002098149	843.174.933-49
805408	11033026	068.162.569-48
797782	5844216	098.679.549-63
841962	135193753	723.811.917-04
785412	51970830	081.625.699-36
812464	1052324546	605.721.400-53
839941	378898668	409.267.098-28
792760	4068819	008.333.649-44
831988	5140266	059.198.029-01
839934	11055197	461.025.749-15
838436	4740524	062.145.409-58

## Psicólogo

Nº INSC	RG	CPF
815736	2913913	988.580.099-91
836251	5815272	084.606.079-50
788163	44751958	048.518.909-74
841901	5270007	071.182.049-00
793848	4403398	075.448.139-59
800883	4475413	042.584.889-25
841762	6058544	077.590.909-27
789868	4719963	009.535.079-98
838287	4432659	054.587.569-24
789346	101841898	077.437.199-44



# Água Doce

## PREFEITURA

### 037/2018

Publicação Nº 1493434

PORTARIA Nº 037/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018  
"RETIFICA PORTARIA 004/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 004/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 004/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 004/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 004/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

### 038/2018

Publicação Nº 1493441

PORTARIA Nº 038/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 005/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 005/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 005/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 005/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 005/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

### 039/2018

Publicação Nº 1493442

PORTARIA Nº 039/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 006/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 006/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 006/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 006/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 006/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

### 040/2018

Publicação Nº 1493443

PORTARIA Nº 040/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 007/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 007/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 007/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 007/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 007/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos



**041/2018**

Publicação Nº 1493445

PORTARIA Nº 041/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 008/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 008/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 008/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 008/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 008/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**042/2018**

Publicação Nº 1493447

PORTARIA Nº 042/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 009/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 009/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 009/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 009/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 009/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**043/2018**

Publicação Nº 1493450

PORTARIA Nº 043/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 010/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 010/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 010/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 010/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 010/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**044/2018**

Publicação Nº 1493451

PORTARIA Nº 044/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 012/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 012/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 012/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 012/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 012/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos



**045/2018**

Publicação Nº 1493452

PORTARIA Nº 045/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 013/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 013/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 013/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 013/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 013/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**046/2018**

Publicação Nº 1493455

PORTARIA Nº 046/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 014/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 014/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 014/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 014/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 014/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**047/2018**

Publicação Nº 1493457

PORTARIA Nº 047/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 015/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 015/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 015/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 015/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 015/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**048/2018**

Publicação Nº 1493458

PORTARIA Nº 048/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 016/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 016/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 016/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 016/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 016/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos



**049/2018**

Publicação Nº 1493459

PORTARIA Nº 049/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 017/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 017/2017 de 02 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 017/2017 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 017/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 017/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**050/2018**

Publicação Nº 1493461

PORTARIA Nº 050/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 018/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 018/2017 de 03 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 018/2017 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 018/2018 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 018/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 03/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**051/2018**

Publicação Nº 1493462

PORTARIA Nº 051/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 019/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 019/2017 de 03 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 019/2017 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 019/2018 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 019/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 03/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**052/2018**

Publicação Nº 1493463

PORTARIA Nº 052/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 020/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 020/2017 de 03 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 020/2017 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 020/2018 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 020/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos



**053/2018**

Publicação Nº 1493464

PORTARIA Nº 053/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 021/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 021/2017 de 03 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 021/2017 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 021/2018 – DE 03 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 021/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 02/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**054/2018**

Publicação Nº 1493466

PORTARIA Nº 054/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"RETIFICA PORTARIA 022/2017"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC,  
no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir Portaria nº 022/2017 de 04 de Janeiro de 2018.

Onde se lê no art. 1º:

"PORTARIA 022/2017 – DE 04 DE JANEIRO DE 2018"

Leia-se:

"PORTARIA 022/2018 – DE 04 DE JANEIRO DE 2018"

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes  
na Portaria nº 022/2018.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,  
com efeitos retroativos a 04/01/2018, revogando-se as disposições  
em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 17 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CH- LER  
Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

**DECRETO Nº 008/2018**

Publicação Nº 1493501

DECRETO Nº 008/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"AUTORIZA A QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA PARA PAGA-  
MENTO DE DESPESAS QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-  
CIAS".

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce-SC. No  
uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 5º da Lei  
Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações pos-  
teriores, e:

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal)  
nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de  
suas obrigações, deve obediência a ordem cronológica das datas  
de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que a ordem cronológica só pode ser alterada  
quando presentes relevantes razões de interesse público e me-  
diante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente  
publicada;

CONSIDERANDO problemas técnicos na configuração do sistema  
de informática do setor de Arrecadação e Fiscalização, para abertu-  
ra do exercício financeiro de 2018, acarretando, em consequência,  
atrasos nos demais setores administrativos do Município;

CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento de obrigações fir-  
madas com órgãos oficiais, bem como do pagamento de despesas  
para o andamento regular das atividades;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o pagamento das despesas a seguir relacio-  
nadas, em detrimento de outras, alterando-se a ordem cronológica  
de pagamentos:

I – NEs nº 222, 223, 224 e 225 – Fundo de Materiais, Publicações  
e Impressos

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 10 de janeiro de 2018.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal



# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.542, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493011

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DO CARGO DE FARMACEUTICA – 20 HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, JAQUELINE DALBELLO, ocupante do cargo de FARMACEUTICA – 20 HORAS, matrícula 857, a partir de 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2.534 de 10 de janeiro de 2018.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 12 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas Publicações

### PORTARIA Nº 012, DE 10 JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493010

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO”.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Artigo 1º - Fica atribuído ao Sr. JOELSON ROBERTO WUADEN Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS; a função de confiança de RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO – SSB, conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 085 de 12 de Junho de 2017.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º d e Janeiro de 2018, e revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, 10 de Janeiro de 2018.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Cristiano Alex Auler

Responsável pelas Publicações.

### PORTARIA Nº 013, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493009

CONCEDER FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a Servidores Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
114	ELOI VITOR ROSSET	17/12/2016	16/12/2017	15/01/2018	29/01/2018
743	VOLMAR DETONI	01/06/2016	31/05/2017	15/01/2018	13/02/2018
787	ALICE KOPPE	18/04/2016	17/04/2017	15/01/2018	13/02/2018
505	MARINHO SERGIO CASTRO	24/08/2016	23/08/2017	17/01/2018	31/01/2018

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 15 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANTONIO MALTAURO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações



# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 004/2018

Publicação Nº 1493045

DECRETO Nº. 004 /2018, de 03 de janeiro de 2018

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.347, de 29 de novembro de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.347, de 29 de novembro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

06.182.0017.2.039 - Adm.Geral dos Bens e Serv. Corpo Bombeiros Militar

(..) 3.3.90.00.00.00.00.2289 -Aplicações Diretas .....

..... R\$ 5.000,00

(..) 4.4.90.00.00.00.00.2289 -Aplicações Diretas .....

..... R\$ 5.000,00

Total ..... R\$ 5.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2289 (00.03.0289) Prevenção e Segurança Contra Sinistro - Bombeiros - Superavit Financeiro,

e na a fonte de recursos sob nº. 1735 (00.03.0735) Transferência de Recursos do Estado - MAC Consultas Especializadas 0,30 - Superavit Financeiro em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017. Sendo que relativamente à Fonte de Recursos 2289 (00.03.0289) Prevenção e Segurança Contra Sinistro - Bombeiros - Superavit Financeiro,, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.013-8 – código reduzido 62950, Rubrica nº 4.1.1.2.1.99.03.00.00.00– Taxa de Combate e Prevenção de Sinistros e Salvamento / Bombeiros, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais),

e na Fonte de Recursos 2703(00.03.0703) Transferências de Recursos do FNAS - IGD/SUAS - Superávit Financeiro, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 13.066-4 – código reduzido 53920, Rubrica nº 4.1.7.2.1.33.08.00.00.00 – Transferências de Recursos do FNAS - IGD/PBF - Superávit Financeiro , no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à Fonte de Recursos 1113 (00.03.0113) Transf. de Recursos do FNAS - PPD- APAE -Superavit Financeiro, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 13.067-2 – código reduzido 53888, Rubrica nº 4.1.7.2.1.34.03.00.00.00 – Transf. de Recursos do FNAS - PPD- APAE, no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta em Exercício (SC), 03 de janeiro 2018.

VILMAR JOSE PIOVEZANI

Prefeito Municipal Em Exercício

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei. Anchieta – (SC), 03/01/2018

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

### DECRETO Nº 013/2018

Publicação Nº 1493046

DECRETO Nº. 013 /2018, de 11 de janeiro de 2018

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.337,00 (oito mil, trezentos e trinta e sete reais) e contém outras providências. O Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.347, de 29 de novembro de 2017 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.347, de 29 de novembro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.337,00 (oito mil, trezentos e trinta e sete reais) e), distribuídos



em conformidade com os prescritos neste ato.

## CAPÍTULO II

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.337,00 (oito mil, trezentos e trinta e sete reais) e), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.306.008.2.027 - Adm.Geral dos Bens e Serv. Aliment. Escolar Ens. Fund.

(151) 3.3.90.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.944,00

03 – ENSINO INFANTIL

12.306.009.2.022 - Adm.Geral dos Bens e Serv. Aliment. Escolar Creche.

(152) 3.3.90.00.00.00.00.1117 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.393,00

Total ..... R\$ 8.337,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1117 (00.03.0117) Transf. Direta do FNDE – PNAE – Superavit Financeiro, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 8.337,00 ( oito mil, trezentos e trinta e sete reais), concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2017. Sendo que relativamente à Fonte de Recursos 1117 (00.03.0117) Transf. Direta do FNDE – PNAE – Superavit Financeiro, na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 10.921-5 – código reduzido 62931, Rubrica nº 4.17.21.35– Transf. Direta do FNDE – PNAE, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

## CAPÍTULO III

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes

Orçamentárias nº. 2339 de 10 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Em Exercício do Município de Anchieta em Exercício (SC), 11 de janeiro 2018.

VILMAR JOSE PIOVEZANI

Prefeito Municipal Em Exercício

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 11/01/2018

Fernanda Cristina Segalin

Secretária de Administração e Gestão

## PREGÃO PRESENCIAL N 002/2018 - PM

Publicação Nº 1493303

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 002/2018

O Prefeito em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial de Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada para realizar Serviços de Tapa Buracos para manutenção e conservação de ruas e avenidas do município em calçamento, com fornecimento de mão de obra e material necessário, por um período de até 12 meses após a data da homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 31/01/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 17 de Janeiro de 2018.

VILMAR PAULO PIOVEZANI

Prefeito em Exercício.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA Nº042/2017

Publicação Nº 1492812

ATA Nº042/2017

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO, SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, SANTA CATARINA.

Às dezenove horas do dia vinte do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores, Ernesto Olivo Garlet, sito à Rua Vereador Geraldo Garlet, nº. 01, centro, Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Senhores Vereadores: PEDRO BENATTI, ADRIANE BRASSIANI, CARMEN JUSTINA GORCZVESKI, LEANDRO DA ROSA, MARIO LUIZ SIGNOR, IVO SCHAEFFER, MARIA HELENA TRENTIN, NERI GASPAS, E VILSON LUIZ ROSATO. Inicialmente o Senhor Presidente IVO SCHAEFFER, abriu os trabalhos legislativos, em nome de Deus e da Lei do Povo de Anchieta, do Estado de Santa Catarina e do Brasil. Cumprimentou os presentes que

estavam assistindo a sessão. De imediato solicitou a leitura da ata nº041/2017, que estando em apreciação foi aprovada. EXPEDIENTES DO DIA: Nos Expedientes diversos: Lido ofício nº162 recebido da Tim, em resposta a Moção nº020/2017. Lido ofício nº 875/2017, recebido do secretário de estado da agricultura e pesca, em resposta ao requerimento nº024/2017. Nos Expedientes Apresentado pelos Vereadores: Lida a Moção nº029, apresentado pelos vereadores, Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato, que entrou na ordem do dia. ORDEM DO DIA. O Presidente em nome da Mesa Diretora, considerado a sanção tácita pelo silêncio do prefeito municipal no prazo que lhe cabia sancionar, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº002 vem solenemente promulgar a presente Lei Complementar nº065/2017 em cumprimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e art. 413 parágrafo único do Regimento Interno. Em seguida passou-se para 2º votação dos projetos : Projeto de lei complementar nº009: Altera e inclui dispositivos na lei complementar nº001/2015 que dispõe sobre



normas gerais de direito tributário e de administração tributária do município de Anchieta e da outras providências, empatado tendo quatro votos contrário dos vereadores Vilson Luiz Rossato, Neri Gaspar, Maria Helena Trentin e Mario Luiz Signor, como consta no art. 85, Inciso I alínea (a) do regimento interno havendo empate o presidente desempatou dando seu voto rejeitando o projeto por maioria. Projeto de lei complementar nº010: Altera o artigo 63 da lei complementar nº033 de 28 de outubro de 2011, e dá outras providências, aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº045 com emenda modificativa: Estabelece a política municipal de apoio ao desenvolvimento agropecuário no município de Anchieta e institui programas de incentivo à produção agropecuária e cuidado com as águas e dá outras providências, aprovado por unanimidade com a emenda. Projeto de lei nº049: Autoriza a alteração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentaria e da lei orçamentaria anual através da abertura de crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) e contém outras providências, aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº051: Dispõe sobre o auxílio alimentação para os servidores da administração direta, indireta e autarquia municipal e dá outras providências, aprovado por unanimidade. Projeto de lei nº052: Revoga a lei nº 1.472 de 22 junho de 2006 e dá outras providências, aprovado por unanimidade. Prosseguindo passou-se para a votação das Proposições dos Vereadores: Moção de Apoio nº029: apresentado pelos vereadores, Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato: MOÇÃO DE APOIO ao Governador do Estado de Santa Catarina e, por meio deste ao Secretário de Estado da Segurança Pública a convocação de todos os classificados no Concurso Público Edital 001/2017/CBMSC, para ingresso na carreira de Soldado Combatente do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina. Indicação nº083: apresentado pelos vereadores, Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato: Indica que seja colocada lombada física, na SC 305, mais precisamente, na frente do Posto de Saúde da Linha João Café Filho, na cidade de Anchieta. Indicação nº084: apresentado pelos vereadores, Ivo Schaeffer, Maria Helena Trentin, Mario Luiz Signor, Neri Gaspar e Vilson Luiz Rossato: Indica que sejam colocadas lombadas físicas, na SC 161, mais precisamente, na entrada da Linha São Paulo CTG, e outra lombada física na entrada da cidade no acesso da Linha São Paulo Alto na cidade de Anchieta, todas as proposições foram aprovadas. Prosseguindo a sessão passou-se para a votação da nova mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Anchieta para biênio 2018, como diz no Art. 10 e Art. 11 do regimento Interno, sistema da eleição em votação aberta por ordem alfabética da seguinte maneira: Primeiro para Presidente, segundo para Vice-Presidente, terceiro para 1º secretário e quarto para 2º secretário: Primeiramente votou-se para Presidente da Mesa Diretora, sendo que a Vereadora Adriane Brassiani declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor, a Vereadora Carmem Gorczveski declarou seu voto para o Vereador Mario Luiz Signor, o Vereador Ivo Schaeffer declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor, o vereador Leandro da Rosa declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor, a vereadora Maria Helena Trentin declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor, o vereador Mario Luiz Signor votou em si mesmo, o vereador Neri Gaspar declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor, vereador Pedro Benatti declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor e o vereador Vilson Luiz Rossato, declarou seu voto para o vereador Mario Luiz Signor foi eleito então como Presidente da Mesa Diretora, o vereador Mario Luiz Signor com (9) nove votos. Posteriormente passou-se para votação para Vice- Presidente, sendo que a Vereadora Adriane Brassiani declarou seu voto para o vereador Leandro da Rosa a Vereadora Carmem Gorczveski declarou seu voto para o Vereador Leandro da Rosa, o Vereador Ivo Schaeffer declarou seu voto para a vereadora Maria Helena Trentin, o vereador Leandro da Rosa votou em si mesmo, a vereadora Maria Helena Trentin votou em si mesmo, o vereador Mario Luiz Signor, declarou seu voto para a vereadora Maria Helena Trentin o vereador Neri Gaspar declarou seu voto para a vereadora Maria Helena

Trentin, vereador Pedro Benatti declarou seu voto para o vereador Leandro da Rosa e o vereador Vilson Luiz Rossato, declarou seu voto para a vereadora Maria Helena Trentin, foi eleito então como Vice – Presidente da Mesa Diretora, a vereadora Maria Helena Trentin com cinco votos. Posteriormente passou-se para votação para 1º Secretário, sendo que a Vereadora Adriane Brassiani declarou seu voto para a vereadora Carmem Gorczveski a Vereadora Carmem Gorczveski votou em si mesmo, o Vereador Ivo Schaeffer declarou seu voto para o vereador Neri Gaspar, o vereador Leandro da Rosa declarou seu voto para a vereadora Carmem Gorczveski, a vereadora Maria Helena Trentin declarou seu voto para o vereador Neri Gaspar, o vereador Mario Luiz Signor, declarou seu voto para o vereador Neri Gaspar o vereador Neri Gaspar votou em si mesmo, vereador Pedro Benatti declarou seu voto para a vereadora Carmem Gorczveski, e o vereador Vilson Luiz Rossato, declarou seu voto para o vereador Neri Gaspar, foi eleito então como 1º Secretário da Mesa Diretora, o vereador Neri Gaspar com cinco votos. Em seguida passou-se para votação para 2º Secretário, sendo que a Vereadora Adriane Brassiani declarou seu voto para o vereador Pedro Benatti, a Vereadora Carmem Gorczveski declarou seu voto para o vereador Pedro Benatti, o Vereador Ivo Schaeffer declarou seu voto para o vereador Vilson Luiz Rossato, o vereador Leandro da Rosa declarou seu voto para o vereador Pedro Benatti, a vereadora Maria Helena Trentin declarou seu voto para o vereador Vilson Luiz Rossato, o vereador Mario Luiz Signor, declarou seu voto para o vereador Vilson Luiz Rossato, o vereador Neri Gaspar declarou seu voto para o vereador Vilson Luiz Rossato, vereador Pedro Benatti votou em si mesmo, e o vereador Vilson Luiz Rossato, votou em si mesmo, foi eleito então como 2º Secretário da Mesa Diretora, o vereador Vilson Luiz Rossato com cinco votos. Então fica composta a nova mesa diretora da câmara para o biênio de 2018 da décima terceira legislatura, Presidente Mario Luiz Signor, Vice-presidente Maria Helena Trentin, primeiro secretário Neri Gaspar e segundo secretário Vilson Luiz Rossato. GRANDE EXPEDIENTE E EXPLICAÇÃO POR ORDEM DE SORTEIO: O vereador Mario Luiz Signor cumprimentou a todos, agradeceu pela votação como presidente e pela confiança, sendo a última sessão do ano agradeceu a parceria feita neste ano de 2017, e comentou dos trabalhos feitos este ano, deixou uma mensagem de natal e ano novo, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Pedro Benatti cumprimentou a todos, comentou sobre as indicações nº083 e nº084, comentou sobre como será feita a silagem, desejou um feliz natal e ano novo a todos e que o novo presidente Mario faça um bom trabalho o ano que vem, agradeceu e devolveu a palavra. A vereadora Adriane Brassiani cumprimentou a todos, comentou dos trabalhos feitos na câmara este ano e parabenizou o novo presidente, parabenizou a diretora da escola da Linha Prateleira pela bela iniciativa, pela biblioteca na Avenida incentivando a leitura, desejou um feliz natal e prospero ano novo a todos e agradeceu o presidente pelo belo trabalho e com isso devolveu a palavra. A vereadora Carmen Gorczveski cumprimentou a todos, agradeceu a todos pela recepção e compreensão de todos, agradeceu a administração municipal que quando solicitada sempre se fez presente, agradeceu aos deputados estaduais e federais independentemente de partido mas que vieram beneficiar o povo Anchietaense, que próximo ano seja um ano de conquista e vitórias e para encerrar passou um vídeo e desejou um feliz natal e um maravilhoso 2018, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Neri Gaspar tendo cumprimentou a todos, comentou dos projetos votados neste ano de 2017 e os trabalhos realizados na câmara de vereadores, parabenizou a forma do presidente Ivo Schaeffer conduziu os trabalhos neste ano, desejou a todos um feliz natal e prospero ano novo, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Vilson Luiz Rossato primeiramente agradeceu ao presidente Ivo que coordenou e conduziu essa casa de leis durante esse ano com seriedade e oportunizando todos os vereadores que quisessem participar dos cursos, dos encontros e seminários, que foram de grande valia, e se viu da necessidade de estar por dentro das leis, parabenizou o novo presidente, comentou da forma de trabalho neste ano e da união de todos e agradeceu pela compreensão,



passou algumas fotos no telão , ano passado recebemos o FUNDAN 1(um), mas agora estamos prestes a receber o FUNDAN 2(dois) mas minha preocupação é que tem que prestar contas do FUNDAN 1(um) e como o município não finalizou as calçadas, talvez coremos o risco de ser prejudicado no FUNDAN 2(dois), agradeceu e desejou a todos um feliz natal. A vereadora Maria Helena Trentin cumprimentou a todos, e solicitou a líder do governo que na Linha Taquarucu foi arrumada as estradas mas não abriram os bueiros e estão trancados, comentou e parabenizou o teatro, parabenizou o presidente Ivo, da forma que conduziu os trabalhos neste ano, nos dando a oportunidade de crescer, e ao futuro presidente Mario que admiro muito e nossos município será muito bem conduzido, e comentou que ouvimos muito nos cursos que nós vereadores vamos legislar para o município não para o prefeito, desejou um feliz natal a todos e um bom ano novo, agradeceu e devolveu a palavra. O vereador Leandro da Rosa cumprimentou a todos, parabenizou o vereador Mario pelos 9(nove) votos recebidos, comentou dos trabalhos realizados por essa casa neste ano e desejou a todos um feliz natal e prospero ano novo, agradeceu e devolveu a palavra. Antes de encera a sessão o presidente Ivo Schaeffer solicitou a líder do governo que fosse visto a questão dos refúgios na Linha João Café Filho, comentou da reclamação da mãe de seu Almir Vescovi e parabenizou a nova mesa diretora, comentou dos trabalhos feitos neste ano, comentou dos enceramentos dos campeonatos e nem um vereador foi convidado, comentou que este ano foi conseguido a liberação da Lei Orgânica e do Regimento Interno também que foi muito importante. Agradeceu todos os vereadores que acompanharam nesses congressos a Florianópolis, e a Brasília, comentou que sua expectativa era que o hospital ia estar aberto até o fim do ano que o gerador iria estar funcionando mas não está, comentou da premiação que foi dado para as pessoas que mais contribuíram com nota fiscal para o município, solicitou que fosse lido uma mensagem de natal que elaborou e agradeceu os servidores que estiveram trabalhando com nos este ano e desejou todos um feliz natal e prospero ano novo a todos. E nada mais havendo o Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão Ordinária a realizar-se no dia 07 de fevereiro do ano de 2018, as 19h00minhs, no Plenário da câmara de Vereadores. Solicitou à secretaria que elaborasse a competente ata, que após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e Primeiro Secretario. Sala das sessões da Câmara de Vereadores de Anchieta (SC), em 20 de dezembro de 2017.



# Anitápolis

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017 - FMS

Publicação Nº 1492932

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 004/2017. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Inovadora Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 31/03/2018 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 28/12/2017. Adriana Motta Probst – Secretária de Saúde

### LEI COMPLEMENTAR Nº 942/2017 - INSTITUI NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Publicação Nº 1492926

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 942/2017

INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS (NFS-E) E RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS (RPS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, documento fiscal emitido eletronicamente, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços no Município de Anitápolis/SC.

Parágrafo Único - A emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e caberá ao prestador de serviços, pessoa jurídica ou a esta equiparada para fins tributários, bem como pessoas físicas, contribuintes do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), estabelecidas no Município de Anitápolis.

Artigo 2º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e é documento obrigatório a ser emitido ao término da prestação de serviços, esteja ou não o contribuinte inscrito no Cadastro Contribuinte Municipal, ou gozando de qualquer benefício fiscal.

§ 1º A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente antes do pagamento do Imposto.

§ 2º Após o pagamento do Imposto, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Artigo 3º - Fica autorizada a emissão, pelo prestador de serviços, de Recibo Provisório de Serviços - RPS, sem prejuízo de sua substituição por Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, nos casos de eventual impedimento da emissão online da NFS-e ou alternativamente, a cada prestação de serviços, devendo efetuar a sua substituição por NFS-e, cabendo ao decreto regulamentar dispor sobre sua forma e utilização.

§ 1º Emitido o Recibo Provisório de Serviços - RPS, este deverá ser substituído por Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo

ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços, perdendo sua validade após transcorrido o prazo.

§ 2º A não substituição do Recibo Provisório de Serviços - RPS pela Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, ou a substituição fora do prazo, equipara-se a não emissão de documento fiscal, sujeitando o prestador de serviços às penalidades previstas nesta lei.

Artigo 4º - A geração de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do Imposto, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo Único - Sobre a insuficiência ou não do recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na Legislação Municipal.

Artigo 5º - Os tomadores de serviços responsáveis pela retenção do imposto descrito no artigo 52 da Lei Complementar nº 640/2005, cujo prestador tenha sede em outra localidade, estão obrigados a gerar declaração eletrônica na forma regulamentar.

Artigo 6º - Nas infrações relativas à Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, aplicar-se-ão as seguintes multas:

I - 3 URM (Três Unidades de Referência Municipal) para cada Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e devida e não emitida, bem como para não substituição do Recibo Provisório de Serviços - RPS pela NF-e;

II - 2 URM (duas Unidades de Referência Municipal) para cada Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e indevidamente cancelada;

III - 1 URM (uma Unidade de Referência Municipal) para cada emissão indevida de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e tributáveis como isentos, imunes ou não tributáveis.

Artigo 7º - Os responsáveis a que se refere esta Lei estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, sendo o imposto devido no momento da prestação de serviços, com a consequente geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, independentemente do pagamento do preço ajustado.

Artigo 8º - O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e sua aplicação de acordo com os princípios gerais do direito tributário, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 13 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 13 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças



**RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 045/2017**

Publicação N° 1493233

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO RPR N° 045/2017. OBJETO: Registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de peças e acessórios para os veículos e máquinas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Anitápolis. EXTRATO ATA N° 001/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: JOSE CARLOS KOETTERS - ME. Valor: R\$ 449.692,83. EXTRATO ATA N° 002/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: MECANICA SOUZA LTDA. Valor: R\$ 226.349,93. EXTRATO ATA N° 003/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: NILTON JOSE KOETTERS - ME. Valor: R\$ 57.092,86. Data da Assinatura: 12/01/2018. Prazo de vigência: 12 meses. Anitápolis, 17/01/2018. Rogerio Hasse – Prefeito Municipal em Exercício.



**Antônio Carlos****PREFEITURA****133º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

Publicação Nº 1493307

133º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 18/01/2018 a 16/02/2018 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 17 de janeiro de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
16º	IRACEMA SANTIAGO FAUSTINO	1636

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018**

Publicação Nº 1493421

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº 011/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 05/2018 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de materiais para reforma e melhoria no vestiário do ginásio de esporte, do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 30 de janeiro 2018 às 9:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2016**

Publicação Nº 1493309

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2016; Origem: Processo de Licitação nº 63/2016 – Concorrência Pública nº 03/2016 Contratante: Município de Antônio Carlos; Contratada: TERRAPLEIN LTDA ME. Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Matias Petry Junior, na localidade Guiomar, Município de Antônio Carlos/SC, com extensão de 686.22 metros, em conformidade com contrato de operação de crédito firmado entre Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) e o Município de Antônio Carlos. Prorrogação de Prazo: 60 dias. Novo Vencimento: Dia 19 de março de 2018.

Antônio Carlos, 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI

PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA N 008/2018**

Publicação Nº 1493289

PORTARIA Nº 008/2018  
Concede Adicional por Tempo de Serviço.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, aos servidores efetivos, a partir de janeiro de 2018, conforme abaixo relacionado:

NOME	MATRIC.	NIVEL	ADIC. P/TEMPO SERV.
ENI KREMER PITZ	744	05	24%
JANICE IVONETE MULLER	746	05	24%
MARCIO FURTAK	570	06	30%
MARIZE T. PRIM MULLER	745	05	24%
ROSANA APARECIDA DA CRUZ	743	05	24%
FRANCIELLY KELM	1514	02	06%
MARCIO CAVALLI LAGRECA	1092	02	06%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de janeiro de 2018.

**PORTARIA N 009/2018**

Publicação Nº 1493296

PORTARIA Nº 009/2018  
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor LUCIANO RICHARTZ, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 16 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 02/07/2014 a 16/05/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de janeiro de 2018.

**PORTARIA N 010/2018**

Publicação Nº 1493297

PORTARIA Nº 010/2018  
Realoca servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Realocar o servidor EDMILSON DE SOUZA TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, para atuar na SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir do mês de janeiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de janeiro de 2018.

### **PORTARIA N 011/2018**

Publicação Nº 1493299

PORTARIA Nº 011/2018  
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor DARLAN JOSÉ DUTRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a contar de 02 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 02/02/2017 a 01/02/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de janeiro de 2018.

### **PORTARIA N 012/2018**

Publicação Nº 1493300

PORTARIA Nº 012/2018  
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias a servidora FLAVIA DANUBIA JUNKES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 02 de fevereiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 17 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 18 de janeiro de 2018.

### **PORTARIA N 013/2018**

Publicação Nº 1493301

PORTARIA Nº 013/2018  
Prorroga licença sem vencimento.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 1225/2009;

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar licença sem vencimento por mais 02 anos ao servidor IDELSO WILVERT, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA 20H, a partir de 15 de fevereiro de 2018, para tratar de assuntos particulares.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de fevereiro de 2018.



**TERMO ADITIVO - PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2012**

Publicação Nº 1492935

**TERMO ADITIVO****PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2012**

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram o MUNICIPIO DE ANTONIO CARLOS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONCEDENTE, e a empresa EMBRACOM COMBUSTÍVEIS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº. 14.082.219/0001-91, estabelecida na Rua Charles Ferrari nº. 548, Sala 04, Kobrasol, São José, neste ato representado pelo Sr. Walter Teófilo Cruz, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente termo tem por objetivo alterar o item 1.1, do Contrato n. 79/2012, de acordo com o Parecer n. 5/2017, passando a constar a seguinte redação:

1.1. Concessão de direito real de uso de um terreno com área de 10.000 m2, de propriedade do Município, localizado no Bairro Canudos, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu sob a matrícula nº R2-11.539, Livro 2-BI, fls. 141, para instalação de empresa com atividade no ramo de distribuição e/ou transportador, revendedor e retalhista de combustíveis, bem como a atividade de Coworking.

Passa a constar, ainda, como obrigações da CONCESSIONÁRIA os seguintes termos:

- Para a execução do referido projeto, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar 20 (vinte) empresas dos mais variados ramos, para que em 06 (seis) meses da efetiva operação, autorização e habilitação deste projeto, todas as companhias estejam inscritas no Município, gerando aproximadamente R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais de ISS, e em 12 (doze) meses alcance o total de 40 (quarenta) empresas atingindo a monta de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de ISS mensal.

- Deverá a CONCESSIONÁRIA manter atualizado o cadastro das empresas alocadas em sua área de Coworking para fiscalização das atividades e cumprimento das normas legais.

**CLAUSULA SEGUNDA** – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 11 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	EMBRACOM COMBUSTÍVEIS DO BRASIL LTDA
Contratante	Contratada



# Apiuna

## PREFEITURA

### AVISO CONCORRÊNCIA 16/2018

Publicação N° 1492280

#### MUNICÍPIO DE APIÚNA

Aviso de Licitação modalidade Concorrência

Edital nº 16/2018

Objeto: CONCESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS EDIFICADOS, SENDO 01 NA QUADRA DE ESPORTES DA VARGEM GRANDE E 01 NA PRAÇA POLIESPORTIVA DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO.

Julgamento: Maior Oferta por Item.

Recebimento dos envelopes até às 09 horas do dia 19/02/2018.

Abertura dos envelopes após às 09 horas do dia 19/02/2018.

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Edital disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna



## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 1493212



**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: 49,154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			%	%	SALDO
			Novembro a Dezembro	Até Dezembro	(c/a)	(b/a)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.913.500,00	39.913.500,00	7.419.554,21	38.726.130,28	97,03	18,59	38.726.130,28	1.187.369,72
RECEITAS CORRENTES	33.843.500,00	33.843.500,00	6.910.557,44	37.062.230,31	109,51	20,42	37.062.230,31	(3.218.730,31)
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.594.000,00	2.594.000,00	384.540,95	2.662.325,98	102,63	14,82	2.662.325,98	(68.325,98)
Impostos	2.340.000,00	2.340.000,00	362.827,22	2.353.634,36	100,58	15,51	2.353.634,36	(13.634,36)
Taxas	254.000,00	254.000,00	21.713,73	308.691,62	121,53	8,55	308.691,62	(54.691,62)
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	100.460,85	601.163,10	100,19	16,74	601.163,10	(1.163,10)
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para Cust. do Serv. Ilum. Publ.	600.000,00	600.000,00	100.460,85	601.163,10	100,19	16,74	601.163,10	(1.163,10)
RECEITA PATRIMONIAL	81.000,00	81.000,00	33.230,32	327.534,84	404,36	41,03	327.534,84	(246.534,84)
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Valores Mobiliários	81.000,00	81.000,00	33.230,32	327.534,84	404,36	41,03	327.534,84	(246.534,84)
Recita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	80.000,00	80.000,00	63.897,95	432.906,22	541,13	79,87	432.906,22	(352.906,22)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.350.500,00	30.350.500,00	6.299.736,25	32.864.635,49	108,28	20,76	32.864.635,49	(2.514.135,49)
Transferências Intergovernamentais	29.705.500,00	29.705.500,00	6.269.220,75	32.187.194,17	108,35	21,10	32.187.194,17	(2.481.694,17)
Transferências de Instituições Privadas	80.000,00	80.000,00	5.000,00	5.000,00	6,25	6,25	5.000,00	75.000,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências de Convênios	560.000,00	560.000,00	25.515,50	672.441,32	120,08	4,56	672.441,32	(112.441,32)
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.000,00	138.000,00	28.691,12	173.664,68	125,84	20,79	173.664,68	(35.664,68)
Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	5.558,86	30.770,62	123,08	22,24	30.770,62	(5.770,62)
Indenizações e Restituições	2.000,00	2.000,00	14.376,57	23.100,15	1.155,01	718,83	23.100,15	(21.100,15)

Identificador: WPR1881101-264-WQGF0-253784160 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 1 / 5







**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Receita da Dívida Ativa	57.000,00	57.000,00	8.109,91	14,23	48.492,49	85,07	8.507,51
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	54.000,00	54.000,00	645,79	1,20	71.301,42	132,04	(17.301,42)
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	6.070.000,00	6.070.000,00	508.996,77	8,39	1.663.899,97	27,41	4.406.100,03
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	1.500.000,00	1.500.000,00	389.739,01	25,98	766.448,78	51,10	733.551,22
Operações de Crédito Internas	1.500.000,00	1.500.000,00	389.739,01	25,98	766.448,78	51,10	733.551,22
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	255.900,00	0,00	(255.900,00)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	255.900,00	0,00	(255.900,00)
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	4.570.000,00	4.570.000,00	119.257,76	2,61	641.551,19	14,04	3.928.448,81
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	(60.000,00)
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	59.257,76	1,30	581.551,19	12,73	3.988.448,81
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	39.913.500,00	39.913.500,00	7.419.554,21	18,59	38.726.130,28	97,03	1.187.369,72
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	39.913.500,00	39.913.500,00	7.419.554,21	18,59	38.726.130,28	97,03	1.187.369,72
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	39.913.500,00	39.913.500,00	7.419.554,21	18,59	38.726.130,28	97,03	1.187.369,72
<b>DÉFICIT (VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	39.913.500,00	39.913.500,00	7.419.554,21	18,59	38.726.130,28	97,03	1.187.369,72
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	0,00	3.100.350,03	0,00	0,00	2.948.455,31	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	3.100.350,03	0,00	0,00	2.948.455,31	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1981101-264-WGFO-253784160 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 2 / 5





**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ DEZEMBRO (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro (f)		Novembro à Dezembro	Até Dezembro (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.823.500,00	46.358.018,03	6.343.931,15	37.166.542,17	9.191.475,86	7.407.450,89	36.969.512,62	9.388.505,41	36.829.361,23	197.029,55
DESPESAS CORRENTES	31.312.225,91	36.247.171,84	5.761.174,64	33.391.163,22	2.856.008,62	6.442.352,20	33.359.996,04	2.887.175,80	33.219.844,65	31.167,18
Pessoal e Encargos Sociais	17.251.847,77	18.466.455,51	3.371.136,70	17.937.777,02	528.678,49	3.371.136,70	17.937.777,02	528.678,49	17.937.777,02	0,00
Juros e Encargos da Dívida	300.000,00	159.560,69	26.066,04	159.560,69	0,00	26.066,04	159.560,69	0,00	159.560,69	0,00
Outras Despesas Correntes	13.760.378,14	17.621.155,64	2.363.971,90	15.293.825,51	2.327.330,13	3.045.149,46	15.262.658,33	2.358.497,31	15.122.506,94	31.167,18
DESPESAS DE CAPITAL	7.411.274,09	10.010.846,19	582.756,51	3.775.378,95	6.235.467,24	965.098,69	3.609.516,58	6.401.329,61	3.609.516,58	165.862,37
Investimentos	6.636.274,09	9.068.333,88	427.370,37	2.832.866,97	6.235.466,91	809.712,55	2.667.004,60	6.401.329,28	2.667.004,60	165.862,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	775.000,00	942.512,31	155.386,14	942.511,98	0,33	155.386,14	942.511,98	0,33	942.511,98	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.823.500,00	46.358.018,03	6.343.931,15	37.166.542,17	9.191.475,86	7.407.450,89	36.969.512,62	9.388.505,41	36.829.361,23	197.029,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	38.823.500,00	46.358.018,03	6.343.931,15	37.166.542,17	9.191.475,86	7.407.450,89	36.969.512,62	9.388.505,41	36.829.361,23	197.029,55
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	1.559.588,11	-	-	1.559.588,11	-	1.896.769,05	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.823.500,00	46.358.018,03	6.343.931,15	38.726.130,28	-	7.407.450,89	38.529.100,73	-	38.726.130,28	197.029,55
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1981101-264-WQGO-253784160 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 3 / 5





**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: 49.154  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-e)
			Novembro à Dezembro (b)	% (b/a)	Até Dezembro (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR1981101-264-WQFO-253784180 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS







MUNICÍPIO DE APIUNA - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ DEZEMBRO (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			Novembro à Dezembro	Até Dezembro		Novembro à Dezembro	Até Dezembro			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Aende-Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA, Emissão: 16/01/2018, às 07:36:37.

\* As linhas "Transferências a Municípios" e "Demais Despesas Correntes" serão apresentadas somente no Demonstrativo aplicado aos Estados.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS  
Contador  
CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI  
Controlador Interno  
CPF: 045.121.929-56





**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

Publicação Nº 1493194

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.119.310,24	0,00
Pessoal Ativo	17.194.301,03	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	743.475,99	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	181.533,22	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	18.119.310,24	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	37.062.230,31	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	37.062.230,31	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	18.119.310,24	48,89
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	20.013.604,37	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30%	19.012.924,15	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	18.012.243,93	48,60

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:32:44.

\* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser e x c l u í d o s .

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
Exercício em que o ente excedeu o limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
Quadrimestre/Semestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---



## DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

Publicação Nº 1493203



**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório de Gestão Fiscal  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RS 101									
RGE – ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")									
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a)-(b+c+d+e)-f	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.888.079,34	0,00	92.766,85	413.373,67	0,00	0,00	1.381.938,82	147.980,16	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	29.040,18	0,00	18.578,65	0,00	0,00	0,00	10.461,53	9.750,55	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	14.993,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.993,37	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	75.068,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.068,48	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	56.921,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.921,40	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	54.040,55	0,00	11.714,05	0,00	0,00	0,00	42.326,50	2.452,95	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	696.924,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	696.924,63	2.264,25	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	442.785,80	0,00	987,71	0,00	0,00	0,00	441.798,09	1.140,54	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	1.967,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.967,77	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	50.664,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.664,27	0,00	0,00
Recursos de Aterroamento de Bens Ativos	61.486,44	0,00	61.486,44	46.953,29	0,00	0,00	37.786,07	2.696,55	0,00
Outros Recursos Vinculados de Recursos	486.672,89	0,00	0,00	366.420,38	0,00	0,00	129.673,52	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.994.444,66	0,00	8.535,66	8.753,50	0,00	0,00	1.885.088,47	49.049,39	0,00
Recursos Ordinários (I+II)	3.882.524,00	0,00	140.151,39	422.127,17	0,00	0,00	3.267.027,29	197.029,55	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 11:03:35.

\* A coluna "DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)" poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

JOSE GERSON GONCALVES  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS  
Contador  
CRC: 023581/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI  
Controlador Interno  
CPF: 045.121.929-56

Identificador: WPR2161101264-UEUCB-253796597 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 1 / 1



**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

Publicação Nº 1493205

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ 1,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	3.142.256,32	2.857.913,68	2.909.086,43	2.958.774,81
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.130.256,32	2.833.913,68	2.885.086,43	2.954.193,20
Empréstimos	3.130.256,32	2.833.913,68	2.885.086,43	2.954.193,20
Internos	3.130.256,32	2.833.913,68	2.885.086,43	2.954.193,20
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	12.000,00	24.000,00	24.000,00	4.581,61
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.598.925,91	4.980.949,07	5.711.347,53	3.695.695,48
Disponibilidade de Caixa	3.594.381,81	4.974.354,97	5.704.943,12	3.689.154,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.662.882,28	4.974.354,97	5.704.943,12	3.829.305,85
(-) Restos a Pagar Processados	68.500,47	0,00	0,00	140.151,39
Demais Haveres Financeiros	4.544,10	6.594,10	6.404,41	6.541,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	34.567.065,86	35.509.801,56	37.029.894,25	37.062.230,31
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	9,09	8,05	7,86	7,98
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LÍMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	41.480.479,03	42.611.761,87	44.435.873,10	44.474.676,37
LÍMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	37.332.431,13	38.350.585,68	39.992.285,79	40.027.208,73

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadri-mestre	2º Quadri-mestre	3º Quadri-mestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	149.482,02	166.127,09	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	1.513.275,00	1.456.996,65	887.528,95	619.156,72
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:43:00.

\* Na linha "Disponibilidade de Caixa" se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

\* A linha "PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)" refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".



TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
Exercício em que o ente excedeu o limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
Quadrimestre/Semestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (i-a)	(k) = (a)	(l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º		1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% Limite de Endividamento	0,00			0,00			0,00			0,00		

Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º		1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% Limite de Endividamento	0,00			0,00			0,00			0,00		

Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º		1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% Limite de Endividamento	0,00			0,00			0,00			0,00		

Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º		1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% Limite de Endividamento	0,00			0,00			0,00			0,00		

\* A coluna "Excedente" em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---



## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Publicação Nº 1493213



**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Entidade: 49,154  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			Novembro a Dezembro	Até Dezembro	% (b/total b)		Novembro a Dezembro	Até Dezembro	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	38.823.500,00	46.358.018,03	6.343.931,15	37.166.542,17	100,00	9.191.475,86	7.407.450,89	36.969.512,62	100,00	9.388.505,41	197.029,55
JUDICIÁRIA	80.000,00	67.418,39	0,00	67.418,39	0,18	0,00	0,00	67.418,39	0,18	0,00	0,00
Ação Judiciária	80.000,00	67.418,39	0,00	67.418,39	0,18	0,00	0,00	67.418,39	0,18	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.990.000,00	3.181.936,86	465.954,91	3.039.250,47	8,18	142.686,39	578.017,45	3.030.884,12	8,20	151.052,74	8.366,35
Planejamento e Orçamento	125.000,00	125.000,00	22.309,00	113.555,00	0,31	11.445,00	23.689,00	112.865,00	0,31	12.135,00	690,00
Administração Geral	2.865.000,00	3.056.936,86	443.645,91	2.925.695,47	7,87	131.241,39	554.328,45	2.918.019,12	7,89	138.917,74	7.676,35
SEGURANÇA PÚBLICA	165.000,00	226.454,27	16.965,99	126.829,18	0,34	99.625,09	31.685,50	125.470,06	0,34	100.984,21	1.359,12
Policimento	145.000,00	206.454,27	16.965,99	110.704,62	0,30	95.749,65	28.967,26	110.704,62	0,30	95.749,65	0,00
Informação e Inteligência	20.000,00	20.000,00	0,00	16.124,56	0,04	3.875,44	2.718,24	14.765,44	0,04	5.234,56	1.359,12
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.323.000,00	1.600.893,26	292.434,95	1.223.199,33	3,29	377.693,92	332.561,12	1.222.365,37	3,31	378.527,89	833,96
Assistência ao Idoso	40.000,00	41.000,00	5.754,41	40.588,28	0,11	411,72	5.822,11	40.588,28	0,11	411,72	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	26.000,00	16.000,00	1.264,84	3.822,62	0,01	12.177,38	1.264,84	3.822,62	0,01	12.177,38	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	528.000,00	605.202,31	86.171,61	431.499,36	1,16	173.702,95	106.949,89	431.499,36	1,17	173.702,95	0,00
Assistência Comunitária	729.000,00	938.690,95	199.244,09	747.289,07	2,01	191.401,88	218.524,28	746.455,11	2,02	192.235,84	833,96
SAÚDE	8.684.980,00	10.129.346,16	1.094.090,94	8.114.222,22	21,83	2.015.123,94	1.433.579,59	8.109.505,02	21,94	2.019.841,14	4.717,20
Atenção Básica	8.549.980,00	9.952.933,67	1.090.936,62	8.029.104,42	21,60	1.923.829,25	1.427.164,50	8.025.151,47	21,71	1.927.782,20	3.952,95
Vigilância Sanitária	70.000,00	66.981,28	595,81	9.471,13	0,03	57.510,15	897,96	9.471,13	0,03	57.510,15	0,00
Vigilância Epidemiológica	65.000,00	109.431,21	3.750,13	75.646,67	0,20	33.784,54	5.517,13	74.882,42	0,20	34.548,79	764,25
TRABALHO	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	11.966.450,00	14.215.996,70	2.144.822,19	12.227.922,09	32,90	1.988.074,61	2.373.911,97	12.217.031,00	33,05	1.998.965,70	10.891,09
Ensino Fundamental	7.433.450,00	8.393.601,38	1.404.548,18	7.762.904,47	20,89	630.696,91	1.566.830,52	7.753.916,87	20,97	639.684,51	8.987,60
Ensino Médio	395.000,00	395.000,00	52.701,27	359.822,60	0,97	35.177,40	52.701,27	359.822,60	0,97	35.177,40	0,00
Ensino Superior	300.000,00	360.000,00	49.037,51	348.447,74	0,94	11.552,26	49.037,51	348.447,74	0,94	11.552,26	0,00
Educação Infantil	3.838.000,00	5.067.395,32	638.535,23	3.756.747,28	10,11	1.310.648,04	705.342,67	3.754.843,79	10,16	1.312.551,53	1.903,49
CULTURA	62.000,00	57.000,00	5.993,19	53.415,58	0,14	3.584,42	9.378,19	53.415,58	0,14	3.584,42	0,00
Divulgação Cultural	62.000,00	57.000,00	5.993,19	53.415,58	0,14	3.584,42	9.378,19	53.415,58	0,14	3.584,42	0,00
HABITAÇÃO	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Habituação Urbana	60.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
SAANEAMENTO	165.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	165.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	214.392,00	219.009,95	8.767,70	218.964,45	0,59	45,50	27.982,80	218.964,45	0,59	45,50	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	84.100,00	109.815,95	8.767,70	109.770,45	0,30	45,50	27.982,80	109.770,45	0,30	45,50	0,00
Controle Ambiental	130.292,00	109.194,00	0,00	109.194,00	0,29	0,00	0,00	109.194,00	0,30	0,00	0,00
AGRICULTURA	1.712.000,00	1.740.760,60	237.379,34	1.340.472,04	3,61	400.288,56	249.004,86	1.340.472,04	3,63	400.288,56	0,00
Extensão Rural	1.712.000,00	1.740.760,60	237.379,34	1.340.472,04	3,61	400.288,56	249.004,86	1.340.472,04	3,63	400.288,56	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	718.000,00	1.097.570,09	186.864,03	915.602,84	2,46	181.967,25	211.438,97	915.102,84	2,48	182.467,25	500,00
Turismo	718.000,00	1.097.570,09	186.864,03	915.602,84	2,46	181.967,25	211.438,97	915.102,84	2,48	182.467,25	500,00
COMUNICAÇÕES	3.000,00	34.153,70	848,96	34.055,06	0,09	98,64	848,96	34.055,06	0,09	98,64	0,00

Identificador: WPR1991101-264-TOVET-253785281 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pag 1 / 3





**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49,154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

Telecomunicações	3.000,00	34.153,70	848,96	34.055,06	0,09	98,64	34.055,04	0,09	98,64	0,00
ENERGIA	652.500,00	616.346,80	144.384,78	603.290,33	1,62	13.056,47	603.290,33	1,63	13.056,47	0,00
Energia Elétrica	652.500,00	616.346,80	144.384,78	603.290,33	1,62	13.056,47	603.290,33	1,63	13.056,47	0,00
TRANSPORTE	6.956,428,00	9.213.113,63	1.145.720,94	6.008.558,75	16,17	3.204.554,88	5.847.643,79	15,82	3.365.469,84	160,914,96
Transporte Rodoviário	5.176,428,00	6.937.530,40	994,018,99	6.476.557,63	14,74	1.460.972,77	5.474.757,63	14,81	1.462.772,77	1.800,00
Transportes Especiais	1.780.000,00	2.275.583,23	151.701,95	532.001,12	1,43	1.743.582,26	372.886,16	1,01	1.902.697,07	159,114,96
DESPORTO E LAZER	867.400,00	1.339.175,95	126.170,41	880.356,15	2,37	458.819,80	870.909,28	2,36	468.266,67	9.446,87
Desporto Comunitário	867.400,00	1.339.175,95	126.170,41	880.356,15	2,37	458.819,80	870.909,28	2,36	468.266,67	9.446,87
ENCARGOS ESPECIAIS	2.088.350,00	2.318.841,67	473.532,82	2.312.985,29	6,22	5.856,38	2.312.985,29	6,26	5.856,38	0,00
Serviço da Dívida Interna	1.075.000,00	1.102.073,00	181.452,18	1.102.072,67	2,97	0,33	1.102.072,67	2,98	0,33	0,00
Outros Encargos Especiais	1.013.350,00	1.216.768,67	292.080,64	1.210.912,62	3,26	5.856,05	1.210.912,62	3,28	5.856,05	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>38.823.500,00</b>	<b>46.358.018,03</b>	<b>6.343.931,15</b>	<b>37.166.542,17</b>	<b>100,00</b>	<b>9.191.475,86</b>	<b>36.969.512,62</b>	<b>100,00</b>	<b>9.388.505,41</b>	<b>197.029,55</b>





MUNICÍPIO DE APIUNA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Bimestre Novembro-Dezembro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS				SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			(a)	(b)	(b/III b)	%		(c) = (a-b)	(d)	(d/III d)	

FONTE: Sistema Atende Net - IPM. Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 07:55:49.  
\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 633.345.699-34

MAICON RODRIGO BERNARDI  
Controlador Interno  
CPF: 045.121.929-56

ALEXANDRE PETTERS  
Controlador  
CRC: 023581/0-4/SC



## DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Publicação Nº 1493214



**MUNICÍPIO DE APIUNA - SC**  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Semestre Julho-Dezembro

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.145.981,68</b>	<b>3.455.570,56</b>	<b>3.463.209,74</b>	<b>3.298.593,46</b>	<b>3.995.805,27</b>	<b>3.421.125,08</b>	<b>3.585.736,24</b>	<b>3.336.378,40</b>	<b>3.274.583,63</b>	<b>3.415.984,46</b>	<b>3.301.536,16</b>	<b>4.515.308,77</b>	<b>42.209.813,43</b>	<b>38.668.500,00</b>
Receita Tributária	114.193,93	124.568,19	245.488,47	224.634,03	612.363,81	196.077,98	203.261,35	181.633,68	180.602,45	194.701,14	177.006,54	207.554,41	2.662.325,98	2.994.000,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	43.220,86	403.214,43	40.212,15	42.946,19	40.121,09	43.463,05	35.474,07	3.267,37	3.063,93	654.983,14	600.000,00
ISS	60.162,30	49.575,11	64.797,67	77.226,65	91.811,74	89.671,26	84.032,89	77.394,92	87.437,74	104.385,85	104.385,85	105.577,99	982.994,51	1.100.000,00
ITBI	8.600,00	29.811,00	5.403,16	12.400,00	18.780,00	6.013,44	22.550,00	15.980,00	2.900,00	16.940,00	10.500,00	4.050,00	153.087,60	220.000,00
IRRF	43.604,84	42.170,68	40.969,11	40.436,74	47.185,02	46.151,98	42.539,44	42.349,90	41.092,05	44.141,27	43.779,24	88.152,84	562.573,11	420.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.826,79	3.011,40	134.578,53	51.348,78	51.372,62	14.023,15	11.192,83	6.677,77	5.709,61	7.235,41	15.024,08	6.689,65	308.691,62	254.000,00
Receita de Contribuições	0,00	99.104,44	47.239,31	59.436,41	56.397,60	52.160,09	45.976,25	46.917,69	45.855,28	47.615,18	51.655,47	48.805,38	601.163,10	600.000,00
Receita Patrimonial	32.487,05	27.981,74	43.885,12	25.620,97	38.737,71	27.565,38	29.497,34	28.059,44	20.775,93	19.693,84	14.156,95	19.073,37	327.534,84	81.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.481,01	19.438,64	44.494,02	45.733,34	46.718,61	57.742,77	52.239,11	35.233,23	32.696,30	33.241,24	47.276,63	16.621,32	432.906,22	80.000,00
Transferências Correntes	2.990.313,36	3.172.649,68	3.074.105,39	2.932.999,84	3.218.440,77	3.029.546,50	3.248.985,78	3.039.502,98	2.986.807,05	3.113.153,54	2.988.158,13	4.217.865,61	38.012.218,63	35.175.500,00
Cota-Parte do FPM	743.631,45	953.315,51	597.310,58	719.657,69	816.327,45	752.421,84	971.492,44	659.052,62	553.382,21	627.139,99	645.057,41	1.241.126,73	9.279.915,92	8.550.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.397.113,92	1.242.351,40	1.302.870,16	1.351.948,99	1.236.917,01	1.291.308,54	1.304.373,28	1.323.377,55	1.448.594,12	1.366.287,60	1.393.280,94	1.490.096,71	16.148.500,22	14.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	35.579,63	47.684,88	77.236,23	66.040,12	80.280,85	75.306,07	84.020,33	82.242,66	66.573,89	69.111,02	42.716,44	39.693,91	766.486,03	800.000,00
Cota-Parte do ITR	207,44	63,22	6,30	548,94	122,60	13,56	104,08	11,52	2.619,88	15.959,54	284,28	394,71	20.336,07	15.000,00
Transferências da LC 87/1996	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	4.760,88	57.130,56	60.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	551.272,01	527.792,24	543.851,80	556.597,27	537.364,22	559.630,72	523.419,18	538.518,04	570.394,64	619.790,21	610.167,59	601.705,92	6.740.503,84	5.500.000,00
Outras Transferências Correntes	257.748,03	396.681,55	548.069,44	233.445,95	542.657,76	346.104,89	360.815,59	431.239,71	340.481,43	410.124,30	291.890,59	840.086,75	4.999.345,99	5.750.500,00
Outras Receitas Correntes	7.506,33	11.827,87	7.737,43	10.168,87	23.156,77	58.032,36	5.776,41	5.341,38	7.846,62	7.579,52	23.282,44	5.408,68	173.664,68	138.000,00
DEDUÇÕES (II)	439.773,64	453.500,37	399.474,14	432.258,97	431.157,14	428.222,13	398.761,32	417.526,15	419.071,10	421.550,69	421.223,43	485.064,06	5.147.583,14	4.825.000,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finance. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	439.773,64	453.500,37	399.474,14	432.258,97	431.157,14	428.222,13	398.761,32	417.526,15	419.071,10	421.550,69	421.223,43	485.064,06	5.147.583,14	4.825.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)</b>	<b>2.706.208,04</b>	<b>3.002.070,19</b>	<b>3.063.735,60</b>	<b>2.866.334,49</b>	<b>3.564.648,13</b>	<b>2.992.902,95</b>	<b>3.186.974,92</b>	<b>2.918.852,25</b>	<b>2.855.512,53</b>	<b>2.994.433,77</b>	<b>2.880.312,73</b>	<b>4.030.244,71</b>	<b>37.062.230,31</b>	<b>33.843.500,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA, Emissão: 16/01/2018, às 08:55:08.

Identificador: WPR2001101264-JSVHN-25378886 - Emitido por: ALEXANDRE PETTERS

Pág 1 / 1



**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Publicação Nº 1493215

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	255.900,00	(255.900,00)
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	255.900,00	(255.900,00)
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	SALDO A PAGAR
	(d)	(e)		(f)		(g)	(h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	253.828,45	253.478,11	250.781,56	250.781,56	2.696,55	0,00	3.046,89
DESPESAS DE CAPITAL	253.828,45	253.478,11	250.781,56	250.781,56	2.696,55	0,00	3.046,89
Investimentos	253.828,45	253.478,11	250.781,56	250.781,56	2.696,55	0,00	3.046,89
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016	2017	SALDO ATUAL
	(i)	(j) = (Ib – (IIIf+ IIg))	(k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	0,00	5.118,44	5.118,44

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:19:34.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

Publicação Nº 1493207

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00		
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.567.065,86	35.509.801,56	37.029.894,25	37.062.230,31



RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00		
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	7.604.754,49	7.812.156,34	8.146.576,74	8.153.690,67
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	6.844.279,04	7.030.940,71	7.331.919,07	7.338.321,60

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII- )=(V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:55:18.

\* A linha "Outras garantias nos Termos da LRF" inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

## DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Publicação N° 1493208

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	389.739,01	766.448,78
Interna	389.739,01	766.448,78
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	389.739,01	766.448,78
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001	0,00	0,00
TOTAL (I)	389.739,01	766.448,78

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	37.062.230,31	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	766.448,78	2,07
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.929.956,85	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	5.336.961,16	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.594.356,12	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:59:53.

\* Na linha "Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001" conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

## DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Publicação Nº 1493218

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)			Em reais	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		
		No Bimestre	Até o Bimestre	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00	
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	34.567.065,86	37.062.230,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 09:55:16.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---





**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

Publicação Nº 1493220

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				Em Reais	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO	
	(a)	(b)		(c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.500.000,00	766.448,78		733.551,22	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	10.010.846,19	3.775.378,95	3.609.516,58	165.862,37	6.235.467,24
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	10.010.846,19	3.775.378,95	3.609.516,58	165.862,37	6.235.467,24
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(8.510.846,19)	(3.008.930,17)	-	-	(5.501.916,02)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:16:40.

\* A linha "RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO" refere-se as Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Publicação Nº 1493222

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R\$ 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	Até Dezembro	(b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	2.413.000,00	2.413.000,00	2.423.247,56	100,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	600.000,00	600.000,00	654.983,14	109,16
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	220.000,00	220.000,00	153.087,60	69,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	982.990,51	89,36
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	562.573,11	133,95
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	7.000,00	7.000,00	6.011,41	85,88
Dívida Ativa dos Impostos	51.500,00	51.500,00	45.220,47	87,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	14.500,00	14.500,00	18.381,32	126,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.125.000,00	24.125.000,00	25.737.757,02	106,69
Cota-Parte FPM	8.550.000,00	8.550.000,00	8.511.166,23	99,55
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	20.336,07	135,57
Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	766.486,03	95,81
Cota-Parte ICMS	14.500.000,00	14.500.000,00	16.148.500,22	111,37
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	234.137,91	117,07
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	57.130,56	95,22
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	57.130,56	95,22
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	26.538.000,00	26.538.000,00	28.161.004,58	106,12

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		(c)	Até Dezembro	(d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.772.000,00	2.772.000,00	2.370.900,10	85,53
Provenientes da União	2.508.600,00	2.508.600,00	2.086.751,98	83,18
Provenientes dos Estados	263.400,00	263.400,00	250.588,00	95,14
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	33.560,12	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00



RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro (d)	% (d/c) x 100
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	50.000,00	50.000,00	227.393,16	454,79
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.822.000,00	2.822.000,00	2.598.293,26	92,07

DESPESAS COM SAÚDE  (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g/e) x 100
			Até Dezembro (f)	% (f/e) x 100	Até Dezembro (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	7.754.601,91	8.953.653,51	7.857.782,19	87,76	7.853.064,99	87,71	4.717,20
Pessoal e Encargos Sociais	4.797.561,77	5.423.886,21	5.022.925,88	92,61	5.022.925,88	92,61	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.957.040,14	3.529.767,30	2.834.856,31	80,31	2.830.139,11	80,18	4.717,20
DESPESAS DE CAPITAL	930.378,09	1.175.692,65	256.440,03	21,81	256.440,03	21,81	0,00
Investimentos	930.378,09	1.175.692,65	256.440,03	21,81	256.440,03	21,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	8.684.980,00	10.129.346,16	8.114.222,22	80,11	8.109.505,02	80,06	4.717,20

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i/IVg) x 100
			Até Dezembro (h)	% (h/IVf) x 100	Até Dezembro (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	8.177,62	0,10	8.177,62	0,10	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.112.000,00	4.082.311,15	2.231.042,16	27,50	2.228.777,91	27,48	2.264,25
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	3.112.000,00	4.058.027,92	2.206.759,27	27,20	2.204.495,02	27,18	2.264,25
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	24.283,23	24.282,89	0,30	24.282,89	0,30	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00			
--	--	--	------	------	--	--	--

DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
---	------	------	------	------	------	------	--

DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
--	------	------	------	------	------	------	--

TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	3.112.000,00	4.082.311,15	2.239.219,78	27,60	2.236.955,53	54,85	2.264,25
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	5.572.980,00	6.047.035,01	5.875.002,44	72,40	5.872.549,49	97,16	2.452,95

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	20,86
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VIi - (15 x IIIb) / 100]	1.648.398,80
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	875,00	0,00	875,00	0,00	875,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2013	875,00	0,00	875,00	0,00	875,00



EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
TOTAL	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2013	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro	%	Até Dezembro	%	
(Por Subfunção)			(l)	(l/total l) x 100	(m)	(m/total m) x 100	
Atenção Básica	8.549.980,00	9.952.933,67	8.029.104,42	98,95	8.025.151,47	98,96	3.952,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	70.000,00	66.981,28	9.471,13	0,12	9.471,13	0,12	0,00
Vigilância Epidemiológica	65.000,00	109.431,21	75.646,67	0,93	74.882,42	0,92	764,25
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.684.980,00	10.129.346,16	8.114.222,22	100,00	8.109.505,02	100,00	4.717,20

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 08:50:01.

- \* A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- \* Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- \* Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- \* O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- \* O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- \* O valor  $(VII\%) = (VI(h \text{ ou } i) / IIb \times 100)$ , nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- \* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Publicação Nº 1493223

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)				R\$ 1,00
RECEITAS DE ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro	%
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.413.000,00	2.413.000,00	2.423.247,56	100,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	650.500,00	650.500,00	703.847,25	108,20
1.1.1- IPTU	600.000,00	600.000,00	654.983,14	109,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	50.500,00	50.500,00	48.864,11	96,76
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	220.000,00	220.000,00	153.087,60	69,59
1.2.1- ITBI	220.000,00	220.000,00	153.087,60	69,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.122.500,00	1.122.500,00	1.003.739,60	89,42
1.3.1- ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	982.990,51	89,36
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	22.500,00	22.500,00	20.749,09	92,22
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	562.573,11	133,95
1.4.1- IRRF	420.000,00	420.000,00	562.573,11	133,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.125.000,00	24.125.000,00	26.506.506,71	109,87
2.1- Cota-Parte FPM	8.550.000,00	8.550.000,00	9.279.915,92	108,54
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.550.000,00	8.550.000,00	8.511.166,23	99,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	768.749,69	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.500.000,00	14.500.000,00	16.148.500,22	111,37
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	60.000,00	60.000,00	57.130,56	95,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	234.137,91	117,07
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	20.336,07	135,57
2.6- Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	766.486,03	95,81
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.538.000,00	26.538.000,00	28.929.754,27	109,01
RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro	%
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	947.500,00	947.500,00	975.490,17	102,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	656.500,00	656.500,00	680.853,42	103,71
5.2- Transferência Diretas do PDDE	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	159.500,00	159.500,00	168.812,00	105,84
5.4- Transferência Diretas do PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	120.000,00	120.000,00	106.161,18	88,47
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.500,00	1.500,00	19.663,57	1.310,90
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	540.000,00	540.000,00	576.238,94	106,71
6.1- Transferências de Convênios	540.000,00	540.000,00	570.470,68	105,64
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	5.768,26	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.450.000,00	1.450.000,00	239.000,00	16,48
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.937.500,00	2.937.500,00	1.790.729,11	60,96



FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro	%
		(a)	(b)	(c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.825.000,00	4.825.000,00	5.447.583,14	112,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.710.000,00	1.710.000,00	2.002.232,92	117,09
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.900.000,00	2.900.000,00	3.229.698,98	111,37
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	11.426,04	95,22
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	46.827,72	117,07
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	3.000,00	3.000,00	4.067,13	135,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	160.000,00	160.000,00	153.330,35	95,83
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.520.000,00	5.520.000,00	6.786.336,25	122,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.500.000,00	5.500.000,00	6.740.503,84	122,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.000,00	20.000,00	45.832,41	229,16
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	675.000,00	675.000,00	1.292.920,70	191,54
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	675.000,00	675.000,00	1.292.920,70	191,54
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro	%	Até Dezembro	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d) x100	(g)	(h) = (g/d) x100	(i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.624.000,00	4.582.419,14	4.577.376,01	99,89	4.577.376,01	99,89	0,00
13.1- Com Educação Infantil	800.000,00	1.230.419,14	1.227.967,87	99,80	1.227.967,87	99,80	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.824.000,00	3.352.000,00	3.349.408,14	99,92	3.349.408,14	99,92	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	896.000,00	2.378.681,53	2.362.499,06	99,32	2.362.499,06	99,32	0,00
14.1- Com Educação Infantil	708.000,00	1.294.860,03	1.279.536,20	98,82	1.279.536,20	98,82	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	188.000,00	1.083.821,50	1.082.962,86	99,92	1.082.962,86	99,92	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.520.000,00	6.961.100,67	6.939.875,07	99,70	6.939.875,07	99,70	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	243.600,67
17.1- FUNDEB 60%	95.419,14
17.2- FUNDEB 40%	148.181,53
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	243.600,67

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	6.696.274,40
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%	66,04
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%	32,63
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	1,33

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQ- ENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	243.600,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017	243.600,67

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB
---



DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro	%	Até Dezembro	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d) x100	(g)	(h) = (g/d) x100	(i)
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.388.000,00	3.284.142,85	3.153.829,58	96,03	3.151.926,09	96,03	1.903,49
22.1- Creche	2.388.000,00	3.284.142,85	3.153.829,58	96,03	3.151.926,09	96,03	1.903,49
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.508.000,00	2.525.279,17	2.507.504,07	99,30	2.507.504,07	99,30	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	880.000,00	758.863,68	646.325,51	85,17	644.422,02	85,17	1.903,49
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	5.865.950,00	6.583.220,89	6.546.032,85	99,44	6.538.185,79	99,44	7.847,06
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.012.000,00	4.435.821,50	4.432.371,00	99,92	4.432.371,00	99,92	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.853.950,00	2.147.399,39	2.113.661,85	98,43	2.105.814,79	98,43	7.847,06
24- ENSINO MÉDIO	200.000,00	200.000,00	181.822,89	90,91	181.822,89	90,91	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	575.000,00	820.000,00	785.337,87	95,77	785.337,87	95,77	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.028.950,00	10.887.363,74	10.667.023,19	97,98	10.657.272,64	97,98	9.750,55

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.292.920,70
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49 h)	45.832,41
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	243.600,67
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	86.722,65
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	1.669.076,43
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))	8.030.786,00
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	27,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADA		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até Dezembro	%	Até Dezembro	%	
		(d)	(e)	(f) = (e/d) x100	(g)	(h) = (g/d) x100	(i)
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	658.000,00	726.969,37	466.699,63	64,20	465.559,09	64,20	1.140,54
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.279.500,00	2.601.663,59	1.094.199,27	42,06	1.094.199,27	42,06	0,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	2.937.500,00	3.328.632,96	1.560.898,90	46,89	1.559.758,36	46,89	1.140,54
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	11.966.450,00	14.215.996,70	12.227.922,09	86,02	12.217.031,00	86,02	10.891,09

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
	(h)	
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	243.600,67	68.969,37
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.040.503,84	680.853,42
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.962.607,14	464.874,24
48.1- Orçamento do Exercício	7.962.607,14	464.874,24
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	45.832,41	10.175,92
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(632.670,22)	295.124,47
51- (+) Ajustes	1.022.732,07	35,42
51.1- Retenções	1.022.732,07	35,42
51.2- Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	90.061,85	295.159,89

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 09:09:04.

\* A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

\* A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

\* Caput do artigo 212 da CF/1988.

\* A linha "34" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

\* A linha "38" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

\* Nas linhas "36" e "37", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Publicação Nº 1493225

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				Em Reais
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00



Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até Dezem- bro/2017	Até Dezem- bro/2016	Até Dezem- bro/2017	Até Dezem- bro/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefini	0,00



Outros Aportes para o RPPS	0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 17/01/2018, às 11:50:58.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Publicação Nº 1493226

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)			Em Reais
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2016	Em 30/Junho/2017	Em 31/Dezembro/2017
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.142.256,32	3.035.141,15	2.958.774,81
DEDUÇÕES (II)	3.598.925,91	5.622.576,94	3.695.695,48
Disponibilidade de Caixa	3.594.381,81	5.615.813,89	3.689.154,46
Disponibilidade de Caixa bruta	3.662.882,28	5.615.813,89	3.829.305,85
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	68.500,47	0,00	140.151,39
Demais Haveres Financeiros	4.544,10	6.763,05	6.541,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Julho à Dezembro	Até Dezembro
	(VIc - VIb)	(VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	556.587,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 09:22:42.

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Publicação Nº 1493227

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			Em reais
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	33.762.500,00	36.734.695,47	34.274.796,17
Receitas Tributárias	2.594.000,00	2.662.325,98	2.566.087,06
IPTU	600.000,00	654.983,14	583.917,30
ISS	1.100.000,00	982.990,51	1.001.913,22
ITBI	220.000,00	153.087,60	239.136,52
IRRF	420.000,00	562.573,11	497.791,79
Outras Receitas Tributárias	254.000,00	308.691,62	243.328,23
Receitas de Contribuições	600.000,00	601.163,10	586.226,25
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	600.000,00	601.163,10	586.226,25
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00



RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			Em reais
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até Dezembro/2017	Até Dezembro/2016
Receita Patrimonial	81.000,00	327.534,84	292.269,69
(-) Aplicações Financeiras	81.000,00	327.534,84	292.269,69
Transferências Correntes	30.350.500,00	32.864.635,49	30.932.913,34
Cota Parte FPM	6.840.000,00	6.808.933,31	7.170.029,04
Cota Parte ICMS	11.600.000,00	12.918.801,24	11.558.631,72
Cota Parte IPVA	640.000,00	613.155,68	582.534,55
Convênios	560.000,00	672.441,32	770.498,31
Outras Transferências Correntes	10.710.500,00	11.851.303,94	10.851.219,72
Demais Receitas Correntes	218.000,00	606.570,90	189.569,52
Dívida Ativa	57.000,00	48.492,49	48.260,81
Diversas Receitas Correntes	161.000,00	558.078,41	141.308,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.070.000,00	1.663.899,97	3.007.571,51
Operações de Crédito (III)	1.500.000,00	766.448,78	1.731.139,02
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	255.900,00	88.570,00
Transferências de Capital	4.570.000,00	641.551,19	1.187.862,49
Convênios	4.570.000,00	581.551,19	1.037.862,49
Outras Transferências de Capital	0,00	60.000,00	150.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.570.000,00	641.551,19	1.187.862,49
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	38.332.500,00	37.376.246,66	35.462.658,66

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até Dezem- bro/2017	Até Dezem- bro/2016	Até Dezem- bro/2017	Até Dezem- bro/2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	36.247.171,84	33.391.163,22	31.158.036,51	33.359.996,04	31.102.649,90	31.167,18	55.386,61
Pessoal e Encargos Sociais	18.466.455,51	17.937.777,02	16.351.207,62	17.937.777,02	16.351.207,62	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	159.560,69	159.560,69	59.782,92	159.560,69	59.782,92	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.621.155,64	15.293.825,51	14.747.045,97	15.262.658,33	14.691.659,36	31.167,18	55.386,61
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	36.087.611,15	33.231.602,53	31.098.253,59	33.200.435,35	31.042.866,98	31.167,18	55.386,61
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.010.846,19	3.775.378,95	6.098.738,50	3.609.516,58	4.640.850,11	165.862,37	1.457.888,39
Investimentos	9.068.333,88	2.832.866,97	5.524.684,69	2.667.004,60	4.066.796,30	165.862,37	1.457.888,39
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	942.512,31	942.511,98	574.053,81	942.511,98	574.053,81	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	9.068.333,88	2.832.866,97	5.524.684,69	2.667.004,60	4.066.796,30	165.862,37	1.457.888,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	45.255.945,03	36.064.469,50	36.622.938,28	35.867.439,95	35.109.663,28	197.029,55	1.513.275,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(6.923.445,03)	1.311.777,16	(1.160.279,62)	1.508.806,71	352.995,38	0,00	0,00

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	2.948.455,31	-	2.948.455,31	-	-	-
---------------------------------	---	--------------	---	--------------	---	---	---

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(506.000,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 09:43:00.

\* A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---



DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 1493231



MUNICÍPIO DE APIUNA - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: 49.154  
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Semestre Julho-Dezembro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	EXERCÍCIOS ANTERIORES							RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Em Reais
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016	(b)				(a)	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					(g)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g)-(i+j)	l = (e+k)			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	0,00	68.500,47	68.500,47	0,00	0,00	0,00	1.513.275,00	848.028,50	848.028,50	243.119,33	422.127,17	422.127,17			
Executivo	0,00	68.500,47	68.500,47	0,00	0,00	0,00	1.513.275,00	848.028,50	848.028,50	243.119,33	422.127,17	422.127,17			
Encargos Gerais do Município	0,00	27.398,25	27.398,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Fundo Municipal da Assistência Social	0,00	238,49	238,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Fundo Municipal de Saude	0,00	5.183,90	5.183,90	0,00	0,00	0,00	875,00	875,00	875,00	0,00	0,00	0,00			
Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	0,00	39,77	39,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Secretaria da Indústria, Comercio e Turismo	0,00	3.147,07	3.147,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Secretaria de Administração e Finanças	0,00	12.597,70	12.597,70	0,00	0,00	0,00	3.410,00	3.050,00	3.050,00	0,00	360,00	360,00			
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	0,00	466,80	466,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Secretaria de Educacao e Cultura	0,00	12.873,42	12.873,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Secretaria de Esportes e Lazer	0,00	1.298,89	1.298,89	0,00	0,00	0,00	917,28	0,00	0,00	0,00	917,28	917,28			
Secretaria de Transportes e Obras	0,00	5.256,18	5.256,18	0,00	0,00	0,00	1.508.072,72	844.103,50	844.103,50	243.119,33	420.849,89	420.849,89			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	68.500,47	68.500,47	0,00	0,00	0,00	1.513.275,00	848.028,50	848.028,50	243.119,33	422.127,17	422.127,17			

RPREO - ANEXO 7 (URF, art. 53, inciso V)

TOTAL (III) = 16.012.018,48 em 09/47/32

TOTAL (III) = 16.012.018,48 em 09/47/32

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE APIUNA, Emissão: 16/01/2018, às 09:47:32.

JOSE GERSON GONCALVES  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF: 633.345.699-34

ALEXANDRE PETTERS  
Contador  
CRC: 0235810/0-4/SC

MAICON RODRIGO BERNARDI  
Controlador Interno  
CPF: 045.121.929-56



**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

Publicação Nº 1493209

LRF, art. 48 - Anexo 6		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita corrente líquida		37.062.230,31
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.119.310,24	48,89
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	20.013.604,37	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	19.012.924,15	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	44.474.676,37	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.153.690,67	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	766.448,78	2,07
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	5.929.956,85	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Crédito/ Antecipação da Receita	2.594.356,12	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	197.029,55	3.267.027,29

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 11:32:42.

JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC	MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56
--	---	---

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Publicação Nº 1493234

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Dezembro
RECEITAS	
Previsão Inicial	39.913.500,00
Previsão Atualizada	39.913.500,00
Receitas Realizadas	38.726.130,28
Déficit Orçamentário	0,00
SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.948.455,31
DESPESAS	
Dotação Inicial	38.823.500,00
Créditos Adicionais	7.534.518,03
Dotação Atualizada	46.358.018,03
Despesas Empenhadas	37.166.542,17
Despesas Liquidadas	37.166.542,17
Despesas Pagas	36.829.361,23
Superávit Orçamentário	1.559.588,11
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Dezembro
Despesas Empenhadas	37.166.542,17
Despesas Liquidadas	37.166.542,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Dezembro
Receita Corrente Líquida	37.062.230,31
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até Dezembro
Regime Geral de Previdência Social	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00



RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até Dezembro
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	38.726.130,28
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	38.726.130,28
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	38.726.130,28

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Dezembro(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	556.587,00	0,00	0,00
Resultado Primário	(506.000,00)	1.508.806,71	(298,18)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Dezembro	Pag. Até Dezembro	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	68.500,47	0,00	68.500,47	0,00
Poder Executivo	68.500,47	0,00	68.500,47	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.513.275,00	243.119,33	848.028,50	422.127,17
Poder Executivo	1.513.275,00	243.119,33	848.028,50	422.127,17
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.581.775,47	243.119,33	916.528,97	422.127,17

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Dezembro	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Dezembro
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.030.786,00	25,00	27,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	4.481.956,87	60,00	66,04
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Dezembro	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	766.448,78	733.551,22
Despesa de Capital Líquida	3.775.378,95	6.235.467,24

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário(VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Dezembro	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	255.900,00	(255.900,00)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	250.781,56	350,34

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Dezembro	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Dezembro
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.872.549,49	15,00	20,86



DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE APIUNA. Emissão: 16/01/2018, às 10:12:40.	
JOSE GERSON GONCALVES PREFEITO MUNICIPAL CPF: 633.345.699-34	ALEXANDRE PETTERS Contador CRC: 023581/0-4/SC
MAICON RODRIGO BERNARDI Controlador Interno CPF: 045.121.929-56	

**EXTRATO INEXIGIBILIDADE N° 17/2018**

Publicação N° 1493342

Prefeitura Municipal de Apiúna

Extrato de Inexigibilidade de Licitação

Processo nº 17/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES, DIRETORES, E SECRETÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Contratado: PROFESSOR DALTRO DESENVOLVIMENTOS E TREINAMENTOS LTDA – ME CNPJ: 15.316.617/0001-98

Valor Total: R\$ 7.970,00 (sete mil e novecentos e setenta reais)

Fundamento: Art. 25, II e Art. 13, VI da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna



# Arabutã

## PREFEITURA

### CONCURSO PUBLICO 01/2018 RETIFICADO

Publicação Nº 1493103

#### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 - RETIFICADO

O Município de Arabutã SC, inscrito no CNPJ nº 95.995.221/0001-53, com sede na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, Arabutã, SC, torna público que se encontram abertas, no período de 11 de janeiro de 2018 a 14 de fevereiro de 2018, as inscrições para o concurso público com vistas ao preenchimento de cargos efetivos vagos ou que vierem a vagar, no prazo do certame, constantes no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, classe inicial, previstos na Lei Complementar nº 204, de 26 de dezembro de 2017, os quais se submeterão ao plano de carreira previsto na Lei Complementar nº 158 de 29 de dezembro de 2014, com suas alterações e regime estatutário previsto na Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014 com suas alterações, regendo-se o certame de acordo com as instruções deste Edital.

#### 1. DOS CARGOS E DAS VAGAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com a função, carga horária semanal, vencimento e habilitação consignados no mesmo.

1.2. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência 5% (cinco por cento) das vagas, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

1.3. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, da Presidência da República.

1.4. O candidato portador da deficiência deverá necessária e obrigatoriamente, no ato da inscrição, anexar laudo médico escaneado para a Amauc, emitido há menos de 6 (seis) meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência ou origem da deficiência.

1.5. Antes do deferimento da inscrição, o candidato submeter-se-á a avaliação por uma equipe multidisciplinar, na forma de que dispõe o item 7 da Instrução Normativa nº 7/96, do Tribunal Superior do Trabalho – TST, cuja avaliação, também, servirá para suprir o exigido no item 5.1.2 deste Edital.

1.6. O candidato que não anexar o laudo médico no ato da inscrição e/ou não se submeter à avaliação ou não se enquadrar como pessoa portadora de deficiência será considerado como não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

1.7. O candidato portador de deficiência indicará essa condição na inscrição e encaminhará a Amauc o original do laudo médico e assinará declaração de que a deficiência é compatível com o exercício das atribuições do cargo e que conhece o teor da Instrução Normativa nº 7/96 do TST.

1.8. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, devendo solicitar, por escrito, e encaminhar junto com os demais documentos, as providências que entender necessárias para atendimento especial na realização dos testes.

1.8.1 O atendimento especial será concedido conforme os critérios da razoabilidade e será dado a conhecer ao candidato quando da informação de como irá prestar a prova.

1.8.2 A não indicação prévia deste atendimento especial implicará na não concessão do atendimento no dia da realização da(s) prova(s).

1.9. O candidato terá à disposição a lista de atribuições do cargo e poderá obter maiores informações sobre as condições para o seu exercício junto à Responsável pelo Recursos Humanos, no Centro Administrativo Municipal.

#### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

As inscrições serão realizadas no período das 08 h do dia 11 de janeiro de 2018 às 23:59 h do dia 14 de fevereiro de 2018, pela internet, mediante formulário específico, disponibilizado nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br).

2.2. O candidato será responsável por qualquer erro e omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição. O candidato que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital terá sua inscrição indeferida.

2.2.1 O candidato que prestar qualquer declaração falsa ou inexata terá sua inscrição cancelada e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e etapas, e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. As inscrições serão realizadas exclusivamente pela INTERNET, por meio do preenchimento de formulário específico, disponibilizado nos sites [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), no período das 08 h do dia 11/01/2018 às 23:59 h do dia 14/02/2018.

2.4. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar sua opção do cargo descrito no ANEXO I deste Edital.

2.5. Caso seja realizada inscrição para mais de um cargo, o candidato será considerado ausente na(s) prova(s) em que não comparecer e automaticamente eliminado do concurso para as vagas para as quais não realizar a(s) prova(s).

2.6. Efetivada a inscrição, não será permitida alteração da opção de cargo apontada na ficha de inscrição.

2.7. As inscrições encerrarão às 23:59 h do dia 14 de fevereiro de 2018, não sendo possível qualquer outra forma de inscrição após esse prazo.

2.8. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, no dia 19 de fevereiro de 2018, o presidente da Comissão do Concurso publicará as inscrições na forma disposta no item 11.1 deste Edital, que serão posteriormente homologadas no dia 23/02/2017 pelo do Poder Executivo Municipal.



### 3. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1. Para inscrever-se, o candidato deverá no período de inscrição:

3.1.1. Acessar o site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) e localizar o "banner" Concurso Público;

3.1.2. Ler na íntegra o Edital, fazer o cadastro do candidato se for o primeiro acesso, caso já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição, optando por apenas um cargo, no qual declarará estar ciente das condições exigidas e das normas expressas no Edital;

3.1.3. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

3.1.4. Imprimir uma cópia do Requerimento da Inscrição e do Boleto e efetuar o pagamento até às 20 h do dia 15/02/2018.

3.1.5. A formalização da inscrição somente se dará com o adequado preenchimento de todos os campos da ficha de inscrição pelo candidato, e a confirmação do pagamento do boleto, salvo para os que preencherem os requisitos para isenção.

3.1.6. O descumprimento das instruções para a inscrição pela internet implicará a não efetivação da inscrição.

3.1.7. A partir de 19 de fevereiro de 2018, o candidato deverá conferir no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) a publicação da lista dos inscritos. Caso seja detectada falta de informação, o candidato deverá interpor recurso acessando a área do candidato, tendo o prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação da lista de inscritos.

3.1.8. O Município de Arabutã e a Amauc não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3.1.9. O comprovante de inscrição do candidato será o documento impresso da inscrição e o boleto, devidamente quitado.

3.1.10. A Prefeitura Municipal de Arabutã disponibilizará, na sua sede administrativa, computador com acesso a internet para que os candidatos que necessitarem durante o período das inscrições, das 08 h às 11 h e das 14 h às 16 h de segunda à sexta-feira.

3.1.11. Em caso de inscrições erradas e pagamento das mesmas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar corretamente a sua inscrição para o cargo a qual pretende concorrer.

### 4. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. A taxa para inscrição no presente Concurso Público será R\$ 100,00.

4.2. O período para o candidato requerer a isenção da taxa de inscrição do Concurso Público 01/2018 é do dia 11 de janeiro de 2018 ao dia 25 de janeiro de 2018.

4.3. Ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição do concurso público:

a) os doadores de sangue;

b) aqueles que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e não pelo programa mencionado no inciso anterior;

d) os doadores de medula óssea.

4.4. Documentação necessária para receber a isenção:

a) a comprovação de qualidade de doador de sangue se fará através de apresentação de documento expedido pela unidade coletora. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a duas doações no lapso de um ano antes da inscrição no Concurso Público.

b) a comprovação de enquadramento na situação prevista na letras b, do item 4.2, se fará através de documento adequado, nos termos das normas regulamentadoras dos referidos programas sociais.

c) a comprovação da qualidade de doador de medula óssea se fará através de apresentação de documento expedido pela unidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

4.5. Os documentos necessários para comprovação da isenção deverão ser escaneados e anexados junto com o requerimento de inscrição.

4.5.1. A Prefeitura de Arabutã e a Amauc não se responsabilizam se os documentos não chegarem ao destino correto.

4.5.2. O NÃO recebimento, pela Amauc, dos documentos comprobatórios de isenção da taxa de inscrição, implicará no indeferimento da inscrição por falta de pagamento.

### 5. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA:

5.1. Se aprovado no Concurso, para o candidato ser investido no cargo (admitido no serviço público), obrigatoriamente deverá apresentar os documentos e preencher os requisitos a seguir expostos e considerar o item 9.4 deste Edital:

5.1.1. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.1.2. Ter aptidão física e mental, demonstrada através de atestado médico de saúde fornecido por profissional médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos que trata o Anexo II deste Edital (ao portador de deficiência basta o laudo de que trata o item 1.5), os quais são de responsabilidade do candidato;

5.1.3. Apresentar cópia legível, acompanhada de original, para autenticação no local, quando for o caso, dos seguintes documentos:

1. Certidão de Casamento ou Nascimento;

2. Carteira de Identidade, a fim de comprovar a nacionalidade brasileira;

3. Cadastro de Pessoa Física – CPF;

4. Título de Eleitor;

5. Comprovante da última votação ou justificativa, a fim de comprovar que está no gozo dos direitos políticos;

6. Carteira de Reservista ou equivalente, a fim de comprovar que esta quite com as obrigações militares;

7. Atestado de Boa Conduta, a fim de comprovar a inexistência de antecedentes criminais;

8. Comprovante da escolaridade/qualificação exigida para o cargo (conforme consta no Anexo I);

9. Quando for o caso, comprovante de inscrição no órgão fiscalizador da categoria (carteira e/ou cartão de identificação ou equivalente);

10. Quando for o caso, Carteira Nacional de Habilitação, na categoria exigida para o cargo;

11. Quando for o caso, comprovante de quitação da anuidade junto ao Conselho da Categoria;

12. Certidão de Nascimento dos filhos;

13. Carteira de Trabalho – da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

14. PIS/PASEP (frente e verso);

15. Tipagem sanguínea;

16. Declaração de que não acumulará cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal/1988 e



de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou do regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição Federal/1988;

17. Declaração de bens;

18. Número da conta corrente, no Banco do Brasil/Sicoob Crediauc;

19. Comprovante de endereço e telefone, atualizados.

## 6. DO REGIME JURÍDICO

6.1. Os habilitados e aprovados neste Concurso serão admitidos sob o regime jurídico estatutário, nos termos da legislação do Município de Arbutã SC, em especial ao disposto na LC 158/2014, LC 159/2014 e LC 204/2017.

## 7. DAS PROVAS

7.1. O concurso Público compreenderá a realização de prova:

7.1.1 - objetiva, de caráter eliminatório; de prova de títulos e de prova prática, de caráter classificatório, para o cargo de: Instrutor de Música;

7.1.2 - objetiva de caráter eliminatório, para os cargos de: Procurador Municipal e Agente de Tecnologias Agropecuárias;

7.2. Todas as provas, sejam elas escritas ou práticas, terão pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula. A média final será obtida mediante a aplicação do peso atribuído a cada prova.

7.3. A prova escrita será constituída de questões objetivas de múltipla escolha (a, b, c, d), sendo em cada questão somente uma alternativa correta.

a) CONTEÚDO Nº QUESTÕES (40 quarenta questões):

Área de conhecimento	Número de questões
Conhecimentos específicos	25 (vinte e cinco)
Língua portuguesa	05 (cinco)
Conhecimentos gerais e atualidades	05 (cinco)
Informática	05 (cinco)

b) A cada questão correta, independentemente da área de conhecimento, será atribuído 0,25 pontos.

7.4. Será nula a resposta dada pelo candidato quando:

a) o cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras, ainda que legíveis;

b) a questão apresentar mais de uma opção assinalada;

c) não estiver assinalada no cartão-resposta;

d) preenchida fora das especificações;

7.4.1. Para todos os efeitos, os fiscais de prova constarão na ata circunstanciada a ocorrência dos fatos acima.

7.5. As questões anuladas pela Comissão serão computadas, para todos os candidatos, como resposta certa.

7.6. Durante a realização das provas, o candidato não poderá consultar livros, apostilas ou anotações, nem utilizar calculadoras, celulares e similares, sob pena de ser eliminado do concurso.

7.7. Será excluído do concurso o candidato que tentar fraudar as provas ou for responsável por falsa identificação.

7.8. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala de provas deverão retirar-se do local simultaneamente.

7.9. O programa das provas escritas e a metodologia das provas práticas constam nos Anexos III e IV.

7.10. Somente serão classificados para a prova prática, candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova escrita correspondente ao cargo pretendido. Todos os candidatos empatados no último grau (última nota) de classificação serão admitidos a participar da prova prática.

7.11. Para os cargos em que não há prova prática, constarão na lista de classificados todos os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

7.12. O candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática estará desclassificado.

7.13. Ocorrendo empate na classificação, dar-se-á preferência, pela ordem:

7.13.1. Ao que obtiver melhor nota na prova escrita;

7.13.2. Ao que obtiver melhor nota em conhecimento específico;

7.13.3. Ao que tiver idade mais elevada;

7.13.4. Persistindo o empate, será realizado sorteio.

7.14. O sorteio de que trata o item 7.13.4 será realizado em ato público, em local e data anunciada com, pelo menos, 1 (um) dia de antecedência, na forma do item 11.1.

7.15. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas – Anexo IV, que avaliarão as aptidões e o desempenho dos candidatos na função que pretendem exercer, na forma abaixo:

7.15.1. Para o cargo de Instrutor de Música, o concurso constará de provas escrita, de caráter eliminatório; prova de títulos e prática, de caráter classificatório.

A nota final será a média das provas, considerados os seguintes pesos:

· Prova Escrita: 50%;

· Prova Prática: 30%;

- Prova de Títulos: 20%

7.15.2. A prova de títulos é de caráter classificatório. Consideram-se títulos e sua pontuação atribuída aqueles, devidamente reconhecidos pelo Ministério de Educação e/ou entidade por ele credenciado. Os diplomas ou certificados de conclusão de qualquer curso de pós – graduação ou de aperfeiçoamento obtidos no exterior deverão estar validados em instituição de ensino brasileira nos termos da legislação vigente. Serão considerados títulos e pontuação os seguintes:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
---------	-----------



Diploma ou certificado de conclusão de mestrado na área de música.	1,0 (um) ponto, limitado a um título.
Diploma ou certificado de conclusão de especialização/pós-graduação na área de música.	0,75 (setenta e cinco centésimos) de pontuação para especialização, limitado a um título.
Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de música no período de 2015 a 2017.	0,50 (cinquenta centésimos) de ponto para cada 200 (duzentas) horas de curso de aperfeiçoamento e/ou atualização na área de música, desprezadas as horas excedentes ao período estabelecido.
Tempo de serviço como instrutor musical até o ano de 2017	0,05 (cinco centésimos) de ponto para cada ano de tempo de serviço na função sendo que a pontuação máxima a ser atingida é de 0,75 (setenta e cinco centésimos), compreendidos em até 15 anos.

7.15.3. Ao número de pontos obtidos pelos candidatos na prova serão somados os números de pontos referentes aos títulos para classificação final.

7.15.4. O número de pontos obtidos só será computado para os candidatos que obtiverem a média exigida para a aprovação da prova objetiva.

7.15.5. O Tempo de serviço será comprovado mediante apresentação de certidão emitida pelo órgão público competente e/ou instituição de ensino privada com reconhecimento oficial, que ateste a qualificação do candidato, a função desempenhada e o respectivo período.

7.15.6. Não será computado como tempo de serviço, o estágio.

7.15.7. Os referidos títulos somente serão computados se escaneados e anexados no ato da inscrição.

7.15.8. Não serão considerados os títulos apresentados fora o prazo ou de forma diferentea estabelecida neste edital.

7.16. Para os demais cargos não descritos no subitem 7.15.1 o concurso constará somente de prova escrita, de caráter eliminatório conforme descrito no item 7.1.2.

7.17. Serão considerados aprovados os que obtiverem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

## 8. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS, DAS DATAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

8.1. As provas escritas serão realizadas no dia 11 de março de 2018, tendo como local o Grupo Escolar Paulo Freire, localizado na Avenida dos Imigrantes, nº 139, no Bairro Nicolau Petry, Arabutã - SC, com início às 09 horas e término às 12 horas.

8.2. Serão publicados, nos locais previstos no item 11.1:

8.2.1. O gabarito das provas escritas estará disponível no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) no dia 12 de março de 2018, a partir das 10 hs;

8.2.2. No dia 16 de março de 2018 será publicada a Classificação Preliminar, com as respectivas notas dos candidatos que efetuaram a prova escrita.

8.3. As listas dos classificados, em qualquer etapa, serão publicadas contendo a classificação com todas as notas atribuídas ao candidato e em listagem separada para os candidatos portadores de deficiência.

8.4. Os candidatos não aprovados (que não obtiverem a nota mínima), com interesse no conhecimento da sua nota, deverão formular requerimento, por escrito, à Amauc, não sendo revelada a mesma para terceiros.

8.5. A prova prática será realizada no dia 25 de março de 2018, mediante agenda exposta em 22 de março de 2018, na forma do item 11.1, indicando as datas, os horários e os locais em que cada candidato deverá comparecer.

8.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item anterior, implicará sua desclassificação do Concurso.

8.7. Na realização das provas, sejam elas escritas ou práticas, o candidato deverá observar o disposto no Título I, do Anexo III, deste Edital.

8.8. As provas escritas estarão à disposição dos candidatos a partir do primeiro dia útil ao da realização da prova, no setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, Arabutã SC, das 8 horas às 11h30min e das 13h30min às 17 horas.

8.9. As notas finais, inclusive da prova prática e a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 11.1 deste Edital, no dia 02 de abril de 2018.

8.10. A lista dos aprovados, homologada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, será publicada no dia 06 de abril de 2018, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

## 9. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A validade do Concurso será de 2(dois) anos, com a possibilidade de prorrogação por igual período.

9.2. A aprovação neste Concurso não caracteriza direito de nomeação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitando-se a classificação obtida e o disposto no item 11.2 deste Edital.

9.3. Não poderão participar do Concurso Público o Prefeito, o Vice-Prefeito, os membros da Comissão do Concurso Público e os integrantes da pessoa jurídica executora do concurso e seus prepostos, assim como, seus parentes em linha direta, colateral e afins, até segundo grau.

9.4. O candidato aprovado que não se apresentar no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, no prazo de dez (dez) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas nos itens 5.1.1 a 5.1.3, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada no Concurso, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

9.5. A inscrição do candidato implicará o conhecimento dessas instruções e compromisso, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive na legislação em vigor.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

10.1.1. Do presente Edital;

10.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

10.1.3. Da formulação das questões;

10.1.4. Da discordância com o gabarito das provas objetivas;

10.1.5. Da discordância com a aplicação da prova prática;



## 10.1.6. Da classificação;

10.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Chefe do Poder Executivo Municipal, cuja decisão será publicada na forma do item 11.1 deste Edital.

10.3.1. Os recursos de que tratam os itens 10.1.3 e 10.1.4 deverão ser interpostos sem a possibilidade de identificar o recorrente, em formulário específico, disponibilizado no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br), clicar no link Concurso Público, acessar a Área do Candidato, clicar em Recursos e Requerimentos, preencher online o formulário de recurso e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas, indicando o cargo a que se refere à prova, número da questão e sua fundamentação justificada.

10.3.1.1. A questão que eventualmente venha a ser anulada ou seu resultado alterado estender-se-á a todos os demais candidatos, independente de terem ou não interposto o recurso.

10.3.2. Os demais recursos deverão conter: nome do candidato recorrente, número da inscrição, endereço completo para correspondência e sua fundamentação.

10.4. O requerimento do recurso deverá ser dirigido à Comissão do Concurso e apresentado exclusivamente, pela internet no site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) ou [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br) no link do Concurso Público, acessar a Área do Candidato e clicar em Recursos e Requerimentos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados na forma do art. 110 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a partir da publicação do ato que deu causa, ou seja:

10.4.1. Da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento de inscrição de outro candidato;

10.4.2. Dos gabaritos, para a impugnação de questões formuladas;

10.4.3. Da realização da prova prática para os fins que dispõe o item 2.6 do Título II do Anexo III deste Edital;

10.4.4. Da lista de classificação dos candidatos, por erro de leitura do gabarito ou da soma das notas.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos das provas escritas, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Concurso, serão publicados, exclusivamente, na Internet nos seguintes endereços: [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br) e [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br). A lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada no órgão oficial de publicação do Município e em jornal de circulação local.

11.2. Poderá a critério da Administração Municipal, mediante ato justificado do Prefeito, chamar número maior de classificados do que as vagas expostas no Anexo I, aproveitando os candidatos classificados durante a vigência do Concurso.

11.3. Demais informações necessárias poderão ser obtidas junto ao Setor de Recursos Humanos na Prefeitura de Arabutã, SC e pelo site [www.amauc.org.br](http://www.amauc.org.br).

11.4. O presente Edital poderá ser obtido somente na internet nos endereços indicado no item 11.1.

11.5. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

11.6. Os cadernos das provas não retirados pelos interessados ficarão guardados pelo prazo de 6 (seis) meses, após isto serão incinerados. Os demais documentos pertinentes a este concurso público, permanecerão arquivados na Prefeitura pelo prazo de 5 (cinco) anos, após serão incinerados.

11.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

11.8. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

11.8.1. Anexo I – Quadro de vagas a serem preenchidas;

11.8.2. Anexo II – Exames médicos necessários

11.8.3. Anexo III – Aplicação das provas e metodologia das provas práticas;

11.8.4. Anexo IV – Programa das Provas Escritas e Práticas – Conteúdos;

11.8.5. Anexo V - Calendário do Concurso.

11.8.6. Anexo VI – Missão, Responsabilidade e Requisitos dos Cargos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, aos 17 de janeiro de 2018.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita Municipal

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

## ANEXO I

1. Descrição dos cargos e respectiva carga horária semanal, vagas, vencimento e escolaridade/qualificação, a serem providos através de Concurso Público, conforme Lei Complementar Nº 204/2017.

## CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

## GRUPO C – SERVIÇOS OPERACIONAIS CIENTÍFICOS

Cargo	Carga Horária Semanal	Quantidade de Vagas	Vencimento	Escolaridade/Qualificação
Agente de Tecnologias Agropecuárias	40 h	01	1.704,00	Técnico em Agropecuária, Técnico em Agronegócio, Técnico Agrícola e outras formações técnicas da área afim e/ou Graduação em nível superior em Administração Rural, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Florestal e outras formações em nível superior na área das Ciências Agrárias, com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício profissional, no que couber.



Instrutor de Música	40 h	01	R\$ 3.200,00	Nível Superior em Música, Artes, Pedagogia com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício, quando for o caso
Procurador Municipal	20 h	01	R\$ 3.500,00	Nível Superior em Direito, com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018 ANEXO II

### 1. EXAMES NECESSÁRIOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

Os exames a seguir relacionados deverão ser realizados por conta do candidato e apresentados no dia determinado para o exame admissional, este efetuado por Médico da Prefeitura Municipal de Arabutã.

O exame clínico (admissional) será aplicado a todas as categorias. Se esse justificar a necessidade, poderão ser realizadas outras análises a fim de elucidar o estado de saúde do candidato.

### CARGO/FUNÇÃO EXAMES

CARGO/FUNÇÃO	EXAMES
Agente de Tecnologias Agropecuária Procurador Municipal	Exame clínico Hemograma Glicemia Comum de urina RX da coluna lombar e cervical
Instrutor de Música	Exame clínico Hemograma Glicemia Comum de urina RX da coluna lombar e cervical Audiometria

a) Poderão ser solicitados outros exames laboratoriais e complementares, a critério médico, durante a avaliação admissional.

b) Candidatos com 40 anos de idade ou mais, aprovados para qualquer um dos cargos, além dos exames próprios da função, serão solicitados mais os seguintes exames:

- Hemograma;
- Glicemia;
- Triglicerídeos;
- Colesterol total e frações;
- Comum de Urina;
- Avaliação Cardiológica com ECG;
- Avaliação Oftalmológica

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

### ANEXO III

#### TÍTULO I

#### DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1 - Na realização das provas, sejam elas escritas ou práticas, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

- a) comparecer no local das provas, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do início das mesmas, portando caneta esferográfica com tinta azul ou preta;
- b) a prova escrita terá duração mínima de 30 minutos e máxima de 3 (três) horas;
- c) durante a realização das provas escrita e/ou prática não será admitida, sob pena de eliminação:
  - c.1) qualquer espécie de consulta;
  - c.2) uso de máquina calculadora;
  - c.3) aparelho de comunicação, salvo os disponibilizados e autorizados pela Amauc;
  - c.4) fumar nos locais da prova;
  - c.5) comunicação entres candidatos, permitida apenas com os fiscais;
  - c.6) perturbar de qualquer modo a execução dos trabalhos;
  - c.7) utilizar de qualquer recurso fraudulento;
- d) a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar previamente atendimento especial para esse fim, devendo no dia da (s) prova (s) esta acompanhada de pessoa adulta, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança;
  - d.1) o acompanhante terá acesso ao local da (s) prova(s) até o horário estabelecido para o fechamento dos portões, ficando com a criança na sala reservada para o fim, onde será identificado;
  - d.2) o município de Arabutã não disponibilizará acompanhante para guarda de criança;
  - d.3) a candidata que não estiver com acompanhante não realizará a(s) prova(s);
  - d.4) a não solicitação prévia deste atendimento especial implicará na não concessão do atendimento no dia da realização da(s) prova(s);
- e) não será admitido efetuar prova escrita ou prática, ao candidato que não estiver munido de documento de identidade ou documento com foto;



- f) em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início das provas;
- g) os envelopes das provas escritas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 2 (dois) fiscais, o termo de abertura dos mesmos;
- h) cada candidato, juntamente com o caderno de prova, receberá um cartão-respostas, que não poderá ser substituído, em hipótese alguma.
- i) O caderno com as questões a serem respondidas conterá orientações objetivas acerca de como deve ser respondido, assim como de que forma deverá ser preenchido o cartão de respostas.
- j) O caderno com as questões não será identificado.
- l) O candidato deverá conferir seus dados no cartão resposta, salientando que todos os dados são de responsabilidade do candidato, pois é o mesmo que preenche sua ficha de inscrição de forma online.
- m) Após terminar a prova o candidato deverá entregar ao fiscal o caderno com as questões e o cartão de respostas preenchido, os quais serão colocados em envelopes distintos e lacrados mediante a presença dos três últimos candidatos a entregarem as provas, os quais, juntamente com os fiscais, irão rubricar os envelopes já fechados.
- n) No local da prova escrita, os três últimos candidatos permanecerão até o último concluir. Após os fiscais de aplicação das provas assinarão a ata, nela constando o que foi verificado, assim como, todas as irregularidades que por ventura tenha ocorrido.
- o) Para cada questão somente uma das alternativas será anotada, sendo considerada errada, aquela que apresentar mais de uma alternativa assinalada, apresentar emendas ou rasuras, ou estiver sem nenhuma alternativa de resposta assinalada. Todas as respostas da prova escrita deverão ser transportadas para a grade de respostas.
- p) o candidato poderá ausentar-se dos locais das provas escrita e/ou prática somente em caso especial e acompanhado de um fiscal;
- q) na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;
- r) após a realização das provas escrita e/ou prática, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu as provas escrita e/ou prática não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;
- s) ao terminar a prova escrita, o candidato entregará ao fiscal do local da prova, as folhas das questões (caderno de provas) e o cartão de respostas devidamente preenchido;
- t) os envelopes contendo as provas escritas e os cartões resposta serão entregues, pelos fiscais do local da prova, à Amauc;

## TÍTULO II

### 2. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

#### 1. Prova prática

1. Na prova prática serão avaliados os conhecimentos específicos, as habilidades e aptidões que o candidato possui para desempenhar as atribuições do cargo, com ênfase na especialidade para o qual está sendo selecionado, conforme função ou atribuição que consta no Anexo I deste Edital.

#### 2. Metodologia de aplicação da prova prática

1. Na prova prática o candidato deverá desempenhar tarefa inerente às atribuições do seu cargo, na qual será avaliado pelos membros da comissão;

1.1. Na prova prática o candidato deverá executar três partituras musicais nos seguintes instrumentos: flauta doce, trombone, trompete, saxofone, violão, teclado, bumbo, tarol e timbalão de chão;

2. A tarefa e o tempo de duração (que serão definidos pelos membros da comissão) deverão ser os mesmos para todos os candidatos que concorrem à mesma vaga;

3. As Bancas Examinadoras serão formadas por uma Comissão de, pelo menos, 3 (três) membros, todos com reconhecido conhecimento sobre o assunto;

4. Todos os membros participarão conjuntamente da avaliação, podendo questionar o candidato com o objetivo de mensurar seus conhecimentos, assim como, solicitar que repita a tarefa ou parte dela ou a complementa;

5. Em seguida à realização da prova prática, mediante critérios objetivos, os membros atribuirão uma nota;

6. O candidato poderá impugnar a forma de realização da prova no prazo de 2 (dois) dias úteis após a realização da mesma, mediante requerimento escrito, dirigido à Amauc, expondo os fundamentos da mesma;

7. Qualquer discordância por um dos membros da Banca Examinadora deverá ser registrada e se o assunto for relevante, revisto o ato pela Amauc;

8. De todo o ocorrido será efetuada uma ata simplificada, constando a nota atribuída, que será assinada pelos membros da Banca;

9. A seu critério, o candidato poderá registrar o ocorrido na avaliação mediante filmagem, fotografia, gravação ou outro meio, desde que comunique previamente à Amauc, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da prova;

10. As notas da prova prática serão publicadas no local indicado no item 11.1 e na data que dispõe o item 8.9 do Edital e eventual recurso desta deverá ser efetuado na forma que dispõem os itens 10.3 e 10.4 do Edital.

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

### ANEXO IV

#### 3. PROGRAMA DAS PROVAS ESCRITAS E PRÁTICAS – CONTEÚDOS

##### GRUPO SERVIÇOS OCUPACIONAIS CIENTÍFICOS

Cargo	Conhecimentos Específicos	Língua Portuguesa	Conhecimentos Gerais/Atualidades	Informática
-------	---------------------------	-------------------	----------------------------------	-------------



Agente de Tecnologias Agropecuárias	Agricultura Familiar; Extensão e Comunicação Rural; Tecnologia Rural e Profissionalização de Agricultores; Associativismo e Cooperativismo; Sistemas de Produção; Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas; Planejamento Rural; Economia Rural; Mercado Agropecuario; Biodiversidade e Sustentabilidade; Agroecologia.	Interpretação de texto, ortografia, principais normas gramaticais utilizadas. Coesão e coerência textual. Redação oficial.	Cultura geral, meio ambiente, fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos último ano e divulgados na mídia local, regional e nacional. Meio ambiente.	Edição e formatação de textos. Conhecimentos em Microsoft Windows, Word, Excel, PowerPoint. conceitos relacionados à internet, navegador internet (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome), busca e pesquisa na Web.
Instrutor de Música	História da Música; Linguagem e Estruturação Musical; Percepção Musical; Harmonia e Arranjos; Folclore Musical; Canto Coral; Percussão; Regência: banda, coro e orquestra; Gêneros Musicais; Instrumentos musicais; Técnica Vocal e Instrumental.	Interpretação de texto, ortografia, principais normas gramaticais utilizadas. Coesão e coerência textual. Redação oficial.	Cultura geral, meio ambiente, fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos último ano e divulgados na mídia local, regional e nacional. Meio ambiente.	Edição e formatação de textos. Conhecimentos em Microsoft Windows, Word, Excel, PowerPoint. conceitos relacionados à internet, navegador internet (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome), busca e pesquisa na Web.
Procurador Municipal	Administração Pública; Processos Administrativos; Licitações, Contratos Administrativos; Gestão de Bens Públicos; Direito Tributário e Fazenda Pública; Responsabilidade Civil do Município; Constituição e Direitos Fundamentais; Legislação Infraconstitucional (conselhos de políticas públicas, instrumentos de planejamento urbano e legislação urbanística); Direito Processual Constitucional; Responsabilização da Administração Pública; Ritos Administrativos, Organização dos Poderes; Serviços Públicos e Concessões; Parcerias entre o Poder Público e o Terceiro Setor	Interpretação de texto, ortografia, principais normas gramaticais utilizadas. Coesão e coerência textual. Redação oficial.	Cultura geral, meio ambiente, fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos nos último ano e divulgados na mídia local, regional e nacional. Meio ambiente.	Edição e formatação de textos. Conhecimentos em Microsoft Windows, Word, Excel, PowerPoint. conceitos relacionados à internet, navegador internet (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome), busca e pesquisa na Web.

## EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018

ANEXO V  
CALENDÁRIO

DATA	ATO
09/01/2018	Publicação do Edital de Concurso Público 1/2018
09 a 14/01/2018	Prazo para recurso do Edital de Concurso Público 1/2018
11/01 a 14/02/2018	Inscrições
25/01/2018	Último prazo para solicitação de isenção de taxa
29/01/2018	Publicação da lista de solicitação de isenção de taxa
30 e 31/01/2018	Prazo de recurso referente a solicitação de isenção de taxa
15/02/2018	Último prazo de pagamento da taxa de inscrição
19/02/2018	Publicação da lista de inscritos
20 e 21/02/2018	Prazo para recurso das inscrições
23/02/2018	Homologação das inscrições
11/03/2018	Prova escrita
12/03/2018	Publicação do gabarito das provas escritas
13 e 14/03/2018	Prazo para recurso da formulação das perguntas da prova escrita e respectivo gabarito
16/03/2018	Classificação Preliminar
19 e 20/03/2018	Prazo de recurso da classificação na prova escrita
22/03/2018	Publicação da agenda das provas práticas
25/03/2018	Realização das provas práticas
26/03/2018	Publicação das notas da prova prática e dos títulos
27 e 28/03/2018	Prazo de recurso da realização da prova prática e do computo dos títulos
02/04/2018	Publicação das notas finais e classificados de todo o concurso
03 e 04/04/2018	Prazo de recurso da classificação final
06/04/2018	Homologação Final do Concurso



## ANEXO VI ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS A CADA CARGO

### 1. AGENTE DE TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS - AGTA

#### 1.1. Descrição Sumária do Cargo

Planejar, executar e avaliar as atividades de assistência técnica, extensão e comunicação rural, com base em trabalho participativo e na realidade Rural, buscando a elevação do nível socioeconômico, cultural e político do público compromisso, responsabilizar-se em especial, pelo estudo análise, orientação, coordenação das atividades de planejamento e administração de projetos desenvolvidos e execução dos mesmos em nível de propriedade rural todos seus níveis, primando pelo desenvolvimento rural alicerçado nos princípios da sustentabilidade

#### 1.2. Atribuições do Cargo

- Organizar a formação e manutenção de grupos e associações de agricultores e ainda cooperativas familiares, desempenhando as ações necessárias para tal finalidade.
- Atuar de forma integrada junto a outros profissionais da área.
- Assessorar tecnicamente o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis: economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.
- Difundir e aplicar novas tecnologias no meio rural através da assistência técnica junto a propriedades rurais, associações de agricultores e cooperativas familiares;
- Desenvolver atividades de promoção da consciência ambiental e sua prática em nível de propriedade e microbacia hidrográfica.
- Promover e ministrar atividades de formação no meio rural, como: cursos profissionalizantes, unidades demonstrativas, dias de campo e demais metodologias de difusão de tecnologias de forma grupal.
- Desenvolver as demais atribuições próprias da formação profissional

### 2 - INSTRUTOR DE MUSICA - IM

#### 2.1. Descrição Sumária do Cargo

Ministrar aulas de música, incluindo técnicas instrumentais e vocais para alunos de diferentes faixas etárias, participar de todos os eventos sociais, culturais, cívicos e políticos realizados, realizar apresentações musicais instrumentais e vocais em eventos promovidos, atender a comunidade em geral.

#### 2.2. Atribuições do Cargo

- Ministrar aulas teóricas e práticas de Música conforme orientação e conteúdo previamente distribuído:
- Análise, apreciação e estética musical;
- Linguagem e estruturação musical;
- Oficina de instrumentação;
- Técnicas decanto coral e/ou orquestra, regência de bandas, corais, orquestras;
- Prática instrumental: instrumentos metálicos para banda de fanfarra e outras bandas; flauta doce, trompete, trombone, saxofone e demais instrumentos de sopro, violão, violaocelo, violino e demais instrumentos de corda; teclado, acordeão e demais instrumentos de teclas;
- Produção musical
- Percussão
- Desenvolver a estruturação musical e arranjos;
- Planejar aulas e atividades de trabalho;

### 3 - PROCURADOR MUNICIPAL - PRM

#### 3.1. Descrição Sumária do Cargo

Representar e defender os interesses do município nas ações jurídicas em que este for parte, autor, réu ou interessado, assim como na esfera administrativa e ainda, analisando contratos de natureza fiscal, financeira ou imobiliária, emitindo pareceres jurídicos, prestando consultoria e assessoramento aos órgãos municipais.

#### 3.2. Atribuições do Cargo

- Defender direitos e interesses da Administração Direta e Indireta do Município, a representando em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, ou interessado executando todas as atividades de jurisdição contenciosa.
- Prestar assessoria jurídica extrajudicialmente:
- Mediando questões;
- Contribuindo na elaboração de projetos de lei;
- Proferindo palestras;
- Prestando serviços de peritagem;
- Arbitrando interesses de partes;
- Formalizando parecer técnico jurídico;
- Examinando e auxiliando em acordos;
- Realizando audiências administrativas;
- Participando de negociações coletivas;
- Analisando a legislação para atualização e implementação.
- Auxiliar na elaboração de documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios,

termos administrativos, projetos de lei, entre outros, visando orientar a forma e os procedimentos a serem adotados com base nas normas legais vigentes



- Redigir pareceres sobre questões administrativas para esclarecimento da Administração:
- Pesquisando decisões/jurisprudências aplicáveis ao caso;
- Seguindo orientação do Tribunal de Contas sobre rotinas da Administração.
- Responder às recomendações e requisições do Ministério Público e Outros Órgãos Fiscalizadores:
- Pesquisando com os setores responsáveis pela recomendação/requisição as informações e documentos necessários.
- Atuar em conjunto com o setor de tributação do município na cobrança da dívida ativa e na execução fiscal, aplicando a legislação tributária.
- Assessorar as comissões de inquéritos e sindicâncias.
- Emitir parecer recomendatório quando solicitado pelo poder executivo.
- Exercer outras atividades e atribuições pertinentes à especialidade profissional.

## ESTATUTO 1 GUARAIPO

Publicação Nº 1493483

### EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIACAO CAMPO VERDE

DENOMINACAO: Associação de Produtores Rurais Campo Verde . Fundada no dia onze do mês de Outubro, de 2017, com sede na Comunidade de Linha Guaraipo, Distrito de Nova Estrela Interior do Município de Arbutã , Estado de Santa Catarina. PATRIMONIO DA ASSOCIACAO: Constituído de bens imóveis, moveis, títulos e valores, DURACAO: Por tempo indeterminado e sem fins econômicos: a Associação tem por objetivo defender os direitos e interesses legítimos de seus associados e prestação de serviços agropecuários aos associados. ADMINISTRACAO: a Associação é administrada pela Assembleia Geral, Diretoria , composta de seis membros com mandato de dois anos e Conselho Fiscal , composto de três membros efetivos e três suplentes, com mandato de dois anos. REPRESENTACAO: a Associação é representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, pelo Presidente. SOCIOS: a Associação tem ilimitado numero de sócios, os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais. ESTATUTO: o estatuto social somente poderá ser reformado pela Assembleia Geral especialmente convocada para este fim e pela votação de, pelo menos, dois terço (2/3) dos sócios presentes. EXTINCAO: a Associação somente poderá ser extinta por deliberação de Assembleia Geral, em reunião especialmente convocada, mediante a votação correspondente a dois terços (2/3) dos sócios presentes. DESTINO DO PATRIMONIO: em caso de extinção, atendido o passivo, o patrimônio será doado a uma instituição congênere .

Arabutã, 11 de outubro de 2017  
Silverio Malakowski  
Presidente

## PREGÃO 7.2018

Publicação Nº 1493739

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 010/2018.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios (sem exclusividade), para os Equipamentos e Máquinas Pesadas da Frota Municipal de Arabutã, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" do Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 31/01/2018.  
Abertura: às 09h00 do dia 31/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 17 de Janeiro de 2018  
Leani Kapp Schmitt  
Prefeita



# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### CONTRATO 003/2018 PMBP

Publicação Nº 1492970

PUBLICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
COMPRA DIRTETA 25/2018 DE 04/01/2018  
CONTRATO 003/2018 PMBP DE 04/01/2018  
OBJETO: constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços profissionais de acompanhamento da tramitação do processo referente ao termo de compromisso nº49/2012 SIAFI 671654, para manutenção das atividades, pelo período de 30 dias.  
SMART CONSULTORIA E GESTÃO DE PROJETOS EIRELI ME – R\$7.680,00  
Balneário Piçarras/SC, 04 de janeiro de 2018.  
Leonel José Martins - Prefeito Municipal

### CONTRATO 005/2018 FMT

Publicação Nº 1493580

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO  
CONTRATO Nº005/2017 DE 03/01/2018  
REF. ORDEM DE COMPRA 016/2018 DE 03/01/2018  
O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços técnicos especializados em consultoria contábil, financeira, patrimonial e orçamentária aplicadas no setor público, para manutenção das atividades.  
Os serviços constantes do objeto do presente contrato deverão ser prestados pelo CONTRATADO da seguinte forma:  
- Suporte técnico presencial de no máximo 03 (três) horas mensais, e  
- Suporte técnico através de telefone, acesso remoto ou e-mail sem limite de consultas.  
O valor total do presente Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 7.920,00 (sete mil, novecentos e vinte reais), fixos e irrevogáveis. As despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada O fornecimento dos serviços objeto do presente instrumento se dará pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.  
CONAR CONSULTORIA, ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA  
Balneário Piçarras/SC, 3 de janeiro de 2018.  
Susan Correa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo

### CONTRATO 005/2018 PMBP

Publicação Nº 1493249

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONTRATO N.º 005/2018/PMBP DE 11/01/2018  
REF. ORDEM DE COMPRA 21/2018  
O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, na prestação de serviços de assistência técnica, dos equipamentos pertencente à CONTRATANTE. Conforme descrito abaixo:  
A manutenção corretiva consiste na reparação de defeitos que ocorram no EQUIPAMENTO mediante solicitação do cliente.  
A manutenção deverá ser realizada em dias de expediente da, no horário compreendido entre 08h e 17h30.  
A responsabilidade de detecção e reparação de defeitos restringe-se exclusivamente ao EQUIPAMENTO, não sendo de responsabilidade da CONTRATADA a reparação de defeitos comprovadamente

localizados até a terminação do equipamento no Distribuidor Geral. O valor total do presente Contrato é de R\$ 3.604,80 (três mil, seiscentos e oito reais e oitenta centavos), sendo o custo mensal de R\$ 300,40 (trezentos reais e quarenta centavos). Os preços são fixos e irrevogáveis.

A prestação dos serviços, objeto do presente instrumento, estender-se-á por 12 (doze) meses, iniciando em 11 de janeiro de 2018 encerrando-se em 11 de janeiro de 2019.

ACTIVA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP  
Balneário Piçarras(SC), 11 de janeiro de 2018  
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### CONTRATO 010/2018 PMBP

Publicação Nº 1493477

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONTRATO N.º 010/2018/PMBP DE 12/01/2018  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2018 PMBP  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2018 PMBP

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, Locação de imóvel, com área de aproximadamente 1675,25 m², localizado na Rua Nossa Senhora do Rosário, Esquina com Rua dos Girassóis nº 559, Bairro Centro, Balneário Piçarras, para funcionamento das atividades da Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social.

O prazo de locação é pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se 01 de abril de 2018, com término em 01 de abril de 2019, data em que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se obriga a restituir o imóvel completamente desocupado, no estado em que recebeu, independentemente de notificação ou interpelação judicial, ressalvada a hipótese de prorrogação da locação, o que se fará por escrito.

ANACLETO ALTA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA – R\$204.000,00  
Balneário Piçarras(SC), 12 de janeiro de 2018  
Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### ERRATA CONTRATO 003/2018 PMBP

Publicação Nº 1493199

ERRATA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2018 PMBP  
Dispensa de Licitação nº 001/2018 PMBP  
Onde se lê:  
Contrato 003/2018 – PMBP  
Leia-se:  
Contrato 004/2018 - PMBP

O Município de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Dispensa de Licitação para contratação do SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.603.595/0001-68 com sede na Rua Felipe Schimidt, 785, 1º ao 3º andar, Centro, Florianópolis SC, CEP 88010-002, visando a realização do Projeto SESC VERÃO 2018. Valor do Contrato: R\$ 30.000,00. Vigência: 30/04/2018, a contar da assinatura. Fundamento: Art. 24, XIII, Lei 8.666/93. Balneário Piçarras/SC, 10 de janeiro de 2018. Ana Lúcia Wilvert - Secretária de Administração.



**INEX 005/2017 PMBP MARCO REGULATORIO**

Publicação Nº 1493386

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2017

MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017 - CHAMAMENTO

HOMOLOGADO EM 20/12/2017

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE serviços de tratamento de dependentes químicos, Atendimento de Dependentes Químicos, durante os exercícios de 2017 e 2018, pelo período de 12 meses, conforme condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

Balneário Piçarras, 12 de janeiro de 2018.

ASSOCIAÇÃO ESPECIALIZADA EM DEPEND. QUIMICA ADVENTUS – R\$ 24.000,00

NUCLEO ESPIRITA LUZ DE OXALA – R\$ 12.000,00

ASSOCIAÇÃO TERAPEUTICA SITIO CAMINHO NOVO – R\$ 36.000,00

ASSOCIAÇÃO CAMINHAR JUNTOS – R\$36.000,00

Leonel José Martins – Município de Balneário Piçarras – Concedente.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018- FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018-FMS - SRP**

Publicação Nº 1493332

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 001/2018- FMS

Pregão Presencial nº 001/2018-FMS - SRP

O Fundo Municipal de Saúde, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por item, para aquisição de uniformes e camisetas para a realização e divulgação de projetos, campanhas e eventos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I. Recebimento dos Envelopes até: 30/01/2018 às 14h. Data da Sessão Pública: 30/01/2018 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras (SC), 17 de janeiro de 2018. Vinício José dos Santos – Gestor do FMS.

**REEQUILIBRIO ATA 68/2017**

Publicação Nº 1493041

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Reequilíbrio Nº 03/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017-PMBP

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para a aquisição de combustível (arla 32, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10), para abastecimento de veículos pertencentes à frota das Secretarias do Município e Corpo de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Conforme solicitação e justificativa da Fornecedora, fica reestabelecido a relação econômico financeira da Ata de Registro de Preços, passando a vigorar com os seguintes valores.

Item	Produto	Unidade	Valor Unitário
1	GASOLINA COMUM GABINETE	LITRO	R\$3,79
2	GASOLINA COMUM ADMINISTRAÇÃO	LITRO	R\$3,79
3	GASOLINA COMUM OBRAS	LITRO	R\$3,79
4	GASOLINA COMUM EDUCAÇÃO	LITRO	R\$3,79
5	GASOLINA COMUM ASSISTÊNCIA	LITRO	R\$3,79
6	GASOLINA COMUM TURISMO	LITRO	R\$3,79
7	GASOLINA COMUM CONSELHO TUTELAR	LITRO	R\$3,79
8	GASOLINA COMUM ESPORTE	LITRO	R\$3,79
9	GASOLINA COMUM PLANEJAMENTO	LITRO	R\$3,79
10	GASOLINA COMUM SAÚDE	LITRO	R\$3,79
11	GASOLINA COMUM BOMBEIROS	LITRO	R\$3,79

Balneário Piçarras, 15 de janeiro de 2017.

POSTO DE GASOLINA SAO MIGUEL LTDA

Leonel José Martins – Prefeito Municipal



**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**

Publicação Nº 1493018

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA  
EXTRATO**

Considerando o que constou nos autos e ainda, a fundamentação exposta tanto no relatório técnico do fiscal da obra quanto na ata de análise da defesa administrativa quanto ao descumprimento contratual, ratifico a pena sugerida e, considerando que a empresa contratada deixou transcorrer in albis o prazo recursal quanto à penalidade imposta no âmbito do Processo Administrativo nº 09/2016 – Tomada de Preços n. 04/2016, aplico, nos termos do art. 87, III, da Lei Federal nº 8666/93, sanção de Impedimento Temporária de Participação em Licitação à empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, nos seguintes termos do contrato:

Contrato nº. 16/2016 - PMBP, Processo de licitação nº. 09/2016 -

PMBP, Tomada de Preços nº. 04/2017 - PMBP

Contratada: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 20.985.955/0001-52

Endereço: Rua Vidal Ramos, nº 579, Bairro Guanabara, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Fato gerador: Notificação pela inexecução contratual referente ao processo administrativo nº 09/2016 – Tomada de Preços n. 04/2016

Enquadramento: Art. 87, III, da Lei Federal nº 8666/93.

Prazo da Suspensão: 02 (dois) anos a contar desta data.

Balneário Piçarras, 17 de janeiro de 2018.

Leonel José Martins

Prefeito Municipal



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### DECRETO 005/2018

Publicação Nº 1493627

DECRETO/GP/Nº 005/2018, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO ENCARREGADA DE PROMOVER, SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR O PROCESSO SELETIVO DO EDITAL Nº 001/2018 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art.1º. Este decreto nomeia Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar Processo Seletivo destinado à seleção de candidatos para o cadastro de reserva do quadro de pessoal previsto no Edital de Processo Seletivo nº 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º. Ficam nomeados para compor a Comissão de que trata o artigo anterior, os seguintes membros abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro e tendo como secretária a segunda:

I – Adroaldo Faraco;

II – Dolores da Luz Silva;

III – Sara Amoroso;

IV – Angelita Ferrão Barriquel;

V – Christiane Aparecida Onghero;

IV – Silvia Rosso (Representante do SINDSERPI);

V – Monica Regina da Silva (Representante do SINDSERPI).

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 17 de janeiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 17 de janeiro de 2018.

RAFAEL MOTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças



## ATA 001/PMBR/2018 - RP 098/PMBR/2017

Publicação Nº 1493488

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 02/01/2018		Válido até: 02/01/2019				
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS, ESTOPAS E COMBUSTÍVEIS, PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC., (SECRETARIAS						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	ÓLEO DIESEL S10	LT	POSTO FERRERA LTDA (23)	SHELL	0	3,2900	1	
2	ÓLEO DIESEL S10	LT	POSTO FERREIRA LTDA (23)	SHELL	0	3,2900	1	
3	GASOLINA COMUM	LT	POSTO FERRERA LTDA (23)	SHELL	0	3,9900	1	
4	GASOLINA COMUM	LT	POSTO FERREIRA LTDA (23)	SHELL	0	3,9900	1	
5	ARLA 3220 LT	GL	POSTO FERRERA LTDA (23)	ECOTEC	0	83,0000	1	
			A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	LIMP BRILHO	0	83,5000	2	
6	ÓLEO SEMI-SINTÉTICO 10W40 MOTORES A GASOLINA	LT	POSTO FERRERA LTDA (23)	EXTROM	0	25,0000	1	
			A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	25,4800	2	
7	ÓLEO SEMI-SINTÉTICO 15W40 MOTORES A GASOLINA.	UN	POSTO FERRERA LTDA (23)	EXTRON	0	24,0000	1	
			A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	24,3300	2	
8	ÓLEO 15W40 MOTORES A DIESEL 20 LT	GL	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	247,0000	1	
			POSTO FERRERA LTDA (23)	LUBRAX	0	249,0000	2	
9	ÓLEO W68 20 LT	GL	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	171,0000	1	
			POSTO FERREIRA LTDA (23)	EXTRON	0	172,0000	2	
10	ÓLEO W90 20 LT	GL	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	236,0000	1	
			POSTO FERRERA LTDA (23)	FORT OIL	0	237,0000	2	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 02/01/2018		Válido até: 02/01/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS, ESTOPAS E COMBUSTÍVEIS, PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC., (SECRETARIAS							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	ÓLEO HIDRÁULICO 10W 20 LT	GL	POSTO FERREIRA LTDA (23)	LUBRAX	0	257,0000	1
12	ÓLEO ATF 20 LT	GL	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	257,5000	2
13	ÓLEO 2 TEMPOS 500 ML	UN	POSTO FERREIRA LTDA (23)	LUBRAX	0	11,5000	1
14	GRAXA MP2 BALDE DE 20 KG	BD	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	VR LUB	0	11,6600	2
15	FLUIDO DE FREIO DOT3 MOTORES A GASOLINA 500ML	UN	POSTO FERREIRA LTDA (23)	POWER BRIL	0	15,5000	1
16	FLUIDO DE FEIO DOT4 MOTORES A DIESEL 500ML	UN	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	POWER BRIL	0	18,0000	1
17	ADITIVO PARA RADIADOR 1 LT	LT	A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	INCOL	0	18,3300	2
			POSTO FERREIRA LTDA (23)	HB	0	13,5000	1
			A K MEDINA DE CARVALHO ME (1663)	HITECH	0	14,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 02/01/2018		Válido até: 02/01/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS, ESTOPAS E COMBUSTÍVEIS, PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC., (SECRETARIAS					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	ESTOPA COSTURADA KG	KG	POSTO FERREIRA LTDA (23)	ADANTEX	0	5,1500	1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 02/01/2018		Válido até: 02/01/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTUROS FORNECIMENTOS DE ÓLEO LUBRIFICANTES, GRAXAS, ADITIVOS, ESTOPAS E COMBUSTÍVEIS, PARA MANTER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SAMAE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC., (SECRETARIAS							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2018

PROCESSO Nº 98/2017

(23) - POSTO FERREIRA LTDA

(1663) - A K MEDINA DE CARVALHO ME

Balneário Rincão, 2 de Janeiro de 2018.



## ATA 002/PMBR/2018 - RP 002/PMBR/2018

Publicação Nº 1493491

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 17/01/2018		Válido até: 17/01/2019		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA, ESGOTAMENTO DE FOSSAS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIA		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	ESGOTAMENTO FOSSAS	UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	240,9000	1	
2	DESENTUPIMENTO.	UN	LIMPASUL DESENTUPIDORA E TRANSPORTES LTDA-ME (327)		0	243,0000	2	
2	DESENTUPIMENTO.	UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	194,7000	1	
2		UN	LIMPASUL DESENTUPIDORA E TRANSPORTES LTDA-ME (327)		0	196,0000	2	
3	LIMPEZA DA CAIXA DE GORDURA	UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	161,7100	1	
2		UN	LIMPASUL DESENTUPIDORA E TRANSPORTES LTDA-ME (327)		0	163,0000	2	
4	DEDETIZAÇÃO	UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	910,8000	1	
2		UN	DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME (1671)		0	920,0000	2	
5	DESRATIZAÇÃO	UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	257,4000	1	
2		UN	DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME (1671)		0	260,0000	2	
1	LIMPEZA DA CAIXA D'ÁGUA	UN	MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP (1165)		0	231,0200	1	



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2018

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 17/01/2018		Válido até: 17/01/2019			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA, ESGOTAMENTO DE FOSSAS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME (1671)		0	233,3500	2



Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2018

Número do Registro de Preços: 2/2018		Data do Registro: 17/01/2018		Válido até: 17/01/2019			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA, ESGOTAMENTO DE FOSSAS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA, DETE TIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIA							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2018  
PROCESSO Nº 2/2018

- (327) - LIMPASUL DESENTUPIDORA E TRANSPORTES LTDA-ME
- (1165) - MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP
- (1671) - DEDETIZADORA NAVARINI LTDA ME

Balneário Rincão, 17 de Janeiro de 2018.



# Bandeirante

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 07/2018 PMB

Publicação Nº 1493158

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

Objeto: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, DE SEÇÃO CIRCULAR, PARA DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS DAS ESTRADAS VICINAIS, BUEIROS E PONTILHÕES REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E PARA A CONSTRUÇÃO DE FONTES MODELO CAXAMBU, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 30/01/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).  
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 17 de janeiro de 2018.  
Volmir Jose Lamb- Prefeito em exercício.



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº04/2018

Publicação Nº 1493733

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 004/2018  
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: Liga Campoerense de Futebol

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E FUTEBOL SUÍÇO A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICÍPIO NO ANO DE 2018.

VALOR: R\$ 24.225,00((vinte e quatro mil duzentos e vinte e cinco reais)).

VIGÊNCIA: 18/01/2018 a 31/12/2018.

ASSINATURA: 18/01/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.05/2018, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 18 de JANEIRO DE 2018.

MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO Nº05/2018

Publicação Nº 1493735

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 005/2018  
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DE GUARACIABA - ASSAG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL E FUTEBOL SUÍÇO A SEREM REALIZADOS NESTE MUNICÍPIO NO ANO DE 2018.

VALOR: R\$ 9.690,00((nove mil seiscentos e noventa reais)).

VIGÊNCIA: 18/01/2018 a 31/12/2018.

ASSINATURA: 18/01/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO N.05/2018, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 18 de JANEIRO DE 2018.

MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL PREGÃO Nº01/2018 FMAS

Publicação Nº 1493369

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018  
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2018

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de materiais e gêneros alimentícios para uso nas atividades gerais, oficinas, palestras e campanhas do Centro de Referência de Assistência Social.Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 17:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2018 e abertura do processo licitatório será no dia 02 de fevereiro de 2018 as 08:30horas. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 17 de janeiro de 2018.  
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES  
Gestora do FMAS

### EDITAL PREGÃO Nº2/2018 FMAS

Publicação Nº 1493372

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018  
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de gêneros de alimentação para coffebreack para atividades desenvolvidas pelo CRAS - Centro de Referência da Assistência Social. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 17:00 horas do dia 05 de fevereiro de 2018, e abertura do processo licitatório será no dia 06 de fevereiro de 2018 as 08:30horas. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 17 de janeiro de 2018.  
NEURA MARIA SCHONARDIE DERES  
Gestora do FMAS



# Barra Velha

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2018/FUMTEC

Publicação Nº 1493405

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO ESPORTE E CULTURA DE BARRA VELHA - FUMTEC  
Processo Administrativo nº 004/2018  
Inexigibilidade de Licitação nº 003/2018

Contratada: PROA PRODUÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS LTDA

Objeto: Contratação de Show Musical com a Banda Maskavo no dia 27 de janeiro de 2018 na Praia Central de Barra Velha, evento que faz parte da Programação de Verão 2018, atendendo a solicitação da Fundação Municipal de Turismo Esporte e Cultura de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).

Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 15 de janeiro de 2018.

Ângelo Cristiano C.V dos S D. Culau

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal



# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### DECISÃO RECURSO

Publicação N° 1493242

#### DECISÃO DE RECURSO

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 050/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2017

A empresa Biomedi Material Médico Hospitalar – EPP, apresentou recurso ao Pregão Presencial n° 034/2017 e Processo Administrativo n° 050/2017, sob o argumento de que o edital da licitação, em seu anexo I, possui erros graves que impossibilitam o certame.

Alega e expõe que os equipamentos objetos da licitação têm seus descritivos divergentes dos códigos finames a eles atribuídos. Neste sentido, ante a soberania do Edital, afirma que a situação descrita, quando não atendidos os requisitos, deve ser penalizado com desclassificação, o que acaba por ser impraticável devido a incongruência existente. Sendo este o resumo do alegado pelo apelante.

Quanto ao mérito da alegação, após criteriosa verificação junto aos meios necessários e a secretaria pertinente, ficou latente que os descritivos dos equipamentos realmente divergem dos códigos finames a eles atribuídos, gerando assim um confusão e falta de clareza quanto as propostas dos licitantes e cumprimentos dos requisitos do edital.

Sendo assim, a medida que se impõem é o cancelamento do processo licitatório em questão, relançando o certame com as alterações necessárias, possibilitando a assim a participação ampla, conforme a legislação vigente.

Bela Vista do Toldo, 17 de Janeiro de 2018.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 351/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 289/2017

Publicação Nº 1492823

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--

PORTARIA Nº 351/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 289/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 14 de junho de 2018, o prazo da Portaria nº 289/2017 de 02/10/2017, que contratou, a Servidora SANDRA REGINA SCHUETZE ALVES REIS, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2017, e no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 15 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

### PORTARIA Nº 352/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 237/2017

Publicação Nº 1492825

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--

PORTARIA Nº 352/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 237/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela

Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 14 de junho de 2018, o prazo da Portaria nº 237/2017 de 03-08-2017, que contratou a Servidora SILVANA REGINA VARGAS ERDMANN, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2017, em substituição a Servidora CLENIR MARIA STOLFI PEYERL que atribui funções para a Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 15 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

### PORTARIA Nº 353/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 246/2017

Publicação Nº 1492829

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

PORTARIA Nº 353/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 246/2017

JEAN MICHEL GRUDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 74/2010; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo da realização de Concurso Público.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 14 de junho de 2018, o prazo da Portaria nº 246/2017 de 09-08-2017, que contratou a Servidora ROSANGELA WOLTER, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento de Educação Infantil, Anexo XVI, do Plano de Carreira e Remuneração para o magistério, aprovada no Processo Seletivo nº 003/2016, no aguardo da realização de Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 15 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUDMANN

Prefeito de Benedito Novo



**PORTARIA Nº 354/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 238/2017**

Publicação Nº 1492831

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	---	--

PORTARIA Nº 354/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

**PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 238/2017**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, até 28 de fevereiro de 2018, o prazo da Portaria nº 238/2017, de 04/08/2017, que contratou a Servidora EVANILDE SILVA FREITAS, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, em substituição a servidora MEIKE FABIANE JANKE MICHELATTI, que se encontra em licença sem vencimento.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 15 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 355/2017 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 239/2017**

Publicação Nº 1492834

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	---	--

PORTARIA Nº 355/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

**PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 239/2017**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de junho de 2018, o prazo da Portaria nº 239/2017, de 04/08/2017, que contratou a Servidora MARIA FERNANDES BELEM, ocupante da função de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, em substituição ao servidor ALGACYR LEONARDO GIOVANELLA, que se encontra em licença sem vencimento.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 15 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo



# Biguaçu

## PREFEITURA

### COMUNICADO PP 252-2017-PMB

Publicação Nº 1492818

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COMUNICADO – PP 252/2017-PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 252/2017-PMB, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, LIXEIRAS E SABONETEIRAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU, que ocorrendo discordância entre o anexo nº 01 do Edital e os Termos de Referência, prevalecerão as informações contidas no anexo nº 01 do Edital.

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 17 de janeiro 2018.

Fernanda Cunha

Pregoeira

### CONVOCAÇÃO Nº 19 EDITAL 001/2016

Publicação Nº 1493425

CONVOCAÇÃO Nº 19 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 12 de janeiro de 2018.

VILSON NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal em Exercício de Biguaçu

CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

02 – PAULO ROGERIO VENANCIO DOS SANTOS

### DECRETO Nº 282/2017

Publicação Nº 1493644

DECRETO Nº 282/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.681/2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.02.000000 alocado nas ações de governo de nº 1010 - Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde, 2033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde, 2036 - Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/ACS, 2038 - Ações de Assistência Farmacêutica Básica, 2040 - Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO, 2042 - Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade, 2045 - Ações de Vigilância Sanitária, 2046 - Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde - DST/HIV/AIDS e 2090 - Ações de Prevenção à Doenças Sexualmente Transmissíveis estão acima das necessidades para o exercício de 2017;

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2034 – Ações de Atenção Básica - PABF, para atender despesas de custeio até o final do exercício;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria unidade orçamentária Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações programadas para a área da saúde em 2017 e envolvendo ações relacionadas à Saúde,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3.696/2016:

#### REDUÇÃO

##### 18 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	104.700,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	104.700,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	104.700,00

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	56.319,82
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta	1.080,30
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	55.239,52
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	56.319,82

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde - PABV/ACS	184,70
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta	184,70
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	184,70

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	35.590,99
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	35.590,99
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	35.590,99

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	2.390,03
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.471,00



3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta	477,53
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	441,50
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	2.390,03

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	1.155,19
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	26,19
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.129,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	1.155,19

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	37.789,69
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	32.378,06
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta	1.724,97
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta Intra	0,33
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.686,33
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	37.789,69

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde - DST/HIV/AIDS	6.046,94
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	4.465,58
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais / Aplicação Direta Intra	53,39
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	395,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.132,97
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	6.046,94

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.305.0004.2090	Ações de Prevenção à Doenças Sexualmente Transmissíveis	24,23
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	24,23
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	24,23

## SUPLEMENTAÇÃO

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	244.201,59
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	244.201,59
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	244.201,59

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 283/2017**

Publicação Nº 1493645

DECRETO Nº 283/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

## DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.2.28.000187. A dotação abaixo relacionada:

## 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	100.000,00
3.3.90.00/0.2.28.000187	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	100.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 22 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária



# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 11.618/2017

Publicação Nº 1493388

DECRETO N. 11.618, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU EM RAZÃO DE CHUVAS INTENSAS QUE OCASIONARAM DESLIZAMENTOS, ENXURRADAS E INUNDAÇÕES BRUSCAS EM DIVERSAS REGIÕES DO TERRITÓRIO MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29.03.1990, com fundamento nas Leis Federais ns. 12.608, de 10.04.2012, e 12.340, de 01.12.2010, no Decreto Federal n. 7.257, de 04.08.2010, e na Instrução Normativa n. 02, de 20.12.2016, do Ministério da Integração Nacional, e

CONSIDERANDO as enxurradas, as inundações bruscas e os deslizamentos de terra ocorridos em diversos locais do Município, provocadas por chuvas intensas ocorridas no dia de ontem, 16 de janeiro de 2018, atingindo o volume acumulado de 91,8 milímetros em aproximadamente 2h30min.

CONSIDERANDO que, como consequência deste desastre, apurou-se significativos danos e prejuízos ao patrimônio público e particular.

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas ao restabelecimento de serviços essenciais e à recuperação das áreas atingidas,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, em todo o território do Município, afetado por enxurradas, inundações bruscas e deslizamentos – CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4, constante da Instrução Normativa n. 02, de 24.08.2012, do Ministério da Integração Nacional, provocadas por chuvas intensas e concentradas ocorridas no dia 16.01.2018.

Parágrafo único. Os danos ao patrimônio público e de particulares causados pelo desastre estão relacionados no Formulário de Informações de Desastre - FIDE a ser encaminhado ao Departamento Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º A mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, estará sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil — COMDEC, mediante Plano Emergencial de Resposta ao Desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, a serem coordenadas pela Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ficam as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres autorizados, em caso de risco iminente, a:

I — penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II — usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares.

Art. 5º De acordo com o inciso IV do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos danos, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da sua caracterização, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 16.01.2018 e com prazo de vigência de 180 dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de janeiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

**PR 04/2018**

Publicação Nº 1493392

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 05/2018

PR 04/2018

Modalidade: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS, GRAXAS E SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO EM PROCESSO MULTIENTIDADE, conforme relação dos itens, quantidades e preço máximo no anexo VIII ao edital. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia, 31/01/2018 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 17 de janeiro de 2018.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2018

Publicação Nº 1493401

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2018

EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2018

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, para Eventual contratação empresa para prestação de serviço técnico com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste/SC.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdoeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de janeiro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2018

Publicação Nº 1493348

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 51/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2018

#### ERRATA AO EDITAL

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, que fica alterada a data de abertura da licitação que tem por objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para manutenção da merenda escolar para o Exercício de 2018.

Ficam mantidas as demais exigências do edital e abre-se novo prazo para abertura e julgamento das propostas e habilitações, ficando fixado o dia 31/01/2018 às 08h30min horas para realização do certame.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de janeiro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### MINUTA ERRATA PP 07/2018

Publicação Nº 1493022

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO/SC  
ERRATA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

O Município de Bom Retiro vem a público retificar o Edital Pregão Presencial 07/2018 para Aquisição de leites especiais (Fórmulas Infantis e Dieta via oral/enteral) para atender ao Fundo Municipal de Saúde. Alterar no Termo de Referência:

**3. PLANILHA DE QUANTITATIVOS E CUSTO MÁXIMO ESTIMADO:**

ONDE SE LÊ NO ITEM 18- Formula infantil a base de proteína do soro do leite ou caseína, extensamente hidrolisada, contendo peptídeos e aminoácidos livre, isenta de lactose, sacarose frutose e glúten. Exemplo de produto: pregomin pepti, progestimil, premium. Lata de 400 Gr  
LEIA-SE: Formula infantil a base de proteína de arroz, do soro do leite ou caseína, extensamente hidrolisada, contendo peptídeos e aminoácidos livre, isenta de lactose, sacarose frutose e glúten. Exemplo de produto: pregomin pepti, progestimil, premium, novamil rice. Lata de 400 Gr

Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de janeiro de 2018.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal



**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2.132-2018**

Publicação Nº 1493321

**DECRETO 2.132/2018****DISPÕE DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E  
CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO  
PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E  
FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.**

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito do Município de BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 73, inciso VII da lei Orgânica do Município e de mais dispositivos legais em vigor, em atendimento ao disposto do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. DECRETA,

Art. 1º Ficam estipulados os valores constantes dos Anexos I e II do presente Decreto como Programação Financeira (I) e Cronograma Mensal de Desembolso (II) para Administração Direta, Indireta do Município de Botuverá para o exercício financeiro de 2018, consoante art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Fica estabelecido que, se ao final de um bimestre o comportamento da receita poderá vir a afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismo de limitação de empenho no montante necessário para as despesas constantes do art. 10, incisos I, II, III e IV, da Lei Municipal nº 1.407/17 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018), em conformidade do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 17 de janeiro de 2018.

Município de Botuverá, em 17 de janeiro de 2018.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito



## ANEXO I - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS (2015/2016/2017)													
Anos	janeiro	fevereiro	março	Abril	maio	Junho	Julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
2015	1.296.683,73	1.201.411,57	1.115.954,61	1.211.546,52	1.459.096,68	1.365.826,29	1.306.002,39	1.188.596,79	1.095.666,85	1.210.752,20	1.163.091,49	1.680.570,43	15.295.199,55
2016	1.355.124,77	1.457.035,15	1.273.743,57	1.489.509,88	1.411.960,38	1.381.108,38	1.367.315,51	1.262.762,86	1.269.297,13	1.373.944,10	1.640.306,86	2.288.369,56	17.550.478,15
2017	1.356.755,41	1.526.605,75	1.450.878,22	1.587.849,74	1.516.871,75	1.493.819,47	1.637.910,49	1.492.325,38	1.440.741,15	1.407.064,58	1.371.308,61	2.285.453,49	18.567.584,04
total	4.008.563,91	4.185.052,47	3.840.576,40	4.288.906,14	4.387.928,81	4.240.754,14	4.311.228,39	3.943.685,03	3.805.705,13	3.991.760,88	4.174.706,96	6.234.393,48	51.413.261,74
média bim	15,937		15,812		16,783		16,056		15,166		20,246		100,00
valor bim	8.193.616,38		8.129.482,54		8.628.682,95		8.254.913,42		7.797.466,01		10.409.100,44		51.413.261,74
META FINANCEIRA PARA 2018													
2018	janeiro	fevereiro	março	Abril	maio	Junho	Julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
Rec Cor Mês	1.545.810,95	1.613.869,73	1.481.030,41	1.653.918,52	1.692.104,35	1.635.349,80	1.662.526,58	1.520.791,90	1.467.583,10	1.539.331,25	1.609.880,22	2.404.151,20	19.826.348,00
Rec Cor Bim	3.159.680,68		3.134.948,93		3.327.454,15			3.183.318,48		3.006.914,35		4.014.031,41	19.826.348,00
Rec Cap Bim	200.000,00			250.000,00		350.000,00		400.000,00		500.000,00		409.873,00	2.109.873,00
Total	3.359.680,68		3.384.948,93		3.677.454,15		3.583.318,48		3.506.914,35		4.423.904,41		21.936.221,00

Metodologia de Cálculo: Os valores bimestrais de arrecadação corrente de 2018 foram alocados proporcionalmente pela média dos últimos três anos, e os valores da receita de capital através da expectativa de celebração de operação de crédito e transferências de convênios



## ANEXO II - CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO

DEMONSTRATIVO DE DESEMBOLSO DA DESPESA NOS ULTIMOS 3 ANOS (2015/2016/2017)													
Anos	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
2015	731.705,23	986.939,26	1.318.231,79	1.241.909,00	1.342.698,36	1.333.965,28	1.233.525,80	1.09.11.101,29	1.138.368,84	1.037.707,11	1.289.959,60	1.389.415,18	14.135.526,74
2016	869.465,32	1.200.244,11	1.361.995,65	1.297.411,96	1.396.513,46	1.519.825,77	1.471.578,26	1.370.763,60	1.209.672,73	1.445.883,44	1.250.457,51	1.551.183,00	15.944.994,81
2017	825.329,73	1.189.423,47	1.416.544,37	1.380.847,19	1.558.587,67	1.548.684,58	1.469.493,05	1.532.111,69	1.465.912,96	1.377.758,64	1.680.602,19	1.832.963,62	17.278.259,16
total	2.426.500,28	3.376.606,84	4.096.771,81	3.920.168,15	4.297.799,49	4.402.475,63	4.174.597,11	3.993.976,58	3.813.954,53	3.861.349,19	4.221.019,30	4.773.561,80	47.358.780,71
média bim	12,253		16,928		18,371		17,248		16,207		18,992		100,00
valor bim	5.803.107,120		8.016.939,960		8.700.275,120		8.168.573,690		7.675.303,720		8.994.581,100		47.358.780,710
META DESEMBOLSO DESPESA PARA 2017													
2017	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	total
Desp. Cor Mês	1.015.833,56	1.413.587,54	1.715.078,44	1.641.144,83	1.799.236,95	1.843.058,72	1.747.659,33	1.672.044,09	1.596.679,40	1.616.520,77	1.767.093,58	1.998.410,77	19.826.348,00
Desp. Cor Bim		2.429.421		3.356.223		3.642.296		3.419.703		3.213.200		3.765.504	19.826.348,00
Desp. Cap Bim	200.000,00			250.000,00		350.000,00		400.000,00		500.000,00		409.873,00	2.109.873,00
Total	2.629.421,10		3.606.223,26		3.992.295,68		3.819.703,43		3.713.200,18		4.175.377,35		21.936.221,00

Metodologia de Cálculo: Os valores bimestrais de despesa corrente de 2018 foram alocados proporcionalmente pela média dos últimos três anos, e os valores da despesa de capital através da expectativa de celebração de operação de créditos e transferências de convênios

Nota: Os valores bimestrais de desembolso é pelo valor empenhado, sendo déficit entre a receita e despesa liquidado conforme disponibilidade financeira e pela disponibilidade de superávit financeira do exercício anterior.



**EXTRATO CTR-01/2018-AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA**

Publicação Nº 1493582

Extrato de Contrato nº 01/2018

Contratante: Município de Botuverá-CNPJ: 83.102.350/0001-96

Contratada: Auto Posto Botuverá Ltda, Avenida Paulo VI, 199, centro, Botuverá/SC.

C.N.P.J.: 82.722.646/0001-47, FONE/FAX:(47)3359-1155

Valor: R\$ 252.651,20 (duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

Objeto: Combustíveis diversos.

Fund.Legal: Processo nº01/2018 – Inex.nº 01/2018, Art.25, §1º da Lei 8.666/93

**PL02/2018-PP01/2018-HORAS MAQUINAS E OUTROS**

Publicação Nº 1493590

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº01/2018

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para Horas/máquinas, caminhões e equipamentos. Recebimento da documentação e propostas: 30/01/2018, Até as 14:30 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail [licitacao@botuvera.sc.gov.br](mailto:licitacao@botuvera.sc.gov.br), e site [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br).

Botuverá-SC, 18 de Janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 010/2018

Publicação Nº 1493398

DECRETO Nº. 010/2018.

Anula e Suplementa no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezoito, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(7) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicação Direta Decorrente de Op. entre Órgãos ..... R\$ 140.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(1) – 3.1.71.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Transf. a Cons. Públ ..... R\$ 1.120,00

(4) – 3.3.71.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Transf. a Cons. Públ ..... R\$ 280,00

(6) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 58.600,00

(11) – 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 15 de janeiro de 2018.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito em Exercício

### EXTRATO DE 6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

Publicação Nº 1492838

EXTRATO DO 6.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Rua Guaianazes, 1238, Campos Eliseos

Centro Histórico

São Paulo/SP

Objeto Contratação de empresa especializada no ramo de seguros automotivos, para segurar os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Valor: R\$2.083,20 (dois mil e oitenta e três reais e vinte centavos)

Vigência: 25/08/2018

Data da assinatura: 16.01.2018

Vilberto Muller Schovinder - Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018 FMS

Publicação Nº 1492939

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018 FMS

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo / SC.

Contratada: Consórcio Intermunicipal De Saúde Do Alto Vale Do Itajaí – Cis-Amavi

CNPJ: 09.069.217/0001-22

Sito a Rua XV de Novembro, 737, Centro Município de Rio do Sul/ SC – CEP 89160-015.

Objeto: A disponibilização, ao MUNICÍPIO, de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares mediante a aquisição, pelo CIS-AMAVI, de referidos bens e serviços, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

Valor: R\$68.400,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos reais)

Vigência até 31.12.2018

Data da assinatura 17.01.2018

Vilberto Muller Schovinder

Prefeito Municipal em exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018

Publicação Nº 1493402

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/ SC

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo / SC.

Contratada: Paulo Cesar Martins ME

CNPJ: 19.690.706/0001-50

Sito a Rua Cecílio da Silva Nº 25, Centro Município de Imbuia/SC – CEP 88440-000

Objeto: contratação de empresa especializada para realização de evento esportivo (4º Copa da Integração) que será realizada no período de 23 de fevereiro á 24 de Março de 2018.

Valor: R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais)

Vigência até 16.04.2018

Data da assinatura 17.01.2018

Vilberto Muller Schovinder

Prefeito Municipal em exercício



# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124-2014

Publicação Nº 1493578

#### EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 124-2014

ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 124/2014, entre o Município de Brusque e a empresa CONSÓRCIO SC ENGENHARIA – AE-ROCARA – ENGEMAP, em 18/10/2017. OBJETO: prestação de serviços de geoprocessamento, com cobertura aerofotogramétrica e mapeamento cadastral para a formação do sistema de informações gráficas do município de brusque, nas condições fixadas no edital – CONCORRÊNCIA nº 020/2013 Data 15/11/2017 a 14/02/2018, planilha orçamentária e demais especificações constante no edital.- Art. 58 II DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Adão dos Santos e Edena Beatris Censi.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493511

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 004/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Química Florestal Ltda. ME  
Objeto: aquisição de produtos químicos  
Valor total: R\$ 85.600,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493512

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 001/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: L & E Comércio Atacadista Ltda. EPP  
Objeto: fornecimento de sacolões mensais para os servidores do SAMAE  
Valor total: R\$ 89.812,80  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493514

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 002/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE

Detentor da Ata: Avanex Indústria e Comércio Ltda.  
Objeto: aquisição de produtos químicos  
Valor total: R\$ 273.680,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493515

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 003/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Quimisa S/A  
Objeto: aquisição de produtos químicos  
Valor total: R\$ 144.000,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493517

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 005/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: SNF do Brasil Ltda.  
Objeto: aquisição de produtos químicos  
Valor total: R\$ 3.462,50  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493518

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 006/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Hidromar Indústria Química Ltda.  
Objeto: aquisição de produtos químicos  
Valor total: R\$ 252.000,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque



**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1493519

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 007/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Comércio e Extração de Areia NH Ltda. EPP  
Objeto: aquisição de areias e pedras  
Valor total: R\$ 162.400,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-2018 -SAMAE**

Publicação Nº 1493537

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 008/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Terraplanagem e Transportes Augusto Ltda.  
Objeto: aquisição de areias e pedras  
Valor total: R\$ 179.730,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1493540

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 009/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Britagem e Pavimentadora Barracão Ltda.  
Objeto: aquisição de areias e pedras  
Valor total: R\$ 20.450,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1493543

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 010/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Jairo Carlos Rossi ME  
Objeto: fornecimento de refeições para os servidores do SAMAE  
Valor total: R\$ 132.000,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1493545

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 011/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Eco System Preservação Meio Ambiente Ltda.  
Objeto: serviço de análise de água em atendimento as determinações do ministério da saúde  
Valor total: R\$ 34.923,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012-2018 -SAMAE**

Publicação Nº 1493548

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 012/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Materiais de Construção Nova Casa Eireli - EPP  
Objeto: aquisição de cal e cimento  
Valor total: R\$ 16.790,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 008-2018 - SAMAE**

Publicação Nº 1493558

EXTRATO DO CONTRATO 008/2018

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Água. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018.8001.004122.0300.2 291.33903981000000.020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 02/01/2018; VALOR: R\$ 182.000,00. CONTRATAÇÃO: Banco do Brasil S/A. Diretor do SAMAE.

Brusque, 02 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 009-2018 -SAMAE**

Publicação Nº 1493564

EXTRATO DO CONTRATO 009/2018

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Água. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018.8001.004122.0300.2 291.33903981000000.020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 02/01/2018; VALOR: R\$ 83.000,00. CONTRATAÇÃO: Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB. Diretor do SAMAE.



Brusque, 02 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO CONTRATO Nº 010-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1493567

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 010/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Jairo Carlos Rossi ME  
Objeto: fornecimento de refeições para os servidores do SAMAE  
Valor total: R\$ 132.000,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO CONTRATO Nº 011-2018 - SAMAE

Publicação Nº 1493571

EXTRATO DO CONTRATO 011/2018

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Água. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018.8001.004122.0300.2 291.33903981000000.020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 04/01/2018; VALOR: R\$ 36.400,00. CONTRATA-DA: Itaú Unibanco S/A. Diretor do SAMAE.

Brusque, 04 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO CONTRATO Nº 012-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1493574

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 012/2018  
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE  
Detentor da Ata: Materiais de Construção Nova Casa Eireli - EPP  
Objeto: aquisição de cal e cimento  
Valor total: R\$ 16.790,00  
Vigência: 12 meses  
Brusque-SC, 02 de janeiro de 2018.  
Roberto Bolognini  
Diretor  
SAMAE - Brusque

### PORTARIA Nº 28 -2018

Publicação Nº 1493618

PORTARIA Nº 28/2018

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque C/C Decreto nº 8.064/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 12/01/2018 c/c ofício nº 01/2018, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Airton Antunes Rodrigues dos Santos	8788-00	Professor	Horizontal	F I	G I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/01/2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2018.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora



**PORTARIA Nº 29 -2018**

Publicação Nº 1493619

## PORTARIA Nº 29/2018

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque C/C Decreto nº 8.064/2017,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 12/01/2018 c/c ofício nº 01/2018, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Claudia Cipriani dos Santos	9911-00	Professor	Horizontal	G I	H I

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/01/2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2018.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 30 -2018**

Publicação Nº 1493620

## PORTARIA Nº 30/2018

Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque C/C Decreto nº 8.064/2017,

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal e/ou vertical, aos servidores do Magistério Municipal, que cumpriram com todos dos requisitos da legislação vigente – Lei Complementar 146/2009, conforme ATA da Comissão Permanente de Avaliação Funcional datada de 12/01/2018 c/c ofício nº 01/2018, como segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
Irene Cristina Welter Janning Valim	4123883-02	Professor	Horizontal	A II	B II

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/01/2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de janeiro de 2018.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora

**PORTARIA Nº 3351-2017**

Publicação Nº 1493583

## PORTARIA Nº 3.351/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

## RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora CRISTIANY CAMARA BERZOSA , matrícula nº 673994-01 , ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/10/2017.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.



Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro

Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA N° 3550-2017**

Publicação N° 1493584

PORTARIA N° 3.550/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora : KATIA MERI FANTINI COELHO, matrícula n° 183229-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07/10/2017.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro

Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA N° 3600-2017**

Publicação N° 1493585

PORTARIA N° 3.600/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora MARCIA TERESINHA BENVENUTTI ZEN , matrícula n° 18481-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/10/2017.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos



José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3601-2017**

Publicação Nº 1493586

PORTARIA Nº 3.601/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório da servidora LUIS DE CAMPOS FLORIANO, matrícula nº 4169930-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, lotado no Secretaria Municipal de Educação para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 16/10/2017, ficando suspenso a contar de 31/10/2017.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de outubro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3830-2017**

Publicação Nº 1493588

PORTARIA Nº 3.830/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora, CLELIA SAPORITO DA SILVA, matrícula nº: 507423-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 24/07/2017, sendo seu afastamento no dia 08/08/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 24/07/2018 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2017

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação



**PORTARIA Nº 3831-2017**

Publicação Nº 1493589

**PORTARIA Nº 3.831/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora CLELIA SAPORITO DA SILVA, matrícula nº 507423-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/09/2017.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2017.  
Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 3938-2017**

Publicação Nº 1493591

**PORTARIA Nº 3.938/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório da servidora TERESINHA APARECIDA RUDOLFO, matrícula nº 473251-08, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 08/11/2017, ficando suspenso a contar de 23/11/2017.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de novembro de 2017.  
Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 4068-2017**

Publicação Nº 1493592

**PORTARIA Nº 4.068/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora TERESINHA APARECIDA RUDOLFO, matrícula nº 473251-08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/12/2017.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 20 de dezembro de 2017

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 4070-2017**

Publicação Nº 1493593

**PORTARIA Nº 4.070/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora LIGIA DOS SANTOS MAIDANA, matrícula nº 883433-01 lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 20/11/2017.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do



artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 20 de novembro de 2017

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 4142-2017**

Publicação Nº 1493594

PORTARIA Nº 4.142/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque.

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora, MARILU MAORIZZI BOSIO, matrícula nº 4116216-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico do dia 11/08/2017 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 12/10/2017.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 12/10/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de novembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 4144-2017**

Publicação Nº 1493595

PORTARIA Nº 4.144/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora LUIS DE CAMPOS FLORIANO, matrícula nº 4169930-01 lotado na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 27/11/2017.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 27 de novembro de 2017

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 4199-21017**

Publicação Nº 1493597

PORTARIA Nº 4.199/2017

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora MARILU MAORIZZI BOSIO matrícula nº 4116216-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 26/11/2017.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 26/11/2017, revogando-se as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 4500-2017**

Publicação Nº 1493599

### **PORTARIA Nº 4.500/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,, c/c com o Decreto 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora EDINA APARECIDA TRINDADE COSTA, matrícula nº 327417-06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 19/12/2017.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 19 de dezembro de 2017  
Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

José Zancanaro  
Secretário Municipal de Educação

## **PORTARIA Nº 4512- 2017**

Publicação Nº 1493601

### **PORTARIA Nº 4.512/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor ANTONIO ADEMIR OLIVEIRA, matrícula nº 177415-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços

Públicos , em decorrência do atestado médico do dia 08/08/2017 , sendo seu afastamento no dia 23/08/2017

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/08/17, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

## **PORTARIA Nº 4513-2017**

Publicação Nº 1493602

### **PORTARIA Nº 4.513/2017**

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c Decreto 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora ANTONIO ADEMIR OLIVEIRA, matrícula nº 177415-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos , a contar de 01/10/2017.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 08/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de dezembro de 2017.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário de Obras e Serviços Públicos



**PORTARIA Nº 3- 2018 - LEGISLATIVO**

Publicação Nº 1493603

Portaria Nº 3, de 17 de janeiro de 2018.  
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário Moacir Giraldi, ocupante do cargo de Assessor da Mesa Diretora do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2017 a 2018, na seguinte forma:

- usufruídos 18 (dezoito) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018 - férias coletivas;
- para usufruir de 12 (doze) dias no período compreendido entre 18/01/2018 a 29/01/2018.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal ao Servidor em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 17 de janeiro de 2018.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Jefferson Silveira Diretor Geral

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189-2017**

Publicação Nº 1493615

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO****PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC****PROCESSO LICITATÓRIO nº 189/2017****CONCORRENCIA nº 007/2017**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PASSEIO DA RUA ABRAÃO DE SOUZA E SILVA (TRECHO LOCALIDADE DA RUA DA FAZENDA), NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

**RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL:** Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE AUGUSTO LTDA, com valor global de R\$ 3.163.958,26 (três milhões, cento e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos), que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

17/01/2018

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Presidente da Comissão de Licitação



# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.385

Publicação Nº 1493657

DECRETO Nº 7.385, de 17 de janeiro de 2018.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2018.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 19 da Lei nº 3.400, de 15 de dezembro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Caçador na importância de R\$ 987.600,00 (novecentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.17.2.46 – MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS

4.4.90.00.01.34 – Aplicações Diretas (102) ..... R\$ 987.600,00

Art. 2º. Para atender ao disposto no art. 1º serão utilizados recursos financeiros do Convênio nº 847.872/2017/MCIDADES/CAIXA, Processo nº 2623.1042318-06/2017, que entre si celebram a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, e o Município de Caçador, através da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de janeiro de 2018.

ALENCAR MENDES – Prefeito Municipal em exercício.

### RETIFICAÇÃO - 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 84/2017 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2017

Publicação Nº 1493251

RETIFICAÇÃO - 2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 84/2017 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONCLUSÃO DE CRECHE PRÓ-INFÂNCIA TIPO B, SITO A RUA ELOE HENRIQUE FORMIGUERI, BAIRRO NOSSA SENHORA SALETE. CONTRATADA: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.345.650/0001-34, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. ASSIS ALI MOHAMED, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 538.404.379-20, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O prazo de vigência do presente aditivo, inicia em 01 de janeiro de 2018 e finda em 01 de março de 2018. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.



# Caibi

## PREFEITURA

### PORTARIA 062/18

Publicação Nº 1493277

PORTARIA Nº 062/18

DAIANA MENIN , Prefeita Municipal de Caibi em exercício , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Municipal THALES LUIZ BRUST BUZETTO, matrícula 8943-5, Médico , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Saúde , referente ao período aquisitivo de 14/01/2017 à 13/01/2018, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 18/01/2018 à 16/02/2018 .

Conceder 1/3 constitucional ao servidor.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 18 de Janeiro de 2018

Daiana Menin

Prefeita Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra

### PORTARIA 061/18

Publicação Nº 1493243

PORTARIA N.º 061/18

DAIANA MENIN, Prefeita Municipal de Caibi em exercício , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

REENQUADRAR, a Servidora Municipal VIVIANE PAULA FIORENTIN , matrícula nº 9062-0, ocupante do cargo em Comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO CC05 , enquadrado junto ao Departamento Municipal de Saúde , para o Cargo de DIRETOR CC03-1 , com carga horária de 40 horas semanais, recebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria conforme prevê a lei .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se

Gabinete do prefeito, 15 de Janeiro de 2018.

Daiana Menin

Prefeita Municipal em exercício

Registrado e publicado na data acima



# Camboriú

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 3.317/2018

Publicação Nº 1493658

DECRETO N.º 3.317/2018

Altera o Decreto Municipal n.º 3.315, de 14 de janeiro de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 7º do Decreto Municipal n.º 3.315/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 7º do Decreto Municipal n.º 3.315/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 17 de dezembro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob  
Secretário M. de Administração

### EDITAL N.º 001/2018 - FME

Publicação Nº 1493611

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundação Municipal de Esportes

EDITAL N.º 001/18 FME - Inscrição 2018

Projetos Esportivos e/ou Paradesportivos

A Fundação Municipal de Esportes de Camboriú – FME, através do Conselho Municipal de Esportes – CME, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei Municipal nº 9/2007, de 21 de novembro de 2007, comunica que estará aberto no período de 10 de janeiro de 2018 à 31 janeiro de 2018, o prazo para inscrição de projetos esportivos e paradesportivos para execução no ano de 2018, de acordo com disposições contidas neste Edital, conforme que se segue.

#### 1 – DO OBJETIVO

1.1. Constitui objetivo do presente Edital os critérios para seleção de projetos a serem financiados com recursos da Fundação Municipal de Esportes – FME ou de fundos constituídos ou acarretados por Outros.

1.2. Constitui objeto deste Edital a seleção de projetos esportivos que tenham como característica essencial à promoção e o fomento do esporte, na iniciação, formação e treinamento de esportistas

de todas as áreas e da prática de atividade física no Município de Camboriú.

1.3. Constitui objeto deste Edital a seleção de projetos que tenham como característica a participação em competições municipal, estadual (federação e fesporte), nacional e internacional.

#### 2. DO INCENTIVO

2.1. O valor máximo anual destinado para o ano de 2018 será de R\$ 350,000,00 distribuído nas seguintes áreas:

2.1.1. ESPORTES COLETIVOS

2.1.2. ARTES MARCIAIS)

2.1.3. JOGOS ADAPTADOS

2.1.4. PARADESPORTO

2.1.5. ESPORTES INDIVIDUAIS

2.2. O incentivo esportivo municipal priorizará a destinação dos recursos para a realização do essencial proposto nos projetos ficando o proponente responsável por indicar, na formação do custeio, o que considera essencial, em ordem decrescente de prioridade na planilha orçamentária.

2.3. Caso não seja apresentado projetos em alguma das áreas estipuladas, o valor será destinado a Projetos em nosso Município, que estiverem de acordo com as regras estipuladas por este Edital e que sejam diferenciados dos projetos aprovados.

#### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente processo seletivo, pessoa jurídica com mais de um ano de existência legal, sem fins lucrativos, estabelecida no Município, com comprovada capacidade de execução de projeto esportivo, respondendo diretamente por sua elaboração, promoção, execução e prestação de contas, doravante denominada Executor.

#### 4. DA INSCRIÇÃO DO PROJETO ESPORTIVO

4.1. O Projeto Esportivo deverá ser elaborado de acordo com estas instruções e deverá conter, no mínimo:

4.1.1. Apresentação Institucional;

4.1.2. Nome do Projeto;

4.1.3. Público Alvo e faixa etária;

4.1.4. Modalidade(s);

4.1.5. Justificativa;

4.1.6. Objetivos;

4.1.7. Metodologia;

4.1.8. Cronograma;

4.1.9. Equipe;

4.1.10. Número de beneficiados;

4.1.11. Metas;

4.1.12. Relatório de Despesas;

4.1.12.1 Será permitida a utilização de até 10% (dez por cento) dos recursos do apoio financeiro para pagamento a terceiro, desde que este realize, cumulativamente:

4.1.12.1.2. auxílio na elaboração de Projeto Esportivo;

4.1.12.1.3. auxílio na preparação dos documentos necessários para prestação de contas pelo Executor.

4.1.13. Local(is) de realização do projeto.

4.2. Deverão ser encaminhados à FME, os seguintes documentos:

4.2.1. 3 (três) orçamentos/propostas comerciais, sem rasuras, para cada item de despesa descrito no Relatório de Despesas, obtidos junto aos fornecedores e/ou prestadores de serviço e/ou pela Internet, para aferição da compatibilidade das despesas do Projeto Esportivo com o preço de mercado.



4.2.1.1. Os orçamentos/propostas comerciais deverão conter descrição detalhada do bem ou serviço a ser contratado, valor unitário e total do bem ou serviço; data de emissão do orçamento/proposta comercial; nome e assinatura do responsável pela emissão, seguido dos respectivos contatos (telefones e email).

4.2.1.2. É válida a apresentação de pesquisas de mercado oriundas de publicações especializadas e de print da tela de portais comparadores de preço, com identificação clara da data e dos preços dos produtos ou dos serviços de, no mínimo, 3(três) fornecedores distintos.

4.2.1.3. Na impossibilidade de apresentação de 3 (três) orçamentos/propostas comerciais, deverá ser enviada a respectiva justificativa fundamentada.

4.2.1.4. Os orçamentos/propostas comerciais enviados não poderão ser de data anterior a 60 (sessenta) dias do protocolo do Projeto.

4.3. A inscrição de projetos será processada mediante entrega do Projeto de acordo com as instruções contidas neste Edital, digitado, datado, assinado e com todas as folhas rubricadas, numeradas sequencialmente e encadernadas em espiral, de modo a impedir seu extravio.

4.4. O Projeto deverá obrigatoriamente ser apresentado juntamente com todos os documentos exigidos neste Edital.

## 5. DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA A SER APRESENTADA

5.1. Pessoa Jurídica, com atuação prioritariamente esportiva:

I) Plano de Trabalho;

II) Currículo detalhado da Instituição ou Empresa, que a credencie à execução do projeto proposto;

III) Cópia do Estatuto da Empresa, devidamente registrado em cartório;

IV) Cópia da(s) Ata(s) de eleição e posse da diretoria, em exercício, devidamente registrada(s) em cartório;

V) Cópia da Carteira de Identidade e CPF do Representante legal da empresa ou instituição, ou documento oficial que comprove o seu número;

VI) Cópia do Cartão de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com validade em vigor;

VII) Certidão Negativa de Débitos Municipais

VIII) Certidão Negativa de Débitos Estaduais

IX) Certidão Negativa de Débitos Federais

X) Certidão Negativa de FGTS

XI) Certidão Negativa de INSS

XII) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

XIII) Título de Utilidade Pública Municipal atualizado;

XIV) Declaração, sob as penas da lei, de que não possui restrições ao crédito que impeçam a abertura de conta corrente em instituições financeiras.

XV) 2 (dois) Comprovantes de residência/estabelecimento (Conta de Luz, Água, Telefone, Conta Bancária, Contrato de Locação, Boleto Bancário) no município de Camboriú, em nome da Instituição ou seu representante legal, sendo um comprovante datado há mais de um ano e outro com endereço e datas atuais.

XVI) Comprovação de Capacidade Profissional (Reportagens, Publicações ou materiais impressos com o nome legível do Empreendedor) para comprovação de sua atuação na área esportiva. No caso exclusivo e excepcional do empreendedor não ter como apresentar os materiais impressos deverá ser apresentado relatório de suas atividades esportivas realizadas nos últimos dois anos, acompanhado de registro fotográfico ou videográfico, ou Declaração de Capacidade Técnica operativa, emitida por Instituição Idônea.

XVII) No caso de o projeto envolver atividades físicas e/ou desportivas o Empreendedor deverá apresentar cópia da Cédula de Identidade Profissional emitida pelo CREF 3, sendo que este profissional será o responsável técnico pela execução do projeto dentro do prazo de validade na apresentação do mesmo, de todos profissionais que ministrarem as atividades, sendo Professores, Auxiliares, monitores, instrutores, recreadores, ajudantes, voluntários e afins.

## 6. DAS ÁREAS PARA INSCRIÇÃO DE PROJETOS:

6.1. Os projetos poderão ser inscritos nas seguintes áreas de acordo com os conteúdos estruturantes da educação física:

I) ESPORTES COLETIVOS - compreendendo: aulas; oficinas; trabalho nas escolas; treinamentos; eventos esportivos (lúdicos ou competitivos); realização de campeonatos; e lazer. Obs: Serão aceitos, para análise dos projetos referente a ESPORTES COLETIVOS, os que se encaixarem nas modalidades seguintes: BASQUETEBOL, VOLEIBOL

(voleibol de quadra, de praia), HANDEBOL, FUTEBOL DE CAMPO, FUTSAL, ESPORTE DE PRECISÃO, BOCHA, TENIS/ BADMINTON, RUGBY e FUTEBOL AMERICANO.

II – ARTES MARCIAIS - compreendendo: aulas; trabalho nas escolas; treinamentos; eventos; realização de campeonatos; e lazer. Obs: Serão aceitos, para análise dos projetos referente a ARTES MARCIAIS: (karate, taekwondo, judô).

III- JOGOS ADAPTADOS - compreendendo: aulas; treinamentos; eventos; realização de campeonatos; e lazer. Obs: Serão aceitos, para análise dos projetos referente a JOGOS ADAPTADOS: Projetos que apresentem atividades para pessoas com idade superior a 50 anos.

IV- PARADESPORTO - compreendendo: aulas; trabalho nas escolas; treinamentos; eventos; realização de campeonatos; e lazer. Obs: Serão aceitos, para análise dos projetos referente a PARADESPORTO: Atividades que atendam o público que tenha algum tipo de deficiência.

V) ESPORTES INDIVIDUAIS - compreendendo: aulas; trabalho nas escolas; treinamentos; eventos esportivos (lúdicos ou competitivos); realização de campeonatos; e

Lazer. Obs: Serão aceitos, para análise dos projetos referente a ESPORTES INDIVIDUAIS, os que se encaixarem nas modalidades seguintes: CICLISMO, GINÁSTICA RÍTMICA E ARTÍSTICA, NATAÇÃO, TÊNIS DE MESA, TRIATLO, TIRO DESPORTIVO, LEVANTAMENTO DE PESO, SKATE, MOTOCROSS e XADREZ.

## 7. CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DOS PROJETOS

7.1. Para seleção dos projetos apresentados pelas Organizações Governamentais e Não Governamentais, a comissão de análise, escolhida pela plenária do CME, será formada por Conselheiros do CME, que não tenham apresentado projetos, e/ou Pessoas alheias ao CME que detenham comprovado conhecimento e experiência na análise de projetos, em número mínimo de três e máximo de cinco integrantes, devendo respeitar o princípio paritário, sempre contando com pelo menos um representante do poder público e um da sociedade civil, que não tenham interesse nos projetos e estes observarão os seguintes critérios:

I. Relação custo-benefício;

II. Clareza e coerência nos objetivos;

III. Criatividade;

IV. Retorno de interesse público,

V. Importância para a cidade;

VI. Descentralização esportiva;

VII. Projetos que se encaixem dentro dos conteúdos estruturantes da Educação Física, e também dentro de atividades que promovam a saúde dos participantes;

VIII. Projetos com caráter educativo, esportivo ou social;

IX. Inclusão, universalização e democratização do acesso ao esporte e lazer;

X. Capacidade executiva do proponente, a ser aferida na análise de seu currículo e pelo desempenho na realização de projetos anteriores.

XI. Participação em competições municipal, estadual (federação e fesporte), nacional e internacional.

## 8. DAS PRIORIDADES PARA OS SEGMENTOS ESPORTIVOS APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, VISANDO A SELEÇÃO DE PROJETOS.



### 8.1 Esportes Coletivos

- Projetos que favoreçam a prática do esporte e sua importância na saúde e bem-estar, na sociedade, na formação física e psíquica e no lazer;
- Projetos que incentivem o trabalho coletivo;
- Projetos que valorizem a educação comportamental perante trabalhos coletivos, competições e desafios, bem como o comportamento diante da sociedade;
- Projetos que favoreçam não só o ensino da prática da modalidade apresentada, mas também noções de ética, moral, civismo, higiene e saúde e afins.
- Projetos que fomentem a realização e participação dos atletas em eventos e campeonatos municipais, estaduais (federação e fomento), nacional e internacional.

### 8.2. Artes Marciais

- Projetos que priorizem o ensino de lutas e artes marciais objetivando inculcar nos participantes não só a capacidade do autocontrole e defesa pessoal, mas também valores fundamentais à formação do caráter, como o, respeito ao próximo, disciplina, lealdade, autocontrole, etc;
- Projetos que promovam a prática de lutas e artes marciais como treinamento, lazer, promoção da saúde, entre outros;
- Projetos que fomentem a realização e participação dos atletas em eventos e campeonatos municipais, estaduais (federação e fomento), nacional e internacional.

### 8.3. Jogos Adaptados

- Projetos que contribuam para o desenvolvimento de atividades em que o participante possa vivenciar experiências esportivas, recreativas e de lazer;
- Projetos que priorizem a possibilidade do praticante de sonhar, sentir, decidir, arquitetar, aventurar e agir, com energia para superar os desafios do corpo e do esporte;
- Projetos que favoreçam e incentivem o desenvolvimento de novas habilidades;
- Projetos que proporcionem desafios corporais para os praticantes com uso de objetos, obstáculos, alvos, bolas,
- Projetos que fomentem a realização e participação dos atletas em eventos e campeonatos municipais, estaduais (federação e fomento), nacional e internacional

### 8.4 Paradesporto

- Projetos que contribuam para o desenvolvimento de atividades em que o participante possa vivenciar experiências esportivas, recreativas e de lazer;
- Projetos que priorizem a possibilidade do praticante de sonhar, sentir, decidir, arquitetar, aventurar e agir, com energia para superar os desafios do corpo e do esporte;
- Projetos que favoreçam a vivência corporal e também experiências de movimento;
- Projetos que valorizem a inclusão social e a educação comportamental perante trabalhos coletivos, competições e desafios, bem como o comportamento diante da sociedade;
- Projetos que fomentem a realização e participação dos atletas em eventos e campeonatos municipais, estaduais (federação e fomento), nacional e internacional.

### 8.5 Esportes Individuais

- Projetos que favoreçam a prática do esporte e sua importância na saúde e bem-estar, na sociedade, na formação física e psíquica e no lazer;
- Projetos que valorizem a educação comportamental perante trabalhos coletivos e individuais, competições e desafios, bem como o comportamento diante da sociedade;
- Projetos que favoreçam não só o ensino da prática da modalidade apresentada, mas também noções de ética, moral, civismo, higiene e saúde e afins.
- Projetos que fomentem a realização e participação dos atletas em

eventos e campeonatos municipais, estaduais (federação e fomento), nacional e internacional.

## 9. DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

9.1. Para subsidiar a análise dos projetos, a FME se orientará pelo presente Edital, dentro da seguinte sistemática:

9.1.1. Ao final das inscrições, os projetos serão classificados com base na Ficha de Identificação e encaminhados aos membros da Comissão para análise e providências, seguindo a ordem de inscrição dos projetos.

9.1.2. A fase de análise da documentação e do conteúdo dos projetos é de responsabilidade da FME, levando em consideração os critérios elencados no presente

Edital, sendo que o projeto será sempre relatado ao conjunto dos membros do CME para seu conhecimento e os mesmos poderão solicitar vistas do projeto e de sua documentação, a qualquer tempo durante a análise;

9.1.3. Na fase de análise, os projetos serão verificados tanto em suas propostas individuais quanto em relação ao contexto geral de projetos inscritos, zelando a Comissão pelo princípio de equidade entre as áreas esportivas, até concluir-se a análise, aprovando-se projetos de acordo com o volume de recursos disponibilizados por modalidade.

9.1.4. Compreende-se por Projeto Esportivo regularmente inscrito, aquele que contém TODOS os documentos e informações solicitadas neste Edital.

9.1.5. O período destinado para análise de projetos será de 07 a 12 de fevereiro.

## 10. DOS PRAZOS

10.1. Os prazos de inscrição de projetos são os seguintes:

ETAPAS	PRAZOS
Publicação do Edital de abertura	10 de janeiro
Período para apresentação de Projetos	11 a 31 de janeiro
Publicação Edital com Projetos apresentados	31 de janeiro
Período para recurso	01 a 05 de fevereiro
Período para análise de recurso	05 a 07 de fevereiro
Publicação Edital de acolhimento ou rejeição de recurso.	07 de fevereiro
Período para análise dos projetos selecionados	07 a 12 de fevereiro
Publicação Edital com Projetos Aprovados	14 de fevereiro

## 11. DA DIVULGAÇÃO

11.1. Os Projetos Esportivos aprovados serão divulgados em Edital publicado no paço municipal, no mural da Câmara de Vereadores, no mural da Fundação Municipal de Esportes (FME) e no site da Prefeitura Municipal de Camboriú, contendo, no mínimo, nome, CNPJ e Inscrição Estadual do Executor, nome do Projeto Esportivo, valor aprovado

## 12. DO RECURSO

12.1. A pessoa jurídica que não tiver seu projeto aprovado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, após a divulgação do resultado, que se dará por meio de requerimento, devidamente instruído, encaminhado à Fundação Municipal de Esportes.

12.2. A Fundação Municipal de Esportes, por intermédio do Conselho Municipal de Esportes, precederá à análise do recurso e divulgará o resultado no site do município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo a decisão proferida irrecurável.

## 13. DA DURAÇÃO DO FINANCIAMENTO

13.1. Os financiamentos dos projetos aprovados com recursos da



FME, poderão ter duração de 10 a 12 meses, mediante aprovação das contas, mensalmente pela Controladoria do Município, pelo Conselho Municipal de Esportes e pela Fundação Municipal de Esportes.

13.2. A avaliação dos resultados do projeto poderá indicar alterações e inovações as serem feitas nas políticas públicas, ou mesmo a adoção das propostas iniciais como políticas.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Deverá o proponente estar ciente de que o valor aprovado pode ser inferior ao solicitado, e que aprovado o projeto para repasse dos recursos, será celebrado um Termo de Cooperação Esportiva e Financeira com o Município de Camboriú;

14.2. Durante toda a execução do Termo de Cooperação Esportiva e Financeira, deverá o proponente, pessoa jurídica, manter todas as qualificações estipuladas neste Edital, sob pena de suspensão do mesmo.

14.3. Durante a execução dos Projetos o proponente deverá apresentar à Secretaria de Esportes, mensalmente, relatório que será disponibilizado, acompanhado de fotos, reportagens e outros documentos que julgarem necessários;

14.4. Durante a execução dos Projetos o proponente deverá utilizar nas competições em que o regulamento permita o nome da Fundação Municipal de Esportes de Camboriú junto ao nome da associação proponente.

14.5. Ao término do Projeto a proponente deverá apresentar o relatório final que será disponibilizado pela Secretaria, no site da Prefeitura Municipal;

14.6. As parcelas de recursos previstas no Plano de Trabalho que integra o Termo de Colaboração Esportiva e Financeira serão liberadas em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado.

14.7. Será devolvida ao proponente uma via do formulário de inscrição de projetos. O restante do material ficará arquivado junto à Fundação de Esportes;

14.8. Os projetos não aprovados, bem como os pareceres a eles referentes emitidos pelo CME, serão devolvidos após a publicação do Edital de Aprovação, mediante apresentação do comprovante de inscrição ou documento de identidade;

14.9. Os projetos não aprovados, e seus anexos, que não forem retirados em 90 dias após a publicação do Edital de Aprovação, serão inutilizados;

14.10. A inobservância de quaisquer itens deste Edital implicará na reprovação do projeto; 14.11. Caso haja qualquer problema relacionado ao andamento do projeto como: descumprimento de qualquer cláusula prevista no termo de colaboração ou fomento, não participação em eventos quando solicitado pela FMEC, falta de ética, conduta profissional, não cumprimento devido de horário estipulado, irresponsabilidade ou descaso com o poder público, a Secretaria de Esportes tem autonomia para solicitar uma assembleia com o Conselho Municipal de Esportes e cancelar o projeto; 14.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo CME.

Camboriú, 10 de janeiro de 2018.

Altair Kadiz dos Santos

Presidente da Fundação Municipal De Esportes

#### ERRATA EDITAL 001/2018 - FME

Publicação Nº 1493612

ERRATA Nº 001/2018 DO EDITAL 001/2018

Altera o enunciado do Edital nº 001/2018, de 10 de janeiro de 2018, que dispõe sobre os valores dos repasses, para Projetos que serão financiados pelo Fundo Municipal de Esporte – FME.

O Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com base na Lei Municipal 9/2007, torna público o Termo de Errata nº 01/2018 do Edital nº 001/2018:

Art. 1º. Alterar o Artigo 2.1 do referido Edital:

Onde se Lê

2.1. O valor máximo anual destinado para o ano de 2018 será de R\$ 350,000,00

Leia-se:

2.1. O valor máximo anual destinado para o ano de 2018 será de R\$ 425,000,00

Camboriú, 16 de janeiro de 2018.

Altair Kadiz dos Santos

Presidente - FME Camboriú

#### IL 001/18 - PMC

Publicação Nº 1493175

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 001/2018 – PMC

Data: 17/01/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS - AVISOS DE LICITAÇÃO, NO FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS, ATENDENDO A LEI 8.666/93, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE LEIS, DECRETOS, AVISOS DE LICITAÇÕES E DEMAIS ATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$: 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Secretaria: Administração

Contratado: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 17 de Janeiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

#### TERMO DE ERRATA PR 129/2017 - PMC

Publicação Nº 1493448

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 129/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 129/2017 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS, COM O INTUITO DE IDENTIFICÁ-LOS DURANTE O DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES, E TAMBÉM PARA RESTABELECER O ESTOQUE ATUAL PARA POSTERIOR REPOSIÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE TROCA DO UNIFORME.", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o texto do item 4 do Termo de Referência (anexo IX) do Edital;

Onde lê-se:

Nos critérios para avaliação das amostras: será observada cor, textura, resistência, acabamento, tecido, bordado, silk screen, (de acordo com o modelo anexo) material utilizado (...)



Leia- se:

Nos critérios para avaliação das amostras: será observada cor, textura, resistência, acabamento, tecido, bordado, silk screen, material utilizado (...)

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 30 de Janeiro de 2018 as 12 h30min  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 17 de Janeiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 FMAS

Publicação Nº 1492783

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2017 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa POSTO PLANALTO LTDA, CNPJ: 82.767.575/0001-07, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 09/2017, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	3.500	Litro	Gasolina comum	3,89	13.615,00
VALOR TOTAL				R\$ 13.615,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ

Pregoeira

POSTO PLANALTO LTDA

Egon Keiser

Representante legal

### DECISÃO Nº 001/GAPRE/2018

Publicação Nº 1492798

DECISÃO Nº 001/GAPRE/2018

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: S.D.M.

RECORRIDO: Secretária de Administração

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 918/2017

#### I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por S.D.M., em desfavor a sentença prolatada pela Secretária Municipal de Administração (fls. 107/114), que determinou a demissão do servidor, nos seguintes termos:

"Assim, com fundamento no inciso III do artigo 217 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 (Estatuto do Servidor Público Municipal), DETERMINO A DEMISSÃO DO SERVIDOR S.D.M., em conformidade ao exposto supra, em especial, pelas provas trazidas e colhidas no presente PAD."

Em suas razões recursais (fls. 116/121), insurge-se o recorrente contra a punição imposta, argumentando que jamais se comportou com insubordinação ou deixou de cumprir as ordens injustificadamente.

O recurso administrativo foi recebido, sendo reconhecida sua tempestiva e deferido o pedido de suspensão dos efeitos da decisão (fl. 122). Este é o relatório.

#### II – VOTO

De salientar, inicialmente, que a apreciação do presente recurso administrativo visa atender ao princípio do duplo grau de jurisdição.

Conheço do recurso interposto, porquanto satisfeitos os requisitos de admissibilidade.

Cuida-se de recurso interposto combatendo a decisão que determinou a DEMISSÃO DO SERVIDOR S.D.M, por força ao inciso III do art. 217 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002, que dispõe do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Segundo os fundamentos da decisão proferida pela Secretária Municipal de Administração, esta se baseou pela gravidade dos atos, visto que teria atingido indivíduo diverso da administração, bem como o histórico de insubordinação, bem como na comprovação nos autos que o servidor indiciado teria: Deixado de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo (inciso I do art. 207); Deixado de observar as normas legais e regulamentares inerentes a Administração Pública Municipal (inciso III do art. 207); Deixado de cumprir as ordens superiores sem justificativa (inciso VI do art. 207); Não teria mantido a conduta compatível com a moralidade administrativa (inciso IX do art.



207); Deixado de ser assíduo ao serviço público que exerce como motorista (inciso X do art. 207); Teria oposto resistência injustificada a execução de serviço público inerente ao seu cargo (inciso IV do art. 208); Se dirigido de forma desrespeitosa a sua superior hierárquica de forma oral (inciso V do art. 208); e procedido de forma desidiosa ao exercício de seu cargo público (inciso XI do art. 208).

Em suas razões recursais, insurge-se o recorrente contra a punição ora aplicada pela Secretária Municipal de Administração, argumentando que jamais teria agido de forma insubordinada ou deixado de cumprir as ordens injustificadamente.

Que em relação ao roteiro de viagem a ser realizada no dia 14.08.2017 (segunda), teria este sido entregue no final do expediente do dia 11.08.2017 (sexta), e que o servidor teria um compromisso pré-agendado com o Conselho Tutelar, e que por isso optou por não cumprir a ordem da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Alega ainda que o horário de trabalho do servidor seria entre o período das 08:00 as 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, e que o horário indicado para a realização da viagem seria incompatível, pois teria que realizar fora do horário normal de expediente.

Ora, não devem prosperar tais alegações, pois o servidor é motorista, e sabe-se que a necessidade da administração pública está acima dos interesses particulares, e além do mais, a realização de serviço em horário extraordinário é permitido por lei, e era necessário ao caso em apreço, e nestes casos deverá o servidor ser recompensado com o pagamento das respectivas horas extras.

Já a alegação que o servidor tinha um compromisso pré-agendado com o Conselho Tutelar também não deve prosperar para sua defesa, visto que o mesmo era cedido aquele órgão, mas a chefe hierárquica é quem define quais serão os serviços que o seu subordinado deverá realizar, e não o inverso.

E neste compasso, da leitura das portarias de lotação, pode se observar que o servidor ficaria a disposição do Conselho Tutelar, mas não de forma exclusiva, todavia da leitura dos depoimentos, fica claro que o mesmo tinha dificuldade em aceitar que a chefe hierárquica era a Secretária Municipal de Assistência Social e ela definiria qual sua rotina de trabalho.

Cabe salientar que o Servidor na oportunidade da entrega da comunicação do roteiro de viagem nº 68 proposto pela superior hierárquica se negou a receber o mesmo, sendo esta suprimida por assinatura de 02 (duas) testemunhas (fl. 08), o que demonstra a insubordinação do servidor até mesmo para receber um documento oficial.

Ademais, o histórico funcional do servidor demonstra diversos episódios de inobservâncias dos deveres e proibições previstos no Estatuto dos Servidores Municipais (fls. 15 a 44).

Ainda, infundada a alegação de ausência de provas em desfavor do servidor, quando da leitura dos depoimentos pode-se observar o contrário, em especial, dos relatos de insubordinação, relatados tanto pela Secretária de Educação (fls. 83/84), quanto pela atual chefe hierárquica (fls. 85/86).

Cabe deixar frisado que no momento da comunicação do roteiro de viagem, a Secretária informou da importância da realização da viagem, sendo que na oportunidade o servidor não justificou o motivo pelo qual não iria acatar a ordem superior (fl. 86).

Nosso Estatuto prevê proibições a serem observadas, em especial:

Art. 208 Ao servidor, efetivo ou comissionado, é proibido:

[...]

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço;

V - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas e aos superiores hierárquicos, mediante manifestação escrita ou oral;

[...]

XI - proceder de forma desidiosa; [grifei]

O servidor não logrou êxito na instrução em justificar a oposição no andamento da execução de seu serviço, inerente ao cargo que exerce. De outro norte existe relato (da superior hierárquica) que o recorrente agiu de forma desrespeitosa, não cumpriu com as ordens superiores e procedeu de forma desidiosa.

Ou seja, está comprovado nos autos que o recorrente cometeu as transgressões disciplinares tipificadas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Não se pode deixar de lado que o descumprimento de ordem superior gerou prejuízo a outra pessoa, que necessitava do serviço público, o que agrava toda a situação envolvendo o servidor.

Por fim, cabe frisar o histórico funcional do recorrente, que demonstra diversos episódios de insubordinações injustificadas.

Ademais, em que pese a decisão da Secretária Municipal ser divergente daquela opinada pela Comissão Processante, esta é possível, situação já confirmada em outros julgados similares, como já posicionado pelo Próprio Judiciário Catarinense recentemente:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROCESSO DISCIPLINAR. OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, ASSEGURADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. PENALIDADE APLICADA DIVERSA DAQUELA SUGERIDA PELA COMISSÃO PROCESSANTE. POSSIBILIDADE, DESDE QUE FUNDAMENTADA. ART. 60 DA LCE N. 491/10 E PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. O Superior Tribunal de Justiça, "possui o entendimento de que a autoridade julgadora pode aplicar sanção diversa daquela sugerida pela comissão processante, agravando ou abrandando a penalidade, ou até mesmo isentando o servidor da responsabilidade imputada, desde que apresente a devida fundamentação" (MS n. 14667/D, rel. Min. Gurgel de Faria, Terceira Seção, j. 10.12.14). (TJSC, Apelação Cível n. 0021166-30.2010.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, Segunda Câmara de Direito Público, j. 12-12-2017).

Cabe ressaltar que no caso em tela foi observado o devido processo legal, sendo sempre assegurado ao servidor recorrente o contraditório e ampla defesa, respeitando assim os referidos Princípios Constitucionais.

Além do mais, como mencionado, pode a autoridade julgadora aplicar penalidade diversa daquela sugerida pela Comissão Processante, contudo desde que devida fundamentado, o que ocorre no caso em tela.

À vista do exposto, vota-se no sentido de conhecer do recurso administrativo e negar provimento, mantendo a decisão atacada em todos os seus fundamentos.

Este é o voto.



**III – DO DISPOSITIVO**

Ante o exposto, recebo o recurso apresentado, e julgo pelo não provimento do mesmo, mantendo a decisão administrativa de fls. 107/114, em sua integralidade, que determinou a DEMISSÃO do servidor S.D.M..

Intime-se com urgência o servidor da decisão.

Publique-se a decisão no diário oficial e no mural do paço municipal.

Encaminhe-se cópia da decisão a Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Serviço de Pessoal do Município, para o seu cumprimento imediato.

Campo Alegre/SC, 16 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.039 DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1492819

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 11.039 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pelo inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica do Município, e consoante ao inciso I do art. 221 da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; e

Considerando a Decisão nº 001/GAPRE/2018, proferida pelo Prefeito Municipal, que confirmou os efeitos da Decisão nº 002/2017/SECAD proferida pela Secretária Municipal de Administração no Processo Administrativo Disciplinar nº 918/2017;

**DECRETA**

Art. 1º Fica demitido o Servidor Público Municipal SIDNEI DALA MEÃ, matrícula funcional nº 000524, registro no sistema sob nº 954622, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma do inciso II do art. 93 c/c o inciso III do art. 217, pela prática de conduta tipificada no inciso VI do art. 228, agravada pela previsão do inciso II do art. 219, em decorrência da inobservância dos deveres elencados nos incisos I, III, VI, IX, X do art. 207 e das proibições previstas nos incisos IV, V e XI do art. 208, todos da Lei Complementar Municipal nº 006/2002.

Art. 2º Fica declarada a vacância do Cargo Público de Motorista, na Função de Motorista de Veículos Leves, em decorrência da demissão do Servidor Público Municipal mencionado no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 11.040 DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1492821

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 11.040 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL urbana – iptu PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E estabelece OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 113 da Lei Municipal nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Decreta:

Art. 1º O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do exercício de 2018 poderá ser efetuado em até 05 (zero cinco) parcelas mensais e consecutivas a partir de 16 de abril de 2018.

Art. 2º Para o pagamento efetuado no total do imposto até a data de 16 de abril de 2018 será concedido o desconto de 15% (quinze por cento); até a data de 16 de maio de 2018 será concedido o desconto de 10% (dez por cento) e até a data de 16 de junho de 2018 será



concedido o desconto de 5% (cinco por cento).

Art. 3º Para o pagamento parcelado a 1ª parcela a vence em data de 16 de abril de 2018, a 2ª parcela vence em data de 16 de maio de 2018; a 3ª vence em data de 15 de junho de 2018; a 4ª parcela vence em data de 16 de julho de 2018 e a 5ª vence em data de 16 de agosto de 2018.

Art. 4º As condições e prazos estabelecidos nos Artigos anteriores são estendidos aos demais tributos e preços públicos cobrados no mesmo carnê de pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 11.041 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492824

DECRETO Nº 11.041 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

ATUALIZA TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI DO TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE CONVERTIDO EM REAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 002 de 21 de dezembro de 2001 alterada pela Lei Complementar Municipal nº 041 de 19 de dezembro de 2006 em seu artigo 2º Parágrafo único; Decreta:

Art. 1º Ficam atualizados os valores de que trata o caput do artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 041 de 19 de dezembro de 2006, conforme Tabela de Valores Mínimos – Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 002 de 21 de dezembro de 2001, parte integrante deste Decreto:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 10.238 de 12 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 11.041 DE 17 DE JANEIRO DE 2018		
LOCALIDADE	CLASSE A	CLASSE B
Avenca do Rio Negro	14.377,25	10.782,93
Avenquinha	19.901,05	15.276,25
Distrito Bateias de Baixo (Rural)	17.973,28	13.479,96
Bateias de Cima	14.377,25	10.782,93
Campestre	23.363,92	18.870,59
Campinas	14.377,25	10.782,93
Cãozinho	14.377,25	10.782,93
Capinzal	14.377,25	10.782,93



Corredeiras	19.901,05	15.276,25
Cubatão	14.377,25	10.782,93
Estr. Rio Vermelho	19.901,05	15.276,25
Faxinal	19.901,05	15.276,25
Floresta	23.363,92	18.870,59
Distrito de Fragosos (Rural)	14.377,25	10.782,93
Fundão	19.901,05	15.276,25
Lageado	23.363,92	18.870,59
Laranjeiras	17.973,28	13.479,96
Lavrinha	14.377,25	10.782,93
Mato Bonito	14.377,25	10.782,93
Onça Parda	14.377,25	10.782,93
Papanduva	23.363,92	18.870,59
Papanduvinha	14.377,25	10.782,93
Queimados	14.377,25	10.782,93
Quiriri	14.377,25	10.782,93
Rio Represo	14.377,25	10.782,93
Ribeirão das Pedras	14.377,25	10.782,93
Ribeirão do Meio	14.377,25	10.782,93
Rodeio Grande	14.377,25	10.782,93
Saltinho	17.973,28	13.479,96
Salto	23.363,92	18.870,59
Sant'Ana	14.377,25	10.782,93
São Miguel	23.363,92	18.870,59
Serrinha	14.377,25	10.782,93
Tijucume	14.377,25	10.782,93
Ximbuva	14.377,25	10.782,93
Outras Localidades não especificadas	14.377,25	10.782,93

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 11.042 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492827

DECRETO Nº 11.042 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

ATUALIZA TABELA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO, PARA CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2001; Decreta:

Art. 1º Ficam atualizados os valores de que trata o caput do artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 001 de 21 de dezembro de 2001, conforme Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018



JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 11.042 DE 17 DE JANEIRO DE 2017  
TABELA DE VALORES POR METRO QUADRADO DE TERRENO,  
PARA CÁLCULO DO IMPOSTO TERRITORIAL URBANO.

CLASSE 1 – VERMELHO – R\$ 20.4253

Rua Cél. Bento D'Amorim – início na Rod. SC-418, final da Rua Cél. Raymundo Munhoz

- 1- Rua Pe. Luiz Gilg – início na Rod. SC-418, final da Rua Pe. Lino Jacob Vier.
- 2- Rua Carlos Brandes – início Rua Cél. Bento D'Amorim, final da Rua Karl H. W. Dudda.
- 3- Rua 18 de Março – início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Karl H. W. Dudda.
- 4- Rua Karl H. W. Dudda – início Rua Carlos Brandes, final Rua Pe. Lino Jacob Vier.
- 5- Rua Pe. Lino Jacob Vier – início Rua Karl H. W. Dudda, final do Rio Lageadinho.
- 6- Rua Nereu Ramos – início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél. Raymundo Munhoz.
- 7- Rua Benjamin Constant – início na Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rua Cél. Raymundo Munhoz
- 8- Av. Dr. Getúlio Vargas – início Rio Turvo, final da Rua Jorge Lacerda.
- 9- Rua Paulo Schroeder – início da Av. Dr. Getúlio Vargas, final da Rua 7 de Setembro.
- 10- Rua 7 de Setembro – início da Rua Nereu Ramos, final da Rua Paulo Schroeder.
- 11- Rua Cél. Bueno Franco – início da Av. Dr. Getúlio Vargas, final Prédio Sede da Prefeitura Municipal.
- 12- Praça Esportes Maurício Foitte lado direito e esquerdo – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Quadra Areia.
- 13- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início na Rua Cél. Bueno Franco, final Rua Raymundo Gomes. Munhoz.
- 14- Rua Adolfo Konder – início Rua Pe. Luiz Gilg, final da Rua Cél. Bento D'Amorim.
- 15- Rua Carlos Brandes – início Rua Karl H. W. Dudda, final da Rod. SC-418.
- 16- Calçada da Cascatinha – situado entre as Ruas Cél. Raymundo Munhoz e Av. Dr. Getúlio Vargas.

CLASSE 2 – AZUL – R\$ 17,7244

- 1- Rua Carolina Kotovicz – início Rod. SC-418, final Rua Eugênio Duarte.
- 2- Rua Eugenio Duarte – início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Leoberto Leal.
- 3- Rua Leoberto Leal – início Rod. SC-418, final Rua Eugênio Duarte.
- 4- Rua Santo Antônio – início Rod. SC-418, final Rua Leoberto Leal.
- 5- Rua 18 de Março – início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.
- 6- Rod. SC-418 – início Rua Maria Dorinha Amorim, final da Propriedade da antiga Indústria Moveis Cascata Ltda.
- 7- Rua Benjamin Constant – início Rod. SC-418, final Rua Pe. Lino Jacob Vier.
- 8- Rua Carlos Brandes – início Rua Cél. Bento D'Amorim, final entrada da antiga Indústria de Móveis Cascata Ltda.
- 9- Rua Adolfo Konder – início Rua Cél. Bento D'Amorim, final Rua Benjamin Constant.
- 10- Rua Pe. Lino Jacob Vier – início Rua Karl H. W. Dudda, final Rua Jorge Lacerda.
- 11- Rua 7 de Setembro – início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.
- 12- Rua Paulo Schroeder – início Rua 7 de Setembro, final Rua Oscar Schwarz.
- 13- Rua Irmã Bonavita – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Rio Lageadinho.
- 14- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início Rua Raymundo Gomes Munhoz, final Rua Altamiro Lobo. Guimarães.
- 15- Rua Raymundo Gomes Munhoz – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final da Cooperativa de Produtores de Mate.
- 16- Rua Cél. Bueno Franco, início Prefeitura Municipal, final propriedade de Sr. Gastão Wendel.
- 17- Rua da Cascata – início Prédio Sede da Prefeitura Municipal, final portão da propriedade de CRH Empreendimentos Ltda.
- 18- Rua Waldomiro Machado Schroeder, início Prefeitura Municipal, final Rio Turvo.
- 19- Rua José Gomes Munhoz – início Rua Waldomiro Machado Schroeder, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 20- Rua Rudolfo Bartsch – início na Rua Nereu Ramos, final propriedade de Nádia Terezinha Bastos.
- 21- Travessa do Mate – início Rua Raymundo Gomes Munhoz, final propriedade de José Eurides Cordeiro da Cruz.
- 22- Rua Ernesto Afonso Scheide – início ponte do Rio Turvo, final Rua Vicente Pereira Neto.
- 23- Rua Ernesto Afonso Scheide lado esquerdo – início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC-418.
- 24- Travessa Moacir Machado Schroeder – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Prefeito Oldemar Duvoisin.
- 25- Rua Prefeito Oldemar Duvoisin – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC-418.
- 26- Rua Santa Catarina – início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rua Eliza Piske.
- 27- Rua Eliza Piske – início Rua Prefeito Oldemar Duvoisin, final Rod. SC-418.
- 28- Rua Paulo Narloch – início Rua Eliza Piske com extensão de 97,00 metros.
- 29- Rua Carlos Piske Filho – início Rua Eliza Piske com extensão de 150,00 metros.
- 30- Rua Odorico Gomes Munhoz – início Rua Eliza Piske com extensão de 138,00 metros.
- 31- Rua Aluizo G. A. Buchmann – início Rua Eliza Piske com extensão de 71,00 metros.
- 32- Rua Dona Francisca – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.
- 33- Rua Das Américas – Rua Ernesto Afonso Scheide com extensão de 94,00 metros.
- 34- Rua Vicente Pereira Neto – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC-418.
- 35- Rua Miguel Kotovicz – início Rua Vicente Pereira Neto, final Rua Rodolfo Paulo Herbst.
- 36- Rua Adele Schultz – início Rua Vicente Pereira Neto, final propriedade Greipel.
- 37- Rua Adolfo Paulo Herbst – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rod. SC-418.



- 38- Rua Athanagildo Schmidt – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final com extensão de 151,00 metros.
- 39- Rua Horst Walter – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Alfredo Friedrich.
- 40- Rua Sebastião Leeck – início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final com extensão de 44,00 metros.
- 41- Rua Ernesto Afonso Scheide lado direito – início Rua Vicente Pereira Neto, final Rod. SC-418.
- 42- Rua Bento Veríssimo Munhoz – início Rod. SC-418, final com extensão de 33,00 metros.
- 43- Rua Emília Cardoso – início na Rua Paulo Schroeder final com extensão de 85,00 metros.
- 44- Rua Gustavo Muhlmann – início na Rua Carlos Schroeder, final com extensão de 68,00 metros.
- 45- Rua Walter Weege – início na Rua Carlos Brandes, final com extensão de 70,34 metros.

**CLASSE 3 – AMARELA – R\$ 15,7383**

- 1- Rua Santo Antonio – início Rua Eugênio Duarte, final Rua Carolina Kotovicz.
- 2- Rua Carolina Kotovicz – início Rua Eugênio Duarte, final Rua Santo Antônio.
- 3- Rua Altamiro Lobo Guimarães – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 4- Rua Jorge Lacerda – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rod. SC-418.
- 5- Rua 18 de Março – início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.
- 6- Rua Maria Dorinha Amorim – início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Rod. SC-418.
- 7- Rua Pe. Lino Jacob Vier – início Rua Jorge Lacerda, final Rua Maria Dorinha Amorim.
- 8- Av. Dr. Getúlio Vargas – início Rua Jorge Lacerda, final Rod. SC-418.
- 9- Rua Irmã Amália Gheller – início Rua Pe. Lino Jacob Vier, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 10- Rua Jose Cardoso de Lima – início Rua Maria Dorinha Amorim, final com extensão de 81,50 metros.
- 11- Rod. SC-418 – início Rua Maria Dorinha Amorim, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 12- Travessa Br- ski – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final Rod. SC-418.
- 13- Rua Lucidório de Souza Freitas – início Rod. SC-418, Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 14- Rua Ernesto Friedrich – início Rua Lucidório de Souza Freitas, final Rua Victório Hostins.
- 15- Rua Victório Hostins – início Rod. SC-418, final Av. Dr. Getúlio Vargas.
- 16- Rua Cél. Raymundo Munhoz – início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final Rua Das Palmeiras.
- 17- Rua Sebastião Inglês – início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final na Igreja Família de Jesus.
- 18- Rua Ricardo Fuckner – início Rua Altamiro Lobo Guimarães, final com extensão de 120,00 metros.
- 19- Rua Ervino Friedrich – início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final com extensão de 126,00 metros.
- 20- Rua Miguel Gorniack – início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final com extensão de 240,00 metros.
- 21- Travessa Brasil – início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final propriedade de Sandra Regina Lepeck.
- 22- Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Fábrica de Refrigerantes
- 23- Rua Eugênio Duvoisin – início Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, final Herdeiros de Faustino Cardoso Aguiar.
- 24- Travessa do Caulin – início Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, final Rua Cél. Bueno Franco.
- 25- Rua Cél. Bueno Franco – propriedade Sr. Gastão Wendel, final frente propriedade de Hans Ricardo Schneider.
- 26- Rod. SC-418 início na Ind. de Moveis Cascata Ltda, final Rua Ernesto Afonso Scheide.
- 27- Rua Adele Schulze – início Greipel, final Herdeiros de Mário Feliciano.
- 28- Rua Rodolfo Stutzer – início Rua Ernesto Afonso Scheide, final Rua Eurípides Farias Munhoz.
- 29- Rua Joinville – início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 30- Rua Eurípides Farias Munhoz – início Rua Horst Walter, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 31- Rua Alfredo Friedrich – início Rua Dona Francisca, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 32- Rua Dona Francisca – início Rua Alfredo Friedrich, final Rua Rodolfo Stutzer.
- 33- Rua Dona Francisca lado direito – início Rua Rodolfo Stutzer, final ponte Riacho.
- 34- Rua João Machado Pereira – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final com extensão de 74,00 metros.
- 35- Rua Rodolfo Muhlbauer – início Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, final com extensão de 46,20 metros.
- 36- Rua São Paulo – início Rua Eugênio Duvoisin, final com extensão de 55,50 metros.
- 37- Rua Generoso Fragoso – início no começo do asfalto, final Rua Victor Stachon.
- 38- Rua Max Otto Becker – início Rua Generoso Fragoso, final Rod. SC-418.
- 39- Rua Fernando Jung – início Rua Francisco Dranka, final Rua Max Otto Becker.
- 40- Rua Francisco Dranka – início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes.
- 41- Rua Carlos Brandes – início Rua Roberto Koenig, final Rua Max Otto Becker.
- 42- Rua Francisco Rudnick – início Rua Max Otto Becker, final Rua Victor Stachon.
- 43- Rua Victor Stachon – início Rod. SC-418, final Rua Generoso Fragoso.
- 44- Rua Germano Schroth – início Rua Bernardo Mareth, final Rua Max Otto Becker.
- 45- Rua Estanislau Cavalheiro – início Rua Victor Stachon, final com extensão de 150,00 metros.
- 46- Rod. SC-418 – início Rua Max Otto Becker, final com extensão de 400,00 metros.
- 47- Rua Prof. Rufino Blaskovski – início Rua João Pius Schindler, final do calçamento.
- 48- Rua João Pius Schindler – início Propriedade de Francisco Koehler, final Rua José Endler.
- 49- Rua Paulo Hornick – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final Rua João Pius Schindler.
- 50- Rua José Endler – início Rua João Pius Schindler, final Rua Albano Wollner.
- 51- Rua Edgar Cubas – início Rua Ernesto Afonso Scheide com extensão de 248,38 metros.
- 52- Rua Laurentino de Barros Lima – início na Veríssimo de Souza Freitas com extensão de 95,22 metros.
- 53- Rua Jacy Schroeder Franco – início na Rod. SC-418 sentido Norte, final com extensão de 526,00 metros.
- 54- Rua João Hansen Junior – início e final no Condomínio Córdula Schneider.
- 55- Rua Eduardo Duvoisin – início final no Condomínio Córdula Schneider.



**CLASSE 4 – VERDE – R\$ 12,2880**

- 1- Rua Santo Antônio – início Rua Carolina Kotovicz, final Rua Floriano Telma.
- 2- Rua Floriano Telma – início Rua Santo Antônio, final com extensão de 121,00 metros.
- 3- Rua Rodolfo Stutzer – início Rua Eurípides Farias Munhoz, final Rua Dona Francisca.
- 4- Rua Irmã Concília Ortmann – início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Dona Francisca.
- 5- Rua Dona Francisca lado esquerdo – início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.
- 6- Rua Irmã Olga Mezzaroba – início Rua Rodolfo Stutzer, final Rua Irmã Concília Ortmann.
- 7- Rua Cel. Raymundo Munhoz – início Rua das Palmeiras, final Rio Lageadinho.
- 8- Rua Das Palmeiras – início Rua Cél. Raymundo Munhoz, final Rua Das Azaléias.
- 9- Rua Do Ipê – início Rua Das Azaléias, final Rua Das Flores.
- 10- Rua Das Azaléias – início Rua Das Palmeiras, final Rua Das Petúnias.
- 11- Rua Das Flores – início Rua Das Palmeiras, final Rua Do Ipê.
- 12- Rua Das Petúnias – início Rua Das Azaléias, final Rua Das Flores.
- 13- Rua Generoso Fragoso – início Rua Germano Neumann, final no início do asfalto.
- 14- Rua Fernando Jung – início Rua Raimundo Pereira de Lima, final Rua Francisco Dranka.
- 15- Rua Roberto Dranka – início Rua Fernando Jung final Rua Carlos Brandes.
- 16- Rua Bernardo Mareck – início Rua Carlos Brandes, final Rua Germano Schroth.
- 17- Rua Jacob Kniecick – início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos.
- 18- Rua Alice Lemos – início Rua Jacob Kniecick, final do Perímetro Urbano.
- 19- Rua Alcides Medeiros Correia – início Rua Alice Lemos, final com extensão de 115,20 metros.
- 20- Rua Bernardo Stominski – início Rua João Pius Schindler, final Rua Alice Lemos.
- 21- Rua Jacob Oda – início Rua Bernardo Stominski, final do Perímetro Urbano.
- 22- Rua Elízio Vicenzi – início Rua João Pius Schindler, final do Perímetro Urbano.
- 23- Rua Jacy Schroeder Franco, início na Rod. SC-418 com extensão de 526,00 metros final propriedade família Schroeder.
- 24- Rua Pe. Romero – Bairro Cascatas, início Rua das Palmeiras, final extensão 177,00 metros.
- 25- Rua Das Rosas – Bairro Cascatas, início na Rua Pe. Romero, final extensão 66,00 metros.

**CLASSE 5 – ROXO – R\$ 9,4243**

- 1- Rua Carlos Schroeder – início Rua Cel. Raymundo Munhoz, final com extensão de 223,00 metros.
- 2- Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas – início Fábrica de Refrigerante, final Rua Cél. Bueno Franco.
- 3- Rua Cél. Bueno Franco, início propriedade Hans Ricardo Schneider, final Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas.
- 4- Rua Santo Antônio – início Rua Floriano Telma, final do Perímetro Urbano.
- 5- Rua Oscar Schwarz – início Rua Paulo Schroeder, final Rua Altamiro Lobo Guimarães.
- 6- Rua Generoso Fragoso – início Rua Max Rudnick, final Rua Germano Neumann.
- 7- Rua Germano Neumann – início Rua Generoso Fragoso, final Estrada Boa Vista.
- 8- Rua Fernando Jung – início Rua Raimundo P. de Lima, final Cemitério Ecumênico.
- 9- Rua Raimundo P. de Lima – início Rua Fernando Jung, final Rua Carlos Brandes.
- 10- Rua Carlos Brandes – início Rua Raimundo P. de Lima, final Rua Roberto Koenig.
- 11- Rua Germano Schroth – início Rua Carlos Brandes, final Rua Bernardo Mareth.
- 12- Rua Aníbal R. Batista – início Rua Estanislau Cavalheiro, final com extensão de 60,00 metros.
- 13- Rua Antônio Basílio da Rocha – início Rod. SC-418, final com extensão de 30,00 metros.
- 14- Rua Prof. Rufino Blaskovski, início no final do calçamento, final do rio que passa na propriedade do Sr. Arlindo Ranthum.
- 15- Rua Luiz Holmann – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 168,90 metros.
- 16- Rua Leonardo Saidock – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 200,00 metros.
- 17- Rua Francisca Augustin – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com 137,30 metros.
- 18- Rua Júlia Pazda – início Rua João Pius Schindler, final Rua Rafael Guidini.
- 19- Rua Otto Rudnick – início Rua José Endler, final Rua João Stall.
- 20- Rua João Stall – início Rua José Endler, final Rua Otto Rudnick.
- 21- Rua Tarumã – início a 27,00 da esquina entre as Ruas Generoso Fragoso e Germano Neumann, final com extensão de 92,51 metros.
- 22- Rua Girassol – início na Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 78,52 metros.
- 23- Rua Bernardo Holmann – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 158,35 metros.
- 24- Rua Augusto Pfau – início na Rua Ferdinando Jung, final Rua Affonso E. Rudnick.
- 25- Rua Priscila Kiefer – início Ferdinando Jung, final Rua Affonso E. Rudnick.
- 26- Rua Elza Rudnick – início Rua Germano Neumann – final Rua Priscila Kiefer.
- 27- Rua Affonso E. Rudnick – início Rua Germano Neumann final com extensão de 178,00 metros.

**CLASSE 6 – LARANJA – R\$ 6,8041**

- 1- Rua Paulo Schultz – início Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 180,00 metros.
- 2- Rua Generoso Fragoso – início Rua Max Rudnick, final propriedade Industria Buddmeyer.
- 3- Rua Max Rudnick lado Direito – início na Rua Generoso Fragoso, final com extensão de 170,00 metros.
- 4- Rua Max Rudnick lado esquerdo – início Rua Generoso Fragoso, final do Perímetro Urbano.
- 5- Rua Ervino Neumann – início Rua Germano Neumann, final com extensão de 145,00 metros.
- 6- Rua Eduardo Hadas – início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 85,00 metros.
- 7- Rua Pe. Genésio Scharf – início Rua Ervino Neumann, final com extensão de 105,00 metros.
- 8- Rua Elvino Neumann – início Rua Germano Neumann, final com extensão de 70,00 metros.
- 9- Estrada Boa Vista – início Rua Germano Neumann, final do Perímetro Urbano.



- 10- Rua Germano Neumann – início Rua Estrada Boa Vista, final com extensão de 395,00 metros.
- 11- Rua Bernardo Oleskovicz – início Rod. SC-418, final do Perímetro Urbano.
- 12- Rod. SC-418 – início 400,00 metros do Trevo sentido São Bento do Sul, final Perímetro Urbano.
- 13- Rua Prof. Rufino Blazskowsky - Rio, final Perímetro Urbano.
- 14- Estrada Salto – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.
- 15- Rua Pedro Sorminski – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.
- 16- Rua Jacob Augustin – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 80,00 metros.
- 17- Rua Emília Ionk – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.
- 18- Rua José Wollner – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final do Perímetro Urbano.
- 19- Rua Alexandre Telma – início Rua José Wollner, final do Perímetro Urbano.
- 20- Rua Júlia Pazda – início Rua Rafael Guidini, final Perímetro Urbano.
- 21- Rua Francisca Heiden – início Rua Prof. Rufino Blaskovski, final com extensão de 134,00 metros.
- 22- Rua Rafael Guidini – início Rua Júlia Pazda, final com extensão de 180,00 metros.
- 23- Rua Estanislau Milczewsky – início Rua José Endler, final Perímetro Urbano.
- 24- Rua Francisco Narloch – início Rua Estanislau Michewsky, final Rua Estanislau Ossovski.
- 25- Rua Estanislau Ossovski – início Rua Francisco Narloch, final Rua Rodolfo Heiden.
- 26- Rua Rodolfo Heiden – início Rua Estanislau Milchewsky, final Rua Rodolfo Heiden.
- 27- Rua José Ossovsky – início Rua Estanislau Milchewsky, final com extensão de 90,00 metros.
- 28- Rua João Odia – início Rua Estanislau Milchewsky, final com extensão de 160,00 metros.
- 29- Rua Augusto Ossovski – início Rua Estanislau Milchewsky, final com extensão de 57,00 metros.
- 30- Rua José Endler – início Rua Albano Wollner, final Perímetro Urbano.
- 31- Rua Alberto Kroll – início Rua João Pius Schindler, final Rio Bateias.
- 32- Rua Blondina Tabbert – início Rua João Pius Schindler, final Rua Adão Zezetko.
- 33- Rua Adão Zezetko – início Rua Blondina Tabbert, final Rua Antonio Milchevsky.
- 34- Rua Antonio Milchevsky – início Rua Adão Zezetko, final Rua Jose Endler.
- 35- Rua Aleixo Pazda – início Rua Antônio Milchevsky, final Rua José Endler.
- 36- Rod. SC-110 – início Rio São Miguel, final Rua Número 12.
- 37- Rua Agapantos – início na Rodovia Municipal 010, final com extensão de 140,00 metros.
- 38- Rua Das Camélias – início na Rua Agapantos, final Rio São Miguel.
- 39- Rua Dos Lírios – início na Rua Agapantos, final da Rua Das Bromélias.
- 40- Rua Das Bromélias – início na Rod. SC-110, final com extensão de 80,00 metros.
- 41- Rua Miguel Zoellner – início da Rod. SC-110, final com extensão de 80,00 metros.
- 42- Rod. SC-110, início no Rio São Miguel final na esquina da Rua: Das Bromélias.
- 43- Rua Tarumã – início no novo entroncamento da Rua Germano Neumann com extensão de 27,00.

**CLASSE 7 – MARROM – R\$ 4,0698**

- 1- Rua Laurindo Machado – início Rua Max Rudnick, final com extensão de 165,00 metros.
- 2- Rua Albano Wollner – início Rua José Endler, final com extensão de 100,00 metros.
- 3- Estrada Dona Francisca – início Rod. SC-418, final Rodovia Municipal 020.
- 4- Rodovia Municipal 020 – início Rod. SC-418, final Rio São Miguel.
- 5- Estrada Dona Francisca – início Rod. SC-418, final do Perímetro Urbano.
- 6- Rod. SC-418 – início propriedade Itamar José Cubas, final propriedade Restaurante Carlito Neves Zumbach.
- 7- Rod. SC-110 – início Rio São Miguel, final Perímetro Urbano.
- 8- Rua número 01 início Rod. SC-110, final com extensão de 390,00 metros.
- 9- Rodovia Municipal 333 lado esquerdo – início Rod. SC-110, final Rio São Miguel.
- 10- Rua Waldemiro Bartsch – início Rodovia Municipal 333, final com Extensão de 150,00 metros.
- 11- Rodovia Municipal 333 lado direito – início Rod. SC-110, final do Perímetro Urbano.
- 12- Rod. SC-110 – início Rua nº 12, final com extensão de 340,00 metros sentido sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias Baixo.
- 13- Rua Carlos Schroeder – início do Rio até o final do Perímetro Urbano.
- 14- Guilherme Muller Junior – início na Rua denominada A em São Miguel com extensão de 605,00 metros.
- 15- Rua Rudolfo Roberto Weldt – início na Rua denominada B em São Miguel com extensão de 365,00 metros.
- 16- Rua Paulo Ferreira da Silva – início na Rod. SC-110 com extensão de 450,00 metros.
- 17- Rua Saltinho – início na Rodovia Municipal 333, com extensão de 255,00 metros.
- 18- Rua Vitória Régia – início na Rua Saltinho com extensão de 480,00 metros.
- 19- Rua Das Pedras – início na Rua Vitória Régia com extensão de 140,00 metros.
- 20- Rod. SC-110 – início do Perímetro Urbano na localidade de Lageado, final Rio São Miguel.
- 21- Rod. SC-110 – início esquina da Rua Das Bromélias, final com extensão de 340,00 metros sentido sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo.
- 22- Rua Miguel Gorniack – início no Rio Lageadinho, termina no final do Perímetro Urbano.
- 23- Rua Marcília Gomes Munhoz – início Estrada Dona Francisca, Final extensão de 66,45 metros.

**CLASSE 8 – CINZA – R\$ 1,3519**

- 1- Rod. SC-418 – início Av. Dr. Getúlio Vargas, final do Perímetro Urbano.
- 2- Rod. SC-418 – início final Rua Ernesto Afonso Scheide, final do Perímetro Urbano.
- 3- Rod. SC-110 – início Rod. SC-418, final Perímetro Urbano.
- 4- Rod. SC-418 – início Rua Max Otto Becker, final Rio Negro.
- 5- Rua Antônio Basílio da Rocha – início Riacho, final do Perímetro Urbano.



- 6- Rua Generoso Frágoso – início Rua Vítor Stachon, final Rio Negro.  
7- Rod. SC-110 – início 340,00 metros da Rua Número 12, final do Perímetro Urbano.  
8- Rod. SC-418 – início propriedade Itamar José Cubas, final do Perímetro Urbano.  
9- Rua Dona Francisca – início Rod. SC-418, final do Perímetro Urbano.  
10- Rua Alice Lemos – início Jacob Kmiecick, final Perímetro Urbano.  
11- Rua João Stall – início Rua Otto Rudnick, final Campo de Futebol.  
12- Rua Cambará – início na intercessão da Estrada Dona Francisca com a Rod. SC-418 com extensão de 142,00 metros.  
13- Rua Antonio Rohrbacher início na Estrada Rio Represo sentido Nordeste, final com extensão de 189,06 metros.  
14- Rua Manuel Francisco Neneve – início na encruzilhada da Estrada Bateias de Baixo a Agudos do Sul, final defronte a propriedade de Walter Sell.  
15- Rua João de Deus Cubas – entre a Estrada do Salto e Estrada da Mangueira Velha.  
16- Rua Francisco Bueno Franco – início Rod. SC-418, final com extensão de 808,13 metros – Parque Industrial.  
17- Rua Salvador de Lima Cubas – início na Rua Francisco Bueno Franco, final com extensão de 121,82 metros no Parque Industrial.  
18- Rua Bento Martiniano D' Amorim – início da Rua Francisco Bueno Franco, final com extensão de 625,00 metros no Parque Industrial.  
19- Rua Otto Zschoepper – início na Rod. SC-418, final com extensão de 1.825 metros – Campestre.  
20- Rua Norvalino Gomes – início na Rod. SC-418, final com extensão de 290,00 metros.  
21- Rua Das Nações – início na Rod. SC-110, final propriedade de Clodoaldo Antonio Machado.  
22- Rua Aldo Schmalz – início na Rod. SC-110, final com extensão de 315,42 metros.  
23- Rua José de Souza Freitas – início na Rod. Municipal 080, final com extensão de 936,17 metros,  
24- Rua Antonio Rohrbacher – início Estrada Rio Represo sentido Nordeste com extensão de 89,06 metros.  
25- Rodovia Municipal 070 – Localidade de Salto na Zona de Turismo.  
26- Rodovia Municipal 080 – Localidade de Avenquinha na Zona de Turismo.  
27- Rodovia Municipal 080 – Localidade de Faxinal.  
28- Rua João de Deus Cubas – Início na Rodovia Municipal 070 final na Rua Ferino Gabriel May.  
29- Rua Dos Lagos – Localidade de Rio Vermelho – Zona de Turismo.  
30- Rodovia Municipal 130 – Localidade de Rio Represo – Perímetro Urbano.  
31- Rua Ferino Gabriel May – início Rodovia Municipal 070 – Localidade de Faxinal – Perímetro Urbano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 11.043 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492832

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.043 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

ATUALIZA TABELA DE VALOR BÁSICO DO M<sup>2</sup> SEGUNDO O TIPO DE EDIFICAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 01 de 21 de dezembro de 2001; Decreta:

Art. 1º Ficam atualizados os valores de que trata o inciso IV do caput do artigo 104 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 01 de 21 de dezembro de 2001.

TIPO DE EDIFICAÇÃO	VALOR EM REAIS POR M2
Apartamento/Especial/Sala/Loja	R\$ 171,3752
Casa	R\$ 137,0996
Garagem	R\$ 135,3097
Galpão/Telheiro/Fábrica	R\$ 117,2668

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 11.044 DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1492835

DECRETO Nº 11.044 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Os Serviços Públicos Não-Compulsórios prestados pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. e seus respectivos preços serão:

**I - SERVIÇOS PERTINENTES ÀS OBRAS EM GERAL:**

a) Recolhimento de Restos de Ajardinagem (poda, folhagens, galhadas etc.) por carga 15 UPM;

b) Alinhamento e Nivelamento:

até 12 m²	10 UPM
de 13 m² a 50 m²	20 UPM
de 51 m² a 100 m²	30 UPM
acima de 101 m²	60 UPM

c) Exame de Projeto Arquitetônico:

c.1) Projeto Inicial:

até 70 m²	10 UPM
de 71 até 100 m²	20 UPM
de 101 a 150 m²	40 UPM
de 151 a 200 m²	60 UPM
de 201 a 300 m²	80 UPM
acima de 301 m²	100 UPM

c.2) Modificação do Projeto (Após Aprovado):

até 70 m²	05 UPM
de 71 até 100 m²	10 UPM
de 101 a 150 m²	15 UPM
de 151 a 200 m²	20 UPM
de 201 a 300 m²	30 UPM
acima de 301 m²	40 UPM

d) Exame de Projeto de Parcelamento do Solo:

d.1) Loteamento - Projeto Inicial:

até 3.000 m²	300 UPM
de 3.001 a 10.000 m²	500 UPM
de 10.001 a 50.000 m²	800 UPM
de 50.001 a 100.000 m²	1.000 UPM
acima de 100.001 m²	1.500 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

d.2) Arruamento - Projeto Inicial:

até 400 m²	50 UPM
de 401 a 800 m²	60 UPM
de 801 a 1200 m²	70 UPM
de 1201 a 2000 m²	80 UPM
de 2001 a 3000 m²	100 UPM
acima de 3001 m²	120 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

d.3) Desmembramento e Remembramento – Projeto Inicial – Exame.

Valor Único Fixado Independente da Área em m² 5 UPM

Emissão de Certidão de Desmembramento



de 360 a 3000 m <sup>2</sup>	50 UPM
de 3001 a 10000 m <sup>2</sup>	100 UPM
Acima de 10001M <sup>2</sup>	150 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

Considerando-se a soma da metragem quadrada dos lotes Desmembrados.

e) Expedição de Alvará de Construção e Registro Imobiliário (Inclusive Renovação);

até 70 m <sup>2</sup>	5 UPM
de 71 até 100 m <sup>2</sup>	10 UPM
de 101 a 150 m <sup>2</sup>	15 UPM
de 151 a 200 m <sup>2</sup>	20 UPM
de 201 a 300 m <sup>2</sup>	30 UPM
acima de 301 m <sup>2</sup>	40 UPM

f) Expedição de Alvará para Obra de Parcelamento (Inclusive Renovação);

f.1) Loteamento:

até 3.000 m <sup>2</sup>	50 UPM
de 3.001 a 10.000 m <sup>2</sup>	100 UPM
de 10.001 a 50.000 m <sup>2</sup>	150 UPM
de 50.001 a 100.000 m <sup>2</sup>	200 UPM
acima de 100.001 m <sup>2</sup>	250 UPM

f.2) Arruamento:

até 400 m <sup>2</sup>	10 UPM
de 401 a 800 m <sup>2</sup>	15 UPM
de 801 a 1200 m <sup>2</sup>	20 UPM
de 1201 a 2000 m <sup>2</sup>	25 UPM
de 2001 a 3000 m <sup>2</sup>	30 UPM
acima de 3001 m <sup>2</sup>	35 UPM

g) Vistoria para Baixa de Alvará de Construção e Habite-se;

até 70 m <sup>2</sup>	5 UPM
de 71 até 100 m <sup>2</sup>	20 UPM
de 101 a 150 m <sup>2</sup>	30 UPM
de 151 a 200 m <sup>2</sup>	45 UPM
de 201 a 300 m <sup>2</sup>	60 UPM
acima de 301 m <sup>2</sup>	80 UPM

h) Exame de Projeto de Obra Pública e Expedição de Alvará;

até 10 m <sup>2</sup>	15 UPM
de 11 até 30 m <sup>2</sup>	30 UPM
de 31 a 50 m <sup>2</sup>	40 UPM
de 51 a 100 m <sup>2</sup>	60 UPM
de 101 a 200 m <sup>2</sup>	100 UPM
de 201 a 400 m <sup>2</sup>	150 UPM
acima de 400 m <sup>2</sup>	200 UPM

i) Identificação e Numeração de Prédios: 10 UPM

j) Fornecimento de Autorização para Ocupação de Via Pública, por Área Ocupada;

até 10 m <sup>2</sup>	15 UPM
de 11 a 20 m <sup>2</sup>	25 UPM
de 21 a 50 m <sup>2</sup>	35 UPM
acima de 50 m <sup>2</sup>	50 UPM



## II – SERVIÇOS PERTINENTES A ATIVIDADES COMERCIAIS E OUTRAS DE FINS ECONÔMICOS:

## a) Vistoria para Fins de Concessão de Licença;

a.1) de localização	60 UPM
a.2) diversas	10 UPM

## b) Autorização para Uso de Vias e Logradouros Públicos por Dia;

b.1) feira livre e eventual	5 UPM
b.2) mesa e cadeira por unidade	0,3 UPM
b.3) caçamba	2 UPM
b.4) banca de jornal	4 UPM
b.5) atividade circense ou similar	10 UPM

## c) Fornecimento de Alvará, 2ª via ou renovação;

## c.1) de localização

## c.1.1) Serviços

1) de 0 a 5 empregados	12 UPM
2) de 6 a 10 empregados	14 UPM
3) de 11 a 15 empregados	18 UPM
4) de 16 a 20 empregados	20 UPM
5) de 21 a 50 empregados	22 UPM
5) de 21 a 50 empregados	24 UPM

## c.1.2) Extração e Indústria

1) de 0 a 5 empregado	30 UPM
2) de 6 a 10 empregados	40 UPM
3) de 11 a 15 empregados	50 UPM
4) de 16 a 20 empregados	60 UPM
5) de 21 a 50 empregados	70 UPM
6) de 51 a 100 empregados	80 UPM
7) de 101 a 200 empregados	90 UPM
8) de 201 a 300 empregados	100 UPM
9) acima de 301 empregados	110 UPM

## c.1.3) Comércio:

1) de 0 a 5 empregados:	20 UPM
2) de 6 a 10 empregados:	30 UPM
3) de 11 a 15 empregados:	40 UPM
4) de 16 a 20 empregados:	50 UPM
5) acima de 20 empregados:	60 UPM

## c.1.4) Outras Atividades:

## 1) Diversões Públicas

1a) Jogos (Por Mesa)	30 UPM
1b) Discoteca, bailes, bar dançante e similares	42 UPM
1c) Espetáculos, Esportivos, Competições, Exposição Cobrança de Ingressos	30 UPM
2) Cultura vegetal e criação animal	6 UPM
3) Comunicação	24 UPM
4) Transporte rodoviário de passageiros; instituições financeiras e securitárias; comércio de veículos, peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes, supermercados, comércio atacadistas, importação e exportação	60 UPM

## c.2) De Exercício de Atividade Ambulante, Feirante e Eventual (em UPM):

ATIVIDADE	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1. AMBULANTE			
1.1 Alimentação			
Sem veículo motorizado	1	7,5	40
Com veículo motorizado	7,5	20	75
Trailer	12,5	30	100
1.2 Outros Artigos			
Sem veículo motorizado	1,5	12,5	50
Com veículo motorizado	7,5	20	75
Trailer	12,5	30	100



2. FEIRANTE			
2.1 Alimentação			
Sem veículo motorizado	1	7,5	40
Com veículo motorizado	2,5	20	50
Trailer	3	17,5	110
3. EVENTUAL			
3.1 Alimentação			
Sem veículo motorizado	5	15	45
Com veículo motorizado	10	25	75
Trailer	10	25	75
3.2 Outros Artigos			
Sem veículo motorizado	6	17,5	55
Com veículo motorizado	12,5	22,5	65
Trailer	12,5	22,5	65
Circo e Parque de Diversão	25	150	450

## c.3) Atividade de Anúncio:

Inanimado luminoso	6.5 UPM
Animado não luminoso	7.5 UPM
Animado luminoso	9 UPM
"Out-door" - Por ano	25 UPM

## c.4) Exploração de Veículo de Transporte de Passageiros (Incluindo Vistoria):

1) Ônibus:	40 UPM
2) Microônibus:	40 UPM
3) Furgão:	30 UPM
4) Kombi:	30 UPM
5) Táxi:	25 UPM
6) Outros:	40 UPM

## c.5) Exercício de Atividade em Horário Extraordinário (em UPM):

NUMERO DE EMPREGADOS	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
De 0 a 5 empregados	1.5	6	24
De 6 a 10 empregados	2.1	8.4	33
De 11 a 15 empregados	3	12	36
De 16 a 20 empregados	3.6	14.5	57
Acima de 20 empregados	4.5	18	60

## c.6) Outros Alvarás: 20 UPM:

## d) Depósito e armazenagem de mercadoria apreendida por unidade/ dia: 0,1 UPM:

## III - SERVIÇO DE CEMITÉRIO:

a) perpetuidade por m²	75 UPM
b) serviço de sepultamento	25 UPM
c) serviço de entrada e saída de ossos	50 UPM
d) rebaixamento em sepultura	50 UPM
e) autorização para construção de jazigo	10 UPM
f) transporte de título de perpetuidade	25 UPM
g) atestado de sepultamento	25 UPM

## IV - SERVIÇOS DIVERSOS:

a) Expedição de Certidões:	
a.1) Certidão de Baixa:	10 UPM
a.2) Certidão de Pagamento de Tributos:	20 UPM
a.2.1) até 5 anos:	15 UPM
a.2.2) de 6 a 15 anos:	20 UPM
a.2.3) acima de 15 anos:	30 UPM
a.2.4) Certidão Negativa de Débito:	12 UPM
b) Cópia de legislação municipal ou de qualquer documento de interesse do contribuinte, por folha:	0,4 UPM
c) Fornecimento cópia autenticada Prefeitura:	10 UPM
d) Expediente:	4 UPM
e) Identificação e Numeração de Prédios:	10 UPM



Art. 2º Os Serviços Públicos Não-Compulsórios compreendem toda e qualquer prestação, de natureza técnica ou administrativa, prestada pelo Município de Campo Alegre/SC., de maneira regular e contínua, às pessoas físicas e jurídicas que venham a solicitá-los e/ou utilizá-los, para satisfazer a ordem pública ou garantir-lhe a organização.

Art. 3º O Preço Público de Expediente será cobrado em função do tempo despendido por Servidor Público Municipal de eventuais gastos com papéis, suprimentos e do valor de locação da estrutura colocada à disposição do usuário em função da prestação de um serviço ao mesmo.

Art. 4º Os Preços Públicos relacionados com atividades da Vigilância Sanitária e Epidemiológica serão objeto de Regulamentação Própria.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2018 FMAS

Publicação Nº 1493228

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2018 FMAS

Objeto: aquisição de 3.500 (três mil e quinhentos) litros de combustível (gasolina comum), para os veículos do Fundo Municipal de Assistência Social. Consoante processo licitatório nº. 09/2017

Dotação orçamentária:

As despesas oriundas do presente contrato correrão pôr conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	08	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	76	Gestão do Programa Bolsa Família
Projeto	2.811	Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	92.00	Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre
Unidade	92.01	Manutenção das Atividades Sociais
Função	08	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	100	Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
Projeto	2.950	Manut. e Coordenação das Atividades dos serviços de Proteção e Atendimento Integral a Família
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 13.615,00 (treze mil seiscentos e quinze reais).

Contratado: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Carolina da Costa Telma

Gestora

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018 FMS

Publicação Nº 1492776

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018 FMS

Objeto: aquisição de 23.500 (vinte e três mil e quinhentos) litros de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Campo Alegre - SC. Consoante processo licitatório nº 33/2017, modalidade Pregão, sistema de Registro de Preços.



## Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Ativ. De Assist. Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.07	Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
Função	10	Saúde
Subfunção	304	Vigilância Sanitária
Programa	58	Vigilância em Saúde – Fundo Mun. de Saúde
Projeto	2.119	Manutenção e Coordenação das Ativ. de Vigilância em Saúde
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Valor: R\$ 91.297,50 (noventa e um mil e duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Contratada: POSTO PLANALTO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

**PORTARIA Nº 15.276 DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1493028

## GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.276 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

INTERROMPE A PEDIDO AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Interromper a pedido as Férias da Servidora Pública Municipal, SANDRA PAULA SCHWEDLER, matrícula funcional nº 000602, registro no sistema sob nº 954837, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir de 17 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. A interrupção de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal e protocolado no Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de janeiro de 2018, sob nº 00049.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 17 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/01/2018.

JEFFERSON TRADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



# Campo Erê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 04/2018

Publicação Nº 1492937

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2018  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 4/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 4/2018, tipo menor Menor preço - por lote para Contratação de empresa para prestação de serviços de estofaria em geral. para manutenção de veículos da frota escolar, bancos, sofás e demais moveis das /escolas e CEIs, inclusos os insumos necessarios para a reforma, bem como serviços de mão-de-obra, para reparos., conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00h às 13:00h e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 17 de janeiro de 2018. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

Publicação Nº 1492985

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES CAMPO ERÊ  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018  
EXTRATO DE EDITAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente Sr. ADEMAR ALBERTON, TORNA PÚBLICO, que até às 08h30min do dia 31 de janeiro de 2018, a Comissão Permanente de Licitações do Executivo Municipal, estará recebendo as propostas dos interessados para o objeto do Edital de Pregão Presencial nº 004/2018 – tipo menor preço, para a implantação de registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível tipo gasolina comum para abastecer o veículo oficial da Câmara Municipal de Campo Erê, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. O edital está disponível no site da Câmara Municipal: campoere.sc.leg.br. Demais informações serão fornecidas pela Secretaria da Câmara de Vereadores de Campo Erê/SC, sito à Avenida Astor Schoeninger, nº 969, Centro de Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (49) 3655-1017 ou pelo e-mail adm@camaracampoere.sc.gov.br. Campo Erê/SC, 17 de janeiro de 2018 – ADEMAR ALBERTON – Presidente da Câmara Municipal



# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 7.922/17 DE 22/12/2017. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1493198

DECRETO Nº 7.922/17 de 21/12/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 517.500,00 (Quinhentos e dezessete mil e quinhentos reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública  
Elementos de despesa: 113- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0017.00  
000– Aplicações diretas ..... R\$ 54.000,00

ÓRGÃO: 01 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal  
Elementos de despesa: 3- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
0– Transferências a Inst. Priv. sem fins .....  
..... R\$ 11.500,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DS FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração  
Elementos de despesa: 25- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00– Aplicações diretas ..... R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades de Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 5- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0115.0000  
0– Aplicações diretas ..... R\$ 365.000,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 – Manutenção do Programa da Atenção Básica – PAB Fixo  
Elementos de despesa: 19- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0064.0000  
08– Aplicações diretas ..... R\$ 72.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos

próprios – R\$ 280.000,00, do excesso de arrecadação do PAB – R\$ 48.000,00 e dos projetos/atividades abaixo relacionados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DPTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 – Manutenção da Iluminação Pública  
Elementos de despesa: 115- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0017.00  
000– Aplicações diretas ..... R\$ 54.000,00

ÓRGÃO: 01 –GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Municipal  
Elementos de despesa: 2- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
0– Aplicações Diretas .....R\$ 11.500,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DS FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 – Manutenção da Secretaria de Administração  
Elementos de despesa: 26- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0000  
00– Aplicações diretas ..... R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades de Fundo Municipal de Saúde  
Elementos de despesa: 8- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0115.0000  
0– Aplicações diretas ..... R\$ 85.000,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 – Manutenção do Programa da Atenção Básica – PAB Fixo  
Elementos de despesa: 20- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.0000  
08– Aplicações diretas ..... R\$ 24.000,00

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 7.921/17 DE 22/12/2017. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1493195

DECRETO Nº 7.921/17 de 21/12/2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Gilmar Marco Pereira, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/16 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de



20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado o orçamento da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) no projeto/ atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 40 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO  
UNIDADE: 01 –ADMINISTRAÇÃO DA FUND. HOSP.DR. JOSÉ ATHANÁSIO  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062– Manutenção da Fundação Dr. José Athanásio – Recursos Próprios  
Elementos de despesa: 08 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0115.00  
000– Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos e do projeto/atividade abaixo relacionado:

ÓRGÃO: 40 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO  
UNIDADE: 01 –ADMINISTRAÇÃO DA FUND. HOSP.DR. JOSÉ ATHANÁSIO  
PROJETO/ATIVIDADE: 2.062– Manutenção da Fundação Dr. José Athanásio – Recursos Próprios  
Elementos de despesa: 10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0115.00  
000– Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 21 de dezembro de 2017.

Gilmar Marco Pereira

Prefeito Municipal em exercício



# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2017**

Publicação Nº 1493177

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 07/2017  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação de Habilitação e o Projeto de Venda propostas, foi transferida para o dia 20/02/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações/chamada pública.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 01/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1493181

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 01/2018  
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 01/2018 (PRESENCIAL)  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que alterou o edital acima. Diante disto, a data de abertura de propostas e disputa de preços foi transferida para o dia 02/02/2018, ficando estipulados os seguintes horários: 09h00min (abertura de propostas) e 09h05min (início da disputa de preços). Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito /Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 02/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1493172

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 03/2018  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 02/2018 (PRESENCIAL)  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 31/01/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 13h25min (entrega) e 13h30min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 01/2018**

Publicação Nº 1493170

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 01/2018  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 01/2018  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 02/02/2018, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h15min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 06/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 1493182

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 09/2018  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 06/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 31/01/2018, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 31/01/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito



# Capão Alto

## PREFEITURA

### LISTA DE INSCRIÇÕES DO SELETIVO 04/2017

Publicação Nº 1492772

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELEÇÃO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO E SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO.

#### Lista de Inscritos

##### 1.1 Servidores Superior - Professores

###### Professor Matemática Até 40h/s

Nº INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TÍTULOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA NASCIMENTO
0019	ALINE ARRUDA VIEIRA WERLICH DOS SANTOS	SIM	SIM	SIM	02-04-1993
0048	CARLA WOLFF TUBS	SIM	NÃO	SIM	09-01-1988
0057	BRUNA PRESTES DE OLIVEIRA	SIM	NÃO	SIM	29-06-1989
0071	KARINE PEREIRA DA SILVA SALMORIA	SIM	SIM	SIM	07-02-1991

###### Professor Educação Física Até 40h/s

Nº INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TÍTULOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA NASCIMENTO
0002	RODRIGO RAMOS	SIM	SIM	SIM	20-06-1980
0004	LUCAS BARBOSA DO AMARAL	SIM	NÃO	NÃO	30-12-1991
0006	CAMILA APARECIDA DOS SANTOS	SIM	SIM	NÃO	09-04-1994
0007	FRANCYNE LUIZA MARTINEZ	SIM	SIM	SIM	30-11-1980
0011	PATRICIA QUILANTE	SIM	NÃO	NÃO	13-03-1995
0021	MARIZA MADRUGA DE JESUS	SIM	SIM	SIM	18-09-1975
0041	ALISSON SANTANA DA SILVA	SIM	NÃO	NÃO	04-12-1990
0043	FERNANDA SOARES REIS	SIM	SIM	SIM	01-01-1992
0060	JULIO CESAR RODRIGUES DOS SANTOS	SIM	SIM	SIM	20-02-1976

###### Professor de Séries Iniciais Até 40h/s

Nº INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TÍTULOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA NASCIMENTO
0010	RUBIA APARECIDA MADRUGA	SIM	SIM	NÃO	23-03-1982
0012	TATIANE WALTRICK FIGUEIREDO	SIM	NÃO	SIM	07-05-1983
0015	LURDES ADRIANA PADILHA GRAEFF BRANCO	SIM	NÃO	NÃO	28-10-1979
0025	PRISCILA DA SILVA STÉDILE	SIM	NÃO	NÃO	27-07-1995
0026	BRUNA DE MENESES	SIM	NÃO	NÃO	07-05-1995
0037	MARIA INES DOS SANTOS DE LIMA	SIM	NÃO	SIM	20-02-1980
0047	PRISCILA WOLFF LUIZ DA SILVA	SIM	SIM	SIM	06-10-1991
0050	CAROLINE SOUZA DE LIMA	SIM	SIM	SIM	02-04-1994
0054	MARCIA APARECIDA VARELA DOS SANTOS VANIN	SIM	SIM	SIM	28-10-1975
0062	GISELE DE MORAES	SIM	NÃO	NÃO	03-05-1983
0063	ROSELEI DE FATIMA DE SOUSA RAMOS	SIM	NÃO	NÃO	12-03-1974
0070	ANDREA APARECIDA DOS SANTOS ROSA	SIM	SIM	SIM	22-12-1976
0072	XAIANE PEREIRA	SIM	NÃO	NÃO	15-06-1991

###### Professor para Educação Especial 20h/s

Nº INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	TÍTULOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA NASCIMENTO
0036	ROSINA FERREIRA	SIM	SIM	NÃO	25-05-1981

##### 1.2 Servidores alfabetizados

###### Merendeira 40h/s



Nº INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	DATA NASCIMENTO
0003	CRISTIANA APARECIDA FRIGOTTO SCHNEIDER	SIM	01-10-1982
0020	DAIANE GOMES DOS SANTOS	SIM	21-11-1985
0022	TANIA REGINA RAMOS DE MORAES	SIM	07-09-1966
0023	MARCIA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	SIM	04-12-1979
0030	PATRICIA LAURECI MOURA GONÇALVES	SIM	07-01-1978
0034	CELIA APARECIDA VIEIRA	SIM	18-10-1965
0044	GUINALVA MOREIRA DA COSTA	SIM	08-06-1981
0055	LEIA VIRGINIA XAVIER DOS SANTOS	SIM	03-12-1985
0056	ADRIANA NUNES DA SILVA	SIM	13-03-1989
0066	SILVIANE ANELITA BUGS	SIM	08-11-1989
0075	IRACI APARECIDA LOPES DA SILVA	SIM	20-09-1967
Auxiliar de Serviços Gerais 40h/s			
0005	FLAVIA DAS GRAÇAS FERREIRA ROGERIO	SIM	02/01/1980
0008	ANA LUIZA DE SOUZA RODRIGUES	SIM	25-05-1982
0014	FABIANA CORDOVA DA SILVA	SIM	30-06-1984
0016	MARIANE CAMILA SANTOS GRAEFF	SIM	21-05-1996
0018	MATEUS ARIEL SCHILICHTING FERNANDES	SIM	24-06-1995
0024	LUIZ FABIANO DA SILVA WOLFF	SIM	13-09-1977
0038	KETLIN WOLFF DE SOUZA	SIM	21-12-1995
0039	JULIANA DA SILVA WOLFF	SIM	21-07-1985
0042	ALISSON ANTUNES DOS SANTOS	SIM	12-11-1994
0049	JOÃO LEONARDO CORREA DA SILVA	SIM	10-07-1998
0052	GISLAINE APARECIDA WOLFF MASCHIO	SIM	22-08-1982
0053	SONIA CORDOVA DA SILVA	SIM	12-05-1981
0065	ANGELITA TERESINHA DOS SANTOS	SIM	23-03-1966
0067	LUCAS GABRIEL MORAES RIBEIRO	SIM	11-01-1999
0074	ANA CARLA DOS SANTOS	SIM	23-10-1990

## 1.3 Servidores Superior - CRAS

## Psicólogo 40h/s

Nº INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTOS	TÍTULOS	DATA NASCIMENTO
0001	MAIANI PEREIRA DA ROSA DE LINS	SIM	SIM	22-02-1969
0009	SONARA PEREIRA MACEDO	SIM	SIM	27-09-1979
0013	SUED MACEDO LOPES	SIM	SIM	26-06-1991
0017	LETICIA DANUZA FRANTZ	SIM	NÃO	28-06-1989
0027	DANIELE WOLFF TUBS MORETTO	SIM	SIM	22-12-1990
0028	ANA CAROLINA BORGES	SIM	SIM	13-12-1993
0029	DELCINEI FERREIRA DE MEDEIROS	SIM	SIM	01-02-1987
0031	ISADORA CAMARGO NETO	SIM	NÃO	13-02-1994
0032	MARIANA RIBEIRO MADRUGA DOS SANTOS	SIM	NÃO	17-03-1992
0033	DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA	SIM	SIM	28-04-1984
0035	AMANDA MATOS	SIM	SIM	11-11-1986
0040	ADRIANA ANTUNES DE SOUZA	SIM	NÃO	21-04-1983
0045	LETICIA DEBTEL BUENO WOLFF	SIM	SIM	28-07-1984
0046	MARIA EDUARDA DA ROCHA RODRIGUES	SIM	NÃO	07-04-1995
0051	SILVANA MIGUELINA FREITAS ALMEIDA	SIM	NÃO	28-09-1976
0058	FLAVIA GOULART DE LIMA SOARES	SIM	NÃO	18-09-1986
0059	CARINE ELVIRA CAMARGO	SIM	SIM	12-06-1991
0061	MORGANE APARECIDA DE OLIVEIRA MAIA	SIM	NÃO	10-04-1986
0064	ANDREIA APARECIDA CAMARGO SILVA BARG	SIM	SIM	03-10-1978
0068	PAOLA KARINE DA SILVA RIBEIRO	SIM	NÃO	11-06-1982
0069	KELEN DE ASSUNÇÃO NUNES	SIM	NÃO	07-02-1989
0073	HELENA CRISTINA DA SILVA	SIM	SIM	27-10-1988



## Capinzal

## PREFEITURA

## CIALAR TERMO ADITIVO 001/2017 C08

Publicação Nº 1493726

ESTADO DE SANTA CATARINA		
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2017 C08 - Contrato Nº: 0008/2017		
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL		
Contratada...: STEMPCOSKI & STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 29/12/2017 Término: 03/05/2018		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0005/2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Por motivo de inconsistência cadastral no Sistema Betha, onde se lê data de vigência 03/05/2017 a 03/05/2017 leia-se 03/05/2017 a 03/05/2018.		
Capinzal, 17 de Janeiro de 2018		

## PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0006/2018 DISPENSA 0001/2018

Publicação Nº 1493396

Processo Licitatório Nº 0006/2018  
Dispensa de Licitação Nº 0001/2018

MÁRCIA TERESINHA BONATO, Secretária de Educação Cultura e Esportes do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0006/2018 conforme segue:

## OBJETO

Contratação de empresa especializada em engenharia visando a Elaboração de Projetos Elétricos, Memoriais Descritivos e Apresentação de Relação de Materiais necessários para Reforma e Ampliação de Carga das Instalações Elétricas da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing. Com Recursos Próprios e Salário Educação.

## FORNECEDOR

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Contratação de empresa especializada em engenharia visando a Elaboração de Projetos Elétricos, memoriais descritivos e apresentação de relação de materiais necessários a reforma e ampliação de carga das instalações elétricas da escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sito a Rua Santo Domênico Calza, nº 45, Loteamento João Evangelista Parizotto, Bairro São Cristovão, neste Município, de modo a possibilitar, com clareza, a realização de licitação para implantação da melhoria, de acordo com a Lei 8.663/93 e suas alterações.  O serviço inclui a anotação de responsabilidade técnica - ART e impressões geradas durante o processo.  OBS: É necessário entregar uma cópia digitalizada do Projeto em CD.	AMBIENCE	5.800,00	5.800,00
Total						5.800,00

## VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA ME	001
5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais)	

## JUSTIFICATIVA

A Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em fevereiro do ano 2000, passou a fazer uso das instalações que a abriga até a data de hoje. Contando com oito salas de aula, uma biblioteca, uma sala para a secretaria, uma sala para a coordenação pedagógica, uma sala de



professores, um almoxarifado, um refeitório, uma cozinha, um depósito para merenda escolar, uma lavanderia, um banheiro para professores, um banheiro para os alunos, um banheiro de serviço, um saguão, um hall de entrada e área de circulação.

Em 2002 devido à grande procura por vagas foram inauguradas quatro novas salas de aula, uma sala para aulas de canto e uma sala de laboratório de informática.

Em fevereiro do ano de 2011, o referido estabelecimento de ensino foi contemplado com mais três salas de aulas, uma nova e ampla sala de informática, 1 mini auditório, novos banheiros, uma lavanderia, reforma de banheiros e cobertura metálica com toldo.

Atualmente, a escola conta com dezessete salas de aula, uma sala de direção, uma sala de recepção, uma biblioteca, uma sala para a secretaria, uma sala para a coordenação pedagógica, uma sala de professores, uma sala de informática, um almoxarifado, um refeitório, uma cozinha, um depósito para merenda escolar, uma lavanderia, dois banheiro para professores, quatro banheiros para os alunos, um saguão, um hall de entrada e área de circulação. Toda a escola é em alvenaria com portas em madeira e aberturas em alumínio.

Com todo o aumento de área física, com o aumento da demanda de consumo de energia, já que do ano 2000 para 2017, novos equipamentos foram instalados, como: aparelhos de ar condicionado, televisor, ventiladores, geladeiras, freezer, computadores, multimídia, aparelhos de som, sistema de som no pátio, câmeras de vigilância, entre outros que consomem energia, não houve melhoria com relação às instalações da rede elétrica, o que a tornou completamente inadequada para a real demanda de consumo, o que tem causado curtos circuitos, diversas quedas de energia, instabilidade da rede e a queima de alguns aparelhos elétricos.

A situação é preocupante, tivemos vários episódios de pequenos curtos circuitos e no mês de dezembro houve uma queda geral da energia por mais de 3 horas até os eletricitistas conseguirem restabelecer a energia e manter temporariamente a situação. Preocupamo-nos muito, pois pode haver um incidente de proporções maiores e o que queremos acima de tudo é preservar a saúde e integridade de todo o corpo docente, discente e demais servidores que atuam na escola, bem como, zelar por todo o patrimônio do município que está sob nosso gerenciamento.

Diante da realidade que se mostra, a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes procurou a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC para a realização de vistoria in loco e elaboração de projeto elétrico para redimensionamento da carga e adequação de instalações se necessário, porém a Associação informou que não possui engenheiro eletricitista no quadro técnico da Associação e nos orientou a contratação de engenheiro eletricitista para tal.

Desta forma, justificamos a solicitação em caráter emergencial, para Contratação de empresa especializada em engenharia, visando a Elaboração de Projetos Elétricos da Escola Municipal Vilson Pedro Kleinubing, já que as aulas retornarão no início do mês de fevereiro de 2018, e necessitamos ainda licitar os serviços e materiais para realizar as melhorias de toda a instalação elétrica da Escola, conforme projeto elétrico.

CONSIDERANDO a Lei de Licitações abaixo transcrita:

“Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;”

Assim, diante das considerações acima, houve aceite na contratação de empresa “Ambience Arquitetura e Engenharia Ltda. ME.” para a Elaboração de Projetos Elétricos memoriais descritivos e apresentação de relação de materiais necessários a reforma e ampliação de carga das instalações elétricas da escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA



Despesa: 92 - Construção, manutenção, conservação e ampliação da  
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Projeto/Atividade: 2.046 - Construção, manutenção, conservação e ampliação da  
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

Despesa: 93 - Construção, manutenção, conservação e ampliação da  
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL  
Projeto/Atividade: 2.046 - Construção, manutenção, conservação e ampliação da  
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 58 - Salário Educação

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 17 de Janeiro de 2018  
MARCIA TERESINHA BONATO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

## PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0006/2018

Publicação Nº 1493731

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0007/2018  
Pregão Presencial Nº 0006/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços de Transporte Escolar para atendimento da demanda educacional do município, no Ensino Infantil e Fundamental, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do quilômetro rodado por itinerário, para o exercício de 2018. Com Recursos Municipais, Estaduais e Federais.

### Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 08:25 horas do dia 30/01/2018, para abertura da Seção às 08:30 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

### Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.

Capinzal, 18 de Janeiro de 2018.

MÁRCIA TERESINHA BONATO

Secretaria de Educação Cultura e Esportes

## RESOLUÇÃO 001/2018 - CMAS

Publicação Nº 1493368

### RESOLUÇÃO Nº 001/ 2018

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social de Capinzal para o quadriênio de 2018 a 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Capinzal/SC no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 185/2015, e

CONSIDERANDO que para a continuidade do repasse de recursos, é necessária aprovação do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30.

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III;

CONSIDERANDO o processo participativo, no qual foi elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com trabalhadores, conselho municipal de assistência social, realização de oficinas nas comunidades, com usuários e lideranças, utilizando a metodologia do mapa falado;

CONSIDERANDO a audiência pública realizada em 12 de janeiro de 2018, onde o Plano Municipal de Assistência Social foi apresentado pela Comissão de Elaboração do Plano, a qual teve participação da representação do CMAS;



CONSIDERANDO que o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 na perspectiva do SUAS;

CONSIDERANDO que uma das atribuições do CMAS é a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social, bem como suas adequações;

#### RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social - 2018 a 2021, anexo, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, apreciada e deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 2º O CMAS, juntamente com o Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social, divulgará o Plano de Assistência Social amplamente e enviará a Câmara de Vereadores e aos Secretários das demais políticas públicas do município, dando visibilidade aos objetivos e metas previstas, para conhecimento e acompanhamento, bem como para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 16 de janeiro de 2018.

MARCELA MACHADO CAVICHIOLI

Vice Presidente

LUANA CRISTINA BALDO

Secretária

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua Carmelo Zócolli, 155 – Centro – CEP: 89665-000 - (49) 3555.8700 – Capinzal-SC

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018**

Publicação Nº 1492991

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 005/2018

Pregão Presencial Nº 004/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acesso a internet nos locais e velocidades relacionadas, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até as 10h00min horas, para abertura da Seção às 10h05min horas do dia 31/01/2018.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal

Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro, Capinzal, SC, CEP: 89.665-000

No sítio: [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 07h00min às 13h00min horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-2399

Capinzal, SC, 18 de janeiro de 2018.

GILMAR JUNIOR DA SILVEIRA

Presidente

#### **PORTARIA Nº 06, DE 16 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1492987

PORTARIA Nº 06, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Nomeia Servidor no cargo de Assessor Legislativo.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal - SC, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, no inciso III do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, alínea "b" do inciso III do art. 53 e inciso II do art. 54 do Regimento Interno, decide e edita a seguinte

#### PORTARIA

Art. 1º Nomeia a Senhora Elisângela Aparecida Bagnolin, portadora da Cédula de Identidade nº 5.008.100, inscrito no CPF nº 688.116.679-68, para exercer o cargo de Provimento de Assessor Legislativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Capinzal/SC, 16 de janeiro de 2018.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Gilmar Junior da Silveira

Presidente



# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2018 -TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2018**

Publicação Nº 1493643

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2018  
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 0001/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO INDUSTRIAL II (ANEXO), INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

Dotação Orçamentária:  
2.023.4490.00 - 308 - 94/2018 - Iluminação Pública

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 08 de fevereiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de janeiro de 2018, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 18 de janeiro de 2018.  
Paulo Constante Fuga  
Prefeito Municipal em exercício



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 005/2018

Publicação Nº 1493568

DECRETO Nº 005/2018

“Dispõe sobre a designação de servidores para realizar despesas sob o regime de adiantamento e dá outras providências .”

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, Prefeito em Exercício em Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, IV, V e XXIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados para realização de despesas sob o regime de adiantamento, os seguintes servidores públicos municipais, nos termos da Lei Municipal Nº. 757/94, destinado a custear a despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Servidor: INÉDIO ANTELMO TOMASI
Cargo/emprego/função: Secretário Municipal da Saúde
Servidor: CLAITON GILSON PACASSA
Cargo/emprego/função: Agente Administrativo
Servidor: FABIANA ZULIANI
Cargo/emprego/função: Diretor de Departamento da Secretaria de Educação
Servidor: LENOIR ARTUR ROLIM DE MOURA
Cargo/emprego/função: Secretário Municipal de Desenvolvimento Social.
Servidor: SAIANE BURTET DO AMARAL
Cargo/emprego/função: Agente Administrativo

Art. 2º. O responsável pelo adiantamento devesse apresentar prestação de contas à administração, em até dez dias após o encerramento do mês de aplicação dos recursos.

Art. 3º O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 4º A prestação de contas dos recursos concedidos, será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente e o seu encaminhamento ao Controle Interno para análise.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal 174/2016.

Registre-se. Publique-se  
Caxambu do Sul, SC, 20 de fevereiro de 2017.  
GLAUBER BURTET  
Prefeito Municipal

### DL 009/2018 PCS

Publicação Nº 1493246

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC  
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2018 PCS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato do Senhor CASSIANO SOUZA DOS SANTOS, OAB/SC 49.848, Advogado da Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando o licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização de sistema, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da empresa BETHA SISTEMAS LTDA no valor total de R\$ 10.366,00 (dez mil trezentos e sessenta e seis reais).

Caxambu do Sul - SC, em 02 de janeiro de 2018.  
GLAUBER BURTET,  
Prefeito Municipal.



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018**

Publicação Nº 1492779

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018**

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 002/2017, para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Caxambu do Sul, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 615, Centro, conforme se especifica a seguir:

CARGO: PSICÓLOGO			
Nº DE CLASSIFICAÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CARGA HORÁRIA	NOME
3º	81	20HS SEMANAIS	SCHEILA MARA VILANOVA DA LUZ

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da Administração Municipal;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Caxambu do Sul/SC, 17 de janeiro de 2018.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 009/2018**

Publicação Nº 1493561

**RETIFICAÇÃO****PORTARIA Nº. 009/2018**

Na Portaria Nº 005/2017, de 03 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, de 17 de janeiro de 2018, Edição nº 2433, página nº 73, onde se lê: GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001;

Leia-se: EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, Prefeito em Exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

Caxambu do Sul/SC, 17 de janeiro de 2018.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

**PORTARIA Nº 010/2018**

Publicação Nº 1493565

**RETIFICAÇÃO****PORTARIA Nº. 010/2018**

Na Portaria Nº 008/2017, de 16 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, de 17 de janeiro de 2018, Edição nº 2433, página nº 77, onde se lê: GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001;

Leia-se: EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, Prefeito em Exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

Caxambu do Sul/SC, 17 de janeiro de 2018.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 03\_2018**

Publicação Nº 1492855

PORTARIA N.º 03/2018.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO estar o Servidor abaixo relacionado com período de férias vencidas, adquiridas no período:

Adilso Garghetti, ocupante do cargo de Contador, com período aquisitivo:

01/11/2015 à 31/10/2016.

RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder período de dez dias de férias ao Sr. ADILSO GARGHETTI, Servidor da Câmara Municipal de Vereadores, para gozo no período de 22/01/2018 à 31/01/2018, referente ao período respectivo.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 17 de janeiro de 2018.

IVANOR SFREDDO

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILIOOTTO

Secretário Geral

Registra-se e Publica-se.



# Celso Ramos

## PREFEITURA

### ADITIVO DE VALOR LIXO 2018

Publicação Nº 1493117

MINUTA DO SEXTO TERMO ADITIVO DE QUANTITATIVO DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 07/2014  
ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA RECICLETAR UNIVERSO AMBIENTAL LTDA ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valores do contrato de execução de serviços para coletar, transportar e dar destinação final aos resíduos sólidos domiciliares, comerciais e urbanos do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do processo licitatório na modalidade Tomada de Preço n. 01/2014 e será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste aditivo, correspondente aos meses de janeiro a dezembro de 2018, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de R\$ 15.777,84 (quinze mil setecentos e setenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) mensais, conforme previsto no Contrato celebrado entre as partes.

CLAUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 17 de janeiro de 2018.

.....  
Prefeitura Municipal de Celso Ramos  
Contratante

.....  
Recicletar Universo Ambiental  
Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

### CHAMADA PUBLICA 07/2018

Publicação Nº 1493343

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
EDITAL INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2018  
PROCESSO: 7/2018

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 7/2018, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a:  
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.  
Entrega da documentação e proposta até as 09 horas do dia 05/02/2018, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de janeiro, 2018.

ELCIO JUNIOR PELOZATO – PREFEITO EM EXERCÍCIO

### CREDENCIAMENTO 05

Publicação Nº 1493211

EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO - N.º 01/2018

Fundo Municipal de Saúde

O Fundo Municipal da Saúde de Celso Ramos torna público que estará recebendo em sua sede, situada na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, Centro, DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS, para a prestação de serviços de forma complementar ao SUS, conforme adiante elencada e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1 – DO OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a contratação de EMPRESAS prestadoras de serviços médicos interessadas em firmar com a Prefeitura Municipal de Celso Ramos, conforme disposto na Constituição Federal, Leis 8.666/93, 8.080/90 e 8.142/90, Normas Operacionais nº 01/96 (NOB 01/96), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS – 01/02) e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração do CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS de assistência básica à saúde na área de GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, a serem executados pela contratada em pacientes residentes no Município de Celso Ramos, desde que autorizados pela Secretaria Municipal da Saúde. Os serviços a serem credenciados referem-se a uma base territorial do Município, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### 2 – CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento a partir da primeira publicação do presente instrumento.

2.2. Serão consideradas credenciadas as empresas “pessoa jurídica”, que apresentarem os Documentos enumerados no item 3.1 deste instrumento.

2.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através da retirada de cópia no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, e ou no site [www.celsoramos.sc.gov.br](http://www.celsoramos.sc.gov.br).

2.4. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 3.1 Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, situada na Rua Dom Daniel Hostin, n. 930, Centro, no horário das 08:00 às 11:30h e das 13h às 17:30h de segunda a sexta-feira.

#### 3 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

3.1. - Documentação da empresa proponente deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação:

Quanto à Qualificação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades



comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);  
c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);  
d) Decreto de autorização e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

#### 3.2- Para comprovação da qualificação Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2018);
- c. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.);
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade quando expresso na própria certidão;
- h. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

#### 4 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. O agendamento das consultas será da responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Celso Ramos;
- 4.2. Os serviços serão comprovados através de formulário próprio da Secretaria Municipal de Saúde;
- 4.3. Os serviços serão prestados pelos profissionais credenciados mediante prévio agendamento pela Secretaria de Saúde e realizar-se-ão nas dependências da empresa prestadora de serviço médico, com direito à consulta e retorno, conforme disponibilidade de horário do prestador de serviços.

#### 5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, até quinze dias úteis após a apresentação de nota fiscal e relação nominal de atendimentos discriminando o número de consultas realizadas pelo profissional.

5.2 - As consultas efetuadas durante o mês deverão ser faturadas até o 5º dia útil do mês seguinte com o respectivo envio da nota fiscal eletrônica e requisições emitidas pelo FMS.

10 – 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICACOES DIRETAS

14 - 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICACOES DIRETAS

#### 6 – DO NÚMERO DE CONSULTAS

6.1 - A quantidade de consultas a serem realizadas pelos credenciados levará em conta a demanda de pacientes e a disponibilidade da programação física mensal estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 –A escolha do profissional cadastrado será a critério do paciente.

7 – VALOR DOS PROCEDIMENTOS: O valor unitário por procedimento (consulta/retorno) será de R\$ 165.00 (Cento e sessenta e cinco reais)

#### 8 - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Uma vez habilitado profissional, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças que verificará a regularidade do processo adotando as ações cabíveis aos procedimentos de inexigibilidade de licitação, previstos no art. 26 da lei 8.666/93 para formalização do processo de contratação.

#### 9 – FORMALIZAÇÃO

Realizados os procedimentos previstos, o habilitado será convocado para assinatura do instrumento contratual próprio válido até 31/12/2018, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

#### 10 – INFORMAÇÕES

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone (49) 3547 1211.

Celso Ramos, 16 de janeiro de 2018.

ELCIO JUNIOR PELOZATO

Prefeito em Exercício

Anexo I

CONTRATO ADMINISTRATIVO: XX/2018

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.608.771/0001-70, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930 - centro, neste ato representado pelo Prefeito em exercício ELCIO JUNIOR PELOZATO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado XXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXX, com sede em XXXXXX doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e convencionado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA-OBJETO

Tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ASSISTÊNCIA BÁSICA À SAÚDE NA ÁREA DE GINECOLOGIA/OBSTETRICIA a serem realizados pelo CONTRATADO.

Parágrafo Único - Integra e Completa o presente CONTRATO, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas na CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA-REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados de forma indireta, em regime de empreitada, por preço unitário, sem vínculo empregatício, na cidade do Credenciado, em instalações próprias da empresa, mediante a requisição expedida pelo Contratante, ficando assegurado ao paciente tratamento idêntico ao dispensado aos particulares. Não poderão os pacientes sofrer qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços.



Parágrafo Único - A execução do presente será acompanhada e fiscalizada por um representante do Fundo Municipal de Saúde, especialmente designado, em atenção ao art. 67 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor unitário por procedimento (consulta/retorno) de R\$ 165,00 (Cento e sessenta e cinco reais) por meio de Nota Fiscal.

Parágrafo Único -O pagamento está condicionado à apresentação da Certidão de Regularidade dos Encargos Previdenciários, conforme disposto no § 2º do Artigo 71 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mensalmente, até quinze dias úteis após a apresentação de nota fiscal e relação nominal de atendimentos discriminando o número de consultas realizadas pelo profissional.

Parágrafo Primeiro - As consultas cobradas deverão abranger aquelas realizadas entre os dias 20 de cada mês, sendo o recibo/nota apresentado até o dia 25 do mês respectivo.

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas por conta de recursos das dotações orçamentárias de 2018:

10 - 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICAÇÕES DIRETAS

14 - 3.3.90.00.00.00.00.0202 – APLICACOES DIRETAS

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS

O presente Contrato de credenciamento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a duração até 31/12/2018.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

O valor contratado para a prestação dos serviços de que trata o objeto deste contrato, não poderá sofrer reajuste em prazo inferior a 01 (um) ano, decorrido referido prazo o valor da consulta poderá ser reajustado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionado.

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos de acordo com a tabela de valores e serviços estabelecida na CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018.

b) Efetuar o pagamento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

c) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

d) Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;

e) Fornecer requisições de consultas e exames;

Constituem obrigações do CONTRATADO:

a) Atender todos os encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido;

b) Atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) Preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

d) Apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo;

e) Até o prazo de 20 dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, será considerado retorno;

f) Comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definindo período de não atendimento;

g) Observar as normalizações estabelecidas nas Normalizações, parte integrante deste.

#### CLÁUSULAS OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL

Em caso de atraso injustificado no cumprimento dos serviços contratados, será aplicado ao CONTRATADO multa moratória de valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total em atraso limitado a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, sendo garantida a defesa prévia.

#### CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes e a qualquer tempo, desde que, para tanto, seja notificada a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, do pretendido termo final do Pacto.

Parágrafo Único - Fica convencionado, igualmente, que nenhum direito indenizatório será gerado às partes, em decorrência da rescisão contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual é regido pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Para as questões oriundas deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Anita Garibaldi - SC, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de pleno acordo assinam o presente com as testemunhas abaixo, em duas vias, de igual teor e forma.



Celso Ramos XX de janeiro de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS - SC  
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VISTO:

JoãoGuilhermeBiscaro  
OAB/SC 28.375

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:  
Endereço:  
Cidade/Estado:  
CNPJ:

DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de  
seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do  
CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no in-  
ciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acresci-  
do pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega  
menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre  
e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição  
de aprendiz ( ).  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e assinatura do responsável legal)  
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**CONTRATO 01/18 - SAUDE**

Publicação Nº 1493232

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS**  
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
253	01/2018	17/01/2018	31/12/2018	8/2018	Não	35.000,00		SERVIÇOS DE LABORATORIO	LABORATORIO CLINICO PATOLOGICO MARTINS LT
Objeto:		CREDENCIAMENTO DE LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANALISES CLINICAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME TABELA SUS, DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DO ANO DE 2018.							
Total: 1									



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 002.2018

Publicação Nº 1492803

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 002/2018  
"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de competência legal e de acordo com o que lhe confere o Artigo 70, Inciso II da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002 e o disposto no inciso II, art. 7º do Anexo I, do Decreto 035/2008,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAQUELINE FRANCISCO, como Pregoeira da Modalidade de Licitação denominada Pregão, para o exercício de 2018, tendo como substituto o Senhor Cristiano Carlos Aires.

Art. 2º Nomear a Equipe de Apoio ao Pregão, que será composta pelos seguintes membros:

#### MEMBROS TITULARES:

I – André Sebold;  
II – Cleusa Francisco Schneider; e  
III – Cristiano Carlos Aires.

#### MEMBROS SUPLENTE:

I - Guilherme Pereira;  
II –Neusa Francisco Luckmann; e  
III –Meirelein Grach Machado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 003.2018

Publicação Nº 1492967

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 033/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso II, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, Por Avaliação de Desempenho, ao Servidor Público, GIOVANI ANACLETO, matriculado sob nº 2642/02, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.01.2018.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 004.2018

Publicação Nº 1493024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 034/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o servidor público, CARLOS JOEL PADILHA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 18 e 19 de Janeiro de 2018, 2 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2016/2017, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de Janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

### 005.2018

Publicação Nº 1493025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 035/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o servidor público, JOELCIO CARLOS CABRAL, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 18 e 19 de Janeiro de 2018, 2 (dois) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2016/2017, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de Janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

### 036.2018

Publicação N° 1493104

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 036/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01.09.2016 à 31.08.2017, a NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, ocupante do cargo efetivo de Administradora.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 17.01.2018 à 05.02.2018, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal



# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

Publicação Nº 1493607

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomarem posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: PSICOLOGO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
15º	341643	FERNANDA CRISTINA BALDIN
CARGO: FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
20º	333494	DALIANE SGARBOSSA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 17 de janeiro de 2018.

ELIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal Em exercício

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1493608

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Fica CONVOCADO, para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: MONITOR SOCIAL		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
39º	2950	JESSICA LINE FARIAS DE LIMA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 17 de janeiro de 2018.

ELIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal Em exercício

### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 033/2017 DIVULGAÇÃO DOS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS/ RECURSOS ESPECIAIS / TEMPO ADICIONAL E ATENDIMENTO ESPECIAL À LACTANTE

Publicação Nº 1493446

#### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 033/2017

#### DIVULGAÇÃO DOS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS/ RECURSOS ESPECIAIS / TEMPO ADICIONAL E ATENDIMENTO ESPECIAL À LACTANTE

ELIO FRANCISCO CELLA, Prefeito Municipal, em exercício de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o presente Edital de Divulgação dos Pedidos de Condições Especiais/ recursos especiais / tempo adicional e atendimento especial à lactante referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 033/2017, destinado ao preenchimento de vagas em caráter temporário, sob o regime da Lei Complementar nº 433, de 28 de fevereiro de 2011, para atuação na Educação Indígena da Rede Municipal no ano letivo de 2018, conforme segue:

#### I – DOS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS/RECURSOS ESPECIAIS/ TEMPO ADICIONAL E ATENDIMENTO ESPECIAL À LACTANTE

1.1. Observado o disposto em Edital de Abertura, em especial subitens 11.2.2, 11.2.3, 11.2.4, 11.2.4.1 e 15.10 resta divulgar que não houveram solicitações de pedidos de condições especiais/recursos especiais/tempo adicional para realização da Prova Objetiva bem como pedido de atendimento especial à lactante.

Município de Chapecó (SC), em 18 de janeiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal em Exercício



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 13 DE 2017**

Publicação Nº 1493245

Portaria Nº 13/18

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor MAURICIO ZANELLA para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Imprensa, com vencimento R\$ 5.829,30 (Cinco mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 16 de janeiro de 2018.

Gabinete do Presidente, em 16 de janeiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI
--------------------------

Presidente
------------



# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2018 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1493077

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/PMCS/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de Preço para aquisição e fornecimento de forma parcelada de água mineral e bombonas de 20lts, no atendimento ao Município de Cocal do Sul - SC

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 30/01/2018.

Abertura: Dia 30/01/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 17 de janeiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 100/PMCS/2017

Publicação Nº 1492989

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 100/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: IRMÃOS CONSONI MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de manutenção de bens e imóveis (tintas e afins), no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/12/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 67.314,80 (sessenta e sete mil e trezentos e quatorze reais e oitenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).



# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 – FMS AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1492993

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017 FMS  
AQUISIÇÃO DE BENS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, SC, por intermédio da Gestora do FMS em exercício, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de passagens visando à utilização dos serviços de transporte coletivo regular intermunicipal pelos pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município de Concórdia (TFD), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital foi alterado, sendo que o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 01 de fevereiro de 2018, até as 16h00min, e a sessão de abertura da licitação, dia 02 de janeiro de 2018 às 14h00min. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 17 de janeiro de 2018.  
GRACE SIMIONI MENEGAT  
Gestora do FMS em exercício

### DECRETO Nº 6.232

Publicação Nº 1493509

Estabelece a programação financeira, o cronograma mensal de desembolso e o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício de 2018.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações – Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira, o cronograma mensal de desembolso e o desdobramento das receitas em metas bimestrais de arrecadação, para o exercício de 2018, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

ELIZA TEBALDI BORSATTI  
Secretária Municipal de Finanças, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de janeiro de 2018.

MAYARA AMPESE  
Diretora Administrativa

### ANEXO ÚNICO

#### 1. DEMONSTRATIVO DAS MEDIDAS DE COMBATE À EVASÃO E À SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS

- Otimização da cobrança administrativa da dívida ativa por meio de notificações, visitas ao contribuinte e contatos telefônicos;
- Fiscalização nas maiores empresas prestadoras e fornecedoras de serviços, sujeitas à tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- Capacitação dos servidores por meio de cursos e treinamentos;
- Atualização da Legislação Tributária;
- Ajuizamento de 48 (quarenta e oito) novas ações para cobrança da Dívida Ativa em 2017, no valor total de 867.435,75 (oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

#### 2. EVOLUÇÃO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

Exercício	Valor cobrado no exercício – R\$
2012	986.609,40
2013	1.293.102,63
2014	1.221.815,60
2015	2.577.601,11
2016	2.773.460,16
2017	2.995.261,14

### PORTARIA FUMDEMA Nº 1/2018

Publicação Nº 1493499

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 1/2018, DE 16 DE JANEIRO 2018.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor ARGEU ALBIERO, ocupante do cargo de Contador, no período de 01 de fevereiro a 02 de março de 2018, correspondente ao período aquisitivo de 13.12.2016 a 12.12.2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.  
IVETE DAHMER ALBIERO  
Superintendente da FUMDEMA, em exercício

**PORTARIA FUMDEMA Nº 2/2018**

Publicação Nº 1493505

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUM-  
DEMA

PORTARIA Nº 2/2018, DE 16 DE JANEIRO 2018.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor FERNANDO GUILIANI, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Ambiental, no período de 01 de fevereiro a 02 de março de 2018, correspondente ao período aquisitivo de 11.01.2017 a 10.01.2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.  
IVETE DAHMER ALBIERO  
Superintendente da FUMDEMA, em exercício



# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL RP N° 02/2018

Publicação N° 1493728

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 02/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Tipo: MAIOR DESCONTO (%).

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 31/01/2018.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 31/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17, ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 18 de janeiro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto.

Prefeito Municipal



# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 012/2018

Publicação Nº 1492938

PORTARIA Nº. 012 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 01/02/2018 à 02/03/2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Daniela Smaniotto	Assessora de Gabinete	02/01/2017 á 01/01/2018

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,  
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 16 de Janeiro de 2018.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

Publicação Nº 1493282

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO PM N. 009/2018  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PM N. 007/2018

O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, Estado de Santa Catarina, COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial PM n. 007/2018, até às 08:30 horas do dia de 02 de fevereiro de 2018, e farão abertura das mesmas às 08:45 horas do mesmo dia. Constitui-se como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGO (a), COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, das 07:45 as 11:45 horas e das 13:00 as 17:00 horas. Tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital. A íntegra do Edital e de mais documentos poderão ser obtidos no site do Município ou pessoalmente junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre n. 47, Telefone (49) 3459-0011.

Coronel Martins - SC, 17 de janeiro de 2018.  
ADEMIR MADELLA  
Prefeito



# Correia Pinto

## PREFEITURA

### CREDENCIAMENTO - PROCESSO 01/2018 FHMCP

Publicação Nº 1492814

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
CREDENCIAMENTO 01/2018 – PROCESSO 01/2018 – FHMCP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, por intermédio de seu Gestor, o Sr. Casimiro Reuter de Liz, faz saber pelo presente que se encontra aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO que efetuará o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL OU ESPECIALISTA, A FIM DE ATENDER À DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ESPECIFICAMENTE NO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME QUANTIDADE E SERVIÇOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTE EDITAL. Prazo para entrega de documentos: 03/01/2018 até 31/12/2018. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 16 de janeiro de 2017.  
CASIMIRO REUTER DE LIZ  
Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº 1264/2017

Publicação Nº 1493239

DECRETO Nº 1264/2018  
DE 17 DE JANEIRO DE 2018

CASIMIRO REUTER DE LIZ, Prefeito em exercício do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

"ESTABELECE PRAZO DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU PARA 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica estabelecido prazo para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para 2018, como segue:

I – Parcela única (IPTU)  
-até 06 de abril de 2018 com 20% de desconto  
-até 20 de abril de 2018 com 15% de desconto  
-até 30 de abril de 2018 com 10% de desconto

II – Parcelamento (IPTU)  
1ª Parcela: 30 de abril de 2018  
2ª Parcela: 30 de maio de 2018  
3ª Parcela: 29 de junho de 2018

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 17 de janeiro de 2018.  
CASIMIRO REUTER DE LIZ  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se  
Correia Pinto, em 17 de janeiro de 2018.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete



## Corupá

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/18

Publicação Nº 1492955

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 262/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 114/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: L & E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.915.456/0001-68 e inscrição Estadual nº 256.573.646, estabelecida na Rua Edgar Linhares nº 121, bairro Nova Esperança, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	PÃO FRANCÊS, CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PÃO COM MASSA DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, BANHA, AÇÚCAR, SAL REFORÇADOR, FERMENTO BIOLÓGICO ÁGUA. PESO LÍQUIDO 50 GR. NÃO DEVE APRESENTAR TAMANHO IRREGULAR E NÃO INTEGRIDADE DA MASSA (ESFARELANDO AO TOQUE DOS DEDOS) E AMASSAMENTO DO PRODUTO. O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA PARTE INFERIOR DO PÃO (EVIDÊNCIA DE FORMAS SUJAS). EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM PACOTES DE POLIETILENO FINO E TRANSPARENTE COM 20 UNIDADES CADA DE 50GR. O PACOTE DEVERÁ ESTAR FECHADO E ROTULADO COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 03 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: 01 DIA	KG	AMORE DI PANE	1.340	R\$ 8,94	R\$ 11.979,60
02	Pão francês integral Características Técnicas: Pão com massa de farinha de trigo especial, farinha de trigo integral, fermento e água. Produto preparado com no mínimo 50% de farinha de trigo integral, sendo proibido o emprego de corante caramelo. Peso líquido 50 gr. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em pacotes de polietileno fino e transparente com 20 unidades cada de 50 gr. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	AMORE DI PANE	800	R\$ 14,04	R\$ 11.232,00
03	Pão de leite, Características técnicas: Pão com massa de farinha de trigo especial, leite, água, fermento biológico, açúcar, ovos, sal, banha, reforçador. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionada em pacotes de polietileno transparente resistente, contendo 1 unidade de 500g, com aproximadamente 16 – 20 fatias. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação e prazo de validade. Prazo de Validade: Mínimo de 4 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	AMORE DI PANE	1.340	R\$ 9,72	R\$ 13.024,80
07	Cuca de farofa, Características Técnicas: Margarina, farinha de trigo, ovos, banha, açúcar, açúcar de baunilha, sal, raspas de limão fermento químico, canela, fermento biológico e leite. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	AMORE DI PANE	2.000	R\$ 20,64	R\$ 41.280,00



08	Cuca de banana, Características Técnicas: Margarina, farinha de trigo, ovos, banana, açúcar, açúcar de baunilha, sal, raspas de limão fermento químico, canela, fermento biológico e leite e banana comum. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	AMORE DI PANE	1.340	R\$ 20,54	R\$ 27.523,60
10	Bolo redondo mesclado, Características Técnicas: açúcar, farinha de trigo, margarina, ovos, leite, fermento químico, creme confeiteiro, chocolate em pó e emustab. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	AMORE DI PANE	1.600	R\$ 17,00	R\$ 27.200,00
					TOTAL	R\$ 132.240,00

Data da Assinatura: 08/01/2018

Data da Vigência: 06 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18**

Publicação Nº 1492964

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 262/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 114/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MERCADO MEES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.443.740/0001-28, situada na Rua Roberto Seidel nº 732, Bairro Centro, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
04	Pão fatiado integral Características técnicas: Pão com massa de farinha de trigo especial, farinha de trigo integral, água, fermento biológico, açúcar, sal e reforçador. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior do pão (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionada em pacotes de polietileno transparente resistente, contendo 1 unidade de 500g, com aproximadamente 16 – 20 fatias. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação e prazo de validade. Prazo de Validade: Mínimo de 4 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	2 DE SE-TEMBRO	1.340	R\$ 11,45	R\$ 15.343,00
05	Bolo de cenoura, Características Técnicas: Cenoura, óleo, ovos, leite, trigo, açúcar e fermento químico. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	MEES	1.740	R\$ 18,55	R\$ 32.277,00



06	Bolo nega maluca, Características Técnicas: farinha de Trigo, açúcar, chocolate em pó, ovos óleo, água e fermento químico. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	MEES	1.740	R\$ 17,90	R\$ 31.146,00
09	Bolo de banana com aveia, Características Técnicas: aveia, farinha de trigo integral, Margarina, farinha de trigo, ovos, óleo, açúcar, açúcar mascavo, açúcar de baunilha, sal, raspas de limão fermento químico, canela, fermento biológico e leite e banana comum. Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	MEES	1.340	R\$ 16,65	R\$ 41.280,00
11	Bolo redondo formigueiro, Características Técnicas: Margarina, açúcar, farinha de trigo, leite, ovos, emustab, fermento em químico, chocolate granulado e creme confeiteiro Não deve apresentar tamanho irregular e não integridade da massa (esfarelando ao toque dos dedos) e amassamento do produto. O doce não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Embalagem: Acondicionado em formas cobertas com filme transparente. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação, prazo de validade e informações nutricionais. Ministério da Saúde. Prazo de validade: Mínimo de 3 dias. Data de fabricação: 1 dia	KG	MEES	1.600	R\$ 17,00	R\$ 27.200,00
					TOTAL	R\$ 128.277,00

Data da Assinatura: 08/01/2018

Data da Vigência: 06 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/18**

Publicação Nº 1492971

MUNICÍPIO DE CORUPÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
PROCESSO LICITATÓRIO 248/17  
PREGÃO PRESENCIAL nº 106/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: L & E COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.915.456/0001-68 e inscrição Estadual nº 256.573.646, estabelecida na Rua Edgar Linhares nº 121, bairro Nova Esperança, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	Abacaxi - Tamanho médio, pesando entre 1000 e 1500 g a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Devendo ser somente a classe abacaxi e não ananás.	UN	IN NATURA	1000	R\$ 3,10	R\$ 3.100,00



02	Abobrinha - Menina ou paulista, tamanho médio, pesando entre 500 e 600 gramas. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	940	R\$ 2,18	R\$ 2.049,20
03	Acelga - Tamanho médio, pesando entre 500 e 600 gramas. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATU- RA	400	R\$ 2,60	R\$ 1.040,00
13	Agrião - Tamanho médio. deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. MAÇO	MÇ	IN NATU- RA	130	R\$ 1,74	R\$ 226,20
14	Aipim - Descascado, embalagem de 1 kg, com coloração e aspectos característico, livre de sujidades, em boas condições de consumo	KG	DEVAT	530	R\$ 5,15	R\$ 2.729,50
15	Alface - Tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATU- RA	670	R\$ 1,34	R\$ 897,80
16	ALHO - Tipo especial, classe 6, Portaria nº 242 de 17/09/92 e portaria nº 127 de 04/10/91, do ministério da agricultura e reforma agrária. Devem apresentar as características do cultivar bem definidos, estarem fisiologicamente desenvolvidos, inteiro, sadio e isento de substâncias nocivas à saúde.	KG	PONTE	350	R\$ 15,98	R\$ 5.593,00
23	Banana Branca - Grupo ii, tipo especial, portaria ma 126 de 15/05/81. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	2.000	R\$ 2,09	R\$ 4.180,00
24	Banana Caturra - Classe média. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	2.000	R\$ 1,90	R\$ 3.800
25	Banha de porco - Resfriada, com registro no Sif ou Sisp de acordo com a Legislação vigente.	KG	PAMPLONA	90	R\$ 6,04	R\$ 543,60
26	Batata Inglesa - Escovada, grupo i ou ii, classe 2, tipo especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 300 gramas a unidade, portaria ma 69 de 21/02/95 e portaria ma 523 de 28/08/96. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	800	R\$ 2,57	R\$ 2.056,00
27	Batata Doce - Escovada, grupo i ou ii, classe 2, tipo especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 200 e 400 gramas a unidade, portaria ma 69 de 21/02/95 e portaria ma 523 de 28/08/96. devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	670	R\$ 1,62	R\$ 1.085,40
28	Batata salsa - Escovada, grupo i ou ii, classe 2, tipo especial (de 45 a 85 mm de diâmetro transversal), pesando entre 80 e 150 gramas a unidade, portaria ma 69 de 21/02/95 e portaria ma 523 de 28/08/96. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	340	R\$ 4,30	R\$ 1.462,00



30	Berinjela - Classe média, tipo 2 ou especial, pesando entre 300 a 400 gramas a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	370	R\$ 3,51	R\$ 1.298,70
31	Beterraba - Tamanho médio, pesando entre 200 e 300 gramas a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	530	R\$ 2,15	R\$ 1.139,50
32	Biscoitos Diet - Isento de açúcar, mel, melado, açúcar invertido. Sem recheio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço – embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados, tendo dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. PACOTES DE 200GR	PCT	JASMINE	110	R\$ 5,59	R\$ 614,90
34	Biscoito Doce integral - Sabor leite sem recheio, com os seguintes ingredientes: farinha de trigo integral, aveia, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, sal, estabilizante, lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio, acidulantes ácido láctico e aromatizante. Valor nutricional na porção de 100g: 10g de proteína, 72g de carboidratos e 12,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço - embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados, tendo dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. Embalagem de 400g	EMBAL. 400G	MARILAN	240	R\$ 4,59	R\$ 1.101,60
35	Biscoito doce sem leite - Isento de leite, margarina e traços de leite. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço - embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados, tendo dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. Embalagem de 200g	EMBAL. 200G	LIANE	100	R\$ 5,19	R\$ 519,00
39	Brócolis - Classe média, tipo 2 ou especial, pesando entre 800 a 1000 gramas a unidade, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATU-RA	500	R\$ 3,12	R\$ 1.560,00
40	Cacau em pó - Em pó e moído ABIC - com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, umidade máxima de 6%p/p e resíduo mineral fixo máximo de 5%p/p.	KG	APTI	270	R\$ 19,19	R\$ 5.181,30
46	Caqui - Tipo ou categoria 2 (dois). Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doença e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. A variedade a ser entregue dependerá da safra.	KG	IN NATU-RA	1.200	R\$ 3,53	R\$ 4.236,00
47	Cravo da Índia - Embalagem plástica contendo até 50 g do produto, apresentando a maioria dos cravos íntegros. Embalagem de 50g	EMBAL. 50G	JP	80	R\$ 4,79	R\$ 383,20
55	Cebola - Classe média (4), Tipo Especial (de 70 a 90 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 a 200 gramas a unidade, de acordo com a Portaria MA 529 de 18/03/97. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	950	R\$ 2,33	R\$ 2.213,50



56	Cenoura - Classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade, de acordo com a portaria ma 412 de 07/10/86. composição das raízes de 12 a 17 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	1.080	R\$ 2,48	R\$ 2.678,40
59	Chicória - Tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	MÇ	IN NATURA	200	R\$ 1,98	R\$ 396,00
62	Chuchu - Classe Média, Tipo 2 ou Especial, pesando entre 300 a 400 gramas a unidade, de acordo com a Portaria MA 412 de 07/10/86. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	1.200	R\$ 1,59	R\$ 1.908,00
66	Couve folha - Classe média, tipo 2 ou especial, pesando entre 500 a 600 gramas. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	MÇ	IN NATURA	530	R\$ 1,67	R\$ 885,10
67	Couve-flor - Classe média, tipo 2 ou especial, pesando entre 800 a 1000 gramas a unidade, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Devem estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	PÇ	IN NATURA	950	R\$ 2,59	R\$ 2.460,50
68	Cravo da Índia - Cravo da Índia, constituído por botões florais são, secos e limpos. Acondicionado em saco de polietileno, integro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo de 100 a 500 gramas de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente dados de identificação, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega	GR	JP	90	R\$ 2,84	R\$ 255,60
71	Creme vegetal sem leite com sal. Com 40% de gordura e 60% água. Livre de leite, leite em pó. NÃO CONTER GLÚTEN. Emb 500gr	EMBAL. 500GR	BECEL	130	R\$ 5,20	R\$ 676,00
74	Ervilha Lata - Produto preparado com as ervilhas previamente debulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas imersas ou não em líquido de cobertura apropriada submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados, os recipientes utilizados a fim de evitar a sua alteração. Composição centesimal aproximada de 5,2g de proteína, 0,5g de lipídios e 13g de carboidratos. Emb 2kg	EMBAL. 2KG	GOIAS VERDE	120	R\$ 8,65	R\$ 1.038,00
76	Espinafre - Classe média, tipo 2 ou especial, pesando entre 400 a 500 gramas a unidade, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação	MÇ	IN NATURA	130	R\$ 2,30	R\$ 299,00
87	Feijão de Vagem - Feijão de vagem - deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida e bem formada. Vagens de formato retilíneo, crocantes, não deve se dobrar nem apresentar no lado cicatrizante fio lenhoso e deve permitir ser quebrada facilmente. Limpa, livre de danos mecânicos, pragas e doenças. Não deve apresentar manchas, principalmente de antracnose e ferrugem, e deve estar em perfeitas condições de conservação e maturação.Q	KG	IN NATURA	1.000	R\$ 4,14	R\$ 4.140,00
93	Filé de Peixe - Pescada, Sem espinho, com cheiro característico, congelado, com registro no Sif ou Sisp. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larva. Embalagens de 1 kg.	KG	DONA BELLA	870	R\$ 18,90	R\$ 16.443,00
96	Flocos de BATATA - Contendo em seus ingredientes, batata desidratada, leite em pó, queijo em pó e aroma natural reforçado com queijo e 8,0g de proteína, valor calórico de 328 kcal, 75g de carboidrato, 0,35g de lipídios, 4,0g de fibra alimentar e no máximo 7,0 de umidade. Embalagem de 1 kg com rendimento de 44 porções de 150g	KG	NUTRI-MENTAL	800	R\$ 12,60	R\$ 10.080,00



114	LARANJA - Grupo i, classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm), tipo especial, portaria ma 125 de 15/05/81. Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	4.700	R\$ 1,84	R\$ 8.648,00
115	Laranja lima - Variedade Lima. Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	670	R\$ 1,83	R\$ 1.226,10
117	Leite de soja. Embalagem de 1l. Ingredientes: soja e estabilizante citrato de sódio, não contém glúten. Em caixinha tipo tetra park, com cor e odor característicos, as caixinhas não devem apresentar-se estufadas.	L	ADES	100	R\$ 5,60	R\$ 560,00
118	Leite integral. Embalagem de 1l. Ingredientes: Leite integral e estabilizante citrato de sódio, não contém glúten. Em caixinha tipo tetra park, com cor e odor característicos, as caixinhas não devem apresentar-se estufadas.	L	REALTA	4.000	R\$ 2,63	R\$ 10.520,00
119	Leite semi desnatado. Embalagem de 1l. Ingredientes: Leite semi desnatado, estabilizante citrato de sódio, não contém glúten. Em caixinha tipo tetra park, com cor e odor característicos, as caixinhas não devem apresentar-se estufadas.	L	LANGUIRU	2.000	R\$ 2,65	R\$ 5.300,00
125	Limão - Produtos são, limpos e de boa qualidade, sem defeitos, suficientemente desenvolvidos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes	KG	IN NATU-RA	1.000	R\$ 4,90	R\$ 4.900,00
127	Maçã - Grupo Rajada, Classe de 70 a 80 mm, Tipo ou Categoria 2 (dois), Portaria MA de 122 de 30/03/93. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doença e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. A variedade a ser entregue dependerá da safra.	KG	IN NATU-RA	3.000	R\$ 3,30	R\$ 9.900,00
128	Maçã argentina - Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doença e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. A variedade a ser entregue dependerá da safra.	KG	IN NATU-RA	350	R\$ 762	R\$ 2.667,00
130	Mamão - Tamanho médio, pesando entre 1000 e 1500 g a unidade. devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	2.000	R\$ 2,71	R\$ 5.420,00
131	Manga - Tamanho médio, a unidade. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	1.340	R\$ 2,84	R\$ 3.805,60
132	Manjerição - Uniforme, fresca, bem desenvolvida, sem danificações físicas, em sacos plásticos atóxicos.	GR	JP	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00
141	MELANCIA - Tamanho médio, pesando entre 8000 e 10000 g a unidade. devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	2.700	R\$ 1,47	R\$ 3.969,00
143	MELÃO - Tamanho médio, pesando entre 1000 e 2000 g a unidade. devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	1.080	R\$ 3,04	R\$ 3.283,20
148	Moranga - Tamanho médio, orgânico, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU-RA	130	R\$ 2,19	R\$ 284,70



149	Morango - Classe média, tipo especial, pesando entre 10 a 20 gramas a devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	CX	IN NATU- RA	600	R\$ 6,38	R\$ 3.828,00
152	Ovo de Galinha - Vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade, conforme decreto Lei 3748 de 12/07/93, Artigo 687. Deve ter certificado de inspeção estadual ou federal. Embalagem primária: descartável, fechada, com capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente.	DZ	LINDSAY	2.700	R\$ 4,83	R\$ 13.041,00
154	Pepino - Classe média, tipo especial, pesando entre 100 a 200 gramas a devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	1.200	R\$ 3,05	R\$ 3.660,00
155	Pêra - Classe média, tipo especial, pesando entre 100 a 200 gramas a devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de	KG	IN NATU- RA	1.200	R\$ 5,90	R\$ 7.080,00
156	Pêssego - Classe média, tipo especial, pesando entre 80 a 150 gramas a devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	1.140	R\$ 6,66	R\$ 7.592,40
158	Pimentão - Classe média, tipo especial, pesando entre 70 a 140 gramas a unidade, devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosas, bem formadas, limpas, com coloração uniforme, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	400	R\$ 5,26	R\$ 2.104,00
167	Rabanete - Tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	MÇ	IN NATU- RA	400	R\$ 1,43	R\$ 572,00
168	Repolho - Tamanho médio, pesando entre 1.200 a 2.200 gramas a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	UN	IN NATU- RA	1.280	R\$ 1,23	R\$ 1.574,40
170	Rúcula - Tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	MÇ	IN NATU- RA	270	R\$ 1,99	R\$ 537,30
176	Tempero verde (salsinha, cebolinha), Em maço, novo, brilhante, textura e consistência de vegetal fresco, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem transparente e resistente, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal.	MÇ	IN NATU- RA	600	R\$ 1,98	R\$ 1.188,00
177	Tangerina - Grupo I. Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATU- RA	3.350	R\$ 3,17	R\$ 10.619,50
178	Tomate - Grupo oblongo ou redondo, subgrupo verde maduro a pintado, classe média ou grande, de 50 a 60 mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200 gramas a unidade, de acordo com a portaria ma 553 de 30/08/95, deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal.	KG	IN NATU- RA	4.000	R\$ 3,90	R\$ 15.600,00



179	Uva - Devem apresentar as características da variedade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas, sadias, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	IN NATURA	2.400	R\$ 6,45	R\$ 15.480,00
					TOTAL	R\$ 231.830,20

Data da Assinatura: 08/01/2018

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/18**

Publicação Nº 1492974

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 248/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 106/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: MERCADO MEES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.443.740/0001-28, situada na Rua Roberto Seidel nº 732, Bairro Centro, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
05	Açafrão da terra - Produto obtido a partir de matéria-prima limpa, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, com aspecto de pó fino. EMBALAGEM DE 50 GR	EMBAL. 50 GR	HORTA E SABOR	120	R\$ 5,19	R\$ 622,80
29	Bebida Láctea - Sabor frutas vermelhas ou morango ou coco. O pó para o preparo da bebida deve ser preparado com ingredientes são e limpos e de 1ª qualidade. Ingredientes: açúcar, leite em pó, corante natural ins 120 (carmim). Composição nutricional mínima 14,5g/% de proteína, 4g/% de lipídios, 71g /% carboidratos, com o máximo de 2,5% de umidade. EMBALAGEM DE 1 LITRO	L	LACTOVALE	4.000	R\$ 2,59	R\$ 10.360,00
36	Biscoitos sem glúten - Sem glúten. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço - embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados, tendo dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. Embalagem de 200g	EMBAL. 200 G	FERNANDES	70	R\$ 5,59	R\$ 391,30
42	Caldo de Peixe - Ingredientes: filé de peixe desfiado, cebola, tomate, alho, batata, extrato de tomate, condimento, sal. EMBALAGEM DE 1KG	EMBAL 1KG	RANCHO BOM	550	R\$ 11,14	R\$ 6.127,00
48	Carne Bovina - Acém. Resfriada ou congelada tipo acém sem osso, com registro no Sif ou Sisp, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, embalada a vácuo em embalagem tipo crayovac, devidamente identificados com rótulo impresso de acordo com a Legislação vigente. Devem estar picados em cubos de 30g, sem osso e acondicionados em embalagens de 1 Kg.	KG	FRIBOI	2.300	R\$ 13,60	R\$ 31.280,00
49	Carne Bovina - Fígado. Congelada, com registro no Sif ou Sisp. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Devem estar acondicionados em embalagens de 1 kg, com rótulo impresso de acordo com a Legislação vigente.	KG	AÇOUGUE KLUG	750	R\$ 11,48	R\$ 8.610,00



50	Carne Bovina – moída. Patinho Magro de 1ª congelada ou resfriada. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Devendo conter no máximo 10% de gordura deve ser isenta de cartilagens e de ossos e conter no máximo de 3% de aponevroses, com registro no Sif ou Sisp. Devem estar acondicionados em embalagens de 1 Kg.	KG	FRIBOIU	2.000	R\$ 13,48	R\$ 26.960,00
51	Carne Bovina- Tipo Músculo. Carne em cubos, resfriada, e no máximo 10% de sebo e gordura com cor, cheiro e sabor próprio, embalada em saco plástico, transparente e atóxico	KG	FRIBOI	2.000	R\$ 12,66	R\$ 25.320,00
52	Carne Bovina – Patinho Resfriada ou congelada tipo patinho em cubos de 30g, aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem osso, sem sebo, sem gordura, sem cartilagens, nervos, tendões e aponevroses. Deve ter certificado de inspeção estadual ou federal. Devem ser entregues picados, em cubos aproximados de 30g, em embalagens de 1Kg.	KG	FRIBOI	2.000	R\$ 17,38	R\$ 34.760,00
53	Carne moída de frango. Magra de 1ª congelada ou resfriada. Aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Devendo conter no máximo 10% de gordura, deve ser isenta de cartilagens e de ossos e conter no máximo de 3% de aponevroses. Com registro no Sif ou Sisp. Devem estar acondicionados em embalagens de 500g a 1 Kg.	KG	COPACOL	670	R\$ 8,38	R\$ 5.614,60
54	Carne Suína- Pernil. Aspecto própria, não amolecida e nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Devendo conter no máximo 10% de gordura, deve ser isenta de cartilagens e ossos, conter no máximo de 3% de aponevroses com registro no Sif ou Sisp. Devem estar picados em cubos de 30g, sem osso e acondicionados em embalagens de 1 Kg.	KG	SÃO PEDRO	2.000	R\$ 11,50	R\$ 23.000,00
69	Crema de Leite. Emb.200gr Leite em pó desnatado, espessante goma xantana e estabilizantes fosfato dissódico e citrato de sódio, não contendo glúten. Informações nutricionais - porção de 15g -valor energético: 38kcal -carboidratos: 0g -proteínas: 0g -gorduras totais: 3,8g -gorduras saturadas: 2,4g -gorduras trans: não contém..	EMBAL. 200G	PIRACANJUBA	530	R\$ 2,29	R\$ 1.213,70
70	Crema de soja. Água, gordura vegetal hidrogenada, proteína isolada de soja, maltodextrina, amido modificado, cloreto de sódio (sal), mistura de espessantes e estabilizantes (amido modificado, estabilizantes carboximetilcelulose sódica, carragena e espessantes goma aguar e mono e diglicerídeos de ácidos graxos), aromatizante e corante natural urucum. NÃO CONTER GLÚTEN.Emb.200 gr	EMBAL. 200G	BATAVO	100	R\$ 3,98	R\$ 517,40
78	Farinha de arroz. Emb 1kg Obtida a partir de grãos de arroz e moídos. Contém carboidratos complexos, responsáveis pelo fornecimento de energia ao organismo, vitaminas do complexo b, minerais como ferro, fósforo, magnésio e fibras insolúveis que estimulam o sistema gastrointestinal. Ingredientes: grãos de trigo selecionados e moídos. Sem glúten.	EMBAL. 1KG	URBANO	130	R\$ 3,98	R\$ 517,40
92	Fermento Químico. Emb 250gr Produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Contendo no ingrediente bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e fosfato mono cálcico.	EMBAL 250GR	ROYAL	110	R\$ 5,29	R\$ 581,90
101	Frango Coxa e Sobrecoxa. Congelada com adição de água de no máximo de 6%. aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, com registro no Sif ou Sisp. Embalagens individuais de 1 Kg.	KG	MORGANA	5.780	R\$ 6,75	R\$ 39.015,00
102	Frango - Peito. Congelada, com osso. Aspecto próprio, não amolecido e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, com registro no Sif ou Sisp. Embalagens individuais de 1 Kg.1000kg	KG	MORGANA	1.000	R\$ 8,95	R\$ 8.950,00
104	Galão de Água. Galão de 20 litros Deve ser água mineral, com validade dentro do permitido, com galão de 20 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UN	SANTA CATARINA	530	R\$ 10,25	R\$ 5.432,50



105	Gelatina sem sabor. Gelatina sem sabor folhas- gelatina alimentícia, tipo comum, sem sabor, folhas. embalagem de 10 gr.	EMBAL. 10 GR	BRETZKE	500	R\$ 3,23	R\$ 1.615,00
107	Geleia de Uva Ingredientes: Polpa de uva, açúcar cristal, pectina cítrica, ácido cítrico. Embalagem de 400g	EMBAL. 400GR	RITTER	165	R\$ 10,25	R\$ 1.691,25
108	Geleia Diet. Ingredientes: Polpa de uva, adoçante, pectina cítrica, ácido cítrico. Embalagem de 200g	EMBAL. 200GR	RITTER	35	R\$ 10,75	R\$ 376,25
110	Iogurte-Coco - Iogurte com polpa de coco. Ingredientes: leite, leite reconstituído, açúcar, leite em pó, polpa de coco, caseinato de sódio, espessante amido e goma guar, aroma idêntico ao natural de coco, conservante sorbato de potássio, fermentos lácteo e corante artificiais, colorido artificialmente, não contém glúten. embalagem de 1 litro	L	TIROL	1.340	R\$ 4,74	R\$ 6.351,60
111	Iogurte - Morango. Iogurte com polpa de morango, ingredientes: leite, leite reconstituído, açúcar, leite em pó, polpa de morango, caseinato de sódio, espessante amido e goma guar, aroma idêntico ao natural de morango, conservante sorbato de potássio, fermentos lácteo e corantes artificiais vermelho ponceau e vermelho 40. Colorido artificialmente. Não contém glúten. embalagem de 1 litro.	L	TIROL	1.340	R\$ 3,74	R\$ 5.011,60
113	Iogurte de soja. Iogurte com polpa de frutas, elaborado a partir do leite de soja. Isento de lactose. Embalagem de 170 ml	EMBAL. 170 ML	BATAVO	150	R\$ 2,98	R\$ 447,00
123	Linguiça calabresa - Linguiça suína, calabresa, especial, defumada, embalagem a vácuo em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura	KG	LACTOVALE	600	R\$ 13,26	R\$ 7.956,00
124	Linhaça. Semente de linhaça marrom, grãos integrais, sem sujidades ou gravetos, primeira qualidade, pacote de 500 gramas.	EMBAL. 500GR	JUREIA	30	R\$ 6,44	R\$ 193,20
157	Pimenta. Tipo do reino, moída, em frascos de 50g.	EMBAL. 50GR	DONABELA	40	R\$ 3,94	R\$ 157,60
162	Presunto Cozido e fatiado. Presunto cozido magro preparado com pernil, sem osso, ou carne de outras partes do suíno, curado ou seco ou em salmoura; obtido em perfeitas condições de higiene, proveniente de abatedouros e retalhista sob inspeção oficial, manipulado adequadamente e submetido a cocção com a adição ou não de condimentos e também convenientemente conservado, mantido refrigerado no limite superior de 7°C. Resfriado, livre de pontos de gorduras e cartilagens, embalados com no máximo 500gr por pacote. Com no máximo 2,5g de gorduras saturadas em 100g.	KG	TOMELIN/SÃO PEDRO	1.100	R\$ 16,02	R\$ 17.622,00
163	Queijo Prato. Com registro no Sif ou Sisp, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade máx. 58%p/p e lipídio de leite mín. 28%p/p.	KG	LACTOVALE	800	R\$ 20,12	R\$ 16.096,00
164	Queijo Mussarela. Com registro no Sif ou Sisp, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade máx. 58%p/p e lipídio de leite mín. 28%p/p.	KG	LACTOVALE	800	R\$ 18,47	R\$ 14.776,00
165	Queijo Ralado. Com registro no Sif ou Sisp, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade sem mofo, cheiro característico e devidamente embalado. embalagem de 100gr	EMBAL. 100G	SELETI	400	R\$ 4,91	R\$ 1.964,00
169	Requeijão. Contendo leite desnatado, creme de leite, concentrado de proteínas do leite, sal, cloreto de cálcio, coalho, fermento lácteo, estabilizante citrato de sódio, polifosfato de sódio e fosfato dissódico, regulador de acidez ácido cítrico e conservador sorbato de potássio. embalagem de 250 gr	EMBAL. 250G	TIROL/FRI-MESA	300	R\$ 3,98	R\$ 1.194,00
173	Sal Marinho. Refinado, iodado, sal tipo 1, moído. Composição: Cloreto de sódio, Iodato de potássio, antiemectante ferrocianeto de sódio. Embalagem de 1kg	KG	APOLO	400	R\$ 2,00	R\$ 800,00
174	Salsicha de frango. Tipo hot-dog com no máximo de 2% de amido. Com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo no máximo de 10%. Com registro no sif ou sisp.	KG	JCW	1.200	R\$ 10,47	R\$ 12.564,00
					TOTAL	R\$ 317.990,70



Data da Assinatura: 08/01/2018

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/18**

Publicação Nº 1492977

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO LICITATÓRIO 248/17

PREGÃO PRESENCIAL nº 106/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.634.816/0001-16 e inscrição estadual nº 255.067.070, estabelecida na Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89290-000.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE.

DO PREÇO:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	MARCA	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
04	Achocolatado - Em pó vitaminado, deverá ser obtido de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, de parasitas, detritos animais, cascas de semente de cacau e outros detritos vegetais. Aspecto: pó homogêneo, cor próprio do tipo, cheiro característico e sabor doce, próprio, com umidade máxima de 3%, ingredientes: açúcar, cacau em pó (32%), maltodextrina, minerais, vitaminas, emulsificante lecitina de soja, antioxidante, ácido ascórbico e aromatizantes, sem glúten. Sódio máximo 1%, Carboidratos 7%. EMBALAGEM DE 1KG	EMBAL. 1KG	NEILAR	530	R\$ 12,40	R\$ 6.572,00
06	Açúcar - Características técnicas - produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada, amorfo, isenta de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deve constar no rótulo açúcar refinado especial e o registro do produto no ministério da saúde. Embalagem primária - sacos de polietileno leitoso ou transparente, data de fabricação - máxima de 30 dias. EMBALAGEM DE 5KG	EMBAL. 5KG	DOCE AÇUCAR	800	R\$ 11,78	R\$ 9.424,00
07	Açúcar de Baunilha - Livre de umidade, sujidades e insetos EMBALAGEM DE 50 GR	EMBAL. 50G	NEILAR	70	R\$ 2,78	R\$ 194,60
08	Açúcar Cristal - De 1ª, contendo no mínimo 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa de parasitos e de detritos animais ou vegetais. EMBALAGEM DE 1KG	EMBAL. 1KG	UNIÃO	120	R\$ 2,94	R\$ 352,80
09	Açúcar mascavo - Tipo colonial isenta de aditivos ou conservantes, livre de umidade, isentos de matéria terrosa. PACOTES DE 1 KG	EMBAL. 1KG	DA COLONIA	200	R\$ 12,58	R\$ 2.516,00
10	Açúcar Demerara - Isento de aditivos ou conservantes, livre de umidade, isentos de matéria terrosa. PACOTES DE 1KG	EMBAL. 1KG	UNIÃO	200	R\$ 5,44	R\$ 1.088,00
11	Adoçante líquido - A base de Stevia. Embalagens de 100g.	EMBAL. 100G	ADOCIL	35	R\$ 5,93	R\$ 207,55
17	Amido de Milho - Produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p. Embalagem de 500g a 1Kg	KG	NEILAR	95	R\$ 8,30	R\$ 788,50
18	Araruta - Produto fabricado a partir de matérias primas são e limpa isenta de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. EMBALAGEM DE 500GR	EMBAL. 500G	NEVE	150	R\$ 5,76	R\$ 864,00



19	Arroz - Longo, fino, polido, tipo 1, sem glúten, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo de 14% de umidade e com valor nutricional na porção de 50g contendo no mínimo de 37g de carboidratos, 4g de proteínas e 0 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após cozimento. EMBALAGEM DE 5 KG.	EMBAL. 5KG	TIO LORO	1140	R\$ 11,64	R\$ 13.269,90
20	Arroz integral - Tipo 1, sem glúten, contendo no mínimo de 90% de grãos inteiros com no máximo de 14% de umidade e com valor nutricional na porção de 50g contendo no mínimo de 37g de carboidratos, 4g de proteínas e 0 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após cozimento. EMBALAGEM DE 1KG	EMBAL. 1KG	DALON	270	R\$ 3,86	R\$ 1.042,20
21	Arroz Agulhinha - Agulhinha vitaminado tipo 1. Ingredientes: arroz, ferro, vitamina pp, zinco, albumina de ovo, vitamina a, vitamina b12 vitamina b1, vitamina b9 e estabilizante alginato de sódio. Não contém glúten. EMBALAGEM DE 1 KG	EMBAL. 1KG	BURITI	200	R\$ 5,52	R\$ 1.104,00
22	Aveia. Cereal em flocos, sabor e cor característico, livre de umidade, isentos de materiais terrosos, sem açúcar. Embalagem de 200gr	EMBAL. 200G	APTI	200	R\$ 3,32	R\$ 664,00
33	Biscoito Doce - Sabor leite sem recheio, com os seguintes ingredientes: farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio, acidulantes ácido láctico e aromatizante. Valor nutricional na porção de 100g: 10g de proteína, 72g de carboidratos e 12,5g de gorduras totais. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço - embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados, tendo dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. EMBALAGEM DE 400GR	EMBAL. 400G	PRODASA	600	R\$ 4,00	R\$ 2.400,00
37	Biscoito Salgado - Salgado tipo Cream Cracker. Ingredientes: farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal refinado, extrato de malte, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio, amido de milho. Valor nutricional na porção de 100g: mínimo 70g de carboidrato, 10g de proteína e 12,5g gorduras totais. NÃO DEVEM POSSUIR LEITE OU TRAÇOS DE LEITE. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço – embalagem primária em pacotes impermeáveis lacrados com dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. Embalagem 400 g	EMBAL. 400G	PRODASA	500	R\$ 4,11	R\$ 2.055,00
38	Biscoito Salgado Integral - Salgado tipo Cream Cracker. Ingredientes: farinha de trigo integral, gergelim, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal refinado, extrato de malte, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de sódio, amido de milho. Valor nutricional na porção de 100g: mínimo 70g de carboidrato, 10g de proteína e 12,5g gorduras totais. NÃO DEVEM POSSUIR LEITE OU TRAÇOS DE LEITE. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço – embalagem primaria em pacotes impermeáveis lacrados com dupla embalagem e em embalagem secundária de caixa de papelão. Embalagem 400 g	EMBAL. 400G	CASAREDO	270	R\$ 4,96	R\$ 1.339,20
41	Café - Pó torrado e moído, selo da ABIC - com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, etc, com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas, umidade máxima de 6%p/p e resíduo mineral fixo máximo de 5%p/p, cafeína mínima de 0,7%p/p. Embalado à vácuo. EMBALAGEM DE 500GR	EMBAL. 500G	BOMPROSA	335	R\$ 8,64	R\$ 2.894,40
43	Canela em casca - Canela em casca, em tubo plástico, transparente, com tampa Plástica. Embalagem de 10g	EMBAL. 10G	NEILAR	80	R\$ 2,50	R\$ 200,00



44	Canela em pó - Valor calórico 5k/cal carboidrato 0g, Proteína 0g, gordura 0g, gordura saturadas. Tubos de 30g	EMBAL. 30G	NEILAR	80	R\$ 3,07	R\$ 245,60
45	Canjica - Milho branco tipo 1 - contendo 80% de grãos inteiros, preparadas com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade.	KG	JARAGUA	95	R\$ 3,25	R\$ 308,75
57	Chá mate - Produto constituído de folhas novas, hastes e talos ligeiramente tostados de erva mate, sem coloração artificial, sãos e limpos. O produto deve estar acondicionado em embalagem primária de caixa de papelão atóxico. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. Emb.250 gr	EMBAL. 250G	MATINE	500	R\$ 5,25	R\$ 2.625,00
58	Chá sabores diversos. Sabores diversos considerando que seu aroma seja característico do produto, sem umidade, mofo ou qualquer indício de bactérias. Sabores: erva-cidreira, camomila, capim cidreira, erva-doce, hortelã ... Não podendo ser chá mate, sene ou preto. CAIXA COM 10 UNIDADES	CX	NEILAR	1200	R\$ 2,72	R\$ 3.264,00
60	Chocolate em pó. Mínimo de 50% de cacau. Composição: cacau em pó, lecitina de soja, estabilizante. Apresentar informações nutricionais. Fabricado de acordo com Legislação vigente, livre de sujidades. Embalagem de 1KG.	EMBAL 1KG	DORI	270	R\$ 2,84	R\$ 369,20
61	Chocolate Granulado. Com sabor próprio do produto, solto sem umidade e cheiro de rançoso com data de fabricação, de acordo com a Legislação Federal específica. Embalagem de 100g	EMBAL. 100G	DORI	130	R\$ 2,84	R\$ 369,20
63	Coco Ralado. Seco sem açúcar. Deverá ser elaborado com endosperma procedente de frutos sãos e maduros, não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso, com aspectos de fragmentos soltos e de cor branca. Parcialmente desengordurado com teor mínimo de lipídio de 3g em 100g. Embalagem de 100g	EMBAL. 100G	PREFERIDA	200	R\$ 2,86	R\$ 572,00
64	Colorau - Colorífico natural. Embalagem de 500g	EMBAL. 500G	NEILAR	200	R\$ 5,23	R\$ 1.046,00
65	Cominho. Moído, em frascos de 50g.	EMBAL. 50G	NEILAR	130	R\$ 3,94	R\$ 512,20
72	Doce de Banana. Ingredientes: Banana, açúcar, cravo e canela. Emb.400 gr	EMBAL. 400G	INCONTRIL	680	R\$ 4,47	R\$ 3.039,60
73	Doce de Leite. Emb 400gr. Deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação. O leite empregado deverá apresentar-se normal e fresco. No preparo do produto, o leite deve entrar na proporção mínima de três partes de leite para uma de açúcar. Não poderá conter substâncias estranhas à sua composição normal. Como coadjuvante da tecnologia de fabricação será tolerado o emprego de amido na dosagem máxima de 2%. Será tolerada a adição de aromatizantes naturais. Será proibido adicionar ao doces de leite gorduras estranhas, geleificantes ou outras substâncias, embora inócuas, exceto o bicarbonato de sódio em quantidades estritamente necessárias para a redução parcial da acidez do leite. Composição nutricional mínima de 60% carboidrato, 2% de lipídio e 6% proteína. Com registro no Sif ou Sisp.	EMBAL. 400G	TRIANGULO	530	R\$ 4,31	R\$ 2.284,30
75	Ervilha. Emb 200gr. Produto preparado com as ervilhas previamente ebulhadas, envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas imersas ou não em líquido de cobertura apropriada submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados, os recipientes utilizados a fim de evitar a sua alteração. Composição centesimal aproximada de 5,2g de proteína, 0,5g de lipídios e 13g de carboidratos.	EMBAL. 200G	PREDILECTA	130	R\$ 2,56	R\$ 332,80
77	Extrato de Tomate. Simples concentrado com no mínimo 1% de carboidrato e 5% de sódio por porção, deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sementes, o produto deverá estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. Tomate, açúcar e sal. Sem glúten. Em 100g conter 14g de carboidratos e livre de gorduras. Emb 1,1kg	EMBAL. 1,1KG	PREDILECTA	740	R\$ 10,84	R\$ 8.021,60
80	Farinha de Centeio. Emb 1kg. Obtida a partir de grãos de trigo selecionados e moídos. Contém carboidratos complexos, responsáveis pelo fornecimento de energia ao organismo, vitaminas do complexo b, minerais como ferro, fósforo, magnésio e fibras insolúveis que estimulam o sistema gastrointestinal. Ingredientes: grãos de trigo selecionados e moídos. Contém glúten.	EMBAL. 1KG	PARAGUAÇU	70	R\$ 4,17	R\$ 291,90



81	Farinha de Mandioca. Emb. 1kg Produto obtido a partir de matéria-prima limpa, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa. Com aspecto de pó fino, cor branca ou ligeiramente amarelada, cheiro próprio e sabor próprio. Com uma extração máx. de 20% e com teor máx. de cinzas de 0,68%.	EMBAL. 1KG	PICOLI	670	R\$ 5,02	R\$ 3.363,40
82	Farinha de Milho Amarelo. Emb. 500gr Produto obtido pela ligeira torção do grão de milho, desgerminado ou não, previamente macerado socado e peneirado, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos. Não poderão estar úmidas ou rançosas, com umidade máxima de 14%p/p, com acidez máxima de 2%p/p, com no mínimo de 6%p/p de proteína.	EMBAL. 500G	AGRICAL	200	R\$ 3,24	R\$ 648,00
83	Farinha de Trigo. Emb. 5kg Tipo especial classe I, produto obtido pela moagem do grão, desgerminado ou não, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos. Não poderão estar úmidos ou rançosos, com umidade máxima de 15%p/p, com acidez máxima de 5%p/p, com no mínimo de 7%p/p de proteína. Com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção.	EMBAL. 5KG	ALVIVERDE	1340	R\$ 7,79	R\$ 10.438,60
84	Farinha de trigo Integral. Emb. 1kg Obtida a partir de grãos de trigo selecionados e moidos. Contém carboidratos complexos, responsáveis pelo fornecimento de energia ao organismo, vitaminas do complexo b, minerais como ferro, fósforo, magnésio e fibras insolúveis que estimulam o sistema gastrointestinal. Ingredientes: grãos de trigo selecionados e moidos. Contém glúten.	EMBAL. 1KG	OXFORD	200	R\$ 3,47	R\$ 694,00
85	Farinha Láctea Emb. 230 gr Farinha de trigo rica com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, sal, vitaminas e minerais (vitamina C, ferro, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitaminas B1, B2, B6, A, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante.	EMBAL. 230G	ALNUTRI	530	R\$ 5,95	R\$ 3.153,50
86	Feijão Carioca. EMB1K De 1ª qualidade constituído de no mínimo 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica, a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos, na composição centesimal de 22g de proteína, 1,6g de lipídios e 60,8g de carboidratos.	EMBAL. 1KG	PICOLI	740	R\$ 5,55	R\$ 4.107,00
88	Feijão Branco. EMB500gr De 1ª qualidade constituído de no mínimo 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica, a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos.	EMBAL. 500G	JUREIA	335	R\$ 469	R\$ 1.571,15
89	Feijão Preto. EMB1K De 1ª qualidade constituído de no mínimo 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica, a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos, na composição centesimal de 22g de proteína, 1,6g de lipídios e 60,8g de carboidratos.	EMBAL. 1KG	CAMPEAO	1750	R\$ 4,93	R\$ 8.627,50
90	Feijão Vermelho. Emb. 1kg Tipo 1, de 1ª qualidade constituído de no mínimo 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica, a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos, na composição centesimal de 22g de proteína, 1,6g de lipídios e 60,8g de carboidratos.	EMBAL. 1KG	PICOLI	1000	R\$ 7,33	R\$ 7.330,00
91	Fermento Biológico. Emb. 100gr Características Técnicas: Seco, instantâneo, 100% natural. No rótulo deve constar denominações: "Fermento Biológico Seco" e "Conservar em lugar fresco e seco". Embalagem primária, embalado à vácuo em envelopes aluminizados. Data de Fabricação, máximo de 30 dias.	EMBAL. 100G	POKAMAYA	95	R\$ 3,79	R\$ 360,05
94	Flocos de milho sem açúcar. Emb. 300gr. Com sabor natural, obtidos a partir de milho sem tegumentos, cozidos, secos, laminados e tostados, extrato de malte, sal refinado, água, adicionados de proteínas (mínimo 6%), carboidratos (mínimo 85%), vitamina A (mínimo 2.000U.I.), Vit. B1 (mínimo 1,15mg/%), Vit. B2 (mínimo 1,30mg/100g), Niacina (mínimo 10mg/100g), Vit. B6 (mínimo 1,50mg/%), Vit. B12 (mínimo 0,75mg/%), Vit. C (mínimo 10mg/%), Acido Fólico (mínimo 0,15mg/%), Ferro (mínimo 11mg/%) e Zinco (mínimo de 12mg/%).	EMBAL. 300G	JCOSTA	1080	R\$ 6,37	R\$ 6.879,60
95	Flocos de Cereais. Emb. 230 gr Farinha de cereais (87%) (trigo rica com ferro e ácido fólico, cevada e aveia), açúcar maltodextrina, sal, estabilizantes carbonato de cálcio E170i e fosfato dissódico E339II Sabor natural. Livre de sujidades, umidades e substancias terrosas.	EMBAL. 230G	ALNUTRI	670	R\$ 5,26	R\$ 3.524,20



97	Fórmula infantil para 1º semestre de vida - .adicionadas de pré-bióticos Fórmula infantil de partida, adicionada de prebióticos 0,8g/100ml (10% FOS e 90% GOS). Conter ácidos graxos poli-insaturados de cadeia longa - LcPufas (DHA e ARA) e nucleotídeos. Relação caseína / proteína do soro 40:60 e mix de 98% de gorduras de origem vegetal de ótima digestibilidade. Mistura de prebióticos (GOS e FOS). Composição: Soro de leite, óleos vegetais (óleo de palma, canola, coco, girassol), lactose, leite desnatado em pó, galactooligosacarídeo, fruto-oligosacarídeo, xarope de glicose, malto-dextrina, carbonato de cálcio, Mortierella alpina, óleo de peixe, cloreto de potássio, vitamina C, citrato de potássio, caseinato de cálcio, carbonato de magnésio, taurina, cloreto de colina, nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina e guanosina), fosfato de potássio dibásico, sulfato de ferro, L-triptofano, vitamina E, L-carnitina, sulfato de zinco, inositol, fosfato de cálcio tribásico, niacina, gluconato cúprico, D-Pantotenato de cálcio, Vit. B1, Vit. A, Vit. B6, ácido fólico, iodato de potássio, sulfato de manganês, vitamina K, selênio, Vit. D, biotina, Vit. B12, emulsificante mono e diglicérides. Não conter glúten. lata de 400gr	EMBAL. 400G	APTAMIL PREMIUN 1	30	R\$ 30,38	R\$ 911,40
98	Fórmula infantil para 2º semestre de vida - adicionadas de pré-bióticos Fórmula infantil com proteínas lácteas, e mistura de prebióticos e DHA e ARA. Composição: Lactose, Leite parcialmente desnatado em pó, Óleos vegetais (Óleo de Canola, Óleo de Coco, Óleo de Girassol, Óleo de Palma), Soro de leite, Galactooligosacarídeo, frutooligosacarídeo, Maltodextrina, Carbonato de cálcio, Óleo de Peixe, Mortierella alpina, Vitamina C, Caseinato de cálcio, Taurina, Inositol, Nucleotídeos (uridina, citidina, adenosina, inosina e guanosina), Sulfato de ferro, Vitamina E, Fosfato de potássio, Sulfato de Zinco, cloreto de colina, niacina, Fosfato de cálcio tribásico, Gluconato cúprico, D-pantotenato de cálcio, Vitamina A, Vitamina B1, Vitamina D, Vitamina B2, Vitamina B6, Iodato de potássio, Sulfato de manganês, Ácido fólico, Vitamina K, Selênio, Biotina, Vitamina B12, Emulsificante mono e diglicérides. NÃO CONTER GLÚTEN. lata de 400gr	EMBAL. 400G	APTAMIL PREMIUN 2	30	R\$ 28,92	R\$ 867,60
99	Formula infantil, a base de proteína isolada de soja, isento de lactose, para menores de 6 meses de vida Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. NÃO CONTER GLÚTEN .lata de 400gr	EMBAL. 400G	APTAMIL SOJA	30	R\$ 24,24	R\$ 727,20
100	Fórmula infantil, a base de proteína isolada de soja, isento de lactose, para maiores de 6 meses de vida Fórmula infantil à base de soja e não conter proteínas lácteas. Composição: Maltodextrina, óleos vegetais (óleo de palma, óleo de canola, óleo de coco, óleo de girassol), proteína de soja, fosfato tricálcico, cloreto de potássio, carbonato de cálcio, citrato tripotássico, citrato trissódico, hidrogênio fosfato de magnésio, cloreto de colina, magnésio, vitamina C, taurina, inositol, sulfato ferroso, vitamina E, sulfato de zinco, l-carnitina, niacina, ácido pantotênico, biotina, vitamina B12, vitamina B2, vitamina A, ácido fólico, vitamina B1, vitamina D, vitamina B6, sulfato cúprico, iodeto de potássio, vitamina K, selenito de sódio, emulsificantes lecitina. NÃO CONTER GLÚTEN. lata de 400gr	EMBAL. 400G	APTAMIL SOJA 2	30	R\$ 17,98	R\$ 539,40
103	Fubá médio. Produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos. Não poderão estar úmidos ou rançosos.	KG	AGRICAL	670	R\$ 2,69	R\$ 1.802,30
106	Geléia de Pêssego. Ingredientes: Polpa de pêssego, açúcar cristal, pectina cítrica, ácido cítrico. Embalagem de 400g	EMBAL. 400G	SCHEUBY	165	R\$ 10,78	R\$ 1.778,70
109	Granola. Cereal misto, tostagem de cereais, aveia em flocos, açúcar mascavo, açúcar invertido, gérmen de trigo, fibra de trigo, malte de cevada, flocos de milho, óleo de soja, castanha de caju, proteína de soja, uvas passas e sementes de linho, livre de umidade, isentos de materiais terrosos, sem açúcar. embalagem de 500gr	EMBAL. 500G	JCOSTA	670	R\$ 11,37	R\$ 7.617,90
116	Leite de coco. Embalagem de 1l.	L	SOCOCO	70	R\$ 9,28	R\$ 649,60
120	Leite condensado. Ingredientes: Leite integral, açúcar e estabilizante citrato de sódio, não contém glúten. Em caixinha tipo tetra park, com cor e odor característicos, as caixinhas não devem apresentar-se estufadas. EMBALAGEM DE 395 GR	EMBAL. 395G	TRIANGULO	530	R\$ 3,28	R\$ 1.738,40



122	Lentilha. De 1ª qualidade constituído de no mínimo 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos, na composição centesimal de 22g de proteína, 1,6g de lipídios e 60,8g de carboidratos. EMBA. DE 500GR	EMBAL. 500G	PINDUCA	400	R\$ 6,38	R\$ 2.552,00
126	Louro. Deverá ser constituído por folhas de espécies vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, cor verde, cheiro e sabor próprio.	GR	MAKRO	100	R\$ 8,27	R\$ 827,00
129	Maionese. Emb 500gr Com ingredientes: óleo vegetal, água, ovo pasteurizado, vinagre, amido modificado, sal, açúcar, suco de limão, conservador ácido sórbico, acidulantes ácido láctico e ácido fosfórico, estabilizante goma xantana, aromatizantes, sequestrante EDTA cálcio dissódico, corante páprica e antioxidantes BHA, BHT e ácido cítrico. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Com teor reduzido de lipídios.	EMBAL. 500G	SUAVIT	530	R\$ 3,52	R\$ 1.865,60
133	Margarina. Com 80% de lipídios. Ingredientes: Óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, sal (1,5%), leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído, 15.000 U.I de vitamina "A" por kg, estabilizantes: goma arábica (INS 414), mono e diglicerídeos de ácidos graxos (INS 471) e ésteres de poliglicerol de ácido ricinoléico (INS 476), conservadores: sorbato de potássio (INS 202) e benzoato de sódio (INS 211), acidulante ácido cítrico (INS 330), antioxidantes: EDTA (INS 385), BHT (INS 321) e TBHQ (INS 319) e aroma idêntico ao natural de manteiga, corante betacaroteno sintético idêntico ao natural (INS 160ai) e corantes naturais: de urucum (INS 160b) e cúrcuma (INS 100). Não contém glúten. embalagem de 500gr.	EMBAL. 500G	COAMO FAMILIA	1340	R\$ 4,11	R\$ 5.507,40
134	Massa cabelo de anjo. Com ovos, deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com o mínimo correspondente a 0,045g de colesterol por quilo. as massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. embalagem de 1000 gr.	EMBAL. 1KG	ISABELA	940	R\$ 4,14	R\$ 3.891,60
135	Massa Conchinha. Com ovos, Deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com o mínimo correspondente a 0,045g de colesterol por quilo. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. Embalagem 500g.	EMBAL. 500G	ISABELA	500	R\$ 2,96	R\$ 1.480,00
136	Massa Espaguete. Com ovos, deverão ser fabricados a partir de matérias primas, sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com o mínimo correspondente a 0,045g de colesterol por quilo. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas. Na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção. embalagem de 500gr	EMBAL. 500G	OGLIARI	1750	R\$ 2,64	R\$ 4.620,00
137	Massa Integral. Com ovos, deverão ser fabricados a partir de matérias primas, sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com o mínimo correspondente a 0,045g de colesterol por quilo. Com uso de trigo integral. Embalagem de 500g	EMBAL. 500G	GALO	600	R\$ 4,07	R\$ 2.442,00
138	Macarrão de Arroz. Com Farinha de arroz, corantes naturais cúrcuma e urucum e emulsificante E471. Não Contém Glúten. embalagem de 500gr	EMBAL. 500G	URBANO	800	R\$ 4,60	R\$ 3.680,00
139	Massa Parafuso. Com ovos, deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com o mínimo correspondente a 0,045g de colesterol por quilo. As massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas, na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção, com registro no SIF ou SISF, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade máx. 58%p/p e lipídio de leite mín. 28%p/p. Embalagem de 500g	EMBAL. 500G	OGLIARI	2000	R\$ 2,64	R\$ 5.280,00



140	Massa Penne. Com ovos, deverão ser fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas, parasitos e larvas, com o mínimo correspondente a 0,045g de colesterol por quilo. as massas ao serem postas na água não deverão turvá-las antes da cocção, não podendo estar fermentadas ou rançosas, na embalagem não poderá haver mistura de outros tipos de macarrão. Com rendimento mínimo após o cozimento de 2 vezes a mais do peso antes da cocção, com registro no SIF ou SISF, produto elaborado unicamente com leite de vaca, com aspecto de massa semi-dura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado próprio, umidade máx. 58%p/p e lipídio de leite mín. 28%p/p. embalagem de 500gr	EMBAL. 500G	ISABELA	700	R\$ 2,53	R\$ 1.771,00
142	Melado. Emb 400gr Produto obtido de cana de açúcar. Embalagem: Deve estar intacta, acondicionada em pote de polietileno resistente, contendo 400 g. Prazo de Validade: Mínimo de 6 meses. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.	EMBAL. 400G	INCOTRIL	600	R\$ 5,57	R\$ 3.342,00
144	Milho verde - Lata 2 kg Envazadas praticamente cruas, reidratadas ou pré-cozidas imersas ou não em líquido de cobertura apropriada submetida a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechados, os recipientes utilizados a fim de evitar a sua alteração. Embalagem 2 kg	EMBAL. 2KG	PREDILECTA	200	R\$ 12,18	R\$ 2.436,00
145	Mingau de milho. Farinha de milho pré-gelatinizada rica com ferro e ácido fólico (85,4%), açúcar, sal, fosfato dissódico, carbonato de cálcio, vitaminas e minerais (vitamina C, ferro, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitaminas B1, B2, B6, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante. Embalagem de 230g a 300g	UN	ALNUTRI	670	R\$ 5,16	R\$ 3.457,20
146	Mingau de arroz. Farinha de milho pré-gelatinizada rica com ferro e ácido fólico (85,4%), açúcar, sal, fosfato dissódico, carbonato de cálcio, vitaminas e minerais (vitamina C, ferro, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitaminas B1, B2, B6, ácido fólico e vitamina B12) e aromatizante. Embalagem de 230g a 300g	UN	ALNUTRI	670	R\$ 5,16	R\$ 3.457,20
147	Mingau Multicereais. Farinhas de cereais (trigo e milho ricas com ferro e ácido fólico, cevada, aveia e arroz), açúcar, maltodextrina, carbonato de cálcio, fosfato dissódico, vitaminas (C, niacina, E, ácido pantotênico, tiamina, A, ácido fólico e D), minerais (ferro e zinco) e aromatizante. CONTÉM GLÚTEN. Contém traços de leite.Embalagem de 230g a 300g	UN	ALNUTRI	670	R\$ 5,13	R\$ 3.437,10
150	Óleo de Soja. De Soja e Antioxidantes TBHQ e Ácido Cítrico.Refinado, 100 % natural, sem colesterol, não deve apresentar frasco frágil, mistura de outros óleos e cheiro forte. Embalagem primária, deve apresentar o registro do produto no ministério da saúde. data de fabricação: máximo de 30 dias.	L	COAMO	2000	R\$ 3,49	R\$ 6.980,00
151	Orégano. Deverá ser constituído por folhas de espécies vegetais genuínos, sãs, limpas e secas, aspecto folha ovalada, seca, cor verde pardacenta, cheiro e sabor próprio.	GR	MAKRO	150	R\$ 10,26	R\$ 1.539,00
159	Pó para pudim. Pó para pudim com leite diversos sabores. Ingredientes: açúcar refinado, leite em pó, amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, sal e aroma natural de baunilha. Composição nutricional de 25g: 21g de carboidratos, 1g de proteína, 1g de gorduras totais - embalagem 1 kg.	EMBAL. 1KG	NEILAR	400	R\$ 6,49	R\$ 2.596,00
160	Polentina pré-cozida. Produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos. não poderão estar úmidos ou rançosos, com umidade máxima de 15%p/p, com acidez máxima de 5%p/p, com no mínimo de 7%p/p de proteína. com o rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso antes da cocção.Pré cozida. Embalagem de 500g	EMBAL. 500G	SINHA	1200	R\$ 2,98	R\$ 3.576,00
161	Polvilho azedo. Deve vir com valores nutricionais bem descritos, sem glúten, com valor calórico de 70 calorias e 17g de carboidratos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Embalagem de 500g	EMBAL. 500G	PINDUCA	530	R\$ 4,94	R\$ 2.618,20
166	Quirera. Canjiquinha de milho (quirera). Embalagem: deve estar intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1 kg. Data de fabricação: 30 dias Prazo de validade: mínimo 04 meses.	EMBAL. 1KG	AGRICAL	350	R\$ 2,96	R\$ 1.036,00



171	Sagu. Com 180 calorias, 43g de carboidratos e com 0,20 mg de ferro, contendo a data de fabricação e validade impresso na embalagem. embalagem de 500 gr	EMBAL. 500G	NEILAR	600	R\$ 3,80	R\$ 2.280,00
172	Sal Refinado. Iodado, com granulação uniforme e com cristais brancos, com no mínimo de 98,5% de cloreto de sódio e com dosagem de sais de iodo de no mínimo 10mg e máximo de 15mg de iodo por quilo de acordo com a Legislação Federal específica. embalagem de 1k	EMBAL. 1KG	CRUZEIRO	300	R\$ 1,86	R\$ 558,00
175	Sardinha. Enlatada, com sardinhas sãs, com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio e com certificado de inspeção estadual ou federal. Embalagem de 250g	EMBAL. 250G	88	1000	R\$ 5,66	R\$ 5.660,00
180	Vinagre. Simples, fermentação acética natural de álcool hidratado e água potável, acidez mínima de 4,0%, conservante INS - 220.Frasco de 900 ml	EMBAL. 900ML	HENING	800	R\$ 1,33	R\$ 1.064,00
181	Vinagre de maçã. Embalagens garrafa plástica, atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 meses, a contar da data de entrega. Frasco 900 ml	EMBAL. 900ML	HENING	300	R\$ 2,75	R\$ 825,00
					TOTAL	R\$ 222.460,40

Data da Assinatura: 08/01/2018

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA Nº 4641/18

Publicação Nº 1493559

PORTARIA Nº 4641/18

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 3 A SERVIDORA RAQUEL SILMARA KITZKE DA VEIGA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009. RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 3, a servidora RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SETOR, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar atividades de agendamento de consultas pediátricas, neurologia pediátrica, ortopedia pediátrica, oftalmologia, anestesiologia e de psiquiatria junto ao sistema OLOSTECH, além das demais atividades que desempenha como auxiliar de setor na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009



# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 01/2018.

Publicação Nº 1492396

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 06/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2018, com julgamento por item, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM RECURSOS DE REPASSE DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Os envelopes serão recebidos até dia 30/01/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES- Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria nº 07-2017

Publicação Nº 1492917

PORTARIA Nº 07/2018

DESIGNA A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NO QUADRO GERAL PERMANENTE DOS SERVIDORES.

DEISI MARLA KEMPFER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída, para o exercício de 2018, período de 01 (um) ano, a Comissão de Concurso da Câmara de Vereadores de Cunha Porã - SC, composta de 05 (cinco) membros.

Art. 2º. Ficam nomeados membros da Comissão de Concurso Público:

- a) Vereadora Eduardo Spessato Jung – Presidente
- b) Vereadora Crisane Dorotéia Frey – Secretário
- c) Vereador Edevaldo de Oliveira – Membro
- d) Daniela Bichet M- Iler – Membro Poder Executivo (Lei Municipal 1.521/90)
- e) Lovanor Fioreze – Membro Poder Executivo (Lei Municipal 1.521/90)

Art. 3º. A Comissão Especial, ora constituída, supervisionará o Concurso, respeitando a regulamentação geral de concursos, as disposições legais em vigor e tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento nos prazos estipulados.

Art. 4º. A Comissão acompanhará o cumprimento fiel do Edital do Concurso Público, cabendo ao Presidente da Câmara de Vereadores, a homologação e a publicação do mesmo, afixando-o no Mural Público, divulgando igualmente junto ao site oficial e jornais locais.

Art. 5º. Os trabalhos realizados pela Comissão Especial serão considerados serviço público relevante.

Art. 6º Revoga-se a Portaria n. 19/2017.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunha Porã, SC, 17 de janeiro de 2018.

DEISI MARLA KEMPFER

Presidente

### Pregão Presencial 01/2018

Publicação Nº 1493012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018: A Câmara de Vereadores de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 002/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 01/2018, com julgamento por Lote, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. Os envelopes serão recebidos até dia 31/01/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na Rua João Kolln, nº 1700, Bairro Cidade Alta, - Plenário da Câmara de Vereadores – Cunha Porã – SC. Informações pelo telefone (49) 3646 0757. Cunha Porã/SC, em 18/01/2018. Deisi Marla Kempfer – Presidente da Câmara de Vereadores de Cunha Porã/SC.



# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 219/2017

Publicação Nº 1493397

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7  
Processo Nº.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 219/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 219/2017

No dia 17 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitibanos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 219/2017, Processo Licitatório nº. 219/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA, PARA USO NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8406	PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME	
8405	S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADORAS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME	08.016.943/0002-03	JULIANO FRANCO	039.996.219-07
S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADORAS LTD	05.801.978/0002-57	JULIANO CESAR GODOI	042.047.029-88

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA, PARA USO NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8405 - S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADORAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA COLORIDA MULTIFUNCIONAL, POLICROMÁTICA, LASER, DIGITAL, A4, COM IMPRESSÃO MÍNIMA DE 38 PÁGINAS POR MINUTO. RESOLUÇÃO MÍNIMA DE IMPRESSÃO DE 1200 X 1200 DPI. IMPRESSÃO COM FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO EM PANFLETO, ROTAÇÃO DE IMAGEM, ÚLTIMA PÁGINA/ CAPA DIFERENTE, PÁGINA EM BRANCO, INSERÇÃO DE TRANSPARÊNCIA, IMPRESSÃO DE PÔSTER, TROCA DE MARGEM, IMAGEM ESPELHADA, MARCA D'ÁGUA. MÁQUINA EM BOAS CONDIÇÕES DE USO, HABILITADA PARA TRABALHO EM REDE, SAÍDA DA BANDEJA COM CAPACIDADE DE 250 FOLHAS E CÓPIA CONTÍNUA MÍNIMA DE 150 PÁGINAS. AUTONOMIA DO CARTUCHO PARA 10.000 CÓPIAS.	PAG	RICOH	10.000,000	0,6400	6.400,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 219/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 219/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 219/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 219/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 219/2017

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/7  
Processo N°.: 219/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 219/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 17 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA ME CNPJ: 08.016.943/0002-03 \_\_\_\_\_

S.A. LUZA SISTEMAS DE IMPRESSÕES E COPIADORAS LTDA CNPJ: 05.801.978/0002-57 \_\_\_\_\_



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 267/2017**

Publicação Nº 1493638

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 267/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 267/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 267/2017**

No dia 17 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 267/2017, Processo Licitatório nº. 267/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
256	A SEMANA EDITORA LTDA - EPP	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A SEMANA EDITORA LTDA - EPP	81.632.135/0001-71	HELIO WESTPHAL	542.657.709-91

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 256 - A SEMANA EDITORA LTDA - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AQUISIÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICAÇÕES LEGAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM CENTÍMETROS DE COLUNA PRETO E BRANCO, COM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, SENDO QUE O CONTEÚDO A SER PUBLICADO SERÁ FORNECIDO COM ANTECEDÊNCIA PELA PREFEITURA DE CURITIBANOS.	CMCL		5.000,000	8,0000	40.000,00
2	AQUISIÇÃO DE ESPAÇO PARA DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM CENTÍMETROS DE COLUNA COLORIDO, COM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, SENDO QUE O CONTEÚDO A SER PUBLICADO SERÁ FORNECIDO COM ANTECEDÊNCIA PELA PREFEITURA DE CURITIBANOS.	CMCL		12.240,000	9,5000	116.280,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 267/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 267/2017

**Fornecedor: 256 - A SEMANA EDITORA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	IMPRESSÃO EM CADERNO ESPECIAL COM 16 PÁGINAS, CONTENDO PRESTAÇÃO DE CONTAS E AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM TIRAGEM DE 10 MIL EXEMPLARES; MIOLO COM PAPEL BRITO; CAPA COM PAPEL COCHE 90 GRAMAS, 100% COLORIDO; GRAMPEADO, SENDO QUE DAS 10 MIL UNIDADES; NO MÍNIMO TRÊS MIL UNIDADES DEVEM SER ENCARTADAS EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, COM COMPROVAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE NO MÍNIMO TRÊS MIL EXEMPLARES EM CURITIBANOS (COMPROVADOS ATRAVÉS DE CADASTRO DE ASSINANTES E PONTOS DE VENDA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS) E OUTROS EXEMPLARES DEVEM SER ENTREGUES EM MÃOS PARA DISTRIBUIÇÃO DIRETA PELA ADMINISTRAÇÃO DE CURITIBANOS, SENDO QUE O CONTEÚDO DEVE SER PUBLICADO SERÁ FORNECIDO COM ANTECEDENCIA PELA PREFEITURA DE CURITIBANOS.	%		100,000	136,0000	13.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 267/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 267/2017

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 267/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 267/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 267/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 267/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 267/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 267/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/7  
Processo N°.: 267/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 267/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 17 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

A SEMANA EDITORA LTDA - EPP

CNPJ: 81.632.135/0001-71 \_\_\_\_\_



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 268/2017**

Publicação Nº 1493639

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 268/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 268/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 268/2017**

No dia 16 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 268/2017, Processo Licitatório nº. 268/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COBERTURA DE EVENTOS E DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DE RÁDIO FM, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4094	FUNDACAO FREI ROGERIO	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FUNDACAO FREI ROGERIO	78.474.251/0001-03	EDILENE CAVALHEIRO DOS SANTOS	015.708.879-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COBERTURA DE EVENTOS E DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO ATRAVÉS DE RÁDIO FM, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4094 - FUNDACAO FREI ROGERIO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Prestação de serviços de divulgação de eventos externos para cobertura de solenidades especiais em horário e data previamente estabelecidos, em conformidade com a disponibilidade de espaço com no mínimo 30 minutos, contendo 3 flashes diretos do local, com duração de aproximadamente três a cinco minutos cada. As transmissões ocorrerão através de telefone celular ou de linha de transmissão contratada pela emissora. Detalhamento das transmissões: Duas transmissões de inaugurações, solenidades e eventos; oito transmissões esportivas. Havendo necessidade de transmissões extras a serem contratadas oferecerá bonificação de duas transmissões.	SERV		6,000	2.718,0000	16.308,00
2	Prestação de serviços de divulgação de informativos institucionais da Administração de Curitiba, com quatro minutos de duração, através de Rádio FM	UN		200,000	388,7300	77.746,00
3	Inserções de 30" para divulgação de atos oficiais, convites, campanhas e chamadas da rádio	INS		1.600,000	48,5100	77.616,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**Página: 2/7  
Processo Nº.: 268/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 268/2017**Fornecedor: 4094 - FUNDACAO FREI ROGERIO**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM PROGRAMAS DE MEIA HORA, COM DOIS BLOCOS DE 15 MINUTOS CADA, SENDO A ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA RESPONSÁVEL PELO CONTEÚDO E EDIÇÃO E O VEÍCULO PELA INTERMEDIÇÃO DO PROGRAMA, DAS 11H 30MINUTOS AS 12 HORAS, AOS SABADOS NA FREQUENCIA FM.	SERV		30,000	4.000,0000	120.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/7  
Processo N°: 268/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N° 268/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 268/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 268/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 268/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 268/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 268/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 268/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 7/7  
Processo N°.: 268/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 268/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 16 de Janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ ANTÔNIO GUIDI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FUNDACAO FREI ROGERIO

CNPJ: 78.474.251/0001-03 \_\_\_\_\_



# Descanso

## PREFEITURA

### **AVISO CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL 02/2018 TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO**

Publicação Nº 1493020

MUNICÍPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Pregão Presencial 02/2018

#### **AVISO CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO**

O Município de Descanso/SC torna publico para conhecimento dos interessados o Cancelamento de Licitação, modalidade Pregão Presencial 02/2018, tendo por objeto a contratação de serviço de Transporte Escolar para alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino do Município de Descanso, com abertura prevista para dia 22/01/2018, às 08:00 horas, em razão da necessidade de readequações na descrição dos itinerários do Município. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de setembro de 2018.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE V6, Nº 38, PLACAS MGG-3302, ANO 2006 E FIAT DUCATO MULTI, Nº 86, PLACAS OKE-3006, ANO 2014**

Publicação Nº 1493569

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

Objeto: Aquisição de peças e materiais para conserto e manutenção dos veículos Micro-Ônibus Marcopolo/Volare V6, Nº 38, Placas MGG- 3302, ano 2006 e Fiat Ducato Multi, Nº 86, placas OKE-3006, ano 2014, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 31/01/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de Janeiro de 2018.

Cleber Luiz Rech  
Gestor do FMS

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO**

Publicação Nº 1493555

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Objeto: Contratação de Serviço de Transporte Escolar para alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino do Município de Descanso, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 30/01/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 18 de Janeiro de 2018.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal



# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 77 - 2017 - CONTRATOS - PMDC

Publicação Nº 1492978

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001-2018 PMDC  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
Contratada.: MOZART MOREIRA DA SILVA ME  
Valor ..... : 67.900,00 (sessenta e sete mil e novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 09/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAUARA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.  
Dionísio Cerqueira, 17 de Janeiro de 2018

Contrato Nº.: 002-2018 PMDC  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
Contratada.: JOSEMA EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA - ME  
Valor ..... : 116.500,00 (cento e dezesseis mil quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 09/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAUARA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.  
Dionísio Cerqueira, 17 de Janeiro de 2018

Contrato Nº.: 003-2017 PMDC  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
Contratada.: KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EIR  
Valor ..... : 75.200,00 (setenta e cinco mil e duzentos reais)  
Vigência ..... : Início: 10/01/2018 Término: 09/01/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAUARA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.

Dionísio Cerqueira, 17 de Janeiro de 2018

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 77 - 2017 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1492973

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/01/18  
CONTRATADO: MOZART MOREIRA DA SILVA ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAUARA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 67.900,00 (sessenta e sete mil e novecentos reais)  
DATA: 17/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 77/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/01/18  
CONTRATADO: JOSEMA EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAUARA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 116.500,00 (cento e dezesseis mil Quinhentos reais)  
DATA: 17/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 77/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/17  
HOMOLOGAÇÃO: 10/01/18  
CONTRATADO: KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EIR  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO, ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA, E PINTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIONÍSIO CERQUEIRA, SENDO ELAS: CASTRO ALVES, PINGO DE GENTE, JOSE DO PATROCÍNIO, VILA MARINA, JACOB MARAN, SÃO SILVESTRE E CRECHE ISAUARA DA MOTTA BARREIRO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DO



REFERIDO OBJETO, CONFORME ANEXOS DO EDITAL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 75.200,00 (setenta e cinco mil e duzentos reais)  
DATA: 17/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 78-2017 - HOMOLOGAÇÃO  
- PMDC**

Publicação Nº 1493002

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/17  
HOMOLOGAÇÃO: 04/01/18  
CONTRATADO: FRONTEIRA DIESEL AUTO PECAS E SERVICOS  
LTDA - ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO  
CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE  
PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE  
SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA,  
SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA  
para VEÍCULOS, TIPO CAMINHOS, ONIBUS, MICRO ONIBUS,  
TRATOR DE PNEU, E MAQUINAS DA LINHA PESADA DO MUNICÍ-  
PIO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 997,10 (novecentos e noventa e sete  
reais e dez centavos)  
DATA: 17/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 78/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/17  
HOMOLOGAÇÃO: 04/01/18  
CONTRATADO: JOAO P DUTRA - ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO  
CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE  
PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE  
SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA,  
SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA  
para VEÍCULOS, TIPO CAMINHOS, ONIBUS, MICRO ONIBUS,  
TRATOR DE PNEU, E MAQUINAS DA LINHA PESADA DO MUNICÍ-  
PIO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.324,80 (um mil trezentos e vinte e  
quatro reais e oitenta centavos)  
DATA: 17/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

PREGÃO  
PRESENCIAL Nº 78/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/17  
HOMOLOGAÇÃO: 04/01/18  
CONTRATADO: SEBASTIAO PIRES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO  
CERQUEIRA  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE  
PEÇAS AUTOMOTIVAS, bem como EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE  
SERVIÇOS MECÂNICOS, SERVIÇOS DE PARTE ELÉTRICA,  
SERVIÇOS DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE CHAPEAÇÃO/PINTURA  
para VEÍCULOS, TIPO CAMINHOS, ONIBUS, MICRO ONIBUS,  
TRATOR DE PNEU, E MAQUINAS DA LINHA PESADA DO MUNICÍ-  
PIO  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.407,60 (um mil quatrocentos e sete  
reais e sessenta centavos)  
DATA: 17/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----



# Dona Emma

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA 1/2018

Publicação Nº 1493606

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 01/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2018

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que será contratada, através de processo de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93 DE 21 de junho de 1993, a empresa WILMA ROSSA GROTT, inscrita no CPF nº 016.102.139-55, objetivando a "locação de uma área de 530,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e trinta metros quadrados), conforme levantamento planimétrico anexo, situada no imóvel rural de sua propriedade localizado na Comunidade de Serra do Uru, Município de Dona Emma – SC, devidamente registrado no livro 2-RG do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio sob número 6.237, objetivando o funcionamento dos sistemas da repetidora dos sinais de televisão e da rede de dados "Wireless" para o Município de Dona Emma", perfazendo o valor previsto de R\$ 11.487,84 (onze mil quatrocentos oitenta sete reais oitenta e quatro centavos). Validade do contrato 31/12/2018.

Dona Emma (SC), 17 de janeiro de 2018.  
NERCI BARP  
Prefeito Municipal



# Ermo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

Publicação Nº 1493365

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação nº 11/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando o fornecimento de Gêneros Alimentícios para serem utilizados no preparo da merenda escolar dos alunos do Ensino Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante o exercício de 2018, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08h00min, do dia 31/01/2018 e abertura às 08h15min do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

VIGÊNCIA: 12/01/2018 até 30/06/2018.

VALOR ESTIMADO: 90.000,00 (noventa mil reais)

Data da assinatura: 12/01/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2018

Publicação Nº 1493371

EXTRATO DO CONTRATO nº 04/2018

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados e exames não prestados no município, para atendimento a pessoas carentes do município de Ermo e assessoria e manutenção de programas na área de saúde.

VIGÊNCIA: 12/01/2018 à 30/06/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais)

Data da assinatura: 12/01/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2018

Publicação Nº 1493375

EXTRATO DE CONTRATO nº 08/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Antenor Manenti

OBJETO: Contratação de um profissional especializado na área de engenharia para execução de projetos, fiscalização e emissão de laudo de medição, dentre outros serviços relacionados com a área de engenharia de Município de Ermo.

PRAZO: 17/01/2018 à 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 46.800,00 (Quarenta e sei mil e oitocentos reais)

Data da assinatura: 17/01/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2018

Publicação Nº 1493373

EXTRATO DO CONTRATO nº 06/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Patrick Favaro Nazari

OBJETO: Assessoria jurídica nas demandas em que o Município de Ermo atuar, no pólo ativo ou passivo, em qualquer juízo, instância ou tribunal, seja na fase administrativa ou judicial, bem como cobrança de dívida ativa tributária municipal, durante o exercício de 2018.

PRAZO: 17/01/2018 à 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Data da assinatura: 17/01/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2018

Publicação Nº 1493366

EXTRATO DO CONTRATO nº 01/2018

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo  
CONTRATADO: Colix Soluções para Resíduos Sólidos Ltda EPP.

OBJETO: Serviços de coleta, transporte e destino final (incineração) dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar).

VIGÊNCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.797,20 (cinco mil e setecentos e noventa e sete reais e vinte centavos)

Data da assinatura: 02/01/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2018

Publicação Nº 1493374

EXTRATO DO CONTRATO nº 07/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Juliete Paulino Mezzari

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria jurídica nas demandas em que o município de Ermo necessitar, especialmente para o atendimento na área da assistência social, através de consultas, ações judiciais e/ ou acompanhamento processual, durante o exercício de 2018.

VIGÊNCIA: 17/01/2018 a 31/12/2018

VALOR TOTAL: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Data da assinatura: 17/01/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2018

Publicação Nº 1493367

EXTRATO DO CONTRATO nº 03/2018

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC.

OBJETO: fornecimento de medicamentos, destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de janeiro a junho de 2018.

### PORTARIA Nº 016, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493115

PORTARIA Nº 016, de 10 de janeiro de 2018.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o



Art. 89-B, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997 e alteração pela Lei Complementar PE nº. 024/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias ao servidor JOÃO MANOEL PEREIRA, matrícula nº 569, referente ao período aquisitivo de 17/12/2014 a 16/12/2016, a serem gozadas de 08 de janeiro de 2018 a 06 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de janeiro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 018, DE 12 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1493116

PORTARIA Nº 018, de 12 de janeiro de 2018.

Concede Licença à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença, ao Servidor ELIOMAR COSTA HELENA, Matrícula nº 521, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 12 de janeiro de 2018 e seu término em 11 de abril de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de janeiro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DECRETO 284/2017

Publicação Nº 1492875

DECRETO Nº 284/2017

PRORROGA, PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, CORRESPONDENTE AO EDITAL Nº 004/2015 CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no Art. 37, III da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988;

Considerando a obediência dos princípios Constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por uma única vez, por igual período, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes SC, correspondente ao Edital Nº. 004/2015, homologado em 15 de janeiro de 2016, conforme prevê o item 1.2 do Capítulo I.

Art. 2º - O presente Decreto passará a vigorar em 16 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

### DECRETO 285/2017

Publicação Nº 1492877

Faxinal dos Guedes - SC, 18 de Dezembro de 2017.

DECRETO Nº. 0285/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 44.189,00 (quarenta e quatro mil cento e oitenta e nove reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manutenção da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 02 – Recursos de Impostos de Transf. da Saúde

Valor: R\$ 44.189,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 2004 – Saúde para Todos

Projeto/Atividade: 2022 – Manutenção da Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 335000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 02 – Recursos de Impostos de Transf. da Saúde

Valor: R\$ 44.189,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### DECRETO 286/2017

Publicação Nº 1492878

Faxinal dos Guedes - SC, 18 de Dezembro de 2017.

DECRETO Nº. 0286/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 2003 – Ensino para Todos

Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 18 – Transferência do Fundeb – 60%

Valor: R\$ 12.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 2003 – Ensino para Todos

Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 19 – Transferência do Fundeb – 40%

Valor: R\$ 12.000,00



Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO 287/2017

Publicação Nº 1492880

Faxinal dos Guedes - SC, 19 de Dezembro de 2017.

DECRETO Nº. 0287/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 85.311,66 (oitenta e cinco mil trezentos e onze reais e sessenta e seis centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 48.742,76

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 301 –Superávit – Recursos Educação  
Valor: R\$ 4.397,60

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 24.544,00

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 301 –Superávit – Recursos Educação  
Valor: R\$ 377,50

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Educação Infantil  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2007 – Manut. da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. e Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 4.654,80

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Educação Infantil  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2007 – Manut. da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. e Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 2.595,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação:319000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. e Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 78.061,86

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Educação Infantil  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2007 – Manut. da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação:319000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. e Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 7.249,80

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO 288/2017

Publicação Nº 1492882

Faxinal dos Guedes, SC, 20 de Dezembro de 2017.

DECRETO nº 288/2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal: Considerando o disposto da Lei Complementar nº 20/2003, Alterada pela Lei Complementar 040/2005.

DECRETA:

Art. 1º. É aprovado o calendário fiscal do município de Faxinal Dos Guedes para o exercício de 2018, conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes – SC,  
20 de Dezembro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 288/2017

#### CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018

I – IPTU, TAXAS DE COLETA DE LIXO, CONSERVAÇÃO E EXPEDIENTE	
PARCELAS	VENCIMENTO
ÚNICA COM 20%( VINTE POR CENTO) DE ISENÇÃO NO IPTU.	ATÉ 15/06/2018
1ª PARCELA	ATÉ 15/06/2018
2ª PARCELA	ATÉ 16/07/2018
3ª PARCELA	ATÉ 15/08/2018
4ª PARCELA	ATÉ 17/09/2018
5ª PARCELA	ATÉ 15/10/2018
6ª PARCELA	ATÉ 16/11/2018

II - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN		
MÊS DE COMPETÊNCIA	MENSAL	FIXO
JANEIRO	ATÉ 12/02/2018	
FEVEREIRO	ATÉ 12/03/2018	
MARÇO	ATÉ 10/04/2018	
ABRIL	ATÉ 10/05/2018	PARCELA ÚNICA ATÉ 10/05/2018
MAIO	ATÉ 11/06/2018	ATÉ 10/05/2018
JUNHO	ATÉ 10/07/2018	ATÉ 11/06/2018
JULHO	ATÉ 10/08/2018	ATÉ 10/07/2018
AGOSTO	ATÉ 10/09/2018	ATÉ 10/08/2018
SETEMBRO	ATÉ 10/10/2018	ATÉ 10/09/2018
OUTUBRO	ATÉ 12/11/2018	
NOVEMBRO	ATÉ 10/12/2018	
DEZEMBRO	ATÉ 10/01/2019	

III - TAXA DE VERIFICAÇÃO E FUNCIONAMENTO REGULAR	
VENCIMENTO ATÉ 28 DE FEVEREIRO DE 2018, JÁ CADASTRADOS	

ALVARÁ SANITÁRIO, VENCIMENTO ATÉ 30 DE JUNHO DE 2018, JÁ CADASTRADOS. V – Os tributos não constantes do calendário fiscal, a serem recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

#### DECRETO 289/2017

Publicação Nº 1492883

Faxinal dos Guedes - SC, 28 de Dezembro de 2017.

DECRETO Nº. 0289/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 1.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 1.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

#### DECRETO 290/2017

Publicação Nº 1492884

Faxinal dos Guedes - SC, 28 de Dezembro de 2017.

DECRETO Nº. 0290/2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 10.363,78 (dez mil trezentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento da Cultura  
Função: 13 – Cultura  
Subfunção: 392 – Difusão Cultural  
Programa: 2005 – Desenvolvimento Cultural  
Projeto/Atividade: 2012 – Manutenção das Ativ. Culturais.  
Modalidade de Aplicação: 449000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0324 – Superávit Convênios Outros  
Valor: R\$ 10.363,78

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior relativo ao Contrato de Repasse nº. 1.015.829-10/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO 291/2017

Publicação Nº 1492885

Faxinal dos Guedes - SC, 28 de Dezembro de 2017.  
DECRETO Nº. 0291/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.228,74 (um mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), no orçamento de 2017 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento da Cultura  
Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural  
Programa: 2005 – Desenvolvimento Cultural  
Projeto/Atividade: 2012 – Manutenção das Ativ. Culturais.  
Modalidade de Aplicação: 449000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 0324 – Superávit Convênios Outros  
Valor: R\$ 1.228,74

Art. 2º Para Satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação dos rendimentos do contrato de repasse nº. 1.015.829-10/2017 relativo a construção de centro de eventos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO 292/2017

Publicação Nº 1492886

Faxinal dos Guedes - SC, 29 de Dezembro de 2017.  
DECRETO Nº. 0292/2017.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.402 de 13 de dezembro de 2016;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 557,36 (quinhentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 533,36

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Educação Infantil  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2007 – Manut. da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 24,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2006 – Manut. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 533,36

Órgão: 05 – Secretaria de Educação e Cultura  
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Educação Infantil  
Programa: 2003 – Ensino para Todos  
Projeto/Atividade: 2007 – Manut. da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 319000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 01 – Recursos de Imp. Transf. Imp.- Educação  
Valor: R\$ 24,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DISTRATO AO PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2017

Publicação Nº 1493437

DISTRATO AO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0007/2017.

Que entre si celebram o MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, centro, cidade que lhe empresa o nome, inscrito no CNPJ sob o n. 83.009.910/0001-62, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor GILBERTO ANGELO LAZZARI, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n. 251.194.197-34, doravante denominado simplesmente de DISTRATANTE, e o Senhor CLEOMAR MARIA CARMIGNAN, brasileira, residente e domiciliada Av. São João, n. 580, Centro, no Município de Faxinal dos Guedes/SC, inscrita no CPF/MF sob n. 605.702.889-91, doravante denominada simplesmente de DISTRATADA, por ato unilateral com amparo legal no Processo de Dispensa de Licitação n. 007/2017, resolvem:



CLÁUSULA PRIMEIRA: O DISTRATANTE, na melhor forma de direito e com base na legislação vigente, por ato unilateral rescinde a presente Dispensa de Licitação, cujo objeto é a locação de uma residência mista em alvenaria e madeira, com área construída de 150 m<sup>2</sup> em uma área total do terreno de 460 m<sup>2</sup> para o Uso do Conselho Tutelar, em virtude de que o DISTRATANTE, irá utilizar o espaço físico que era destinado ao antigo Poder Legislativo Municipal, localizado na parte térrea do Paço Municipal, cuja área, agora, abrigará a funcionalidade administrativa do Conselho Tutelar.

CLÁUSULA SEGUNDA: A DISTRATADA afirma que o objeto constante do Processo Licitatório n. 0032/2017 – Dispensa de Licitação n. 0007/2017, que era exclusivamente o recebimento a título de alugueres foram devidamente quitados pelo DISTRATANTE até a data de 31 de Janeiro de 2018, prazo que será realizada a devolução do imóvel e também, que todos os valores relativos pretéritos a presente dispensa de licitação foram devidamente quitados, inclusive de água e luz pelo DISTRATANTE, dando plena, rasa e geral quitação a esses valores pagos e recebidos, não cabendo reclamação das partes a qualquer algum.

Deverá o DISTRATANTE verificar a conta de energia elétrica e as respectivas contas de água transferindo doravante, a partir da assinatura do presente distrato em nome da DISTRADA, devendo também, avaliar as condições do espaço físico a fim de proceder as manutenções caso for necessário.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente DISTRATO é irrevogável e irratável.

CLÁUSULA QUARTA: Para as questões decorrentes da execução deste Distrato de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Faxinal dos Guedes/SC, 10 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
DISTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CLEOMAR MARIA CARMIGNAN  
DISTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
GLORACI JOSÉ BASSANI  
CPF/MF Sob n. 490.569.800-68

\_\_\_\_\_  
MARTA PARENTTI  
CPF/MF sob n. 053.975.749-70



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 044/2018

Publicação Nº 1493722

	PORTARIA Nº 044/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal PAULO SÉRGIO BORTOLINI, ocupante do Cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 17/01/2018 a 15/02/2018, relativo ao período aquisitivo 08/16 a 08/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

### PORTARIA Nº 045/2018

Publicação Nº 1493724

	PORTARIA Nº 045/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SILVIA CRISTINA DA SILVA, ocupante do Cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/01/2018 a 01/02/2018, conforme Decreto nº 02/2017, relativo ao período aquisitivo 12/15 a 12/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do mês de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº13/2018

Publicação Nº 1493429

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 4/2018

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, DISTRIBUÍDOS EM SUAS DIVERSAS SECRETARIAS

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 30/01/2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 30/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 17 de Janeiro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº14/2018

Publicação Nº 1493431

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 14/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 5/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS

Entrega dos Envelopes: 14:00 do dia 30/01/2018.

Abertura dos Envelopes: 14:00 do dia 30/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 17 de Janeiro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002\_2018-RP 0002- FMS**

Publicação Nº 1493382

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2018 – FMS

Registro de Preços Nº 0002/2018– FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras na prestação de serviços de equitação, para pacientes do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I de Fraiburgo no âmbito do SUS, durante os meses de fevereiro de 2018 a janeiro de 2019. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 02.02.2018, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003\_2018-RP 0003- FM**

Publicação Nº 1493598

Aviso do Pregão Presencial nº 0003/2018 – FMS

Registro de Preços Nº 0003/2018– FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e cargas de gás GLP para preparação dos alimentos a serem oferecidos aos pacientes em tratamento médico-hospitalar e seus acompanhantes alojados na Casa de Apoio em Florianópolis, situada na Rua São Judas Tadeu, nº 20, Bairro José Mendes CEP (88.045.010), Florianópolis – SC, conforme a necessidade de Janeiro a Junho de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 31.01.2018, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br). Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007\_2018 -PMF..EDITANDO**

Publicação Nº 1493352

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0018/2018 – PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0007/2018

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0007/2018, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços e locações de softwares, que será disponibilizada na televisão localizada na recepção do paço municipal, durante

os meses de fevereiro a dezembro de 2018. Contratada: INFOTV COMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.388.357/0001-02. Prazo de Vigência: fevereiro a dezembro de 2018. Valor total do Contrato: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais). Fundamento Legal: Art. 24,II da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 16 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004\_2018-AGF**

Publicação Nº 1493354

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0004/2018-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0015/2018 – PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2018 – PMF

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representada pela Prefeita, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações, a Inexigibilidade de Licitação nº 0004/2018, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI - GRANIZO FRAIBURGO LTDA., inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para prestação de serviços para operacionalização de 14 (quatorze) geradores de solo para combate ao granizo, instalados nas localidades: fb/01 Assent. Dandara, fb/02 Pomar René Frey, fb/04 Beira, fb/03 morais, fb/09 vila Reflor - Butiá Verde, fb/12 Daxinal dos Domingues, fb/18 Assent. Rio Mansinho - No município de Fraiburgo, durante o período de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018, no valor total de R\$ 289.131,78 (duzentos e oitenta e nove mil cento e trinta e um reais e setenta e oito centavos), a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.223,39 (dois mil duzentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos), pela prestação de serviços e R\$ 21.860,92 (vinte e um mil oitocentos e sessenta reais e noventa e dois centavos), pela aquisição do reagente iodeto de prata.

Fraiburgo(SC), 12 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias– Prefeita Municipal

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005\_2018-PMF**

Publicação Nº 1493356

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2018 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0016/2018 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Despesa com 02 (duas) inscrições para os servidores: Vlademir A. Zonta Junior e Rafael Augusto Castilhos, para participarem do curso de Execução e Gerenciamento da Fiscalização Tributária – Ensino a Distância. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA inscrito no CNPJ de nº 00.456.865/0001-67 Valor Total: R\$ 200,00 (duzentos reais). Fundamento legal: Artigo 25, II, C/C art.13, da Lei 8.666/93 Fraiburgo(SC), 15 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal



**AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0147\_2017 PMF- RP 0102 - DOM**

Publicação Nº 1493357

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0147/2017 – PMF  
Registro de Preços Nº 0102/2017 – PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras e equipamentos de proteção individual, luvas e calçados de segurança, para uso dos servidores do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS E FME), durante o período de janeiro a dezembro de 2018. RETIFICAÇÃO: Após análise do Edital quanto a estimativa de consumo fica ALTERADO o Lote 2 da estimativa de consumo da Prefeitura Municipal de Fraiburgo e da SANEFRAI, quanto ao 22 e seguintes. Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame.

Novo edital Pregão Presencial nº 0147A/2017– PMF:

Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 31.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039.

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

**AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005\_2017**

Publicação Nº 1493510

Aviso de Revogação do Pregão Presencial nº 0005/2018– SF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada por preço unitário, com aplicação de mão de obra e materiais, compreendendo o seguinte item para a coleta e transporte até o destino final de resíduos sólidos domiciliares urbanos, em face de razões do interesse público devidamente fundamentadas na Decisão constante do referido Processo, no art. 49 “caput” da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

**AVISO DE REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005\_2018**

Publicação Nº 1493539

Aviso de Revogação do Pregão Presencial nº 0005/2018– PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeita de Fraiburgo torna público a REVOGAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para a confecção e fornecimento de impressão gráfica de alta qualidade em formato de revista do Guia do Investidor, em face de razões do interesse público devidamente fundamentadas na Decisão constante do referido Processo, no art. 49 “caput” da Lei Federal 8.666/93 e nos termos da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002\_2018 FME RP 0002**

Publicação Nº 1493360

Aviso do Pregão Presencial nº 0002/2018 – FME

Registro de Preços Nº 0002/2018 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de arbitragens e mesários para competições organizadas ou patrocinadas pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer, durante os meses de janeiro a dezembro de 2018. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Dezembro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 30.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Bruno Everling Boeira – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

**Decreto nº 015 - 2018**

Publicação Nº 1493377

DECRETO Nº 015, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.057.332,84 (dois milhões, cinquenta e sete mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0010.2.037 – Gestão do SUS		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0444 (88)	R\$	1.979,21
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0455 (89)	R\$	246,67
10.301.0007.2.023 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0488 (90)	R\$	4.600,00
10.301.0007.2.025 – Atenção Básica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0403 (91)	R\$	9.243,69
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0460 (92)	R\$	393.422,17
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0435 (93)	R\$	289,10
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0445 (94)	R\$	3.550,02
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0461 (95)	R\$	531.009,65
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0452 (96)	R\$	133.110,74
10.301.0007.2.026 – Estratégia de Saúde da Família - ESF		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0405 (97)	R\$	22.336,50
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0416 (98)	R\$	30.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0416 (99)	R\$	33.655,00



10.301.0007.2.027 – Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde - EACS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0406 (100)	R\$	69.197,65
10.301.0007.2.030 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0432 (101)	R\$	54.420,71
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0432 (102)	R\$	50.000,00
10.301.0007.2.031 – Programa Academia de Saúde		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0448 (103)	R\$	47,55
10.302.0008.2.032 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0418 (104)	R\$	100.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0442 (105)	R\$	775,77
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0433 (106)	R\$	13.661,64
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0462 (107)	R\$	95.633,59
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0418 (108)	R\$	42.812,78
10.302.0008.2.033 – Laboratório de Próteses Dentárias - LPD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0449 (109)	R\$	6.630,00
10.302.0008.2.034 – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0422 (110)	R\$	16.731,84
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0422 (111)	R\$	10.000,00
10.302.0008.2.035 – Rede de Saúde Mental - CAPS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0419 (112)	R\$	20.772,88
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0419 (113)	R\$	60.000,00
10.303.0009.2.036 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0404 (114)	R\$	21.112,28
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0413 (115)	R\$	3.638,53
10.304.0011.2.039 – Vigilância Sanitária		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0408 (116)	R\$	4.144,62
10.305.0011.2.040 – Vigilância Epidemiológica		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0407 (117)	R\$	12.461,79
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0443 (118)	R\$	22.111,50
10.572.0012.1.011 – Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (119)	R\$	100.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0440 (120)	R\$	39.185,51
10.572.0012.1.012 – Equipamentos e Materiais Permanentes para Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (121)	R\$	54.430,23
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0456 (122)	R\$	7.726,83
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0447 (123)	R\$	77.078,12
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0453 (124)	R\$	11.316,27
TOTAL		
	R\$	2.057.332,84

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro

apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2017, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 17 DE JANEIRO DE 2018.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

## EDITAL INTIMAÇÃO GG BRUSCHI 2018

Publicação Nº 1493440

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3670/2014  
INTIMADO(A): CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA

### TERMO DE INTIMAÇÃO

Pelo presente termo, fica a empresa Construtora e Incorporadora GG Bruschi Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 73.461.196/0001-95, com endereço declarado na RFB como sendo Rua XV de Novembro nº 274, bairro Centro, na cidade de Videira (SC), INTIMADA para se manifestar acerca do Relatório Técnico de fls. 22/95, no prazo de 10 (dez) dias, informando quais as providências que pretende adotar para a solução das falhas apontadas, ciente de que sua inércia acarretará o ajuizamento da competente ação ordinária para reparação dos danos causados ao erário.

SILVANO PELISSARO

OAB/SC 13.031

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

MATRÍCULA 2911

## EDITAL LANÇAMENTO IPTU 2018

Publicação Nº 1493414

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 0003/2018

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, considerando o disposto nos artigos 107, III, b, 116, I da Lei Orgânica do Município de Fraiburgo, promulgada em 05 de abril de 1990 e considerando o disposto nos artigos 6º, I, 8º, 9º, 27 a 30, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 053/2003);

### NOTIFICA:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, por natureza ou acessão física, de imóveis urbanos ou urbanizáveis, situados no Município de Fraiburgo, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e demais taxas de serviços públicos, relativos ao exercício de 2018 foram lançadas pelos Srs. Auditores Fiscais da Secretaria Municipal de Finanças, cuja relação encontra-se disponível junto ao mural público municipal, situado junto ao prédio da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas nº 185, e deverão ser pagos observados os seguintes prazos e condições:

I - Prazo e forma de pagamento do IPTU e demais Taxas:

a) em um só pagamento, com desconto de 20% (vinte por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de abril;

b) em um só pagamento com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até o dia 10 (dez) de maio;



c) de forma parcelada, em até 06 (seis) parcelas, até o dia 10 (dez) dos meses de maio, junho, julho, agosto, setembro e de outubro.

O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 05 (cinco) UFM's. Valor unitário da UFM para o exercício de 2017 é de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos).

II - Isenções: deverão ser requeridas junto a Secretaria de Assistência Social, situada na Av. Arnoldo Frey nº 179, do dia 18/01/2018 até a data de 16/02/2018, no horário das 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. O interessado deverá cumprir as disposições contidas na Lei Complementar nº 096 de 09 de dezembro de 2008, com os seguintes requisitos básicos:

Lei Complementar nº 096/2008

Art. 1º. Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, o contribuinte que preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

I – Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;

II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

§ 1º Os requisitos para a isenção deverão ser apresentados pelo interessado até a data limite estabelecida no edital de lançamento de cada tributo, da seguinte forma:

I – Do contribuinte empregado, incluindo-se nesta situação o aposentado e pensionista, por meio da apresentação do recibo de pagamento ou declaração do empregador, relativo ao mês imediatamente anterior;

II – Do contribuinte não-empregado, de declaração expressa de seu rendimento, relativo ao mês imediatamente anterior;

III – Nos casos previstos nos incisos I e II, o interessado apresentará declaração de que atende às condições para a isenção, responsabilizando-se criminalmente e se sujeitando ao recolhimento do imposto devido juntamente com as taxas acrescidas de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor total do tributo, juros e atualização monetária, em caso de comprovada falsidade de informações.

§ 2º O titular de domínio útil e possuidor de imóvel, citados no inciso I do caput deste artigo, deverá comprovar seus direitos documentalmente ou mediante justificação administrativa, em processo administrativo instaurado a requerimento dos interessados e dirigido ao Secretário de Finanças.

§ 3º Para os fins dos parágrafos anteriores, o Secretário de Finanças, a quem compete decidir sobre o requerimento, poderá valer-se de estudo sócio-econômico do contribuinte e se presente pessoa deficiente na família, poderá conceder a isenção, mesmo que o contribuinte não se enquadre nos incisos do caput deste artigo. Verificada a propriedade ou posse de bens móveis, veículos,

equipamentos e similares será indeferido o pedido de isenção pela presença de indícios e visível capacidade contributiva.

§ 4º A isenção de que trata esta lei não será obstada pela existência de outros débitos tributários municipais do interessado.

III - Pagamento com atraso: o contribuinte que efetuar o pagamento com atraso estará sujeito, nos termos do artigo 545 do Código Tributário Municipal ao pagamento de:

a) juros de mora no percentual igual a 1% (um por cento) ao mês ou fração deste, contados da data do vencimento até o seu efetivo pagamento, incidindo sobre o valor do crédito tributário devidamente corrigido;

b) multa moratória em se tratando de recolhimento espontâneo, de 0,333% (trezentos e trinta e três milésimos por cento) do valor corrigido do crédito tributário, por dia de atraso, limitado a 10% (dez por cento), contados da data do vencimento;

c) correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário até o efetivo pagamento, com base na variação do anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE.

IV - Falta de pagamento: os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente (artigo 748, § 1º do Código Tributário Municipal). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos espontaneamente, serão protestados e cobrados judicialmente.

V - Impugnações: os tributos acima mencionados poderão ser objeto de impugnação até a data de 29/03/2018, obedecido o disposto nos artigos 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

VI – Impugnação do Presente Edital: o presente edital poderá ser impugnado até cinco dias úteis da sua publicação.

Outras informações: O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria Municipal de Finanças, junto ao Departamento de Tributos, local onde poderá efetuar a retirada dos carnês para pagamento.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

## EXTRATO DA AT18FME02

Publicação Nº 1493362

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FME02  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME.

Fornecedor: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME (CNPJ nº 22.528.813/0001-91).

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para visando aquisições futuras de troféus para as competições organizadas ou patrocinadas pela FME.

Data da Ata: 16.01.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0011/2017 – FME.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0008/2017 – FME.

Registro de Preços: nº 0006/2017 – FME.

Itens Registrados:



Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	120	Unid.	Modelo 01 - Troféu com altura de 15 cm, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor dourada com detalhes texturizados e 9 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	Vitória	16,98
2	40	Unid.	Modelo 02 - Troféu com altura de 15 cm, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor prata com detalhes texturizados e 9 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	Vitória	16,98
3	40	Unid.	Modelo 03 - Troféu com altura de 22 cm, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor dourada com detalhes texturizados e 13 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	Vitória	28,97
4	40	Unid.	Modelo 04 - Troféu com altura de 22 cm, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor prata com detalhes texturizados e 13 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	Vitória	28,97
5	40	Unid.	Modelo 05 - Troféu com altura de 31 cm, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor prata com detalhes texturizados e 18,8 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	Vitória	49,94
6	40	Unid.	Modelo 06 - Troféu com altura de 31 cm, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça aberta em polímero metalizada na cor dourada com detalhes texturizados e 18,8 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	Vitória	49,94
7	30	Unid.	Modelo 07 - Troféu com altura de 28 cm, base oitavada com 10,1 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 15,5 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada com pintura interna dourada metálica. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	67,92
8	30	Unid.	Modelo 08 - Troféu com altura de 28 cm, base oitavada com 10,1 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 15,5 cm de largura em as alças metalizada na cor prata com pintura interna prata metálica. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	67,92
9	30	Unid.	Modelo 09 - Troféu com altura de 35 cm, base oitavada com 12,1 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 18,5 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada com pintura interna dourada metálica. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação	Vitória	93,89
10	30	Unid.	Modelo 10 - Troféu com altura de 35 cm, base oitavada com 12,1 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 18,5 cm de largura em as alças metalizada na cor prata com pintura interna prata metálica. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	93,89
11	30	Unid.	Modelo 11 - Troféu com altura de 40 cm, base oitavada com 14,5 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 21,0 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada com pintura interna dourada metálica. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	116,86
12	30	Unid.	Modelo 12 - Troféu com altura de 40 cm, base oitavada com 14,5 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 21,0 cm de largura em as alças metalizada na cor prata com pintura interna prata metálica. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	116,86
13	25	Unid.	Modelo 13 - Troféu com altura de 14 cm, base oval com 22,50 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizada na cor dourada. Dois suportes em polímero metalizado na cor dourada nas laterais. Sobre estes suportes uma estatueta fixa de bola de futebol branca com gomos pintados na cor preta, com 7,9 cm de largura de um lado e do outro uma estatueta fixa de chuteira de futebol. Plaqueta para gravação.	Vitória	51,94
14	25	Unid.	Modelo 14 - Troféu com altura de 19 cm, base oval com 22,50 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizada na cor dourada. Dois suportes em polímero metalizado na cor dourada nas laterais. Sobre estes suportes uma estatueta fixa de bola de futebol branca com gomos pintados na cor preta, com 7,9 cm de largura de um lado e do outro uma estatueta fixa de goleiro de futebol. Plaqueta para gravação.	Vitória	51,94
15	80	Unid.	Modelo 15 - Troféu com altura de 31 cm, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta em formato de tocha olímpica com espaço de 80 mm de diâmetro para colagem de adesivo. Plaqueta para gravação.	Vitória	37,95
16	80	Unid.	Modelo 16 - Troféu com altura de 32 cm, com base octogonal com 8,7 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta em formato de tocha olímpica com espaço de 80 mm de diâmetro para colagem de adesivo. Plaqueta para gravação.	Vitória	40,95



17	80	Unid.	Modelo 17 - Troféu com altura de 34 cm, com base octogonal com 10,1 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta em formato de tocha olímpica com espaço de 80 mm de diâmetro para colagem de adesivo. Plaqueta para gravação.	Vitória	43,95
18	10	Unid.	Modelo 18 - Troféu com altura de 42 cm, base oitavada com 10,1 cm de largura em polímero metalizado na cor dourada. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 15,5 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada, com uma tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	83,90
19	10	Unid.	Modelo 19 - Troféu com altura de 42 cm, base oitavada com 10,1 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 15,5 cm de largura em as alças metalizada na cor prata, com uma tampa metalizada na cor prata. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	83,90
20	10	Unid.	Modelo 20 - Troféu com altura de 52 cm, base oitavada com 12,1 cm de largura em polímero metalizado na cor dourada. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 18,5 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada, com uma tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	112,86
21	10	Unid.	Modelo 21 - Troféu com altura de 52 cm, base oitavada com 12,1 cm de largura em polímero metalizado na cor prata. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 18,5 cm de largura em as alças metalizada na cor prata, com uma tampa metalizada na cor prata. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	112,86
22	10	Unid.	Modelo 22 - Troféu com altura de 61 cm, base oitavada com 14,5 cm de largura em polímero metalizado na cor dourada. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 21,0 cm de largura em as alças metalizada na cor dourada, com uma tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	135,84
23	10	Unid.	Modelo 23 - Troféu com altura de 61 cm, base oitavada com 14,5 cm de largura em polímero metalizado na cor bordô. Sobre esta base uma taça em polímero com detalhes com 21,0 cm de largura em as alças metalizada na cor prata, com uma tampa metalizada na cor prata. Estatueta superior intercambiável Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	135,84
24	4	Unid.	Modelo 24 - Troféu com 56 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor azul acetinado, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor azul acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	161,81
25	4	Unid.	Modelo 25 - Troféu com 56 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor dourada acetinada com 33 cm de largura a partir das alças. Alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	161,81
26	8	Unid.	Modelo 26 - Troféu com 78 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta, estatueta fixa de deusa da vitória metalizada na cor dourada. Quatro colunas metalizadas na cor dourada. Uma base de madeira redonda na cor preta com um suporte metalizado na cor dourada e um anel metalizado na cor prata. Taça composta por cesta e copa fechada metalizada na cor dourada com 21 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação. Demais componentes metalizados na cor dourada.	Vitória	223,73
27	4	Unid.	Modelo 27 - Troféu com 82 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base dois suportes intercalados por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Acima deste suporte uma taça em polímero metalizado na cor dourada, com efeito, texturizado na parte superior e na parte inferior na cor dourada com 42 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	327,61
28	4	Unid.	Modelo 28 - Troféu com 82 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base dois suportes intercalados por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Acima deste suporte uma taça em polímero metalizado na cor prata, com efeito, texturizado na parte superior e na parte inferior na cor dourada com 42 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	327,61
29	4	Unid.	Modelo 29 - Troféu com 82 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base dois suportes intercalados por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Acima deste suporte uma taça em polímero metalizado na cor vermelha acetinada na parte superior e na parte inferior na cor dourada com 42 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	327,61
30	10	Unid.	Modelo 30 - Troféu com 36 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	107,87



31	10	Unid.	Modelo 31 - Troféu com 41 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	116,86
32	10	Unid.	Modelo 32 -Troféu com 45 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	121,85
33	4	Unid.	Modelo 33 - Troféu com 67 cm de altura, com base oitavada com 13,1 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base uma tampa em polímero metalizado na cor dourada, um cone em polímero com detalhes na parte superior metalizada na cor dourada e uma tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima desta tampa uma copa em polímero metalizado na cor dourada acetinada com 15,5 cm de largura entre as alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação .	Vitória	109,87
34	4	Unid.	Modelo 34 -Troféu com 97 cm de altura, com base octogonal com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, cone em polímero com frisos metalizados na cor azul acetinado, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola em polímero metalizada na cor dourada intercalada por um anel em polímero metalizada na cor dourada. Na base quatro estatueta fixas de jogadores de futebol. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	229,72
35	10	Unid.	Modelo 35 - Troféu com altura de 13 cm, com base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior fixa de chuteira. Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	21,97
36	10	Unid.	Modelo 36 - Troféu com altura de 21 cm, com base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior fixa de jogador de futebol. Plaqueta em latão para gravação.	Vitória	21,97
37	6	Unid.	Modelo 37 - Troféu com 64 cm de altura, com base octogonal com 14,5 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte e um anel em polímero metalizado na cor dourada, sobre este anel uma bola em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor dourado. Acima um anel em polímero metalizado na cor dourado e um cone em polímero metalizado na cor dourado, com efeito, texturizado com 27 cm de largura entre as alças, alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	139,83
38	6	Unid.	Modelo 38 - Troféu com 64 cm de altura, com base octogonal com 14,5 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte e um anel em polímero metalizado na cor dourada, sobre este anel uma bola em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor dourado. Acima um anel em polímero metalizado na cor dourado e um cone em polímero metalizado na cor prata, com efeito, texturizado com 27 cm de largura entre as alças, alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	139,83
39	6	Unid.	Modelo 39 - Troféu com 64 cm de altura, com base octogonal com 14,5 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte e um anel em polímero metalizado na cor dourada, sobre este anel uma bola em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor dourado. Acima um anel em polímero metalizado na cor dourado e um cone em polímero metalizado na cor prata, com efeito, texturizado com 27 cm de largura entre as alças, alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	139,83
40	6	Unid.	Modelo 40 - Troféu com 83 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um suporte e um anel em polímero metalizado na cor dourada, sobre este anel uma bola em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor dourado. Acima um anel em polímero metalizado na cor dourado e um cone em polímero metalizado na cor prata, com efeito, texturizado com 31 cm de largura entre as alças, alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	201,76
41	6	Unid.	Modelo 41 - Troféu com 54 cm de altura, com base octogonal com 10,1 cm de largura em polímero na cor preta, sobre esta base uma tampa em polímero metalizada na cor prata e um cone em polímero com frisos metalizados na cor dourado, tampa em polímero metalizada na cor dourada e sobre esta uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor verde. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	79,90
42	6	Unid.	Modelo 42 - Troféu com 66 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta, sobre esta base uma tampa em polímero metalizada na cor prata e um cone em polímero com frisos metalizados na cor dourado, tampa em polímero metalizada na cor dourada e sobre esta uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor verde. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	117,86



43	6	Unid.	Modelo 43 - Troféu com 73 cm de altura, com base octogonal com 14,5 cm de largura em polímero na cor preta, sobre esta base uma tampa em polímero metalizada na cor prata e um cone em polímero com frisos metalizados na cor dourado, tampa em polímero metalizada na cor dourada e sobre esta uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor verde. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	Vitória	79,99
----	---	-------	--	---------	-------

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2018.  
Bruno Everling Boeira – Superintendente

### EXTRATO DA AT18FME03

Publicação Nº 1493363

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FME03  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER-FME.

Fornecedor: GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI ME (CNPJ nº 23.414.326/0001-60).

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para visando aquisições futuras de medalhas para as competições organizadas ou patrocinadas pela FME.

Data da Ata: 16.01.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 16.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0011/2017 – FME.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0008/2017 – FME.

Registro de Preços: nº 0006/2017 – FME.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
44	500	Unid.	Modelo 01 - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com 79 mm de diâmetro, gravada com os dizeres "honra ao mérito" em baixo relevo e com gravura de água e um ramo em alto relevo na parte inferior. Espessura máxima de 3,0 mm. Metalizada nas cores dourada, prata e bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. Gravação de "Honra ao Mérito" em baixo relevo, adesivo de 50mm com as informações da competição. Fita personalizada com o brasão do município de Fraiburgo e logo da FME.	Vitória	6,30
45	500	Unid.	Modelo 02 - Medalha redonda fundida em liga metálica de Zamac, com o tamanho de 65mm de diâmetro e centro liso de 35mm de diâmetro, que permite também a colocação de adesivo de 35mm. Metalizada nas cores dourada, prata e bronze .Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. No lado posterior da medalha existe um local para adesivo de 35mm. Possui espessura máxima de 3,4mm. Peso aproximado de 39 gramas - Fita personalizada com o brasão do município de Fraiburgo e logo da FME.	Vitória	4,00
46	2000	Unid.	Modelo 03 - Medalha retangular fundida em liga metálica de Zamac, com bordas raiadas e polidas com a figura de um ramo em alto relevo, metalizada nas cores dourado, prata e bronze, com o tamanho de 50mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação de "honra ao mérito", adesivo de 25mm com as informações da competição. Possui espessura máxima de 3,0mm. Peso aproximado de 29 gramas. Fita personalizada com o brasão do município de Fraiburgo e logo da FME.	Vitória	2,79
47	1000	Unid.	Modelo 04 - Medalha redonda fundida em liga metálica de Zamac, lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada na cor dourada, com o tamanho de 40mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com gravação em baixo relevo de tocha e "Honra ao Mérito", a adesivo de 25mm com as informações da competição. Possui espessura máxima de 2,3mm. Peso aproximado de 12 gramas. Fita personalizada com o brasão do município e logo da FME.	Vitória	1,70

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2018.  
Bruno Everling Boeira – Superintendente

### EXTRATO DA AT18PMF05

Publicação Nº 1493364

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18PMF05  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fornecedor: ESCOLA ECOLÓGICA FRAIBURGO LTDA ME (CNPJ nº 21.843.244/0001-06).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de equitação para usuários do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e crianças e adolescentes no serviço de acolhimento institucional.

Data da Ata: 17.01.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 17.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0291/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0145/2017 – PMF.



Registro de Preços: nº 0101/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.-R\$
1	780	Serviço	Seção de equoterapia	50,00

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo/SC

## EXTRATO DE CONTRATO Nº CT18PMF15\_DOM

Publicação Nº 1493659

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT18PMF15

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA ME. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica e passeios em trecho da Avenida Michelle Simonetti e Rua Rudi Dresch, no Bairro São Miguel nesta cidade, com área total a pavimentar de 2.538,64 m² e passeios com área de 1.073,66 m², com fornecimento do material e mão de obra, incluindo, serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, passeios, pavimentação e sinalização, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (anexos ao PAL). Valor Total do Contrato: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Data do Contrato: 17.01.2018. Prazo de Vigência do Contrato: de 17.01.2018 a 18.06.2018. Prazo de execução: 120 dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviços. Processo Administrativo Licitatório: nº 0277/2017 – PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0018/2017. Recursos: 9287 - Contrato de Repasse nº 844549/2017/Mcidades/Caixa, Processo nº 2623.1037527-74/2017, entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades e de contrapartida 1200 - Recursos Próprios da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo

## Portaria nº 01152018

Publicação Nº 1493385

PORTARIA Nº 0115, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 09 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 005/2018, da Fundação Municipal de Esportes - FME;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DORACI RIBEIRO DO PRADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 467.451.579-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2018 até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria nº 01162018

Publicação Nº 1493387

PORTARIA Nº 0116, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora ADRIELI CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 092.533.669-66, nomeada no cargo



de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 01172018

Publicação Nº 1493390

PORTARIA Nº 0117, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Substituir do Programa de Atenção ao Servidor – PAS e alterar de Cargo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir membro do Programa de Atenção ao Servidor - PAS, passando a integrar a Comissão a servidora DAYANE APARECIDA RUMPEL DALAGNOL, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, em substituição a servidora GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO, com as mesmas atribuições definidas em lei. Alterar o cargo do servidor JEAN CARLOS DE ANDRADE para Diretor de Departamento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 01182018

Publicação Nº 1493393

PORTARIA N.º 0118, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º; e em conformidade com a comunicação interna nº 007/2018, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, RAFAEL HENRIQUE RAMPON CENDRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 084.008.189-89, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento do Departamento de Cultura, a partir de 18 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 01192018

Publicação Nº 1493394

PORTARIA Nº 0119, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Servidor Público Municipal como Supervisor de Administração da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 15 do Estatuto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME;

RESOLVE:



Art. 1º. Designar o servidor, NICOLAU GORDEEFF, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 324.478.908-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de TESOUREIRO, como SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME, a partir de 18 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 0354 de 12 de janeiro de 2017.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Portaria nº 01202018

Publicação Nº 1493435

PORTARIA Nº 0120, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DESIGNA REPRESENTANTES TITULARES E SUPLENTE PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS DE TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

### RESOLVE:

Art. 1º Designar as pessoas abaixo relacionadas, para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos e das atas de registro de preços de todos os órgãos da administração direta, indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo:

I – Representantes da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação; Secretaria da Fazenda, Gabinete do Poder Executivo e Procuradoria Geral:

Materiais e serviços gerais:

- Titular: Sônia Menegon;
- 1º Suplente: Marieli Mateucci;
- 2º Suplente: Nilce Pinz.

Materiais de copa/cozinha:

- Titular: Olga Aparecida Alexandre Boaventura;
- 1º Suplente: Ivone Moreira de Souza Santos.

Equipamentos de informática/áudio/vídeo/foto e similares:

- Titular: Junior Henrique Decui dos Santos;
- 1º Suplente: Rennan Hermes Polese;
- 2º Suplente: Johnatan Matheus Etges;
- 3º Suplente: Hamilton Stupp de Macedo Junior.

Controle da Frota:

- Titular: Jorge Crestani.

Segurança no Trabalho (Equipamentos e Materiais):

- Titular: Roselei Titon.

Equipamentos de Controle do Ponto:

- Titular: Ruthnea Bernadete Fernandes Fritzen.

Publicidade, Divulgação, Rádio, Televisão, Assinaturas de Jornais e Revistas e afins:

- Titular: Andrea Mello;
- Suplente: Nathiara Borges.

Controle Patrimonial:

- Titular: Rafael Fernando Ferreira Helt.

Materiais/serviços relacionados a Gestão de Pessoal:

- Titular: Patrícia Ceron Machado.

II – Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura:



**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Fernanda Debortoli Raldi;
- 1º Suplente: Anderson Vargas Grando;
- 2º Suplente: Ana Maria Camilo.

**III – Representantes do Departamento de Cultura:****Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Hilda Augusta Zini;
- 1º Suplente: Rafael Cendron;
- 2º Suplente: Lindomar Palmera.

**IV – Representantes da Secretaria de Educação:****Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Neusa Michellon Trombetta;
- 1º Suplente: Guilherme Francisco Lima da Silva.

**Merenda escolar:**

- Titular: Nathalia Primon Candeia;
- 1º Suplente: Patricia Yumiko Murakami;
- 2º Suplente: Neusa Michellon Trombetta;
- 3º Suplente: Guilherme Francisco Lima da Silva;
- 4º Suplente: Daiane Ferreira Bittencourt.

**Transporte escolar:**

- Titular: Denilson Dalagnol;
- 1º Suplente: Guilherme Francisco Lima da Silva;
- 2º Suplente: Neusa Michellon Trombetta.

**V – Representantes da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, e Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade:****Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Ricardo Schirmer;
- Suplente: Eloi Regalin.

**Peças/serviços para manutenção da frota:**

- Titular: Roberto Stanguerlin;
- Suplente: Edson Camargo da Silva.

**VI – Representantes da Secretaria de Assistência Social:****Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Maria Aparecida de Barros Balestrin;
- Suplente: Jacqueline Gisele Farina.

**VII – Representantes da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI:****Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Claudia Inês Masiero Cardoso;
- 1º Suplente: Andrea Puhl;
- 2º Suplente: Débora Peliser.

**Materiais e serviços entregues e/ou prestados na ETA:**

- Titular: Carlos Antonio Martins.

**Materiais e serviços entregues e/ou prestados na ETE:**

- Titular: Antonio Gonçalves de Moraes;
- Suplente: Adriane Aparecida Ribeiro Pepes.

**VIII – Representantes da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME:****Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Bruno Everling Boeira;
- Suplente: Patrick Hariel Ribeiro.

**IX – Representantes do Fundo Municipal de Saúde – FMS:****Materiais e serviços gerais:**



- Titular: Leonice Frarão;
- 1º Suplente: Enelice Lídia Gerlach;
- 2º Suplente: Jorge Costa Andrade;
- 3º Suplente: Salimara Clair Molim.

**Materiais de Farmácia e Laboratório de Análises Clínicas:**

- Titular: Alessandra Devens;
- Suplente: Andrea Camargo.

**Materiais de Almoxarifado:**

- Titular: Elizete Aparecida Girardi;
- Suplente: Indaiara Viero Perazzoli.

**Transporte de pessoas para tratamento de saúde fora do município:**

- Titular: Giovani Diego Girardi;
- 1º Suplente: Leonice Frarão.

**X – Representantes da Ortfrai:**

**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Silvano Pelissaro;
- 1º Suplente: Jesse Cruz.

**XI – Representantes do Sine:**

**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Kleiane Torres.

**XII – Representantes do Funrebom:**

**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Rafael Manoel José (Cmt 2º/3º/2º BBM);
- 1º Suplente: Robson Acir Portela (3º Sgt BM).

**XIII – Representantes da Polícia Militar:**

**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Marcos Evandro Tarniovicz (Cmt 3º Cia/15º BPM);
- 1º Suplente: Célio Antonio Ribeiro (Sgt 3º Cia/15º BPM);
- 2º Suplente: Maico Cesar Correa França (Cabo Auxiliar P4).

**XIV – Representantes da Polícia Civil:**

**Materiais e serviços gerais:**

- Titular: Márcio Leandro Marcelino (Delegado de Polícia Titular da Comarca de Fraiburgo);
- 1º Suplente: Caroline Zeni Ribeiro.

Art. 2º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos e das atas de registro de preços do Órgão ou Departamento que estejam vinculados, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Fica Revogada a Portaria nº 2706/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação



**TERMO DE CONVOCAÇÃO GABRIEL PASQUETTI KOPPE 2018**

Publicação Nº 1493379

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): GABRIEL PASQUETTI KOPPE

Endereço: Rua Itaraté, 408

Centro – Carazinho/RS - CEP: 99500-00

(54) 99964-5856 (54) 3331-3704

CARGO: FISCAL DE OBRAS

Classificação: 1º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - I – Hemograma Completo;
  - II – Glicemia;

- III – Creatinina,
- IV – Parcial de Urina;
- V – TGO e TGP;
- VI – Triglicerídio;
- VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
- VIII – TSH (acima de 45 anos);
- IX – PSA (homens acima de 45 anos);
- X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XI – Secreção Orofaríngea (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
- XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
- XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
- XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
- XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
- XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
- XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
- XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
- XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.

u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);

x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

GABRIEL PASQUETTI KOPPE

**TERMO DE RENÚNCIA LARICE GONÇALVES TERRA 2018**

Publicação Nº 1493380

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Enfermeiro para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0028 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: LARICE GONÇALVES TERRA



Inscrição nº: 9  
Cargo: 1 - Enfermeiro  
Classificação: 8º Lugar  
Data da Convocação: 08/01/2018  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/01/2018

Fraiburgo (SC), 17 de janeiro de 2018.  
LARICE GONÇALVES TERRA



# Frei Rogério

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 11-2018 -CISAM

Publicação Nº 1493485

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

Contratante: Município de Frei Rogério - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.

CNPJ: 08.484.353/0001-16

Objeto: Contrato ratear as despesas do Consórcio entre os Consorciados, nos termos do art. 8º, da Lei nº 11.107/05, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim a implantação e efetivo funcionamento da sede administrativa do Consórcio; a orientação e apoio técnico/administrativo aos consorciados, para fins de consecução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público firmado e no Estatuto Social.

Valor Total: R\$ 12.023,29 (doze mil vinte e três reais e vinte e nove centavos)

Vigência: 11/01/2018 à 31/12/2018.

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal



# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1493641

#### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2018

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba torna público que estará credenciando, no âmbito do município de Garopaba, entidades prestadoras de serviços para execução de procedimentos de castração cirúrgica, nas espécies caninas e felinas sem raça definida (SRD), domiciliados, semidomiciliados e de rua. O credenciamento ficará aberto a qualquer tempo para receber novos interessados que queiram se credenciar.

O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro.

O credenciamento somente se efetivará após publicação do extrato do termo de credenciamento no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Garopaba, 17 de janeiro de 2018

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE002/2018

Publicação Nº 1493135

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de papel A4 para uso das Secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 30/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 30/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 16 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL001/2018

Publicação Nº 1493550

#### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o CAPUT do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Processo nº. 001/2018; IL nº. 001/2018; Contratada: PATRÍCIA

PINTO RIBEIRO INDA EIRELI ME; CNPJ: 20.558.572/0001-06; Objeto: Contratação de empresa para internação de paciente para atender a mandado judicial autos 007741.81.2013.8.24.0167; Valor: R\$ 30.551,76 (trinta mil e quinhentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos); Data da Homologação: 02/01/2018.

### CONVOCAÇÃO 001/2018 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 1493134

#### CONVOCAÇÃO 001/2018 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ALEXANDRE RICARDO MARQUES DA SILVA

Candidato(a): 261920

Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO

Classificação: 29º LUGAR

Garopaba, 10 de janeiro de 2018.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 29º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 007/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1493287

#### CONVOCAÇÃO 007/2018 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo (a). Sr (a).

OTAVIO TEIXEIRA CORREA

Candidato (a): 005127

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação: 48º LUGAR

Garopaba, 08 de janeiro de 2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 48º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal



**CONVOCAÇÃO 008/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1493290

CONVOCAÇÃO 008/2018 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo (a). Sr (a).  
IVANA ABRUNHOSA DA SILVA  
Candidato (a): 004605  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 49º LUGAR

Garopaba, 11 de janeiro de 2018.  
Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 49º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 009/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1493291

CONVOCAÇÃO 009/2018 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo (a). Sr (a).  
WILLIAN MARQUES MELLO  
Candidato (a): 004766  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 50º LUGAR

Garopaba, 11 de janeiro de 2018.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 50º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 010/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1493293

CONVOCAÇÃO 010/2018 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo (a). Sr (a).  
THIAGO CARNEIRO DA FONTOURA  
Candidato (a): 004986  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 51º LUGAR

Garopaba, 11 de janeiro de 2018.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 51º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 011/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1493294

CONVOCAÇÃO 011/2018 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo (a). Sr (a).  
PATRICE GUIMARÃES TAVARES  
Candidato (a): 005079  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 52º LUGAR

Garopaba, 11 de janeiro de 2018.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 52º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 012/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1493295

CONVOCAÇÃO 012/2018 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo (a). Sr (a).  
VICTOR MÁRCIO DOS SANTOS  
Candidato (a): 005138  
Cargo: ODONTOLOGO ESF  
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 15 de janeiro de 2018.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de ODONTOLOGO ESF. para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1493167

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 004/2018

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 25 do mês de janeiro de 2018 (25/01/2018), às 9h30, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:  
10270025702017 (7604/2012) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes:



ANDREA GRAUDENZ MULLER - ME (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relatora: GRAZIELA SANTOS.

10270078402017 (3065/2017) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: Tereza Vieira Furtado (Requerente); MANOEL FURTADO (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relatora: GRAZIELA SANTOS.

10270050252017 (0280/2017) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAULO GAMBIBI HUMBERT (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

10270045312017 (2683/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOVINO VANDERLEI SOARES MARTINS (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270052282017 (7359/2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: Rosemari Muller do Amaral (Requerente); ROSEMARI MULLER DE AMARAL - ME (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Garopaba, 17 de janeiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

TATIANE ROSA ÁVILA PACHECO

Secretária de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 18/01/2018, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garopaba, 16 de janeiro de 2018.

Fernando Pereira Colodel

Secretário-Geral da JARF

## **PORTARIA Nº 089/2018.**

Publicação Nº 1493650

PORTARIA N.º 089, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

ALTERA O QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, PREVISTO NA LEI MUNICIPAL N.º 997/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 997, de 05 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 082 de 29 de agosto de 2007 e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. FIXAR, conforme previsto no art. 3º da Lei nº. 997/2005, o QUADRO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS DO MUNICÍPIO, para o período de DEZEMBRO de 2017 a DEZEMBRO de 2018, conforme segue:

- I – Dezembro de 2017: Farmácia Agafarma - Centro
- II – Janeiro de 2018: Farmácia Ferrugem - Ferrugem
- III – Fevereiro de 2018: Farmácia Agafarma - Centro
- IV – Março de 2018: Farmácia Agafarma - Centro
- V – Abril de 2018: Farmácia Agafarma - Centro
- VI – Maio de 2018: Farmácia Farmax Garopaba- Ambrósio
- VII – Junho de 2018: Farmácia São João - Centro
- VIII – Julho de 2018: Farmácia Preço Popular - Centro
- IX – Agosto de 2018: Farmácia Panvel - Centro
- X – Setembro de 2018: Farmácia São João – Campo Duna
- XI – Outubro de 2018: Farmácia Med Silva – Campo Duna
- XII – Novembro 2018: Farmácia Med Silva – Campo Duna
- XIII – Dezembro 2018: Farmácia Med Silva - Centro

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/12/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



# Garuva

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1493129

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PLANO DE MOBILIDADE URBANO  
MUNICÍPIO DE GARUVA

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, CONVIDA a todos os cidadãos residentes no Município de Garuva e Associações Representativas com sede no Município a participarem da Audiência Pública, onde será apresentado e discutido o Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

#### I – OBJETO

Tornar público e dar amplo conhecimento aos habitantes de Garuva/SC, dando a estes a oportunidade de se manifestar e contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Mobilidade.

#### II - LOCAL DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Local: Câmara de Vereadores de Garuva  
Rua Castro Alves, 44 – Centro – Garuva/SC.  
Data: 05/02/2018  
Horário: 19h00min

Assim, todos ficam devidamente convidados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Garuva, 17 de janeiro de 2018.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito de Garuva



# Gaspar

## PREFEITURA

### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2018**

Publicação N° 1492934

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2018

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de uniformes. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 30/01/2018, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, n° 128, 2° Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09hs30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 17/01/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal



# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 003 - 2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1493168

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA  
EDITAL Nº 003/2018

Edital para Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Monitor de Transporte Escolar – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

O Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Governador Celso Ramos Adilson Costa, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o Edital de Processo Seletivo Simplificado destinado a selecionar candidatos, visando a Admissão em Caráter Temporário – ACT, objetivando a contratação de pessoal para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Governador Celso Ramos – SC, o qual se regerá pelas instruções contidas neste Edital.

#### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas no período de 16 à 22 de janeiro de 2018, das 13:30 às 18:30 horas, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, localizada na Avenida Bela Vista, s/nº, Bairro Calheiros, Governador Celso Ramos – SC. A inscrição do candidato dar-se-á mediante o preenchimento do formulário próprio, devendo o candidato anexar cópia dos documentos exigidos, conforme o quadro de vagas disponível neste Edital.

1.2. Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar além dos documentos exigidos o instrumento de procuração original.

1.3. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

1.4. Ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

1.5. Serão reservadas vagas aos candidatos com necessidades especiais, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas previstas neste, conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso VIII e no artigo 37 do Decreto Federal nº 3.298/99.

1.6. Fica designada à Junta Médica Municipal, a função de avaliar a aptidão do candidato para exercer o cargo pretendido.

1.7. Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal nº 5.296/2004 e 3.298/1999 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

1.8. No ato da inscrição a pessoa portadora de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado constante na Ficha de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais, de que necessitará para realizar as avaliações. Juntamente deverá entregar, pessoalmente laudo médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

1.9. O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação, horário, data e local de aplicação da avaliação.

1.10. Na falta de candidatos classificados para as vagas de portadores de necessidades especiais, estas serão preenchidas pelos demais classificados com a estrita observância na ordem de classificação.

1.11. A Ficha de Inscrição será preenchida pelo próprio candidato e deverá ser verificada e assinada por um funcionário da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e pelo candidato, sendo este último responsável pelas informações contidas no formulário de inscrição.

1.12. É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal)

que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

1.13. Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

#### 2. DO CARGO, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO	QUALIFICAÇÃO EXIGIDA	TIPO DE PROVA
01	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	12 VAGAS	30 HORAS	R\$ 1.025,00	CONCLUSÃO DAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL E/OU EXPERIÊNCIA COMPROVADA	OBJETIVA

#### 3. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

- ser brasileiro nato ou naturalizado;
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de posse;
- encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- apresentar certidão de quitação eleitoral;



- e) apresentar fotocópia da cédula de identidade (frente e verso);
- f) apresentar fotocópia do CPF;
- g) apresentar comprovante de escolaridade e/ou tempo de serviço na área de atuação;
- h) fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- i) conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

#### 4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- 4.1. Só será permitida a entrada no local da prova escrita 30 (trinta) minutos antes do seu início, devendo o candidato trazer caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- 4.2. Não será permitido o ingresso do candidato no local de prova sem a cédula de identidade ou documento oficial de identificação, com fotografia, e o cartão de inscrição, sendo os retardatários ou ausentes eliminados do certame.
- 4.3. Não será permitida, durante a realização da prova a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, material bibliográfico, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta. O candidato que for surpreendido em concordância com algumas dessas ocorrências acima citadas estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.
- 4.4. O candidato terá, no máximo, 03 (três) horas para a realização da prova escrita.
- 4.5. Só será permitida a saída do candidato do local da prova escrita após 30 (trinta) minutos do início da prova.
- 4.6. Ao final da prova escrita os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto juntamente com os fiscais da prova.

#### 5. DAS PROVAS

- 5.1. A avaliação dos candidatos para o cargo de Monitor de Transporte Escolar far-se-á mediante prova objetiva.
- 5.2. A prova objetiva será composta por 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha contendo 04 (quatro) alternativas (a, b, c, d), sendo apenas uma alternativa correta.
- 5.3. As 20 (vinte) questões serão assim divididas: 10 (dez) questões de conhecimento específico, 05 (cinco) questões de matemática e 05 (cinco) questões de língua portuguesa, sendo que cada questão valerá 0,50 (zero vírgula cinquenta pontos).

#### 6. DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

##### 6.1. CONHECIMENTOS GERAIS

- a) Língua Portuguesa: Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), números (plural e singular) e grau (diminutivo e aumentativo);
- b) Matemática: Noções de dobro e triplo. Problemas com as quatro operações (adição, divisão, multiplicação e subtração).

6.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Atribuições do Cargo, Noções de Segurança Individual, Coletiva e de Instalações, Noções de Primeiros Socorros e Legislação de Trânsito.

#### 7. LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

TIPO DE PROVA	DATA	LOCAL	HORÁRIO	RESULTADO
OBJETIVA	25/01/2018	E.E.B.M. ABEL CAPELLA	08:00 HORAS	01/02/2018

#### 8. DO APROVEITAMENTO

8.1. Os candidatos classificados serão convocados conforme a necessidade do município de Governador Celso Ramos, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

#### 9. DOS RECURSOS

- 9.1. O candidato poderá entrar com recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação da classificação final dos candidatos, mediante requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.
- 9.2. Os recursos serão avaliados e respondidos pela Comissão Examinadora deste Edital, tendo o prazo de 02 (dois) dias úteis para manifestação.

#### 10. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Na contratação, o inscrito deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ter completado dezoito anos;
- c) estar no gozo dos direitos políticos;
- d) ser portador de certificado de reservista ou de dispensa de incorporação e estar quite com as obrigações eleitorais, caso necessário;
- e) possuir os requisitos de escolaridade exigidos para o seu cargo;
- f) não ter sido demitido de Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, com impedimento de exercer função pública.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A classificação dos candidatos será divulgada no mural da SEMEC juntamente com a data da escolha de vagas.

11.2. As contratações serão feitas de acordo com a ordem de classificação crescente, conforme necessidade verificada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

11.3. Na ocorrência de empate serão adotados como critérios de desempate:

- a) que obtiver maior nota na prova de conhecimento específico;
- b) que obtiver maior nota na prova de língua portuguesa;
- c) de maior idade.



- 11.4. Não haverá segunda chamada para a avaliação, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.
- 11.5. O acompanhamento de editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 11.6. Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.
- 11.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
- 11.8. A Comissão do Processo Seletivo Simplificado será responsável pela aplicação e realização da prova.
- 11.9. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.
- Governador Celso Ramos, 15 de janeiro de 2018.

PROF.º ADILSON COSTA  
Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 002/2018 - TERMO DO CONTRATO Nº 002/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S - ME, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER**

Publicação Nº 1493400

**CONTRATO 002/2018**

TERMO DO CONTRATO Nº 002/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E A EMPRESA BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S - ME, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E REALIZAR O ESTUDO SÓCIO AMBIENTAL PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO BELA VISTA, NO BAIRRO AREIAS DO MEIO E DA RUA JOSÉ DORLITOS NUNES NO BAIRRO CANTO DOS GANCHOS E ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DOS MESMOS, BEM COMO ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA RUA HORÁCIO FIEL, SITUADA NO BAIRRO DA FAZENDA DA ARMAÇÃO, REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS N. 108/2017, PROCESSO Nº 108/2017.

O Município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Praça 06 de novembro, Centro – 01. CNPJ/MF Nº. 82.892.373/0001-89, daqui por diante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu representante Legal Sr. JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, e de outro lado a empresa BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S - ME estabelecido a Rua JORNALISTA TITO CARVALHO, Nº 101, BLOCO B 12 APT 403, CARVOEIRA, FLORIANÓPOLIS/SC, CNPJ/MFNº. 14.760.933/0001-91, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor FILIPE MARQUES SANTOS, CPF N. 019.405.771-28, firmam o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1.1 O presente contrato vincula-se a Tomada de Preços 108/2017 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente ao Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1 Os serviços objetos do presente certame deverão ser executados conforme as especificações contidas neste Edital, obedecendo rigorosamente às descrições que compõem esta Tomada de Preços, assim como as Normas Técnicas vigentes. Casos omissos deverão ser formalmente comunicados à fiscalização.

2.2 O prazo para execução dos serviços de Estudo Sócio Ambiental será de até 90 (noventa) dias a partir da assinatura do instrumento contratual, e os demais serviços deverá seguir o cronograma apresentado. O prazo poderá ser prorrogado através de Autorização do Setor responsável e devidamente justificado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

3.1 O presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E REALIZAR O ESTUDO SÓCIO AMBIENTAL PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO BELA VISTA, NO BAIRRO AREIAS DO MEIO E DA RUA JOSÉ DORLITOS NUNES NO BAIRRO CANTO DOS GANCHOS E ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DOS MESMOS, BEM COMO ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA RUA HORÁCIO FIEL, SITUADA NO BAIRRO DA FAZENDA DA ARMAÇÃO, conforme quantidades, condições e especificações descritas na Tomada de Preços e seus anexos.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 - O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento do Município de Governador Celso Ramos, para o exercício 2017, por meio dos órgãos da administração direta e indireta.

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
05.01	2.054	4.4.90.51.80.00.00.00 (23)

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

5.1 -Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 135.000,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS) conforme planilha apresentada na proposta;



**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1 -Os preços contratados somente poderão ser alterados, excepcionalmente, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2 - Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses.

6.3 -Os preços dos serviços a executar e que não estiverem em atraso no cronograma físico, serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação ocorrida desde a entrega dos envelopes, utilizando o índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do item a ser reajustado;

Io = índice inicial – índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV do mês anterior ao da entrega dos envelopes;

I = índice relativo à data do reajuste – índice da coluna 35 do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas – Edificação da FGV do mês anterior ao mês em que o contrato completar um ano da contratação ou nos anos subsequentes.

6.3.1. As etapas que estiverem em atraso por culpa do contratado no momento do reajuste, não sofrerão alteração dos preços.

**CLÁUSULA SÉTIMA– DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

7.1 - O prazo para execução dos serviços de Estudo Sócio Ambiental será de até 90 (noventa) dias a partir da assinatura do instrumento contratual, e os demais serviços deverá seguir o cronograma apresentado. O prazo poderá ser prorrogado através de Autorização do Setor responsável e devidamente justificado.

7.2 - O prazo de vigência do presente contrato é fixado a partir da data da sua assinatura por 12 (doze) meses.

7.3 - O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, na sua proposta.

7.4 - Qualquer eventual prorrogação de prazo contratual, somente poderá ocorrer nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883 de 08.06.94.

**CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1 -A Contratada não poderá subcontratar os serviços contratados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firma ou profissionais especialmente habilitados e desde que haja prévia permissão do Contratante, por escrito, antes da assinatura do Contrato.

8.2 -Na hipótese de subcontratação os pagamentos serão efetuados à Contratada, conforme estabelecido na Cláusula Décima, competindo a esta a responsabilidade exclusiva de pagar a subcontratada pela subcontratação ajustada.

**CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

9.1 -Os serviços serão fiscalizados pelo Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, a quem caberá:

I. Verificar se os serviços executados estão de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos;

II. Verificar a entrega das medições para pagamento das faturas;

III. Receber mensalmente, verificar e avaliar o Diário de serviços o qual deverá ser copiado e remetido ao órgão superior;

IV. Solucionar problemas executivos;

V. Participar de todos os atos que se fizerem necessários à fiel execução dos serviços contratados.

VI. O Departamento Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela fiscalização dos serviços, objeto desta Tomada de Preços, poderá solicitar da empresa contratada o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução dos trabalhos, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, obrigando-se a declarar os motivos desta decisão.

VII. A empresa contratada será obrigada a readequar, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem em conformidade com a solicitação feita pela Secretaria Municipal de Planejamento.

VIII. Aceitos os serviços, a responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

9.1 - Os serviços executados serão pagos mediante aprovação pela fiscalização das medições/relatórios que deverão ser apresentadas a cada 15(quinze) dias e com a aprovação do órgão responsável pela disponibilização do recurso.



10.2 -O pagamento dos serviços será feito pelo Município de Governador Celso Ramos, com prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada e respectiva emissão da Nota Fiscal referente ao período.

10.3- Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.

9.4- Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas da execução dos serviços prestados, nem implicará em aceitação dos serviços em desacordo com o previsto nesta Tomada de Preços e seus anexos.

9.5- O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

- a. Paralisação dos serviços por parte da CONTRATADA, até o reinício.
- b. Execução defeituosa dos serviços até que sejam refeitos ou reparados.
- c. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.
- d. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.
- e. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

9.6- A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

NOTA: Para as empresas, cujos produtos e serviços estejam enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, descritos no Anexo único dos Protocolos ICMS 42 de 03/07/2009 e ICMS 82 de 26/03/2010, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, estas deverão se adequar ao disposto nos referidos protocolos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTAMENTO

11.1 - As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1 -O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

- I -modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;
- II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- III -fiscalizar lhe a execução;
- IV -aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

- I. multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta pela recusa injustificada em assinar ou retirar o respectivo instrumento contratual;
- II. multa moratória, não compensatória, de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, expresso em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;
- III. multa compensatória equivalente ao valor integral do contrato, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em reais, pela rescisão determinada por ato unilateral do MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 -A CONTRATADA se obriga a prestar as seguintes tarefas:

- I. Executar os serviços de acordo com as especificações contidas no Edital e seus anexos, assim como as normas técnicas vigentes.
- II. Cumprir fielmente o que estabelece o contrato de forma que os serviços a serem executados mantenham as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



- III. Possuir anotação diária das atividades e fatos ocorridos na obra no Diário e/ou Livro de serviços e entregá-lo mensalmente ao fiscalizador até a data que o mesmo estipular.
- IV. Realizar registro fotográfico da execução dos serviços. Registrar o antes e depois de cada local de execução dos serviços e entregar juntamente com as anotações diárias.
- V. Emitir a ART/RRT (Registro ou Anotação de Responsabilidade Técnica) de Execução dos serviços quando a mesma iniciar e entregá-la no setor responsável pela fiscalização.
- VI. Todas as ferramentas e instrumentos necessários à manutenção deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.
- VII. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA;
- VIII. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato;
- IX. Em nenhuma hipótese, veicular publicidade acerca dos serviços executados ao CONTRATANTE, a não ser que haja prévia e expressa autorização.
- X. Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, acatando as determinações e especificações contidas no Termo de referência;
- XI. Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que pertence à metodologia a ser adotada e às demais questões administrativas que forem suscitadas;
- XII. Não se obrigar perante terceiros, dando o presente contrato como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do CONTRATANTE.
- XIII. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto à legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos.
- XIV. Fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados e nota fiscal do serviço do presente.

XV. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

XVI. Atentar para as normas de segurança nas dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus operários devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformizados;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 -A CONTRATANTE se obriga a prestar as seguintes tarefas:

- I. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- II. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- III. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio de servidor devidamente designado;
- IV. Atestar e efetuar o pagamento das medições correspondentes ao objeto deste Contrato.
- V. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- VI. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto ao acompanhamento e fiscalização do objeto e à aplicação de sanções à CONTRATADA;
- VII. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- VIII. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas contratadas;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no



percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

II. A CONTRATADA se obriga a utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para execução do contrato.

III. Para efeito deste contrato, não será considerado como precedente, novação ou renúncia aos direitos que a lei e o presente contrato assegurem às partes, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações relativas às cláusulas e condições estipuladas no presente contrato.

IV. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação.

V. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

VI. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

#### DÉCIMA OITAVA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

I. Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu/SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar os impasses, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõe a Lei nº 8.666/1993, e demais legislações aplicáveis.

E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor.

Governador Celso Ramos (SC), 08 de janeiro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal	BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S -ME Contratada



# Gravatal

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.888

Publicação Nº 1492841

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.888

DE 16 DE JANEIRO DE 2018

“REVOGA A LEI Nº 1.643 DE 10 DE SETEMBRO DE 2013; OS ARTIGOS 14 A 22 DA LEI Nº 640 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995 E DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social de Gravatal – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, instituído pela Lei Federal no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS) tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e os benefícios da política de assistência social.

§1º O Fundo Municipal de Assistência Social ficará vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Parágrafo Único : O Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação será o ordenador primário das despesas do fundo, cabendo a este a competência para o gerenciamento dos respectivos recursos financeiros.

Art. 2º Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, enquanto órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o FMAS, sob orientação e acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§1º A proposta orçamentária do FMAS anual e plurianual do Governo Municipal será submetida à apreciação e à aprovação do CMAS.

§2º O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

#### CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Art. 3º Constituem recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - recursos provenientes das receitas advindas dos estacionamento públicos, cujo índice será definido pelo Chefe do Poder Executivo, não podendo ser inferior a quarenta por cento da receita

bruta;

VIII - doações em espécie;

IX - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

X - outras receitas que venham ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos no inciso I serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS.

§2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social de Gravatal (FMAS).

#### CAPÍTULO III DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º Os recursos repassados pelo FMAS destinam-se ao:

I - cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial do município;

II - cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial do Município, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

III - atendimento, em conjunto com o Município, às ações assistenciais de caráter de emergência;

IV - aprimoramento da gestão de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, por meio do Índice de Gestão Descentralizada - IGDSUAS, para a utilização no âmbito do Município, conforme legislação específica;

V - apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família pelo Município, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGDPBF, conforme legislação específica;

VI - atendimento das despesas de operacionalização que visem implementar ações de assistência social.

VII - custeio das despesas dos Conselheiros Municipais e Trabalhadores de Assistência Social em representações e ou participações em seminários, capacitações e eventos relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

VIII - apoio e financiamento da conferência municipal de assistência social, em conjunto com a administração municipal, e das demais conferências, com a deliberação do CMAS.

§ 1º Os recursos de que tratam os incisos I, IV e V deverão ser transferidos, de forma regular e automática, diretamente pelo FNAS e FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 2º Os recursos de que trata o inciso I também poderão ser utilizados pelos entes federados:

a) para pagamento de profissionais que integrem equipes de referência, nos termos do art. 6º-E da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e conforme a Resolução do CNAS vigente.

b) para capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas essenciais à execução de serviços, programas e projetos e benefícios de assistência social.

§ 3º Os recursos de que trata o inciso IV e V devem ser utilizados conforme cadernos de orientação do Índice de Gestão Descentralizada do IGD-Programa Bolsa Família, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS.

IX. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com as normativas vigentes.



#### CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS E DO FEAS PARA O FMAS

Art. 5º São condições para transferência de recursos do FNAS ao FMAS de Gravatal:

I - a instituição e o funcionamento de Conselho de Assistência Social;

II - a instituição e o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social, devidamente constituído como unidade orçamentária;

III - a elaboração de Plano Municipal de Assistência Social; e

IV - a comprovação orçamentária de recursos próprios destinados à assistência social, alocados em seus respectivos fundos de assistência social.

Parágrafo único. O planejamento das atividades a serem desenvolvidas com recursos do FNAS e do FEAS integrará o Plano de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e aprovado pelo CMAS.

Art. 6º Os recursos transferidos do FNAS e do FEAS ao Município serão aplicados segundo prioridades estabelecidas no plano de ação, aprovado por seu respectivo conselho.

Art. 7º O cofinanciamento federal de serviços, programas e projetos de assistência social e de sua gestão, no âmbito do SUAS, poderá ser realizado por meio de blocos de financiamento.

Parágrafo único. Consideram-se blocos de financiamento o conjunto de serviços, programas e projetos, devidamente tipificados e agrupados, e sua gestão, na forma definida em ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

#### CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 8º A prestação de contas da utilização de recursos federais de que tratam os incisos I, IV e V do art. 4º, repassados para o fundo de assistência social do município, será realizada por meio de declaração anual dos entes recebedores ao ente transferidor, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo conselho de assistência social, que comprovará a execução das ações.

§ 1º Para fins de prestação de contas dos recursos federais de que trata inciso I do art. 4º, considera-se relatório de gestão as informações relativas à execução física e financeira dos recursos transferidos, declaradas pelos entes federados em instrumento informatizado específico, disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º A prestação de contas, na forma do caput, será submetida à aprovação do FMAS e posteriormente encaminhada ao FNAS e ao FEAS.

Art. 9º A utilização e prestação de contas de recursos federais e estaduais recebidos pelo fundo de assistência social do Município, de que tratam os incisos IV e V do art. 4º, observará o disposto em legislação específica.

Art. 10. Os recursos de que trata o inciso I do art. 4º poderão ser repassados pelos fundos municipais para entidades e organizações que compõem a rede socioassistencial, observados os critérios estabelecidos pelos respectivos conselhos, o disposto no art. 9º da Lei nº 8.742, de 1993, e a legislação aplicável.

Art. 11. Os demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FMAS serão submetidos à apreciação do CMAS trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica.

#### CAPÍTULO VI DO CONTROLE SOCIAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta

orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, e projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política.

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) execução e aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas intersetoriais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (REDESUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços cofinanciados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e propor medidas saneadoras para sua regularização, caso identifique-se irregularidades;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas cabíveis para regularização;

XII - Elaborar Parecer sobre a Utilização dos Recursos ao Tribunal Contas do Estado - TCE

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando todas as disposições em contrário, mais especificamente as contidas nas seguintes legislações: a Lei nº 1.643 de 10 de setembro de 2013 e os artigos 14 a 22 da Lei nº 640 de 08 de dezembro de 1995.



Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Janeiro de 2018  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M em 18/01/2018  
Bruna Mendonça Leandro

## LEI Nº 1.889

Publicação Nº 1492842

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.889  
DE 16 DE JANEIRO DE 2018

"DISPÕE SOBRE A EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO NO TERRENO DE MATRÍCULA Nº 4.615, NA ESTRADA GERAL RIACHO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I e III do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica expandido o Perímetro Urbano no terreno de matrícula nº 4.615, em frente a Estrada Geral Riacho, s/n, bairro Riacho, na cidade de Gravatal. O terreno a ser expandido faz extrema com Antonio Pedro Torquato da Silva; Jacob Salazar; José Manoel Gomes e José Fernandes Bittencourt;

Art. 2ª A expansão está representadas pelas Coordenadas U.T.M, Datum Sirgas 2000, abaixo explanadas:

Art. 3º A expansão inicia-se a descrição deste perímetro no P1 até P2 com coordenadas X= 694.372.9200 Y=6.863.887.2000. P2 até o P3 de coordenada X= 694.861.0465 e Y= 6.863.836.2349. P3 até o P4 de coordenada X= 695.496.3900 Y=6.863.771.2500. P4 até o P5 de coordenadas X=695.486.8300 Y=6.863.773,8900. P5 até P6 de coordenadas X=694.859.3183 Y=6.863.793,1916. P6 até P7 de coordenadas X=694.382.4680 e Y=6.863.836,8827 e P7 até P1 com coordenadas X=694.380.6300 e Y=6.863.862,4200, com uma área total de 48.400,00m².

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Janeiro de 2018  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M em 18/01/2018  
Bruna Mendonça Leandro

## LEI Nº 1.890

Publicação Nº 1492843

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.890  
DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CESSÃO DE USO GRATUITO POR TEMPO DETERMINADO PARA A APP - C.E.I. PROF. ALMERINDA DOS SANTOS MENDES, PARA A CONSTRUÇÃO DE SALA DE AULA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei

Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder cessão de uso gratuito por tempo determinado do C.E.I - CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PROF. ALMERINDA DOS SANTOS MENDES localizado na Rua Manoel José Leandro, s/nº, Pouso alto, Gravatal, Santa Catarina, para a APP (ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E PROFESSORES) - PROF. ALMERINDA DOS SANTOS MENDES, associação privada, inscrita no CNPJ sob o nº 06.1019.645/0001-52 com sede a Rodovia KM 207, Gravatal, Santa Catarina, com a finalidade de construção, pela cessionária, de uma de sala de aula para atender crianças de 0 a 5 anos da educação infantil.

§1º A Cessão de Uso de que trata esta Lei se fará de forma gratuita, pelo prazo determinado de 03 meses e deverá ter seu uso destinado exclusivamente à construção, instalação e funcionamento de sala de aula.

§2º A cessionária receberá o C.E.I PROF. ALMERINDA DOS SANTOS MENDES em perfeitas condições de uso, ficando sob sua inteira responsabilidade a segurança, zelo, limpeza, conservação, manutenção e a execução de reparos, bem como o fornecimento do pessoal necessário à execução do objeto enquanto perdurar a cessão de uso.

§3º As benfeitorias construídas no imóvel serão incorporadas ao Patrimônio Municipal, não cabendo a cessionária qualquer direito à indenização.

Art.2º A presente Cessão de Uso poderá ser revogada por ato do Poder Executivo por razões de interesse público devidamente atestadas em procedimento competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito de Gravatal, 16 de Janeiro de 2018  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M. em 18/01/2018  
Bruna Mendonça Leandro

## LEI Nº 1.891

Publicação Nº 1492844

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.891  
DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE PROVÁVEL ARRECADAÇÃO DO CONVENIO N. 847362 DA PRODESA - OPERAÇÃO N.º 1042818-13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial no valor total de R\$ 97.500,00(Noventa e sete mil e quinhentos reais) as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO
Unidade:	05 – SECRETARIA AGRICULTURA DEFESA CIVIL E MEIO AMBIENTE



Projeto/Atividade:	1.015 AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO EM GERAL	
Despesa:	(184) 4.4.00.00.00.00.00.00.00725-	R\$ 97.500,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 97.500,00		

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional especial de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação decorrentes do recurso do programa: PRODESA - operação n.º 1042818-13 n.º proposta siconv: 17521/2017, CONVENIO : 84736, juntamente com a caixa econômica federal.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 88.500,00 (Oitenta e oito mil e quinhentos reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA	
Projeto/Atividade:	2.037 - MANUTENÇÃO DA LIMPEZA URBANA, COLETA, COLETA TRATAMENTO DEST. LIXO	
Despesa:	(97) 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 -	R\$ 88.500,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 88.500,00		

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 88.500,00 (Oitenta e cinco mil e quinhentos reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	05 – SECRETARIA AGRICULTURA DEFESA CIVIL MEIO AMBIENTE	
Projeto/Atividade:	1.015 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E MOBILARIO EM GERAL	
Despesa:	(66) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 -	R\$ 88.500,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 88.500,00		

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Janeiro de 2018  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito Municipal

Publicado no D.O.M em 18/01/2018  
Bruna Mendonça Leandro



**EDITAL ESTAGIÁRIO 001/2018**

Publicação Nº 1492809



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO – CEP 88.735-000  
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – [www.gravatal.sc.gov.br](mailto:www.gravatal.sc.gov.br)  
CNPJ: 82.926.569/0001-47

**EDITAL PARA INSCRIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº. 01/2018**

ABRE INSCRIÇÕES, DEFINE NORMAS E CRITÉRIOS PARA  
SELEÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO  
NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC PARA O EXERCÍCIO DE  
2018.

O Prefeito Municipal de Gravatal/SC, no uso de suas atribuições e considerando a Lei Federal nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008, Lei Municipal nº. 23/2017, de 03 de março de 2017, torna pública a inscrição para compor cadastro de reservas de vagas de estágio nas Secretarias do Município de Gravatal/SC.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O presente Edital tem por finalidade a seleção e composição de cadastro de reservas de estágio, dentro das necessidades e limites legais, para atuar nos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e outras Entidades Estaduais ou Federais Públicas, por conta de acordos ou convênios.

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer no período de 22/01 a 30/01, das 08h às 11h30min (período matutino).

2.2. O candidato no ato da inscrição deverá apresentar os seguintes documentos (juntamente com cópias) que ficarão arquivados juntamente com a ficha de inscrição:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) Comprovante de residência;
- d) Histórico Escolar;
- e) Comprovante de matrícula atualizado;
- f) Se deficiente físico, comprovante da deficiência com o respectivo enquadramento na Classificação Internacional de Doenças – CID.

2.3. O estagiário contratado deverá apresentar a cada 6 (seis) meses atestado de frequência atualizado do Estabelecimento de Ensino que frequenta ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação do Município.

**4. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

4.1. É assegurado ao educando com deficiência o direito de Inscrição, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência.

4.2. Serão reservadas 10 (dez) % das vagas às pessoas com deficiência de acordo com o artigo 4º § 3º da Lei Municipal nº 1.816/17.

4.3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que a lei assim dispor.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO – CEP 88.735-000  
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – [www.gravatal.sc.gov.br](http://www.gravatal.sc.gov.br)  
CNPJ: 82.926.569/0001-47

4.4. No ato da Inscrição, a pessoa com deficiência deverá indicar, no espaço apropriado constante da Ficha de Inscrição, sua deficiência.

4.5. Na falta de candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

## 5. DA DIVULGAÇÃO

5.1. A lista dos candidatos inscritos será divulgada de acordo com o curso/escolaridade, em 3 (três) Categorias por ordem alfabética.

- a) Lista dos educandos/acadêmicos de Ensino Superior por Curso;
- b) Educação Profissional;
- c) Ensino Médio;
- d) Educação Especial.

5.2. A chamada respeitará as necessidades de cada entidade, quanto ao nível de escolaridade exigido para o desenvolvimento das atividades do estagiário.

## 6. ESCOLHA DE VAGAS

6.1. Conforme a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, um dos critérios de maior peso em favor do candidato serão as notas escolares do ano letivo imediatamente anterior.

6.2. O candidato chamado para ocupar a vaga passará por uma entrevista que será realizada pelo responsável do setor (chefe imediato).

6.3. A listagem dos inscritos será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/> e no site Oficial do Município no endereço: <http://gravatal.sc.gov.br/>, por ordem alfabética até o dia 02/02/2018.

6.4. Conforme haja necessidade de abertura de vagas nos setores, as chamadas serão realizadas por meio do endereço eletrônico e/ou ligação telefônica, constante nos dados informados no ato da inscrição pelo candidato.

6.5. Em caso de alteração do endereço eletrônico ou telefones informados no ato de inscrição, o candidato deverá atualizá-los no setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação do Município de Gravatal, sob pena de perder a vaga.

6.6. O candidato a ser contratado terá o prazo de 2 (dois) dias úteis da comunicação, ou da escolha da vaga, para se apresentar no local indicado munido de toda a documentação exigida para admissão.

## 7. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

7.1. Todas as informações prestadas pelos candidatos são de inteira responsabilidade destes;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO – CEP 88.735-000  
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – [www.gravatal.sc.gov.br](mailto:www.gravatal.sc.gov.br)  
CNPJ: 82.926.569/0001-47

7.2. A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas presentes;

7.3. Poderão inscrever-se educandos que estejam devidamente matriculados e frequentando o ensino regular médio ou profissionalizante e superior em instituições de ensino oficial;

7.4. Será assinado um termo de compromisso entre Município de Gravatal, candidato e a instituição de ensino oficial do estagiário contratado;

7.5. A jornada de atividades será de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, ou 05 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais, ou 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais conforme a necessidade de cada Secretaria Municipal de Gravatal e o permissivo no Art.6º da Lei Municipal n. 1.816/17 .

7.6 Poderá o Município reduzir a jornada de atividade de 30 (trinta) horas para 20 (vinte) horas em razão de incompatibilidade com as atividades escolares ou por interesse público.

7.7 o pagamento de Bolsa-auxílio e Auxílio Transporte para Estagiários quando da realização de **estágio não obrigatório**, será conforme disposto no Decreto Municipal N. 045/2017:

#### I - ENSINO SUPERIOR

BOLSA AUXÍLIO	AUXILIO TRANSPORTE	TOTAL
Ensino Superior (4h) R\$ 500,00	R\$ 50,00	R\$ 550,00
Ensino Superior (5h) R\$ 600,00	R\$ 50,00	R\$ 650,00
Ensino Superior (6h) R\$ 700,00	R\$ 50,00	R\$ 750,00

#### II - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

BOLSA AUXÍLIO	AUXILIO TRANSPORTE	TOTAL
Ensino Médio (4h) R\$ 300,00	R\$ 50,00	R\$ 350,00
Ensino Médio (5h) R\$ 400,00	R\$ 50,00	R\$ 450,00
Ensino Médio (6h) R\$ 500,00	R\$ 50,00	R\$ 550,00

#### III - ENSINO MÉDIO

BOLSA AUXÍLIO	AUXILIO TRANSPORTE	TOTAL
Ensino Médio (4h) R\$ 300,00	R\$ 50,00	R\$ 350,00
Ensino Médio (5h) R\$ 400,00	R\$ 50,00	R\$ 450,00
Ensino Médio (6h) R\$ 500,00	R\$ 50,00	R\$ 550,00

#### IV – EDUCAÇÃO ESPECIAL

BOLSA AUXÍLIO	AUXILIO TRANSPORTE	TOTAL
Educação Especial (4h) R\$ 300,00	R\$ 50,00	R\$ 350,00





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO – CEP 88.735-000  
FONES: (48) 3648-80.00 / FAX: (48) 3648-80.01 - E-MAIL – [www.gravatal.sc.gov.br](http://www.gravatal.sc.gov.br)  
CNPJ: 82.926.569/0001-47

7.8. Somente será permitida a inscrição de educandos com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos e residentes no Município de Gravatal/SC.

7.9. A duração do estágio, na mesma parte concedente (Município de Gravatal), não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

7.10. O estágio não gerará vínculo empregatício de qualquer natureza.

7.11. O presente Edital é de responsabilidade do Município de Gravatal/SC

7.12. Os casos omissos serão resolvidos baseados na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei Municipal n. 1816, de 10 de março de 2017 e legislações pertinentes.

Em, 15 de janeiro de 2018.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO ESTUDANTES 01/2018

Publicação Nº 1493240

Estado de Santa Catarina  
Município de Guaraciaba

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018  
PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO – PARCELA 01/2017 e 02/2017

VANDECIR DORIGON, Prefeito Municipal em exercício de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data, os alunos que tiveram suas inscrições deferidas no Programa de Bolsa de Estudo, parcela 01/2017 e 02/2017, conforme edital de chamamento 01/2017 e 02/2017 e decretos nº 553/2017 e 656/2017, para prestação de serviço voluntário.

Art. 1º. O objeto para qual os estudantes estão sendo convocados trata-se de atualização cadastral dos contribuintes do perímetro urbano de Guaraciaba/SC (período 1).

Parágrafo único: Essa atividade será executada da seguinte forma: a cada 15 (quinze) formulários preenchidos de forma correta serão computadas 4 (quatro) horas de serviço voluntário. Do dia 29/01/2018 até o dia 09/02/2018 o estudante deverá retirar os formulários de atualização cadastral junto à Secretaria Municipal de Educação do município de Guaraciaba/SC, sendo que nesse momento será orientado sobre a coleta dos dados. Após o preenchimento e coleta de assinatura os formulários deverão ser entregues até dia 28/02/2018 na Secretaria Municipal de Educação. Essa atividade poderá ser realizada no horário que melhor se adequar aos horários do estudante, dentro do prazo previsto nesse edital.

Art. 2º. Na entrega à Secretaria Municipal de Educação dos 15 (quinze) formulários preenchidos de forma correta e assinados o estudante receberá comprovante de prestação de 4h (quatro horas) de serviço voluntário.

Art. 3º. Para inscrição os alunos devem preencher o requerimento abaixo e enviá-lo para o e-mail educacao@guaraciaba.sc.gov.br, de 16/01/2018 à 26/01/2018.

Requerimento para inscrição ao serviço voluntário obrigatório

Nome completo	CPF	Telefone	Período no qual está se inscrevendo

§ 1º. A inscrição somente será deferida quando o aluno receber e-mail de confirmação.

§ 2º. Caso o estudante não receba nenhum e-mail de confirmação até dia 29/01/2018, deverá entrar em contato com a Secretaria de Educação, no prédio da prefeitura municipal.

§ 3º. Não haverá limite de inscritos para essa atividade.

§ 4º. Os estudantes poderão se inscrever para mais de um período, sendo de sua inteira responsabilidade o comparecimento e cumprimento das obrigações.

§ 5º. Para cada 15 (quinze) formulários entregues no prazo, devidamente preenchidos e assinados, o estudante receberá comprovante de 4h (quatro horas).

Art. 4º. Casos omissos aos edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a municipalidade.

Guaraciaba/SC, aos 16 de Janeiro de 2018.

VANDECIR DORIGON

Prefeito Municipal em Exercício

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 01.18 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MAT. HIG E LIMPEZA IDOSOS. DOC

Publicação Nº 1493719

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2018.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Assistência Social, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 04/18, Edital de Pregão Presencial Nº 01/18. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para uso com grupos de idosos; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 07/02/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 07/02/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) Guaraciaba em 18 de janeiro de 2018.

IDIONE FABBI KROTH,  
Ordenador do FMAS



**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 22.18 TRANSPORTE ESCOLAR.DOC**

Publicação Nº 1493465

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº22/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 27/18, Edital de Pregão Presencial Nº 22/18. Objeto: Contratação de Transporte Escolar para o ano de 2018; recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 05/02/18; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 05/02/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br) Guaraciaba em 17 de janeiro de 2018.

Vandecir Dorigon,  
Prefeito Municipal em Exercício

**TERMO DE FOMENTO HOSPITAL SÃO LUCAS 02-2018**

Publicação Nº 1492781

TERMO DE FOMENTO N.º 002/2018

Processo n.º 02/2018

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VANDECIR DORIGON, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 2.200.897 SSPSC e inscrito no CPF sob n.º 914.976.399-72, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e Associação Beneficente Hospital São Lucas, uma associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n.º CNPJ nº 86.245.982/0001-05, sediada na rua Dom Pedro I, Nº 835, Centro, Guaraciaba/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Presidente Valdir José Muller, portador de RG nº 313.315 e CPF nº 076.173.309-44, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Nº 126, Centro de Guaraciaba - SC, resolvem celebrar o presente do Termo de Fomento, sendo dispensável a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal 3074/2018 e Decreto Municipal nº 500/2017 e nº 715/2018 conforme cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1- O presente Termo de Fomento com a Entidade Associação Beneficente Hospital São Lucas, tem por objetivo o desenvolvimento do projeto “Fortalecimento Institucional da Associação Beneficente Hospital São Lucas”, com o objetivo de melhorar e ampliar o atendimento hospitalar, propondo uma ação conjunta com o Poder Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2- São compromissos da CONTRATADA: a entidade responsabiliza-se por planejar, gerenciar e executar as ações de recuperação financeira e econômica da Instituição, por meio de quitação de pendências e obrigações trabalhistas, além dos demais débitos existentes;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário à realização das atividades pactuadas e previstas no Plano de Trabalho;

2.2 – Fica proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades;

2.3 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.4 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem

nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.5 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.6 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.7 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.8 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Guaraciaba/SC, 30 (trinta dias), em relação aos recursos recebidos e aplicados no período imediatamente anterior;

2.9 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.10 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;

b) Pagamento das despesas com aluguel de bovinos para a prática de tiro de laço e provas campeiras.

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

2.11 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.12 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

2.13 - Dar publicidade ao presente Termo de Fomento por meio de seu site oficial.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir recursos financeiros à CONTRATADA, no valor total de R\$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil Reais) em uma parcela, conforme plano de trabalho e cronograma de desembolso;

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.2.1- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.2.2- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.2.3- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.2.4- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento por meio da publicação no Diário Oficial do Município;

3.2.5- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.2.6- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira



não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 – O Contratante repassará à Contratada, o montante de R\$ 110.000,00 (Centro e Dez Mil Reais);

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

#### CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será dentro do exercício de 2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada parcela repassada, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.8;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

8.1.e – Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos participantes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da seguinte rubrica de dotação Orçamentária:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE

10.301.0007.2.077 – Desenvolvimento da Política de Saúde por meio de parcerias.

(36) 3.3.50.00.00.00.00 Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 500/2017 e 715/2018.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12- Os partícipes elegem o Foro da comarca de São Miguel do Oeste/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Guaraciaba/SC, 17 de Janeiro de 2018.

Vandecir Dorigon

Prefeito Municipal em Exercício

Daiane Dorigon

Gestor da Parceria

Valdir José Muller

Presidente Hospital

Testemunha:

Nome:

CPF:

Testemunha:

Nome:

CPF:



**Guaramirim****PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017 - FMAS**

Publicação Nº 1493288

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017 - FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 – FMAS

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e alimentos diversos para o Lar da Criança - Marcos Valdir Moroso de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Sulmedic Comércio de Medicamentos EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.944.371/0001-04, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 1335, bairro Santo Antônio, município de Joinville, estado de Santa Catarina.

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
91	65	L	FÓRMULA INFANTIL COM FERRO PARA LACTANTES (DESDE O NASCIMENTOS ATÉ 6 MESES). LATA COM 400 G INGREDIENTES: LEITE DE VACA SEMI-DESNATADO OU DESNATADO, ÓLEOS VEGETAIS, VITAMINA C, TAURINA, SULFATO DE FERRO E ZINCO, VITAMINA A, NIACINA, GLUCONATO DE COBRE OU SULFATO DE COBRE, PANTOTENATO DE CALCIO, VITAMINA B1, B2 E B6, ÁCIDO FÓLICO, IODATO DE POTÁSSIO, VITAMINA K, VITAMINA D E BIOTINA. NÃO CONTÉM GLÚTEN.	NESTLE	21,80	1.417,00
129	52	UN	MUCILAGEM DE ARROZ - MINGAU DE PREPARO INSTANTÂNEO. Embalagens contendo entre 350 g e 450 g. Produto alimentício infantil com os seguintes ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, vitaminas, minerais e aromatizantes. Embalagem íntegra. Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	NESTLE	6,51	338,52
Total					R\$1.755,52	

Vigência: Início: 18/12/2017 Término: 17/12/2018.

Guaramirim (SC), 17 de janeiro de 2018.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 - FMAS**

Publicação Nº 1493292

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 - FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 – FMAS

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de produtos de higiene e alimentos diversos para o Lar da Criança - Marcos Valdir Moroso de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: Frontal Distribuidora EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.621.552/0001-50, com sede na Rua José Theodoro Ribeiro, nº 1058, sala 03, bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.



Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	90	KG	ABACATE- FRUTA COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE) ISENTA DE DOENÇAS. DEVE APRESENTAR A CASCA ÍNTEGRA, SEM PARTES MOLES. AS UNIDADES NÃO DEVEM SE APRESENTAR EM ESTADO AVANÇADO DE MATURAÇÃO. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	INATURA	9,77	879,30
2	26	UN	ABACAXI EM CONSERVA. Lata de 450 gr drenado. Frutas cortadas em rodela. Validade mínima de seis meses. Embalagem íntegra, sem amassados. Embalagem deve obedecer a legislação vigente, rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	OBBA	9,20	239,20
3	290	UN	ABACAXI PÉROLA- FRUTA DE COR CARACTERÍSTICA (CASCA AMARELA E COROA VERDE), ISENTA DE DOENÇAS. DEVE APRESENTAR A CASCA ÍNTEGRA, SEM PARTES MOLES. AS UNIDADES NÃO DEVEM SE APRESENTAR EM ESTADO AVANÇADO DE MATURAÇÃO. PESO APROXIMADO POR UNIDADE/PEÇA 1 KG. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	INATURA	4,70	1.363,00
4	120	KG	ABÓBORA CABUTIA. VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE ESCURO), SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS, SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente	INATURA	3,00	360,00
5	60	KG	ABOBRINHA ITALIANA, VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA, SUPERFÍCIE LISA, ISENTA DE DOENÇAS, SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente.	INATURA	3,50	210,00
6	65	UN	ACELGA. Hortalica com talos longos, firmes e brilhantes, com cor característica (verde claro) isento de doenças ou manchas escuras. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa.	INATURA	3,40	221,00
7	65	L	ACHOCOLATADO EM LATA DE 400 GR, VÁLIDADE MÍNIMA DE SEIS MESES, COM BAIXO TEOR DE AÇÚCAR. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE, EMBALAGEM CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MUKY	6,50	422,50
8	90	PCT	AÇÚCAR BRANCO REFINADO ESPECIAL (PCT COM 5 KG) DEVERÁ APRESENTAR GRÂNULOS EXTREMAMENTE FINOS E COLORAÇÃO NITIDAMENTE BRANCA. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 5KG. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	ALTO ALEGRE	10,00	900,00
9	52	KG	AÇÚCAR MASCAVO, ESPECIAL, ORGÂNICO. . EMBALAGEM COM 1 KG. DEVERÁ APRESENTAR GRÂNULOS FINOS COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	PUXA DA BOA	10,40	540,80
10	90	KG	AIPIM CONGELADO (KG) AIPIM DESCASCADO E CONGELADO. ACONDICIONADO EM PORÇÕES DE 1KG. ESPECIFICAÇÃO DADA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM DO PRODUTO. GÊNERO ALIMENTÍCIO COM REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	MARAVILHA	6,40	576,00
11	175	PCT	ALETRIA COM OVOS (PCT COM 500g) - MACARRÃO TIPO CABELO-DE-ANJO MASSA FINA COM COLORAÇÃO AMARELO-CLARO. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS. QUANTO AO PREPARO: AO SER COLOCADA NA ÁGUA NÃO DEVERÁ TURVÁ-LA ANTES DA COZIDA. DEVE APRESENTAR BOA APARÊNCIA E CONSISTÊNCIA MACIA APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, LIVRE DE SINAIS DE EMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. Rótulo com indicação do fabricante, produto, lote, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade, indústria brasileira e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos.	ORQUIDEA	4,55	796,25
12	65	UN	ALFACE AMERICANA. Vegetal folhas em formato de cabeça, tipo repolho, com cor característica (verde claro), isento de doenças ou manchas escuras. Livre de insetos, fungos e matéria terrosa.	INATURA	2,70	175,50
13	120	UN	ALFACE CRESPA VEGETAL FOLHOSO CRESPO COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE CLARO), ISENTA DE DOENÇAS OU MANCHAS ESCLURAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA.	INATURA	2,50	300,00
14	40	KG	ALHO INTEIRO. PRODUTO IN NATURA COM CABEÇAS ÍNTEGRAS. LIVRE DE DOENÇAS, BROTO E PARTES AMOLECIDAS. ISENTA DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	INATURA	24,00	960,00



15	65	PCT	AMEIXA PRETA, sem caroço, embalagem de 100 GR. Embalagem íntegra. Rótulo com indicações do fabricante, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	TURMINHA FELIZ	5,29	343,85
16	52	PCT	AMENDOIM DE 500 GR - AMENDOIM CRÚ, CONTENDO NO MÍNIMO 500 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	MOINHO JARAGUÁ	5,98	310,96
17	13	PCT	AMIDO DE MILHO, PACOTE COM 500 GR. Produto amiláceo extraído do milho. Sob forma de pó apresenta coloração branca e deve produzir ligeiramente crepitação quando comprimido entre os dedos. Embalagem plástica ou caixa de papel espesso envolvendo uma embalagem plástica interna. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	BRETZKE	6,00	78,00
18	130	PCT	ARROZ AMARELO PARBOILIZADO. PACOTE COM 5 KG. CLASSE LONGO FINO, TIPO 1. SUBGRUPO PARBORIZADO POLIDO.DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO AMARELA, GRÃOS ÍNTEGRO-SE SOLTOS APÓS O COZIMENTO, OU SEJA, SEM SINAIS DEEMPAPAMENTO E COLORAÇÃO ESCURECIDA. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO COMINDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIAS TERROSA.	ITAJARA	10,60	1.378,00
19	26	PCT	ARROZ BRANCO, PACOTE COM 5 KG. TIPO 1. SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃOBRANCA, GRÃOS ÍNTEGROS E SOLTOS APÓS O COZIMENTO,OU SEJA, SEM SINAIS DE EMPAPAMENTO OU COLORAÇÃO AMARELADA. EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, INGREDIENTES,INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZODEVALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS E MATÉRIA TERROSA.	COOPER-BURITI	10,04	261,04
20	52	PCT	AVEIA EM FLOCOS FINOS EMBALAGEM COM 250G. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO CLARA E GRÂNULOS SOLTOS, OU SEJA, SEM SINAIS DE UMIDADE. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	APTI	3,52	183,04
21	40	UN	AZEITE DE OLIVA, tipo extra virgem, embalagem de vidro com 250 ml. Embalagem íntegra. Rótulo com indicações do fabricante,peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	GALLO	16,60	664,00
23	232	KG	BANANA BRANCA. FRUTA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVREDE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (AMARELA)	INATURA	2,40	556,80
24	290	KG	BANANA CATURRA. FRUTA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEMPARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS.LIVREDE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERISTICA (AMARELA)	INATURA	1,90	551,00
25	13	KG	BANHA DE PORCO, PROPRIA PARA UTILIZAÇÃO CULINÁRIA. EMBALAGEM DE 1KG. Coloração característica. Etiqueta com indicação do nome do fornecedor, produto, peso, informação nutricional, data de envase e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente.	AURORA	8,50	110,50
26	175	KG	BATATA DOCE. TUBÉRCULO DE PRIMEIRA QUALIDADE. TAMANHO UNIFORME, SEM DOENÇAS OU DANOS FÍSICOS. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADES ESTRAGADAS. DEVE ESTAR EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO E NÃO DEVE APRESENTAR ASPECTO AVANÇADO DE MATURAÇÃO,NEM MATÉRIA TERROSA. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DE AR, SENDO LIVRES DE INSETOS EFUNGOS. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGIS	INATURA	2,45	428,75
27	348	KG	BATATA INGLESA LAVADA. TAMANHO UNIFORME; SEM DOENÇAS, DANOS FÍSICOS OU ESTÁGIO AVANÇADO DE MATURAÇÃO. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADES ESTRAGADAS. DEVE ESTAR EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO. LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, INSETOS E FUNGOS.EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DEAR. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR,PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃOVIGENTE.	INATURA	2,50	870,00
28	52	PCT	BATATA PALHA. EMBALAGEM COM 400 G. INGREDIENTES: BATATAS, ÓLEO VEGETAL, SAL. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	SPIGHA	15,12	786,24



29	65	KG	BATATA SALSA. TUBÉRCULO DE PRIMEIRA QUALIDADE. TAMANHO UNIFORME, SEM DOENÇAS E DANOS FÍSICOS. AUSÊNCIA DE BROTO E PARTES MOLES OU UNIDADE ESTRAGADAS. DEVE ESTAR EM BOAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO E NÃO DEVE APRESENTAR ASPECTO AVANÇADO DE MATURAÇÃO, NEM MATÉRIA TERROSA. EMBALAGENS ÍNTEGRAS E PRÓPRIAS PARA CIRCULAÇÃO DE AR, SENDO LIVRES DE INSETOS E FUNGOS. ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGIS	INATURA	6,42	417,30
30	52	KG	BERINJELA. VEGETAL COM TAMANHO UNIFORME, BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA.	INATURA	5,30	275,60
31	174	KG	BETERRABA LIVRE DE DOENÇAS E DANOS MECÂNICOS, COM BOA APRESENTAÇÃO E ASPECTO FIRME. SEM PARTES MOLES, ENRUGADAS OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E SEM MATÉRIA TERROSA. COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA (ROXA). ETIQUETA COM INDICAÇÃO DO NOME DO FORNECEDOR, PRODUTO, PESO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE ENVASE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.	INATURA	2,50	435,00
32	90	UN	BISCOITO DOCE SABOR LEITE, PACOTE CONTENDO MÍNIMO DE 350 G. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESURA FINA (UNIDADE COM APROXIMADAMENTE 6 GRAMAS), CONSISTÊNCIA CROCANTE E COM SABOR ADOCICADO DE LEITE. NÃO DEVE APRESENTAR-SE QUEBRADIÇO NO INTERIOR DA	ORQUIDEA	5,16	464,40
33	90	PCT	BISCOITO SALGADO SEM LACTOSE - ÁGUA E SAL, PACOTE CONTENDO ENTRE 350 E 400 G, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO, BICARBONATO DE SÓDIO), ESTABILIZANTE (LECITINA DE SOJA), AMIDO. NÃO DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES LEITE OU SORO DE LEITE, ALÉM DE ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO E EMULSIFICANTE ESTEROIL - 2 LACTIL LACTATO DE SÓDIO. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA DEVE SER DE ESPESURA	NINFA	7,90	711,00
34	90	PCT	BOLACHA DOCE SABOR MAISENA, SEM LACTOSE, PACOTE CONTENDO ENTRE 350 E 400 G INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, FERMENTO QUÍMICO (BICARBONATO DE AMÔNIO E BICARBONATO DE SÓDIO). ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE E ANTIOXIDANTE. BISCOITO DE PRIMEIRA LINHA. DEVE SER DE ESPESURA FINA (UNIDADE COM APROXIMADAMENTE 06 GRAMAS), CONSISTÊNCIA CROCANTE E COM SABOR ADOCICADO DE MAISENA.	NINFA	5,90	531,00
35	26	PCT	BOLACHÃO DE MEL, PACOTE COM 50 UNIDADES (1.400 G), CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO E AROMA DE MEL. EMBALAGEM PLÁSTICA ÍNTEGRA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.	KRONE	12,86	334,36
36	145	UN	BRÓCOLIS VEGETAL COM COR CARACTERÍSTICA (VERDE ESCURO), ISENTO DE DOENÇAS OU BROTO. SEM PARTES MOLES OU UNIDADES MUITO AMADURECIDAS. LIVRE DE INSETOS, FUNGOS E MATÉRIA TERROSA.	INATURA	3,60	522,00
37	290	PCT	CAFÉ TORRADO E MOÍDO. PACOTE COM 500 G, GRÃOS TORRADOS E MOÍDOS. CAFÉ TRADICIONAL. DEVE APRESENTAR SELO ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CAFÉ). EMBALAGEM ÍNTEGRA DE ALUMÍNIO A VÁCUO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE. APÓS SER PREPARADO EM ÁGUA FERVENTE, O CAFÉ DEVE APRESENTAR ODOR MARCANTE, COLORAÇÃO PRETA ACENTUADA E SABOR FORTE. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	OURO	10,30	2.987,00
38	52	CX	CALDO DE GALINHA - COMPOSTO POR SAL, GORDURA VEGETAL, AMIDO, AÇÚCAR, OLEÍNA DE PALMA, CARNE DE GALINHA E ALHO. EMBALAGEM COM 12 TABLETES/126GR, EMBALAGEM E VALIDADE CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.	MAGGI	2,60	135,20
39	26	UN	CANELA EM PÓ, EMBALAGEM COM 30G. PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO MARROM E ODOR INTENSO CARACTERÍSTICO DE CANELA. FRASCO PLÁSTICO-ÍNTEGRO. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS. REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	MAKRI	3,00	78,00

Vigência: Início: 18/12/2017 Término: 17/12/2018.

Guaramirim (SC), 17 de janeiro de 2018.

Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL





**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017 - PMG**

Publicação Nº 1493263

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017 – PMG  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.  
Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.  
Objeto da Licitação: Contratação de instituições financeiras e de crédito para o recebimento de tributos e demais receitas públicas, bem como faturas do serviço de água do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Banco Cooperativo Sicredi S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.181.521/0001-55, estabelecida na Avenida Assis Brasil, nº 3940, 12º andar, bairro Passo d'Areia, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses, estendendo até o dia 31 de dezembro de 2018.  
Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/12/2018.

Guaramirim (SC), 17 de janeiro de 2018.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016 - PMG**

Publicação Nº 1493257

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2016 – PMG  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.  
Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.  
Objeto da Licitação: Contratação de instituições financeiras e de crédito para o recebimento de tributos e demais receitas públicas, bem como faturas do serviço de água do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Cooperativa Central de Crédito Urbano – CECRED, inscrita no CNPJ sob o nº 05.463.212/0001-29, estabelecida na Rua Frei Estanislau Schaeette, nº 1201, c. p. 2141, bairro Água Verde, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses, estendendo até o dia 31 de dezembro de 2018.

Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/12/2018.

Guaramirim (SC), 17 de janeiro de 2018.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2016 - PMG**

Publicação Nº 1493260

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2016 – PMG  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.  
Base Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.  
Objeto da Licitação: Contratação de instituições financeiras e de crédito para o recebimento de tributos e demais receitas públicas, bem como faturas do serviço de água do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Banco Bradesco SA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, estabelecida na Cidade de Deus, s/n, município de Osasco, estado de São Paulo.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses, estendendo até o dia 31 de dezembro de 2018.  
Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 31/12/2018.

Guaramirim (SC), 17 de janeiro de 2018.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO OITAVO ADITIVO AO CONTRATO 38/2011 FMS**

Publicação Nº 1492846

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 38/2011-FMS

Processo Licitatório nº: 40/2011 - FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação  
Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AS INSTALAÇÕES DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DA FIGUEIRA, SITUADO NA AVENIDA IZÍDIO CARLOS PEIXER, S/Nº, BAIRRO ILHA DA FIGUEIRA NO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.



LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

LOCADORA: Rúbia Kinas, inscrita no CPF sob o nº 481.600.599-49, com endereço na Rua Emílio Hardt, s/nº, bairro Ilha da Figueira, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência pelo prazo de 12 meses (entre 29/01/2018 e 28/01/2019).

Data da Assinatura: 10/01/2018 Vigência 28/01/2019.

GUARAMIRIM (SC), 17/01/2018  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 210/2017 PMG**

Publicação Nº 1492857

PROCESSO LICITATORIO N.º 210/2017- PMG

PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA MATRICIAL NECESSÁRIA AS ATIVIDADES DO CITRAN DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

#### **REVOGAÇÃO**

Considerando que a presente licitação tem por objeto a aquisição de uma impressora matricial para o CITRAN do município, e que esta foi suspensa no exercício anterior.

Considerando que o processo não fora concluído dentro da vigência dos respectivos créditos orçamentários.

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGO o presente processo licitatório, devendo a secretaria requisitá-lo novamente, em momento oportuno.

Guaramirim (SC), 16 de janeiro de 2017.  
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
LUIZ ANTONIO CHIODINI



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL 005/2018

Publicação Nº 1493661

Decreto nº 005/2018.

Altera composição de membros designados para composição do CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO "C.M.E"

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o § 1º, artigo 3º da Lei Municipal nº 1.041/91 de 16 de outubro de 1991 alterada pela Lei nº 1.433/99:

#### RESOLVE:

Art. 1º Altera composição dos membros designados e nomeados para constituírem CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme abaixo relacionamos:

- a) representantes do Poder Executivo
  - Janete Vinciguerra Heinick- titular - ( 06 anos)
  - Adelise de Oliveira– suplente ( 06 anos)
- b) representantes dos Secretários Municipais
  - Rossméri Ines Mattje Dalla Vecchia – titular ( 06 anos)
  - Julio Cesar Della Flora - suplente ( 06 anos)
- c) representantes da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina
  - Claudete Wagner - tular ( 04 anos)
  - Adriani Kaiber Straub - suplente ( 04 anos)
- d) representantes das Associações de Pais e Professores
  - Zona Urbana
    - Sirlei Bohnenberger– titular (04 anos)
    - Marisa Bottini – suplente( 04 anos)
  - Zona Rural
    - Veronice Cichelero Zanatta– titular ( 04 anos)
    - Nelson Maran - suplente ( 04 anos)
- e) representantes do Ensino Especial
  - Clair Fatima Mattje Barichello– titular ( 04 anos)
  - Vani Maziero Warken– suplente ( 04 anos)
- f ) representantes do Ensino de 1º e 2º grau
  - Rejane Goetz Spada– titular ( 04 anos)
  - Luciane Casaril – suplente ( 04 anos)

Art. 2º - Este Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em,  
02 de janeiro de 2018 - 66º ano da Fundação e 56º ano da Instalação

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora  
Secretário de Administração e Fazenda



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO - ALAN RICHARD DE ÁGUIDA

Publicação Nº 1493496

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o senhor ALAN RICHARD DE ÁGUIDA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.689.369-55, aprovado em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Informática, 30 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - ANGELA HERICKS ANTUNES

Publicação Nº 1493326

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora ANGELA HERICKS ANTUNES, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 066.050.319-03, aprovada em 20º (vigésimo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 016/2014, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.397/2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 3.516/2016 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - CÉLIA FRIGO

Publicação Nº 1493490

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora CÉLIA FRIGO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 006.871.459-96, aprovada em 8º (oitavo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - DANIELLA PATRÍCIA APARECIDA ANTUNES

Publicação Nº 1493480

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora DANIELLA PATRÍCIA APARECIDA ANTUNES, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.809.079-55, aprovada em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a



medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - DEILY CRISTIANE PRUDENCIO LUVISON**

Publicação Nº 1493474

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora DEILY CRISTIANE PRUDENCIO LUVISON, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.144.129-69, aprovada em 4º (quarto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - ELIANE VICENTE**

Publicação Nº 1493471

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora ELIANE VICENTE, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 020.528.219-96, aprovada em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a

medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - FERNANDA SCHLINDWEIN CAVALHEIRO**

Publicação Nº 1493492

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora FERNANDA SCHLINDWEIN CAVALHEIRO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 040.775.079-79, aprovada em 9º (nono) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 16 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - GILVANE PAULO LEISER**

Publicação Nº 1493500

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar o senhor GILVANE PAULO LEISER, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 067.383.609-67, aprovado em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Música, 30 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a



medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - GISELI CRISTINA DOS SANTOS**

Publicação Nº 1493472

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora GISELI CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.991.079-92, aprovada em 3º (terceiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - GRAZIELE DE OLIVEIRA**

Publicação Nº 1493469

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora GRAZIELE DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 076.191.139-16, aprovada em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento

Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - JULIANA BISATTO MAIER**

Publicação Nº 1493478

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora JULIANA BISATTO MAIER, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 079.564.809-06, aprovada em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO - KEITY MARA GAZZOLA**

Publicação Nº 1493325

#### **CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora KEITY MARA GAZZOLA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 009.253.949-12, aprovada em 19º (décimo nono) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 016/2014, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.397/2015, alterado pelo Decreto Municipal nº 3.516/2016 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de



Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - LARISSA BEZERRA FRIO

Publicação Nº 1493481

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora LARISSA BEZERRA FRIO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 009.663.689-08, aprovada em 2º (segundo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - MARISTELA DA SILVA MATOS

Publicação Nº 1493482

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora MARISTELA DA SILVA MATOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 944.744.359-15, aprovada em 3º (terceiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na

desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - NEDIANE MAIER

Publicação Nº 1493489

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora NEDIANE MAIER, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 083.150.829-90, aprovada em 7º (sétimo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - NEUSA DE FÁTIMA GERVASIO

Publicação Nº 1493484

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora NEUSA DE FÁTIMA GERVASIO, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 021.139.719-92, aprovada em 4º (quarto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.



Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - PATRÍCIA DE SORDI

Publicação Nº 1493487

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora PATRÍCIA DE SORDI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 008.719.979-32, aprovada em 6º (sexto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - RODRIGO PIVETTA WERLANG

Publicação Nº 1493497

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o senhor RODRIGO PIVETTA WERLANG, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.193.849-95, aprovado em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Música, 30 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - SAMARA DE ALMEIDA

Publicação Nº 1493494

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora SAMARA DE ALMEIDA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 081.918.349-01, aprovada em 10º (décimo) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 17 de janeiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO - SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI

Publicação Nº 1493479

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 739.292.989-53, aprovada em 3º (terceiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal



**CONVOCAÇÃO - SILVANA SCALABRIN**

Publicação Nº 1493486

**CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora SILVANA SCALABRIN, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 605.180.902-30, aprovada em 5º (quinto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO - SUZIE HELENA MIGNONI**

Publicação Nº 1493476

**CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar a senhora SUZIE HELENA MIGNONI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 560.682.639-91, aprovada em 1º (primeiro) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO - VANTUIR DA SILVA**

Publicação Nº 1493475

**CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Convocar o senhor VANTUIR DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.238.269-07, aprovado em 5º (quinto) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Educação de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 15 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 087/2018**

Publicação Nº 1493256

**PORTARIA Nº 087/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (MATRÍCULA 69), ocupante do cargo de provimento efetivo de BIOQUÍMICO, Nível - 10/2, Referência - I, 20 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2016 e 03 de fevereiro de 2017, para serem usufruídas a partir de 17 de janeiro de 2018 a 15 de fevereiro de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 088/2018**

Publicação Nº 1493258

**PORTARIA Nº 088/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora ALICE VANAZZI (MATRÍCULA 2752), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível - 12/1, Referência - C, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de maio de 2016 e 31 de outubro de 2017, para serem usufruídas a partir de 17 de janeiro de 2018 a 15 de fevereiro de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 089/2018**

Publicação Nº 1493261

**PORTARIA Nº 089/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 17 de janeiro de 2018, o servidor IGOR BERNARDES DA SILVA (MATRÍCULA 2744), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de MÉDICO, Nível - 14, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 090/2018**

Publicação Nº 1493265

**PORTARIA Nº 090/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 17 de janeiro de 2018, a servidora ZAUDILE CHIES CAMPAGNOLO (MATRÍCULA 4023), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A,

40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 091/2018**

Publicação Nº 1493268

**PORTARIA Nº 091/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 17 de janeiro de 2018, a servidora MARCIA APARECIDA CAVALHEIRO (MATRÍCULA 2829), ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - ACS, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 092/2018**

Publicação Nº 1493275

**PORTARIA Nº 092/2018**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 17 de janeiro de 2018, a servidora ALINE DA CRUZ WUDARSKI DA ROSA (MATRÍCULA 4112), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, Nível - 12/1, Referência - A, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal



**IPREVI/HO****RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 02/2018**

Publicação Nº 1493347

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

“CONCEDE REAJUSTE ANUAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE, CONCEDIDOS NA FORMA DA LEI, AOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO, Presidente do Conselho de Administração e JAQUELINE RAZERA, Diretora de Gestão Administrativa do IPREVI-HO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 40 da Constituição Federal;

Considerando o disposto nos arts. 60 e 61 da Lei Complementar 179/2005 e suas alterações;

Considerando o disposto na Portaria do Ministério da Fazenda – MF nº 15 de 16/01/2018 – publicada no D.O.U. em 17/01/2018;

RESOLVEM:

Art. 1º Reajustar os proventos de aposentadoria e pensão por morte sem paridade no mês de janeiro de 2018, conforme índices distintos definidos pelo REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL na Portaria Ministerial do MF nº 15 de 16 de janeiro de 2018, o reajuste de 2,07% (dois inteiros e sete décimos por cento) para os benefícios concedidos até janeiro de 2017;

§ 1º Os benefícios a que se refere o caput, com data de início a partir de 1º de fevereiro de 2017 serão reajustados de acordo com os mesmos percentuais do Anexo I da referida portaria ministerial; abaixo definidos:

Data de Início do Benefício Reajuste (%)

Até janeiro de 2017 2,07

em fevereiro de 2017 1,64

em março de 2017 1,40

em abril de 2017 1,07

em maio de 2017 0,99

em junho de 2017 0,63

Data de Início do Benefício Reajuste (%)

em julho de 2017 0,93

em agosto de 2017 0,76

em setembro de 2017 0,79

em outubro de 2017 0,81

em novembro de 2017 0,44

em dezembro de 2017 0,26

Art. 2º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução IPREVI-HO nº 04/2017.

Herval d' Oeste (SC), 17 de janeiro de 2018.

JAQUELINE RAZERA

Diretora de Gestão

Administrativa

SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO

Presidente do Conselho

de Administração



**Ibiam****PREFEITURA****AVISO DE LICITACAO PP 04 - RECAUCHUTAGEM E CONserto DE PNEUS**

Publicação Nº 1493493

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 30 de janeiro de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial n. 004/2018, Registro de Preços, visando a contratação de empresa especializada em recauchutagem, recapagem e conserto de pneus, bem como, aquisição de baterias. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 30/01/2018 até as 09:00hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0044 ou pelo site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 17 DE JANEIRO DE 2018.  
JOAREZ TREVISOL  
Prefeito Municipal em exercício

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 02 - ATUATI MAQUINAS E EQ. AGRICOLAS**

Publicação Nº 1493503

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 002/2018  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 090/2017  
PREGÃO PRESENCIAL No 045/2017

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. JOAREZ TREVISOL, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, ATUATI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA – EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 01.435.215/0001-06, com sede na Rua José Schmidt, nº 1585, São Martinho – RS – CEP: 98690-000, neste ato representado pelo Sr. Adelino José Atuati, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 090/2017 e Pregão Presencial nº 045/2017, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 045/2017, homologado em 16 de janeiro de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

0.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de uma Ensiladeira para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Item	Quant.	Descrição	Marca e Modelo	Valor Total
01	01	Ensiladeira – colhedora de forragens – nova, acoplável a trator agrícola para silagem de milho e sorgo com comando hidráulico completo. Especificações: transmissão caixa e cardan hidráulicos, com bica de descarga hidráulica e quebra jato hidráulico, tamanhos de picado de 2 a 36mm, com 12 facas, 04 rolos recolhedores e sistema de quebrador de grãos, peso de 625 kg.  Garantia de 12 meses	Marca Nogueira e Modelo New Pecos	R\$ 23.450,00
VALOR TOTAL				R\$ 23.450,00

§ 1º Entrega do produto em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do contrato a ser firmado e ordem de entrega, sendo que o custo da entrega será por conta do proponente vencedor.

§ 2º O produto terá que ser de ótima qualidade e com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

§ 3º A empresa deverá ter assistência técnica de fábrica autorizada num raio de 100 km de distância da Sede Administrativa de Ibiam.

§ 4º A empresa vencedora deverá fornecer instruções adequadas para a utilização do equipamento.

§ 5º A empresa vencedora deverá prestar assistência técnica/mecânica/manutenção, bem como substituir peças defeituosas no prazo



máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da solicitação, sendo que em caso de defeito de fabricação o ônus e responsabilidade com transporte rodoviário do equipamento deverá ser da licitante contratada.

§ 6º O recebimento provisório será efetuado pelo servidor responsável que verificará a conformidade do objeto, observado o disposto nas alíneas "a" dos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

§ 7º O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável após a confirmação da verificação supracitada, observando o disposto nas alíneas "b" dos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (a) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço POR ITEM de R\$ 23.450,00 (vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02- Chefia do executivo;  
Unidade Orçamentária: 0204 - Secretária de Agricultura e Meio Ambiente;  
Atividade: 1001 – Aquisição de veículos, máquinas e implementos agrícolas;  
Reduzido: 28  
Detalhamento: 4490524000000

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 2989/2017. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 17/01/2019.

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

#### CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do produto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 045/2017, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

16.1 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5(cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.3 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

16.5 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste pregão, a Prefeitura Municipal de Ibiam, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

I – Advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

III – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2017.

IV – O contrato será fiscalizado por Florisval Dalcortivo, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do produto licitado;

Entrega de produto fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do produto, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93



atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 045/2017, Processo Licitatório nº 090/2017, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5 (cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM 17 DE JANEIRO DE 2018.

JOAREZ TREVISOL

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

ATUATI MÁQUINAS E EQ. LTDA – EPP

CNPJ: 01.435.215/0001-06

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron

CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30



**CONTRATO Nº 002/2018 - RH**

Publicação Nº 1492837

CONTRATO Nº 002/2018

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO**

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício, e como contratada, a Sra. CASSIA REGINA COSTA PIVETTA, brasileira, casada, Farmacêutica, CI 4.621.657, CPF nº 043.967.839-06, CRF-SC 6742, residente no Município de Campos Novos/SC, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

**Cláusula Primeira** – O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 1º e inc. III - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; considerando as férias regulamentares do servidor Luis Fernando Tragancin Rinaldi; considerando que as candidatas classificadas no Processo Seletivo – Edital nº 003/2017, homologado pelo Decreto nº 30/2017, assinaram termo de desistência da vaga; bem como o resultado da Chamada Pública - Edital nº 005, de 20.12.2017, homologado pelo Decreto nº 3.085, de 10.01.2018; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. CASSIA REGINA COSTA PIVETTA, para exercer as funções do cargo de FARMACÊUTICA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

**Cláusula Segunda** – A contratada receberá os vencimentos de R\$ 3.615,60 (três mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos), conforme Anexo Único, da Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

**Parágrafo único** - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

**Cláusula Terceira** – O presente contrato terá início em 12 de janeiro de 2018 e término previsto para 09 de fevereiro de 2018.

**Cláusula Quarta** – Poderá haver a prorrogação do contrato desde que persistam os motivos da contratação.

**Cláusula Quinta** - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

**Cláusula Sexta** - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 03 – Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/atividade: 2031 – Manutenção das atividades da saúde

Elemento de Despesa: 31900000 – 0102 – Aplicações Diretas

**Cláusula Sétima** – O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, o resultado da Chamada Pública - Edital nº 005, de 20.12.2017, homologado pelo Decreto nº 3.085, de 10.01.2018 e Artigo 37, inciso IX, da

Constituição Federal.

**Cláusula Oitava** - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 12 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM JOARES TREVISOL Prefeito Municipal em Exercício CPF – 894.420.249-49	CASSIA REGINA COSTA PIVETTA CPF – 043.967.839-06
---	---

Testemunhas:

ALCINDO PEROSA MARIA IVETE GOMES DE OLIVEIRA CPF – 637.904.409-49 CPF – 015.580.459-61

RAFAEL GONZATTO ARALDI  
ADVOGADO – OAB/SC 32184

**DECRETO Nº 3085/2018**

Publicação Nº 1492943

DECRETO Nº 3085, DE 10 DE JANEIRO DE 2018  
HOMOLOGA RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA – EDITAL Nº 005, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Divulga resultado final com a respectiva classificação da chamada pública para Farmacêutico(a), para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, exercício financeiro de 2018, conforme EDITAL nº 005, de 20 de dezembro de 2017, conforme segue:

FARMACÊUTICO(A)	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
Cassia Regina Costa Pivetta	1ª

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE JANEIRO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda



**PORTARIA 013 - ENSILADEIRA**

Publicação Nº 1493495

PORTARIA Nº 013, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 045/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

JOAREZ TREVISOL, Prefeito Municipal em exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 045/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de uma ensiladeira, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa: ATUATI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ 01.435.215/0001-06, pelo preço total de R\$ 23.450,00 (vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JANEIRO DE 2018.

JOAREZ TREVISOL

Prefeito Municipal em exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 012/2018**

Publicação Nº 1492833

PORTARIA Nº 012, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

"CANCELA FÉRIAS DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 79, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 – Estatuto do servidor Público do Município;

Considerando que o servidor solicitou a exoneração do cargo comissionado e o cancelamento das férias;

RESOLVE:

Art. 1º. Cancelar as Férias do servidor SÉLIO CARDOSO RAIZER, concedida através da Portaria nº 005, de 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JANEIRO DE 2018.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 014/2018**

Publicação Nº 1492836

PORTARIA Nº 014, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

"EXONERA A PEDIDO SECRETÁRIO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido do cargo de Secretário Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes – CC-3, o Sr. SÉLIO CARDOSO RAIZER, nomeado através da Portaria nº 097, de 08 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 17 DE JANEIRO DE 2018.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 015/2018**

Publicação Nº 1493284

PORTARIA Nº 015, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, bem como o Artigo 14 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, combinado com o Decreto nº 1474, de 10.07.2006 e o art. 10 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal a servidora JULIANA LIZOT – fiscal Tributário – Nível 5 – Referência A, para o mesmo cargo, Nível 5 – Referência B, de conformidade com o Anexo 4 da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE JANEIRO DE 2018.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda



# Ibicaré

## PREFEITURA

### **EDITAL CONCORRÊNCIA 1 - 2018 OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO ESTADIO MUNICIPAL**

Publicação Nº 1493306

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2018

EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 1/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), neste ato representado pelo seu Prefeito em Exercício, Sr. OLAVO BOESING, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, demais legislações aplicáveis e condições constantes neste ato convocatório, fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MAIOR OFERTA MENSAL POR ITEM, no dia 19 de fevereiro de 2018, às 15 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, na Rua D. Pedro II, nº 133, centro, objetivando a contratação para outorga de permissão de uso do Estádio Municipal, de propriedade do Município.

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01) e a Proposta (02) deverão ser entregues até as 14h30min do dia 19 de fevereiro de 2018, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, Rua D. Pedro II, nº 133, centro, Ibicaré, SC.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

O procedimento licitatório será julgado em 02 (duas) etapas subsequentes, denominadas de “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA”, respectivamente, nos termos do presente Edital, observado o disposto no art. 43 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

OBJETO: Contratação para outorga de permissão de uso das dependências do Estádio Municipal localizado na Rua Euclides Piveta, s/nº, Centro, neste Município. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 17 de janeiro de 2018

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 31 de janeiro de 2018, às 09h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Objeto: Contratação de empresa especializada para gestão dos recursos financeiros decorrentes venda de ingressos do Rodeio Fest e shows nacionais, a ser realizado entre os dias 16 a 18 de março de 2018

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 17 de janeiro de 2018

Olavo Boesing

Prefeito em Exercício

### **EDITAL PREGÃO 3 -2018 EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS**

Publicação Nº 1493312

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. OLAVO BOESING, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município



# Ibirama

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 01/2018 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

Publicação Nº 1493341

EDITAL Nº 01/2018

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2018

Adriano Poffo, Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Edital de Concurso Público nº 003/2015, o qual abriu vagas para o cargo de Professor de Geografia, torna público o chamamento do candidato Fabio Macedo de Castro Faria, para se apresentar na Prefeitura Municipal de Ibirama, munido de documentos para tomar Posse ao cargo, nos termos e condições estabelecidas no referido Edital. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail [rh@ibirama.sc.gov.br](mailto:rh@ibirama.sc.gov.br) ou pelo tel. (47) 3357-8514.

Ibirama(SC), 17 de janeiro de 2017.

Adriano Poffo

Prefeito Municipal de Ibirama



# Ilhota

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO EDITAL 003/2018 - AVISO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1493230

Câmara Municipal de Vereadores de Ilhota  
Rua Bertoldo Simon, 98 – Centro – Ilhota – SC CEP – 88.320-00  
Fone – (47) 3343-1182  
e-mail contabil@camarailhota.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE COMPRA Nº 003/2018  
CARTA CONVITE Nº 001/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE ILHOTA, situada a Rua Bertoldo Simon, 98, bairro centro, na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.543.520/0001-78, torna público aos interessados que realizará o Processo Licitatório nº 003/2018 – na Modalidade de Carta Convite nº 001/2018, para a aquisição de MATERIAL DE GENEROS ALIMENTICIO, MATERIAL DE LIMPEZA, PRODUTO DE HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COZINHA, marcado para as 10h00min do dia 25 de janeiro de 2018, na sede da Câmara de Vereadores. Os interessados poderão retirar o edital no endereço acima no horário das 08h00min as 12h00m e das 14h00min as 17h00min ou no site da Câmara de Vereadores [www.camarailhota.sc.gov.br](http://www.camarailhota.sc.gov.br), no link Edital, ou maiores informações através do fone (47) 3343-1182 e-mail contabil@camarailhota.sc.gov.br. Os Valores desembolsados pela Câmara correção por conta da dotação orçamentária 2018: 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas

Ilhota, 17 de janeiro de 2018.  
Jonatas de Oliveira Jacó  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota



# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAD Nº 005/2018

Publicação Nº 1493551

EDITAL SEAD Nº 005/2018

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de janeiro a 17 de Fevereiro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 17 de janeiro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 005/2018  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar Cuidador /Educador  
Jessica Matias Paheco

### EDITAL SEAD Nº 006/2018

Publicação Nº 1493553

EDITAL SEAD Nº 006/2018

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração- DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de janeiro a 17 de Fevereiro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 17 de janeiro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 006/2018  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Cuidador/Educador Residente  
Schaiane Sernajoto  
Lieda Antunes Zanella



**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/51 - A/00  
PROC 100/2017 SEAD PMI**

Publicação Nº 1493210

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAD 2017/51 – A/00  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 105, houve um equívoco no valor do seguinte extrato; Extrato: PMI SEAD 2017/51 – A/00

Onde se lê  
Valor R\$ 20.800,00

Leia-se  
Valor R\$ 5.200,00

Michelle Felipe Hugen  
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/52 - A/00  
PROC 100/2017 SEAD PMI**

Publicação Nº 1493216

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAD 2017/52 – A/00  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 105, houve um equívoco no valor do seguinte extrato; Extrato: PMI SEAD 2017/52 – A/00

Onde se lê  
Valor R\$ 20.800,00

Leia-se  
Valor R\$ 5.200,00

Michelle Felipe Hugen  
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/53 - A/00  
PROC 100/2017 SEAD PMI**

Publicação Nº 1493235

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAD 2017/53 – A/00  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 105, houve um equívoco no valor do seguinte extrato; Extrato: PMI SEAD 2017/53 – A/00

Onde se lê

Valor R\$ 20.800,00

Leia-se  
Valor R\$ 5.200,00

Michelle Felipe Hugen  
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/54 - A/00  
PROC 100/2017 SEAD PMI**

Publicação Nº 1493236

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAD 2017/54 – A/00  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 105, houve um equívoco no valor do seguinte extrato; Extrato: PMI SEAD 2017/54 – A/00

Onde se lê  
Valor R\$ 20.800,00

Leia-se  
Valor R\$ 5.200,00

Michelle Felipe Hugen  
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/55 - A/00  
PROC 100/2017 SEAD PMI**

Publicação Nº 1493238

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SEAD 2017/55 – A/00  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 105, houve um equívoco no valor do seguinte extrato; Extrato: PMI SEAD 2017/55 – A/00

Onde se lê  
Valor R\$ 20.800,00

Leia-se  
Valor R\$ 5.200,00

Michelle Felipe Hugen  
Assessora de Departamento de Atos Contratuais



**PORTARIA PMI/SEAD Nº 25/2018**

Publicação Nº 1493229

PORTARIA PMI/SEAD Nº 25, de 17 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a Admissão de Instrutor de Confeitaria/Padaria - Social , e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, ainda com base na Lei Complementar n.º 3.330, de 30 de abril de 2008 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2013 (Programas Federais), com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Paulo Sérgio de Carvalho	Instrutor de Confeitaria/Padaria - Social	888.420.299-04	22/01/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 17 de janeiro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 006/2018**

Publicação Nº 1493139

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 006, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;  
Considerando as informações no Processo nº 9877/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, Av. Dr. João Rinsa, Centro, Imbituba/SC, próximo ao terminal urbano, ao Sr. VALCIONEI VALCI TOMÉ, inscrito no CPF sob o nº 777.480.779-91, residente na Av. Santa Catarina, s/n, Centro, Imbituba/SC, para a comercialização/venda de alimentos com Trailer, no período diurno, de segunda-feira a sábado em horário comercial.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesa restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 17 de janeiro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER  
Diretora de Documentação e Patrimônio

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO-CONTRATO Nº01/2018

Publicação Nº 1493140

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº01/2018

A CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, com sede na Rua Ernani Cotrin, 555, centro, Imbituba/SC, inscrita no CNPJ nº 79.680.005/0001-62, neste ato representada pelo Presidente, e a empresa OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA, denominada CONTRATADA, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10761785/0001-79, com sede neste município, representada neste ato pelo representante legal subscritor, têm entre si ajustado o presente), de acordo com a Tomada de Preços nº01/2017, em conformidade com as normas consubstanciadas pelas leis acima mencionadas e subsidiariamente pela Lei nº8666/93 e suas posteriores alterações. O objeto do Contrato a prestação de serviços de comunicação social e institucional à Câmara Municipal de Imbituba, envolvendo todas as unidades, nas áreas de propaganda e publicidade, abrangendo trabalhos de consultoria, intermediação, estudos, pesquisa de opinião, planejamento, criação, produção, distribuição, publicidade e veiculação de peças de caráter informativo, educativo e de orientação social para a Câmara Municipal de Imbituba. O preço total previsto a ser pago a Contratada é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pelo período de 12 meses. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária – 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00.80 □ MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, COMPLEMENTO ELEMENTO Nº3390398800.00.00.

Imbituba/SC, 10 01/2018  
Luiz Cláudio Carvalho de Souza  
Presidente da CMI

### PORTARIA CMI Nº 002/2018

Publicação Nº 1493160

#### PORTARIA CMI Nº 002/2018

“Concede Férias ao Servidor Marcelo José Cardoso”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Marcelo José Cardoso, Analista Legislativo nomeado pela Portaria CMI nº 010/2007, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:  
I- 20 (vinte) dias no período entre 22/01/2018 e 10/02/2018.  
II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário,

conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de janeiro de 2018.  
Luiz Claudio Carvalho de Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/01/2018.

### PORTARIA CMI Nº 003/2018

Publicação Nº 1493161

#### PORTARIA CMI Nº 003/2017

“Concede Licença Prêmio à Servidora Sandra Pires”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Sandra Pires, servidora efetiva da Câmara Municipal de Imbituba, 30 (trinta) dias de licença prêmio, dos 60 (sessenta) dias a que tem direito, conforme a Portaria CMI nº 058/2017, a ser usufruída entre os dias 22/01/2018 e 20/02/2018.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de janeiro de 2018.  
Luiz Claudio Carvalho de Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/01/2018.



# Imbuia

## PREFEITURA

### CONTRATO 17/2018

Publicação Nº 1492954

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA-SC

PROCESSO Nº 05/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

CONTRATO: 18/2018

CONTRATADO: Dra. Regiane Nistler

OBJETO: contratação de prestação de serviços na área trabalhista para defesa do Município de Imbuia nos processos n. 0303010-35.2017.8.24.0035, 0303011-20.2017.8.24.0035, 030301557.2017.8.24.0035, 0303018-12.2017.8.24.0035.

VALOR TOTAL R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

DOTAÇÃO: recursos próprios do Orçamento do Município de Imbuia

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II, e art. 26 da Lei 8.666/93

PRAZO: Processuais

Imbuia, em 18 de janeiro de 2018.

JOÃO SCHWAMBACH - Prefeito Municipal.



# Indaial

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

Publicação Nº 1493037

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.6/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000152

Pregão Nº 58/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.6/2018

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Zelir Nezi**, Prefeito em exercício legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 194.747.689-00 e Cédula de Identidade nº 583.114, residente e domiciliado à Rua Itajaí, nº 400, Bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000152 - Pregão Nº 58/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### 1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 86.838.547/0001-86, estabelecida à RUA ALVARO NERY DOS SANTOS, nº 223 – Bairro VARZEA, no município de Lages – Santa Catarina.
- 1.2 KEVIN BUGS VAZ EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.207.079/0001-04, estabelecida à RUA DOUTOR HEITOR BLUM, nº 850 – Bairro ESTREITO, no município de Florianópolis – Santa Catarina.

#### 2. DO OBJETO:

- 2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de desinsetização, desratização e higienização de caixas d'água e remanejo de morcegos.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

#### 3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

##### 3.1.1.

**555223 - DETETIZADORA BARROS LTDA - EPP**



**Lote: 2 - LOTE 02 - HIGIENIZAÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA.**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
4	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 150 L.	UNIDADE		15	R\$99,01	R\$1.485,15
5	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 250 L	UNIDADE		5	R\$118,48	R\$592,40
6	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 375 L.	UNIDADE		1	R\$128,48	R\$128,48
7	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 500 L	UNIDADE		46	R\$131,46	R\$6.047,16
8	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 1.000 L	UNIDADE		97	R\$144,44	R\$14.010,68
9	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa	UNIDADE		2	R\$183,40	R\$366,80



	d'água de 1.500 L.					
10	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 2.000 L.	UNIDADE		12	R\$235,35	R\$2.824,20
11	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 3.000 L.	UNIDADE		6	R\$280,79	R\$1.684,74
12	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 4.000 L.	UNIDADE		3	R\$331,10	R\$993,30
13	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 5.000 L.	UNIDADE		7	R\$381,42	R\$2.669,94
14	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 10.000 L.	UNIDADE		3	R\$542,09	R\$1.626,27
15	Higienização de caixa d'água: a limpeza é executada da seguinte maneira: 1) esgotamento da caixa com escovação de suas paredes; 2) retirada dos resíduos; 3)esterilização com hipoclorito de sódio; 4)enxague da área interna e secagem da caixa; e , 5)Desbacterização dos canos. Caixa d'água de 15.000 L.	UNIDADE		4	R\$642,72	R\$2.570,88



					Total Lote:	R\$35.000,00
					Total Fornecedor:	R\$35.000,00
<b>878570 - KEVIN BUGS VAZ EPP</b>						
<b>Lote: 1 - LOTE 01 - DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E REMANEJO DE MORCEGOS.</b>						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Desinsetização: será efetuada uma aplicação geral, em toda área comum das escolas e unidades de educação infantil, postos de saúde e unidades administrativas, em áreas interna e externa, sendo ralos, caixas de passagens, escadarias, lixeiras, refeitórios, cozinhas, banheiros, salas, corredores, garagens e demais locais que forem necessários. 01 aplicação.	QUILOMETRO		51.959	R\$1,72	R\$89.369,48
2	Desratização por pontos localizados: as desratizações serão efetuadas em escolas e unidades de educação infantil, postos de saúde e unidades administrativas, e serão realizadas com caixas do tipo portas iscas de segurança, que oferecem maior proteção ao ser humano no caso de contato direto a isca. 01 aplicação.	METRO QUADRADO		51.959	R\$5,05	R\$262.392,95
3	Remanejo de morcegos.	METRO QUADRADO		2.085,26	R\$16,89	R\$35.220,38
					Total Lote:	R\$386.982,81
					Total Fornecedor:	R\$386.982,81
					Total Homologação:	R\$421.982,81

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor,



condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

## **6. FISCALIZAÇÃO:**

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## **7. PRAZO DE VALIDADE:**

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

## **8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as



condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 152/2017 - Edital de Pregão nº 58/2017.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
  - a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
  - a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

**11. RESCISÃO DA ATA:**

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
  - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
  - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
  - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
  - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
  - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
  - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;



- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 9 de janeiro de 2018.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

Zelir Nezi  
Prefeito em Exercício

**DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP**

JOB ELIAS VIEIRA  
Representante

**KEVIN BUGS VAZ EPP**

JULIO CESAR ALBINO PINTO BUSTOS  
Representante



**DECRETO Nº 05/18**

Publicação Nº 1492892

. DECRETO Nº 5/18  
. De 17 de janeiro de 2018  
DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 92 inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e conforme Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007, e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º – Fica atualizada, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado dos doze meses do ano anterior, a Unidade Fiscal do Município – UFM, conforme o que determina a Lei Complementar 79, de 18 de dezembro de 2007, e alterações.

Art. 2º – O valor nominal da UFM para o exercício de 2018 será de R\$ 4,1657.

Parágrafo único – A Unidade Fiscal do Município – UFM, tem a finalidade de servir como base de cálculo e correção de todos os tributos e débitos de qualquer natureza para com a Fazenda Municipal, bem como correção de multas aplicadas no âmbito da administração municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

**DECRETO Nº 06/18**

Publicação Nº 1492894

. DECRETO Nº 6/18  
. De 17 de janeiro de 2018  
HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO  
002/2017/EDUCAÇÃO/PMI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo 002/2017/EDUCAÇÃO/PMI para os cargos constantes do Anexo Único, parte integrante deste Decreto, para o Ano Letivo de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

001 – PROFESSOR DE ARTE

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	LAIS DE FARIA EWALD
2	DEBORA CORREA DE SOUZA SANTOS NESPOLO
3	PATRICIA ALZIRA DA VEIGA
4	ANDRESSA GEANE BAGATTOLI WACKERHAGE
5	GABRIELA BENTO PORTO
6	PATRICIA LAMIN BATISTA
7	MARIA FERNANDA MARQUES BORGES TEIXEIRA
8	JEAN CLAVER DE BORBA
9	VANESSA DE OLIVEIRA DA SILVA
10	ALEX BAUER ANTONIO MOREIRA
11	FRANCIELE ALVES IGLICOSKI
12	MARCIA DE AMORIM DRAEGER



13	PATRICIA REGIANE TOMASELLI
14	LETICIA MICHALACK
15	PAULO CESAR MATTEI BARRETO
16	MARCIA MARGARETE ROTERMEL
17	FERNANDO ROTHENBURG
18	FABIANA VINTRICH
19	SUELI GUENTHER WESTPHAL
20	ROSA MACHADO PAUL
21	LIRIA BEWIAHN MAAS
22	JOSE ROBERTO FURTADO
23	SILVANA DA COSTA ANDRADE
24	ANA LUCIA CAETANO BERGAMO
25	ELITA BARBOSA MAIA
26	ROSELENE DA SILVA MAURINA
27	FABIANA LASCHEWITZ
28	SUELLEN PRISCIA STEIN
29	SUELEN ZILS PARIS

## 002 – PROFESSOR DE CIÊNCIAS

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	WILIAM BEZERRA DE SANT'ANNA
2	LETICIA SCHRAMM DALL'ASTA
3	AURILENE DE MACEDO ALVES
4	JESSICA GRABNER
5	CAROLINE KRUG VIEIRA
6	ELIANE BARBOSA VARELA
7	IRACI ALVES
8	ANILSE MARIA DE FREITAS JACOBSEN
9	RODRIGO GAVRONSKI
10	MONALISA RIBEIRO CAMARGO
11	LUCIANA STEDILE LUCIANO
12	ANGELA APARECIDA POYER
13	MARIANE FRANZ
14	ISABEL CRISTINA MARCELLINO DOS SANTOS

## 003 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	FERNANDA DANIELA FRARE ROSA
2	FABIO ELISIO
3	TAIS FABIANE SCHROEDER EVALD
4	LEANDRO FERREIRA GANG
5	RODRIGO CORREA DE LIMA
6	MARCELO LABES
7	DANIELA CRISTINA FINK
8	ELIZANDRA COLPANI DE OLIVEIRA
9	MARIA ANGELICA BLOCK
10	CLAYCE ALVES RIBEIRO
11	GABRIEL KRUEGER
12	ALINE DE FREITAS MAAS
13	DANIELA SOARES GIOVANELLA
14	HIGARO PAPION DA SILVA RAMOS
15	ALINE MITTANK
16	THIAGO FELIPE DA MOTTA
17	FRANKLIN ARTHUR VITORINO
18	GUILHERME BRAATZ VETTER
19	TIAGO SCHULZ
20	CLAUDIA DOS SANTOS
21	DENISE REZENDE FLORA KISTEN
22	NILSA KOCK
23	ANA PAULA DEMETRIO



24	DANIELA LEOPOLDO DA SILVA OLIVEIRA
25	GISIELE BALDUSSI
26	CARLOS EDUARDO SCHURE
27	GUSTAVO MIRANDA REGIS
28	SIMARA RIZZON VARGAS
29	MARCELO ALEXANDRE SOBIERANSKI
30	JURANDIR DE SOUZA CAMPOS ECKHARDT
31	PRICILA CAROLINA DOEGE
32	WILLIAM DE BORBA
33	ANA PAULA VIERO
34	CARLOS ALEXANDRE MALAQUIAS DA SILVA
35	ROBSON WILLIAM DA SILVA
36	MARCOS GUTKNECHT
37	ELANA BUSARELLO
38	LUCINEIA APARECIDA CARNEIRO KNOTH
39	MIRNA SEIDE LUTKEMAIER
40	ANA PAULA KNOTH
41	ANDREY HEIMANN
42	ADILES RIZZON VARGAS
43	ANNA PAULA DA COSTA
44	ELISANDRO RODRIGUES PEREIRA DA SILVA
45	GUILHERME HENRIQUE MIILLER GOMES
46	CARLOS FELIPE BARTH
47	JOACIR TASCHNER
48	JOILSON SANTOS MORAIS
49	PATRICIA SLOMP
50	DANIEL ALEXANDRE VOIGT

## 004- PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	TATIANE KOCH
2	ANA PAULA FERRARI
3	IVANIA OLINA DA ROCHA
4	KELLY CRISTINE BINELLO BERTELLI
5	SALETE APARECIDA JASTRACH
6	ROSENILDE KAMMER RODRIGUES
7	JAQUELINE DE SOUZA SIQUEIRA PAGUNG FREISLEBEN
8	FERNANDA CLELIA FRAINER
9	DAYSE TATIANE WITTHOEFT
10	CLEIDIANE MARIA DEVEGILI TRUPPEL
11	ELORA TESTONI FELIPPI
12	JOSIANE BETTO
13	VANIA PETRIS LINGNER
14	LETICIA GEISLER
15	ANDREIA CORREA DE OLIVEIRA
16	IDETE DA ROCHA PAES
17	ELIANE GRACIELE LOPES GOMES
18	MICHELINE DOMINGOS ALVES DE FREITAS
19	MARGARETI MOREIRA
20	DEBORA CRISTIANE HAELSNER
21	JANIELI MAIARA PREBIANCA
22	NELMA TEREZINHA BAMBINETTI
23	FABIANA LEMKE GUMZ
24	MARCIELI TAISE VOSS
25	EVELIN PRISCILA SCHERPINSKI MULLER DA SILVA
26	LILIANE LOPES LIMA
27	CRISTIANE ALINE STAHNKE
28	MARIA PEREIRA SILVA
29	ANA PAULA SILVA DE ANDRADE
30	JOICE DANIELA PEREIRA NUNES
31	ELIZANDRA FONTANA
32	JULIANA GRACIELA DALLABONA



33	MABEL RODRIGUES DE OLIVEIRA
34	CATIUCIA ALVES LORENZI
35	SILVIA KARLA DE CAMPOS
36	GILMARA CRISTINA DA SILVA
37	ADRIANE STIEGEMAIER ROMAN ROS
38	ELIANE ZEFERINO DOEGE
39	PATRICIA VOSS
40	MORGANA VALCANIA
41	YASMIN OTTONI SIRONI
42	EDIVAINÉ DE FATIMA ALVES
43	JOSIANE SCHMITZ
44	DEBORA CRISTINA DA SILVA ZAPPELLINI
45	ROSANA TEREZINHA MOSCON
46	AMANDA VANESSA DA SILVA
47	JOSIANE DA LUZ
48	LENIZE TERESINHA DA SILVA
49	MILENA KADJA DE SOUZA SOARES
50	MARCIA MADALENA MACHADO FAVERO
51	ERICA DA SILVA MORAES
52	CLECIA JAQUELINE DUTRA
53	PATRICIA FELIZARI
54	KATIANE REGINA DA SILVA DE MATTOS
55	AMANDA JARDIM PFIFFER
56	MARIA DE FATIMA DA CUNHA CASTRO
57	MARIA TEREZINHA MARQUES
58	LUANA CAMPESTRINI
59	ELIZANGELA FAMANTA NAVARRO
60	TATIANA PEREIRA FREITAS
61	INATHIA RAQUEL WILHELM
62	FLAVIANE CHAVES DE SOUZA
63	CINTIA APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA
64	JANAINA PATRICIA GEISLER
65	EVANISE POLEZA VINCI
66	FATIMA SERAGLIO
67	LUCI MARIA DE OLIVEIRA
68	ELIANA RIBEIRO MACIEL RIBEIRO
69	VIVIANE DOS SANTOS SOTERO URBAINSKI
70	VANIA MARIA DE OLIVEIRA
71	ELISANGELA M KLUG FABICHASKI
72	CILMARA MORETTO DALCANALE
73	ELIETE MARIA DE ANDRADE
74	ALESSANDRA NATALINA GRANDO
75	MARISETE BASTOS WESTPHAL
76	ISAURA TASSI
77	LARISSA GOMES KISNER
78	TANIA APARECIDA DE OLIVEIRA
79	ARLETE CANDIDO
80	CHEILA OLIVEIRA FREITAS TESKE
81	JUSARA ZAVARDNIACK GAVRONSKI
82	PRISCILA RADDATZ
83	ANDRESSA EDUARDA MALKOVSKI MOSER
84	LUCIANA PATRICIA DA SILVA MICHELI
85	MAIKE GIELOW
86	JULIANA PFEIFER
87	LUANA SCHMITZ
88	DAIANE SCHAFRANSKI NICOLAU
89	ANDREA IMHOF AGOSTINHO
90	CRISTINA ISABEL CAMPESTRINI
91	MARCIA DA ROCHA
92	HALINE OLIVEIRA DE AGUIDA
93	DAIANA DA SILVA
94	JOICE DANIELA SANTANA
95	LETICIA F. DA SILVA PREUSS
96	GERCILEIA MARIA DO NASCIMENTO AMORIM



97	VALDIRENE ENTER
98	CRISTIANA SIMONE COMBY
99	DAIANE ANTUNES DA SILVA
100	VANIA CARLA DE OLIVEIRA REICHERT
101	LUCIANE FORMENTIN
102	MORGANA CRISTINA GALKOWSKI
103	KATIA CRISTINA LACH
104	MARLENE REITER DRZENISCKI
105	CAROLINE BINELLO KOZLOWSKI
106	ANDREIA CRISTINA DE MELO BELLETTI
107	FABRICIA DOS SANTOS ESKELSEN
108	JOSEANE DE OLIVEIRA
109	MARISE DA SILVA
110	CLENIR MATHIUSSI BATISTA
111	ONETE MARQUES BELO
112	NOELIA OLIVEIRA SANTOS
113	ANDREIA DE OLIVEIRA
114	GRASIANI DE FRANCA
115	CARLA JULIANA SCHLEI DE OLIVEIRA
116	ELNER JENNRICH TESKE
117	JOICE BIANA DALZOTTO BRAZ DA SILVA
118	VALNEIA VANDELIN BATISTA
119	JORLENE CARVALHO
120	PATRICIA DO NASCIMENTO AMORIM KLEINHEMPEL
121	JESSICA APARECIDA QUINTINO
122	LELIANE CRISTINA MARCOLIN
123	JUCINEIDE MARISA MACHADO DA SILVA
124	FERNANDA SILVA CARDOSO FORST
125	CRISTIANE MACHADO
126	GRAZIELA METZNER
127	SUELEN SAMIRA DEPINE
128	CICERA HELIANIA CARNEIRO DE OLIVEIRA
129	ELIZIANE DA SILVA SANTOS
130	LILIANE BAPTISTA DA COSTA
131	PATRICIA KOSTETZER SPILMANN
132	VIVIANE VENANCIA DE LIMA DELLANI
133	ELIANA DOMINGOS BACURAU
134	PATRICIA REGINA FAGUNDES DUWE
135	TATIANE NOVAES VERGIL
136	FERNANDA KELLY DA SILVA DE OLIVEIRA
137	ANA VILMA STAPAZZOLI BECKHAUSER
138	VIVIANE LUNELLI
139	SHEILA TAMBOSI NUNES DE MELLO POFFO
140	VIVIANE BOSKA CAVALETT
141	DIRLEI CRISTIANE MULLER
142	LUCIANA CARDOSO DE SOUZA
143	ROZANE RITINHA DA SILVA
144	GABRIELA FERRARI NUSS
145	MARLENE FATIMA DE MELLO
146	ROSA ELMIRIA DOS SANTOS DAMBROS
147	ANA PAULA DE MELO
148	BENVINDA EVA PEDROSO PEREIRA PAUL
149	QUEILA MARQUES DOS SANTOS
150	BARBARA ALESSANDRA PINTARELLI
151	CINTIA THIERSC BALDO
152	JOANA FRANCIELE GAULKE
153	ARLETE KRUGER
154	DAIANE KAETRIN CARDOZO
155	BIANCA REGINA TARNOWSKI RINCO
156	TATIANA MARA DE OLIVEIRA HENKELS
157	NARJARA TATIANE DE LARA
158	JORACI TEREZINHA DIAS
159	LETICIA ROEDEL
160	JAQUELINE VON ZESCHAU



161	ELISANGELA GISELE GREITER
-----	---------------------------

005- PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1 AO 3º)

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	ANDREIA MARIA KRUEGER TOMELIN
2	CARLA LANG
3	JAQUELINE ANDRESSA KROEGER SCHMITZ
4	SUELI FATIMA LOPES LINHARES
5	ROSELI FRANCA
6	SIMONE CATAFESTA
7	NOELI KORC AGOSTINI
8	VANESSA THAYSA GERMANO PEREIRA
9	VANUSA MARTINS
10	ADRIANE MARIA MARCHIORATO
11	GLORIA CRISTINA VALCANIA
12	ANGELICA NEVES FONTOURA ALVES ABDALLA
13	PATRICIA BLUNCK
14	LUCIANA APARECIDA GUERRA POSSAMAI
15	ROSEMERI THEIS DICKMANN
16	DAMARIS DE SOUZA PERBONI
17	ELIENE LAGO MARTINS
18	LETICIA DA SILVA PORTO ANGIOLETTI
19	IRES COSTA
20	JESSICA BASTOS DE MORAES
21	ANA MARIA LUDVICHAK
22	GRACIELI ZUQUE JORDANI
23	MICHELLE GORGISK
24	ROSECELEIA MARIS SENES
25	ROSELENE DA SILVA CUCCO
26	NAIR ARNOLD DOS SANTOS
27	SOELI WINSKI COELHO
28	:NILVA MARIA MIGUEL CAETANO
29	MARELI BOOZ MUELLER
30	GRACIELE PATRICIA SCHIESSL CERUTI
31	ROSANA DA ROCHA SOUZA
32	CRISTIANE SOUZA DOS SANTOS PEREIRA
33	NILDES DE LIRIO LANG
34	CERES MARI CARVALHO
35	NANCI APARECIDA LEITE DE MEIRELLES
36	LUANA THOMSEN
37	DEYLIANE DA SILVA LIRA
38	MARLIDES REOLON CHAVES BOLDRINI
39	CRISTIANE METZNER
40	ELISANGELA KIENEN
41	MARCIA APARECIDA REINERT HACK
42	JAINE CASAS
43	ELAINE CHRISTINA REBOUCAS DE ARAUJO
44	VIVIANE L.C.HEIDERSCHIEDT
45	GABRIELA BERTOLDI
46	VANESSA REGINA PEREIRA
47	JULIA GRASIELA DA SILVA
48	CRISTIANA RAQUEL PAUL SCHON GIOVANELLA
49	JAQUELINE CABRAL BEDIN
50	MARLI SCHWANZ PFUTZENREITER
51	HELENA LERNER
52	SUELENE AVI KNOP SIQUELA
53	VANUSA CORDEIRO RODRIGUES
54	ROSA HOPPEL
55	JEANE DOS SANTOS GEFFER PERIN
56	MARIA CLAUDIA DA VEIGA FELIZARI
57	NEZITA DE SOUSA
58	MARTA SPADAROTO MOTTA MANHAES



59	JOSIANE ANDREIA MOSER
60	RAQUEL DE CARVALHO FERNANDEAS
61	GISELI FABIANI JASTRACH
62	ROSEMERI CANI
63	TAMIRES VOGEL
64	JANICE VOIGTLAENDER
65	DINEIA DE JESUS
66	MARIA TEREZINHA WARMLING
67	ELIANE LERCILIA PEREIRA FURTADO

## 006 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (4 E 5º)

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	JULIANE DE CACIA FLORES AIROSO FELIPPE
2	JOICE MARIANA WITHOEFT
3	DENISE SCHULZ GIELOW
4	SUSANE BUGMANN SCHIRMER
5	SABRINA ISAURA CARLINI
6	NILVANE MAURICE HOSS
7	SONIA MARIA CENSI RUTZEN
8	DANIELA HASSE DALLABONA
9	CARMEN FIEBES DAHMER
10	JULIANA MENDES VOLANI
11	DEBORA CARLINI REINECKE
12	ANGELA MARIA DE BAIRROS SILVINO
13	VITOR ARTHUR DIETRICH
14	LUCELIA BARTH
15	ANA PAULA FACHINI TISO
16	LEIDE CRISTIANE NEGHERBON HOELTGEBAUM
17	VANESSA DE SOUZA
18	NILZA STEFFEN
19	PAULO ARNOLDO KOGLIN
20	VERA LUCIA NASCIMENTO PACKER
21	JOICE BACHMANN BUSNARDO
22	KATIA FIAMONCINI ISLEB
23	DEBORA APARECIDA FEIBER ANACLETTO
24	ROSELI FERRETTI
25	KELLY CRISTINA NERI
26	JACKELINE PEZZINI KRUEGER
27	NILZA SCHMITZ CERUTI
28	GRAZIELLE LANG DE OLIVEIRA
29	ROSANE BUSE BERRI
30	CLEUNIR FATIMA DA SILVA
31	HILKA ELAINE THEISS
32	MARCIA NILCEIA ANTUNES DA ROSA
33	ANA CRISTINA KURTH FISCHER
34	ANA CRISTINA FLOR
35	CLARICE KOGLIN
36	REJANE DEMARCHI
37	VALDECIRA TEREZINHA GIMENES
38	ELISANGELA NASATTO
39	PRISCILA CAROLINE DALPIAZ
40	MIRIAM THOMSEN DE ESPINDOLA
41	ROSELENE KOEPEL ALEGRI
42	MARLI TEREZINHA CHAVES VANDERLINDE
43	MARLISE TRAEBERT
44	MARA MAASS DO NASCIMENTO
45	GONTRAN VOGEL
46	LUANA KARINA BLOEDORN
47	SANDRA REBOUCAS DE ARAUJO RODRIGUES
48	DEISE BRASSIANI
49	HELENA MENDES

## 008 – PROFESSOR DE GEOGRAFIA





No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	DIRCEU WALTER TAMANINI
2	JORGE LUIZ PFIFFER
3	MANUEL JOAQUIM GONCALVES DA SILVA
4	KATIA VAN BOEMEL
5	DEBORA ORZECOWSKI
6	ANA PAULA MULLER RODRIGUES
7	REBECA SAO TIAGO
8	JOSIELE EILERS PEDRELLI
9	VONIR FREINER

009 – PROFESSOR DE HISTÓRIA

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	SILMARA LOZEYKO BALAK
2	CLEITON NESPOLO
3	FRANCISCO AURELIO DA SILVA
4	ROSANGELA DE SOUZA SAUCEDO MARQUES
5	BRIANA BEATRIZ BEIRAO
6	ANGELICA JAROCZINSKI
7	ANGELA VANDERLINDE
8	MAYARA TAHUANA SCHWARZWALD
9	SUELY VEHMUTH
10	DAIANE ROCHA CALABREZ RIBEIRO DOS SANTOS
11	SABRINA MELLO
12	KARIANE ELOISA HERMES DOS SANTOS
13	ITAMAR DELLANI
14	ISAQUE DE SOUZA RIBEIRO
15	SABRINY SABINO HERSING
16	LUCIANO LORENZI
17	ROSANGELA KEMPNER
18	ERON CARLOS CARDOZO
19	JULIO CEZAR CRESCENCIO LUIZ
20	ALAILTON REGINALDO FARIA BUENO
21	MANOEL ROSA PRESTES
22	JOAO CARLOS TAVARES
23	ALISON MARCONDES ABEL

010 – PROFESSOR INFORMÁTICA PEDAGÓGICA

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	RAQUEL NAGEL
2	KATIA DE CASSIA REZENDE
3	ROBERTO KROPLIN
4	ANDRESSA SUELEN GEISLER
5	ALVIN NORILER
6	JOAO CARLOS KREPSKY
7	VILMAR DIAS
8	JORGE LUIZ ANGIOLETI
9	RODRIGO CLAUDINO CERUTI
10	MARCIONIR BRUNO CRISTOFOLINI

011 – PROFESSOR DE INGLÊS

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	CLAUDIA LEYTCHER IMME ATANAZIO
2	MONICA GONCALVES KITAGAWA
3	MAYTE MELISSA KLOCK
4	CIBELLE STAHNKE LEHMKUHL
5	GRAZIELLE SIEGLE



6	MOISES MARTINS CHAVES
7	DANIANI CRISTINA BACK
8	MARIA FRANCISCA DIAS LEMOS

**012 – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA**

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	TATIANA APARECIDA ALEGRE
2	JANAINA DA SILVA CANDIDO
3	ANGELINA MUNIZ SCHNEIDER
4	BIANCA SULIEE KORC CORREA
5	HELOISE CRISTINE SEIBT
6	LILIAN KELI DE OLIVEIRA
7	CRELSON BATISTA FERREIRA
8	NEIDE DE ARAUJO ROSA

**013 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA**

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	JULIA DALRI PINHEIRO
2	ELISANGELA DERETTI VICENTE
3	MANUELA DE AVIZ SCHULZ
4	NILSOMAR PAUL
5	VIVIANE APARECIDA PEDRO SIMAO
6	CRISLAINE COSTA
7	ANDREIA SHEILA ZATELLI FIAMONCINI
8	EDILSON RIEG
9	PATRICIA ADRIANE LUZZI
10	JOSEANE BOAVENTURA
11	LUANA SARA BIZATTO

**014 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL I**

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	JANE ELISABETH KAMMER PINHEIRO
2	JOSIANE VANESA SATURNO
3	ALICE DOS SANTOS KLUG
4	ROZANI MATIOLA

**015 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL II**

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	JOANARA GRACIELA POSSAMAI MATUSZAKI
2	GYANNI CARLA PRIM
3	PATRICIA DAROLT
4	TATIANE DIETRICH
5	ADRIANA DOS SANTOS CORREA
6	GISLEINE MICHELI NIENKOTTER
7	MARISTELA MARIA DE CASTILHO HENNICH
8	SOLANGE SCHUSSELLER KOTH
9	JULIANA LADEVIG FEUSER
10	PATRICIA PAHL MORBACH
11	PATRICIA LOES
12	MARACI CONCEICAO PINHO
13	GISELE METZNER
14	ANDREIA MARIA FERRARI
15	DAIANE VIVIANE DE SOUZA
16	CINARA MACHADO
17	KELLY CRISTINA EBERT
18	MARLENE GRASIELA ROEDEL BELTRAME
19	VALMOR BINELLO



20	ELZA DA CRUZ
21	ROSINEI FATIMA COMBY WITTHOFT
22	RENILDA BATISTA WENCESLAU

## 016 – AUXILIAR DE CRECHE

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	ANASTACIA HELOISA FERREIRA ROSSI
2	FRANCINI CARLA RUTZEN
3	TAINARA RODRIGUES
4	VINICIUS RODRIGO BERNARDES
5	LETICIA MAYANI KOPSCH
6	ALEXSANDRA EGER
7	FABIANE BERTELA DOS SANTOS
8	LISANDRA SCHWAEMMLE
9	RAFFAELLA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO REZENDE
10	GRAZIELE DE FATIMA DE OLIVEIRA LIMA
11	BIANCA MANISCALCO FELICIO DE SOUZA GALHOTI
12	NICOLY DE LARA SIQUEIRA
13	TALITA SANTOS GIRARDI
14	RAFAELI DA SILVA SOARES
15	IRENIZA DE MORAES KREUSCH
16	TAIANA MADALENA ERTTEL HENZ DE LIMA
17	LUANA CRISTINA SILVA DE FREITAS
18	SAMARA POLUCENO DE AGUIAR DOS SANTOS
19	TAYNA LETICIA MALKIEWIEZ
20	CRISTINE MACHADO DOS SANTOS
21	LUANA HILDA STREY KNOTH
22	ERIANE MEIRELLES
23	LUCINEIA APARECIDA WINTER
24	MARIANNE DE SOUZA HERTEL
25	JULIA ELISABETH KLITZKE
26	GABRIELA DA SILVA PEREIRA
27	DAIANE SCHNEIDER
28	ROSIANE PEREIRA ALVES OLIVEIRA
29	DREICE LIEGE GADOTTI
30	SIRLEI APARECIDA DE ANDRADE
31	LLUCIANA CRISTINA NIEHUES SELHORST
32	JUSIELLE MIRLENE JANKE JOENCK
33	JAQUELINE RUPREST DA SILVA
34	TAINARA APARECIDA MARTINS
35	VIVIANE ROZANSKI
36	ANA PAULA GEBHARDT
37	THAIS WEINGARTNER
38	JOSEANE JACQUES
39	ANGELICA TENORIO DOS SANTOS SILVA
40	EDINARA BAPTISTA DA COSTA
41	PATRICIA MEWES DIAS DE SIQUEIRA
42	LEIRIANE SOUSA LEAL RODRIGUES
43	FABIANA LEMONIE SALVADOR
44	LIARA MARCONCINI
45	SOLETE INES FRARE KNIPERS
46	ANGELA PANDINI
47	EURLINDALVA FERREIRA DE SOUSA FALCAO
48	JOICE MORAES
49	JOSIELE DOS SANTOS HILLESHEIM
50	DJESSICA BUBLITZ
51	JANICE BENSCH
52	GABRIELLE APARECIDA RADDATZ
53	TUANY THIARA DE OLIVEIRA PEREIRA
54	CRISTIANE JAKELINE FEIBER FRAGAS
55	ROSILENE DA CUNHA SILVA LEMOS
56	PATRICIA CANDIDA FERREIRA SILVA



57	LUCIA MARIA ZANON
58	ANNA BEATRIZ HAUCK
59	FABIA KERTZENDORFF
60	CARLA BARROS DA SILVA PORTACIO
61	SUELEN CRISTINA SCHMITZ
62	GRAZIELA ROZZA
63	LUCINEIA PAGEL
64	DAIANE PRISCILA METZNER
65	DJENIFER SCHROEDER
66	PATRICIA BELZ KOEPP
67	CAMILA RAFAELLI
68	RENATA PATZER RODRIGUES
69	LARISSA ESTELA SCHNEIDER
70	BRENDA CATARINA WEIS SALVADOR
71	LEIDIANE APARECIDA BORGERT
72	DANIELA MARCON
73	SILVANA ELTERMANN
74	FERNANDA MOREIRA DE CASTRO PEREIRA
75	CARINA CANDIDO
76	PAULA RODRIGUES MULLER
77	ANDREIA PEZZINI VEINFUTER
78	ANA PAULA KRAUSE FLORENCIO
79	MARA REGINA UESLER
80	ANDREIA NUNES PEREIRA
81	ROSEMAR INACIO BERNARDES COSTA
82	SILVINA PEREIRA
83	TATIANE APARECIDA DOS SANTOS
84	ANGELICA WANZUITA
85	MARTINA WITHOEFT DUWE
86	JOCELAINE BARBOZA REINHOLD
87	CLEUSA APARECIDA CAMARGO DE SOUZA
88	ADRIANA SCHMITT
89	EDUARDA DE BARROS
90	DANIELE BRUNA VANZUIT
91	EFIGENIA APARECIDA FOSSA
92	SILVIA MARCHI MORATELLI
93	LAURINA KRUEGER
94	HALAINE RIOS OLIVEIRA
95	LUCIANE KADUBITSKI DA SILVA
96	ROSILANGELA MARAFIGO
97	ROSENEIDE APARECIDA POSSAMAI BERRI
98	CLAUDIA DAIANA DE OLIVEIRA ZAGLANSKI
99	EVERLETE KOLTZ
100	ANA PAULA LERNER MARCOLINO
101	KEVIN WILSON DE ARRUDA SOUZA
102	MARGARETE DE BARBA
103	MARCIA REJANE MONTIBELLER LOES
104	GABRIELA DA SILVA DALAGO
105	NARA RAQUEL PEREIRA LIMA
106	JOSEANE METZNER MENIN
107	MARIA JUSCILENE DE OLIVEIRA
108	RITA DE CASSIA COSTA FERNANDES
109	FABIANA BORGES LOURENCO
110	JUCEMARA GRONDEK
111	JULIA LAVANDOSKI MOMM
112	JAQUELINE CAROLINA DA CRUZ WEGNER
113	SELMA MARIA DE SOUSA SILVA
114	VANDERLEIA SCHULZ
115	ANA MARIA KLEIN DO AMARAL
116	MAIARA LUIZA BERTRAM
117	DANIELA JORDANA FARRAPO
118	GRAZIELA DECKER
119	SILVANA AVANCINI WERNER
120	KELLY CRISTINA DE MORAES



121	JOANA SIOMARA BEPPLER
122	FERNANDA DAIANE ITTNER
123	MARLENE ENGEL TARNOWSKI
124	KELLY CRISTINA NASCIMENTO CRUZ DUARTE
125	VANECI IZABEL LAUREANO
126	LAIS BIANCA LOURENCO

## 101 – PROFESSOR DE ARTE NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	ADRIANA SCHOEFFEL
2	GABRIEL AUGUSTO VOLZ
3	JULIA JANUARIO PEREIRA
4	LAISLA CRISTINA LAMIN
5	DYONNE AMANDA SCHMITT
6	ELAINE REGINA ANDRUCHECHEN
7	TAINARA SCHMITT
8	MICHELLY DA SILVA BENAZZI
9	JOSE CARLOS STIEHLER JUNIOR
10	FRANCISCA GESSELIA DO NASCIMENTO

102 ☐ PROFESSOR DE CIÊNCIAS NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	GUILHERME HENRIQUE ZANDONAI
2	JULIANA MALKOWSKI
3	CLAUDIA MALISESKI
4	HEBRON RAFAEL FURQUIM
5	PAULO FERNANDO KNOCH
6	JEANE CARLA WOZNICZA DELA VEDOVA
7	ADRIA FERNANDA SILVA SOUZA
8	CAMILA DE JESUS PEREIRA
9	DEBORA ADRIANO DOS REIS
10	DJESSICA STEFFENS CUNHA
11	MARCIA REGINA ANGIOLETTI

## 103 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	ALESSANDRA PETRI
2	PAULO JUVENCIO HINSCHING CARDOSO
3	ANNA FLAVIA SCHROEDER EVALD
4	DJONATH BAPTISTA
5	DANIEL LUIS SCHURE
6	LEANDRO DA SILVA FRANCA
7	MAIKON ALFONSO STEDILE
8	JOSE EDVALDO ALEXANDRE
9	LETICIA THAIS PADILHA
10	ERLIEL GONCALVES DE ALMEIDA
11	MAICO LUIZ TRISOTTO
12	PHAMELA KAROLYNE DA SILVA FRANK

## 104 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	JACQUELINE FUCKNER GONCALVES
2	LUCIANA DE CASSIA DE ARAUJO GONCALVES
3	TAINARA PREILIPPER
4	BRUNA STRECK MARCKS
5	ROSANA INES MARTINS RODRIGUES
6	CILMARA ANTUNES BENTO COELHO



7	MAIARA BASTOS
8	TAYNARA THAIS DIAS
9	VALNERIA WRUCK
10	RUTH NEIA PEREIRA
11	VANESSA SCHULZ
12	DANIELA DEONIZIO DIVINO DA ROSA
13	GRACELIA MARCHIORATO DRAPCINSKI
14	BRUNA DAIANA BAUMGAERTNER
15	ANDRESSA APARECIDA DE OLIVEIRA SOUZA
16	FERNANDA BERTE CANDIAGO
17	DAMIRES SOARES DA SILVA
18	EDNA NESPOLO
19	CHRISTIANE DAS NEVES FONSECA FIAMONCINI
20	MARTA HACK
21	MARCIA MARIA ALVES TEYCZ
22	BRUNA MASSIERE DE CARVALHO
23	PATRICIA GASPARETTO DA SILVA
24	GIANA CAROLINI PIECZARKA
25	DANIELA KLITZKE
26	PATRICIA SASSO MOTA
27	ANA CLAUDIA TARNOWSKI KORC
28	LUCIANE GIOVANELLA
29	CRISLAINE LECTICIA DADA
30	NOELI APARECIDA PEREIRA
31	BEATRIZ LOPES DOS SANTOS SIMSEN
32	CLEIDIANE MIRANDA
33	VIVIANE APARECIDA WLOCH POLTRONIERI
34	FRANCIELY FARIAS
35	MARCELA LOPES VIEIRA
36	JESSICA CAROLINE DA SILVA
37	CLAUDIA BORGES LEITE
38	INES LEMONIE BATISTA
39	LEANE KAMCHEN
40	RAFAELE CHAIANE GESSNER ZICKUHR
41	MONICA PATRICIA SANCHEZ AIRES
42	ELISANDRA SOLANGE METTE
43	JENNIFER ROSA
44	ANA LUIZA SCHMITT
45	EVA DA APARECIDA SILVA
46	ANGELA CHAVES DA CRUZ SILVA
47	MIRIA JORGE GOMES
48	CARINA NERLI FELIPPI
49	ANA CAROLINA CAVILIA
50	TAYNARA EDUARDA AMARAL
51	JANE MACHADO ALVES KLOWASKI
52	DENISE DIVINO
53	DIRCE ANDREIA DO NASCIMENTO
54	JAQUELINE DA CRUZ ROSA SACHETTI
55	DANIELA PIANEZER GOLL
56	ALINE APARECIDA DOS SANTOS TECARI
57	ANA PAULA DA SILVA BANTELI

105 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1 AO 3º) NH

No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	TAIRINE CRISTINA CERUTI
2	SUELI MARIA MENDES
3	DENISE MILMERSTED DE MATOS
4	ADILENE ELIDIANE BAGATTOLI CORREIA
5	JOICE DOS SANTOS PEREIRA
6	SIMONE HACK
7	JOSIMARI METZNER LIMA
8	FERNANDA DOS SANTOS CORREIA



9	THAIS ELIANE DA ROCHA DE LIMA
10	JANAINA MARIA DE OLIVEIRA
11	JAQUELINE ZAMBON
12	FRANCIELE KAMKE
13	ALAIDES BERTOTTI SCARMUSSIM
14	FRANCIELE MOREIRA DOS SANTOS
15	ALINE VANDERLINDE
16	SILVANA DE FATIMA DOS SANTOS BARBOSA
17	TATIANA HILLE
18	CLEUDETE CRISTINA RODRIGUES CHAVES
19	SILVIA MACHOTA DOS REIS

## 106 – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (4 E 5º) NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	BRUNA CAROLINA BRAATZ
2	ELLEN DAIANE DOS SANTOS RAMOS
3	ANGELITA KADER DE OLIVEIRA
4	PAULA ARIENE DE ASSIS NASCIMENTO GUMZ
5	REGIANE DE FATIMA CREMM SILVA PEREIRA

## 107 – PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	SEBASTIAO SILVEIRA
---	--------------------

## 108 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	GEOVANI MOREIRA
2	ROSA MARIA BENTO
3	VALDELI DA SILVA BUENO

## 109 – PROFESSOR DE HISTORIA NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	JOSE RINGO CREMONINI FAGUNDEZ
2	PATRICK ALEXANDER FELIPPI
3	SILVIO CESAR DA COSTA ANDRADE
4	LUIZ RICARDO PASSULD
5	ILIANE ODELLI
6	LARISSA SALETE ZOTTI
7	JULIO CEZAR MEES
8	ROBERTO DELA VEDOVA

## 110- PROFESSOR DE INFOMÁTICA PEDAGÓGICA NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	OSNI DILETO LEVANDOWSKI
---	-------------------------

## 111 – PROFESSOR DE INGLES NH

No. de vagas: RT

## Class. Nome do Candidato

1	EDNEI DA SILVA ROSA
2	ADRIANE CIPRIANI TOME
3	CATIANE HENN
4	RITA DE CASSIA MARQUES DOS SANTOS
5	PATRICIA LOPES DE ALBUQUERQUE
6	MIGUEL EDUARDO DO NASCIMENTO



112 – PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA NH  
No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	DANIEL GONCALVES DA LUZ
2	FLAVIO ZOTTI
3	SOLANGE ROHR PEGORETTI
4	MARCEL ALEXANDRE DE SOUZA
5	FLAVIA LEAO DOS SANTOS DE OLIVEIRA

113 – PROFESSOR DE MATEMÁTICA NH  
No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	CLAUDIO BRUCKER
2	MARO VOIGT
3	RAFAELA DOS SANTOS TIMM
4	RODRIGO LUIZ TARNOWSKI
5	JOSIANE CARDOSO

115 – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL II NH  
No. de vagas: RT

Class. Nome do Candidato

1	LIA NEYA HOFFMANN JACOBSEN
2	JAQUELINI LUANA DEVEGILI CARDOSO
3	MARCELO ANTONIO FERRARI
4	JULIANA GONCALVES KEHL GRZYBOVSKI
5	GREISIELA TAMARA ROSSI MARIAN
6	ANA PAULA SCHUCK HACK
7	JOSIANE FREIBERGER
8	PRISCILLA ANTUNES GOMES
9	ROSMARI DE SOUZA
10	RUTE RODRIGUES DA ROSA PASSULD
11	ROSILENE BONOMINI CESARINO
12	ALICE KUIPERS
13	MAICON SCHWARTZ

## PORTARIA Nº 2042/17

Publicação Nº 1493106

PORTARIA Nº 2042/17

De 21 de dezembro de 2017

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Soeli Terezinha Castellani Bertelli

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei Complementar nº 83 de 22 dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e de mais dispositivos legais em vigor e considerando Ofício/INDAPREV nº 426/2017 em 21 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Averbar, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pela Prefeitura Municipal de José Boiteux, emitida em 21/11/2017, nº 035/2017 que demonstra tempo líquido de Contribuição de 2.098 dias, ou 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 03 (três) dias a servidora Soeli Terezinha Castellani Bertelli, ocupante do cargo de Professora.

Prefeitura de Indaial, 21 de dezembro de 2017.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal



## Iomerê

## PREFEITURA

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO EM METAS MENSAS DE DESEMBOLSO EXERCÍCIO 2018

Publicação Nº 1493015

## CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2018						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE			
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO	2.852.300,00	2.752.300,00	2.948.300,00			
(+) SUPERÁVIT FINANCEIRO 2017	0,00	0,00	0,00			
(+) SALDO BIM. ANTERIOR	0,00	130.700,00	-293.760,00			
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.852.300,00	2.883.000,00	2.654.540,00			
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS CORRENTES	1.301.500,00	1.291.500,00	1.321.500,00	1.348.660,00	1.331.500,00	1.371.500,00
> Pessoal e Encargos Soc.	650.000,00	650.000,00	650.000,00	690.000,00	690.000,00	690.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
> Outras Despesas Corr.	650.000,00	640.000,00	670.000,00	657.160,00	640.000,00	680.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	63.300,00	65.300,00	253.300,00	253.300,00	243.300,00	233.300,00
> Investimentos	30.000,00	32.000,00	220.000,00	220.000,00	210.000,00	200.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.364.800,00	1.356.800,00	1.574.800,00	1.601.960,00	1.574.800,00	1.604.800,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	2.721.600,00		3.176.760,00		3.179.600,00	
SUPERÁVIT = (A - B)	130.700,00	-293.760,00	-525.060,00			



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE IOMERE**

**CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)**

EXERCÍCIO 2018						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE			
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADADAÇÃO	2.858.300,00	2.896.300,00	3.234.500,00			
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR	-525.060,00	-847.360,00	-1.201.660,00			
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.333.240,00	2.048.940,00	2.032.840,00			
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	1.351.500,00	1.351.500,00	1.392.000,00	1.372.000,00	1.392.000,00	1.885.240,00
> Pessoal e Encargos Soc.	690.000,00	690.000,00	690.000,00	690.000,00	690.000,00	1.333.240,00
> Juros e Enc. Da Dívida	1.500,00	1.500,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
> Outras Despesas Corr.	660.000,00	660.000,00	700.000,00	680.000,00	700.000,00	550.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	239.300,00	238.300,00	223.300,00	263.300,00	223.500,00	222.100,00
> Investimentos	205.000,00	205.000,00	190.000,00	230.000,00	190.000,00	188.600,00
> Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.300,00	33.500,00	33.500,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.590.800,00	1.589.800,00	1.615.300,00	1.635.300,00	1.615.500,00	2.107.340,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	3.180.600,00		3.250.600,00		3.722.840,00	
SUPERÁVIT = (A - B)	-847.360,00		-1.201.660,00		-1.690.000,00	

NÃO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
Iomerê, SC 20 de Dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

SIRLEI ALTENHOFEN  
Contadora CRC-SC 32379/O-4



# DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DAS METAS FISCAIS DE ARRECAÇÃO EM METAS BIMESTRAIS EXERCÍCIO 2018

Publicação Nº 1493016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

IOMERÊ

UNIDADE:

MUNICÍPIO/CONSOLIDADO

## METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO - EXERCÍCIO 2018 (ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		19.242.000		2.852.300		3.092.300		3.288.300		3.198.300		3.236.300		3.574.500
RECEITAS CORRENTES		17.506.000,00		2.846.300,00		2.746.300,00		2.942.300,00		2.852.300,00		2.890.300,00		3.228.500,00
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	983.600,00		125.000,00		125.000,00		280.000,00		180.000,00		150.000,00		123.600,00
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	260.000,00		43.000,00		43.000,00		43.000,00		43.000,00		44.000,00		44.000,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	275.000,00		45.000,00		45.000,00		45.000,00		45.000,00		50.000,00		45.000,00
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	5.000,00	0	800,00	0	800,00		800,00		800,00		800,00		1.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	129.000,00		21.500,00		21.500,00		21.500,00		21.500,00		21.500,00		21.500,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	15.780.400,00		2.600.000,00		2.500.000,00		2.540.000,00		2.550.000,00		2.610.000,00		2.980.400,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	73.000,00		11.000,00	0	11.000,00		12.000,00		12.000,00		14.000,00		13.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	0	1.736.000,00		6.000,00		346.000,00		346.000,00		346.000,00		346.000,00		346.000,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	1.700.000,00		-		340.000,00		340.000,00		340.000,00		340.000,00		340.000,00
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	-		-		-		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	36.000,00		6.000,00		6.000,00		6.000,00		6.000,00	0	6.000,00		6.000,00
TRANSF.FIN. DO MUN.	0			-		-		-		-		-		-
TOTAIS		19.242.000		2.852.300		3.092.300		3.288.300		3.198.300		3.236.300		3.574.500

LUCIANO PAGANINI  
PREFEITO MUNICIPALSIRLEI CRISTINA ALTENHOFEN  
CONTADORA CRC32379/O-4



# Ipira

## PREFEITURA

### 4TAC82/2016-PMI

Publicação Nº 1493587

17/01/2018 17/02/2018 17/01/2018 2016 28 2172 4TAC82/2016 82/2016 3 Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial nas Ruas 3 de Dezembro e Rua Santa Catarina, Ruas João Batista Riffel e Rua Oscar Riffel, centro, neste Município. 0 7693 Setep Construções S.A. J 1 0 0 0 33 C 0 0 4 TP 2 2016 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA



# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA 058/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492774

PUBLICA O RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE, PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DOS REQUERIMENTOS PARA CONCURSO DE REMOÇÃO DOS PROFESSORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Volnei Antonio Schmidt, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a homologação dos requerimentos para remoção de professores do Quadro Magistério Público Municipal.

#### I - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

NOME DO SERVIDOR	ÁREA	CARGA HORÁRIA/TURNO	ESCOLA PRETENDIDA
Aneliria Tecchio	Ed. Infantil	20h – Mat/Vesp.	NEM Prof. Claudio Locatelli
Marineide Pick Pilatti	Inglês	30h – Mat/Vesp.	NEM João Canton

Ipumirim/SC, 15 de janeiro de 2018.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO

### PORTARIA Nº 059/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493156

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE ZELADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### CONCEDE

A ELIZANDRA VARGAS VICENTE, matrícula 2720, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº.132711488 e do CPF sob o nº.100.798.539-94, no cargo em Caráter temporário de Zeladora, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 17 de Janeiro de 2018 a 15 de Julho de 2018, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2018.

Ipumirim - SC, 17 de Janeiro de 2018.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 060/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493159

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE ZELADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### CONCEDE

A FERNANDA PALUDO, matrícula 1639, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº.3.942.537 e do CPF sob o nº.054.242.799-02, nomeada por Concurso Publico no cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 35 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 17 de Janeiro de 2018 a 15 de Julho de 2018, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2018.



Ipumirim - SC, 17 de Janeiro de 2018.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018/PM**

Publicação Nº 1492911

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2018  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de peças e serviço conserto Trator Komatsu D 51, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Agricultura. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/01/2018  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL



# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 007/2018

Publicação Nº 1492923

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO 11/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018  
EXCLUSIVO ME/EPP

Objeto: Constitui o objeto do presente Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de empresa de prestação de SERVIÇOS COM MINI CARREGADEIRA, potência mínima de 55 HP, capacidade mínima de carregamento de 0,40 m³ e altura mínima de levante da concha de 1,95 metros, para auxiliar a execução dos serviços prestados pela patrulha mecanizada do município na limpeza de aviários, distribuição de adubo orgânico sólido e distribuição de calcário, conforme solicitado.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 30/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.iraceminha.sc.gov.br](http://www.iraceminha.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@iraceminha.sc.gov.br](mailto:compras@iraceminha.sc.gov.br) ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 008/2018

Publicação Nº 1493193

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA  
PROCESSO LICITATÓRIO 012/2018  
PREGÃO PRESENCIAL 08/2018  
EXCLUSIVO ME/EPP

O Município de Iraceminha (SC) fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, destinado a contratação de empresa especializada em serviços de telecomunicações para prestação de serviços de locação ou sublocação de telefonia móvel (SMP - Serviço Móvel Pessoal), em sistema pós-pago com fornecimento de acessos móveis para o Município de Iraceminha. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. O Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.iraceminha.sc.gov.br](http://www.iraceminha.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@iraceminha.sc.gov.br](mailto:compras@iraceminha.sc.gov.br) ou fone (49)3665-3200. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 30 de Janeiro de 2018. Iraceminha (SC), 18 de Janeiro de 2018. Jean Carlos Nyland – Prefeito Municipal.



# Irani

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2018 - FMS

Publicação N° 1493721

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2018 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de moldagem, confecção e ajuste de prótese dentária (total e parcial e maxilar), para atendimento a população do município de Irani, usuária do SUS (Sistema Único de Saúde), que necessitar da mesma, durante o período de 12 (doze) meses.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 31/01/2018.

Abertura: às 9h00min do dia 31/01/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 18 de janeiro de 2018.

DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



# Irineópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1493378

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2018  
TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2018  
RETIFICAÇÃO

No aviso de Licitação, Tomada de Preços nº 01/2018, onde lê-se: "O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de fevereiro de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços..." leia-se: O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 15 de fevereiro de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços..."

Irineópolis, 11 de janeiro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 006/2018

Publicação Nº 1492930

PORTARIA Nº 006/2018.  
EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido, a servidora CARINA MEIRELLES do cargo de Auxiliar Administrativo (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 331/2017 de 12/09/2017.

Art. 2.º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2018.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 449/2017

Publicação Nº 1492931

PORTARIA N.º. 449/2017.  
PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III

seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR, até a data de 08/03/2018, os efeitos da Portaria 165/2017 de 04/05/2017, com redação dada pelas Portarias nº 176/2017, 301/2017, 386/2017 e 432/2017, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora JOSIANE MACHADO MACIEL, nascida em 21/09/1982, portadora do CPF nº. 043.872.179-95 RG n.º 4.439.416 SESP/SC, Técnica de Enfermagem, inscrita no COREN/SC sob o nº 874.291, visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da saúde, atuando em substituição a servidora efetiva Esenilda Terezinha Miranda, em gozo de Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Dezembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018 - PM

Publicação Nº 1492959

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 30 de janeiro de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇOS POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO NA SEDE E EM DIVERSAS LOCALIDADES DO INTERIOR, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 17 de janeiro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal



## Itá

## PREFEITURA

## DECRETO N. 092/2017

Publicação Nº 1492801

DECRETO Nº 092/2017, de 15 de dezembro de 2017.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I do art. da Lei Municipal nº 2.490, de 06 de dezembro de 2016 e Inciso I do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 68.555,34 (sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.490, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

0.001 – Encargos Gerais do Município

3.3.90.00.00.00.3000 Aplicações Diretas 26.000,00

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.005 – Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário

3.3.90.00.00.00.1000 Aplicações Diretas 40.000,00

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.056 – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.3000 Transf. a Instit. Privadas s/fins Lucrat.

2.555,34

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 36.963,27 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	4.000,00
--	----------

## Anulação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	4.000,00
--	----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.019 – Manutenção Pré-Escolar

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	2.500,00
--	----------

## Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas	2.500,00
--	----------

06.02 – Departamento de Esportes e Lazer

2.021 – Manutenção Atividades Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	3.713,27
--	----------

## Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	3.713,27
--	----------

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	2.300,00
--	----------

## Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	2.300,00
--	----------

2.056 – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade Suplementação

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transf. a Instit. Priv. s/fins Lucrat.	12.800,00
--	-----------

## Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	7.800,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Serviços

2.027 – Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	9.950,00
--	----------

## Anulação

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	9.950,00
--	----------

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008 – Manutenção Atividades Departamento de Urbanismo

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	1.700,00
--	----------

## Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	1.700,00
--	----------

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção Atividades Fundo Municipal de Saúde Suplementação

3.3.71.00.00.00.00.1002 Transf. a Consórcios Públicos	200,00
---	--------

## Anulação



3.3.72.00.00.00.00.1002 Exec.Orçam Deleg .Cons Públicos	200,00
--	--------

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,  
15 de dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda



# Itapema

## PREFEITURA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.010.2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA**

Publicação Nº 1493625

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.010.2018

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos agrícolas, com fornecimento de peças, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº. 04.010.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 30(trinta) de janeiro de 2018

Abertura do Pregão: 30(trinta) de janeiro de 2018, às 14:01(catorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.010.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 17 de janeiro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.011.2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTORES ESTACIONÁRIOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPEMA**

Publicação Nº 1493626

Estado de Santa Catarina  
Município de Itapema  
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.011.2018

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de motores estacionários, com fornecimento de peças, para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº. 04.011.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 31(trinta e um) de janeiro de 2018

Abertura do Pregão: 31(trinta e um) de janeiro de 2018, às 14:01(catorze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações – pregão – pasta 04.011.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 17 de janeiro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração



# Itapiranga

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 135/2017 - FMS

Publicação Nº 1492778

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 135/2017 - FMS

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, neste ato representado pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde Sr. DAVINO RAUBER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 637.197.469-68, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 135/2017 - FMS, celebrado com a empresa COOPERATIVA A1, inscrito no CNPJ sob o nº 03.470.626/0025-27, com sede na Rua São Jacó, nº 315, Bairro Centro, município de Itapiranga - SC, CEP nº 89.896-000, neste ato representado pelo Presidente Sr. ELIO CASARIN, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador do CPF nº 225.392.710-49, vencedor do Processo Licitatório nº 238/2017, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 007/2018, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor do item 1 da Ata de Registro de Preços nº 135/2017 que passa a ser pago conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual	Preço Total Acrescido
1	24.286,45	LT	GASOLINA COMUM	IPIRANGA	3,98	4,07	2.185,78
Total							2.185,78

#### 2 - DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 135/2017 permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga – SC, 16 de janeiro de 2018.

DAVINO RAUBER  
Administrador do FMS

Fabricia Kroetz  
Procuradora do Município de Itapiranga  
OAB/SC Nº 31642

### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 323/2017

Publicação Nº 1492777

#### 1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 323/2017

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. FERNANDO OTONE GIRARDI, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 217.432.820-87, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 323/2017, celebrado com a empresa COOPERATIVA A1, inscrito no CNPJ sob o nº 03.470.626/0025-27, com sede na Rua São Jacó, nº 315, Bairro Centro, município de Itapiranga - SC, CEP nº 89.896-000, neste ato representado pelo Presidente Sr. ELIO CASARIN, brasileiro, engenheiro agrônomo, portador do CPF nº 225.392.710-49, vencedor do Processo Licitatório nº 238/2017, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### 1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 006/2018, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor dos item 1 da Ata de Registro de Preços nº 323/2017 que passa a ser pago conforme descrito a seguir:



Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual	Preço Total Acrescido
1	49.105,78	LT	GASOLINA COMUM	IPIRANGA	3,98	4,07	4.419,52
Total							4.419,52

## 2 – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 323/2017 permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga – SC, 16 de janeiro de 2018.  
FERNANDO OTONE GIRARDI  
Prefeito em Exercício

Fabírcia Kroetz  
Procuradora do Município de Itapiranga  
OAB/SC Nº 31642

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - FMS

Publicação Nº 1492990

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGENIO MEDICINAL PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULANCIAS, SAMU E RESIDENCIAIS.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 30/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 16 de janeiro de 2018.

DAVINO RAUBER  
Secretário Municipal de Saúde

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

Publicação Nº 1492988

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOFUSÃO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 13h30 do dia 30/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 16 de janeiro de 2018.

Tecla Royer Scholz  
Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos



**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018**

Publicação Nº 1493241

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DESTE MUNICÍPIO. Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 10h15 do dia 30/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 16 de janeiro de 2018.

José Gilvane Lauer  
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

**PORTARIA Nº 001/2018**

Publicação Nº 1492753

PORTARIA Nº 001/2018 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Lauro Schlickmann, matrícula nº 10281/02, para exercer a função de fiscal do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa de Licitação nº 001/2017, para locação da seguinte sala comercial: a) uma Sala Comercial – loja nº 01, com 114,42 m², sita à Rua do Comércio, nesta cidade de Itapiranga – SC., destinada ao funcionamento do PREVCIDADE, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.317/2006.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2018.

JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Lauro Schlickmann  
Fiscalizador

**PORTARIA Nº 002/2018**

Publicação Nº 1492754

PORTARIA Nº 002/2018 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Camylle Patrycia Schäfer, matrícula nº 15255/01, para exercer a função de fiscal do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2017, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 002/2017, para locação da seguinte sala comercial: a) uma Sala Comercial de nº 203, com 75 m², sita à Rua São Jacó, nº 02, nesta cidade de Itapiranga – SC., destinada ao funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Itapiranga - SC.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2018.

JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Camylle Patrycia Schäfer  
Fiscalizadora

**PORTARIA Nº 003/2018**

Publicação Nº 1492761

PORTARIA Nº 003/2018

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Mara Oro, matrícula nº 14635/01, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 002/2018, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Inexigibilidade de licitação nº 03/2018, para contratação de instituição para acolhimento de paciente do município, conforme decisão judicial.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.



Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 02 de Janeiro de 2018.  
JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Mara Oro  
Fiscalizadora

## **PORTARIA Nº 004/2018**

Publicação Nº 1492763

PORTARIA Nº 004/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Janete F. Baumann, matrícula nº 11824/02, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 001/2018, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 002/2018, para execução de serviços técnicos profissionais de manutenção da seção de legislação do site da prefeitura municipal de Itapiranga – SC.

Art. 2º - A Servidora supracitada compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução do respectivo contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 02 de janeiro de 2018.  
JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Janete F. Baumann  
Fiscalizadora

## **PORTARIA Nº 183/2017**

Publicação Nº 1492751

PORTARIA Nº 183/2017 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Ivo Bogorny, matrícula 12711/05 e Valdir Heck, matrícula 14742/01, para exercerem a função de fiscal dos Contratos nº 148 a 151/2017, firmados pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 221/2017, para aquisição de peças para conserto de máquinas pesadas de propriedade do município de Itapiranga.

Art. 2º - Aos Servidores supracitados compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução dos contratos e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 29 de dezembro de 2017.  
JORGE WELTER  
Prefeito Municipal

Ivo Bogorny Valdir Heck  
Fiscalizador Fiscalizador



# Itapoá

## PREFEITURA

### GABARITO PÓS RECURSO PROCESSO SELETIVO Nº. 047, 048 E 049/2017 PROVA OBJETIVA CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE UBS PAESE, ITAPEMA DO NORTE E SAMAMBAIAL.

Publicação Nº 1493633

#### GABARITO PÓS RECURSO

Processo Seletivo nº. 047, 048 e 049/2017

PROVA OBJETIVA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE UBS PAESE, ITAPEMA DO NORTE E SAMAMBAIAL

01	D	16	B
02	A	17	A
03	C	18	B
04	B	19	D
05	D	20	A
06	C	21	B
07	B	22	D
08	A	23	B
09	A	24	A
10	C	25	B
11	C	26	A
12	A	27	C
13	NULA	28	C
14	C	29	A
15	B	30	D

### PREGÃO Nº 01/2018 - MICROFONES, CAIXAS DE SOM, SISTEMA DE ÁUDIO E MULTIMÍDIA

Publicação Nº 1493280

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018  
PROCESSO Nº 01/2018

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor por Item, EXCLUSIVAMENTE a empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 31 de janeiro de 2018, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para AQUISIÇÃO DE MICROFONES, CAIXAS E SOM, SISTEMA DE ÁUDIO, PROJETOR DE MULTIMÍDIA E TELA DE PROJEÇÃO PARA USO DA ASSESSORIA DE GABINETE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 13h:00m às 19h:00m.

Itapoá, 17 de janeiro de 2018.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE



# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 66/2018

Publicação Nº 1492984

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 40/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 57/2017

Contrato Administrativo nº: 66/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: Acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Vigência: 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83.

Jaborá, SC, 17 de janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2018

Publicação Nº 1492940

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 40/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 57/2017.

Contrato Administrativo nº: 64/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 13.821,00 (treze mil oitocentos e vinte e um reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09.

Jaborá, SC, 17 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2018

Publicação Nº 1492767

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Contrato Administrativo nº: 63/2018.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLAR; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; CONSULTA, ESTATÍSTICO E GERENCIAL (WEB); E PORTAL DO ALUNO (WEB), BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS NOS SEUS ANEXOS.

Valor: R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.982.125/0001-76.

Jaborá, SC, 17 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2018

Publicação Nº 1492941

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 40/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 57/2017.

Contrato Administrativo nº: 65/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 3.699,30 (três mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.851/0001-47.

Jaborá, SC, 17 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2018**

Publicação Nº 1492942

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 40/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 57/2017.

Contrato Administrativo nº: 66/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 18.221,76 (dezoito mil duzentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83.

Jaborá, SC, 17 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 028/2018**

Publicação Nº 1493316

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 028, de 17 de janeiro de 2018.

REVOGA FÉRIAS DA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica revogada férias de 30 (trinta) dias da servidora abaixo, por motivo de apresentação de atestado médico de 15 dias (de 15/01/2018 à 30/01/2018):

- Ediane Soares Mascarello

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17/01/2018.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 029/2018**

Publicação Nº 1493317

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 029, de 17 de janeiro de 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Ediane Soares Mascarello – 31/01/2018 à 01/03/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17/01/2018.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.784/2018

Publicação Nº 1493281

#### D E C R E T O Nº 11.784/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

#### DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 541.698,87 (Quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais de Administração (Semad); e de Educação (Semed), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.01.04.122.03002.057 - Manutenção das atividades do Patrimônio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.01.615 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 41.698,87

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.122.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.03.614 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

TOTAL R\$ 541.698,87

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio SDR - Implantação de Praça no Bairro Centenário (Praça da Apae), no valor de R\$ 41.698,87 (Quarenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos); e às Transferências do Fundeb - 40%, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de janeiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### DECRETO Nº 11.785/2017

Publicação Nº 1493283

#### D E C R E T O Nº 11.785/2017

Revoga o Decreto Municipal Nº 11.185/2017, de 13 de Janeiro de 2017, e Designa Membros Para a Comissão Permanente De Licitações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, alterada pelas Leis Municipais Nº s 7.079/2015, de 17/07/2015, e 7.384/2017, de 24/05/2017, c/c a

Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14 de outubro de 2016, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

#### DECRETA :

Art.1º Fica revogado o Decreto Municipal Nº 11.185/2017, de 13/01/2017.

Art.2º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO, matrícula 81863; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CAMILA SOUZA DA ROSA, matrícula 11065, para comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES pelo período de 16 de janeiro de 2018 a 22 de janeiro de 2019, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Parágrafo único. Para os casos de ausências e impedimentos, do Presidente e/ou membros, os substitutos serão os servidores Sidnei Correa de Almeida, matrícula 7263; Elian Gustavo Hermes Vereiro, matrícula 10753, Lucimara Gabardo Tarachucky, matrícula 8283.

Art.3º Todos os processos administrativos de cadastro e registro de preços deverão ser encaminhados à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos, para homologação.

Art.4º FICA CONCEDIDO, a partir de 16/01/2017, a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, deste Decreto, um adicional de trabalho técnico correspondente a 07 (sete) UPM's (Unidade Padrão do Município) para o Presidente, e de 3,5 (três vírgula cinco) UPM's (Unidade Padrão do Município) para cada um dos demais membros, vedada a percepção de forma cumulada.

Parágrafo único. O membro substituto receberá a gratificação prevista no caput deste artigo quando convocado por ato formal a substituir o membro titular e enquanto perdurar o afastamento ou impedimento do mesmo, na forma da legislação vigente.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/01/2018.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

### DECRETO Nº 11.786/2017

Publicação Nº 1493285

#### D E C R E T O Nº 11.786/2017

Revoga o Decreto Municipal Nº 11.186/2017, de 13 de Janeiro de 2017, e Designa Membros Para a Comissão De Cadastro.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, alterada pelas Leis Municipais Nº s 7.079/2015, de 17/07/2015, e 7.384/2017, de 24/05/2017, c/c a Lei Complementar Municipal Nº 176/2016, de 14 de outubro de 2016, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

#### DECRETA :



Art.1º Fica revogado o Decreto Municipal Nº 11.186/2017, de 13/01/2017.

Art.2º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais EVANDRO DORING, matrícula 7085; FLÁVIO MANFREDO HORNBERG, matrícula 2186; e LUCIMARA GABARDO TARACHUCKY, matrícula 8283, IVERSON JOSE SADZINSKY, matrícula 8746, para comporem a COMISSÃO DE CADASTRO pelo período de 16 de janeiro de 2018 a 22 de janeiro de 2019, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Parágrafo único. Para os casos de ausências e impedimentos, do Presidente e/ou membros, os substitutos serão os servidores Camila Souza da Rosa, matrícula 11065 e Marcio Bylaardt, matrícula 1972.

Art.3º Todos os processos administrativos de cadastro e registro de preços deverão ser encaminhados à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos, para homologação.

Art.4º FICA CONCEDIDO, a partir de 23/01/2017, a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, deste Decreto, um adicional de trabalho técnico correspondente a 07 (sete) UPM's (Unidade Padrão do Município) para o Presidente, e de 3,5 (três vírgula cinco) UPM's (Unidade Padrão do Município) para cada um dos demais membros, vedada a percepção de forma cumulada.

Parágrafo único. O membro substituto receberá a gratificação prevista no caput deste artigo quando convocado por ato formal a substituir o membro titular e enquanto perdurar o afastamento ou impedimento do mesmo, na forma da legislação vigente.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/01/2018.

Jaraguá do Sul, 16 de janeiro de 2018.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## EDITAL DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 1/2018

Publicação Nº 1493286

### EDITAL DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 1/2018

Notificação Geral de Lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, para o Exercício de 2018.

JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS, matrícula 8987, Fiscal Tributarista da Prefeitura de Jaraguá do Sul, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e em cumprimento ao que determina a alínea "b", do inciso I, do § 3º, do art. 26, da Lei Complementar nº 001/93 (Código Tributário Municipal – CTM) e do Decreto Municipal nº 3.225/95 (Regulamento do CTM), em conformidade com os arts. 142, 144 e 145, da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional) torna pública a NOTIFICAÇÃO GERAL DE LANÇAMENTO do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, para o exercício de 2018:

1) Ficam os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona urbana, ou de expansão urbana do Município de Jaraguá do Sul, SC, NOTIFICADOS do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e da COSIP – Contribuição para o Custeio do

Serviço de Iluminação Pública, para ao Exercício de 2018;

2) Nos termos do artigo 124 do Código Tributário Municipal, alterado pela Lei Complementar nº 209/2017, de 15 de dezembro de 2017, o contribuinte poderá optar, pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU Exercício 2018, à vista com desconto de 10% (dez por cento), até o dia 12/03/2018, ou parcelado em até 08 (oito) vezes, sem o desconto, com o vencimento da primeira parcela para o dia 12/03/2017 e as demais com vencimentos mensais e consecutivos, a saber: 10/04/2018, 10/05/2018, 11/06/2018, 10/07/2018/ 10/08/2018, 10/09/2018 e 10/10/2018, sendo que o valor das parcelas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da Unidade Padrão Municipal – UPM (R\$ 177,78), ou seja, R\$ 62,22 (sessenta e dois reais e vinte e dois centavos).

3) Ficam renovadas, automaticamente, por força do Decreto nº 11759/2017, de 18 de dezembro de 2017, para o exercício de 2018, as isenções abaixo relacionadas, descritas no artigo 3º da Lei Complementar nº 48/2005, de 20 de dezembro de 2005:

a) o imóvel qualificado na categoria de "enxaimel" ou de reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, com base em parecer do COMPHAAN - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural;

b) os imóveis relacionados com as finalidades essenciais de entidades beneficentes, sociais, educativas, culturais ou esportivas que cedam o uso gratuitamente aos órgãos do Município quando houver interesse público e que atendam aos requisitos exigidos no artigo 14, da Lei Federal Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

c) a área de preservação permanente, acima da cota 100 m (cem metros) em relação ao nível do mar, de acordo com a legislação federal a respeito;

d) imóvel de propriedade de Associação de Moradores, reconhecida de utilidade pública municipal, cujas atividades estejam de acordo com suas finalidades;

e) imóvel de propriedade da União Jaraguense das Associações de Moradores - UJAM;

f) o terreno de propriedade de pessoa física, localizado em área urbana, área de expansão urbana ou área urbanizável, e que seja utilizado para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária, aquicultura ou apicultura, ou para depósito de colheita, de animais e de equipamentos.

4) Os Valores Venais Imobiliários de Terrenos e Edificações para fins de cálculo do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2018, foram fixados pela Lei Complementar Municipal nº 210/2017, de 15 de dezembro de 2017 e seu ANEXO ÚNICO – TABELA GENÉRICA DE VALORES TERRITORIAIS POR SEGMENTO DE RUAS EM M2 (metro quadrado).

5) Os contribuintes que até o dia 28/02/2018 não receberem a guia para pagamento em cota única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, que será enviado através do Correio para o endereço de entrega constante na base cadastral do setor Tributário da Prefeitura de Jaraguá do Sul, a partir de 01 de janeiro de 2018, deverão fazer a impressão da 2ª via pela Internet, através do endereço <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/> ou fazer a retirada no Setor de Tributos, situado à Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Barra do Rio Molha, nesta cidade, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de expediente das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h.



6) Após o vencimento do prazo de pagamento à vista, previstos no Inciso I, do artigo 4º do Decreto nº. 11760/2017 de 18 de dezembro de 2017, todos os contribuintes serão considerados notificados, ficando assim sujeitos aos acréscimos legais previstos, além da inscrição em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

7) Os dados cadastrais imobiliários usados como parâmetros para o lançamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial, exercício 2018 estão disponíveis no Setor de Cadastro Técnico Multifinalitário da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

8) O prazo limite para propositura de recursos administrativos referentes aos pedidos de revisão, contestação dos lançamentos, solicitação de isenção e demais benefícios previstos em lei é até o dia 12 de março de 2018, conforme preceitua o artigo 273-A da Lei Complementar nº. 1/1993, com redação dada pelo art. 4º. da Lei Complementar nº. 209/2017, de 15 de dezembro de 2017, combinado com o disposto no caput do artigo 5º do Decreto 11760/2017, de 18 de dezembro de 2017:

a) O requerimento deverá ser feito até a referida data no Setor de Protocolo da Prefeitura no endereço citado no item 6 deste Edital. Após esta data, o recurso será considerado intempestivo;

b) Nos casos em que a decisão administrativa for favorável ao contribuinte, este será notificado da decisão e terá 15 (quinze) dias, contados da notificação, para efetuar o pagamento do imposto à vista com o desconto de 10% (dez por cento) previsto em lei, ou parcelado em até 08 (oito) parcelas, sendo porém, o número de parcelas compatível com o término do exercício correspondente ao lançamento;

c) Nos casos em que a decisão administrativa for desfavorável ao contribuinte, este terá 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da decisão administrativa, para efetuar o pagamento do IPTU lançado, acrescido de correção monetária, se houver, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

9) A COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista no Inciso II do art. 3º. da Lei Complementar Municipal nº. 30/2003 com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 203/2017 de 10 de novembro de 2017, e seu ANEXO ÚNICO, TABELA II - IMÓVEIS URBANOS NÃO EDIFICADOS, com fato gerador incidente sobre a propriedade imobiliária de imóvel urbano não edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, será lançado anualmente, e discriminado, individualmente, junto à cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mediante a aplicação da seguinte fórmula: Valor Anual COSIP = mt (metragem linear) testada do imóvel x (multiplicado) por 4% (quatro por cento) da UPM - Unidade Padrão Municipal ( UPM 2018 R\$ 177,78 x 4% = R\$ 7,11 por metro linear ), com valor anual limitado a 01 (uma) UPM por imóvel.

## PORTARIA SAMAESJU Nº 007/2018

Publicação Nº 1493119

PORTARIA SAMAESJU Nº. 007/2018  
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos relacionados.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul,

A COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista no Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº. 30/2003, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 203/2017 de 10 de novembro de 2017, e seu ANEXO ÚNICO, TABELA I - CONTRIBUINTES RESIDENCIAIS, NÃO RESIDENCIAIS, RURAIS e PRIMÁRIOS, com fato gerador no consumo da energia elétrica por pessoa física ou jurídica, continuará a ser cobrada, mensalmente, junto à fatura de energia elétrica de cada unidade consumidora, emitida pela CELESC conforme previsto no artigo 6º e 7º da Lei Complementar Municipal nº 30/2003.

Jaraguá do Sul – SC, 15 de janeiro de 2018.

MÁRCIO ERDMANN  
Secretário Municipal da Fazenda

JOSÉ BENEDITO DE CAMPOS  
Fiscal Tributalista

## PORTARIA SAMAESJU Nº 006/2018

Publicação Nº 1493118

PORTARIA SAMAESJU Nº 006/2018  
Prorrogação de prazo para Processo Administrativo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 0027/2018 de 12 de janeiro de 2018 da Comissão de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 002/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 030/2017 de 19 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 14 de janeiro de 2018 os trabalhos da Portaria 030/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de janeiro de 2018.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2018.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente



na seguinte forma:

SERVIDOR e MATRÍCULA	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário referente ao Período Aquisitivo
Vilcionei Roque Pasqualli – 420	01/03/2016 a 28/02/2017	05/02/2018 a 24/02/2018	20	X
Everaldo Bachmann – 197	23/07/2016 a 22/07/2017	05/02/2018 a 24/02/2018	20	X
Sandro C. Marquardt – 350	03/01/2017 a 02/01/2018	05/02/2018 a 24/02/2018	20	X
José Dirceu Carvalho – 235	02/07/2016 a 01/07/2017	05/02/2018 a 24/02/2018	20	10
Vladimir Furst – 566	13/05/2016 a 12/05/2017	05/02/2018 a 14/02/2018	10	X
Moacir Lehnert – 536	04/04/2016 a 03/04/2017	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10
Tiago Vieira da Silva – 584	15/04/2016 a 14/04/2017	08/02/2018 a 27/02/2018	20	X
Giovane Mello – 654	09/01/2017 a 08/01/2018	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2018.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAESJSU Nº 008/2018

Publicação Nº 1493120

PORTARIA SAMAESJSU Nº 008/2018

Prorrogação de prazo para Processo Administrativo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 0029/2018 de 12 de janeiro de 2018 da Comissão de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 003/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 032/2017 de 19 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 14 de janeiro de 2018 os trabalhos da Portaria 032/2017 de 19 de janeiro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 14 de janeiro de 2018.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2018.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAESJSU Nº 009/2018

Publicação Nº 1493121

PORTARIA SAMAESJSU Nº. 009/2018

Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos relacionados.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:



SERVIDOR e MATRÍCULA	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário referente ao Período Aquisitivo
Ademir Ferreira Bueno - 346	08/01/2016 a 07/01/2017	29/01/2018 a 07/02/2018	10	X
Ademir Ferreira Bueno – 346	08/01/2017 a 07/01/2018	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10
Joel Fraccetto Martins Velho – 422	01/03/2016 a 28/02/2017	29/01/2018 a 07/02/2018	10	X
Jozimar Cardozo – 352	21/12/2016 a 20/12/2017	29/01/2018 a 17/02/2018	20	X
Jaime Chrast Junior – 658	10/01/2017 a 09/01/2018	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de janeiro de 2018.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 010/2018

Publicação Nº 1493122

PORTARIA SAMAE JSU Nº 010/2018

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

CONSIDERANDO o Memorando 0034/2018/SAMAE, de 15 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores EVANIA APARECIDA DUARTE LIEBL, matrícula 653, ocupante do Cargo de Diretor de Obras e JAIME CHRAST JUNIOR, matrícula 658, ocupante do Cargo de Coordenador de Eletromecânica e Automação para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 376, itens 04 a 07, de 21 de dezembro de 2017, que tem como origem a Inexigibilidade de Licitação nº 168/2017 objetivando aquisição de peças de reposição para manutenção de equipamentos contipress.	ANDRITZ SEPARATION IND. COM. DE EQUIPAMENTOS DE FILTRAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de janeiro de 2018.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 011/2018

Publicação Nº 1493123

PORTARIA SAMAE JSU Nº 011/2018

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU Nº 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

CONSIDERANDO o Memorando 0034/2018/SAMAE, de 15 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores DEVERSON SIMIONI, matrícula 486, ocupante do Cargo de Diretor Técnico e BRUNO DILMO DE SOUZA, matrícula 581, ocupante do Cargo de Engenheiro Civil para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº 375 de 21 de dezembro de 2017, que tem como origem a Inexigibilidade de Licitação nº 187/2017, objetivando Contratação de Empresa para recuperação de estrutura em concreto armado – laje de cobertura do reator anaeróbio da ETE Água Verde, em virtude do surgimento repentino de rachadura em 85% da ligação laje-parede de um dos lados do reator;	Prestadora de Serviços em Alvenaria H&G Ltda. EPP

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de janeiro de 2018.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente



**PORTARIA SAMAEJSU N° 012/2018**

Publicação N° 1493125

PORTARIA SAMAE JSU N° 012/2018

Designa Servidores para exercer a função de Gestor e Fiscal de contratos.

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 123/2012, suas alterações, e

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto no artigo 58, inciso III e artigo 67, § 1º da Lei Federal n°. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa SAMAE JSU N° 350/2017, de 17 de agosto de 2017,

CONSIDERANDO o Memorando 0034/2018/SAMAE, de 15 de janeiro de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores CLEBER FERNANDES DE OLIVEIRA, matrícula 383, ocupante do Cargo de Coordenador de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário e CESAR DECKER, matrícula 436, ocupante do Cargo de Operador de ETA/ETE, designado para o cargo de Supervisor de Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário para desempenharem, respectivamente, as funções de GESTOR e FISCAL, dos Contratos abaixo relacionados:

CONTRATO	EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO N° 376, itens 01 a 03, de 21 de dezembro de 2017, que tem como origem a Inexigibilidade de Licitação n° 168/2017 objetivando aquisição de peças de reposição para manutenção de equipamentos contipress.	ANDRITZ SEPARATION IND. COM. DE EQUIPAMENTOS DE FILTRAÇÃO LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de janeiro de 2018.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente



# Joaçaba

## PREFEITURA

### ADITIVO AO CONTRATO 177/2014/PMJ

Publicação Nº 1493329

CONTRATO Nº 177/2014/PMJ – TA 08

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, e a Empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.079.721 e CPF nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 177/2014/PMJ, firmado em 13/06/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 39/2014 - PMJ – Edital CC nº 3/2014 - PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de ginásio de esportes no Bairro Santa Tereza, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Diante da prorrogação de prazo constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 1.2 do contrato, passa a ter a seguinte redação:

0.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e entregar a obra, completamente executada, no prazo de até 27 (vinte e sete) meses contados da mesma data.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada para 27 (vinte e sete) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial, em conformidade com o disposto no § 1º, I, do art. 57 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 12 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE

DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA

SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### ADITIVO AO CONTRATO 210/2015/PMJ

Publicação Nº 1493328

CONTRATO Nº 210/2015/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, por intermédio da Gerência de Meio Ambiente, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa H2O AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.815.559/0001-81, estabelecida na Rua Romano Anselmo Fontana, 511 - Centro, no Município de Concórdia - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Gustavo Lopes do Amaral Plieski, portador da C. I. nº 3.691.161-5 e inscrito no CPF sob o nº 007.083.849-60, residente e domiciliado na cidade de Concórdia - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 210/2015/PMJ, firmado em 06/01/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 76/2014/PMJ – Convite nº 6/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços de monitoramento da área do entorno e do sistema de tratamento de efluentes do aterro sanitário situado na Linha Duas Casas, interior do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:



## CLÁUSULA PRIMEIRA

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 16 de janeiro de 2018, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para a execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

## CLÁUSULA SEGUNDA

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor total atualizado do contrato fica reajustado em 1,83%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de 01/11/2016 a 31/10/2017, passando de R\$ 48.466,00 para R\$ 49.352,80 (quarenta e nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE/ANO	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	<p>Monitoramento do sistema de tratamento de efluentes contendo análises laboratoriais da água coletada na entrada (lagoa anaeróbia), de acordo com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• CROMO TOTAL</li> <li>• PH</li> <li>• DBO</li> <li>• DQO</li> <li>• COLIFORMES TOTAIS</li> <li>• COLIFORMES FECAIS</li> <li>• SÓLIDOS TOTAIS</li> <li>• NITROGÊNIO TOTAL</li> <li>• FOSFATO TOTAL</li> </ul> <p><input type="checkbox"/> Quantidade de locais coletados: 01 (um)</p>	SV	04	356,91	1.427,64
2	<p>Monitoramento do sistema de tratamento de efluentes contendo análises laboratoriais da água coletada na saída (lagoa anaeróbia), de acordo com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• PH</li> <li>• DBO</li> <li>• DQO</li> <li>• COLIFORMES TOTAIS</li> <li>• COLIFORMES FECAIS</li> <li>• NITROGÊNIO TOTAL</li> <li>• NITROGÊNIO AMONÍACAL</li> <li>• ÓLEOS E GRAXAS TOTAIS</li> <li>• FERRO TOTAL</li> <li>• MANGANÊS TOTAL</li> <li>• FOSFATO TOTAL</li> <li>• CLORETOS TOTAIS</li> <li>• ALUMÍNIO</li> <li>• SULFETOS</li> <li>• SÓLIDOS TOTAIS</li> <li>• MERCÚRIO</li> <li>• CHUMBO</li> <li>• CIANETOS</li> <li>• CROMO TOTAL</li> <li>• NÍQUEL TOTAL</li> <li>• COBRE TOTAL</li> <li>• ZINCO</li> </ul> <p><input type="checkbox"/> Quantidade de locais coletados: 06 (seis), sendo 6 a serem coletados e analisados.</p> <p>Os locais de coleta se referem à saída do tratamento de efluentes (caixa de inspeção após filtro), nos três poços de monitoramento e dois pontos de águas superficiais, sendo um a montante e um a jusante da área de influência do depósito de resíduos.</p>	SV	04	5.874,51	23.486,04



3	<p>Monitoramento do sistema de tratamento de efluentes contendo análises laboratoriais da água coletada na saída (lagoa anaeróbia), de acordo com os seguintes parâmetros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• NITRITO</li> <li>• NITRATO</li> <li>• HIDROCARBONETOS (2 – METILNAFTELENO, ACENAFTELENO, ACENAFTELENO, ANTRACENO, BENZO(A)PIRENO, BENZO(A)ANTRACENO, BENZO(B)+(K)FLUORANTENO, BENZO(G, H, I)PERILENO, CRISENO, DIBENZO(A, H)ANTRACENO, FENANTRENO, FLUORANTENO, FLUORENO, INDENO(1, 2, 3 – C, D)PIRENO, NAFTELENO, PIRENO).</li> </ul> <p><input type="checkbox"/> Quantidade de locais coletados: 03 (três), sendo 03 amostras a serem coletadas e analisadas.</p> <p>Os locais de coleta se referem à saída do tratamento de efluentes (caixa de inspeção após filtro), nos três poços de monitoramento e dois pontos de águas superficiais, sendo um a montante e um a jusante da área de influência do depósito de resíduos.</p>	SV	04	645,60	2.582,40
4	Relatório de Monitoramento da Área do Entorno, contendo todas as informações previstas no subitem 2.1.1 do contrato.	SV	04	2.732,09	10.928,36
5	Relatório de Monitoramento do Sistema de Tratamento de Efluentes, contendo todas as informações previstas no subitem 2.1.2 do contrato.	SV	04	2.732,09	10.928,36
TOTAL R\$					49.352,80

### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 15 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATANTE  
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

H2O AMBIENTAL LTDA  
CONTRATADA  
Gustavo Lopes do Amaral Plieski

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

### ADITIVO AO CONTRATO 215/2015/PMJ

Publicação Nº 1493327

CONTRATO Nº 215/2015/PMJ – TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, com sede administrativa na AV. BEIRA RIO, 333 - CENTRO, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.377.072/0001-40, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. SIMAR JOSE ROSA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1. 079.721 e inscrito no CPF sob o nº 437.061.009-59, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, 104, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 215/2015/PMJ, firmado em 26 de janeiro de 2015, proveniente do Processo de Licitação nº 84/2014/PMJ – Edital CC nº 11/2014/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, das obras de saneamento básico de parte dos bairros Santa Tereza e Flor da Serra, no Município de Joaçaba, SC, onde se ALTERA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

### CLÁUSULA PRIMEIRA



Fundamenta-se o presente aditivo de prazo contratual na necessidade de aguardar manifestação formal por parte da FUNASA quanto aos valores a serem suprimidos, aditivados e/ou reajustados na Planilha da Obra, diante do encerramento da execução do projeto, conforme informa o memorando nº 37/2018 do Setor de Projetos anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de execução, constante no cronograma físico financeiro, não será alterado por este aditivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 03 (três) meses, a contar de 15 de janeiro de 2018, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação da vigência supra, o subitem 3.1 do contrato original passa a ter a seguinte redação:

2.1. O presente contrato terá vigência de 39 (trinta e nove) meses, contados da data de recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado na forma da lei.

#### CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

JOAÇABA (SC), 12 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - CONTRATANTE

VILSON SARTORI- Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA - CONTRATADA

SIMAR JOSE ROSA

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 01/2018-FIA

Publicação Nº 1493454

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

##### PARA REPASSE DE RECURSOS Nº 01/2018-FIA

(Atendida a Lei Federal 13.019/2014 e Instrução Normativa TC 14/2012 TCE-SC)

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, por meio do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE, com CNPJ 05.143.014/0001-88, observadas as normas estabelecidas na Resolução nº 01/2013/CMDCA, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de OSC - Organizações da Sociedade Civil atuantes na área da infância e adolescência, para entabulação de parceria, na forma de termo de fomento para a realização de ações na área da criança e adolescente.

#### 1 OBJETO E VALORES MÁXIMOS DO PROJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público destina-se à seleção de OSC para celebração de parceria na forma de fomento, envolvendo a transferência de recursos financeiros para custeio e investimentos a ser estabelecida pelo Fundo da Infância e Adolescência, com OSC cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que executam ações na área da criança e adolescente, para a consecução de finalidades de interesse público; num valor máximo de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

1.1.1 Para o exercício de 2018 todas as entidades deverão apresentar no desenvolvimento do projeto ações de conscientização quanto a Exploração Sexual Infantojuvenil e/ou Trabalho Infantil.

1.2 Fica fixado o valor máximo do projeto em R\$ 20.000,00, facultado a OSC definir a quantia para custeio e/ou investimento, com liberação prevista em parcelas, mensais, bimestrais ou parcela única, a partir de 10 de abril de 2018 para a consecução de finalidades de interesse público para atendimento, facultado a OSC definir a quantia para custeio e/ou investimento;

1.3 No caso do somatório dos valores conquistados pelas OSC que realizam atendimento a criança e adolescente ultrapassar o limite máximo global (R\$180.000,00) estabelecido no presente Edital, haverá uma redução proporcional para todas as entidades, com base no cálculo na pontuação obtida.

1.4 As OSC interessadas deverão habilitar-se mediante apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo II, quantificando os recursos financeiros pretendidos para custeio e investimentos, dentro dos limites fixados no presente edital.



1.5 Será considerada apta a protocolar projeto a OSC que estiver registrada há mais de um ano no CMDCA e dispor de regularidade administrativa.

## 2 DOS REQUISITOS DA ENTIDADE

2.1 As OSC proponentes de Projeto, objeto deste Edital de Chamamento, deverão ser regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre (art. 33 da Lei Federal 13.019/2014):

I) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

2.2 Respeitado o disposto no art. 33, V, alínea a, da Lei Federal 13.019/2014, somente serão admitidos projetos da OSC que possua:

I) No mínimo, 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e dispor de regularidade administrativa;

II) Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

III) Capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

## 3 DO PROTOCOLO DOS PROJETOS, PLANO DE TRABALHO E SEUS REQUISITOS

3.1 Os Projetos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período de 15 de fevereiro a 02 de março de 2018, das 8h às 18h.

3.2 Os projetos deverão conter Plano de Trabalho (modelo anexo II e III) demonstrando o atendimento aos itens elencados no art. 22, da Lei Federal nº 13.019/14.

3.3 Cada OSC poderá protocolizar apenas 01 projeto, conforme descrito no item 1.1 do presente Edital.

## 4 DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

4.1 Até o dia 13 de março de 2018 o Município publicará o resultado das OSC aptas, ficando aquelas convocadas para apresentação, até 23 de março de 2018, dos seguintes documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

I) Solicitação (Ofício) da entidade;

II) Cópia do CNPJ da entidade;

III) Comprovante de endereço (água ou luz) da entidade e do seu representante legal;

IV) Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade e tesoureiro;

V) Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente ou Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil;

VI) Cópia autenticada da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da entidade, mantendo o cadastro atualizado;

VII) Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;

VIII) Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

IX) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

X) Cópia da Lei de utilidade pública;

XI) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF;

XII) Certidão Negativa de débitos municipais e estaduais;

XIII) Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade nos últimos doze meses;

XIV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;

XV) Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;

XVI) Apresentação de, no mínimo, três orçamentos referente aos itens a serem adquiridos constantes no projeto;

XVII) Plano de Trabalho Complementar (anexo III) devidamente alterado pelas adequações indicadas pela Comissão de Seleção na etapa de Avaliação e Seleção, juntamente com Regulamento de Compras e Contratações.

XVIII) Comprovante de que representantes da entidade participam ou participaram de eventos/ações promovidas pelo CMDCA, nos últimos dois anos.

4.2 As cópias autenticadas dos documentos de que trata o presente Edital poderão ser procedidas por servidor do Município de Joaçaba.

## 5. DO PARECER TÉCNICO E DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

5.1 Os projetos protocolizados serão submetidos a parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se expressamente, a respeito (art. 35, V da Lei Federal 13.019/2014):

I) Do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

II) Da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

III) Da viabilidade de sua execução;

IV) Da verificação do cronograma de desembolso;

V) Da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

VI) Da designação do gestor da parceria;



VII) Da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

5.2 Os projetos serão submetidos a parecer da Procuradoria Geral do Município (art. 35, VI da Lei Federal 13.019/2014).

## 6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2018.

Órgão: 17 Unidade Orçamentária 01: FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCENCIA Proj./Atividade: 2.088 MANUTENÇÃO DOS PROJETOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO - Modalidade Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00 0106 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos) e 4.4.50.00.00.00.00 0106 (Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos).

6.2 A celebração do Termo de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento e o efetivo repasse para a entidade estão vinculados ao empenhamento da despesa a ser custeada por conta da Dotação Orçamentária acima transcrita.

## 7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7.1 Os projetos serão submetidos à análise da Comissão de Seleção formada por 03 (três membros):

I) O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente ou conselheiro indicado em reunião, que a presidirá Daniela Bernardi Bortoli.

II) Dois servidores efetivos, designados por ato do Prefeito Giolly Muriel Moreira e Nathália Costenaro Mascarello.

7.2 A seleção das propostas será analisada pela Comissão de Seleção em três fases distintas e subsequentes:

I) HABILITAÇÃO: nesta fase, será analisada a apresentação do Plano de Trabalho (Anexo II), que deverá ser protocolizada na Prefeitura de Joaçaba.

II) AVALIAÇÃO E SELEÇÃO: nesta fase somente os proponentes habilitados, terão suas propostas avaliadas, pela Comissão de Seleção segundo os critérios elencados, analisando também:

a) Os serviços, programas e projetos atendendo aos requisitos técnicos em Edital;

b) Análise financeira dos projetos no plano de trabalho conforme pontuação alcançada, e se necessário cálculos para redução proporcional;

c) Publicação dos projetos aprovados com as devidas pontuações e demais procedimentos previstos no edital

d) A OSC somente passará para a fase da entrega da documentação se cumprir com no mínimo 50% dos critérios de avaliação.

III) ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: Na última fase, a OSC classificada deverá entregar a documentação para a habilitação final, juntamente com a Parte Complementar do Plano de Trabalho (Anexo III).

7.3 A Comissão de Seleção utilizará os critérios citados na tabela abaixo para classificação dos projetos, bem como, dará devolutiva a OSC proponente da avaliação realizada e pontuação obtida.

7.4 Critérios de desempate serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I) Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas;

### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade da execução das Metas Propostas.	2			
2. Consonância com objetivos propostos.	2			
3. Metodologia e Estratégia de Ação.	2			
4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos.	2			
5. Sustentabilidade da Entidade.	2			
6. Viabiliza a execução de ações com foco nos temas propostos.	6			
7. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização.	4			
Total de pontuação	20			

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1. Viabilidade da execução das Metas Propostas: Peso: 2.

Se as metas propostas estão de acordo com o solicitado pelo chamamento e se são passíveis de executá-las.

2. Consonância com objetivos propostos: Peso: 2.

Se os objetivos a serem atingidos estão de acordo com as metas previstas.

3. Metodologia e Estratégia de Ação: Peso: 2.

Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.

4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Peso: 2.

Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

5. Sustentabilidade da Entidade: Peso: 2.

Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional.

6. Viabiliza a execução de ações com foco nos temas propostos: Peso: 6.

Prevê ações que oportunizarão o público atendido ser conscientizado nos temas: exploração sexual infanto-juvenil e/ou trabalho infantil:



Peso: 2.

7. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização: Peso: 2.

Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias, com relação aos temas propostos: exploração sexual infanto-juvenil e trabalho infantil.

## 8 DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1 O órgão concedente fica incumbido de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma estabelecida no Termo de Fomento, observadas as normas da Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

8.2 A comissão de monitoramento e avaliação das parcerias de fomento será formada por servidores nomeados no termo de fomento pelo Prefeito (Ivone Zanatta, Sandra Regina Pacheco Pinheiro e Rúbia Karen Provensi).

8.3 O servidor fiscalizador será responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsável pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

8.4 O relatório homologado que aponte ser insatisfatório o cumprimento do termo de fomento importa em:

- I) Rescisão de contrato de fomento que a tenha como beneficiária;
- II) Impedimento de cadastro da entidade no Município, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua exclusão;
- III) Devolução dos recursos financeiros caso a entidade beneficiada venha a não executar o disposto no Plano de Trabalho por ela elaborado, sem justificativa, a época do referido evento, encaminhada ao Fundo Municipal de Assistência Social – CMDCA.

## 9 PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 A Prestação de Contas dos recursos recebidos dar-se-á na forma estabelecida no capítulo IV da Lei Federal 13.019/2014, obedecidos aos critérios da Instrução Normativa TC 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e respectivo no Termo de Fomento.

9.2 O prazo de prestação de contas ficará estabelecido em:

- I) 15 (quinze) dias a contar do recebimento da parcela, para repasses mensais;
- II) 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da parcela para os repasses bimestrais;
- III) 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da parcela única.

9.3 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a OSC deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas (art. 68, parágrafo único da Lei Federal nº 13.019/14).

9.4 Os seguintes documentos, obrigatoriamente, deverão acompanhar a prestação de contas:

- I) Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da OSC beneficiária e pelo tesoureiro;
- II) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;
- III) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- IV) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
- V) Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;
- VI) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;
- VII) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
- VIII) Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- IX) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, que conterá:
  - a) Descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.
  - b) Detalhamento das horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.
  - c) Demonstração do alcance das metas e resultados previstos na parceria;
  - d) Apresentação da priorização do controle de resultados e a busca pela satisfação do objeto.
- X) Emissão do parecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;
- XI) Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENIENTE.

## 10 DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

10.1 Em atendimento a Lei Federal nº 13.019/14 e suas alterações ficarão impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista neste edital, a organização da sociedade civil que:

- I - Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- II - Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;



III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo; V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei;

d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da social.

§ 3º Para os fins do disposto na alínea a do inciso IV e no § 2º, não serão considerados débitos que decorram de atrasos na liberação de repasses pela administração pública ou que tenham sido objeto de parcelamento, se a organização da sociedade civil estiver em situação regular no parcelamento.

§ 5º A vedação prevista no inciso III não se aplica à celebração de parcerias com entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas naquele inciso, sendo vedado que a mesma pessoa figure no termo de colaboração, no termo de fomento ou no acordo de cooperação simultaneamente como dirigente e administrador público.

§ 6º Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.

## 11 DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

11.1 As impugnações ao presente edital e os recursos das decisões proferidas nas etapas do processo de seleção e celebração das parcerias, nos prazos estipulados, deverão ser enviados à Secretaria Municipal de Assistência Social, devidamente protocolizados na Prefeitura Municipal, até às 18h da data limite para cada etapa.

11.2 Os recursos e impugnações somente serão analisados se contiverem, necessariamente:

I) A identificação e qualificação do recorrente/impugnante;

II) A indicação da decisão da qual se está recorrendo ou impugnando;

III) As razões do recurso ou da impugnação, com os fundamentos essenciais à demonstração do direito pretendido;

IV) Os pedidos do recorrente/impugnante.

11.3 Qualquer cidadão poderá apresentar impugnação aos termos do presente edital, nos prazos e termos estabelecidos neste instrumento.

11.4 As decisões acerca dos recursos e impugnações do presente edital, serão publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios e delas não caberão novos recursos na esfera administrativa.

11.5 Interposto o recurso, a Secretaria Municipal de Assistência Social dará ciência, por ofício, às partes diretamente afetadas para que estas, querendo, manifestem-se em até 01 (um) dia útil.

11.6 Havendo a impugnação do presente edital, a Secretaria Municipal de Assistência Social fará publicar no site oficial da Prefeitura Municipal os motivos da impugnação, resolvendo o mérito no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.7 Poderá a Secretaria Municipal de Assistência Social prorrogar, uma única vez e por igual período.

11.8 Podem ser enviados pedidos de informação acerca da interpretação do edital, por ofício protocolizado na Prefeitura Municipal, os quais serão respondidos no prazo de 05 (cinco) dias úteis pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

11.9 Os pedidos de esclarecimento serão recebidos até 07 (sete) dias corridos, anteriores ao encerramento do período de apresentação das propostas.

11.10 Os pedidos de esclarecimento independem de forma, devendo tão somente informar a parte interessada e indicar, expressamente, quais pontos carecem de esclarecimentos.



11.11 Qualquer cidadão poderá solicitar informações quanto à interpretação do presente edital, nos prazos e termos estabelecidos neste instrumento.

11.12 Serão admitidos recursos após a fase de Avaliação e Seleção que deverá ser interposto, exclusivamente por representante legal da OSC, desde que devidamente fundamentado e apresentado rigorosamente nos prazos estabelecidos no cronograma do anexo V deste Edital.

11.13 Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulário modelo disponibilizado no anexo IV e protocolizados dentro do prazo estabelecido no anexo V.

11.14 Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de notas deverão ser encaminhados conforme item 11.13, cabendo à comissão especial do CMDCA a apreciação e emissão de parecer dos mesmos.

11.15 Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora do prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão indeferidos automaticamente.

11.16 Às decisões dos recursos serão por meio de ofício à OSC requisitante, entregue até às 18 horas da data prevista no anexo V.

11.17 As OSC poderão solicitar revisão das notas apontadas nos critérios de seleção, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

11.18 Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de outras OSC, ou seja, a OSC somente poderá requerer revisão da sua nota.

11.19 O CMDCA instituirá Comissão Especial para análise de recursos e emissão de parecer dos mesmos.

## 12 DAS MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

12.1 As OSC deverão comprovar o atendimento às medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos, de acordo com o artigo 24, §1º, x, da Lei 13.019/2014.

## 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, nos termos preconizados no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/14.

13.2 Para celebração dos Termos de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento deverão ser obedecias às normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e legislação municipal, em especial Instrução Normativa 01/2014-PMJ.

13.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), em 15 de janeiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito de Joaçaba

## ANEXO I

Modelo de Minuta de

REGULAMENTO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Art. 1º Este Regulamento estatui normas para contratações de bens e serviços pela NOME DA OSC, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública do Município de Joaçaba.

Art. 2º Observadas as normas estabelecidas por lei, as contratações de bens e serviços pela NOME DA OSC, feitas com o uso de recursos transferidos pela administração pública do Município de Joaçaba, deverão observar os princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.

Art. 3º Todas as contratações de bens e serviços serão descritas de forma clara e precisa, nos orçamentos, contratos e/ou notas fiscais, com detalhamento dos quantitativos de seu objeto.

§. 1º Nas aquisições de produtos ou serviços comuns a OSC fica vinculada a contratação da proposta mais econômica.

§. 2º É admitida a exigência de marca do produto a ser adquirido, desde que devidamente justificada a economicidade e a eficiência do referido produto.

§. 3º Para contratações de serviços continuados deverá ser firmado contrato de prestação de serviços descrevendo objeto, prazos e preços dos serviços, sendo a apresentação do contrato obrigatória para prestação de contas.



Art. 4º As contratações de bens e serviços deverão obrigatoriamente ser precedidas de apresentação de, no mínimo, três orçamentos do objeto contratado.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, em decorrência da exclusividade ou inviabilidade de competição de fornecedores, será admitida a apresentação de menos de três orçamentos do objeto contratado.

Art. 5º Nos casos omissos deste Regulamento a OSC observará as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014.

Joaçaba, xxx de xxx de 2018.

Ass. do Dirigente da OSC

## ANEXO II

Modelo de Plano de Trabalho  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO  
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE - FIA

### I IDENTIFICAÇÃO DA OSC

Razão social da entidade:		CNPJ:	
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

### II IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA OSC

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

### III IDENTIFICAÇÃO DO TESOUREIRO DA OSC

Nome:			
RG:	Órgão Expedidor:	UF:	CPF:
Endereço:			
Bairro	Cidade:	CEP:	
Endereço eletrônico:			
Contato Telefônico:			

### IV IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES (Conselho Diretivo e Conselho Fiscal)

Nome	Endereço	RG/Órgão Exp.	CPF

### V INDICAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSC:

Dirigente RESPONSÁVEL, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria (art. 37 da Lei Federal nr. 13.019/14):

Nome do Dirigente: VI NATUREZA DA OSC



Tipo de entidade:

Tipo de trabalho desenvolvido pela entidade:

Tipo de público atendido:

Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

**VII DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto:

Período de Execução

Quantitativo de público que foi beneficiado em 2017:

Quantitativo de público que será beneficiado em 2018:

Data de Início

Data do Término

Descrição do Público Beneficiado:

Área de desenvolvimento do projeto:

☐ Educacional☐ Assistência Social☐ Assistência Médica☐ Cultura☐ Esporte☐ Outro: Qual: \_\_\_\_\_

Justificativa quanto ao interesse público, benefícios econômicos e sociais:

Objetivos:

Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas:

Forma de execução das atividades e de cumprimento das metas a eles atreladas:

Descrição de metas a serem atingidas e de atividades a serem executadas e, definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:

Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria:

**VIII DA PONTUAÇÃO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)**

	Peso	Plenamente Satisfatório	Satisfatório	Insatisfatório
Pontuação		2	1	0
1. Viabilidade da execução das Metas Propostas.	2			
2. Consonância com objetivos propostos.	2			
3. Metodologia e Estratégia de Ação.	2			
4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos.	1			
5. Sustentabilidade da Entidade.	2			
6. Viabiliza a execução de ações com foco nos temas propostos.	6			
7. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização.	4			
Total de pontuação	20			

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1. Viabilidade da execução das Metas Propostas: Peso: 2.

Se as metas propostas estão de acordo com o solicitado pelo chamamento e se são passíveis de executá-las.

2. Consonância com objetivos propostos: Peso: 2.

Se os objetivos a serem atingidos estão de acordo com as metas previstas.

3. Metodologia e Estratégia de Ação: Peso: 2.

Se o projeto demonstra clareza na forma como vai se desenvolver; deve descrever o caminho escolhido, os métodos, técnicas e estratégias pensadas para cada objetivo proposto.

4. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Peso: 2.

Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho.

5. Sustentabilidade da Entidade: Peso: 2.



Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional.

6. Viabiliza a execução de ações com foco nos temas propostos: Peso: 6.

Prevê ações que oportunizarão o público atendido ser conscientizado nos temas: exploração sexual infanto-juvenil e/ou trabalho infantil.

7. Oferta de oportunidades de participação das famílias, nas ações de conscientização: Peso: 4.

Participação das famílias no projeto com oferta de atividades que favoreçam a informação, a orientação e o apoio às famílias, com relação aos temas propostos: exploração sexual infanto-juvenil e trabalho infantil.

#### IX RECURSOS

Total dos Recursos Solicitado	R\$
-------------------------------	-----

Total dos Recursos Aprovados pela Pontuação (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO)	R\$
---	-----

#### X QUADRO DE INTENÇÃO DE AQUISIÇÕES

Preencher o quadro com as necessidades da OSC para elaboração das ações elencadas no projeto.

Após a análise do projeto e de acordo com a pontuação recebida, a OSC deverá preencher novamente o quadro com as reais intenções, podendo diminuir quantidades de produtos elencados ou subtrair itens, desde que não interfira nas ações de conscientização, foco deste edital.

Qtde	Descrição	Valor estimado
CUSTEIO		
INVESTIMENTO		

#### ANEXO III

Parte Complementar do Plano de Trabalho

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE - FIA

#### IX RECURSOS

Total dos Recursos Solicitado	R\$
-------------------------------	-----

Total dos Recursos Aprovados pela Pontuação	R\$
---	-----

#### X ORÇAMENTO DO PROJETO COM APRESENTAÇÃO DAS COTAÇÕES.

Qtde	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total

#### XI CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Fase	Denominação	Data Início	Data Término

#### XII CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO



Fonte	Data	R\$	Data	R\$	Data	R\$
Município						
Proponente						
Outra Fonte						
Total						

## XIII PRAZO DE ANÁLISE

Prazos de análise da prestação de contas pela administração pública responsável pela parcela	<input type="checkbox"/> MENSAL
	<input type="checkbox"/> BIMESTRAL
	<input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA

ANEXO IV  
FORMULÁRIO MODELO DE RECURSO

Nome da OSC:	
Responsável legal:	

Natureza do recurso

☐ Contra o Edital ☐ Contra a nota da comissão de seleção Justificativa fundamentada:

Assinatura do responsável pela OSC

Joaçaba, de de 2018.

ANEXO V  
DO CRONOGRAMA

É de responsabilidade do representante legal da OSC ficar atento a todos os prazos estipulados no cronograma abaixo bem como ficar atento a todas as correspondências que possam ser encaminhadas via e-mail e via ofício, caso interponha recurso.

Item	Atos	Datas
1.	Divulgação e publicação do Edital de Chamamento	18/01/2018
2.	Período para protocolização de projetos	15/02/2018 a 02/03/2018
3.	Período de recursos quanto ao edital	12/01/2018 a 15/01/2018
4.	Período de resposta aos recursos do edital	16/01/2018 a 17/01/2018
5.	Período para solicitações de informações a cerca da interpretação do edital	22/01/2018 a 23/02/2018
6.	Análise dos projetos pela Comissão de Seleção e emissão de pareceres	05/03/2018 a 09/03/2018
7.	Parecer emitido por técnico dos projetos	12/03/2018
8.	Divulgação dos resultados às OSC	13/03/2018
9.	Período para recursos quanto à avaliação da OSC	14/03/2018 a 16/03/2018
10.	Período de resposta aos recursos da avaliação	19/03/2018 a 21/03/2018
11.	Período para entrega dos documentos conforme previsto no Edital	15/03/2018 a 23/03/2018
	Período para análise da documentação pela comissão de seleção	26/03/2018
12.	Parecer dos projetos, emitido pela Procuradoria Geral do Município.	27/03/2018 a 29/03/2018
13.	Período para entrega da parte complementar do Plano de ação Anexo III e a documentação exigida	26/03/2018 a 03/04/2018
14.	Publicação das OSC selecionadas e dos valores conquistados	05/04/2018
15.	Assinatura do Termo de Fomento	06/04/2018
16.	Início da liberação dos recursos conforme cronograma físico de execução	10/04/2018

ANEXO VI  
Modelo Termo de Fomento  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

## MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº / 2018- FIA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo prefeito, Sr. Dioclésio Ragnini, por meio do FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE – FIA, com CNPJ 05.143.014/0001-88, doravante denominado CONCEDENTE e a (nome da OSC), Organização de Sociedade Civil, pessoa (Identificar), sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº (identificar), com sede administrativa à Rua (endereço), Município de (identificar), neste ato representada por seu Presidente, Sr. (nome do presidente), doravante denominada CONVENIENTE que ajustam-se mediante as seguintes Cláusulas e condições e em atendimento à Lei nº 4.320/64, Lei Federal nº 13.019/2014, obedecendo a Instrução Normativa TCE/SC-14/2012 e Instrução Normativa da Coordenadoria do Controle Interno de Joaçaba 01/2014.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

O presente Termo de Fomento visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE, parte integrante deste Termo, cuja finalidade é a realização (descrever), a ser executado pela CONVENIENTE.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DESPESAS****2.1 DO VALOR: R\$**

I) O CONCEDENTE efetuará o repasse financeiro no valor de R\$ (valor), em (nº de parcelas) parcelas mensais de R\$ (valor), bimestrais ou única do exercício em curso, e (nº de parcelas) parcelas previstas para o exercício de (ano), a partir 10 de abril de 2018, parte integrante deste Termo.

II) A CONVENIENTE empregará como contrapartida no projeto o valor de R\$ (valor), em (nº de parcelas) parcelas mensais no exercício em curso, e (nº de parcelas) parcelas previstas para o exercício de (ano), em conformidade com Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo.

Ou

II) A CONVENIENTE não empregará contrapartida neste Termo.

**2.2 DESPESAS**

I) As despesas provenientes da execução deste Convênio serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária da Unidade Fundo Municipal da Infância e Adolescente, do Orçamento do exercício financeiro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES****3.1 DA CONVENIENTE**

I) Receber os recursos financeiros de que trata este termo, movimentá-lo em instituição financeira oficial, em conta corrente específica e vinculada ao presente termo, promovendo a fiel aplicação dos recursos recebidos, exclusivamente na consecução do objetivo aqui estabelecido, em conformidade com o Plano de Trabalho, anexo (III do) ao presente Termo;

II) Comunicar, prévia e imediatamente o Município de Joaçaba, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento;

III) Prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, conforme legislação vigente e cláusula quarta deste Termo;

IV) Devolver os recursos e rendimento da aplicação financeira;

V) Responder a diligências decorrentes do processo de prestação de contas, quando ocorrer;

VI) Manter atualizado seu cadastro junto ao CONCEDENTE, comunicando eventuais alterações de endereço e/ou de seus representantes legais;

VII) Restituir ao CONCEDENTE eventual saldo de recursos não aplicados no objeto de repasse, inclusive os decorrentes de receitas de aplicações financeiras;

VIII) Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX) Permitir livre acesso aos agentes da administração pública, Controle Interno e Tribunal de Contas do Estado.

**3.2 DO CONCEDENTE**

I) Efetuar o repasse financeiro no valor estabelecido neste convênio, destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho;

II) Publicar extrato resumido do Termo de Fomento;

III) Acompanhar e fiscalizar a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos repassados, emitindo o parecer a cada prestação de contas.

**CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata o presente Termo deve ser encaminhada ao Poder Executivo e elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e de auditoria legais e vigentes, no prazo de 45 dias do recebimento de cada parcela, de forma individualizada.

O prazo de prestação de contas ficará estabelecido em:

I) 15 (quinze) dias a contar do recebimento da parcela, para repasses mensais;

II) 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da parcela para os repasses bimestrais;

III) 60 (sessenta) dias a contar do recebimento da parcela única.

Para prestar contas a CONVENIENTE deverá encaminhar ao CONCEDENTE:

I) Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e pelo tesoureiro;

II) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e o atendimento da finalidade pactuada;

III) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

IV) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

V) Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa de período;

VI) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário;

VII) Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

VIII) Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

IX) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, que conterá:

a) Descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.

b) Detalhamento das horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitários e totais dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

c) Demonstração do alcance das metas e resultados previstos na parceria;

d) Apresentação da priorização do controle de resultados e a busca pela satisfação do objeto.



- X) Emissão do comparecer técnico fundamentado pelo conselho fiscal, acerca da aplicação do recurso recebido pela entidade, em conformidade com art. 47 e seguintes da Instrução Normativa 14 do TCE-SC;
- XI) Integram a prestação de contas e sujeitam-se às mesmas regras dos recursos concedidos, os recursos concernentes à contrapartida financeira ao encargo da CONVENENTE.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO

- I) O acompanhamento da execução física do objeto será realizado pelo CONCEDENTE, por meio da comissão de monitoramento e avaliação;
- II) Ficam nomeados os servidores Ivone Zanatta, Sandra Regina Pacheco Pinheiro e Rúbia Karen Provensi, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- III) A comissão acima designada deverá emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo especificar o efetivo cumprimento da aplicação dos recursos, na forma estabelecida no Plano de Trabalho, os quais ficarão anexos ao processo de prestação de contas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I) Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II) Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;
- III) Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROIBIÇÃO

Fica proibido o repasse dos recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA OITAVA – DIREITO DE PROPRIEDADE

O CONCEDENTE terá direito dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do ajuste, se houver.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento é de 8 meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período se do interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES

##### 10.1 DA RESPONSABILIDADE DA CONVENENTE

- I) Não havendo aplicação correta, na forma ajustada, dos recursos transferidos, a constatação de irregularidades insanáveis no processo de prestação de contas, ou a não apresentação da prestação de contas no prazo estipulado, será lançada a responsabilidade da CONVENENTE, restituição do valor total do fomento ou da respectiva parcela, bem como dos rendimentos da aplicação financeira, acrescida da variação do índice do INPC e, também acrescido de juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano;
- II) Até a regularização da prestação de contas pendente, fica bloqueada a liberação das parcelas subsequentes;
- III) É de responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

##### 10.2 DA RESPONSABILIDADE DO CONCEDENTE

- I) O CONCEDENTE assumirá ou transferirá a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência do fato relevante do modo a evitar sua descontinuidade;
- II) Ocorrendo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilidade solidária, instaurará Tomada de Contas Especial na forma do regulamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Instrução Normativa 13/2012.

##### 10.3 DAS SANÇÕES

- I) O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;
- II) As sanções administrativas cabíveis, garantida a prévia defesa, são as seguintes:



- a) Advertência;
- b) Inidoneidade – todas as esferas de governo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido de pleno direito no caso de infração ou não cumprimento das cláusulas e condições nele estipuladas ou denunciadas por qualquer dos signatários com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou a qualquer tempo, em face de superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Termo, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.

Joaçaba-SC, (data)

Dioclésio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba SC

Presidente da OSC  
TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FIA

Publicação Nº 1493653

Exercício de 2018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
		Previsão	Diferença	Realizado	Diferença	Previsão	Diferença	Realizado	Diferença	Previsão	Diferença	Previsão	Diferença	Realizado	Diferença	Previsão	Diferença	Previsão	Diferença	Realizado	Diferença	Previsão	Diferença	Realizado	Diferença	Previsão	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.700,00				2.700,00				2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		32.400,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.700,00				2.700,00				2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		2.700,00		32.400,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas s	1.350,00				1.350,00				1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		16.200,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.350,00				1.350,00				1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		1.350,00		16.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	451,66				451,66				451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		5.420,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	451,66				451,66				451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		451,66		5.420,00	
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins L	390,00				390,00				390,00		390,00		390,00		390,00		390,00		390,00		390,00		390,00		4.320,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	91,66				91,66				91,66		91,66		91,66		91,66		91,66		91,66		91,66		91,66		1.100,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33				83,33				83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		1.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33				83,33				83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		1.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33				83,33				83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		1.000,00	
	<b>Total Geral</b>	<b>3.234,99</b>				<b>3.234,99</b>				<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>3.234,99</b>		<b>38.820,00</b>	

17/01/2018



## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Publicação Nº 1493652

Exercício de 2018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril			Maio			Junho			Julho			Agosto			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro			Total
		Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença	Previsto	Realizado	Diferença							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.256,06		374.256,06	374.257,19	4.399.073,85					
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.438,80		267.438,80	267.439,20	4.290.766,00					
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.218,80		234.218,80	234.219,20	2.810.526,00								
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Única-Orçame	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00		33.220,00	33.220,00	396.040,00					
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,26		106.817,26	106.817,59	1.281.807,85								
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas s	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00		10.202,00	10.202,00	122.424,08					
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.418,26		95.418,26	95.419,01	114.509,77								
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.enfr	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00		1.197,00	1.197,00	14.364,00					
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,76	561.128,87								
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,76	561.128,87								
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,01		46.819,01	46.819,76	561.128,87								
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,37	1.000,00								
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,37	1.000,00								
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,33		83,33	83,37	1.000,00								
	Total Geral	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.158,40		421.158,40	421.160,32	5.053.392,72								

11/01/2018



## Publicação Nº 1493654

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**  
Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dzembro	Total
		Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
330.000.000.000.000.00	DESPESAS CORRENTES	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.751,75	1.773.753,31	12.286.022,56
331.000.000.000.000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.514,95	1.050.515,55	7.650.180,00
331.900.000.000.000.00	Aplicacoes Diretas	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,29	928.848,81	11.146.180,00
331.910.000.000.000.00	Aplicacoes Diretas - Oper.Linha-Orçame	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,66	121.666,74	1.679.842,56
331.930.000.000.000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.236,80	723.237,76	8.670.000,00
333.000.000.000.000.00	Transferências a Municípios - Fundo al	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,04	59.644,10	715.728,54
333.300.000.000.000.00	Aplicacoes Diretas	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.009,44	659.010,18	7.908.140,02
333.900.000.000.000.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.eintr	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.499,99	4.500,11	54.000,00
333.930.000.000.000.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.eintr	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,33	83,37	1.000,00
334.000.000.000.000.00	DESPESAS DE CAPITAL	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.319,96	150.320,44	1.803.840,00
334.900.000.000.000.00	INVESTIMENTOS	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.569,97	133.570,33	1.602.840,00
334.930.000.000.000.00	Aplicacoes Diretas	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.49,99	167.50,11	201.000,00
335.000.000.000.000.00	INVERSOES FINANCIERAS	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.750,11	201.000,00
335.900.000.000.000.00	Aplicacoes Diretas	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.749,99	16.750,11	201.000,00
445.900.000.000.000.00	Total Geral	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.071,71	1.924.073,75	23.088.862,56

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE



## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FUNREBOM

Publicação Nº 1493655

Exercício de 2018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		19.833,32		238.000,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		30.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		2.541,66		30.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		17.291,66		207.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		17.208,33		206.500,00	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opent	83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		83,33		1.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		465.100,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		465.100,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		38.758,31		465.100,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		2.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		2.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		166,66		2.000,00	
Total Geral		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		58.758,29		705.100,00	

17/01/2018



## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PLASS

Publicação Nº 1493656

Exercício de 2018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Indireta - PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS

Código	Especificação	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18	Jul/18	Agosto	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Total
		Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado	Previsão Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,32	465.073,48	5.460.880,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.466,66	15.500,11	186.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,33	7.333,37	88.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Unter-Orçame	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,66	8.166,74	98.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,37	5.274.880,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,33	439.573,37	5.274.880,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,32	833,48	10.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,33	8.333,37	100.000,00
	<b>Total Geral</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.239,97</b>	<b>464.240,33</b>	<b>5.570.880,00</b>

17/01/2018



## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PREFEITURA

Publicação Nº 1493651

Exercício de 2018

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABÁ**  
 Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
		Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado	Previsão	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		5.477.930,06		65.735.167,22	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		3.221.469,18		38.657.632,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		2.793.083,22		33.517.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçam.	428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		428.385,96		5.140.632,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		290.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		20.833,33		290.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		2.235.627,55		26.827.535,22	
3.3.90.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas	141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		141.593,31		1.699.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		1.876.026,48		22.512.321,86	
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opert	215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		215.934,43		2.591.213,36	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opert	2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		2.063,33		25.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		173.262,99		2.079.159,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		1.128.158,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		94.012,92		1.128.158,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCIERAS	83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		1.001,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		83,41		1.001,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		990.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		79.166,66		990.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		20.000,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		20.000,00	
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		1.696,66		20.000,00	
Total Geral		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		5.652.859,71		67.834.326,22	

11/01/2018



## METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1493646

EXERCÍCIO DE 2018

ESTADO DE SANTA CARTARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Metas Bimestrais de Arrecadação - Art. 13 da LRF - Administração Direta, Indireta e Fundacional

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0000	Recursos Ordinários	47.848.645,59	7.502.667,63	7.899.811,39	7.679.707,62	7.593.580,06	6.995.471,99	10.177.406,92
00.01.0001	Receita de Imposos e Transferências d	8.884.448,72	1.393.081,56	1.466.822,48	1.425.954,02	1.409.962,01	1.298.906,40	1.889.722,24
00.01.0002	Receita de Imposos e Transferências d	10.423.172,55	1.634.353,46	1.720.865,79	1.672.919,19	1.654.157,48	1.523.867,83	2.217.008,80
00.01.0016	Contr. Intervenção Domínio Econômic	75.496,00	12.582,67	12.582,67	12.582,67	12.582,67	12.582,67	12.582,67
00.01.0017	Contr. p/ Custeio de Iluminação Públic	2.639.000,00	439.833,33	439.833,33	439.833,33	439.833,33	439.833,33	439.833,33
00.01.0018	FUNDEB 60%	8.017.920,00	1.336.320,00	1.336.320,00	1.336.320,00	1.336.320,00	1.336.320,00	1.336.320,00
00.01.0019	FUNDEB 40%	5.345.280,00	890.880,00	890.880,00	890.880,00	890.880,00	890.880,00	890.880,00
00.01.0022	Transferência de Convênios - Educação	160.000,00	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67	26.666,67
00.01.0044	Fundo Especial do Petróleo	126.440,00	21.073,33	21.073,33	21.073,33	21.073,33	21.073,33	21.073,33
00.01.0045	Outras Transferências Decorrentes de	22.900,00	3.816,67	3.816,67	3.816,67	3.816,67	3.816,67	3.816,67
00.01.0054	Convênio de Trânsito - Militar	90.720,00	15.120,00	15.120,00	15.120,00	15.120,00	15.120,00	15.120,00
00.01.0055	Convênio de Trânsito - Civil	95.170,00	15.861,67	15.861,67	15.861,67	15.861,67	15.861,67	15.861,67
00.01.0056	Convênio de Trânsito - Prefeitura	1.053.268,00	175.544,67	175.544,67	175.544,67	175.544,67	175.544,67	175.544,67
00.01.0058	Salário Educação	1.446.328,00	241.054,67	241.054,67	241.054,67	241.054,67	241.054,67	241.054,67
00.01.0060	Programa Nacional de Alimentação Es	448.853,00	74.808,83	74.808,83	74.808,83	74.808,83	74.808,83	74.808,83
00.01.0061	Programa Nacional de Apoio ao Transp	30.500,00	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33	5.083,33
00.01.0083	Operações de Crédito de Internas	1.500.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
00.01.0089	Alienação de Bens Destinados a Outro	2.000,00	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33	333,33
00.01.0369	Transferências de Convênios - Estado/	334.660,00	55.776,67	55.776,67	55.776,67	55.776,67	55.776,67	55.776,67
	TOTALS	88.544.801,86	14.094.858,48	14.652.255,49	14.343.336,66	14.222.455,38	13.383.002,05	17.848.893,79



## FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0000	Recursos Ordinários	91.004,64	15.167,44	15.167,44	15.167,44	15.167,44	15.167,44	15.167,44
00.01.0612	Transferência SUAS/União	896.534,64	149.422,44	149.422,44	149.422,44	149.422,44	149.422,44	149.422,44
00.01.0613	Transferência SUAS/Estado	132.260,08	22.043,35	22.043,35	22.043,35	22.043,35	22.043,35	22.043,35
	TOTAIS	1.119.799,36	186.633,23	186.633,23	186.633,23	186.633,23	186.633,23	186.633,23

## FUNDO DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS DE J

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0000	Recursos Ordinários	514.800,00	80.720,64	84.993,48	82.625,40	81.698,76	75.263,76	109.497,96
00.01.0089	Alienação de Bens Destinados a Outros	15.100,00	2.516,67	2.516,67	2.516,67	2.516,67	2.516,67	2.516,67
	TOTAIS	529.900,00	83.237,31	87.510,15	85.142,07	84.215,43	77.780,43	112.014,63

## FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0000	Recursos Ordinários	38.820,00	6.086,98	6.409,18	6.230,61	6.160,73	5.675,48	8.257,01
	TOTAIS	38.820,00	6.086,98	6.409,18	6.230,61	6.160,73	5.675,48	8.257,01

## INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBL

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0003	Contribuição ao RPPS	15.484.568,00	2.580.761,33	2.580.761,33	2.580.761,33	2.580.761,33	2.580.761,33	2.580.761,33
00.01.0073	Aporte para cobertura de déficit atuar	2.896.096,46	149.422,44	149.422,44	149.422,44	149.422,44	149.422,44	149.422,44
	TOTAIS	18.380.664,46	2.730.183,77	2.730.183,77	2.730.183,77	2.730.183,77	2.730.183,77	2.730.183,77



## PLANO DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVI

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0201	Recursos Ordinários - PLASS	5.570.880,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00
	TOTALS	5.570.880,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00	928.480,00

## SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0200	Recursos Ordinários - SIMAE	22.830.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00
	TOTALS	22.830.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00	3.805.000,00

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## Recurso

Código	Especificação	TOTAL	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6
00.01.0000	Recursos Ordinários	495.808,81	77.742,82	81.858,03	79.577,31	78.684,86	72.487,25	105.458,53
00.01.0002	Recursos de Impostos e Transferências	23.152,50	3.858,75	3.858,75	3.858,75	3.858,75	3.858,75	3.858,75
00.01.0614	Transferências do SUS/União	9.613.646,20	1.602.274,37	1.602.274,37	1.602.274,37	1.602.274,37	1.602.274,37	1.602.274,37
00.01.0615	Transferências do SUS/Estado	430.200,49	71.700,08	71.700,08	71.700,08	71.700,08	71.700,08	71.700,08
	TOTALS	10.562.808,00	1.755.576,02	1.759.691,23	1.757.410,51	1.756.518,06	1.750.320,45	1.783.291,73

TOTAL	147.577.673,68	23.590.055,78	24.156.163,05	23.842.416,85	23.719.646,60	22.867.075,41	27.402.754,17
-------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------



**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO JHL 0002/2018 REGISTRO DE PREÇOS PNEUS E SERVIÇOS DE CONserto DE RODAS**

Publicação Nº 1493376

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0004/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2018  
PROTOCOLO JHL 0061/2018

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0003/2018 – Licitação 0004/2018, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE RODAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DA FROTA DO SIMAE..

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h50min do dia 31/01/2018 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 31/01/2018 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 18/01/2018 a 31/01/2018.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 17 de janeiro de 2018

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.



**José Boiteux****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 60/2017 REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX**

Publicação Nº 1493217

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 60/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, RETIFICAR a data de abertura do referido Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 19/01/2018, às 09:00 horas, para dia 30/01/2018 às 09:00 horas tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE MÃO DE OBRA MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 17 de Janeiro de 2018.

JONAS PUDEWELL

Prefeito Municipal



# Lages

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO CC 05/2017 PML

Publicação Nº 1493090

#### ANULAÇÃO

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2017 – PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCLUSÃO DA EMEB SAUL DE ATHAYDE.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, fundamentado no parecer da Douta Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe. Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

Lages, 18 de janeiro de 2018.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda



# Laguna

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 01/2018 - CMS

Publicação Nº 1493713

RESOLUÇÃO Nº 001/ CMS 2018

APROVADO

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015 e seu Regimento Interno, RESOLVE.

Art. 1º. – Aprovar a indicação da (o) Conselheira (o) pela APAE/Laguna, a senhora Adriana Duarte e pelo Prestadores de Serviços, o senhor Juliano Braun, em substituição aos Conselheiros Carlos Alberto Batista e Sergio Westphal, na Comissão de Finanças do Conselho, e pela Comissão de Administração e Saúde o Representante do Conselho Regional de Farmácia o senhor Alex Sandro Ribeiro em substituição a Conselheira Regina Ramos dos Santos e para ocupar a 1ª Secretaria da mesa Diretora a Representante do Sindicato de Trabalhadores a senhora Ana Alice Zeferino Pereira, em substituição a Conselheira Adriana Duarte, membros (as) do Conselho Municipal de Saúde de Laguna no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Homologo em, 05 de janeiro de 2018

Sebastião Ferreira Nunes

Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal de Laguna



# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº006/2018 DE 16/01/2018 RESCINDE, UNILATERALMENTE, O AJUSTE QUE ESPECIFICA, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 1493738

DECRETO nº 006/2018  
De 16/01/2018

“RESCINDE, UNILATERALMENTE, O AJUSTE QUE ESPECIFICA, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal de Lajeado Grande em exercício, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, e CONSIDERANDO que a legislação vigente autoriza a rescisão unilateral dos contratos administrativos celebrados; CONSIDERANDO que a empresa K&G PRÉ MOLDADOS LTDA – ME, foi beneficiada com a concessão de incentivos industriais, com a concessão de direito real de uso de parte ideal de 20.384,74m² do imóvel constituído da matrícula n. 25.604 do CRI de Xaxim/SC, nos termos das Leis Municipais n. 476/2009 e 670/2016 e contrato administrativo n. 022/2016; Considerando que a empresa K&G PRÉ MOLDADOS LTDA – ME, nos termos da Clausula Segunda, parágrafo único do contrato adm. 022/2016 se comprometeu a iniciar suas atividades num prazo não superior a 06 (seis) meses da assinatura do contrato datado de 04/05/2016; CONSIDERANDO a clausula Décima Quarta do contrato adm. 022/2016 os bens concedidos a titulo de isenção reverterão ao município, inclusive eventuais investimentos feito pelo contratado, se decorrido 06 meses da concessão não tenha sido iniciada a execução do projeto, ou ainda, se as atividades estiverem paralisadas por mais de 06 (seis) meses; CONSIDERANDO inexistirem, até a presente data, junto ao setor de engenharia do município qualquer solicitação de alvará de construção para inicio das instalações da empresa, por parte da beneficiada K&G PRÉ MOLDADOS LTDA – ME; CONSIDERANDO o relatório de verificação in loco apresentado pela comissão especial nomeado pelo decreto n. 004/2018 a qual atesta o estado de abandono do imóvel, bem como, que o sócio que residia no município mudou-se e se encontra em lugar incerto e não sabido; CONSIDERANDO que é dever da administração publica resguardar o fim a que se destina, bem como fiscalizar o cumprimento dos contratos administrativos, em especial o que preveem utilização de bem público;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, de fato e de direito, de modo unilateral e Administrativo, a partir da publicação deste Decreto, o Contrato Administrativo n. 022/2016 de 04/05/2016 firmado entre o Município de Lajeado Grande e a empresa K&G PRÉ MOLDADOS LTDA – ME, tendo como objeto a concessão de uso de direito real sobre parte ideal de 20.384, 74m² do imóvel constituído da matrícula de n. 25.604 do CRI de Xaxim/SC, pelo prazo de 10 anos, situada as margens da Rod Estadual SC 156, Linha Navegantes, cidade de Lajeado Grande/SC, com construções de acesso e estacionamento por parte da contratante, bem como coparticipação nas linhas de transmissão de energia elétrica, nos termos da Lei 670/2016 de 29/03/2016.

Art. 2º Em consequência da rescisão contratual de que trata o artigo 1º, acima, fica cancelada a concessão de incentivo industriais concedida a empresa K&G PRÉ MOLDADOS LTDA – ME, objeto da Lei n. 670/2016 de 29/03/2016 e contrato adm. 022/2016 de 04/05/2016.

Art. 3º As despesas decorrentes deste decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 16 de janeiro de 2018

RODRIGO BARELA

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

### **PORTARIA Nº 009/2018 DE 16/01/2018 NOMEIA TERESINHA CHITOLINA SIVIERO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 1493742

PORTARIA Nº 009/2018

De 16/01/2018

“NOMEIA TERESINHA CHITOLINA SIVIERO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETARIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

#### D E C I D E:

Art. 1º - Nomear TERESINHA CHITOLINA SIVIERO, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 16 de janeiro de 2018.

Rodrigo Barela

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 005/PMLM/2018

Publicação Nº 1492996

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº. 005/PMLM/2018

Data: Início dos credenciamentos dia 23/01/2017.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Chamada Pública com Inexigibilidade de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de LAURO MULLER/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller, 17 de Janeiro de 2018.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/HMHL/2018

Publicação Nº 1493014

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/HMHL/2018

Data e horário da sessão de abertura: 30/01/2018 ÀS 09H00MIN

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços psiquiátricos, bem como de serviços médicos de clínica geral para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o primeiro trimestre de exercício de 2018

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 17 de janeiro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018

Publicação Nº 1493147

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 027/2017, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93; e bem como a Legislação Municipal que autoriza o Poder Executivo a participar do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CONTESTADO - COINCO, Lei Municipal n.º 1.396, de 16 de abril de 2012. Objeto: Contratar os valores a serem repassados pelo Município referente ao Rateio de despesas para o exercício de 2018, para atender aos objetivos (art. 2º do Estatuto) e finalidades (art. 3º, II, b do Estatuto do COINCO), relacionadas à destinação final dos resíduos sólidos Urbanos, coletados no Município (consorciado) e encaminhados para o aterro. Valor total de R\$ 158.467,08 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e sete reais com oito centavos) divididos em 12 parcelas mensais de R\$13.205,59 (treze mil duzentos e cinco reais com cinquenta e nove centavos). PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CONTESTADO - COINCO –CNPJ: 04.695.617/0001-20. Lebon Régis, 17 de janeiro de 2018.

José Vanderlei de Campos - Presidente.

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2018

Publicação Nº 1493150

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2018

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 027/2017, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1471/2014. Objeto: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 212 (Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública – MIP para o ano de 2018. Valor total de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais). R\$ 4.833,33 (quatro mil, oitocentos e trinta e três reais com trinta e três centavos) é o valor mensal estimado da despesa. Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 84 (Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio), para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, especificamente serviços de telefonia móvel para o ano de 2018. Valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), R\$ 500,00

(quinhentos reais) é o valor mensal estimado da despesa delegada. CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA CNPJ: 12.075.748/0001-32. Lebon Régis, 17 de janeiro de 2018.

José Vanderlei de Campos - Presidente.

### MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018

Publicação Nº 1493148

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 027/2017, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1471/2014. Objeto: Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2018. Valor total de R\$ 37.332,00 (trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 3.111,00 (três mil, cento e onze reais).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA CNPJ:12.075.748/0001-32.

Lebon Régis, 17 de janeiro de 2018.

José Vanderlei de Campos - Presidente.

### TERMO ADITIVO Nº 51/2017\_I CONTRATO Nº 51/2017. LICITAÇÃO: TP07/2017

Publicação Nº 1493141

TERMO ADITIVO Nº 51/2017\_I

CONTRATO Nº 51/2017. LICITAÇÃO: TP07/2017

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGANDA do Contrato em epígrafe para renova-lo por 03 (três) meses, alterando o seu vencimento para 31/03/2018, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis. CONTRATADO: LAUDELINO RODIGHERI CPF 543.721.519-34. Início de vigência: 01/01/2018. Término: 31/03/2018. Lebon Régis, 14 de dezembro de 2017.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.



# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 001/2018

Publicação Nº 1493340

DECRETO Nº 001, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

"HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º Homologa Membros do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal, conforme Art. 243 e 246, da Lei nº 615 de 31 de dezembro de 2008 – PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE LEOBERTO LEAL.

#### 1 – Representantes da Macrozona Rural Sul:

- Arno Júnior Lohn
- Valcir Cezar Henckel

#### 2 – Representantes da Macrozona Rural Norte:

- Jaime Sezerino
- José Amauri Alves

#### 3 – Representantes da Macrozona Urbana:

- Dauri José Meira
- Paula Braun Guckert

#### 4 – Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Débora Venturin
- Renato Otto
- Fábio Kreusch

#### 5 – Representantes do Poder Legislativo Municipal:

- Andréia Aparecida Eger Hamm
- Joelcio de Oliveira

#### 6 – Representante dos Servidores Municipais:

- Edson Luiz de Souza

#### 7 – Represente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

- Ivanor Augustinho Garcia

#### 8 - Representes da CEREJ:

- Thiago Adolfo Scheidt
- Renann Kreusch

#### 9 - Representes dos Conselhos Municipais:

- Maria Albertina Hoffmann
- Francisco Steinbach

#### 10 - Represente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – EPAGRI:

- João Antônio Montibeller Furtado e Silva

#### 11 - Represente do Comércio Local:

- Gian Rubick

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 16 de janeiro de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018 - PMLL

Publicação Nº 1493647

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 002/2018. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 30 de janeiro de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 17/01/2018. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.



# Lontras

## PREFEITURA

### PAGAR DESPESAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO

Publicação Nº 1493200

AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA ABERTURA DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Objeto: Evento esportivo no Município de Lontras

Pela presente, autorizo a abertura do presente processo de inexigibilidade de Chamamento Público, para realização de parceria com a Associação Cultural Recreativa Bonfort, cuja finalidade é premiar participantes do evento esportivo denominado 5ª Marathon Lontras, com suporte no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Nesse sentido, verifica-se que a Lei Municipal nº 2324 de 30 de novembro de 2017, autorizou o "PODER EXECUTIVO A PAGAR DESPESAS E A PERMITIR O USO DE IMÓVEL PÚBLICO PARA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA ESPORTIVA BONFORT PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO", a qual fixou o valor total do repasse, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as despesas de troféus, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a Associação Cultural Recreativa e Esportiva Bonfort, inscrita no CNPJ sob o nº 12.591.782/0001-60, com a finalidade de premiar os participantes da 5ª Marathon Lontras, que se realizará no dia 21 de janeiro de 2018.

Deste modo, a parceria em questão tem por objetivo fomentar o esporte no Município de Lontras, justificando-se, portanto a inexigibilidade de chamamento público na existência da lei municipal na qual restou expressamente identificada a entidade beneficiária.

Lontras, 17 de janeiro de 2018.

Rubens Roberto dos Santos

Prefeito em exercício

### RETIFICAÇÃO EDITAL 05/2018

Publicação Nº 1493403

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO N.º 05/2018

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S-10 PARA A FROTA DA PREFEITURA. Alteração dos itens 1 e 2 do Anexo I, inclusão do item 5.8 do Edital e alteração da data de entrega e abertura dos envelopes. Entrega dos Envelopes: até às 14hr e 30min do dia 30/01/2018; Abertura dos Envelopes: às 14 horas e 45min do dia 30/01/2018. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br). Lontras, 17 de janeiro de 2018. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em Exercício.



# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2526

Publicação N° 1493206

DECRETO N° 2526 de 17 de janeiro de 2018.

“SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PELO SUPERÁVIT”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em Exercício de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1563 de 19 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementadas a dotação abaixo pelo superávit financeiro do exercício anterior:

#### I – Recursos Ordinários

Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Mod.	Valor
07.001	2.721	3	90	70.980,00
04.001	2.402	3	90	26.900,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 17 de janeiro de 2017.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito em Exercício de Luzerna



# Macieira

## PREFEITURA

### portaria 3780

Publicação Nº 1493005

PORTARIA N.3780, de 03 de janeiro de 2018.

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2018, composta pelos seguintes membros:

I --IANA SALETE SPANHOLO Presidente

II – SEVERINO DE OLIVEIRA Secretário

III – GILBERTO CERRY Membro

Parágrafo único – A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 31/12/2018, vedada a recondução da totalidade de seus membros no período subsequente.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único – Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora Iana Salete Spanholo.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora Iana Salete Spanholo com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 03 de janeiro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1493381

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;  
CSA COMÉRCIO E SUPRIMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE MÁQUINAS COPIADORAS LTDA  
CNPJ: 00.243.167/0001-83

Nota Fiscal nº 28434	R\$ 1.717,54
Nota Fiscal nº 28801	R\$ 453,87
Nota Fiscal nº 28799	R\$ 2,96
Nota Fiscal nº 28788	R\$ 839,61
Nota Fiscal nº 28789	R\$ 1.374,18
Nota Fiscal nº 28797	R\$ 5.671,26

VALOR TOTAL: R\$ 10.059,42

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos e envio/ recebimento de fax, necessários para dar continuidade aos serviços prestados nas Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 18 de janeiro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração



# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 127/2017

Publicação Nº 1493133

DECRETO Nº 127 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 79.523,88 (setenta e nove mil quinhentos e vinte e três reais, oitenta e oito centavos) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.3.91.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	
VALOR: R\$ 79.523,88 (setenta e nove mil e quinhentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos)		

TOTAL .....	R\$ 79.523,88
-------------	---------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 79.523,88 (cento e cinco mil reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.3.50.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	
VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)		
ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	18	
VALOR: R\$ 69.523,88 (sessenta e nove mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos)		

TOTAL .....	R\$ 79.523,88
-------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 28 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração



**DECRETO 128/2017**

Publicação Nº 1493136

DECRETO Nº 128 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1073 de 07 de dezembro de 2016 - LOA 2017 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 165.786,83 (cento e sessenta e cinco mil e setecentos e oitenta e seis reais, oitenta e três centavos) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	14	
VALOR: R\$ 33.080,07 (trinta e três mil oitenta reais, e sete centavos)		

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	
VALOR: R\$ 62.200,58 (sessenta e dois mil, duzentos reais, cinquenta e oito centavos)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	48	
VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	02	Depto. de Esportes
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	67	
VALOR: R\$ 13.511,07 (treze mil quinhentos e onze reais, sete centavos)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.91.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	70	
VALOR: R\$ 129,82 (cento e vinte e nove reais e oitenta e dois centavos)		

ÓRGÃO	07	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos
UNIDADE	01	Depto. De Obras, Habitação e Serv. Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	2.038	Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas e Pontes
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	98	
VALOR: R\$ 47.865,29 (quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, vinte e nove centavos)		

TOTAL .....	R\$ 165.786,83
-------------	----------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 165.786,83 (cento e setenta e cinco mil e setecentos e oitenta e seis reais, oitenta e três centavos), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças



PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.3.91.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	19	
VALOR: R\$ 93.480,65 (noventa e três mil, quatrocentos e oitenta reais, sessenta e cinco centavos)		

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
PROJETO/ATIVIDADE	2.004	Manutenção. Da Sec. De Administração
ELEMENTO	3.3.93.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	20	
VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil, e oitocentos reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.013	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicação Diretas.
CÓDIGO REDUZIDO	51	
VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)		

ÓRGÃO	05	Depto. de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	01	Depto. de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	2.012	Manutenção da Educação Infantil
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	73	
VALOR: R\$ 13.640,89 (treze mil, seiscentos e quarenta reais, oitenta e nove centavos)		

ÓRGÃO	07	Depto. De Obras, Hab. e Ser. Urbanos
UNIDADE	01	Depto. De Obras, Hab. e Ser. Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	2.038	Manutenção, Abertura e C. De Estradas
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicação Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	99	
VALOR: R\$ 47.865,29 (quarenta e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais, vinte e nove centavos)		

TOTAL .....	R\$ 165.786,83
-------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha Prefeito Municipal
-------------------------------------

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 28 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

## PREGÃO PRESENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

Publicação Nº 1492976

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MARACAJÁ AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018
OBJETIVO: Registro de Preços de "COFFEE BREAK", para aquisições futuras, no atendimento em eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos. DATA DE ENTREGA: até 05 de fevereiro de 2018 às 09h15min. DATA DE ABERTURA: Dia 05 de fevereiro de 2018 às 09h30min. EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: <a href="http://www.maracaja.sc.gov.br">www.maracaja.sc.gov.br</a> Maracajá, 17 de janeiro de 2018. ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO



# Massaranduba

## PREFEITURA

### ERRATA - LIC 72.2017 PP 53.2017 - SERVIÇO TÉCNICO PARA REALIZAÇÕES DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E LAUDOS RADIOLÓGICOS

Publicação N° 1493237

PROCESSO LICITATÓRIO N° 72/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 53/2017

ERRATA

ONDE SE LÊ:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	1.1. ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL	500	EXAMES	R\$ 65,00	R\$ 32.500,00
	1.2. ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME SUPERIOR	120	EXAMES	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00
	1.3. ULTRASSONOGRAFIA ENDOVAGINAL	600	EXAMES	R\$ 45,00	R\$ 27.000,00
	1.4. ULTRASSONOGRAFIA DE RINS E VIAS URINÁRIAS	300	EXAMES	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
	1.5. ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA VIA ABDOMINAL	100	EXAMES	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
	1.6. ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	100	EXAMES	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
	1.7. ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	300	EXAMES	R\$ 70,00	R\$ 21.000,00
	1.8. ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	500	EXAMES	R\$ 45,00	R\$ 22.500,00
	1.9. ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA E GINECOLÓGICA	100	EXAMES	R\$ 45,00	R\$ 4.500,00
	1.10. ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL	30	EXAMES	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
	1.11. ULTRASSONOGRAFIA COLUMNA CERVICAL	30	EXAMES	R\$ 90,00	R\$ 2.700,00
	1.12. ULTRASSONOGRAFIA PAREDE ABDOMINAL	40	EXAMES	R\$ 96,00	R\$ 3.840,00
	1.13. ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	300	EXAMES	R\$ 50,00	R\$ 15.000,00
	1.14. ULTRASSONOGRAFIA DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS (PARTES MOLES)	300	EXAMES	R\$ 45,00	R\$ 13.500,00
TOTAL LOTE 01: R\$ 175.040,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL E QUARENTA REAIS).					
02	2.1. LAUDO PARA EXAME RADIOLÓGICO	10000	LAUDOS	R\$ 11,00	R\$ 110.000,00
TOTAL LOTE 02: R\$ 110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS).					
TOTAL GERAL (LOTE 01 E 02): R\$ 285.040,00 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL E QUARENTA REAIS)					

PÁGINA 19

LEIA-SE:

LOTE 1: EXAME ULTRASSOM					
SUB ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1.1	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEN TOTAL	EXAMES	400	R\$ 76,67	R\$ 30.668,00
1.2	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA ABDOMEN SUPERIOR	EXAMES	120	R\$ 68,67	R\$ 8.240,40
1.3	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA ENDOVAGINAL	EXAMES	350	R\$ 65,33	R\$ 22.865,50
1.4	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA RINS E VIAS URINARIAS	EXAMES	250	R\$ 66,00	R\$ 16.500,00
1.5	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA VIA ABDOMINAL	EXAMES	150	R\$ 66,00	R\$ 9.900,00
1.6	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE / CERVICAL	EXAMES	100	R\$ 66,00	R\$ 6.600,00
1.7	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS	EXAMES	300	R\$ 70,33	R\$ 21.099,00
1.8	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA	EXAMES	500	R\$ 65,33	R\$ 32.665,00





1.9	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PELVICA E GINECOLOGICA	EXAMES	80	R\$ 63,33	R\$ 5.066,40
1.10	EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	EXAMES	30	R\$ 64,33	R\$ 1.929,90
1.11	EXAMES ULTRASSONOGRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	EXAMES	100	R\$ 78,33	R\$ 7.833,00
1.12	EXAMES ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	EXAMES	150	R\$ 52,50	R\$ 7.875,00
1.13	EXAMES ULTRASSONOGRAFIA DE ÓRGÃOS E ESTRUTURAS (PARTES MOLES)	EXAMES	80	R\$ 50,00	R\$ 4.000,00
TOTAL LOTE 01: R\$ 175.242,20 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL E DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).					
LOTE 2: RAIOS -X					
SUB ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2.1	LAUDO PARA EXAME DE RAIOS X	UNID	8.000	R\$ 13,00	R\$ 104.000,00
TOTAL LOTE 02: R\$ 104.000,00 (CENTO E QUATRO MIL REAIS).					
TOTAL GERAL (LOTE 01 E 02): R\$ 279.242,20 (DUZENTOS E SETENTA E NOVE MIL DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS).					

E, POR CONSEQUINTE, ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA DA REFERIDA LICITAÇÃO:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	17 DE JANEIRO DE 2018
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	30 DE JANEIRO DE 2018
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

Massaranduba (SC), 17 de janeiro de 2018.

CIRIO MARTINI  
PRESIDENTE

## SUSPENSÃO - LIC 72.2017 PP 53.2017 - EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E LAUDOS RADIOLÓGICOS

Publicação Nº 1493153

Ref. Processo licitatório 72/2017

### AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

COMUNICAMOS a suspensão do Pregão nº 53/2017 – Processo Licitatório 72/2017, que possui como objetivo a contratação de empresa para realização de serviços de responsabilidade técnica para realização de exames de ultrassonografia e laudos radiológicos para utilização das unidades de saúde e Hospital Municipal João Schreiber (SC), para que seja realizada retificação do Termo de Referência via errata, adequando-o a Requisição de Compras que deu causa ao edital do certame.

A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Massaranduba, 17 de janeiro de 2018.

CIRIO MARTINI  
Pregoeiro



**Matos Costa****PREFEITURA****CANCELAMENTO DE CARGO**

Publicação N° 1493404

CANCELAMENTO DE CARGO DO TESTE SELETIVO N° 01/2017.

" Cancela no Edital n° 001/2017 do Teste Seletivo n° 01/2017 o Cargo de Operador de Maquinas Rodoviárias e dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

TORNA PÚBLICO o cancelamento do cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias do Teste Seletivo Edital n° 001/2017, permanecendo inalterado os demais cargos

E para que chegue ao conhecimento de todos é expedido o presente, o qual será devidamente publicado na forma da Lei.

Matos Costa, 16 de janeiro de 2018

Raul Ribas Neto

Prefeito Municipal

**DECRETO 126/2017**

Publicação N° 1493420

DECRETO N.º 126/2017 – de 29 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002193/2017 de 12 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Assistência Social, que especifica:

ORGÃO	13.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	13.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSIST SOCIAL		
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		2.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ . R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	13.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	13.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	1.003	OBRAS DE INFRAESTRUTURA SOCIAL		
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas		2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 29 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas  
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09



**DECRETO 127/2017**

Publicação Nº 1493424

DECRETO N.º 127/2017 – de 29 de dezembro de 2017.  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2193/17, de 12 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	04.00	SECRETARIA DE FINANÇAS	
UNIDADE	04.01	SECRETARIA DE FINANÇAS	
ATIVIDADE	2.019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.500,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
ATIVIDADE	2.016	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 29 de dezembro de 2017.  
RAUL RIBAS NETO  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**DECRETO 128/2017**

Publicação Nº 1493426

DECRETO N.º 128/2017 – de 29 de dezembro de 2017.  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2193/17, de 12 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	2.026	MANUT SECRET VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	10.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
UNIDADE	10.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
ATIVIDADE	0.000	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL	
DOTAÇÃO	3.2.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.000,00



Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 29 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## DECRETO 129/2017

Publicação N° 1493428

DECRETO N.º 129/2017 – de 29 de dezembro de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 2193/17, de 12 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	05.00	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	
ATIVIDADE	2.020	MANUT DA SECRET DA AGRICULT E ABASTECIMENTO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.850,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	
UNIDADE	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
ATIVIDADE	2.016	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.850,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 29 de dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## EXTRATO CONTRATO 01/2018

Publicação N° 1493073

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

EXTRATO DO CONTRATO N° 01/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 39/2017

TOMADA DE PREÇOS N° 04/2017

CONTRATADO: A empresa TEMPERO PROPAGANDA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.786.204/0001-28, com sede no Município de Videira, à rua Brasil, 370 – Sala 403, neste ato representado, por seu Diretor THIARLES REGINALDO DE SOUZA, portador do CPF nº 016.899.039-37 brasileiro, publicitário, residente e domiciliado a Rua Jacob Gaio, 102, bairro Dois Pinheiros, Videira SC, CEP 89.560-000.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA-SC.

OBJETO: Prestação de Serviços de: estudo, planejamento, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e distribuição de campanhas, peças e materiais publicitários para os meios digital e off-line, elaboração de expressões de



propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual, planejamento e execução, produção.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração, tendo por fundamento no que couber as disposições contidas no artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

VALOR ESTIMADO: R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

MATOS COSTA 04 DE JANEIRO DE 2018 - RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

## TERMO RESCISÃO DE ATA REGISTRO DE PREÇO 04/2017

Publicação Nº 1493412

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017

### TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017

Aos dez dias do mês de janeiro de 2018, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, com sede à Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, Matos Costa, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 17.237.099/0001-42, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. RAUL RIBAS NETO, brasileiro, casado, agente político, portador do CPF nº 558.526.379-04, residente e domiciliado nesta cidade de Matos Costa, SC, RESOLVE RESCINDIR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em epígrafe, a qual foi firmada com a Empresa DAL POSSO & SAUER LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.749.533/0001-73, de acordo com as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 – O presente termo visa rescindir o registro do saldo remanescente de todos os itens constantes da Clausula Primeira da Ata de Registro de Preços nº 04/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 07/2017, quais sejam:

Item	Unid	Descrição
01	Unid	Prótese Parcial Mandibular Removível código: 07.01.07.009-9
02	Unid	Prótese Parcial Maxilar Removível – Código: 07.01.07.010-2
03	Unid	Prótese Total Mandibular – Código: 07.01.07.012-9
04	Unid	Prótese Total Maxilar – Código: 07.01.07.013-7
05	Unid	Prótese Coronárias Intra-Radiculares Fixas – Código: 07.01.07.014-5

#### CLÁUSULA 2ª - DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – Fundamento Legal: o Decreto Federal 3.931/2001 (art13, I) dispõe que “o fornecedor terá seu registro cancelado quando; I – descumprir as condições da Ata de registro de Preços”.

#### 2.2 – Motivação:

2.2.1. Descumprimento da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços supra mencionada, onde consta que 1.2. “Entregar serviços de qualidade e de acordo com as marcas apresentadas na proposta de preços apresentada no processo”.

2.2.2. Ofertada a ampla defesa a Empresa, esta quedou-se inerte, restando comprovada a má qualidade dos serviços.

#### CLÁUSULA 3ª - DA PUBLICAÇÃO

3.1 - O presente Ato de Rescisão será publicado na Imprensa Oficial, conforme dispõe § único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

Matos Costa, 10 de Janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal CONTRATANTE	
Visto: Grasiele Barcelos Amaral Assessoria Jurídica OAB/30357	



# Meleiro

## PREFEITURA

### AVISO CHAMAMENTO PUBLICO PARA CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS Nº 001/2018

Publicação Nº 1493336

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS Nº. 001/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público o aviso de chamada pública para produtores rurais com o objetivo de fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2018 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013. Os interessados deverão procurar o Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro, das 07:00 as 13:00 horas para retirar o edital ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br), para maiores informações pelo telefone 048 – 3537-8400.

Meleiro/SC, 18 de janeiro de 2018.

ROGILDO BORDIGNON

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2018

Publicação Nº 1493171

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERV. AUT. MUN. AGUA E ESGOTO DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2018

O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 06/02/2018, às 10:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas referente a TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2018, que tem como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DO SAMAE DE MELEIRO, CONFORME PROJETO DE EXECUÇÃO E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas pelo site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:00 as 13:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira pelo fone (48) 3537-8400.

Meleiro/SC, 17 de janeiro de 2018.

ELOIR CÔRNEO

Diretor do Samae



# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

Publicação Nº 1493279

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo nº: 015/2018  
Modalidade: Pregão Presencial nº 005/2018  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIRO NAS ATIVIDADES DE MÚSICA/CANTO, CRIAÇÃO E CONTAÇÃO DE HISTÓRIA, PROJETO DE VIDA, ESPIRITUALIDADE E DINÂMICAS DE GRUPO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 01 de fevereiro de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07h:00min às 13h:00min, ou a qualquer horário pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br) Modelo/SC 17 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 020/2018

Publicação Nº 1493349

DECRETO Nº 020/2018 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SILVANA ALBANI PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.216/2015, 2.249/2015, 2.296/2017 Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,  
Considerando em especial os arts. 10 e 26 da Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015,  
Considerando a Resolução CMDCA nº 03/2018,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. SILVANA ALBANI, portadora do CPF nº 053.898.559-30, RG nº 5.245.434-7 para desempenho das funções do cargo de Conselheira Tutelar do município de Modelo/SC, para o mandato de 18.01.2018 a 09.01.2020.

Art. 2º - A Conselheira nomeada por meio deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com o art. 50 da Lei Municipal nº 2.216/2015 e Portaria Municipal nº 001/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de janeiro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

GILNEI ROBERTO VOGEL  
PRESIDENTE DO CMDCA – MODELO/SC

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MODELO/SC

TERMO DE POSSE CMDCA Nº 01/2018

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2018

CONSELHEIRO TUTELAR: SILVANA ALBANI

Aos dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, na Sede do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC, compareceu a Senhora SILVANA ALBANI, portadora do CPF nº 053.898.559-30, RG nº 5.245.434-7, a fim de tomar posse no cargo de Conselheiro Tutelar, conforme nomeação de que dispõe a Resolução CMDCA nº 03/2018 e Decreto Municipal nº 020/2018.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições da Lei do Conselho Tutelar do município de Modelo/SC - Lei Municipal nº 2.216/2015 de 29 de setembro de 2015, e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeado, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, ao bem do Município e dos meus concidadãos”.

Na ocasião, declarou ter compatibilidade de horário e carga horária para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi-lhe dado posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo – SC, aos 18 de janeiro de 2018.

SILVANA ALBANI  
Conselheiro Tutelar empossado

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal



GILNEI ROBERTO VOGEL  
Presidente do CMDCA

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - ANDERSON BOLIS**

Publicação Nº 1492852

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 004/2018  
Processo Licitatório nº 1926/2017  
Pregão SRP nº 065/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME, CNPJ nº 07.345.281/0001-63  
Valor: R\$ 35.069,81  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018,

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - AP OESTE DISTRIBUIDORA**

Publicação Nº 1492853

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 005/2018  
Processo Licitatório nº 1926/2017  
Pregão SRP nº 065/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP, CNPJ nº 05.919.156/0001-94  
Valor: R\$ 1.341,22  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018,

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - A.E.M OESTE COMERCIAL**

Publicação Nº 1492854

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 006/2018  
Processo Licitatório nº 1926/2017  
Pregão SRP nº 065/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME, CNPJ nº 12.144.365/0001-79  
Valor: R\$ 2.334,65  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA

ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018,

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - SCS COMERCIO**

Publicação Nº 1492856

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 007/2018  
Processo Licitatório nº 1926/2017  
Pregão SRP nº 065/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: SCS COMERCIO LTDA , CNPJ nº 13.995.853/0001-52  
Valor: R\$ 6.683,40  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018,

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA**

Publicação Nº 1492858

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 008/2018  
Processo Licitatório nº 1926/2017  
Pregão SRP nº 065/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA , CNPJ nº 1.738.785/0001-34,  
Valor: R\$ 8.733,85  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS**

Publicação Nº 1492859

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 009/2018  
Processo Licitatório nº 1926/2017  
Pregão SRP nº 065/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA- ME, CNPJ nº 07.814.016/0001-87,,  
Valor: R\$ 2.851,35  
Assinado em: 09/01/2018



Vigente até: 09/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010-2018 MERENDA 1º SEMESTRE - CATARINENSE COMÉRCIO**

Publicação Nº 1492860

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 010/2018

Processo Licitatório nº 1926/2017

Pregão SRP nº 065/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 26.556.616/0001-37,

Valor: R\$ 3.367,54

Assinado em: 09/01/2018

Vigente até: 09/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-2018 MATERIAL DE EXPEDIENTE EDUCAÇÃO - EM INFORMÁTICA**

Publicação Nº 1492861

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 011/2018

Processo Licitatório nº 1949/2017

Pregão SRP nº 067/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: E.M. INFORMÁTICA LITDA EPP, CNPJ nº 00.710.029/0001-67,

Valor: R\$ 16.620,93

Assinado em: 09/01/2018

Vigente até: 09/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012-2018 MATERIAL DE EXPEDIENTE EDUCAÇÃO - TELECOPY**

Publicação Nº 1492862

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 012/2018

Processo Licitatório nº 1949/2017

Pregão SRP nº 067/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 04.303.600/0001-80,

Valor: R\$ 17.359,10

Assinado em: 09/01/2018

Vigente até: 09/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013-2018 MATERIAL DE EXPEDIENTE EDUCAÇÃO - JP EQUIPAMENTOS**

Publicação Nº 1492863

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 013/2018

Processo Licitatório nº 1949/2017

Pregão SRP nº 067/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: JPEQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ nº 13.772.057/0001-50,

Valor: R\$ 23.171,30

Assinado em: 09/01/2018

Vigente até: 09/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - AP OESTE**

Publicação Nº 1492864

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 014/2018

Processo Licitatório nº 1927/2017

Pregão SRP nº 066/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP, CNPJ nº 05.919.156/0001-94,

Valor: R\$ 5.699,00

Assinado em: 09/01/2018

Vigente até: 09/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - A.E.M. OESTE COMERCIAL**

Publicação Nº 1492866

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 015/2018

Processo Licitatório nº 1927/2017

Pregão SRP nº 066/2017



Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME, CNPJ nº 12.144.365/0001-79  
Valor: R\$ 4.184,80  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - SCS COMERCIO**

Publicação Nº 1492867

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 016/2018  
Processo Licitatório nº 1927/2017  
Pregão SRP nº 066/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: SCS COMERCIO LTDA, CNPJ nº 13.995.853/0001-52  
Valor: R\$ 2.573,00  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA**

Publicação Nº 1492868

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 017/2018  
Processo Licitatório nº 1927/2017  
Pregão SRP nº 066/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 1.738.785/0001-34  
Valor: R\$ 2.647,60  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - NUTRI SC COMÉRCIO**

Publicação Nº 1492870

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 018/2018  
Processo Licitatório nº 1927/2017

Pregão SRP nº 066/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA- ME, CNPJ nº 07.814.016/0001-87  
Valor: R\$ 129,00  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - CATARINENSE COMÉRCIO**

Publicação Nº 1492871

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 019/2018  
Processo Licitatório nº 1927/2017  
Pregão SRP nº 066/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 26.556.616/0001-37  
Valor: R\$ 355,00  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020-2018 MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA EDUCAÇÃO - LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME**

Publicação Nº 1492873

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 020/2018  
Processo Licitatório nº 1927/2017  
Pregão SRP nº 066/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: LEANDRO APARECIDO DE PAULA ME, CNPJ nº 19.634.481/0001-15  
Valor: R\$ 2.210,20  
Assinado em: 09/01/2018  
Vigente até: 09/01/2019  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.  
RICARDO LUIZ MALDANER  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021-2018 CESTAS BÁSICAS SOCIAL - ANDERSON BÓLIS ME**

Publicação Nº 1492997

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 021/2018

Processo Licitatório nº 1995/2017

Pregão SRP nº 070/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: Bolis E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 07.345.281/0001-63

Valor: R\$ 6.646,80

Assinado em: 16/01/2018

Vigente até: 16/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MUNICIPALIDADE.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022-2018 CESTAS BÁSICAS SOCIAL - SCS COMÉRCIO LTDA EPP**

Publicação Nº 1492999

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 022/2018

Processo Licitatório nº 1995/2017

Pregão SRP nº 070/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC, CNPJ: 83.021.832/0001-11

Contratada: SCS COMERCIO LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 13.995.853/0001-52

Valor: R\$ 3.412,00

Assinado em: 16/01/2018

Vigente até: 16/01/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MUNICIPALIDADE.

Modelo/SC, 16 de janeiro de 2018.

RICARDO LUIZ MALDANER

Prefeito Municipal



# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 001.2018 - PMM

Publicação Nº 1493196

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 007/2018

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação nº. 001/2018

Chamamento Público para Credenciamento

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação processo de CREDENCIAMENTO, fundado em inexigibilidade de licitação (art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores), conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018. OBJETO: credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas pesadas, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.313, de 19 de junho de 2009, e Lei Complementar Municipal nº 060, de 22 de dezembro de 2015, bem como, das disposições contidas no Decreto Municipal nº 4.995, de 03 de julho de 2017, com as respectivas alterações posteriores, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). CREDENCIAMENTO: a partir de 18 de janeiro de 2018 até 30 de junho de 2018, em horário comercial de segunda a sextas feiras. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 18 de janeiro de 2018. ALZIR SLAVIERO - Prefeito em Exercício

31/12/2018. MONDAI (SC), 15 de janeiro de 2018. ALZIR SLAVIERO - Prefeito em Exercício.

#### MUNICÍPIO DE MONDAÍ

#### PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 005/2018 de 15 de janeiro de 2018. Origem: Processo Licitatório nº 003/2018 – Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018. Objeto: Contratação de serviços de saúde, abrangendo procedimentos médicos, hospitalares e ambulatoriais no atendimento das urgências e emergências na Atenção Básica, através de sobreaviso médico 24 horas, ininterruptas, durante os 07 (sete) dias da semana, a serem prestados aos indivíduos do Sistema Único de Saúde/SUS, sem limites quantitativos. Fornecedor: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MONDAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida à Travessa Osvaldo Otto Wolschick, 620, Centro, Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 83.226.175/0001-49. Valor: R\$ R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), a ser paga em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Vigência: até 31/12/2018. Mondaí/SC, 15 de janeiro de 2018. ALZIR SLAVIERO. Prefeito em Exercício.

### EXTRATO INEXIGIBILIDADE 001.2018 E CONTRATO 005.2018 - FMS

Publicação Nº 1492944

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 003/2018

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação nº. 001/2018

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.386.903/0001-79, com sede à Rua Cristiano Wandscheer, 27, Centro, Cidade de Mondaí, a partir de seu Prefeito Municipal em Exercício, torna público que Ratificou a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 003/2018 e, com fulcro no art. 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, conforme a seguir: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018. OBJETO: Contratação de prestação de serviços de saúde, abrangendo procedimentos médicos, hospitalares e ambulatoriais no atendimento das urgências e emergências na Atenção Básica, através de sobreaviso médico 24 horas, ininterruptas, durante os 07 (sete) dias da semana, a serem prestados aos indivíduos do Sistema Único de Saúde/SUS, sem limites quantitativos. BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MONDAÍ, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida à Travessa Osvaldo Otto Wolschick, 620, Centro, Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 83.226.175/0001-49. VALOR TOTAL: R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), a ser paga em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). VIGÊNCIA:



# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMAMENTO 2018

Publicação Nº 1493105

Município de Morro da Fumaça. Aviso de Chamamento. Atendendo ao disposto na Lei nº. 8.666/93, artigo 34, § 1º, comunica aos interessados que estará recebendo requerimentos de cadastro de novos fornecedores e atualização de dados dos já cadastrados. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

### DECRETO Nº 008/2018

Publicação Nº 1493346

DECRETO Nº 008/2018, de 17 de Janeiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL – UFM, CONFORME ART. 557, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 002 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009).”

CONSIDERANDO que o Código Tributário Municipal (Lei Complementar 002 de 21 de Dezembro de 2009) estabelece a correção monetária da Unidade Fiscal do Município – UFM com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou a critério da autoridade administrativa por outros índices oficiais de inflação.

CONSIDERANDO que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA referente ao período de 01/01/2017 à 31/12/2017 foi de 2,94% (dois vírgula noventa e quatro por cento) conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA:

Artigo 1º. A Unidade Fiscal Municipal – (UFM) estabelecida pelo art. 557 da Lei Complementar 002 de 21 de Dezembro de 2009, para o Exercício/Ano de 2018, passa a vigorar com o valor de R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos), para atualização dos Tributos Municipais.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 17 de Janeiro de 2018.  
AGENOR CORAL  
PREFEITO MUNICIPAL

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO  
SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 009/2018

Publicação Nº 1493345

DECRETO Nº 009/2018, de 17 de Janeiro de 2018.

“FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, REFERENTE AO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 416 e 557, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fixa o Calendário Fiscal do Município de Morro da Fumaça para o Exercício Financeiro de 2018, referente ao recolhimento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Artigo 2º - O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) terá desconto de 20% (vinte por cento), com pagamento em Cota Única, até o dia 12 de Abril de 2018.

Artigo 3º - As parcelas referentes ao Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) obedecerão ao seguinte calendário:

- I. Parcela 01 – com vencimento em 12 de abril de 2018;
  - II. Parcela 02 – com vencimento em 11 de maio de 2018;
  - III. Parcela 03 – com vencimento em 12 de junho de 2018;
  - IV. Parcela 04 – com vencimento em 12 de julho de 2018;
- Artigo 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 17 de Janeiro de 2018.  
AGENOR CORAL  
PREFEITO MUNICIPAL

#### REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO  
SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### DECRETO Nº 010/2018

Publicação Nº 1493344

DECRETO Nº 010/2018, de 17 de Janeiro de 2018.

“FIXA O ÍNDICE IPCA, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009, DE 21/12/2009, PARA ATUALIZAÇÃO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DE TODOS OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica do Município em consonância com o art. 237, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 002/2009, de 21 de dezembro de 2009;



DECRETA:

na data supra.

Artigo 1º. É fixado o Índice de Correção Monetária de todos os Tributos Municipais, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 2,94% (Dois vírgula noventa e quatro por cento), para o ano de 2018, conforme artigo 237, parágrafo único, da Lei Complementar n. 002/2009.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 17 de Janeiro de 2018.

AGENOR CORAL

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO

SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONÔMICO

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2018**

Publicação Nº 1492968

Município de Morro da Fumaça. Dispensa de Licitação Nº 009/2018. Objeto: O Locador coloca a disposição do Locatário um IMOVE PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLA BIAZIO MARAGNO, no Centro do Município de Cocal do Sul/SC. Data: 17/01/2018 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 31**

Publicação Nº 1493057

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016 AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ZELADOR DE ESCOLA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
33º	ALBERTINA APOLINÁRIO

Morro da Fumaça, de 18 de Janeiro de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO GUOLLO

Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

Publicação Nº 1492881



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017**

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA faz saber a quem possa interessar, a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 conforme segue:

**Auxiliar Administrativo**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	742286	07/08/1973	Andreia Machado Nogueira Nascimento	1,20	0,90	5,60	7,70	7,70
2	743211	11/05/1980	Sara Tenorio Da Silva	1,20	1,50	4,90	7,60	7,60
3	740339	04/01/1983	Animeire M. De Lorenzi Cancellier Recco	1,20	0,90	4,90	7,00	7,00
4	748703	31/12/1990	Josinei Borges Mendes	1,20	0,90	4,90	7,00	7,00
5	742752	11/08/1995	Mirella Dos Santos Da Silva	0,60	1,20	4,90	6,70	6,70
6	755066	16/04/1988	Jordana Ferrarezi	0,60	0,90	4,90	6,40	6,40
7	741816	29/06/1990	Mirian Da Silva Alessio	0,60	0,90	4,90	6,40	6,40
8	742612	26/04/1995	Gabriela De Souza Salvan	0,60	0,30	4,90	5,80	5,80
9	747283	23/05/1985	Ariana Cechinel	1,20	0,30	4,20	5,70	5,70
10	748652	17/12/1974	Valter Custodio Da Silva Junior	1,20	0,90	3,50	5,60	5,60
11	754772	03/10/1988	Henrique Messias Santos Ribeiro	0,60	0,60	4,20	5,40	5,40
12	757203	01/01/1971	Janine Zanette Bristot	1,20	0,00	4,20	5,40	5,40
13	743797	12/08/1988	John Marcell Ansiliero Maciel	0,90	0,60	3,50	5,00	5,00
14	752046	25/07/1996	Tamiris Sorato Vitkoski	1,50	0,60	2,80	4,90	4,90
15	740992	21/12/1977	Maria Janice	0,60	0,60	3,50	4,70	4,70
16	745966	05/10/1983	Guacira Regio Lopes	0,90	0,30	3,50	4,70	4,70
17	746195	26/12/1989	Fernanda Reus Frasson	0,90	0,30	3,50	4,70	4,70





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

18	740968	22/12/1989	Bruna Fernandes Colombo	1,20	0,00	3,50	4,70	4,70
19	752692	23/07/1989	Anderson Henfrain Guollo	0,60	1,20	2,80	4,60	4,60
20	741968	17/11/1990	Danieli Viel De Oliveira	0,60	0,30	3,50	4,40	4,40
21	752877	15/07/1991	Denize Rotta Teixeira	0,60	0,30	3,50	4,40	4,40
22	740805	20/04/1999	Amanda De Jesus	0,60	0,30	3,50	4,40	4,40
23	751423	24/10/1975	Silvia Mari Wagner	0,90	0,60	2,80	4,30	4,30
24	753758	21/04/1989	Alexandre Alves	0,90	0,60	2,80	4,30	4,30
25	754184	22/12/1996	Maria Alice Correia Burato	0,90	0,60	2,80	4,30	4,30
26	744929	05/02/1991	Carla Caroline Silveira	0,90	1,20	2,10	4,20	4,20
27	747330	10/03/1979	Juliana Teixeira De Souza	0,60	0,00	3,50	4,10	4,10
28	753136	01/09/1971	Gildecir Muzy Muller	0,60	0,60	2,80	4,00	4,00
29	743656	13/05/1995	Giani Feliciano Joaquim	0,60	0,60	2,80	4,00	4,00
30	739884	16/06/1995	Monique Gomes Formentin	0,60	0,60	2,80	4,00	4,00
31	747873	14/04/1986	Carlos Sweder De Rocchi Venerio	0,90	0,30	2,80	4,00	4,00
32	752357	09/11/1995	Thainara Teixeira	0,60	1,20	2,10	3,90	3,90
33	751072	29/07/1997	Rafael Gabriel De Costa	0,60	1,20	2,10	3,90	3,90
34	755615	06/11/1975	Nilson Fernandes Speck	0,90	0,90	2,10	3,90	3,90
35	755887	04/09/1991	Camila Francisco Pinto	0,60	0,30	2,80	3,70	3,70
36	744228	17/01/1996	Amanda De Souza Crecencio	0,60	0,90	2,10	3,60	3,60
37	741921	08/05/1985	Giovane Dieckes Nunes	0,90	0,60	2,10	3,60	3,60
38	740118	19/02/1995	Patrik Wiggers Junkes	0,90	0,60	2,10	3,60	3,60
39	754060	30/01/1999	Jaqueline Farias Caetano	0,90	0,60	2,10	3,60	3,60
40	744088	17/02/1987	Ediane Macedo Recco	1,20	0,30	2,10	3,60	3,60
41	746139	23/06/1971	Gildo Alves	0,30	0,30	2,80	3,40	3,40
42	748809	24/06/1967	Mara Verlaine Luz	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
43	739959	26/01/1990	Fernanda Fregnani Da Silva	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
44	744514	29/07/1992	Vanessa Bueno De Melo Venancio	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
45	753081	09/05/1997	Jaine Rezin Goncalves	0,60	0,60	2,10	3,30	3,30
46	739880	26/10/1995	Natieli De Matos Rosa	1,20	0,00	2,10	3,30	3,30





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

47	740847	03/02/1989	Aline Borges Alves	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00
48	742493	07/11/1990	Vanessa Correia Garcia	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00
49	743043	09/04/1993	Shirlane Gonçalves Mattos	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00
50	751093	31/05/1985	Patricia Aguiar	0,60	0,30	2,10	3,00	3,00
51	753867	10/11/1981	Emilio Jose Piva	0,60	0,90	1,40	2,90	2,90
52	742270	14/01/2000	Andreza Frasson Cardozo	0,90	0,60	1,40	2,90	2,90
53	746801	25/04/1994	Kamyla Rosso	0,60	0,00	2,10	2,70	2,70
54	749986	20/03/1998	Morgana Cardozo	0,60	0,00	2,10	2,70	2,70
55	746164	22/04/1997	Georgia Spilere Tiscoski	1,20	0,00	1,40	2,60	2,60
56	751591	03/08/1985	Giselle Patricio Silveira Maragno	1,20	0,60	0,70	2,50	2,50
57	754008	23/07/1978	Mislaine Bressan Da Luz Scapin	0,30	0,00	2,10	2,40	2,40
58	755167	21/08/1998	Mislaine Elias Da Silva	0,60	0,30	1,40	2,30	2,30
59	752724	29/08/1972	Larissa Conti Maccari	0,30	0,30	1,40	2,00	2,00

**Auxiliar de Ensino de Educação**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	753643	12/01/1996	Suelen Jung Pedro	1,20	0,30	6,30	7,80	6,50	7,41
2	747078	21/05/1980	Patricia Soratto Cesca	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
3	753265	31/07/1995	Tayna Gonçalves Pereira	0,90	0,90	6,30	8,10	4,50	7,02
4	749795	29/08/1983	Denise De Freitas Cardoso	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
5	753837	09/12/1985	Nelma De Aguiar D'agostin	0,60	0,30	6,30	7,20	6,00	6,84
6	747229	18/06/1973	Simoni Marlene Pinto	0,30	0,60	5,60	6,50	7,50	6,80
7	753629	29/05/1975	Barbara Pellegri De Biasi	0,60	0,30	5,60	6,50	7,50	6,80
8	752358	09/11/1995	Thainara Teixeira	0,60	1,20	4,90	6,70	6,50	6,64
9	741561	07/06/1991	Jessica Tournier Warmling	0,90	0,90	7,00	8,80	1,50	6,61
10	741919	01/07/1986	Denisia Checluski Foizer	0,90	0,30	6,30	7,50	4,50	6,60
11	742896	07/12/1990	Adriele De Carvalho Goulart Campos	0,60	0,60	5,60	6,80	6,00	6,56





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

12	744954	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel	0,90	0,90	7,00	8,80	1,00	6,46
13	745506	17/04/1973	Joelma Bortolotto	0,60	0,60	4,90	6,10	7,00	6,37
14	751809	11/09/1987	Silvana Teixeira Rocha	0,30	0,60	5,60	6,50	6,00	6,35
15	752726	07/06/1981	Giselli Demboski Floriano	0,60	0,60	4,20	5,40	8,50	6,33
16	742005	22/12/1986	Liziane Marcos Santos	0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
17	750554	26/02/1997	Cristiani Do Nascimento Coimbra	0,60	0,90	6,30	7,80	2,50	6,21
18	753753	21/04/1989	Alexandre Alves	0,90	0,60	6,30	7,80	2,50	6,21
19	752136	05/08/1993	Beatriz Cardoso Fermiano	1,20	0,60	7,00	8,80	0,00	6,16
20	754937	25/06/1980	Daniela Ceni Burato	0,90	0,60	4,90	6,40	5,50	6,13
21	742258	07/08/1973	Andreia Machado Nogueira Nascimento	1,20	0,90	5,60	7,70	2,00	5,99
22	749429	15/08/1995	Emily Araujo Machado	0,90	0,90	5,60	7,40	2,00	5,78
23	746992	22/08/1983	Meline Angela De Brida	0,90	0,60	6,30	7,80	1,00	5,76
24	750210	10/08/1992	Cleide Simao Scheffer	0,60	0,60	7,00	8,20	0,00	5,74
25	740199	19/04/1993	Franciele De Souza	0,90	0,30	4,90	6,10	4,50	5,62
26	754696	06/10/1983	Andressa De Souza Machado	0,60	0,60	4,20	5,40	6,00	5,58
27	744932	05/02/1991	Carla Caroline Silveira	0,90	1,20	5,60	7,70	0,50	5,54
28	746467	29/07/1983	Suziane Bortolon Gonçalves Sartor	0,60	0,30	7,00	7,90	0,00	5,53
29	747866	05/11/1988	Flavia De Moraes Coelho	0,90	0,60	6,30	7,80	0,00	5,46
30	751331	05/06/1991	Renata Zeferino	0,90	0,60	6,30	7,80	0,00	5,46
31	754185	22/12/1996	Maria Alice Correia Burato	0,90	0,60	6,30	7,80	0,00	5,46
32	740774	09/02/1980	Lucimari Araujo	0,90	0,90	4,90	6,70	2,50	5,44
33	742891	13/07/1978	Rosineide Brondani Weber	1,20	0,60	4,90	6,70	2,50	5,44
34	755060	23/02/1987	Monica De Costa	0,60	1,20	4,20	6,00	4,00	5,40
35	752048	25/07/1996	Tamiris Sorato Vitkoski	1,50	0,60	5,60	7,70	0,00	5,39
36	754589	23/08/1980	Karem Regina De Souza Coimbra	0,30	0,30	7,00	7,60	0,00	5,32
37	741760	16/07/1995	Tainara Maximiano Goulart	0,60	0,30	5,60	6,50	2,50	5,30
38	743698	07/06/1997	Karolaine Inacio Da Silveira	0,30	0,90	6,30	7,50	0,00	5,25
39	745618	23/05/1989	Josiane Tresi Xavier	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
40	752623	27/05/1994	Joice Scarpato	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

41	753072	09/05/1997	Jaine Rezin Gonçalves	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
42	739819	08/05/1982	Silvana Goulart	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
43	741805	16/01/1993	Agnes Casagrande	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
44	743667	13/05/1995	Giani Feliciano Joaquim	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
45	757358	01/11/1995	Gabriela Pereira Viana	0,60	0,60	5,60	6,80	1,50	5,21
46	741321	11/07/1984	Juliana Silva Mello	0,60	1,20	5,60	7,40	0,00	5,18
47	740440	05/06/1999	Mariana De Jesus Dandolini	0,90	0,90	4,90	6,70	1,50	5,14
48	742621	10/07/1998	Fernanda Dos Santos Antunes	0,30	0,30	6,30	6,90	1,00	5,13
49	751217	04/08/1953	Albertina Maria Vieira	0,60	0,30	4,90	5,80	3,50	5,11
50	746472	17/10/1999	Camila Dos Santos Jacinto	0,60	0,60	5,60	6,80	1,00	5,06
51	747536	17/01/1980	Maristela Torquato Da Silva	0,90	0,00	6,30	7,20	0,00	5,04
52	744509	29/07/1992	Vanessa Bueno De Melo Venancio	0,60	0,60	4,90	6,10	2,50	5,02
53	754612	13/05/1984	Sabrina Martins	0,60	0,90	5,60	7,10	0,00	4,97
54	742664	25/05/1992	Janaina Zacarias	0,90	0,60	5,60	7,10	0,00	4,97
55	745663	16/01/1970	Maria Simoni Guollo	0,90	0,00	4,90	5,80	3,00	4,96
56	754666	10/10/1987	Dulcinea Felicidade Clarinda	0,30	0,60	4,90	5,80	2,50	4,81
57	742486	07/11/1990	Vanessa Correia Garcia	0,30	0,60	4,90	5,80	2,50	4,81
58	744110	04/09/1991	Camila Francisco Pinto	0,60	0,30	4,90	5,80	2,50	4,81
59	746768	23/07/1976	Marcia Simao Santhiago	0,30	0,30	5,60	6,20	1,50	4,79
60	747746	09/10/1985	Cristiane Anacleto Biava	0,30	0,90	5,60	6,80	0,00	4,76
61	745776	29/08/1997	Thalia Marques Vicente	0,60	0,60	5,60	6,80	0,00	4,76
62	739881	26/10/1995	Natiele De Matos Rosa	0,90	0,30	5,60	6,80	0,00	4,76
63	743525	28/10/1992	Michele Aparecida Cesconetto	0,30	0,90	4,90	6,10	1,50	4,72
64	742315	18/02/1981	Solange Oliveira Hahn	0,60	0,00	4,20	4,80	4,50	4,71
65	742931	30/08/1987	Morgana Alves Siberino	0,90	0,90	4,90	6,70	0,00	4,69
66	746802	25/04/1994	Kamyla Rosso	0,60	0,00	5,60	6,20	1,00	4,64
67	741165	01/09/1977	Mineia Cunha	0,60	0,00	4,90	5,50	2,50	4,60
68	750415	10/01/1970	Dorilda Scahauskoski	0,30	0,60	5,60	6,50	0,00	4,55
69	740849	03/02/1989	Aline Borges Alves	0,30	0,60	4,90	5,80	1,50	4,51





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

70	755079	16/04/1988	Jordana Ferrarezi		0,60	0,90	4,90	6,40	0,00	4,48
71	753926	27/02/1990	Mariane Melo Da Rosa		0,30	0,30	5,60	6,20	0,00	4,34
72	742719	07/09/1993	Tamiris Moraes Serafin		0,60	0,00	5,60	6,20	0,00	4,34
73	749957	20/03/1998	Morgana Cardozo		0,60	0,00	5,60	6,20	0,00	4,34
74	742211	16/07/1980	Claudia Fabiana Da Silva Machado		0,60	0,00	4,90	5,50	1,50	4,30
75	753922	18/06/1983	Mariana Burigo De Menech		0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
76	750841	31/01/1991	Gizelli Kemper		0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
77	756229	24/06/1991	Janeti Fernandes Kasmierchki		0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
78	752028	21/08/1998	Mislaine Elias Da Silva		0,90	0,30	4,20	5,40	1,50	4,23
79	747882	02/07/1991	Monique De Oliveira Schmitz		0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
80	750033	18/01/1979	Jamília Duarte Felisbino		0,60	0,90	4,20	5,70	0,00	3,99
81	753772	08/12/1966	Soraia Tavares		0,90	0,60	4,20	5,70	0,00	3,99
82	750752	26/01/1975	Adriana Pereira De Castro Da Costa		1,20	0,30	4,20	5,70	0,00	3,99
83	752412	18/06/1973	Silvana Marlene Pinto Da Silveira		0,00	0,60	4,90	5,50	0,00	3,85
84	745760	06/05/1977	Simone Silveira Dos Santos De Avila		0,30	0,30	4,90	5,50	0,00	3,85
85	751865	10/03/1979	Juliana Teixeira De Souza		0,30	0,30	4,20	4,80	1,50	3,81
86	750981	24/03/1990	Gabriela Cardoso		0,60	0,60	4,20	5,40	0,00	3,78
87	753222	10/11/1966	Andrea Geni Laureano Do Canto		0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
88	753994	23/07/1978	Mislaine Bressan Da Luz Scapin		0,30	0,00	4,90	5,20	0,00	3,64
89	750584	14/02/1979	Ariany Sales		0,60	0,00	3,50	4,10	2,50	3,62
90	745889	11/02/1999	Giovane Borges		0,60	0,30	4,20	5,10	0,00	3,57
91	741925	19/07/1999	Karoline Abrao Vieira		0,90	0,00	4,20	5,10	0,00	3,57
92	742251	30/01/1999	Jaqueline Farias Caetano		0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
93	744019	05/05/1999	Karolayni Da Silva Ponciano Serafim		0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
94	745037	01/11/1978	Janaina Crepaldi Cesca		0,90	0,30	3,50	4,70	0,00	3,29
95	749599	19/11/1986	Gabriela Bertoldo Alfredo		0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
96	757300	31/05/1998	Rafaela Melo Goulart		0,90	0,30	0,70	1,90	0,00	1,33





**ESTADODESANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Artes (Infantil ao 9º ano) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	749419	23/04/1971	Fabiana Casagrande	1,20	1,20	5,60	8,00	8,50	8,15
2	747043	12/06/1964	Djalma Araujo	0,90	1,20	6,30	8,40	7,50	8,13
3	750284	28/09/1988	Keli Bortolin Salvan	0,90	1,50	5,60	8,00	7,50	7,85
4	745947	20/11/1984	Claudia Mara De Souza Oliveira	0,90	0,60	6,30	7,80	7,50	7,71
5	756134	10/10/1989	Andreza Pereira	0,60	0,60	4,90	6,10	7,50	6,52
6	742985	03/04/1987	Alini Cardoso De Souza	0,60	0,00	4,90	5,50	8,50	6,40
7	747071	30/10/1966	Adriana Aparecida Henfrain Guollo	1,20	0,60	3,50	5,30	8,50	6,26
8	740030	20/02/1979	Rodrigo Cardoso	0,90	0,90	3,50	5,30	7,00	5,81
9	744177	17/11/1989	Suelen Guessi Mendes	0,30	0,30	4,90	5,50	5,50	5,50
10	751523	07/11/1989	Naiara Rinaldi Elias	0,30	1,20	3,50	5,00	6,50	5,45
11	745226	05/01/1995	Sheila de Souza Brígido	0,60	0,30	5,60	6,50	2,00	5,15
12	741851	07/08/1982	Daiana De Borba Cruz	0,90	1,50	4,90	7,30	0,00	5,11
13	741783	11/08/1995	Mirella Dos Santos Da Silva	0,60	1,20	3,50	5,30	3,50	4,76
14	749560	03/02/1980	Valdice Felisbino Vieira Boschetto	0,60	0,90	2,80	4,30	5,50	4,66
15	753882	13/01/1993	Katia Teixeira Cardoso	0,30	0,00	3,50	3,80	6,50	4,61
16	750833	31/01/1991	Gizelli Kemper	0,60	0,60	4,20	5,40	2,00	4,38
17	745761	17/12/1982	Patricia Da Rosa Santos	0,60	0,90	4,20	5,70	0,00	3,99
18	741879	19/05/1986	Francielle Diana Rocha	0,30	0,90	2,10	3,30	4,50	3,66
19	757284	03/04/1990	Giovane Rabello Cardoso	0,30	0,90	3,50	4,70	1,00	3,59
20	742007	01/08/1968	Apolonia Feliciano Serafim	0,30	0,60	2,10	3,00	0,00	2,10

**Professor Artes (Infantil ao 9º ano) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	746464	29/07/1983	Suziane Bortolon Goncalves Sartor	0,60	0,30	6,30	7,20	0,00	5,04





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

2	757852	25/05/1959	Waldir Souza Nunes	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
3	756231	24/06/1991	Janeti Fernandes Kasmierchcki	0,60	0,60	2,80	4,00	2,50	3,55

**Professor Ciências 6º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	757311	18/10/1980	Edna Da Silva Constantino	1,20	0,60	6,30	8,10	7,50	7,92
2	758094	12/11/1991	Tamiris Francisco	0,60	0,90	7,00	8,50	6,50	7,90
3	752381	12/06/1991	Monica Citadin	1,20	0,90	5,60	7,70	7,00	7,49
4	745530	21/01/1962	Janete Silvano Cardozo	0,60	0,60	5,60	6,80	8,50	7,31
5	748646	22/02/1990	Veridiana Robetti	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22
6	741817	29/06/1990	Mirian Da Silva Alessio	0,60	0,90	5,60	7,10	6,50	6,92
7	753823	09/12/1985	Nelma De Aguiar D'Agostin	0,60	0,30	6,30	7,20	6,00	6,84
8	743091	09/05/1983	Marcel Madeira De Costa	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
9	751094	31/05/1985	Patricia Aguiar	0,60	0,30	5,60	6,50	4,50	5,90
10	746248	28/07/1983	Karoline Masiero Dos Santos	0,90	1,20	4,90	7,00	2,00	5,50
11	746204	08/06/1953	Flavio Teixeira	0,30	0,30	4,20	4,80	7,00	5,46
12	748957	04/01/1969	Soraia Bitencourt Dallo	1,20	0,60	3,50	5,30	5,50	5,36
13	748811	05/02/1980	Ramon Mrotskoski	0,90	0,90	2,80	4,60	7,00	5,32
14	742888	07/12/1990	Adriele De Carvalho Goulart Campos	0,30	0,00	4,20	4,50	6,00	4,95
15	740200	19/04/1993	Franciele De Souza	0,90	0,30	3,50	4,70	4,50	4,64
16	751429	06/10/1989	Karina Stefani Ferreira	0,60	0,30	2,80	3,70	5,00	4,09

**Professor Ciências 6º ao 9º ano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	757302	29/09/1994	Nicolli Domingues Napolini	0,90	0,90	4,90	6,70	0,00	4,69





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMACA**

**Professor Educação Especial - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	754183	28/09/1988	Keli Bortolin Salvan	0,90	1,50	6,30	8,70	7,50	8,34
2	755460	30/03/1978	Juliana Pepler Pacheco	0,90	1,20	5,60	7,70	8,50	7,94
3	754922	24/01/1991	Priscila Maria Inez De Souza	0,60	0,30	6,30	7,20	7,50	7,29
4	751659	27/01/1966	Geni Vargas Costa	0,60	0,30	6,30	7,20	7,00	7,14
5	755465	22/02/1984	Daiane Ricardo Coelho	1,20	0,90	5,60	7,70	5,50	7,04
6	745527	17/12/1967	Mabel Aparecida Costa	0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
7	755000	06/04/1972	Simone Andrea Correia	0,30	0,30	4,20	4,80	8,50	5,91
8	740477	23/09/1985	Edineia Filastro	0,60	0,60	4,20	5,40	6,50	5,73
9	755443	01/11/1983	Aurea Ricardo Garcia Bitencourt	0,90	1,20	2,80	4,90	7,50	5,68
10	750446	31/07/1991	Jaquerli Boaventura Nandi	0,90	0,60	5,60	7,10	2,00	5,57
11	751085	30/06/1965	Albani Martins Silva	0,60	0,30	4,90	5,80	1,50	4,51

**Professor Educação Especial - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	751520	27/10/1970	Vania Goulart Roberto Dos Santos	0,30	0,90	4,20	5,40	6,50	5,73

**Professor Educação Especial/LIBRAS - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	752700	23/07/1989	Anderson Henfrain Guollo	0,60	1,20	4,90	6,70	7,50	6,94
2	741297	03/03/1984	Sabrina De Almeida Henfrain	0,90	0,30	3,50	4,70	8,50	5,84





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMÇA**

**Professor Educação Especial/LIBRAS - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	754660	10/10/1987	Dulcinea Felicidade Clarinda	0,30	0,60	4,90	5,80	2,50	4,81
2	752758	02/01/1991	Andriele Geremias	0,30	0,90	5,60	6,80	0,00	4,76
3	742686	06/08/1982	Graziela Lazzaris David	0,60	0,00	4,20	4,80	0,00	3,36

**Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	745524	03/02/1988	Simone Pinheiro De Souza	0,90	0,90	7,00	8,80	7,50	8,41
2	748068	27/05/1976	Eugenio Fieira Junior	0,90	0,90	6,30	8,10	8,50	8,22
3	757915	24/10/1989	Franciele Da Rosa Lidorio	0,60	0,90	6,30	7,80	8,50	8,01
4	750692	21/12/1991	Adriano Da Rocha Cechinel	1,20	1,20	5,60	8,00	7,50	7,85
5	744058	27/02/1990	Isabela Natal Milak	0,00	1,20	7,00	8,20	6,50	7,69
6	747676	24/03/1990	Bruna Leaci Dagostin Simon	1,20	1,50	4,90	7,60	7,50	7,57
7	747391	03/03/1988	Lais Tiscoski Da Silva	1,20	1,20	4,90	7,30	7,50	7,36
8	742607	02/12/1989	Camila Silveira Jose	0,90	1,20	4,90	7,00	7,50	7,15
9	741877	08/05/1985	Giovane Dieckes Nunes	0,90	0,60	5,60	7,10	6,50	6,92
10	749410	16/05/1977	Juceli Formanski	0,90	0,90	4,90	6,70	7,00	6,79
11	744066	17/02/1987	Ediane Macedo Recco	0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
12	741917	22/12/1989	Douglas Ugioni Marques de Souza	0,90	0,30	4,90	6,10	7,50	6,52
13	742317	19/04/1995	Jhenifer De Almeida Bernardo	1,20	0,30	5,60	7,10	5,00	6,47
14	741789	11/11/1990	Eduarda Espindola	0,60	0,60	4,90	6,10	6,50	6,22
15	740562	07/04/1994	Guilherme Fretta	0,60	1,20	4,90	6,70	5,00	6,19
16	747788	06/08/1987	Lucas Camargo	0,90	0,90	4,90	6,70	5,00	6,19
17	741961	17/11/1990	Danieli Viel De Oliveira	0,90	0,30	4,20	5,40	7,50	6,03





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

18	745864	15/12/1989	Lucas De Souza Goulart	0,90	0,90	3,50	5,30	7,50	5,96
19	754063	27/09/1991	Elen Cristina Soratto	0,30	0,60	5,60	6,50	4,50	5,90
20	741314	01/03/1976	Marli Almerindo Martins Taufembach	0,90	0,90	2,80	4,60	8,50	5,77
21	741888	01/07/1986	Denisia Checluski Foizer	0,90	0,30	4,90	6,10	4,50	5,62
22	752291	16/04/1993	Maysa Pereira Soares Locks	0,30	0,60	5,60	6,50	3,50	5,60
23	745449	30/09/1991	Josias Pavanati Lopes	0,90	0,60	4,20	5,70	5,00	5,49
24	745612	18/09/1988	Gabriela Cancellier	1,20	0,60	2,80	4,60	7,50	5,47
25	754127	03/04/1991	Ademir Vargas Filho	0,60	1,20	4,20	6,00	3,00	5,10
26	751900	14/05/1991	Renato Porto	1,20	1,20	4,20	6,60	1,50	5,07
27	743555	23/02/1995	Rafaela Bitencourt Thomaz	0,60	0,90	5,60	7,10	0,00	4,97
28	753359	26/05/1993	Filipe Fernandes Pacheco	0,60	0,60	5,60	6,80	0,00	4,76
29	741979	10/09/1982	Rosane Vilarino Da Silva	0,30	0,90	4,20	5,40	3,00	4,68
30	756311	21/02/1989	Camila Joaquim Da Silva	0,30	0,90	4,20	5,40	3,00	4,68
31	751759	12/12/1979	Rosimeri Dos Reis Salvalaio	0,90	0,90	2,10	3,90	6,50	4,68
32	744250	22/01/1982	Lielson Feltrin Rosa	0,60	1,20	3,50	5,30	3,00	4,61
33	754312	09/06/1991	Isadora Martins Concer	0,30	0,00	3,50	3,80	6,50	4,61
34	753885	05/09/1987	Graziele Dos Santos Da Rosa	0,90	0,60	4,90	6,40	0,00	4,48
35	755858	30/11/1993	Leandro Martins Leacina	1,20	0,60	4,20	6,00	0,50	4,35
36	752736	11/02/1990	Karen Bortolin Salvan	0,60	0,30	2,10	3,00	7,50	4,35
37	750680	20/05/1977	Silvana Alves De Lima	0,60	0,00	5,60	6,20	0,00	4,34
38	757305	12/07/1990	Renan Goncalves Sebastiao	0,30	1,50	4,20	6,00	0,00	4,20
39	747874	14/04/1986	Carlos Sweder De Rocchi Venerio	0,90	0,30	2,80	4,00	4,00	4,00
40	743934	05/04/1979	Danilo Lopes Nasario	0,60	0,60	4,20	5,40	0,00	3,78
41	754396	04/10/1993	Lucas Lopes	0,60	1,20	3,50	5,30	0,00	3,71
42	758186	11/08/1984	Diego Jeremias	0,60	1,20	2,80	4,60	0,00	3,22
43	743053	20/11/1995	Mariane Rodrigues Albano	0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
44	755936	06/01/1994	Jessica Cardoso Rabelo	0,30	0,30	2,80	3,40	0,00	2,38





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAAÇA**

Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	751170	29/07/1997	Rafael Gabriel De Costa	0,60	1,20	4,90	6,70	3,50	5,74
2	747693	17/03/1995	Amanda Ferreira Inacio	0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
3	753812	14/02/1972	Alexandre Rigo	0,30	0,90	4,20	5,40	0,00	3,78
4	742935	12/10/1995	Juliana Darc Ribeiro Dos Santos	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
5	753959	31/05/1998	Rafaela Melo Goulart	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80

Professor Educação Infantil (Creches/Pré-Escola) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	743702	21/01/1974	Edna Burigo	0,60	1,20	6,30	8,10	8,50	8,22
2	748388	28/11/1994	Jessica Sartor Teixeira De Souza	1,20	1,20	6,30	8,70	6,50	8,04
3	756153	16/01/1982	Juliana D'A Agostin	0,60	0,90	6,30	7,80	8,50	8,01
4	749135	10/11/1977	Aleckssandra Vivian Dos Santos	0,90	0,30	6,30	7,50	8,50	7,80
5	739853	22/12/1977	Silvia Lucia Felizardo Mendonca	0,60	0,90	6,30	7,80	7,50	7,71
6	751792	12/04/1987	Antonina Geni Souza Dos Santos	0,90	0,60	6,30	7,80	7,50	7,71
7	754005	08/08/1992	Luana Souza Hespanhol	0,30	0,90	7,00	8,20	6,00	7,54
8	742669	14/05/1974	Mirtiz Guglielmi Bez Fontana	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
9	747858	02/02/1981	Josiane Santos Da Silva	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
10	751753	30/11/1984	Daiane Marangoni Baesso	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
11	752205	11/04/1971	Laurenice Manoel Mariano Pelizzari	0,60	0,60	6,30	7,50	7,50	7,50
12	755417	30/03/1978	Juliana Pepler Pacheco	0,90	1,20	4,90	7,00	8,50	7,45
13	741845	26/12/1981	Lidiane Goncalves De Souza Lansone	1,20	0,90	4,90	7,00	8,50	7,45
14	746616	31/01/1980	Graziela Silveira Goudinho	0,90	0,90	5,60	7,40	7,50	7,43
15	754616	03/02/1969	Adenir Teixeira	0,90	0,30	5,60	6,80	8,50	7,31
16	754725	02/01/1959	Neura Silveira Bez Fontana	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

17	755801	11/02/1969	Valquiria Neves Estacio	0,60	0,60	6,30	7,50	6,50	7,20
18	749217	11/08/1989	Suzana Da Silva	1,20	0,90	4,90	7,00	7,50	7,15
19	745752	03/03/1987	Aline Costa Fernandes	0,60	1,20	5,60	7,40	6,50	7,13
20	750317	26/09/1972	Maria Lucas Fernandes Teixeira	1,20	0,60	5,60	7,40	6,50	7,13
21	751270	12/10/1968	Katia Aparecida Duarte Machado Niero	0,30	0,60	5,60	6,50	8,50	7,10
22	753132	31/01/1983	Andreza Amorim	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
23	752921	23/12/1983	Adriana Baesso Da Silva	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
24	747473	22/07/1976	Rubia Zaccaron Recco Magagnin	1,20	0,30	4,90	6,40	8,50	7,03
25	740601	18/09/1986	Cintia Generoso Pacheco	0,30	0,90	5,60	6,80	7,50	7,01
26	755306	22/03/1986	Luana Mendes Da Silva	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
27	753781	22/11/1989	Bruno Pereira Rocha	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
28	749614	16/01/1992	Joelma Da Silva	0,60	0,60	5,60	6,80	7,50	7,01
29	749785	06/08/1981	Sandra Fontanela	0,90	0,30	5,60	6,80	7,50	7,01
30	749542	03/06/1991	Silvia Rosinete Miguel Teixeira	0,90	0,30	5,60	6,80	7,50	7,01
31	753973	19/02/1985	Graziela Cittadin	0,90	0,90	5,60	7,40	6,00	6,98
32	743618	06/11/1995	Silvana Miguel Duarte	0,90	1,20	4,90	7,00	6,50	6,85
33	744756	12/11/1986	Renata Marcelo Da Silva	1,20	0,90	4,90	7,00	6,50	6,85
34	740748	11/11/1981	Micheli Golombieski Bertan	0,90	0,30	4,90	6,10	8,50	6,82
35	740888	30/11/1985	Maykon Da Silva Goulart	1,20	0,00	4,90	6,10	8,50	6,82
36	746650	07/05/1986	Simoni Quirino Tuan	0,30	0,60	5,60	6,50	7,50	6,80
37	743809	30/11/1980	Marilene Rosa De Oliveira Pacagnan	0,90	0,60	5,60	7,10	6,00	6,77
38	747157	18/08/1987	Juliana Laurindo Da Silva	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
39	745980	17/10/1988	Daiane Aparecida Pereira Luza	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
40	752831	19/10/1990	Erica Cruz Ferreira	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
41	753820	25/10/1994	Tatiana Serafim Miguel	0,60	0,60	5,60	6,80	6,50	6,71
42	751966	12/06/1978	Raquel Arceno De Souza	0,30	0,60	6,30	7,20	5,50	6,69
43	751833	19/08/1991	Maiara Soares Candido	1,20	0,90	4,20	6,30	7,50	6,66
44	751849	23/06/1985	Josiane Konzen Salvalaio	0,90	0,90	4,90	6,70	6,50	6,64
45	749871	05/03/1983	Regiani Leopoldina Cardoso	1,20	0,60	4,90	6,70	6,50	6,64





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

46	749081	19/07/1980	Marinete Zisinio Sacon		0,90	0,60	5,60	7,10	5,50	6,62
47	740575	26/09/1988	Tatiane Cardoso Custodio		0,90	0,60	5,60	7,10	5,50	6,62
48	753009	06/04/1967	Maria Silveira Borges		0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
49	743587	11/02/1968	Vanilde Frasson Debiasi		0,60	0,30	4,90	5,80	8,50	6,61
50	752029	12/05/1984	Andreia Cardoso Fernandes		0,30	0,30	5,60	6,20	7,50	6,59
51	752293	29/10/1987	Luana Gislou		0,30	0,30	5,60	6,20	7,50	6,59
52	746941	23/01/1987	Ariana Dimas Emerenciano		0,60	0,60	5,60	6,80	6,00	6,56
53	753623	01/12/1982	Fabia Demetrio Quagliotto		0,90	0,30	5,60	6,80	6,00	6,56
54	751462	27/09/1977	Fabiani Tartari		0,30	0,90	4,90	6,10	7,50	6,52
55	754552	05/02/1988	Deise Silvana Custodio Fernandes		0,90	0,30	4,90	6,10	7,50	6,52
56	740930	17/10/1985	Jhanifer Ezequiel Pacheco		1,20	0,30	4,90	6,40	6,50	6,43
57	753634	12/01/1996	Suelen Jung Pedro		1,20	0,30	4,90	6,40	6,50	6,43
58	747426	19/09/1983	Damiana Bertan Rocha		0,60	1,50	4,90	7,00	5,00	6,40
59	755002	06/04/1972	Simone Andrea Correia		0,30	0,30	4,90	5,50	8,50	6,40
60	742981	03/04/1987	Alini Cardoso De Souza		0,60	0,00	4,90	5,50	8,50	6,40
61	740297	20/09/1974	Loumax Cristiane Machado		0,30	0,00	5,60	5,90	7,50	6,38
62	743812	04/03/1981	Vanessa Zanini Formanski		0,90	0,30	4,20	5,40	8,50	6,33
63	751592	22/11/1992	Monique Geremias Da Silva		0,90	0,60	5,60	7,10	4,50	6,32
64	754227	30/03/1983	Dangela De Jesus Raick		0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
65	742236	01/07/1983	Juliana Albani Salvan		0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
66	754923	24/01/1991	Priscila Maria Inez De Souza		0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
67	753849	22/03/1980	Monica Gomes Marcos		0,60	1,20	4,20	6,00	7,00	6,30
68	747713	08/03/1984	Adriana Nunes Silveira		0,90	0,60	4,90	6,40	6,00	6,28
69	753663	01/07/1981	Juliane Henfrain Maragno		1,20	0,30	4,90	6,40	6,00	6,28
70	757378	21/02/1982	Karina Gabriel Guollo		0,60	0,60	4,90	6,10	6,50	6,22
71	752157	12/11/1983	Tatiani Patricio Rebelo		0,60	0,30	5,60	6,50	5,50	6,20
72	742092	03/05/1973	Jucileni Marangoni Costa		0,90	0,00	5,60	6,50	5,50	6,20
73	740479	23/09/1985	Edineia Filastro		0,60	1,20	4,20	6,00	6,50	6,15
74	752416	18/06/1973	Silvana Marlene Pinto Da Silveira		0,30	0,60	4,20	5,10	8,50	6,12





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

75	749952	10/02/1974	Miranda Cascaes Pereira		0,60	0,30	4,20	5,10	8,50	6,12
76	747128	18/01/1989	Fernanda Bieger		1,20	0,90	4,90	7,00	4,00	6,10
77	753971	10/01/1970	Marilza Teixeira De Souza		0,30	0,30	4,90	5,50	7,50	6,10
78	751806	11/09/1987	Silvana Teixeira Rocha		0,60	0,60	4,90	6,10	6,00	6,07
79	756372	07/05/1984	Talita Cruz Da Silva Teixeira		0,90	0,30	4,90	6,10	6,00	6,07
80	739998	30/05/1985	Viviane Da Soler		0,90	0,30	4,90	6,10	6,00	6,07
81	740325	18/10/1984	Maria Terezinha Pinheiro		0,90	0,60	3,50	5,00	8,50	6,05
82	754825	25/04/1979	Senilde Mendes Vital		0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
83	743859	31/07/1981	Regiane Frasson		0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
84	750971	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend		0,90	0,90	3,50	5,30	7,50	5,96
85	752841	13/02/1976	Simone Espindola Salgado		0,90	0,60	4,20	5,70	6,50	5,94
86	747293	09/08/1984	Janaina Teixeira De Souza Eduardo		0,90	1,20	3,50	5,60	6,50	5,87
87	757193	11/10/1991	Sueine Da Silva Goncalves		0,60	0,60	6,30	7,50	2,00	5,85
88	749744	12/06/1971	Geovana Maria De Bitencourt		0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
89	755012	21/05/1979	Rosangela Wagner		0,60	0,30	4,20	5,10	7,50	5,82
90	749825	21/10/1991	Rosicleia Cardoso Rocha		0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
91	755819	08/03/1982	Regina Cardoso Formentin		0,60	0,60	4,90	6,10	5,00	5,77
92	753734	20/01/1980	Patricia Buzzo Rovida		0,90	0,30	4,90	6,10	5,00	5,77
93	754602	29/05/1983	Mariza Sartor		0,60	1,20	2,80	4,60	8,50	5,77
94	746950	10/06/1978	Lislaine Bertan Pacheco		1,20	0,60	2,80	4,60	8,50	5,77
95	750433	23/03/1987	Fabiana Pereira Rodrigues		0,90	0,60	3,50	5,00	7,50	5,75
96	752712	05/09/1990	Sinara Maria Serafim		0,90	0,60	3,50	5,00	7,50	5,75
97	743704	12/03/1986	Paula Bitencourt Machado		0,60	0,60	4,20	5,40	6,50	5,73
98	752805	06/06/1991	Francieli Bonot		0,90	0,60	4,90	6,40	4,00	5,68
99	740704	29/04/1989	Mayara Castro Da Costa Mazzuco		0,60	1,20	6,30	8,10	0,00	5,67
100	747900	28/06/1987	Carolina De Costa Mazzuco		0,90	0,90	6,30	8,10	0,00	5,67
101	753740	28/09/1976	Sandra Gabriel Alves		0,90	1,50	4,20	6,60	3,50	5,67
102	745946	22/11/1971	Marilza Bitencourt Cavagnoli		0,60	0,30	4,20	5,10	7,00	5,67
103	750628	20/04/1994	Tamiris Da Silva De Souza		0,60	0,60	4,90	6,10	4,50	5,62





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

104	753115	21/11/1972	Julia Cristina Baptista Muller	0,90	0,60	5,60	7,10	2,00	5,57
105	750447	31/07/1991	Jaquerli Boaventura Nandi	0,90	0,60	5,60	7,10	2,00	5,57
106	747111	04/09/1979	Graziela Cizescki Machado	0,60	0,90	2,80	4,30	8,50	5,56
107	747336	07/06/1981	Giselli Demboski Floriano	0,90	0,60	2,80	4,30	8,50	5,56
108	753257	31/07/1995	Tayna Goncalves Pereira	0,90	0,90	4,20	6,00	4,50	5,55
109	751039	29/08/1978	Eliane Steff Cardoso	0,60	0,60	3,50	4,70	7,50	5,54
110	754266	23/08/1980	Valkiria Silva Floriano	0,60	0,60	3,50	4,70	7,50	5,54
111	743276	03/10/1984	Jadilene Rita Tomaz	0,60	0,60	3,50	4,70	7,50	5,54
112	747513	17/12/1976	Bernadete Rodrigues Maximo	0,60	0,30	4,20	5,10	6,50	5,52
113	740196	23/03/1985	Muriel Da Silva	0,90	0,30	4,90	6,10	4,00	5,47
114	750439	12/09/1975	Maritsa Tournier Tavares	0,30	1,20	6,30	7,80	0,00	5,46
115	742641	07/09/1992	Kelli Colodel Mota	0,60	0,90	3,50	5,00	6,50	5,45
116	753516	01/08/1987	Carla Bernardo Fernandes Garcia	0,60	0,60	4,20	5,40	5,50	5,43
117	751660	27/01/1966	Geni Vargas Costa	0,30	0,30	3,50	4,10	8,50	5,42
118	747148	03/06/1969	Vaedina Lopes Felisbino	0,60	0,00	3,50	4,10	8,50	5,42
119	748682	25/03/1975	Olivia Saul Ferreira De Freitas	0,60	0,30	4,20	5,10	6,00	5,37
120	753631	13/10/1985	Juliana Ronsani Rosso	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34
121	757224	05/07/1986	Raquel De Souza Campos	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34
122	752228	18/06/1973	Simoni Marlene Pinto	0,30	0,60	3,50	4,40	7,50	5,33
123	740893	14/03/1981	Elisiane De Moura Miguel	0,60	0,30	3,50	4,40	7,50	5,33
124	753577	10/11/1983	Joice Cipriano Crestani	0,60	0,30	3,50	4,40	7,50	5,33
125	741982	22/12/1986	Liziane Marcos Santos	0,60	0,30	3,50	4,40	7,50	5,33
126	753114	16/03/1987	Edimara Dalmolin	0,90	0,60	2,80	4,30	7,50	5,26
127	739936	26/01/1990	Fernanda Fregnani Da Silva	0,60	0,60	3,50	4,70	6,50	5,24
128	747041	20/05/1994	Carolina Dos Santos	0,60	0,60	3,50	4,70	6,50	5,24
129	740743	13/03/1967	Edina Osmarina Eduardo Fernandes	0,60	0,30	3,50	4,40	7,00	5,18
130	745204	17/10/1991	Priscila Teixeira Forgiarini	0,30	0,30	4,20	4,80	6,00	5,16
131	754938	25/06/1980	Daniela Ceni Burato	0,90	0,60	3,50	5,00	5,50	5,15
132	746148	10/06/1989	Tamires Inocente	0,30	0,30	3,50	4,10	7,50	5,12





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

133	752954	01/04/1985	Sibeli Martins		0,60	0,00	3,50	4,10	7,50	5,12
134	752313	17/11/1989	Suelen Guessi Mendes		0,30	0,30	4,20	4,80	5,50	5,01
135	739813	26/03/1989	Gabriela Cechinel		0,90	0,30	4,20	5,40	4,00	4,98
136	756245	12/07/1988	Deise Rodrigues Paes		0,90	0,60	5,60	7,10	0,00	4,97
137	753917	03/09/1991	Diandra Bertan		0,90	0,00	4,90	5,80	3,00	4,96
138	749645	14/06/1993	Talita Felisberto Rodrigues		0,30	0,30	5,60	6,20	2,00	4,94
139	754823	24/03/1990	Rogeria De Souza Ghisi		0,30	0,60	4,20	5,10	4,50	4,92
140	740219	21/09/1967	Rozane Paskievski		0,60	0,30	4,20	5,10	4,50	4,92
141	743635	30/07/1985	Elisangela Felisberto		0,60	0,90	4,20	5,70	3,00	4,89
142	746805	01/01/1966	Loecir Pereira Jung		0,90	0,90	2,80	4,60	5,50	4,87
143	742534	18/10/1979	Edilezia Cleria Alexandre Da Silva		0,90	0,90	2,80	4,60	5,50	4,87
144	747181	17/07/1961	Janice Martignago		0,60	0,60	2,10	3,30	8,50	4,86
145	747178	23/10/1980	Cyntia De Souza Teixeira		0,90	0,30	2,10	3,30	8,50	4,86
146	753633	29/05/1975	Barbara Pellegrin De Biasi		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
147	741334	06/03/1979	Cristiane Pereira De Castro		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
148	750266	08/02/1985	Gizelia Tizoni Pacheco Bonomi		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
149	752908	25/04/1973	Adriana Fernandes Pereira		0,30	0,90	4,20	5,40	3,50	4,83
150	757380	31/12/1995	Babila Da Costa Cardoso		0,90	0,30	4,20	5,40	3,50	4,83
151	743580	02/09/1979	Mislany Pacheco		0,60	0,60	5,60	6,80	0,00	4,76
152	742060	04/02/1995	Gesraeli De Souza Machado		0,90	0,30	5,60	6,80	0,00	4,76
153	754782	31/10/1985	Taise Cardoso Borges Eziquiel		0,30	0,00	4,90	5,20	3,50	4,69
154	754313	09/06/1991	Isadora Martins Concer		0,30	0,00	4,20	4,50	5,00	4,65
155	741298	03/03/1984	Sabrina De Almeida Henfrain		0,60	0,30	2,10	3,00	8,50	4,65
156	743646	10/11/1982	Lucineia Silveira Borges		0,30	0,30	2,80	3,40	7,50	4,63
157	752259	14/11/1993	Natara Joaquim Costa		0,60	0,30	4,20	5,10	3,50	4,62
158	743679	19/02/1985	Camila Da Soler Casagrande		0,90	0,30	2,80	4,00	6,00	4,60
159	753924	04/03/1972	Selma Souza		0,60	0,00	4,20	4,80	4,00	4,56
160	755771	15/08/1990	Juliana Silveira Martins		0,90	0,60	3,50	5,00	3,50	4,55
161	751893	06/05/1984	Gislaine Martins Elias		0,90	0,60	4,90	6,40	0,00	4,48





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

162	753846	30/03/1984	Renata Machado	0,30	0,00	3,50	3,80	6,00	4,46
163	750673	14/08/1985	Ellen Rodrigues Vergilio	0,60	0,30	3,50	4,40	4,50	4,43
164	755752	16/06/1993	Pamela Duminelli Frassetto	0,90	0,30	4,20	5,40	2,00	4,38
165	753651	17/07/1990	Gislaine de Souza	0,30	0,90	2,80	4,00	5,00	4,30
166	747166	07/09/1988	Isabela Zanatta Marques	0,90	0,90	0,70	2,50	8,50	4,30
167	752374	01/12/1995	Karini Da Silva Ponciano	0,90	0,60	4,20	5,70	1,00	4,29
168	744226	10/09/1976	Jeovana Bortolon	0,60	0,30	1,40	2,30	8,50	4,16
169	743193	21/04/1995	Maria Fernanda Francelino	0,60	0,30	3,50	4,40	3,50	4,13
170	754697	06/10/1983	Andressa De Souza Machado	0,60	0,60	2,10	3,30	6,00	4,11
171	755036	02/07/1986	Francisca De Lima Macedo	0,30	0,30	3,50	4,10	3,50	3,92
172	756135	14/08/1993	Maiara Maccari Gerhardt	0,30	0,30	3,50	4,10	3,50	3,92
173	755194	10/06/1971	Andrea Cristiane Fidelis Gregorio	0,60	0,30	1,40	2,30	7,50	3,86
174	751987	13/08/1971	Giovana Sebastiao	0,60	0,60	2,80	4,00	3,50	3,85
175	752679	22/05/1993	Gabriela Jung	0,30	0,90	4,20	5,40	0,00	3,78
176	750469	28/04/1977	Zulmara Alexandrino Fernandes Figueredo	0,60	0,60	4,20	5,40	0,00	3,78
177	751086	30/06/1965	Albani Martins Silva	0,60	0,60	3,50	4,70	1,50	3,74
178	751980	30/06/1988	Carla Correia Rocha	0,90	0,90	1,40	3,20	5,00	3,74
179	752711	04/05/1983	Morgana Vieira Cardoso Bernardino	0,90	0,90	3,50	5,30	0,00	3,71
180	753904	27/03/1974	Andrea Souza Bento	0,60	0,90	3,50	5,00	0,00	3,50
181	747864	04/01/1987	Vanessa Do Canto	1,20	0,30	3,50	5,00	0,00	3,50
182	746648	12/03/1993	Aline Ferreira Cardoso	0,30	0,90	3,50	4,70	0,00	3,29
183	750944	03/08/1993	Jessica Duarte Pacheco	0,30	0,60	2,10	3,00	3,00	3,00
184	749945	03/11/1978	Andreza Nunes Fretta Rosso	0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
185	744699	13/10/1988	Morgana Da Rosa Limas Zanetta	0,90	0,30	2,10	3,30	0,00	2,31
186	745331	15/10/1996	Camila Froder	0,90	0,30	2,10	3,30	0,00	2,31



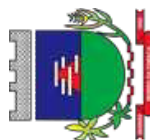


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMÇA**

**Professor Educação Infantil (Creches/Pré-Escola) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744086	18/09/1989	Aline Da Silva Machado	0,90	0,90	6,30	8,10	0,00	5,67
2	752120	05/08/1993	Beatriz Cardoso Fermiano	1,20	0,60	6,30	8,10	0,00	5,67
3	741567	07/06/1991	Jessica Tournier Warmling	0,90	0,90	5,60	7,40	1,50	5,63
4	743875	28/08/1983	Keli Peruchi Dordet Peres	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
5	747467	19/04/1992	Thais Soares Da Silva Dagostin	0,60	1,20	5,60	7,40	0,00	5,18
6	740737	10/03/1996	Laise Justino Ferreira	0,60	0,60	5,60	6,80	1,00	5,06
7	740775	09/02/1980	Lucimari Araujo	0,90	0,90	4,20	6,00	2,50	4,95
8	749430	15/08/1995	Emily Araujo Machado	0,90	0,90	4,20	6,00	2,00	4,80
9	754758	07/08/1994	Giselya Machado De Pieri	0,90	0,30	5,60	6,80	0,00	4,76
10	750555	26/02/1997	Cristiani Do Nascimento Coimbra	0,60	0,90	4,20	5,70	2,50	4,74
11	752846	20/06/1996	Grazieli Damski	0,60	0,60	4,90	6,10	1,50	4,72
12	744258	14/05/1986	Carine Pacheco Alves	0,90	0,90	4,90	6,70	0,00	4,69
13	752040	17/01/1980	Maristela Torquato Da Silva	0,90	0,00	5,60	6,50	0,00	4,55
14	741806	16/01/1993	Agnes Casagrande	0,60	0,90	4,20	5,70	1,50	4,44
15	742324	18/02/1981	Solange Oliveira Hahn	0,60	0,30	3,50	4,40	4,50	4,43
16	752325	15/01/1989	Rute Alves Fernandes Boaventura	0,00	0,30	2,80	3,10	7,50	4,42
17	755571	21/06/1997	Larissa De Oliveira	1,20	0,90	4,20	6,30	0,00	4,41
18	746534	01/05/1979	Lilian Novaski Faustino	0,30	0,60	4,90	5,80	1,00	4,36
19	741761	16/07/1995	Tainara Maximiano Goulart	0,60	0,30	4,20	5,10	2,50	4,32
20	744901	09/10/1985	Cristiane Anacleto Biava	0,30	0,90	4,90	6,10	0,00	4,27
21	750205	10/08/1992	Cleide Simao Scheffer	0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
22	741018	20/01/1984	Fernanda Ribeiro Da Silva	0,90	0,90	4,20	6,00	0,00	4,20
23	741287	21/12/1977	Maria Janice	0,60	0,60	3,50	4,70	2,50	4,04
24	754600	13/05/1984	Sabrina Martins	0,60	0,90	4,20	5,70	0,00	3,99
25	742677	25/05/1992	Janaina Zacarias	0,90	0,60	4,20	5,70	0,00	3,99
26	742178	09/09/1995	Adriana Rosa Candiotto	0,90	0,60	3,50	5,00	1,50	3,95





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMACA**

27	743777	18/08/1998	Michelle Cristhine Pereira Da Silva	0,30	0,60	4,20	5,10	0,00	3,57
28	747887	05/11/1988	Flavia De Morais Coelho	0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
29	751214	26/09/1982	Grasiela Laurindo Graciano Claro	1,20	0,90	2,80	4,90	0,00	3,43
30	742642	27/02/1990	Mariane Melo Da Rosa	0,60	0,00	4,20	4,80	0,00	3,36
31	750585	14/02/1979	Ariany Sales	0,60	0,30	2,80	3,70	2,50	3,34
32	756365	18/06/1983	Mariana Burigo De Menech	0,60	0,60	3,50	4,70	0,00	3,29
33	756113	19/02/1986	Cintia De Carvalho Pereira	0,90	0,30	3,50	4,70	0,00	3,29
34	748365	24/06/1967	Mara Verlaime Luz	0,60	0,30	3,50	4,40	0,00	3,08
35	750745	26/01/1975	Adriana Pereira De Castro Da Costa	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80
36	745041	01/11/1978	Janaina Crepaldi Cesca	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80
37	750982	24/03/1990	Gabriela Cardoso	0,30	0,60	2,80	3,70	0,00	2,59
38	747883	02/07/1991	Monique De Oliveira Schmitz	0,60	0,30	2,80	3,70	0,00	2,59
39	746825	21/02/1994	Ana Caroline Elias	0,60	0,90	2,10	3,60	0,00	2,52
40	744396	16/06/1989	Maria Aparecida Antonio Da Rosa	0,30	0,00	2,80	3,10	0,00	2,17
41	746720	21/10/1981	Helena landra Ferreira De Aguiar	0,90	0,60	1,40	2,90	0,00	2,03
42	747469	04/02/1996	Adriana Luiz Fernandes	0,00	0,60	2,10	2,70	0,00	1,89

**Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	746594	03/02/1969	Adenir Teixeira	0,90	0,30	7,00	8,20	8,50	8,29
2	757964	21/11/1973	Ingrid Rousseng Fortunato Martins	1,50	0,90	5,60	8,00	8,00	8,00
3	746612	31/01/1980	Grasiela Silveira Goudinho	0,90	0,90	6,30	8,10	7,50	7,92
4	740889	30/11/1985	Maykon Da Silva Goulart	1,20	0,00	6,30	7,50	8,50	7,80
5	743710	21/01/1974	Edna Burigo	0,60	1,20	5,60	7,40	8,50	7,73
6	747482	22/07/1976	Rubia Zaccaron Recco Magagnin	0,90	0,90	5,60	7,40	8,50	7,73
7	750440	12/09/1975	Maritsa Tournier Tavares	0,30	1,20	6,30	7,80	7,50	7,71
8	739854	22/12/1977	Silvia Lucia Felizardo Mendonca	0,60	0,90	6,30	7,80	7,50	7,71





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

9	745982	17/10/1988	Daiane Aparecida Pereira Luza	0,60	0,90	6,30	7,80	7,50	7,71
10	751683	26/11/1977	Rosemery Dagostin Frasson	0,90	1,50	4,90	7,30	8,50	7,66
11	742165	11/08/1989	Suzana Da Silva	1,20	0,90	5,60	7,70	7,50	7,64
12	751840	19/08/1991	Maiara Soares Candido	1,20	0,90	5,60	7,70	7,50	7,64
13	752030	12/05/1984	Andreia Cardoso Fernandes	0,30	0,30	7,00	7,60	7,50	7,57
14	751306	23/12/1983	Adriana Baesso Da Silva	0,90	0,60	5,60	7,10	8,50	7,52
15	755739	06/05/1980	Gisele Aparecida Pavanati Lopes	0,60	1,50	4,90	7,00	8,50	7,45
16	746686	06/10/1979	Jaqueline Tuon	0,90	1,20	4,90	7,00	8,50	7,45
17	748403	28/11/1994	Jessica Sartor Teixeira De Souza	0,90	1,20	5,60	7,70	6,50	7,34
18	740462	11/12/1979	Esperanca Fernandes Jacinto Possamai Della	0,90	0,30	5,60	6,80	8,50	7,31
19	740758	11/11/1981	Micheli Golombieski Bertan	0,90	0,30	5,60	6,80	8,50	7,31
20	744145	11/12/1965	Saete Goulart	0,90	0,90	4,90	6,70	8,50	7,24
21	741881	30/04/1973	Fabia Cristina De Quadra	1,20	0,60	4,90	6,70	8,50	7,24
22	755015	21/05/1979	Rosangela Wagner	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22
23	750434	23/03/1987	Fabiana Pereira Rodrigues	0,90	0,60	5,60	7,10	7,50	7,22
24	750053	28/10/1969	Rosane Aparecida Simao Da Rosa	0,30	0,00	6,30	6,60	8,50	7,17
25	757304	11/02/1969	Valquiria Neves Estacio	0,90	0,90	5,60	7,40	6,50	7,13
26	751273	12/10/1968	Katia Aparecida Duarte Machado Niero	0,30	0,60	5,60	6,50	8,50	7,10
27	752315	29/10/1987	Luana Gislon	0,30	0,30	6,30	6,90	7,50	7,08
28	753862	22/03/1980	Monica Gomes Marcos	0,60	0,90	5,60	7,10	7,00	7,07
29	755428	22/02/1984	Daiane Ricardo Coelho	1,20	0,90	5,60	7,70	5,50	7,04
30	756150	16/01/1982	Juliana D'Agostin	0,60	0,90	4,90	6,40	8,50	7,03
31	747880	02/02/1981	Josiane Santos Da Silva	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
32	753126	31/01/1983	Andreza Amorim	0,90	0,60	4,90	6,40	8,50	7,03
33	754553	05/02/1988	Deise Silvana Custodio Fernandes	0,90	0,30	5,60	6,80	7,50	7,01
34	750972	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend	0,90	0,90	4,90	6,70	7,50	6,94
35	746660	06/11/1995	Silvana Miguel Duarte	0,60	0,90	5,60	7,10	6,50	6,92
36	755585	12/08/1981	Daiani Honorato Piva	0,30	0,90	4,90	6,10	8,50	6,82
37	751490	27/09/1977	Fabiani Tartari	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

38	747164	18/08/1987	Juliana Laurindo Da Silva	0,60	0,90	4,90	6,40	7,50	6,73
39	755799	16/03/1966	Mara Regina Francisco Mota	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
40	751805	12/04/1987	Antonina Geni Souza Dos Santos	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
41	749556	03/06/1991	Silvia Rosinete Miguel Teixeira	0,90	0,60	4,90	6,40	7,50	6,73
42	751852	23/06/1985	Josiane Konzen Salvalaio	0,90	0,90	4,90	6,70	6,50	6,64
43	749882	05/03/1983	Regiani Leopoldina Cardoso	1,20	0,60	4,90	6,70	6,50	6,64
44	749095	19/07/1980	Marinete Zisinio Saccon	0,90	0,60	5,60	7,10	5,50	6,62
45	747130	18/01/1989	Fernanda Bieger	1,20	0,90	5,60	7,70	4,00	6,59
46	753978	10/01/1970	Marilza Teixeira De Souza	0,30	0,30	5,60	6,20	7,50	6,59
47	756376	07/05/1984	Talita Cruz Da Silva Teixeira	0,90	0,30	5,60	6,80	6,00	6,56
48	750747	17/07/1984	Queila De Almeida Simoes Zanatta	0,90	0,60	4,20	5,70	8,50	6,54
49	751045	29/08/1978	Eliane Steff Cardoso	0,60	0,60	4,90	6,10	7,50	6,52
50	749840	06/08/1981	Sandra Fontanela	0,90	0,30	4,90	6,10	7,50	6,52
51	753974	19/02/1985	Graziela Cittadin	0,90	0,90	4,90	6,70	6,00	6,49
52	750318	26/09/1972	Maria Lucas Fernandes Teixeira	0,90	0,60	4,90	6,40	6,50	6,43
53	752310	13/02/1976	Simone Espindola Salgado	0,90	0,60	4,90	6,40	6,50	6,43
54	740920	17/10/1985	Jhanifer Ezequiel Pacheco	1,20	0,30	4,90	6,40	6,50	6,43
55	757247	19/09/1983	Damiana Bertan Rocha	0,60	1,50	4,90	7,00	5,00	6,40
56	745205	17/10/1991	Priscila Teixeira Forgiarini	0,30	0,60	5,60	6,50	6,00	6,35
57	740576	26/09/1988	Tatiane Cardoso Custodio	1,20	0,60	4,90	6,70	5,50	6,34
58	752883	14/11/1980	Alexandra Frello Frasson	0,90	0,30	4,20	5,40	8,50	6,33
59	746657	07/05/1986	Simoni Quirino Tuan	0,30	0,60	4,90	5,80	7,50	6,31
60	745399	01/07/1983	Juliana Albani Salvan	0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
61	749651	16/01/1992	Joelma Da Silva	0,60	0,30	4,90	5,80	7,50	6,31
62	751064	06/06/1977	Eliane Sartor Pacheco	0,90	0,90	4,20	6,00	7,00	6,30
63	747073	30/10/1966	Adriana Aparecida Henfrain Guollo	1,20	0,60	3,50	5,30	8,50	6,26
64	753103	16/03/1987	Edimara Dalmolin	0,90	0,60	4,20	5,70	7,50	6,24
65	752718	05/09/1990	Sinara Maria Serafim	0,90	0,60	4,20	5,70	7,50	6,24
66	746707	28/07/1980	Susana Velho Do Nascimento	1,20	0,30	4,20	5,70	7,50	6,24





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

67	752156	12/11/1983	Tatiani Patricio Rebelo		0,60	0,30	5,60	6,50	5,50	6,20
68	744746	12/11/1986	Renata Marcelo Da Silva		0,90	0,90	4,20	6,00	6,50	6,15
69	751412	24/02/1970	Maria Isolete Laurindo		0,60	0,30	4,20	5,10	8,50	6,12
70	754011	08/08/1992	Luana Souza Hespanhol		0,30	0,90	4,90	6,10	6,00	6,07
71	746945	23/01/1987	Ariana Dimas Emerenciano		0,60	0,60	4,90	6,10	6,00	6,07
72	747076	21/05/1980	Patricia Soratto Cesca		0,90	0,60	3,50	5,00	8,50	6,05
73	741351	18/09/1986	Cintia Generoso Pacheco		0,30	0,90	4,20	5,40	7,50	6,03
74	743860	31/07/1981	Regiane Frasson		0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
75	749789	29/08/1983	Denise De Freitas Cardoso		0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
76	753778	22/11/1989	Bruno Pereira Rocha		0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
77	746949	10/06/1978	Lislaine Bertan Pacheco		1,50	0,60	2,80	4,90	8,50	5,98
78	753481	01/08/1987	Carla Bernardo Fernandes Garcia		0,60	0,60	4,90	6,10	5,50	5,92
79	747153	03/06/1969	Vaedina Lopes Felisbino		0,60	0,00	4,20	4,80	8,50	5,91
80	750470	28/04/1977	Zulmara Alexandrino Fernandes Figueredo		0,60	0,30	5,60	6,50	4,50	5,90
81	747182	17/07/1961	Janice Martignago		0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
82	746571	01/01/1969	Sonia Regina Pirola Dagostin		0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
83	749959	12/06/1971	Geovana Maria De Bitencourt		0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84
84	743820	04/03/1981	Vanessa Zanini Formanski		0,90	0,30	3,50	4,70	8,50	5,84
85	757227	05/07/1986	Raquel De Souza Campos		0,60	0,90	4,90	6,40	4,50	5,83
86	753298	26/07/1978	Andressa Pagnan Teixeira		0,60	0,30	4,20	5,10	7,50	5,82
87	754816	23/08/1980	Valkiria Silva Floriano		0,60	0,30	4,20	5,10	7,50	5,82
88	743810	30/11/1980	Marilene Rosa De Oliveira Pacagnan		0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
89	747732	08/03/1984	Adriana Nunes Silveira		0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
90	749905	21/10/1991	Rosicleia Cardoso Rocha		0,90	0,60	4,20	5,70	6,00	5,79
91	753657	01/07/1981	Juliane Henfrain Maragno		1,20	0,30	4,20	5,70	6,00	5,79
92	754595	29/05/1983	Mariza Sartor		0,60	1,20	2,80	4,60	8,50	5,77
93	747170	07/09/1968	Isabela Zanatta Marques		0,90	0,90	2,80	4,60	8,50	5,77
94	751459	20/01/1979	Elizangela Casagrande		0,90	0,90	2,80	4,60	8,50	5,77
95	751976	12/06/1978	Raquel Arceno De Souza		0,30	0,60	4,90	5,80	5,50	5,71





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

96	745948	22/11/1971	Marliza Bitencourt Cavagnoli		0,60	0,30	4,20	5,10	7,00	5,67
97	744227	10/09/1976	Jeovana Bortolon		0,60	0,30	3,50	4,40	8,50	5,63
98	740009	30/05/1985	Viviane Da Soler		0,90	0,30	4,20	5,40	6,00	5,58
99	752360	26/03/1996	Bruna Pacheco		0,90	0,90	4,20	6,00	4,50	5,55
100	751981	30/06/1988	Carla Correia Rocha		0,90	0,60	4,20	5,70	5,00	5,49
101	748704	25/03/1975	Olivia Saul Ferreira De Freitas		0,60	0,30	4,20	5,10	6,00	5,37
102	753116	21/11/1972	Julia Cristina Baptista Muller		0,60	0,60	5,60	6,80	2,00	5,36
103	747183	23/10/1980	Cyntia De Souza Teixeira		0,90	0,30	2,80	4,00	8,50	5,35
104	751399	29/03/1969	Marinelza Maccari		0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34
105	751990	13/08/1971	Giovana Sebastiao		0,60	0,60	4,90	6,10	3,50	5,32
106	752375	01/12/1995	Karini Da Silva Ponciano		0,90	0,60	5,60	7,10	1,00	5,27
107	752698	04/03/1972	Selma Souza		0,90	0,00	4,90	5,80	4,00	5,26
108	746337	11/04/1971	Laurenice Manoel Mariano Pelizzari		0,90	0,60	2,80	4,30	7,50	5,26
109	753829	25/10/1994	Tatiana Serafim Miguel		0,60	0,60	3,50	4,70	6,50	5,24
110	743436	15/10/1978	Ederaldo Prudencio		0,30	0,60	2,80	3,70	8,50	5,14
111	740894	14/03/1981	Elisiane De Moura Miguel		0,30	0,30	3,50	4,10	7,50	5,12
112	755879	25/04/1973	Adriana Fernandes Pereira		0,30	0,60	4,90	5,80	3,50	5,11
113	745532	17/12/1967	Mabel Aparecida Costa		0,90	0,60	2,10	3,60	8,50	5,07
114	750945	03/08/1993	Jessica Duarte Pacheco		0,30	0,60	4,90	5,80	3,00	4,96
115	752151	24/03/1990	Rogeria De Souza Ghisi		0,30	0,60	4,20	5,10	4,50	4,92
116	755058	23/02/1987	Monica De Costa		0,60	1,20	3,50	5,30	4,00	4,91
117	740310	20/09/1974	Loumax Cristiane Machado		0,30	0,00	3,50	3,80	7,50	4,91
118	755231	02/07/1986	Francisca De Lima Macedo		0,30	0,30	4,90	5,50	3,50	4,90
119	747308	09/08/1984	Janaina Teixeira De Souza Eduardo		0,90	1,20	2,10	4,20	6,50	4,89
120	757194	11/10/1991	Sueine Da Silva Goncalves		0,60	0,60	4,90	6,10	2,00	4,87
121	754793	06/05/1984	Gislaine Martins Elias		0,90	0,60	3,50	5,00	4,50	4,85
122	741328	06/03/1979	Cristiane Pereira De Castro		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
123	754232	30/03/1983	Dangela De Jesus Raicik		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84
124	750272	08/02/1985	Gizelia Tizoni Pacheco Bonomi		0,60	0,30	2,80	3,70	7,50	4,84





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMACA**

125	753659	17/07/1990	Gislaine de Souza	0,30	0,90	3,50	4,70	5,00	4,79
126	754340	29/04/1989	Mayara Castro Da Costa Mazzuco	0,60	1,20	4,90	6,70	0,00	4,69
127	756246	12/07/1988	Deise Rodrigues Paes	0,90	0,60	4,90	6,40	0,00	4,48
128	750637	20/04/1994	Tamiris Da Silva De Souza	0,60	0,30	3,50	4,40	4,50	4,43
129	753632	13/10/1985	Juliana Ronsani Rosso	0,60	0,90	2,80	4,30	4,50	4,36
130	754792	31/10/1985	Taise Cardoso Borges Eziqiel	0,60	0,60	4,90	6,10	0,00	4,27
131	742644	07/09/1992	Kelli Colodel Mota	0,60	0,60	2,10	3,30	6,50	4,26
132	747928	28/06/1987	Carolina De Costa Mazzuco	0,90	0,90	4,20	6,00	0,00	4,20
133	753853	30/03/1984	Renata Machado	0,60	0,00	2,80	3,40	6,00	4,18
134	740744	13/03/1967	Edina Osmarina Eduardo Fernandes	0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
135	744032	17/12/1976	Bernadete Rodrigues Maximo	0,60	0,30	4,90	5,80	0,00	4,06
136	750064	04/01/1987	Vanessa Do Canto	1,20	0,30	4,20	5,70	0,00	3,99
137	753923	03/09/1991	Diandra Bertan	0,90	0,00	3,50	4,40	3,00	3,98
138	750687	14/08/1985	Ellen Rodrigues Vergilio	0,60	0,30	2,80	3,70	4,50	3,94
139	742061	04/02/1995	Gesraeli De Souza Machado	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
140	757381	31/12/1995	Babila Da Costa Cardoso	0,90	0,30	4,20	5,40	0,00	3,78
141	755427	21/09/1967	Rozane Paskievski	0,60	0,30	4,20	5,10	0,00	3,57
142	749972	03/11/1978	Andreza Nunes Fretta Rosso	0,60	0,30	4,20	5,10	0,00	3,57
143	746212	17/04/1973	Joelma Bortolotto	0,60	0,60	3,50	4,70	0,00	3,29
144	739814	26/03/1989	Gabriela Cechinel	0,90	0,30	3,50	4,70	0,00	3,29
145	752905	18/08/1993	Diandra Pereira Dos Santos	0,30	0,00	2,10	2,40	4,00	2,88
146	744700	13/10/1988	Morgana Da Rosa Limas Zanetta	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80

**Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	740738	10/03/1996	Laise Justino Ferreira	0,60	0,60	6,30	7,50	0,00	5,25
2	752854	20/06/1996	Grazieli Damski	0,90	0,60	4,90	6,40	1,50	4,93





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMACA**

3	755572	21/06/1997	Larissa De Oliveira	0,90	1,20	4,90	7,00	0,00	4,90
4	755525	28/07/1981	Aline Ramos Constantino Reynaldo	0,90	0,60	4,90	6,40	1,00	4,78
5	746993	22/08/1983	Meline Angela De Brida	0,90	0,30	4,90	6,10	1,00	4,57
6	751563	23/05/1985	Ariana Cechinel	0,90	0,30	4,20	5,40	2,50	4,53
7	746826	21/02/1994	Ana Caroline Elias	0,60	0,90	4,90	6,40	0,00	4,48
8	747470	04/02/1996	Adriana Luiz Fernandes	0,00	0,60	4,90	5,50	0,00	3,85
9	744218	17/01/1996	Amanda De Souza Crencencio	0,60	0,90	3,50	5,00	0,00	3,50
10	747735	18/08/1998	Michelle Cristhine Pereira Da Silva	0,60	0,60	3,50	4,70	0,00	3,29
11	741028	20/01/1984	Fernanda Ribeiro Da Silva	0,90	0,90	2,80	4,60	0,00	3,22
12	756138	19/02/1986	Cintia De Carvalho Pereira	0,90	0,30	2,80	4,00	0,00	2,80
13	751220	26/09/1982	Grasiela Laurindo Graciano Claro	0,90	0,60	2,10	3,60	0,00	2,52
14	755945	28/06/1981	Marines Ramos	0,00	0,30	2,80	3,10	0,00	2,17
15	756025	06/08/1982	Graziela Lazzaris David	0,60	0,00	2,10	2,70	0,00	1,89
16	742302	16/06/1989	Maria Aparecida Antonio Da Rosa	0,30	0,00	2,10	2,40	0,00	1,68

**Professor Geografia 6º ao 9ºano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	747066	04/03/1975	Denise Alves	0,90	1,50	7,00	9,40	8,50	9,13
2	755438	01/11/1983	Aurea Ricardo Garcia Bitencourt	0,90	1,20	4,90	7,00	7,50	7,15
3	750905	21/04/1981	Patrick Dos Santos	0,60	1,20	4,90	6,70	7,50	6,94
4	746569	06/08/1989	Victor Damiani Romagna	0,90	1,50	4,20	6,60	7,50	6,87
5	753504	28/07/1981	Aline Ramos Constantino Reynaldo	0,60	0,60	4,20	5,40	9,00	6,48
6	740357	21/04/1984	Guilherme Teixeira De Souza	0,90	0,90	3,50	5,30	7,50	5,96
7	753541	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro	0,30	0,30	6,30	6,90	3,00	5,73
8	754304	25/04/1995	Ederaldo Do Nascimento De Souza	0,60	0,60	3,50	4,70	3,00	4,19





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Geografia 6º ao 9ºano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744944	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel	0,90	0,90	4,90	6,70	1,00	4,99
2	747234	18/01/1982	Diogo Manique	0,90	0,60	3,50	5,00	0,00	3,50
3	742508	05/04/1991	Tiago Goncalves Cardoso	0,60	0,90	1,40	2,90	0,00	2,03

**Professor História 6º ao 9ºano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	747049	12/06/1964	Djalma Araujo	0,90	1,20	5,60	7,70	7,50	7,64
2	753603	13/12/1986	Glauco Roberto Salvan	0,90	1,20	6,30	8,40	3,00	6,78
3	754834	17/11/1976	Fabricia Da Silva Soares	1,20	1,20	4,20	6,60	7,00	6,72
4	752316	15/01/1989	Rute Alves Fernandes Boaventura	0,60	0,60	4,20	5,40	7,50	6,03
5	740568	14/05/1995	Lucas Bieger Rodrigues	1,50	1,20	5,60	8,30	0,00	5,81
6	742704	14/02/1991	Bruna Tomaz Bitencourt	0,60	0,90	4,20	5,70	4,50	5,34

**Professor História 6º ao 9ºano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	753377	14/09/1998	Daniel Dos Anjos Nunes	0,90	1,20	4,90	7,00	0,00	4,90
2	748583	21/12/1966	Jose Amílto Joaquim	0,90	0,60	0,70	2,20	0,00	1,54





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Professor Inglês 1º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	750651	19/07/1987	Luciane Burigo Mathiola	0,60	0,60	7,00	8,20	7,00	7,84
2	749993	03/08/1985	Giselle Patrício Silveira Maragno	1,20	0,60	6,30	8,10	6,00	7,47
3	740223	26/09/1982	Kezia Fernandes Americo	1,20	1,20	4,90	7,30	5,50	6,76
4	755347	12/06/1992	Patricia Correa Ferminio	1,20	0,60	6,30	8,10	3,50	6,72
5	749063	01/09/1988	Denize Sartor	1,20	0,90	4,20	6,30	7,50	6,66
6	751065	06/06/1977	Eliane Sartor Pacheco	0,60	0,90	4,20	5,70	7,00	6,09
7	746572	01/01/1969	Sonia Regina Pirola Dagostin	0,60	0,60	3,50	4,70	8,50	5,84

**Professor Inglês 1º ao 9º ano - NÃO HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	740340	04/01/1983	Animeire M. De Lorenzi Cancellier Recco	1,20	0,90	4,90	7,00	2,50	5,65

**Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	755348	12/06/1992	Patricia Correa Ferminio	1,20	0,60	6,30	8,10	3,50	6,72
2	749064	01/09/1988	Denize Sartor	1,20	0,90	4,20	6,30	7,50	6,66
3	747692	14/09/1980	Andresa Martins Bez Birolo	0,90	0,90	4,90	6,70	5,50	6,34
4	740224	26/09/1982	Kezia Fernandes Americo	1,20	1,20	3,50	5,90	5,50	5,78
5	751817	21/11/1971	Cristiane Da Silva Coradini	1,20	1,20	3,50	5,90	4,50	5,48
6	750672	19/07/1987	Luciane Burigo Mathiola	0,60	0,60	3,50	4,70	7,00	5,39





## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

### Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744397	23/06/1997	Bruna Jordao	0,90	0,00	3,50	4,40	0,00	3,08
2	746003	18/12/1971	Eliane Rebelo Gregorio Rebelo Gregorio	0,60	0,30	2,10	3,00	0,00	2,10

### Professor Matemática 6º ao 9º ano - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	744043	07/02/1960	Marcio Roberto Leonardo	1,20	1,20	4,90	7,30	7,50	7,36
2	754382	25/03/1986	Adilson Motta	0,90	0,60	6,30	7,80	6,00	7,26
3	740138	29/05/1980	Rejane Cardozo	0,60	0,60	4,90	6,10	8,50	6,82
4	742013	26/12/1989	Fernanda Reus Frasson	1,20	0,30	6,30	7,80	4,00	6,66
5	745542	03/02/1988	Simone Pinheiro De Souza	0,90	0,90	4,20	6,00	7,50	6,45
6	754397	27/11/1983	Jaqueline Do Nascimento Teixeira	1,20	0,60	2,80	4,60	4,00	4,42
7	750601	20/12/1985	Daiane Zanelatto Luz	0,90	0,90	3,50	5,30	0,00	3,71
8	756317	09/11/1978	Leoclydes Vinicius Vianna Schraier	0,60	1,20	2,80	4,60	0,00	3,22
9	751041	31/07/1959	Ederaldo Colossi	0,60	0,60	2,80	4,00	0,00	2,80
10	751585	10/11/1981	Emilio Jose Piva	0,60	0,60	2,10	3,30	0,00	2,31

### Professor Matemática 6º ao 9º ano - NÃO HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	755595	06/11/1975	Nilson Fernandes Speck	0,90	0,90	1,40	3,20	0,00	2,24
2	745775	20/09/1979	Cessonnia Candido	0,30	1,20	1,40	2,90	0,00	2,03





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA**

**Zelador Escolar**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	755344	02/11/1989	Ana Paula Rosa Bukaski Delfino	1,20	1,50	7,00	9,70	9,70
2	748701	02/06/1989	Graziela Damasio Virtuoso	1,50	1,20	7,00	9,70	9,70
3	757359	30/12/1969	Edileia Pires Hermenegildo	0,90	1,50	7,00	9,40	9,40
4	745613	23/05/1989	Josiane Tres Xavier	0,90	1,50	7,00	9,40	9,40
5	742901	13/07/1978	Rosineide Brondani Weber	1,20	1,20	7,00	9,40	9,40
6	751165	22/04/1997	Georgia Spilere Tiscoski	1,20	1,20	7,00	9,40	9,40
7	752627	02/06/1976	Joelma Quirino De Souza	0,90	1,20	7,00	9,10	9,10
8	742620	10/07/1998	Fernanda Dos Santos Antunes	1,50	0,90	6,30	8,70	8,70
9	753137	01/09/1971	Gildecir Muzy Muller	0,90	1,20	6,30	8,40	8,40
10	755340	20/07/1983	Alequis Sander Donato Bukaski	1,20	0,60	6,30	8,10	8,10
11	753671	14/07/1971	Luciani Pereira Sartor	1,20	0,90	4,90	7,00	7,00
12	748829	27/04/1983	Elizangela Pedro De Oliveira	0,90	0,60	4,20	5,70	5,70
13	741951	23/05/1993	Andreeli Borges Plaskiewicz Elias	0,90	0,60	3,50	5,00	5,00
14	744097	24/06/1963	Clarise De Freitas Casagrande	0,30	0,30	2,80	3,40	3,40
15	741929	15/01/1966	Maria Aparecida Borges	0,60	0,30	1,40	2,30	2,30

Morro da Fumaça, 19 de dezembro de 2017.

**MÁRCIA DANIEL WARMLING CECHELINEL**  
Secretária Interina de Educação, Cultura, Esporte e Turismo



**ERRATA 02/2018**

Publicação Nº 1493734

Município de Morro da Fumaça.

Errata do Pregão Presencial Nº 002/2018.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS E LIMPEZA URBANA.

Retifica-se o edital em epígrafe para fazer incluir o tópico 8.1.5, ao Capítulo VIII – Da Habilitação, para fazer constar os seguintes requisitos:

VIII – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

...

8.1.5 – Qualificação Técnica

8.1.5.1 - Certidão de Registro no Conselho Regional de Administração – CRA, vigente, comprovando que a empresa possui em seu quadro, no mínimo, um profissional com formação de nível superior em Administração de Empresas, legalmente habilitado junto ao CRA, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços de Roçada e Limpeza Urbana;

8.1.5.2 - RCA – Registro de Comprovação de Aptidão/CRA, comprovando a responsabilidade técnica dos serviços de Roçada e Limpeza Urbana, realizados por profissional devidamente habilitado junto ao CRA.

8.1.5.3 - A Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, serviços de natureza semelhante ao cotado, através de apresentação de 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável, com nome legível;

8.1.5.4 - Apresentar Declaração de Capacidade Operativa de que a licitante dispõe de todos os equipamentos, pessoal técnico e operacional necessários à execução dos serviços, garantindo ainda que não haja qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta dos equipamentos ou de pessoal.

O edital encontra-se a disposição no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

Haja vista a proposta de preço não sofrer alterações, devido a retificação retro, fica mantida a data da reunião de abertura para 18 de janeiro, as 09:30 horas.

Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Morro da Fumaça/SC, 12 de janeiro de 2018.

Agenor Coral

Prefeito Municipal

especificações constantes no Anexo I. Data: 30/01/2018 às 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

**SEGUNDA ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018**

Publicação Nº 1493052

Município de Morro da Fumaça. Segunda Errata do Pregão Presencial Nº 005/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo I. Altera-se a descrição do item 21. Data: 25/01/2018 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

**ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018**

Publicação Nº 1493013

Município de Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial Nº 007/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E GUICHES DE ATENDIMENTO, conforme anexo I. Altera-se o valor do item 1. Data: 29/01/2018 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇOS 006/2018**

Publicação Nº 1492804

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 006/2018. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos, constantes do GUIA DA FARMÁCIA, para uso imediato, emergencial e cumprimento de mandados judiciais, de acordo com os quantitativos estimados e



# Navegantes

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 PMN

Publicação Nº 1493623

#### PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de equipamentos (sanitários químicos, propaganda de rua com carro de som, equipamentos de sonorização/iluminação, tendas com coberturas e tablados, trios elétricos, grades de proteção, palcos, geradores de energia e segurança privada), devidamente montados e instalados, para atender os eventos promovidos pelas Secretarias e Fundações Municipais do município de Navegantes, durante o ano de 2018.. Entrega/envelopes: 30/01/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 30/01/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 203/2017 PMN

Publicação Nº 1493622

#### PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 203/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina comum e óleo diesel S10 comum) contínuo e fracionado para abastecimento e suprir as necessidades da frota de veículos oficiais das Secretarias, Fundos e Fundações Municipais, do município de Navegantes/SC, durante o ano de 2018. Entrega/envelopes: 30/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 30/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.



# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 001/2018 ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1493178

DECRETO Nº 001, de 11 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre anulação de ato administrativo que, efetuou o lançamento de receita de crédito e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, conforme dispõe o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a receita referente a serviço de máquina foi lançada indevidamente;

Considerando que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, conforme dispõe Súmula 473 do STF;

Considerando que os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o ato administrativo, lançamento de receita de crédito, em face de:

- Vitório Cardoso Da Silva 82490937987, CNPJ nº.14.459.877/0001-50 – R\$ 384,12

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do lançamento da receita de crédito.

Nova Erechim, 11 de Janeiro de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

### PORTARIA 002/2018 FÉRIAS MARIVANIA VARGAS

Publicação Nº 1492908

PORTARIA nº 002, de 15 de janeiro de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

#### CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora Municipal MARIVANIA FRANCISCA DA SILVA VARGAS, Matrícula 5383/01, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída no período de 15.01.2018 a 03.02.2018, referente ao período 10.01.2017 a 09.01.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 15 de janeiro de 2018.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

### PORTARIA 003/2017 FÉRIAS CLAUDIR B. FERNANDES

Publicação Nº 1493179

PORTARIA nº 003, de 17 de janeiro de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

#### CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, combinado com a Lei Municipal nº 1.775, de 21 de maio de 2015, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

#### R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para a Servidora Municipal CLEDIR BERTHOLDO FERNANDES, Matrícula 5384/01, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída no período de 29.01.2018 a 12.02.2018, referente ao período 10.01.2017 a 09.01.2018.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 17 de janeiro de 2018.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal



# Nova Trento

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO - PROCESSO Nº 131/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017**

Publicação Nº 1493079

#### **RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO**

Empresa IMPUGNANTE: VIDALIMP LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 131/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2017

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção, melhoria, efficientização e ampliação do Sistema de Iluminação Pública do Município de Nova Trento, inclusive também os serviços de georreferenciamento, com fornecimento de software específico para gerenciamento da Iluminação Pública, com o fornecimento de materiais (conforme lista de materiais do Anexo II), para o ano de 2018.

Trata-se de pedido de Impugnação, interposto tempestivamente pela empresa VIDALIMP LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME., regularmente inscrita no CNPJ nº 15.050.621/0001-57, que aqui resumidamente INFORMA e SOLICITA:

- a) Informa que não existem luminárias de LED homologadas pela CELESC e isto é exigido no edital;
- b) Informa que profissional Eletrotécnico não tem autonomia legal junto a CELESC para atuar como responsável técnico nos serviços de iluminação pública;
- c) Informa que o edital da forma que está formatado onera as empresas antes de saberem ser vencedoras do certame, o que, restringe participação;
- d) Também cita o georreferenciamento, o qual está citado no objeto, porém, não existe no Termo de Referência a forma de como será executado.

Diante das indicações, solicita a empresa que o edital seja excluído ou retificado, para fazer adequações necessárias com o intuito de corrigir possíveis vícios que afastam os potenciais licitantes.

É o sucinto relato. DECIDE-SE

Diante do explanado, tempestivamente, pela empresa VIDALIMP LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA. - ME., regularmente inscrita no CNPJ nº 15.050.621/0001-57, o Pregoeiro e equipe de apoio decidem que, entre as diversas argumentações, algumas são providas de razão e, portanto, merecem ser acolhidas. Por este motivo, deliberamos o seguinte:

- 1) Fica cancelado o edital de Licitação nº 131/2017 – Pregão Presencial nº 101/2017, para que sejam feitos estudos e alterações, buscando sempre a ampliação da concorrência.

Ante o exposto, JULGAMOS PROCEDENTES os pedidos de alteração do edital e decidimos pela seu cancelamento

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de janeiro de 2017.

Aprígio José Botameli  
Pregoeiro

### **PROCESSO Nº 003/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 - SRP Nº 002/2018**

Publicação Nº 1492773

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 003/2018 – Pregão Presencial nº 003/2018 – SRP nº 002/2018

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada em instalação, manutenção e conserto de condicionadores de ar, tipo Split e Janela, para atender as necessidades da Prefeitura de Nova Trento e demais unidades Gestoras, com a prestação dos serviços de suporte e assistência técnica, incluindo mão de obra, peças, serviços, ferramentas, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes: 06/02/2018 até as 09:00 horas. Abertura: 06/02/2018 as 09:30 horas

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br) e-mail: [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493131

DECRETO N.º 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“CORRIGE OS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SÉRGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e., no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 353, de 22 de setembro de 1977,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam corrigidos os tributos municipais, para o exercício de 2018, em 2,07% (seis vírgula zero sete por cento), atualização correspondente à variação acumulada do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor entre os meses de janeiro e dezembro de 2017.

Parágrafo único - O reajuste ora aplicado deverá ser lançado no sistema tributário municipal e ser informado a todos os Órgãos diretamente interessados.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 02 de janeiro de 2018.

SÉRGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal e.e.

Publicado e registrado em 02 de janeiro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA N.º 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493128

PORTARIA N.º 001, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

SÉRGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal de Nova Veneza (SC) e.e., no uso das atribuições previstas no art. 106, caput, da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 526, de 22 de dezembro de 2017, bem como;

CONSIDERANDO o encaminhamento pela Comissão de Estágio Probatório de memorando interno ao Gabinete do Prefeito, solicitando a instauração de processo administrativo em face da servidora Thayse Albuquerque Zandomenego, reprovada no estágio probatório;

CONSIDERANDO que o servidor não aprovado no estágio probatório somente pode ser exonerado após ampla defesa, nos termos do art. 42, §7º, da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 03 de abril de 2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar Eliana Ronconi Tomaz (Presidente), Agente Administrativa II do quadro de pessoal do Município de Nova Veneza, matrícula funcional n.º 2524; Jaqueline Ghisleri Maccarini (Secretária), Agente Administrativa II do quadro de pessoal do Município de Nova Veneza, matrícula funcional n.º 4007; e Roseli Vitali, Professora do quadro de pessoal do Município de Nova Veneza, matrícula funcional n.º 2626, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar, no prazo de 60 dias (sessenta dias), os fatos relativos à reprovação da servidora Thayse Albuquerque Zandomenego no estágio probatório, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 02 de janeiro de 2018.

SÉRGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal e.e.

Publicada e Registrada em 02 de janeiro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**PREGÃO PRESENCIAL 13/2018 - I RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1493003

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2018.

O Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, por meio deste, vem TORNAR PÚBLICO a todos os interessados em participar do processo de licitação relativo ao edital supramencionado, cujo objeto é aquisição de lajotas sextavadas e meio fio, bem como a contratação de mão de obra especializada na colocação destas lajotas e meio fio, as quais serão destinadas as manutenções das ruas do Município de Nova Veneza, a retificação do Anexo I – Termo de Referência do referido certame, o qual segue abaixo:

## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

## ESPECIFICAÇÕES – VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED.	QTD	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	LAJOTAS SEXTAVADAS, COM 8 CM DE ESPESSURA, COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 35 MPA	M²	2.670	30,00	80.100,00
2	MEIO FIO, COM 80 CM DE COMPRIMENTO, 12 CM DE BASE E 30 CM DE ALTURA, COM RESISTENCIA MÍNIMA DE 18 MPA	PC	667	12,00	8.004,00
3	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE COLOCAÇÃO DE LAJOTAS E MEIO FIO	M²	4.500	13,80	62.100,00

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, fica prorrogada a data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 02/02/2018 às 9:00 horas, na sala de licitações deste Município.

Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos diariamente, no Departamento de Licitações e Contratos deste Município, localizado a Travessa Osvaldo Búrigo, nº 44, no horário das 8:00 às 12:00 horas, ou pelo fone: (048) 3471-1759.

Nova Veneza/SC, 17 de janeiro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

**TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2018**

Publicação Nº 1493023

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS N.º 17/2018.

Objetivo: Contratação de empresa especializada, para realizar a construção de uma passarela sobre o Rio Mãe Luzia, no Bairro Jardim Florença, Município de Nova Veneza/SC, conforme memorial descritivos e demais anexos que seguem ao edital.

Abertura: às 9:00 horas do dia 20/02/2018.

Local: Trav. Osvaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 17 de janeiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza



# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### AVISO DO RESULTADO DO PREGÃO PM Nº 060/2017

Publicação Nº 1493383

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 034/2017

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 034/2017 - Aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios a serem utilizados na elaboração da merenda escolar para os alunos da Rede Municipal de Ensino do município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 17/01/2018 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME (31), HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (529), COMERCIAL ALVORADA LTDA (800), NOAL & TREVISOL LTDA ME (2440), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (2459), RENATA CRISTINA RADIN RICARDI - ME (2771), SCS COMÉRCIO LTDA ME (2939), CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3462), A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI -ME (3626). A empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME (31), foi vencedora dos itens 46-54-62-64-67-69-72 e 87 com valor total de R\$ 523,10. A empresa HB SUL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (529), foi vencedora dos itens 3-13-14-15-21-27 e 29 com valor total de R\$ 4.119,22. A empresa COMERCIAL ALVORADA LTDA (800), foi vencedora dos itens 1-2-11-12-20-31 e 85 com valor de R\$ 5.581,58. A empresa NOAL & TREVISOL LTDA ME (2440), foi vencedora dos itens 9-16-18-19-23-24-25-30-33-34 e 38 com valor total de R\$ 3.238,62. A empresa 35-44-45-49-50-51-63-65-71-75 e 76 com valor de R\$ 2.460,50. A empresa RENATA CRISTINA RADIN RICARDI - ME (2771), foi vencedora dos itens 6-17-22-26-28 e 32 valor total de R\$ 2.873,53. A empresa SCS COMÉRCIO LTDA ME (2939), foi vencedora dos itens 5-7-8-39-41-43-47-55-56-58-59 e 68 com valor total de R\$ 5.183,92. A empresa CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3462), foi vencedora do item 57 com valor de R\$ 141,50. A empresa A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI -ME (3626) foi vencedora dos itens 4-10-36-37-40-42-48-52-53-60-61-66-70-73-74-77-78-79-80-82-83-84 e 86 com valor de R\$ 4.343,18. Totalizando o valor da licitação em R\$ 28.465,15 (vinte e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos). A pregoeira registra que a empresa CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (3462) apresentou Certificado de regularidade com a fazenda estadual sob nº 170140112409220 com data de vencimento em 11.12.2017, portanto vencida, com base na Lei Complementar 123/2006 a CPL abre prazo de dois (02) dias uteis para regularização da mesma. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se a rigor habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 034/2017, e adjudico os itens as empresas vencedoras. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Janeiro de 2018.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO  
Pregoeira

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 005/2017

Publicação Nº 1493319

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 005/2017  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2017  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2017  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 16.01.2018  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE: FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS, GERIÁTRICAS, LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PESSOAS CARENTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E MENTAL, IDOSOS, ENFERMOS, CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DESNUTRIÇÃO, COM INTOLERÂNCIA A LACTOSE DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA E KIT GESTANTE PARA DISTRIBUIÇÃO AO GRUPO DE GESTANTES, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.  
CONTRATADO: MERCÓ S/LUÇÕES EM SAÚDE S/A  
VALOR DA DESPESA: R\$ 400,00 quatrocentos reais).  
DATA: 16.01.2018 - ROGÉRIO ACÁCIO MASCARELLO – Secretário De Saúde E Promoção Social/gestor Fms



CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO FINANCEIRO 2017

Publicação Nº 1493498

EXERCÍCIO 2017  
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro  
DATA DE EMISSÃO: 17/01/2018  
PÁGINA: 1

SC  
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13  
Administração Direta

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VII)</b>	<b>696.441,79</b>
Ordinária	0,00	Ordinária	696.441,79
Vinculada	0,00		
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>738.705,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VIII)</b>	<b>42.263,21</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	738.705,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	42.263,21
<b>Recebimentos Extraorçamentários (IV)</b>	<b>64.531,49</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (X)</b>	<b>54.752,06</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	53.156,49	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	53.157,06
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	11.375,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.595,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00		
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)</b>	<b>1.595,57</b>	<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)</b>	<b>11.375,00</b>
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.595,57	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	11.375,00
<b>TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>	<b>804.832,06</b>	<b>TOTAL (XI) = (VII+VIII+IX+X+XI)</b>	<b>804.832,06</b>

Notas:  
No Balanço Financeiro do exercício de 2017 reflete os ingressos de transferências do poder Executivo, os dispêndios despesas do período, Bem como as movimentações extraorçamentárias, além dos saldos caixa e equivalente de caixa.  
Recetta e despesa orçamentária - Pelo demonstrativo percebe-se que o Poder Legislativo não tem arrecadações orçamentárias e que nas despesas orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 696.441,79.

Transferências - Foram recebidas transferências financeiras do Poder Executivo no valor de R\$ 738.705,00, dos quais foi devolvido ao Executivo o valor de R\$ 42.263,21.

Extraorçamentários - O critério utilizado pela Entidade quanto à contabilização das retenções em despesas orçamentárias é o de considerar a retenção como valor resiliável, conforme a espécie da retenção, no momento da liquidação da despesa orçamentária, efetuando-se o pagamento orçamentário do empenho ao tomador da parcela equivalente à retenção e, simultaneamente, retém a recella extraorçamentárias, ficando em depósitos de diversas origens que após e efetuado o pagamento ao credor da retenção, o valor retido durante o exercício de 2017 foi de R\$ 49.238,68.  
Dos recursos recebidos, o Legislativo realizou aplicação financeira, retornando aos cofres municipais o montante de R\$ 3.918,38, referente aos rendimentos da referida aplicação, sendo que R\$0,57 é do exercício anterior.  
A Entidade efetuou o pagamento dos restos a pagar não processados do exercício de 2016 no valor de R\$ 1.595,00, e ficou como restos a pagar não processados do exercício 2017 o valor de R\$ 11.375,00.

Disponibilidades financeiras - apresenta os valores em banco referente aos recursos disponíveis para pagamento dos restos a pagar do exercício de 2016, pagos em 2017 e os de 2017 a ser pago em 2018 e do rendimento de aplicações financeiras do ano de 2016 devolvido ao executivo em 2017.

Novo Horizonte, 17/01/2018

LOURDES DE MACÊDO  
CONTADORA CRC SC-024244/O-9

CLEONIR JOSE DE LIMA  
PRESIDENTE



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2017**

Publicação Nº 1493502

**SC**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**

Exercício de 2017

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)			0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)			0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas			0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária			0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)			0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (IV)			738.705,00	738.705,00	696.441,79	-
TOTAL (V) = (III + IV)			738.705,00	738.705,00	696.441,79	-42.263,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)			-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro			-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais			-	0,00	0,00	-
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	493.801,00	648.762,00	638.123,79	633.648,79	633.648,79	10.638,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	383.328,00	405.528,00	404.570,78	404.570,78	404.570,78	957,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	110.473,00	243.234,00	233.553,01	229.078,01	229.078,01	9.680,99
DESPESAS DE CAPITAL	244.904,00	89.943,00	58.318,00	51.418,00	51.418,00	31.625,00
INVESTIMENTOS	244.904,00	89.943,00	58.318,00	51.418,00	51.418,00	31.625,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	738.705,00	738.705,00	696.441,79	685.066,79	685.066,79	42.263,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	738.705,00	738.705,00	696.441,79	685.066,79	685.066,79	42.263,21
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	738.705,00	738.705,00	696.441,79	685.066,79	685.066,79	42.263,21

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.595,00	1.595,00	1.595,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	0,00	1.595,00	1.595,00	1.595,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



SC

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**

Exercício de 2017

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 2/2

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.595,00</b>	<b>1.595,00</b>	<b>1.595,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:**

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Notas:**

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte  
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercício de 2017

**CONTEXTO OPERACIONAL**

A Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, situada Rua Antonio Lazzarin, esquina com Avenida Castelo Branco nº 04, Centro Novo Horizonte/SC, é uma entidade jurídica do direito público e da administração direta. Apresenta as Notas explicativas das demonstrações Contábeis de 2017 de acordo com os Procedimentos e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

**PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do exercício de 2017 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64, a escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público (Res. CFC nº 1.111/2007), as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP).

Alterações nas políticas contábeis: em relação ao exercício de 2016 não houve alteração nas políticas contábeis.

Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas com tendo por base o custo histórico das transações.

Regime contábil: Os registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas do Executivo e de competência para as despesas auferidas.

A implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, nos termos da Portaria. STN nº 548/2015, para o poder Legislativo Municipal foram adotadas as seguintes medidas no exercício:

Reconhecimento, mensuração e evidência das provisões sobre 13 salário e férias.

Reconhecimento, mensuração e evidência dos bens móveis e imóveis; e respectiva depreciação.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

O orçamento do poder legislativo no exercício de 2017, aprovado pela lei 543/2016 de 01/12/2016, estimou as receitas (Transferências Financeiras) e fixou as despesas no valor de R\$ 738.705,00 foi executada R\$ 696.441,79, sendo que o restante R\$ 42.263,21 foi efetuado transferência - devolução ao Poder Executivo.

De forma percentual os gastos ficaram assim distribuídos despesas de pessoal e encargos sociais 58,09%, para outras despesas correntes 33,54%, as quais envolvem as despesas de manutenção do Poder Legislativo, e para despesas de capital 8,37%.

No exercício foi abertos créditos adicionais suplementar com anulação de dotação no valor de R\$ 160.362,00.

Os restos a pagar não processados do exercício anterior no valor de R\$ 1.595,00 foram integralmente pagos no exercício 2017.

Novo Horizonte, 17/01/2018

LOURDES DE MACÊDO  
CONTADORA CRC SC-024244/O-9

CLEONIR JOSE DE LIMA  
PRESIDENTE



**BALANÇO PATRIMONIAL 2017**

Publicação Nº 1493504

Betha Sistemas  
Exercício 2017  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1

SC  
**CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	13.837,52	PASSIVO CIRCULANTE	13.624,33
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.375,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	13.624,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.462,52	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>13.624,33</b>
ATIVO NÃO CIRCULANTE	768.980,30		
IMOBILIZADO	768.980,30	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Exercício Atual</b>
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	249.519,09
		RESULTADOS ACUMULADOS	519.674,40
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	44.404,72
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	475.269,68
		<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>769.193,49</b>
<b>TOTAL</b>	<b>782.817,82</b>	<b>TOTAL</b>	<b>782.817,82</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>Exercício Atual</b>
ATIVO	11.375,00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	11.375,00
ATIVO CIRCULANTE	11.375,00		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.375,00	<b>TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>11.375,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>11.375,00</b>		
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>Exercício Atual</b>
ATIVO	771.442,82	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.624,33
ATIVO CIRCULANTE	2.462,52	PASSIVO CIRCULANTE	13.624,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.462,52	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	13.624,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE	768.980,30		
IMOBILIZADO	768.980,30	<b>TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>13.624,33</b>
<b>TOTAL DO ATIVO PERMANENTE</b>	<b>771.442,82</b>		
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>757.818,49</b>
<b>COMPENSAÇÕES</b>			
<b>Saldo dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Saldo dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>Exercício Atual</b>
		EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	71.176,16
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>71.176,16</b>
		<b>DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
		<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>
		ORDINÁRIA	0,00



Betha Sistemas  
Exercício 2017  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 2

SC  
CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
VINCULADA	0,00
TOTAL	0,00

Notas:

Anexo 14 - Balanço Patrimonial

O ativo circulante - apresenta o valor de R\$ 11.375,00, disponível em Banco, e as despesas pagas antecipadamente no valor de R\$ 2.462,52 que serão amortizadas mensalmente na sua competência

Ativo Não Circulante - O ativo imobilizado os bens já em uso não passaram por avaliação durante o ano e novos são lançados pelo custo de aquisição, e efetuada a depreciação, cujo valor é calculado pelo método das cotas constantes e a tabela a do Decreto Municipal 2.134 de 8 de agosto de 2014. Sendo (a) Bens Móveis: Equipamento de processamento de dados - vida útil econômica 5 anos, valor residual 10% a taxa 18 % ao ano; Aparelho e utensílios domésticos - vida útil econômica 10 anos, valor residual 10% a taxa 9 % ao ano; Mobiliário em geral - vida útil econômica 10 anos, valor residual 10% a taxa 9 % ao ano; Equipamento de áudio vídeo e foto - vida útil econômica 10 anos, valor residual 10% a taxa 9 % ao ano; Obra de arte - vida útil econômica 50 anos, valor residual 5% a taxa 1,9 % ao ano; Máquinas e equipamento energéticos - vida útil econômica 10 anos, valor residual 10% a taxa 9 % ao ano; Coleções e Materiais Bibliográficos - vida útil econômica 10 anos, valor residual 5% a taxa 9,5 % ao ano; Veículos - vida útil econômica 15 anos, valor residual 10% a taxa 6 % ao ano (b) Bens Imóveis: Edifícios - vida útil econômica 35 anos, valor residual 30% a taxa 2 % ao ano.

Passivo Circulante - temos as provisões de férias dos funcionários que deverão ser pagos nos respectivos vencimentos ou gozo das férias ou rescisões.

Patrimônio Líquido - abrange as contas de resultado do exercício e o capital social, o resultado do exercício de 2017 é de R\$ 44.404,72, confrontado com os de exercício anteriores temos como resultado acumulado o valor de R\$ 519.674,40. Somando-se o patrimônio social e capital social com os resultados acumulados temos um patrimônio líquido de R\$ 769.193,49

Atos Potenciais Passivos - refere-se às Obrigações contratuais que estarão em vigor em 2018.

Novo Horizonte, 17/01/2018

LOURDES DE MACÊDO  
CONTADORA CRC SC-024244/O-9

GLEONIR JOSE DE LIMA  
PRESIDENTE



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2017**

Publicação Nº 1493506

**SC****CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Exercício de 2017

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 1/1

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS**

	Exercício Atual
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>738.718,82</b>
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	738.705,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	738.705,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13,82
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	13,82
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>694.314,10</b>
PESSOAL E ENCARGOS	409.270,74
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	336.103,00
ENCARGOS PATRONAIS	73.167,74
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	231.603,58
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	11.788,46
SERVIÇOS	206.145,26
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	13.669,86
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	53.303,21
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	42.263,21
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	11.040,00
TRIBUTÁRIAS	136,57
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	136,57
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>44.404,72</b>

## Notas:

Variações Patrimoniais Aumentativas - O Poder Legislativo no ano de 2017 recebeu do Poder Executivo, transferências financeiras no valor de R\$ 738.705,00, e as reversões de provisões de férias e 13º salário no valor de R\$ 13,82

Variações Patrimoniais Diminutivas - Temos as despesas com pessoal e com a manutenção da entidade. As transferências efetuadas para a manutenção de instituição privada - que se destina a manutenção da Associação das Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina, e a Transferência para o executivo no final do exercício das sobras de recursos.

Novo Horizonte, 17/01/2018

LOURDES DE MACÊDO  
CONTADORA CRC SC-024244/O-9

CLEONIR JOSE DE LIMA  
PRESIDENTE



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2018**

Publicação Nº 1493507

**SC**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE**

Exercício 2017

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Página: 1

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

	<b>Exercício Atual</b>
INGRESSOS	742.622,81
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	742.622,81
DESEMBOLSOS	681.425,38
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	566.168,27
Legislativa	566.168,27
TRANSFERÊNCIAS	19.836,84
Intragovernamentais	8.796,84
Outras Transferências Concedidas	11.040,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	95.420,27
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>61.197,43</b>

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS**

	<b>Exercício Atual</b>
DESEMBOLSOS	51.418,00
Outros Desembolsos de Investimentos	51.418,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-51.418,00</b>

**FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>

**APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>9.779,43</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.595,57</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>11.375,00</b>

**Notas:**

Elaborada pelo método direto, onde os fluxos de caixa das atividades operacionais foram evidenciados pela análise direta das entradas. Ingressos - transferências recebidas do executivo R\$ 738.705,00 e valores restituíveis R\$ 3.917,81 que são juros de aplicações financeiras. E dos desembolsos - pagamentos efetuados, despesas com pessoal e manutenção da entidade.

As transferências - a intragovernamental que se refere ao pagamento para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais; e as efetuadas para a manutenção de instituição privada, que se destina a manutenção da Associação das Câmaras Municipais do Noroeste de Santa Catarina.

Outros desembolsos operacionais - que são os pagamentos das despesas extraorçamentárias e a devolução dos recursos para o Poder Executivo.

O fluxo de caixa dos investimentos - demonstra a aquisição de bens Moveis.

Saldo de caixa - são os valores de restos a pagar do exercício de 2016 e valores restituíveis pagos em 2017 e os restos a pagar do exercício de 2017.

Novo Horizonte, 17/01/2018

LOURDES DE MACÊDO  
CONTADORA CRC SC-024244/O-9

CLEONIR JOSE DE LIMA  
PRESIDENTE



# Orleans

## PREFEITURA

### 4.215 ESTIMA UFM

Publicação Nº 1492765

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.215 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

“FIXA A UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, usando das suas atribuições conferidas pelo Art. 68 Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, e com base na Lei nº 1.923 de 13/12/2005 que Dispõe Sobre Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município:

DECRETA:

Art.1º A Unidade Fiscal Monetária - UFM do Município de Orleans fica fixada em R\$ 86,02 (oitenta e seis reais e dois centavos).

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 16 de janeiro de 2018; 132º anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 4.216 - CALENDÁRIO FISCAL 2018

Publicação Nº 1493127

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.216 DE 16 DE JANEIRO DE 2017.

ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o prescrito no artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e na Lei Municipal Nº 1.293 de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município.

DECRETA:

Art. 1º - Os tributos municipais dependentes de cadastro serão arrecadados no exercício de 2018, da seguinte forma:

I – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN:

a) - Fixo – profissionais liberais – em 12 (doze) parcelas com vencimento todo dia 20(vinte) de cada mês, sendo que a primeira parcela será dia 20.02.2018 e a última no dia 20/01/2019.

b) - Variável – Atividades econômicas – mensalmente – vencíveis até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, sendo que a parcela de nº 12 o vencimento será em 20/01/2019.

II – Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU:

a) – Em parcela única com 30% (trinta por cento) de desconto, com vencimento em 15 de maio de 2018.

b) - Em 04 (quatro) parcelas fixas, sem desconto, sendo, a primeira vencível em 15 de maio de 2018; a segunda vencível em 15 de junho de 2018; a terceira vencível em 16 de julho de 2018 e a quarta vencível em 15 de agosto de 2018.

III - Taxa de Alvará Sanitário

a) – Em parcela única – vencimento em 31 de março de 2018.

IV – Taxa de verificação e Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas – TVCPU:

a) - Em parcela única – vencimento em 31 de agosto de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 16 de janeiro de 2018; 132 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 4.217 NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1493183

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.217 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros:

1. Fabio Salvador
2. Rosana Tezza Wassen Baschirotto
3. Paloma Volpato Laurindo.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.



§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Rosana Tezza Wassen Baschiroto.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 4.058 de 30 de janeiro de 2017.

Orleans/SC, 16 de janeiro de 2018; 133º anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

#### **4.218 - NOMEIA COMISSÃO DE PREGÃO**

Publicação Nº 1493184

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.218 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

“NOMEIA PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans e do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Fabio Salvador.

Equipe de Apoio: e Rosana Tezza Wassen Baschiroto e Paloma Volpato Laurindo.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 4.059 de 30 de janeiro de 2017.

Orleans/SC, 16 de janeiro de 2018; 132º anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN  
Secretário de Administração



# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### PREGÃO 045/2017

Publicação Nº 1493174

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 045/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição de toners e cartuchos para as impressora das Secretarias da Prefeitura. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 08:30 h. do dia 30/01/2018 e abertura da sessão será às 08:45 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 49- 3221-8014.

Otacílio Costa, 17/01/2018.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal



# Ouro

## PREFEITURA

### DL 001/2018

Publicação Nº 1492749

MUNICÍPIO DE OURO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0016/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0001/2018  
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.  
Contratado: D'AGOSTINI & CIA LTDA – ME.  
Objeto: Locação de 01 sala comercial, localizado a Rua Presidente Kennedy, nº 108, sala nº 05, no centro do Município de Ouro.  
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: De 15/01/2018 a 31/12/2018. Ouro, 17/01/2018, Maria Salette Bonamigo, Diretora Municipal de Assistência Social.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0016/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0001/2018  
CONTRATO N. 005/2018  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: D'AGOSTINI & CIA LTDA – ME.  
Objeto: Locação de 01 sala comercial, localizado a Rua Presidente Kennedy, nº 108, sala nº 05, no centro do Município de Ouro.  
Vigência: 15/01/2018 a 31/12/2018.  
Valor total: O valor total será de R\$ 10.625,20 (dez mil seiscentos e vinte cinco reais, vinte centavos).  
Data de assinatura: 15/01/2018.

### DL 002/2018

Publicação Nº 1492800

MUNICÍPIO DE OURO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0017/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0002/2018  
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.  
Contratado: J. MAESTRI & CIA LTDA - ME  
Objeto: Locação de imóvel, localizado a Rua Jorge Lacerda, nº 1.287, andar térreo, salas 01 e 02, no centro do Município de Ouro.  
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: De 15/01/2018 a 31/12/2018. Ouro, 17/01/2018, Maria Salette Bonamigo, Diretora Municipal de Assistência Social.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0017/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0002/2018  
CONTRATO N. 006/2018  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: J. MAESTRI & CIA LTDA - ME  
Objeto: Locação de imóvel, localizado a Rua Jorge Lacerda, nº 1.287, andar térreo, salas 01 e 02, no centro do Município de Ouro.  
Vigência: 15/01/2018 a 31/12/2018.  
Valor total: O valor total será de R\$ 17.458,00 (dezesete mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).  
Data de assinatura: 15/01/2018.

### DL 003/2018

Publicação Nº 1492802

MUNICÍPIO DE OURO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0003/2018  
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.  
Contratado: Imir Miguel Zanesco e Marilene Vetorazi Zanesco.  
Objeto: Locação de um imóvel de aproximadamente 150 m², constituído de salas de atendimento, dois banheiros, localizado no

Distrito de Santa Lucia, Interior do município de Ouro/SC.  
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: De 15/01/2018 a 31/12/2018. Ouro, 17/01/2018, Alex Sandro Silva, Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2018  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0003/2018  
CONTRATO N. 007/2018  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: Imir Miguel Zanesco e Marilene Vetorazi Zanesco  
Objeto: Locação de um imóvel de aproximadamente 150 m², constituído de salas de atendimento, dois banheiros, localizado no Distrito de Santa Lucia, Interior do município de Ouro/SC.  
Vigência: 15/01/2018 a 31/12/2018.  
Valor total: O valor total será de R\$ 9.775,20 (nove mil setecentos e setenta e cinco reais).  
Data de assinatura: 15/01/2018.

### IL 001/2018

Publicação Nº 1493439

MUNICÍPIO DE OURO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N 0019/2018  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0001/2018  
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: Hospital Nossa Senhora das Dores. Objeto: Contratação dos serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Atendimento, serviços de urgência e Emergência, Plantão 24 horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagem e instrumentos afins, para atendimento dos pacientes do Município de Ouro.  
Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 15/01/2018 até 31/12/2018. Ouro, 15/01/2018, Maria Inês Nora, Secretária Municipal de Saúde

Processo Licitatório n. 0019/2018  
Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0001/2018  
CONTRATO N. 008/2018  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES  
Objeto: Contratação dos serviços hospitalares, em Sistema de Pronto Atendimento, serviços de urgência e Emergência, Plantão 24 horas, para atendimento da população, com uso da estrutura física, pessoal, equipamentos, aparelhagem e instrumentos afins, para atendimento dos pacientes do Município de Ouro.  
Vigência: 15/01/2018 e término em 31/12/2018.  
Valor total: O valor total estimado será de R\$ 509.714,00 (Quinhentos e nove mil, setecentos e quatorze reais).  
Data de assinatura: 15/01/2018.



# Palhoça

## PREFEITURA

### RESULTADO DA TP 142-2017

Publicação Nº 1493389

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO FINAL PARA O PROCESSO LICITATÓRIO TP Nº 142-2017

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado final para a TP Nº 142-2017, cujo objeto consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de recuperação do Complexo Esportivo Arlindo Garcia localizado no bairro Ponte do Imaruim neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS: RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME ficou classificada em primeiro lugar com o valor de R\$ 125.531,30 (cento e vinte e cinco mil quinhentos e trinta e um reais e trinta centavos).

Palhoça, 17 de janeiro de 2018.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal



# Palma Sola

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2018 - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Publicação Nº 1493219

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2018  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 005/2018  
Inexigibilidade de Licitação nº. 002/2018

O Município de Palma Sola - SC torna público a todos os interessados que estará recebendo inscrição de Agricultores, para a aquisição de produtos alimentícios da Agricultura Familiar para complementação da merenda escolar, de acordo com Resolução FNDE/CD nº. 26/2013 e Resolução FNDE nº 4/2015, Lei nº. 11.947/2009 e lei Federal nº. 8666/93. As inscrições deverão ser feitas das 07:00 às 13:00h, do dia 18/01/2018 até 31/01/2018 e das 8:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00hs do dia 01/02/2018 até 08/02/2018, na sala do Departamento de Licitações e Contratos no Centro Administrativo Municipal, Rua Francisco Zanotto, 600. A integra deste Edital poderá ser obtido no Setor de Licitações em horário de expediente no endereço acima citado, informações Tel.\*\*\* (49) 3652-3200 com Mari.

Palma Sola, 17 de janeiro de 2018.  
Marines Fatima Sansigolo  
Presidente da Comissão de Licitação



# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DECRETO 003/2018

Publicação Nº 1493649

DECRETO Nº. 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Municipal, 513/2005;

DECRETA:

Art. 1º- Fica designado os membros da Comissão de processo seletivo 001/2018, para a Contratação de servidores em caráter temporário para as Secretarias Municipais de Passo de Torres.

Presidente: Marinelma Gonçalves Scheffer;

Membro: Cristiano Carvalho Nunes;

Membro: Caio Roberio Barpp da Silva.

Art. 2º- A designação de que trata este Decreto não dá ao designado qualquer direito remuneratório pelo exercício da função.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 005/2017.

Passo de Torres, em 02 de janeiro de 2018.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2018.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### EXTRATO DE CONVÊNIO 004/2018

Publicação Nº 1493648

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 004/2018/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: Associação Hospitalar Nossa Senhora de Fátima SC

Valor R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais)

Vigência: Início 12.01.2018 Término: 31.12.2018

15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031- Manutenção das ações de saúde pública

3.3.50.00.00.00.00.0696 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Objeto: Pronto Atendimento à noite no horário das 18 horas às 08 horas em dia de semana, e no sistema de 24 horas em sábados, domingos e feriados.

Passo de Torres, 12 de Janeiro de 2018.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 012/2018

Publicação Nº 1493729

PORTARIA Nº 012/2018

CÉLIO MACHADO, Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Ademir João Machado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, nomeado pela Portaria 054/1992, matrícula nº 39, até 14/02/2018, conforme comunicado de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 017 de 06 de abril de 2009.

Município de Paulo Lopes em 16 de janeiro de 2018.

Célio Machado  
Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 18 de janeiro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018

Publicação Nº 1493717

EXTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Decreto Executivo 65/2017 TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2018. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição nos site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 18 de janeiro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02/2017

Publicação Nº 1493720

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 02/2017, conforme Processo Licitatório 02/2017. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratada NOEMI APARECIDA DA SILVA MACHADO, CPF nº 050.480.909-18. Objeto: objeto prorrogar o prazo de vigência ao contrato nº 02/2017 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2018. A prorrogação de prazo de vigência mencionada na cláusula anterior decorre em conformidade ao que disciplina o inciso VI do § 1º Artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 20/12/2017.



# RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493741

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.673.171,50	1.673.171,50	1.301.280,01	77,77
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	350.672,50	350.672,50	379.471,31	108,21
1.1.1- IPTU	251.000,00	251.000,00	294.361,92	117,28
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	99.672,50	99.672,50	85.109,39	85,39
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	164.256,40	164,26
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	164.256,40	164,26
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	982.499,00	982.499,00	552.150,09	56,20
1.3.1- ISS	895.500,00	895.500,00	500.964,29	55,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	86.999,00	86.999,00	51.185,80	58,83
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	205.402,21	85,58
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.453.000,00	11.453.000,00	9.700.916,56	84,70
2.1- Cota-Parte FPM	6.700.000,00	6.700.000,00	5.545.298,86	82,77
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.200.000,00	6.200.000,00	5.252.515,00	84,72
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	500.000,00	500.000,00	292.783,86	58,56
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	3.434.044,00	90,37
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	13.521,97	90,15
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	48.154,78	80,26
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	15.074,73	502,49
2.6- Cota-Parte IPVA	875.000,00	875.000,00	644.822,22	73,69
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>13.126.171,50</b>	<b>13.126.171,50</b>	<b>11.002.196,57</b>	<b>83,82</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	13.698,14	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	420.000,00	420.000,00	383.057,65	91,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	320.000,00	320.000,00	293.244,07	91,64
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	9.800,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	70.000,00	70.000,00	61.481,60	87,83
5.4- Transferências Diretas - PNATE	30.000,00	30.000,00	18.531,98	61,77
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	315.000,00	315.000,00	216.582,80	68,76
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>735.000,00</b>	<b>735.000,00</b>	<b>613.338,59</b>	<b>83,45</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.190.600,00	2.190.600,00	1.881.624,44	85,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.240.000,00	1.240.000,00	1.050.502,71	84,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	686.807,83	90,37
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.704,35	90,15
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	9.630,98	80,26
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	3.014,87	502,48
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	175.000,00	175.000,00	128.963,70	73,69
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.700.000,00	2.700.000,00	2.646.322,30	98,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.700.000,00	2.700.000,00	2.633.818,43	97,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	12.503,87	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>509.400,00</b>	<b>509.400,00</b>	<b>752.193,99</b>	<b>147,66</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				



MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.650.000,00	1.840.000,00	1.824.102,13	99,14	1.824.102,13	99,14
13.1- Com Educação Infantil	350.000,00	400.000,00	389.555,08	97,39	389.555,08	97,39
13.2- Com Ensino Fundamental	1.300.000,00	1.440.000,00	1.434.547,05	99,62	1.434.547,05	99,62
14- OUTRAS DESPESAS	1.050.000,00	912.818,07	728.439,32	79,80	659.908,54	72,29
14.1- Com Educação Infantil	310.000,00	366.000,00	255.048,64	69,69	254.698,31	69,59
14.2- Com Ensino Fundamental	740.000,00	546.818,07	473.390,68	86,57	405.210,23	74,10
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.700.000,00	2.752.818,07	2.552.541,45	92,72	2.484.010,67	90,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						52.818,07
17.1 - FUNDEB 60%						52.818,07
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						52.818,07
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.431.192,60
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						66,93
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						24,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						8,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						52.818,07
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						52.818,07
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	843.000,00	849.000,00	661.419,54	77,91	661.069,21	77,86
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	843.000,00	849.000,00	661.419,54	77,91	661.069,21	77,86
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	660.000,00	766.000,00	644.603,72	84,15	644.253,39	84,11
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	183.000,00	83.000,00	16.815,82	20,26	16.815,82	20,26
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.270.000,00	3.186.818,07	2.863.009,99	89,84	2.789.503,90	87,53
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.040.000,00	1.986.818,07	1.907.937,73	96,03	1.839.757,28	92,60
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.230.000,00	1.200.000,00	955.072,26	79,59	949.746,62	79,15
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.113.000,00	4.035.818,07	3.524.429,53	87,33	3.450.573,11	85,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						752.193,99
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						12.503,87
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						50.177,17
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						—
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						814.875,03
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36))						2.635.698,08
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						23,96
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	320.000,00	400.000,00	245.699,95	61,42	228.464,83	57,12
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	617.000,00	617.000,00	595.314,96	96,49	580.405,67	94,07
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	937.000,00	1.017.000,00	841.014,91	82,70	808.870,50	79,53
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.050.000,00	5.052.818,07	4.365.444,44	86,40	4.259.443,61	84,30
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (j)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	77.482,76	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.633.818,43	293.244,07
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.492.765,33	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	2.483.845,82	0,00
48.2 Restos a Pagar	8.919,51	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.503,87	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	231.039,73	293.244,07
51- (+) Ajustes	(201.624,55)	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	(201.624,55)	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	29.415,18	293.244,07

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES  
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO  
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018 - PMP

Publicação Nº 1493248

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2017 - PMP  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2017 - PMP  
Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA AO CONTRATANTE DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SINALIZAVIA SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI - ME, estabelecida à Rua Elia Pintarelli, nº 463, CEP 89.245-000, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.221.801/0001-10, Telefone: 473466-5551 – 47 99103-1570, representada, neste ato pelo Sr. Marcos Tiaraju Fachini, CPF sob o nº 98.733.189-91, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 028/2018 - PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para contratação de empresa especializada para futura prestação de serviços de instalação e manutenção de sinalização horizontal em diversas ruas do Município, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, para atender necessidades da Secretaria de Planejamento Urbano do Município, conforme solicitação nº 1497/2017, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. O(s) serviço(s)/material(is)/produto(s) tem seus valores registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) serviço(s)/material(is)/produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	PINTURA	Sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com micro esfera de vidro.	M² (metro quadrado)	13.481	R\$ 9,25	R\$ 124.699,25
2	TACHÕES	Instalação com fornecimento de material de tachões monodirecionais, tamanho 25x15x5 CM (branco).	UN	3.000	R\$ 16,00	R\$ 48.000,00
3	TACHÕES	Instalações com fornecimento de material de tachinhas monodirecionais, tamanhos 10x8x2 CM (BRANCO).	UN	1.000	R\$ 3,80	R\$ 3.800,00
TO-TAL						R\$ 176.499,25

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, em prazo a ser definido pela Secretaria, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo



Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria de Planejamento Urbano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) serviço(s)/material(is)/produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos serviço(s)/material(is)/produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do(s) serviço(s)/material(is)/produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de mão de obra, materiais, equipamentos ou outros elementos que sejam necessários à execução do objeto, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Planejamento Urbano. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.



8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.



13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Planejamento Urbano.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

SINALIZAVIA SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI – ME

Marcos Tiaraju Fachini

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017



**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2018 - FMS**

Publicação Nº 1492992

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos em referência à listagem atualizada da tabela CMED, incluindo a responsabilidade pelos prazos de validade de cada item, sua manipulação por profissionais qualificados e a entrega diretamente na Secretaria de Saúde, para atender demanda judicial de pacientes do Município de Penha, conforme solicitação nº 6/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 31/01/2018 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 - PMP**

Publicação Nº 1493176

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de serviço de transporte de estudantes universitários do Município de Penha para Instituições de Ensino em cidades da região, atendendo solicitação nº 4/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 31/01/2018 às 14:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 55/2018**

Publicação Nº 1493430

PORTARIA N.º 55/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 64, inciso VI c/c Art. 89, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - NOMEAR membros para compor a COMISSÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS para aquisição de materiais esportivos oriundos do Processo Licitatório nº002/2017 – FME, Pregão Presencial 002/2017 - FME, sendo os servidores:

- CARLOS CESAR DE SOUZA – Matrícula 23 – Superintendente de Esporte
- PAULO ROBERTO DA SILVA – Matrícula 25 – Coordenador de Eventos Comunitários
- PAULO ROBERTO DE SOUZA – Matrícula 26 – Diretor Administrativo
- PABLO EDNEY STURMER – Matrícula 4169/6014 – Professor

Art. 2º - Esta Portaria passará a vigorar a partir da data da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 56/2018**

Publicação Nº 1493432

PORTARIA N.º 56/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - BAIXAR a Portaria nº. 1124, do Sr. EVERALDO LOURIVAL FRANCISCO do cargo em comissão de COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 57/2018**

Publicação Nº 1493436

PORTARIA N.º 57/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. JORGE GLENIO BORBA para o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO DETRAPEN I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 58/2018**

Publicação Nº 1493438

PORTARIA N.º 58/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICANCIA/PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apuração dos fatos referentes as faltas não justificadas do funcionário efetivo ROBINSON FABIANO VAZ da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 59/2018**

Publicação Nº 1493444

PORTARIA N.º 59/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. CAROLINE LEITE DE OLIVEIRA, para exercer a função de Técnica em Enfermagem, no período de 11/01/2018 a 10/01/2019, de acordo com o Contrato nº 17/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 60/2018**

Publicação Nº 1493449

PORTARIA N.º 60/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. KEILA KARINE PEILINA, para exercer a função de Servente/Merendeira, no período de 11/01/2018 a 10/01/2019, de acordo com o Contrato nº 18/2018 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 61/2018**

Publicação Nº 1493453

PORTARIA N.º 61/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. NAYARA DOS SANTOS GOMES, com efeito a partir de 15/01/2018 a 15/07/2018, de acordo com o 3º Termo Aditivo nº 19/2018 ao Contrato nº 29/2016 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 62/2018**

Publicação Nº 1493456

PORTARIA N.º 62/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) do Sr. ERIBERTO LUCHTEMBERG, com efeito a partir de 30/01/2018 a 30/03/2018, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 20/2018 ao Contrato nº 19/2017 FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 63/2018**

Publicação Nº 1493460

PORTARIA N.º 63/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. CIBELE MARIA DE CARVALHO, no período de 18/12/2017 a 31/01/2018, conforme o 4º Termo Aditivo nº 768/2017 ao Contrato nº 524/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1373/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 64/2018**

Publicação Nº 1493467

PORTARIA N.º 64/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. ELAINE CRISTINA DE JESUS, no período de 18/12/2017 a 31/01/2018, conforme o 2º Termo Aditivo nº 772/2017 ao Contrato nº 11/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1377/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO



**PORTARIA Nº 65/2018**

Publicação Nº 1493468

PORTARIA N.º 65/2018

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido o Contrato nº 288/2017 PMP, onde era contratada a Sra. GISELE CRISTINA REBELO, na função de Servente/Merendeira, a contar de 11/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 66/2018**

Publicação Nº 1493470

PORTARIA N.º 66/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1046/2017(para apurar sobre a conduta da funcionária THATIANE FRANCISCO DA SILVA, conforme CI Nº 634/2017 da Secretaria de Saúde) composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 67/2018**

Publicação Nº 1493473

PORTARIA N.º 67/2018

O Prefeito Municipal de Penha e, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

:

Art. 1º - PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1259/2017(para apuração dos fatos referentes a solicitação de pagamento de débitos para a empresa MERCOLUX, Contrato Nº 59/2017 originado pelo Registro de Preços Nº 17/2016 – PMP) composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LEMOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 11 de Janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito.

LIAMAR MAGDA SOLER  
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002 2018 - PMP**

Publicação Nº 1493418

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018-PMP

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de equipamento de processamento de dados (tablets) para atender necessidades das Secretarias de Governo, Secretaria de Pesca e Agricultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento Urbano, Fundo Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitações anexas ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 01/02/2018 às 09:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal



# Peritiba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 18/2018

Publicação Nº 1492822

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

**Dados do Processo Licitatório:**

Processo de licitação nº 36/2017 Credenciamento Universal nº 01/2017 e o Processo de Licitação nº 09/2018 Inexigibilidade nº 01/2018

Objeto: Contratação de pessoas físicas ou jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município para o ano de 2018 a 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2018.

Contratado: LUCINDA POTRATZ MAUS

CPF sob o nº 492.336.299-53

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Data de Vigência: 12/01/2018 à 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 12 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

prazo determinado, bem como, serviços de suporte, atualização e atendimento técnico.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2018.

Contratado: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMACAO LTDA - EPP

CNPJ nº 04.072.953/0001-16

Valor: R\$ 3.697,32 (Três mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos)

Data de Vigência: 12/01/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 12 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 21/2018

Publicação Nº 1492830

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

**Dados do Processo Licitatório:**

Processo Licitatório nº 115/2017, modalidade Concorrência Pública nº 04/2017

Objeto: Concessão de direito real de uso não remunerado sobre bem imóvel, localizado na área industrial, SC 390, Linha Gaúcha, de propriedade do Município de Peritiba, conforme previsão expressa na Lei n. 1927/2012.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2018.

Contratado: BISCOITOS NANY LTDA ME

CNPJ nº 08.652.817/0001-56

Data de Vigência: 15/01/2018 à 14/01/2028.

Município de Peritiba – SC em 15 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 19/2018

Publicação Nº 1492826

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

**Dados do Processo Licitatório:**

Processo Licitatório nº 10/2018 , Dispensa de Licitação nº 02/2018

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção in loco dos equipamentos de internet, informática/processamento de dados pertencentes aos diversos setores/departamentos do Município de Peritiba e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2018.

Contratado: CP1 INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ nº 14.449.773/0001-64

Valor: R\$ 4.720,00 (Quatro mil, setecentos e vinte reais)

Data de Vigência: 12/01/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 12 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 20/2018

Publicação Nº 1492828

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

**Dados do Processo Licitatório:**

Processo Licitatório nº 01/2018, Dispensa de Licitação nº 01/2018

Objeto: Locação de software de gestão escolar descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLAVIANET® - EVN – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, sob a forma de licença de uso por



# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 331

Publicação Nº 1493718

DECRETO Nº 331, de 17 de Janeiro de 2018.

CRIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO, NOMEIA SEUS MEMBROS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada Comissão Especial composta por: RENATO JUSTINO BORGES, MARCIA MEDEIROS, ARLETE BORGES GOULART CARDOSO, PERPÉtua GUIMARÃES PRUDÊNCIO e RAQUEL FERNANDES COSTA DA SILVA, todos funcionários públicos municipais, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Municipal do Edital referente ao Processo Seletivo nº 001/2018, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2018.

Art. 2º. Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, as provas de títulos e verificar quanto à publicidade dos atos, bem como acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 17 de Janeiro de 2018.

LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO

Prefeito em Exercício

Vencedor: João Eduardo Botega-ME

Valor: R\$ 117.188,15

Vigência da Ata: 21/12/2017 a 21/12/2018

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 31/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal De Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial Nº: 26/2017

Objeto: Contratação de pessoa Jurídica para aquisição de materiais de construção e materiais em geral para aquisição de materiais de construção e materiais em geral para atender a demanda da secretaria de obras da prefeitura de Pescaria Brava, bem como as diversas secretarias do Município.

Vencedor: Madecril Madeiras e Construções

Valor: R\$ 227.640,08

Vigência da Ata: 21/12/2017 a 21/12/2018

### EXTRATO DO CONTRATO

Publicação Nº 1492929

Extrato do contrato da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Processo Administrativo Nº: 60/2017

Carta convite Nº: 08/2017

Contrato Nº: 01/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Contratada: Concursul – Assessoria e Consultoria LTDA

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Assessoria do RH. Orientar, assessorar comissões na realização de certames, desenvolver os trabalhos técnicos necessários, revisão de projetos de estatuto dos servidores públicos, avaliação de desenvolvimento e relatórios técnicos com acompanhamento "IN LOCO".

Valor: 73.320,00

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2017 Nº 30/2017 Nº 31/2017

Publicação Nº 1492820

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 29/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal De Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial Nº: 26/2017

Objeto: Contratação de pessoa Jurídica para aquisição de materiais de construção e materiais em geral para aquisição de materiais de construção e materiais em geral para atender a demanda da secretaria de obras da prefeitura de Pescaria Brava, bem como as diversas secretarias do Município.

Vencedor: Patrícia Martins Borges-ME

Valor: R\$ 397.325,03

Vigência da Ata: 21/12/2017 a 21/12/2018

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 30/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal De Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial Nº: 26/2017

Objeto: Contratação de pessoa Jurídica para aquisição de materiais de construção e materiais em geral para aquisição de materiais de construção e materiais em geral para atender a demanda da secretaria de obras da prefeitura de Pescaria Brava, bem como as diversas secretarias do Município.



# Petrolândia

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 01 2018 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA FMS**

Publicação Nº 1492760

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO NO ATENDIMENTO DE DEMANDAS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E PARA ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 31/01/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 18 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL 05 2018 - TUBOS DE CONCRETO**

Publicação Nº 1492785

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 05/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA USO NA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 01/02/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 18 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1493715

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2018  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01/02/2018, licitação modalidade Pregão Presencial nº 002/2018, visando a aquisição de medicamentos constantes da Lista ABCFARMA, exceto os relacionados na Lista Básica da Farmácia Municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, exercício 2018.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/02/2018, até às 08:45 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO 4746

Publicação Nº 1493026

DECRETO Nº 4.746, DE 03 DE JANEIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 1.13 - AQUISIÇÃO VEÍCULO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata

o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 4747

Publicação Nº 1493027

DECRETO Nº 4.746, DE 03 DE JANEIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 1.13 - AQUISIÇÃO VEÍCULO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 4748

Publicação Nº 1493029

DECRETO Nº 4.748, DE 03 DE JANEIRO DE 2018  
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I,



da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação de recursos no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação: 1.13 - AQUISIÇÃO VEÍCULO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS RURAIS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 134 – Transferências de Convênios/ União

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Provável Excesso de Arrecadação no Município de Pinheiro Preto de 2018 com o contrato de repasse nº 846775/2017/SEAD/CAIXA, com objeto de repasse Aquisição de Máquinas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 048

Publicação Nº 1493030

PORTARIA Nº 048, DE 16 de janeiro DE 2018.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA JANETE DE SOUZA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora JANETE DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 21/03/2016 a 20/03/2017, cujo gozo dar-se-á no período de 17 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal, 16 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 049

Publicação Nº 1493032

PORTARIA Nº 049, DE 16 de janeiro DE 2018.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR JEAN CARLOS MOREIRA DA VEIGA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor JEAN CARLOS MOREIRA DA VEIGA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro - PSF, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 18/07/2016 a 17/07/2017, cujo gozo dar-se-á no período de 17 de janeiro de 2018 a 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal, 16 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 050

Publicação Nº 1493031

PORTARIA Nº 050, DE 16 de janeiro DE 2018.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A ZILDETE MARIA DENARDI.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a ZILDETE MARIA DENARDI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária de Saúde e Bem-Estar Social, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018, cujo gozo dar-se-á no período de 17 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018.

Centro Administrativo Municipal, 16 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## PORTARIA 051

Publicação Nº 1493737

PORTARIA Nº 051, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

DECLARA FRUSTRADO O CERTAME REPRESENTADO PELO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 002/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a decisão da Comissão Permanente de Licitação que desclassificou a proposta de preços do único licitante interessado;

Considerando que foi negado provimento ao recurso do licitante;

Considerando o trânsito em julgado da decisão,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarado frustrado o certame na modalidade Concorrência Pública, Edital n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal



# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DL04\_2018

Publicação Nº 1492946

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº DL/PM-004/2018 Contrato: Contrato Administrativo nº 004/2018 Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ Objeto: SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS INERENTES A EXECUÇÃO DOS PROJETOS AMBIENTAIS EXISTENTES. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 Art . 24 ..... VIII - Para aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;  Valor Total: R\$ 14.395,00 (quatorze mil trezentos e noventa e cinco reais) Vigência: 17/01/2018 até 31/12/2018.  Planalto Alegre- SC em 17 de Janeiro 2018.
JUARES BET
Prefeito

com efeitos no dia 18 de janeiro de 2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre/SC, em, 17 de Janeiro de 2018.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

### PORTARIA 205/2018

Publicação Nº 1492775

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 205/2017

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DE TRABALHO TEMPORARIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EMELI JACOMINI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir a pedido o contrato de trabalho temporário da servidora pública municipal Emeli Jacomini, ocupante do cargo de Nutricionista - NASF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação



# Pomerode

## SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 007-2017

Publicação Nº 1493310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO)

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2017

Processo Administrativo n.º 009 / 2019.  
Credenciamento n.º 001 / 2017.  
Contratante: SAMAE DE POMERODE.  
Contratada: JORNAL DE POMERODE EDITORA LTDA EPP

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS EDITORAS DE JORNAIS, COM CIRCULAÇÃO LOCAL, DE ABRANGÊNCIA TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC

0.1. - Fica prorrogado o presente contrato administrativo 08-2017 vigorando até 31-12-2018.

Pomerode / SC, 19 de Dezembro de 2017.  
RICARDO CAMPESTRINI  
Presidente do SAMAE

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 008-2017

Publicação Nº 1493311

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO)

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2017

Processo Administrativo n.º 009 / 2019.  
Credenciamento n.º 001 / 2017.  
Contratante: SAMAE DE POMERODE.  
Contratada: TESTO EDITORA E EVENTOS LTDA ME

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS EDITORAS DE JORNAIS, COM CIRCULAÇÃO LOCAL, DE ABRANGÊNCIA TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC

0.1. - Fica prorrogado o presente contrato administrativo 08-2017 vigorando até 31-12-2018.

Pomerode / SC, 19 de Dezembro de 2017.  
RICARDO CAMPESTRINI  
Presidente do SAMAE

### EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO 007-2015

Publicação Nº 1493308

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO)

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2015

Processo Administrativo n.º 021 / 2015.

Pregão n.º 0018 / 2015.

Contratante: SAMAE DE POMERODE.

Contratada: VERDE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA - EPP

Objeto: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAPACIDADE DE 15M³, COM AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL

0.1. - Fica prorrogado o presente contrato administrativo 08-2017 vigorando até 30-06-2018.

0.2. - De acordo com o item 5.1 da Cláusula Quinta 5 - DO REAJUSTAMENTO o presente contrato sofrerá um reajuste de 1,94% conforme INPC-IBGE acumulado, passando assim o valor unitário da locação para R\$ 14.130.97 (quatorze mil cento e trinta reais e noventa e sete centavos)

Pomerode / SC, 15 de Dezembro de 2017.  
RICARDO CAMPESTRINI  
Presidente do SAMAE

### EXTRATO CONTRATO 016-2017

Publicação Nº 1493313

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SAMAE (SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2017

Processo Administrativo n.º 016 / 2017.  
Pregão n.º 0013 / 2017.  
Contratante: SAMAE DE POMERODE.  
Contratada: J-TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LOCAÇÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO COMERCIAL E SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS EM AMBIENTE WEB, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA O SAMAE DE POMERODE CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

Item 03: Locação, Manutenção, Suporte Técnico mensal para sistema comercial/operacional e Hospedagem para VPS.

Valor Total: R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS).

Pomerode / SC, 18 de Dezembro de 2017.  
RICARDO CAMPESTRINI  
Presidente do SAMAE



**EXTRATO CONTRATO 017-2017**

Publicação Nº 1493314

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SAMAE (SERVIÇOS AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA DE ESGOTO)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2017

Processo Administrativo n.º 029 / 2017.

Pregão n.º 0023 / 2017.

Contratante: SAMAE DE POMERODE.

Contratada: PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXE-  
CUÇÃO DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DOS FILTROS DA ES-  
TAÇÃO DE TRATAMENTO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE  
ÁGUA NA ETA 02.

Valor Total: R\$ 260.000,00 (Duzentos e Sessenta mil Reais).

Pomerode / SC, 20 de Dezembro de 2017.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente do SAMAE



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO- 1734/2018

Publicação Nº 1493017

DECRETO nº 1734/2018

PUBLICA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO CONCURSO PUBLICO N. 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

DECRETA

Art. 1º- O Prefeito Municipal torna público a segunda retificação do edital do concurso público n. 001/2018.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Janeiro de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de Janeiro de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

### DECRETO- 1735/2018

Publicação Nº 1493021

DECRETO Nº 1735/2018

PUBLICA O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA

Art. 1º - O Prefeito Municipal torna público, o edital do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2018, para cargos de Monitor Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Ponte Alta do Norte, 17 de Janeiro de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de Janeiro de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

### EXTRATO DO EDITAL- 001-2018

Publicação Nº 1493033

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

EXTRATO DO EDITAL DE  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2018

O Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Organizadora para acompanhar e julgar o Processo Relativo ao Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 001/2018, nomeada pela Portaria municipal, torna público a realização de processo seletivo simplificado, para provimento de vagas para cargos públicos, junto ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, com inscrições abertas no período de 22/01/2018 até 26/01/2018, para o cargo de Monitor Educacional. Informações completas constam do inteiro teor do edital que encontra-se publicado no mural oficial e site da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, [www.pmpn.sc.gov.br](http://www.pmpn.sc.gov.br).

Ponte Alta do Norte (SC), 17 de Janeiro de 2018.

Roberto Molin de Almeida  
Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte

### PORTARIA - 010/2018

Publicação Nº 1493262

PORTARIA N. 010/2018

FICA CONCEDIDO FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE EMPREGO PUBLICO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.

RESOLVE:

Art.1º- Fica concedido férias a servidora municipal, LURDILÉIA SILVEIRA MOYSES, matrícula nº 682, ocupante do cargo de emprego público, de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03 de Agosto de 2016 a 03 de Agosto de 2017, e gozada as férias, no período 17 de Janeiro de 2018 a 26 de Janeiro de 2018, equivalente a 10 (dez) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Janeiro de 2018.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria ao dezessete dias do mês de janeiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.



**PORTARIA - 011/2018**

Publicação Nº 1493267

PORTARIA N.011/2018

FICA CONCEDIDO FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.

RESOLVE

Art.1º- Fica concedido férias a servidora municipal, VERA LUCIA VARGAS FERNANDES, matrícula nº 1301, ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de enfermagem, referente ao período aquisitivo de 04 de Janeiro de 2015 a 04 de Janeiro de 2016 e 04 de Janeiro de 2016 a 04 de Janeiro de 2017 e gozada as férias, no período de 14 de Fevereiro de 2018 a 23 de Fevereiro de 2018, equivalente a 10 (dez) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Janeiro de 2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezessete dias do mês de Janeiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

**PORTARIA - 012/2018**

Publicação Nº 1493274

PORTARIA N.012/2018

FICA CONCEDIDO FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 76 da Lei Complementar nº 006/2001.

RESOLVE

Art.1º- Fica concedido férias ao servidor municipal, LUCAS MAZZOLENI, matrícula nº 10448, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2017 a 01 de Fevereiro de 2018 e gozada as férias, no período de 19 de Fevereiro de 2018 a 28 de Fevereiro de 2018, equivalente a 10 (dez) dias.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 008/2018 e demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 17 de Janeiro de 2018.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezessete dias do mês de Janeiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 007/2018 - PMPB

Publicação Nº 1493224

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 007/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa para prestação de serviço de Manutenção Corretiva e Preventiva de Ar Condicionado, incluindo peças para conserto, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 31/01/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 31/01/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 211 ou pelo e-mail [administracao@portobelo.sc.gov.br](mailto:administracao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 18 de Janeiro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal



# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 380/2018

Publicação Nº 1492994

DECRETO Nº 380, de 16 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a constituição da Comissão Permanente de Licitação – CPL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o insculpido no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – CPL de Porto União – SC, a qual será composta pelos seguintes membros:

I- MIGUEL CHOKAILO NETO, nomeado para o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Esporte, na Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

II- ÉDINO ANDRIOLI, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

III- VINÍCIUS ANDRÉ MAKIAK, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Planejamento;

IV- 1ª Suplente: GRACIELE CARLA BORDIGNON RODRIGUES, nomeada para o Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração e Esporte;

V- 2ª Suplente: AFONSO WASMANN NETO, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade.

Parágrafo único. Quando um membro titular não puder se fazer presente na sessão, o mesmo deverá convocar um suplente para substituí-lo.

Art. 2º A Comissão instituída através deste Decreto será presidida pelo Sr. Miguel Chokailo Neto, secretariada pelo Servidor Édino Andrioli, e terá como membros: Vinícius André Makiak, Graciele Carla Bordignon Rodrigues e Afonso Wasmann Neto.

Art. 3º Compete à Comissão Permanente de Licitação ora constituída:

I- receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às Licitações, em todas as suas modalidades; e

II- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de atuação.

Art. 4º A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação de que trata o presente Decreto será de 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º A Comissão responderá solidariamente por todos os atos praticados pela mesma, salvo se posição individual divergente devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 6º Revogam-se o Decreto nº 046, de 20 de janeiro de 2017, e as demais disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de janeiro de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1.230/2017 - RH

Publicação Nº 1493146

PORTARIA Nº 1.230, de 26 de dezembro de 2017.

Declarar Vacância.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR VACANCIA, de acordo com o Artigo 56, Inciso VIII, da Lei Municipal 2055/94, de uma vaga para o cargo de provimento efetivo de Médico (Oftalmologista), em razão do falecimento do servidor CELIO OLIZAR PEREIRA, ocorrido no dia 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, (SC), em 26 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte



# Praia Grande

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018 - PMPG

Publicação Nº 1493736

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MERENDA ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA 2018

ENTREGA DOS ENVELOPES: 09:00 HORAS DO DIA 31 DE JANEIRO DE 2018.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 09:15 HORAS DO DIA 31 DE JANEIRO DE 2018.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00 ÀS 13:00 H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 17 DE JANEIRO DE 2018.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 15/2018

Publicação Nº 1492947

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 15/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 8.746,00 (Oito mil, setecentos e quarenta e seis reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

### EXTRATO CONTRATO Nº 17/2018

Publicação Nº 1492951

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 17/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RONCAGLIO AGROCOMERCIAL LTDA - ME
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 2.550,50 (Dois mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

### EXTRATO CONTRATO Nº 16/2018

Publicação Nº 1492949

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 16/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 5.960,00 (Cinco mil, novecentos e sessenta reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

### EXTRATO CONTRATO Nº 18/2018

Publicação Nº 1492956

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 18/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA-ME
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018



**EXTRATO CONTRATO Nº 19/2018**

Publicação Nº 1492957

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Nr. 19/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DIEGO JOSÉ DAROLD
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 990,00 (Novecentos e noventa e nove reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 20/2018**

Publicação Nº 1492960

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Nr. 20/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ZEFERINO ANTÔNIO CADORE
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 640,00 (Seiscentos e quarenta reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 21/2018**

Publicação Nº 1492962

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Nr. 21/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BANXAP – BANHEIROS MÓVEIS LTDA-ME

OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 22/2018**

Publicação Nº 1492963

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Nr. 22/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO - ME
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 575,60 (Quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 23/2018**

Publicação Nº 1492965

**EXTRATO DE CONTRATO**  
Nr. 23/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUCIANE FRIGO - ME
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.



VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 987,20 (Novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 24/2018**

Publicação Nº 1492966

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 24/2018**

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO – COPERCASTELLO
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 1.245,00 (Hum mil, duzentos e quarenta e cinco reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 25/2018**

Publicação Nº 1493008

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 25/2018**

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA-EPP
OBJETO:	Tem por objeto a contratação e instalação de estrutura de tendas, sanitários, instalação elétrica, sonorização, divulgação, segurança e outros insumos e materiais para a realização de festividades alusivas ao 54º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Presidente Castello Branco/SC, para a realização de apresentações artísticas, 73º Kerbfest e realização da Expo Presidente Castello Branco 2018.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e serviços é de R\$ 16.750,00 (Dezesseis mil, setecentos e cinquenta reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.

VIGÊNCIA: 16/01/2018 à 31/03/2018

**EXTRATO CONTRATO Nº 26/2018**

Publicação Nº 1493132

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 26/2018**

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO – COPERCASTELLO
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2018, no Município de Presidente Castello Branco/SC, descritos na Cláusula Segunda deste termo de contrato, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.
VALOR:	Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 15.671,40 (Quinze mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA:	17/01/2018 à 31/12/2018



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO Nº 01/2018 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC

Publicação Nº 1492969



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28  
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108  
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

### EDITAL Pregão Presencial Nº1/2018 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 135/2018 de 15/01/2018 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 01/2018, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 31/01/2018
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 31/01/2018 às 09:15:00 horas.

#### II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2018.**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC**  
**ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L**

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ**  
**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 01/2018.**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC**  
**ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial,





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

**2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 31/01/2018 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.**

### III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 **Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (**deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição**).

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

### IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes na qualidade de beneficiário da lei 147/2014 com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

### V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - **DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2018 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

**Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.**

### VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

- 6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;
- 6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**
- 6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.
- 6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.**
- 6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

### VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

**5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);**

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes de pequeno porte com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

### VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item "7"** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

### **IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:**

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

### **X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI**

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

### **XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

### **XII - DO REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

### XIII - DA CONTRATAÇÃO





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

### XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição 2016.3339000000000000.1000000

### XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

### XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

### XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

### XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

### XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

**19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;**

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

**19.1.14 A empresa vencedora deverá ter seu equipamento em plenas condições de uso, com hodômetro funcionando corretamente.**

**19.1.15 Em caso de não ou mau funcionamento do aparelho Hodômetro o município de Presidente Nereu não tem obrigação de pagar pelas supostas horas trabalhadas.**

### XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

### XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

21.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

21.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

21.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

21.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.5.1 Adiada a abertura da licitação;

21.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

21.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

**externo dos envelopes).****ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)****ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)****ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).****ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).**

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail [compras@presidentenereu.sc.gov.br](mailto:compras@presidentenereu.sc.gov.br).

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo está se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 16 de janeiro de 2018.

---

**AURINO MAINCHAIN**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**ANEXO I****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20... E SEUS ANEXOS.**

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

\_\_\_\_\_  
Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_



**ANEXO II****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20....  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ...../20.....****PREGÃO PRESENCIAL Nº ...../20....****PROCESSO Nº ...../20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE .....**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa \_\_\_\_\_, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº ...../20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para .....Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

**1º COLOCADO:****Fornecedor: .....****Preço cotado para o item: R\$ .....****DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados serão reajustados conforme lei 10.520/02.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**



- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;



c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de 01/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....



Assinatura:

\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

\_\_\_\_\_  
**Pregoeiro**

Assinaturas fornecedores:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ..... pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede ..... Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em ..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

- I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF\_UP}
- II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até conforme necessidade do município

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços



contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do



Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 1/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 16 de janeiro de 2018

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 16.203



**ANEXO III****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO S DE MAQUINAS PESADAS PARA EVENTUAL NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	400	HORA	Serviço de escavadeira hidráulica acima de 14 toneladas	R\$195,00	R\$ 78.000,00
2	350	HORA	Serviço e escavadeira hidráulica acima de 17 toneladas	R\$225,00	R\$ 78.750,00
3	400	HORA	Serviço de Pá Carregadeira acima de 10 toneladas	R\$196,00	R\$ 78.400,00
4	650	HORA	Serviço com Retroescavadeira	R\$122,00	R\$ 79.300,00
5	400	HORA	Serviço com rolo compactador motorizado acima de 8 toneladas	R\$183,00	R\$ 73.200,00
6	600	HORA	Serviço com rolo compactador	R\$120,00	R\$ 72.000,00
7	350	HORA	Serviço de trator de esteira acima de 11 toneladas	R\$220,00	R\$ 77.000,00
8	400	HORA	Serviço com caminhão prancha truck.	R\$200,00	R\$ 80.000,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** \_\_\_\_\_ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

**LOCAL E DATA:**

**NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**



**ANEXO IV****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----  
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----  
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----  
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,  
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor  
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**  
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

-----  
DATA

-----  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA



**ANEXO V****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. --- -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante



**ANEXO VI****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO VII****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.  
Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO VIII****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO IX****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º .....,  
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de  
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei  
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete  
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para  
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o  
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação  
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e  
consideração.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20.....

\_\_\_\_\_  
Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.



**ANEXO X****PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL**

**NOME DE EMPRESA:** \_\_\_\_\_  
**CNPJ:** \_\_\_\_\_  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL** \_\_\_\_\_  
**ENDEREÇO COMPLETO:** \_\_\_\_\_  
**RUA:** \_\_\_\_\_ **Nº.** \_\_\_\_\_  
**BAIRRO:** \_\_\_\_\_  
**CEP:** \_\_\_\_\_  
**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **UF:** \_\_\_\_\_  
**FONE: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_**

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de máquinas pesadas para eventual necessidade do município de Presidente Nereu/SC da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	400	HORA	Serviço de escavadeira hidráulica acima de 14 toneladas		
2	350	HORA	Serviço e escavadeira hidráulica acima de 17 toneladas		
3	400	HORA	Serviço de Pá Carregadeira acima de 10 toneladas		
4	650	HORA	Serviço com Retroescavadeira		
5	400	HORA	serviço com rolo compactador motorizado acima de 8 toneladas		
6	600	HORA	Serviço com rolo compactador		
7	350	HORA	Serviço de trator de esteira acima de 11 toneladas		
8	400	HORA	serviço com caminhão prancha truck.		

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** \_\_\_\_\_ (conforme



subitem 5.1.4 do edital).

**LOCAL E DATA:**

**NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**



# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 16 DE 17.01.2018

Publicação Nº 1492768

DECRETO Nº 16, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA FUNCIONÁRIO (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Srta. ALESSANDRA CRISTINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Princesa, Linha Pinheirinho, portadora do CPF nº. 101.385.399-79 para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE SECRETARIA- diretor de controle e serviços gerais- departamento administração, planejamento e fazenda, Grupo/código CC-02, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 18.01.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18.01.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,  
17 de Janeiro de 2018.

DIANGELE F. K. MARMITT

Prefeita Municipal em exercício



**ANEXO 1- RGF CÂMARA**

Publicação Nº 1493186

**MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC - PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PRINCESA**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	360.700,97	0,00
Pessoal Ativo	360.700,97	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>360.700,97</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>12.669.286,49</b>	<b>-</b>
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>	<b>0,00</b>	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>12.669.286,49</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>360.700,97</b>	<b>2,85</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>760.157,19</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>722.149,33</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>684.141,47</b>	<b>5,40</b>

FONTE:



## ANEXO 2- RGF CÂMARA

Publicação Nº 1493188

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>68.923,25</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	0,00	68.923,25	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	68.923,25	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>12.695.873,93</b>	<b>13.040.601,00</b>	<b>13.165.302,25</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>15.235.048,72</b>	<b>15.648.721,20</b>	<b>15.798.362,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>13.711.543,84</b>	<b>14.083.849,08</b>	<b>14.218.526,43</b>
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	867,52	1.443,91
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	32.993,33	24.131,89
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

FONTE:



**ANEXO 3- RGF CÂMARA**

Publicação Nº 1493189

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>12.695.873,93</b>	<b>13.040.601,00</b>	<b>13.165.302,25</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.793.092,26</b>	<b>2.868.932,22</b>	<b>2.896.366,50</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.513.783,03</b>	<b>2.582.039,00</b>	<b>2.606.729,85</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:



**ANEXO 4- RGF CÂMARA**

Publicação Nº 1493190

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
<b>TOTAL (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>13.165.302,25</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>2.106.448,36</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.895.803,52</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>921.571,16</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:



## ANEXO 5- RGF CÂMARA

Publicação Nº 1493191

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PRINCESA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagor Liquid., e Não Pagos			Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagor Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educac	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



**ANEXO 6- RGF CÂMARA**

Publicação Nº 1493192

MUNICÍPIO DE PRINCESA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE PRINCESA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	12.669.286,49	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	360.700,97	2,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	760.157,19	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	722.149,33	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.798.362,70	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.787.243,03	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.027.085,84	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	886.850,05	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:



# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 5/2018

Publicação Nº 1493151

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 5/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM APICULTURA PARA PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO, CONSULTORIA NA ÁREA DE TURISMO E CONSULTORIA EM TURISMO ROTEIRO INTEGRADO.
O Prefeito Municipal em Exercício de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em apicultura para produtores rurais do município, consultoria na área de turismo e consultoria em turismo roteiro integrado, pelo período de 11 meses e 15 dias, de acordo com o inciso XIII do Art.24 da lei 8.666/93.
EMPRESA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC
VALOR: R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais).
QUILOMBO, 15 de janeiro de 2018.
ANDRE VENDRUSCOLO
Prefeito Municipal em Exercício

### AVISO 6/2018

Publicação Nº 1493152

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 6/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSOLIDAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE TODAS AS LEIS MUNICIPAIS - ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES.
O Prefeito Municipal em Exercício de Quilombo - SC, torna pública a Dispensa de Licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de consolidação e digitalização de todas as leis municipais - ordinárias e complementares, de acordo com o inciso II do Art.24 da lei 8.666/93.
EMPRESA: INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA ME.
VALOR: R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).
QUILOMBO, 17 de janeiro de 2018.
ANDRE VENDRUSCOLO
Prefeito Municipal em Exercício

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL 4/2018

Publicação Nº 1493166

#### AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2018.

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, Estado de Santa Catarina, leva ao conhecimento dos interessados a alteração promovida no Edital de Tomada de Preços nº 4/2018, nos seguintes termos:

Fica alterado o item 1 (Instalação da Obra) do Memorial Descritivo da Obra de Reforma e Adaptações no CEIM Branca de Neve, referente Edital de Tomada de Preços nº 4/2018, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“

#### 1. Instalação da Obra

##### Limpeza do terreno:

Na área a ser ocupada, será realizada raspagem e limpeza manual do terreno, o canteiro deverá ser organizado e limpo, cabendo a construtora (através de seu mestre de obras responsável) manter estas condições durante a obra, retirando quaisquer materiais, equipamentos, entulhos e outros que não sejam necessários à construção e, que venham de alguma forma prejudicar o bom andamento do trabalho e a segurança.

##### Ligações provisórias de água e luz:

Compete à construtora a edificação de um barraco para guardar materiais e ferramentas, ficando esta também responsável pelas ligações provisórias de energia elétrica, água potável, instalação provisória de sanitários, para os operários e, outras despesas que se fizerem necessárias.”

Quilombo, 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 013/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493635

DECRETO Nº 013/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO.

O Prefeito Municipal em Exercício de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX e X do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, Considerando requerimento apresentado pela Cooperativa de Crédito e Investimentos Parque das Araucárias – Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, protocolado junto a municipalidade sob o nº 2179/2018, datado de 12 de janeiro de 2018; Considerando que a legislação afeta ao Direito Administrativo e toda a doutrina especializada permitem a autorização de uso de bem público, por prazo determinado e por ato unilateral e discricionário do Poder Executivo, a título gratuito ou remunerado;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica a Cooperativa de Crédito e Investimentos Parque das Araucárias – Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, inscrita no CNPJ nº 82.065.285/0018-51, autorizada a utilizar a Praça Municipal Hélio Antonio Faresin, nos dias 19 e 20 de janeiro do corrente ano, para realização do evento “3º Feirão de Veículos”.

Art. 2º Para a utilização da área coberta, a requerente fica responsável em recolher tarifa para utilização de bem público, conforme previsto no §1º do Art. 2º do Decreto 215/2014, de 10 junho de 2014.



Art. 3º A requerente ficará responsável pela segurança total do evento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicado

Em 17/01/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

## **DECRETO Nº 014/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1493636

DECRETO Nº 014/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal em Exercício de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Municipal, Suelen Bigolin Barbosa para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no Inciso IV do Artigo 2º da Lei Federal 10.520.

Parágrafo Único. Como suplentes do Pregoeiro ficam designados as servidoras Magali Salete Dalmaz e Cristiane Breansini Berlanda que substituirão a titular em suas ausências.

Art. 2º Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos Processos Licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no Inciso IV do Art. 2º da Lei Federal 10.520:

I – Rildo José Beber;

II – Alcione Maria Bevilacqua;

III – Eleni Segalla Farias.

Parágrafo Único. Como suplentes da equipe de apoio ficam designados os servidores André Luis Berlanda e Régis Eduardo Sete que substituirão os titulares em suas ausências.

Art. 3º As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º Os membros integrantes a que se refere o presente Decreto, não receberão qualquer remuneração decorrentes de suas atuações e participações, sendo considerado serviço de caráter relevante ao Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 010/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal, em 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicado

Em 17/01/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

## **DECRETO Nº 015/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1493637

DECRETO Nº 015/2018 – DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO E DA COMISSÃO JULGADORA DOS REGISTROS CADASTRAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1090/93, de 09 de setembro de 1993,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros da Comissão Especial de julgamento dos registros cadastrais, criada pela Lei Municipal nº 1090/93, de 09 de setembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte composição:

Presidente: Suelen Bigolin Barbosa;

Secretário: Cristiana Breansini Berlanda;

Auxiliar Direto: Alcione Maria Bevilacqua;

Suplentes: Ediane Madela e Rildo Jose Beber.

Art. 2º Ficam nomeados os membros da Comissão Permanente e especial de Licitação, nos termos da Lei Municipal nº 1.090/93, de 09 de setembro de 1993, passando a vigorar com a seguinte composição;

Presidente: Magali Salete Dalmaz;

Secretária: Régis Eduardo Sette;

Auxiliar Direto: Rildo Jose Beber;

Suplentes: Suelen Bigolin Barbosa e André Luis Berlanda.

Art. 3º As atribuições das respectivas comissões são as contidas nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 1090/93, de 09 de setembro de 1993.

Parágrafo Único. Ambas as Comissões atuarão nos processos licitatórios do Município e de seus Fundos.

Art. 4º Os serviços das Comissões serão considerados de caráter relevante, não sendo atribuído aos membros destas qualquer espécie de remuneração.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 011/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal, em 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicado

Em 17/01/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

## **PORTARIA Nº.025/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492813

PORTARIA Nº.025/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,



## RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 1791/2017 - de 28 de dezembro de 2017, ao Servidor Público Municipal Joelson de Quadros Moreira, no dia 16 de janeiro de 2017, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, o dia referente a esse período, será gozado em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de janeiro de 2018.  
ANDRÉ VENDRUSCOLO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 023/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492810

PORTARIA Nº. 023/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Inciso I do Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001,

## RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal abaixo relacionada, para gozo no período de 18 de janeiro de 2018 a 16 de fevereiro de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Ranata Eleutério Leite 07/01/2016 a 06/01/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de janeiro de 2018.  
ANDRÉ VENDRUSCOLO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 024/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492811

PORTARIA Nº. 024/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

## RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Dércio de Jesus Duarte Proêncio, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 16 e 17 de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de janeiro de 2018.  
ANDRÉ VENDRUSCOLO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 026/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492815

PORTARIA Nº. 026/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

## RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Daniela Gubert, ocupante do cargo de Enfermeira, por determinação médica e conforme atestado, no dia 12 de janeiro de 2018, no período matutino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de janeiro de 2018.  
ANDRÉ VENDRUSCOLO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_



Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 027/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492816

PORTARIA Nº. 027/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Maria Elena Lima Prior, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 15 de janeiro de 2018, das 7h30min às 12h30min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2187, de 16 de janeiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora ficará zerado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de janeiro de 2018.  
ANDRÉ VENDRUSCOLO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 028/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492817

PORTARIA Nº. 028/2018 - DE 16 DE JANEIRO DE 2018.  
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Cerlei Lurdes Busnello Spagnollo, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 17 de janeiro de 2018, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2188, de 16 de janeiro de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 93h40min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 16 de janeiro de 2018.  
ANDRÉ VENDRUSCOLO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada  
Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada



# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### EXTRATO PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO - 2017-PROCESSO 35-2017

Publicação Nº 1493333

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

O município de Rancho Queimado, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, Sra. Cleci Aparecida Veronezi, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo de Licitação, cujo objeto destina-se na contratação de empresa para aquisição de 1 trator agrícola novo, à diesel com potência mínima de 75 cv, 0 km, 4 cilindros 4x4, com engate e desengate, com bloqueio de diferencial mecânico e comando hidráulico, pneus traseiro de 18.4 x 30, pneu dianteiro 12.4 x 24, paralamas e capota de aço.

Empresa Vencedora: Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 86.430.576/0001-04. Valor total: R\$ 89.000,00 e 01 (uma) rotativa com 2, 20m de largura sem encanteirador.

Empresa Vencedora: Novo Solo Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 04.742.267/0001-05. Valor total: R\$ 11.610,00  
Homologo e Adjudico o objeto desta licitação. Rancho Queimado, 07 de novembro de 2017. Cleci Aparecida Veronezi  
Prefeita Municipal de Rancho Queimado-SC

Extrato de Contrato nº 72/2017. Contratante: Município de Rancho Queimado – SC. Contratado: Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 86.430.576/0001-04.

Objeto Contratado: 1 trator agrícola novo, à diesel com potência mínima de 75 cv, 0 km, 4 cilindros 4x4, com engate e desengate, com bloqueio de diferencial mecânico e comando hidráulico, pneus traseiro de 18.4 x 30, pneu dianteiro 12.4 x 24, paralamas e capota de aço. Valor total: R\$ 89.000,00. Prazo de entrega: 30 dias. Fonte de recurso: Processo 2625.1042528-63/2017 e Contrato de Repasse nº 847565/2017/MAPA/CAIXA.

Extrato de Contrato nº 73/2017. Contratante: Município de Rancho Queimado – SC. Contratado: Novo Solo Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 04.742.267/0001-05.

Objeto Contratado: - 01 (uma) rotativa com 2, 20m de largura sem encanteirador.

Empresa Vencedora: Novo Solo Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. Valor total: R\$ 11.610,00. Prazo de entrega: 30 dias. Fonte de recurso: Processo 2625.1042528-63/2017 e Contrato de Repasse nº 847565/2017/MAPA/CAIXA.

### EXTRATO PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO - 2017-PROCESSO 36-2017

Publicação Nº 1493334

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

O município de Rancho Queimado, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, Sra. Cleci Aparecida Veronezi, torna público a Homologação e Adjudicação do Processo de Licitação, cujo objeto destina-se na contratação de empresa para aquisição de:

- Colheitadeira de forragens nova, com potência 55cv com 12 facas e quebra grãos. Empresa Vencedora: Johnny Fabrício Campos Bruckhoff ME, CNPJ Nº 25.219.989/0001-50. Valor Total: 29.000,00

- 1 trator agrícola novo, à diesel com potência mínima de 75 cv, 0 km, 4 cilindros 4x4, com engate e desengate, com bloqueio de diferencial mecânico e comando hidráulico, pneus traseiro de 18.4

x 30, pneu dianteiro 12.4 x 24, paralamas e capota de aço. Empresa Vencedora: Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 86.430.576/0001-04. Valor total: R\$ 107.800,00.

- Plana agrícola traseira com largura mínima de 2,3m com giro de 360º.

Empresa Vencedora: Novo Solo Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 04.742.267/0001-05. Valor total: R\$ 3.300,00 e Kit encanteirador para enxada rotativa, com altura do canteiro de 25cm a 45cm. Valor total: R\$ 1.600,00.

Homologo e Adjudico o objeto desta licitação. Rancho Queimado, 19 de dezembro de 2017. Cleci Aparecida Veronezi  
Prefeita Municipal de Rancho Queimado-SC

Extrato de Contrato nº 85/2017. Contratante: Município de Rancho Queimado – SC. Contratado: Johnny Fabrício Campos Bruckhoff ME, CNPJ Nº 25.219.989/0001-50. Objeto Contratado: Colheitadeira de forragens nova, com potência 55cv com 12 facas e quebra grãos; Valor Total: 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Prazo de entrega: 30 dias. Fonte de recurso: Processo 2625.1042528-63/2017 e Contrato de Repasse nº 847565/2017/MAPA/CAIXA.

Extrato de Contrato nº 86/2017. Contratante: Município de Rancho Queimado – SC. Contratado: Agrowerner Comércio de Máquinas e Implementos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 86.430.576/0001-04

Objeto Contratado: 1 trator agrícola novo, à diesel com potência mínima de 75 cv, 0 km, 4 cilindros 4x4, com engate e desengate, com bloqueio de diferencial mecânico e comando hidráulico, pneus traseiro de 18.4 x 30, pneu dianteiro 12.4 x 24, paralamas e capota de aço. Valor total: R\$ 107.800,00. Prazo de entrega: 30 dias. Fonte de recurso: Processo 2625.1042528-63/2017 e Contrato de Repasse nº 847565/2017/MAPA/CAIXA.

Extrato de Contrato nº 87/2017. Contratante: Município de Rancho Queimado – SC. Contratado: Novo Solo Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 04.742.267/0001-05.

Objeto: Plana agrícola traseira com largura mínima de 2,3m com giro de 360º. Valor total: 3.300,00. Prazo de entrega: 30 dias. Fonte de recurso: Processo 2625.1042528-63/2017 e Contrato de Repasse nº 847565/2017/MAPA/CAIXA e Kit encanteirador para enxada rotativa, com altura do canteiro de 25cm a 45cm. Valor total: R\$ 1.600,00. Prazo de entrega: 30 dias. Fonte de recurso: Processo 2625.1042528-63/2017 e Contrato de Repasse nº 847565/2017/MAPA/CAIXA.



# Rio das Antas

## PREFEITURA

### PORTARIA 325 -2017

Publicação Nº 1492746

PORTARIA Nº325/2017, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO TEMPORARIA DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04, de 02/12/1993 e alterações posteriores, PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Contratado(a):	Cargo	Período de prorrogação
1. JONES LENZ	OFICIAL ADMINISTRATIVO	20/06/2017 a 30/09/2018

RIO DAS ANTAS, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 326 -2017

Publicação Nº 1492747

PORTARIA Nº 326/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Nº 1.173 de 14/11/2001 e alterações posteriores, PRORROGA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração de lei, os seguintes servidores abaixo relacionados:

Contratado	Período	Função
1. DOUGLAS ANTONIO BISSANI	03/07/2017 A 30/06//2018	MEDICO CLINICO GERAL

RIO DAS ANTAS, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

BIANCA FERRER UBER

Secretaria de Saúde

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 327 -2017

Publicação Nº 1492748

PORTARIA Nº 327/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04 e 05, de 02/12/1993 e 09/12/1993 e alterações posteriores, PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS, em razão de afastamento para tratamento de saúde, ficando alterada a data fim da contratação até o término da licença tratamento de saúde expedido pelo órgão competente (INSS) das servidoras, na Secretaria Municipal de Educação



Cultura e Esportes com a remuneração de lei.

Nome	Função	Portaria de Contratação
1. DIANA PAULA NIQUELLATI	PROFESSOR I	PORTARIA Nº 084/2017, DE 16 FEVEREIRO DE 2017
2. LEONORA JAKOBCZYNSKI	PROFESSOR- I	PORTARIA Nº 041 DE 03 DE MARÇO DE 2016
3. LUCIANA TASCHEK	AUXILIAR EDUCACIONAL	PORTARIA Nº 087/2017, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

RIO DAS ANTAS, 11 DE DEZEMBRO DE 2017  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 328 -2017

Publicação Nº 1492750

PORTARIA 328/ 2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 88, da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, a servidora abaixo relacionada sem prejuízo da remuneração, conforme atestado médico.

Nome	Função	Período da Licença
Debora Aparecida Ramos	Agente Comunitário de Saúde	11/12/2017 a 08/06/2018- 180 dias

RIO DAS ANTAS, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 330 -2017

Publicação Nº 1492752

PORTARIA Nº 330/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com disposto no artigo 83, da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, DE 30/09/93, CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE com a remuneração de lei aos seguintes servidores:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DO AFASTAMENTO
MARLENE APARECIDA NIQUELATTI	ASSISTENTE SOCIAL	11/12/2017 A 23/02/2018
CARLOS ALBERTO MOZZATO	MOTORISTA II VEIC PESADO	11/12/2017 A 09/02/2018
ANDREIA MORESCO STECIUK	AGENTE DE ATIVIDADE DE APOIO III	11/12/2017 A 10/01/2018
LUIZ HEITOR LAZARIS	SERVIDOR BRACAL	11/12/2017 A 09/02/2018
OSNI LISBOA	GARI	11/12/2017 A 09/02/2018
PEDRO XAVIER PEREIRA	VIGIA	27/11/2017 A 25/05/2018
ALDEMAR MAURER	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	27/11/2017 A 25/05/2018



RIO DAS ANTAS, 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 331 -2017

Publicação Nº 1492755

PORTARIA Nº 331/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei 1.773 de 16/12/2013, PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO com a remuneração de lei os seguintes:

1. ELTON RICARDO STECIUK	AGENTE DE DEFESA CIVIL	01/04/2017 A 31/03/2018
2. EDINEI FELIPE ELIAS ALVES	AGENTE DE DEFESA CIVIL	01/04/2017 A 31/03/2018
3. ANGELO ANTONIO PERIN	AGENTE DE DEFESA CIVIL	01/04/2017 A 31/03/2018
4. GILSON CRISTIANO GROLI	AGENTE DE DEFESA CIVIL	01/04/2017 A 31/03/2018

RIO DAS ANTAS, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

NADIR BIZZOTTO  
Secretário Municipal Desenv. Ind. Com. Turismo e Planejamento

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 332 -2017

Publicação Nº 1492756

PORTARIA Nº 332/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017  
PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04, de 02/12/1993 e alterações posteriores, PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas na Secretaria de Obras e Serviços :

Contratada:	Cargo	Período de contratação
1. CLAUDIO MOREIRA	OPERADOR DE MAQUINAS LEVES	01/03/2017 a 30/09/2018
2. LEANDRO ANTUNES PONTES	MOTORISTA II- VEIC PESADOS	01/03/2017 a 30/09/2018
3. VALERIO ANTONIO XAVIER	MOTORISTAI - VEIC PESADOS	01/03/2017 a 30/09/2018
4. JAIR SANTOS DE CAMARGO	SERVIDOR BRAÇAL	03/04/2017 A 30/09/2018
5. VILMAR LUIZ TIBOLLA	MOTORISTA II- VEIC PESADOS	01/03/2017 a 30/09/2018
6. EDIVAL INACIO	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	01/03/2017 a 30/09/2018
7. NEURI JOSÉ JAKOBCZYNSKI	MOTORISTA II – VEÍCULO PESADO	24/03/2017 A 30/09/2018
8. ELIO PEDRO MACHADO	SERVIDOR BRAÇAL	27/03/2017 a 30/09/2018
9. NOEMIA REGINA NEVES MACHADO	GARI	29/03/2017 a 30/09/2018
10. EZEQUIEL MARCELO CHINATO	GARI	29/03/2017 a 30/09/2018
11. PAULO CESAR FERREIRA	VIGIA	01/09/2017 A 30/09/2018
12. ADALBERTO DE OLIVEIRA	VIGIA	07/04/2017 A 30/09/2018
13. LUIZ CARLOS DE SOUZA CAMPOS	OPERADOR DE MAQUINAS LEVES	30/03/2017 a 30/09/2018
14. NELSON ANTUNES PONTES	AUXILIAR DE OPERADOR DE MÁQUINAS	03/04/2017 A 30/09/2018



RIO DAS ANTAS, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 333 -2017

Publicação Nº 1492757

PORTARIA Nº 333/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017  
PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na LEI COMPLEMENTAR Nº 04, de 02/12/1993 e alterações posteriores, PRORROGA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, com a remuneração de lei com carga horária semanal de 40 horas na Secretaria de Obras e Serviços :

Contratada:	Cargo	Período de contratação
1. IVOIR ELIAS ALVES	SERVIDOR BRAÇAL	24/03/2017 a 30/09/2018
2. PAULO ROBERTO LEDUR	SERVIDOR BRAÇAL	27/03/2017 a 30/09/2018

RIO DAS ANTAS, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.  
RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 334 -2017

Publicação Nº 1492758

PORTARIA Nº 334/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017  
SUBSTITUI PREGOEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, usando da competência que lhe confere o art.102, item VII da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e tendo em vista que o pregoeiro efetivo citado no Art.4º do Decreto nº 31/2017, de 09/05/2017 informou que não poderá se fazer presente em virtude de assuntos particulares;

#### RESOLVE:

Art.1º Fica designada a membro suplente (Art.4º do Decreto nº 31/2017, de 09/05/2017) ELIANE MARIA DE MORAES para atuar como pregoeiro nos dias 20 e 21/12/2017.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 14 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS  
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO  
Secretário Munic. de Administr. e Finanças

### PORTARIA 335 -2017

Publicação Nº 1492759

PORTARIA Nº 335/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com disposto no artigo 83, da LEI COMPLEMENTAR



Nº 03, DE 30/09/93, CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE com a remuneração de lei aos seguintes servidores:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DO AFASTAMENTO
SANDRA SALETE DA SILVA BUSCH	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	18/12/2017 A 16/02/2018- 60 DIAS

RIO DAS ANTAS, 19 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 336 -2017

Publicação Nº 1492762

PORTARIA Nº 336/2017 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

READAPTA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art 25 da Lei Compl. nº 03, de 30/09/1993 e alterações posteriores, tendo em vista que o(a) servidor(a) CLAUDETE BARCARO LAZARIS, matrícula 25, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I- 40 HORAS em face do Atestado Médico expedido pela junta médica oficial do município solicitando que o(a) referido(a) servidor(a) seja readaptado(a) a outra função, pois problemas de saúde a impedem de desempenhar as atividades pertinentes ao cargo em que é efetivo(a), EM COMUM ACORDO COM O(A) SERVIDOR(A), FAZ READAPTAÇÃO FUNCIONAL no sentido de que possa continuar exercendo suas atividades laborais em serviço de menor esforço físico, DETERMINAMOS que o(a) mesmo(a) deverá atuar nas funções de PROFESSOR DO AEE- Atendimento Especializado Educacional em substituição ao serviço que fazia anteriormente, com remuneração do cargo efetivo preenchendo as habilidades legais necessárias, a contar de 11/12/2017, data do laudo.

RIO DAS ANTAS, 20 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 340 -2017

Publicação Nº 1492764

PORTARIA 340/ 2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 88, da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, a servidora abaixo relacionada sem prejuízo da remuneração, conforme atestado médico.

Nome	Função	Período da Licença
LUCIELI APARECIDA ZAGER	AUXILIAR EDUCACIONAL	04/12/2017 a 01/06/2018

RIO DAS ANTAS, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**PORTARIA 341 -2017**

Publicação Nº 1492766

PORTARIA Nº341/2017 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR (ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 102 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE GOZO DE FÉRIAS ao(s) servidor(es) municipal (is) abaixo relacionado (s), a ser gozada da seguinte forma:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS- 30 DIAS
1. WALTRAUTH HECKEL PEREIRA	01/03/2016 A 01/03/2017	02/01/2018 A 31/01/2018
2. ALLAN FERNANDO MOZZATO	02/05/2016 A 01/05/2017	02/01/2018 A 31/01/2018
3. IVAN REGIS REGIS	02/05/2015 A 02/05/2016	08/01/2018 A 06/02/2018
4. JOSE SANTO LAZZARIS	02/10/2016 A 02/10/2017	15/12/2017 A 13/01/2018

II) Quando o período de férias iniciar em um mês e terminar em outro, os valores relativos ao mesmo serão pagos na folha de pagamento em que termina o gozo de férias.

III) Determina que sejam feitas as anotações correspondentes na (s) ficha (s) funcional(is) do (s) referido (s) servidor (es).

RIO DAS ANTAS, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças



# Rio do Campo

## PREFEITURA

### **057 PORTARIA Nº 057 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARCIANA ANITA APPELT**

Publicação Nº 1493097

Portaria nº. 057, de 17 de Janeiro de 2018.

“Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARCIANA ANITA APPELT”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora MARCIANA ANITA APPELT, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 12 de janeiro de 2018 a 14 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 22 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de janeiro de 2018.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### **058 PORTARIA Nº 058 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MARCIA ROSELI BACK ZICKUHR**

Publicação Nº 1493099

Portaria nº. 058, de 17 de janeiro de 2018.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora MARCIA ROSELI BACK ZICKUHR”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 12 de janeiro de 2018, a servidora MARCIA ROSELI BACK ZICKUHR, matrícula nº. 18004, nomeada pela Portaria nº. 463/2017, para o cargo comissionado de Diretora de Escola.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 12 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de janeiro de 2018.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 1492896

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA, portador(a) do CPF nº 084.591.389-17 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Selestá Fronza nº 23, Bairro Taboão, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Canta Galo em substituição à Deise Montibeler afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.314,72 (Três Mil Trezentos e Quatorze Reais e Setenta e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	THAINARA THAYSE STEINBACH DE LIMA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

Publicação Nº 1492891

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ZENILDE FRAINER MACHADO, portador(a) do CPF nº 304.504.899-49 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Benedito Novo, 693, Bairro Progresso, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldaelli em substituição à Juliara Danieli Schiochett afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo



ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ZENILDE FRAINER MACHADO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018

Publicação Nº 1492913

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXANDRA BARBOSA, portador(a) do CPF nº 063.247.939-66 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Valdemiro da Silva ap 22 Bl 14, Bairro Barra do Trombudo, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldatelli em substituição à Juliana Pinto Possamai afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.683,03 (Três Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ALEXANDRA BARBOSA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018**

Publicação Nº 1492925

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA APARECIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 000.597.359-70 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Krieger, Bairro Valada São Paulo, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Ricardo Marchi em substituição à Greice Aparecida da Conceição afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANAINA APARECIDA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018**

Publicação Nº 1492874

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZANDRA GRAZIELE SCHNEIDER, portador(a) do CPF nº 010.128.829-85 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Cnso Willy Hering nº 03, Bairro Bela Aliança, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Guilherme Butzke em substituição à Catia Kohl Hang afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.762,27 (Dois Mil Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Sete Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade



do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIZANDRA GRAZIELE SCHNEIDER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2018

Publicação Nº 1492912

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEIDE BRANGER DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 068.624.679-99 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Osvaldo Hadlich nº 345, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ruth Schroeder Ohf em substituição à Ana Paula Pilz de Souza afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARILEIDE BRANGER DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2018

Publicação Nº 1492916

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA BAUMANN, portador(a) do CPF nº 068.819.829-50 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua do Posto nº 208, Bairro Salto Pilão, na cidade de Lontras – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:



CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Guilherme Butzke em substituição à Adriana Martins afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.762,27 (Dois Mil Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Sete Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	PRISCILA BAUMANN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018

Publicação Nº 1492898

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA, portador(a) do CPF nº 887.114.123-72 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guilherme Laubenstein nº 489, Bairro Sumaré, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli em substituição à Cleia Schmoller Cenzi afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

Publicação Nº 1492905

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLANE GOEDE, portador(a) do CPF nº 003.398.569-39 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vaticano nº 465, Bairro Barragem, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli em substituição à Cassia Cristina de Souza Westphal afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.683,03 (Três Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CARLANE GOEDE
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2018

Publicação Nº 1492876

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) IRENE EGER, portador(a) do CPF nº 032.639.109-65 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Geral do Bonfim nº 2600, Bairro Sumaré, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ruth Schroeder Ohf em substituição à Ana Elisabete Amorim Hoepers afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.683,03 (Três Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.



CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	IRENE EGER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2018

Publicação Nº 1492865

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 013/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETE MARTENDAL, portador(a) do CPF nº 970.103.839-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Sofia Kopp nº 160, Bairro Barragem, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Dr. Romão Trauczynski em substituição à Flavia Cirlei Cercal afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ELIZETE MARTENDAL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2018**

Publicação Nº 1492879

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 007.611.999-85 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Brusque nº 5, Bairro Brehmer, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Ricardo Marchi em substituição à Jane Pereira Magnani afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARILEIA APARECIDA DA COSTA DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2018**

Publicação Nº 1492872

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GEISLE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 023.300.989-28 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua São Joaquim nº 345, Bairro Laranjeiras, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Prof. Dores Janke Stupp em substituição à Mary Leide Kammer afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade



do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GEISLE DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2018

Publicação Nº 1492869

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA COSTA KRUGER, portador(a) do CPF nº 812.171.109-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Benedito Novo nº266, Bairro Progresso, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Santa Galo em substituição à Dalila Marchi Rossetti afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SANDRA REGINA COSTA KRUGER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2018

Publicação Nº 1492909

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA DUMKE VERLICK, portador(a) do CPF nº 889.993.009-00 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Estrada Geral Penha Ld 1045, Bairro Rainha, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:



CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Cobras em substituição à Evelise Sucatelli Mate afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	REGINA DUMKE VERLICK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2018

Publicação Nº 1492928

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISHLAINE APOLINÁRIO, portador(a) do CPF nº 004.328.729-81 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Humaitá nº 1059 Cx 02, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Favinho de Mel I em substituição à Beatriz Neckel afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GISLAINE APOLINÁRIO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018

Publicação Nº 1492921

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA COELHO, portador(a) do CPF nº 041.079.929-77 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Ricardo Teske nº 12, Bairro Centro, na cidade de Braço do Trombudo – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Dr. Romão Trauczynski em substituição à Francisca Auricelia Alves de Matos afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SABRINA COELHO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2018

Publicação Nº 1492924

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MAIRA LUANA FELIPONI SILVA, portador(a) do CPF nº 084.927.619-54 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na St Rondonia nº 62, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Shirley Dolores Sedrez em substituição à Carla Aparecida Coelho afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.762,27 (Dois Mil Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Sete Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.



CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MAIRA LUANA FELIPONI SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2018

Publicação Nº 1492927

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMYLE CRISTINE GOEDERT, portador(a) do CPF nº 005.196.239-08 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua São Bento, Bairro Progresso, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Titio Karan em substituição à Adriana Claudino Machado Salla afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.683,03 (Três Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAMYLE CRISTINE GOEDERT
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018**

Publicação Nº 1492922

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILLA FERRARI DA SILVA, portador(a) do CPF nº 068.194.189-81 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Humaitá nº 1059, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Pinguinho de Gente em substituição à Andresa Cristina Fernandes afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.683,03 (Três Mil Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	PRISCILLA FERRARI DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018**

Publicação Nº 1492907

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) STEPHANIE KLEHM KRIEGER, portador(a) do CPF nº 066.096.509-77 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Jose Cardoso Sobrinho nº 21, Bairro Boa Vista, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Shirley Dolores Sedrez em substituição à Carla Hoepers Ezidio afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.314,72 (Três Mil Trezentos e Quatorze Reais e Setenta e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade



do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	STEPHANIE KLEHM KRIEGER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2018

Publicação Nº 1492910

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDONI FAUSTINO, portador(a) do CPF nº 379.454.759-49, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua das Palmeiras nº 66, Bairro Progresso, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Instrutor de Padaria com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social – Padaria Escola.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.893,66 (Hum Mil Oitocentos e Noventa e Três Reais e Sessenta e Seis Centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 16/02/2018, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VALDONI FAUSTINO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2018

Publicação Nº 1492918

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA JULIA DEUCHER, portador(a) do CPF nº 107.583.159-88 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Assis Brasil nº 104, Bairro Centro, na cidade de Rio do Sul – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Prof. Doris Janke Stupp em substituição à Patricia de Deus afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.314,72 (Três Mil Trezentos e Quatorze Reais e Setenta e Dois Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos



servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 12 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARIA JULIA DEUCHER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018

Publicação Nº 1492919

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA, portador(a) do CPF nº 032.455.699-39 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Bento Ferreira, Bairro Jalisco, na cidade de Trombudo Central – SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Titio Karan em substituição à Daniela Cristina Silveira Ramos Fronza afastada em gozo de férias.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.051,33 (Quatro Mil Cinquenta e Um Reais e Trinta e Três Centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 15/01/2018 e encerrando-se em 02/02/2018, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único – Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 12 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018**

Publicação Nº 1492890

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDRÉ LUCIANO DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 701.352.239-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Sofia Kopp nº 65, Bairro Barragem, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Facilitador de Oficina de Inclusão Digital com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.953,19 (Hum Mil Novecentos e Cinquenta e Três Reais e Dezenove Centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/01/2018 e encerrando-se em 21/02/2018, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDRÉ LUCIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018**

Publicação Nº 1492887

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2018**

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LETICIA AMABILE PATERNO, portador(a) do CPF nº 081.238.719-88, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Mirador nº 141 – Bairro Centro, na Cidade de Presidente Getúlio-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Fisioterapeuta com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde - NASF

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.296,02 (Três Mil Duzentos e Noventa e Seis Reais e Dois Centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/01/2018 e encerrando-se em 21/02/2018, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Rio do Sul (SC), 16 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LETICIA AMABILE PATERNO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2018

Publicação Nº 1492893

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2018

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEANDRO LEDRA, portador(a) do CPF nº 054.405.019-32, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Ledra nº 342, Bairro Santana, na Cidade de Rio do Sul-SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, prestará serviços de Educador Físico, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.394,71 (Quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/01/2018 e encerrando-se em 16/02/2018, tudo isto em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações posteriores, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 16 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LEANDRO LEDRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## DECRETO 6847

Publicação Nº 1493730

DECRETO Nº 6847, de 17 de janeiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DO CPC – CONSELHO DE PASTORAL DA COMUNIDADE DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA – CAPELA SÃO PAULO APÓSTOLO – VALADA SÃO PAULO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o § 2º, do artigo 89, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul;

### DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a permissão de uso, de caráter gratuito e a título precário à Mitra Diocesana de Rio do Sul, através do CPC - Conselho de Pastoral da Comunidade da Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Capela São Paulo Apóstolo – Valada São Paulo, do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona, situado no bairro Valada São Paulo, nesta cidade, constante da matrícula 25.554 do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Rio do Sul/SC, de propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC.

Art. 2º. A presente permissão de uso do imóvel será formalizada através de hábil e competente Termo de Permissão de Uso, conforme minuta constante no Anexo do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



GABINETE DO PREFEITO  
17 de janeiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6843, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1493526

DECRETO Nº 6843, de 15 de janeiro de 2018.

“NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR JAIRA LOPES DA SILVA”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014; com a Lei Complementar nº 288, de 15 de outubro de 2014; com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; com a Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012; com a Resolução CONANDA nº 28/2009; e com a Resolução CONANDA nº 152/2012;

**DECRETA:**

Art.1º - Fica nomeada, para compor o quadro do Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, a conselheira Jaira Lopes da Silva, em substituição a titular, Carmem Pezenti Matias em gozo de férias no período de 15/01/2018 à 29/01/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
15 de janeiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6845, DE 17 DE JANEIRO DE 2017.**

Publicação Nº 1493522

DECRETO Nº 6845, de 17 de janeiro de 2018.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017 DE 11.12.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 6575, de 04 de outubro de 2017, o resultado do Pregão Presencial nº 112/2017 de 11.12.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

GRÁFICA CS EIRELLI EPP

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de janeiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6845/2018

Pregão Presencial: Nº 112/2017 de 11.12.2017.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DA PROPOSTA CURRICULAR PARA PROFESSORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.



Participantes:

GRÁFICA TELLES LTDA EPP  
GRÁFICA CS EIRELLI EPP

Decisão: Pelo critério de menor preço por item sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

GRÁFICA CS EIRELLI EPP

## DECRETO Nº 6846, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493527

DECRETO Nº 6846, de 17 de janeiro de 2018.

“ FIXA NÚMERO DE VAGAS PARA ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Municipal n. 5.516, de 28/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Em cumprimento a determinação contida no artigo 5º da Lei Municipal n. 5.516, de 28 de outubro de 2014, fica definido o número de vagas para estágio não obrigatório nas Unidades Administrativas da Administração Pública Municipal a seguir identificadas:
	I - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda 15 vagas, das quais:
	a) 07 a Companhia do Corpo de Bombeiros;
	b) 08 aos departamentos vinculados a Secretaria;
	II – Secretaria de Gestão de Governo – 20 vagas, das quais:
	a) 06 destinam-se à Delegacia Regional de Polícia Civil;
	b) 14 aos departamentos vinculados a Secretaria;
	III - Procuradoria Geral do Município – 01 vaga;
	IV – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – 02 vagas;
	V – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 09 vagas;
	VI - Secretaria Municipal de Educação: 185 vagas
	VII - Secretaria Municipal de Infraestrutura: 09 vagas;
	VIII - Secretaria Municipal de Saúde: 20 vagas
	IX - Fundação Municipal de Desporto: 01 vaga;
	X - Fundação Cultural: 04 vagas.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 6593, de 13 de outubro de 2017, publicado em 20 de outubro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO.

17 de janeiro de 2018.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul



## DECRETO Nº 6848, ANEXO I DE 17 JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493538

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

## DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO - 2018

Art. 13 da LC 101/2000

UNIDADES GESTORAS	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			5º Bimestre			6º Bimestre		TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ						
CAMARA MUNICIPAL	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	595.000,00	7.140.000,00	
	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	2.100.000,00	
	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	175.000,00	2.100.000,00	
FUNDO DE CULTURA	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	26.250,00	315.000,00	
	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	2.542.580,00	30.510.960,00	
	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	1.100.000,00	
FUNDO APOSENTADORIA E PENSÕES	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	979.000,00	
	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00	
	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	3.685.830,00	44.256.960,00	

Rio do Sul, 16 de Janeiro de 2018

José Eduardo Rothbarth Thomé  
Prefeito Municipal

CPF 054.215.249-57

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Interno da Fazenda

CPF 920.984.879-91

Rubia Cristina Mohr  
Contadora CRC/SC 028616/O-4

CPF: 031.262.039-06



## DECRETO Nº 6848, ANEXO II DE 17 JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493596

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DESDOBRAMENTO DA DESPESA EM METAS BIMESTRAIS – 2018  
Art. 13 da LC 101/2000

DESPESAS	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>													
Pessoal e Encargos Sociais	21.715.000,00	20.501.000,00	20.345.500,00	20.385.000,00	20.776.500,00	25.315.000,00	20.539.500,00	20.626.000,00	20.460.500,00	20.501.500,00	20.395.000,00	22.682.061,00	254.242.561,00
Pessoal e Encargos Sociais	9.600.000,00	9.185.000,00	9.180.000,00	9.170.000,00	9.160.000,00	13.900.000,00	9.175.000,00	9.180.000,00	9.175.000,00	9.185.000,00	9.180.000,00	13.317.746,90	119.407.746,90
Juros e Encargos da Dívida	9.600.000,00	9.185.000,00	9.180.000,00	9.170.000,00	9.160.000,00	13.900.000,00	9.175.000,00	9.180.000,00	9.175.000,00	9.185.000,00	9.180.000,00	13.317.746,90	119.407.746,90
Juros e Encargos da Dívida	115.000,00	116.000,00	115.500,00	115.000,00	116.500,00	115.000,00	114.500,00	116.000,00	115.500,00	116.500,00	115.000,00	116.260,00	1.386.760,00
Juros e Encargos da Dívida	115.000,00	116.000,00	115.500,00	115.000,00	116.500,00	115.000,00	114.500,00	116.000,00	115.500,00	116.500,00	115.000,00	116.260,00	1.386.760,00
Outras Despesas Correntes	12.000.000,00	11.200.000,00	11.050.000,00	11.100.000,00	11.500.000,00	11.300.000,00	11.250.000,00	11.330.000,00	11.170.000,00	11.200.000,00	11.100.000,00	9.248.054,10	133.448.054,10
Outras Despesas Correntes	12.000.000,00	11.200.000,00	11.050.000,00	11.100.000,00	11.500.000,00	11.300.000,00	11.250.000,00	11.330.000,00	11.170.000,00	11.200.000,00	11.100.000,00	9.248.054,10	133.448.054,10
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>													
Investimentos	4.060.000,00	5.565.000,00	5.770.000,00	6.080.000,00	5.875.000,00	6.010.000,00	5.780.000,00	4.990.000,00	6.085.000,00	6.430.000,00	6.175.000,00	6.295.913,00	69.115.913,00
Investimentos	3.500.000,00	5.000.000,00	5.200.000,00	5.500.000,00	5.300.000,00	5.450.000,00	5.200.000,00	4.400.000,00	5.500.000,00	5.850.000,00	5.600.000,00	5.747.913,00	62.247.913,00
Amortização da Dívida (Principal)	560.000,00	565.000,00	570.000,00	580.000,00	575.000,00	560.000,00	580.000,00	590.000,00	585.000,00	580.000,00	575.000,00	538.000,00	6.858.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00	10.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>													
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.675.232,00	21.675.232,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>25.775.000,00</b>	<b>26.066.000,00</b>	<b>26.115.500,00</b>	<b>26.465.000,00</b>	<b>26.651.500,00</b>	<b>31.325.000,00</b>	<b>26.319.500,00</b>	<b>25.616.000,00</b>	<b>26.545.500,00</b>	<b>26.931.500,00</b>	<b>26.570.000,00</b>	<b>50.653.206,00</b>	<b>345.033.706,00</b>

Rio do Sul, 16 de Janeiro de 2018

José Eduardo Rothbarth Thomé  
Prefeito Municipal  
CPF 054.215.249-57

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Interino da Fazenda  
CPF 920.984.879-91

Rubia Cristina Mohr  
Contadora CRC/SC 028616/O-4  
CPF - 031.262.039-06



**DECRETO Nº 6848, ANEXO III DE 17 JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1493546

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO – 2018**

Art. 13 da LC 101/2000

RECEITAS	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		TOTAL
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>20.410.610,00</b>	<b>20.681.620,00</b>	<b>38.341.415,00</b>	<b>22.271.210,00</b>	<b>22.056.620,00</b>	<b>21.706.510,00</b>	<b>21.376.305,00</b>	<b>21.311.525,00</b>	<b>21.286.615,00</b>		<b>21.001.623,00</b>	<b>23.388.150,00</b>	<b>274.709.620,00</b>
Receita Tributária	3.100.000,00	3.500.000,00	21.000.000,00	5.000.000,00	4.800.000,00	4.300.000,00	4.000.000,00	3.900.000,00	3.800.000,00		3.150.000,00	3.144.900,00	62.884.900,00
Receita de Contribuição	1.150.000,00	1.130.000,00	1.170.000,00	1.140.000,00	1.100.000,00	1.120.000,00	1.050.000,00	1.080.000,00	1.100.000,00		1.200.000,00	1.414.800,00	13.804.800,00
Receita Patrimonial	1.900.000,00	1.970.000,00	1.980.000,00	1.940.000,00	1.960.000,00	1.970.000,00	1.950.000,00	1.940.000,00	1.970.000,00		1.955.000,00	1.840.238,00	23.335.238,00
Receita Agropecuária	610,00	620,00	615,00	610,00	620,00	610,00	605,00	625,00	615,00		623,00	1.230,00	8.000,00
Receita de Serviços	40.000,00	41.000,00	40.800,00	40.600,00	41.000,00	40.900,00	40.700,00	40.900,00	41.000,00		41.000,00	41.300,00	490.000,00
Transferências Correntes	14.270.000,00	14.100.000,00	14.200.000,00	14.150.000,00	14.250.000,00	14.300.000,00	14.330.000,00	14.370.000,00	14.430.000,00		14.520.000,00	17.020.536,00	174.410.536,00
Outras Receitas Correntes	1.150.000,00	1.100.000,00	1.160.000,00	1.180.000,00	1.110.000,00	1.160.000,00	1.200.000,00	1.180.000,00	1.150.000,00		1.350.000,00	1.582.946,00	14.572.946,00
( - ) Deduções da Receita	- 1.200.000,00	- 1.160.000,00	- 1.210.000,00	- 1.180.000,00	- 1.205.000,00	- 1.185.000,00	- 1.195.000,00	- 1.200.000,00	- 1.205.000,00		- 1.215.000,00	- 1.656.800,00	- 14.806.800,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.450.000,00</b>	<b>4.400.000,00</b>	<b>4.100.000,00</b>	<b>4.350.000,00</b>	<b>4.700.000,00</b>	<b>4.780.000,00</b>	<b>5.015.000,00</b>	<b>5.190.000,00</b>	<b>5.300.000,00</b>		<b>5.650.000,00</b>	<b>6.984.652,00</b>	<b>59.369.652,00</b>
Operações de Crédito	1.950.000,00	2.100.000,00	2.000.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	1.950.000,00	2.100.000,00	2.090.000,00	2.050.000,00		2.150.000,00	2.910.000,00	25.300.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-
Transferências de Capital	1.500.000,00	2.300.000,00	2.100.000,00	2.450.000,00	2.700.000,00	2.830.000,00	2.915.000,00	3.100.000,00	3.250.000,00		3.500.000,00	4.064.652,00	34.059.652,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>920.000,00</b>	<b>919.000,00</b>	<b>917.000,00</b>	<b>916.000,00</b>	<b>922.000,00</b>	<b>921.000,00</b>	<b>927.000,00</b>	<b>915.000,00</b>	<b>900.000,00</b>		<b>900.000,00</b>	<b>887.434,00</b>	<b>10.954.434,00</b>
Contribuição Previdenciária	920.000,00	919.000,00	917.000,00	916.000,00	922.000,00	921.000,00	927.000,00	915.000,00	900.000,00		900.000,00	887.434,00	10.954.434,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>24.780.610,00</b>	<b>26.000.620,00</b>	<b>43.358.415,00</b>	<b>27.537.210,00</b>	<b>27.678.620,00</b>	<b>27.407.510,00</b>	<b>27.318.305,00</b>	<b>27.416.525,00</b>	<b>27.486.615,00</b>	<b>27.236.417,00</b>	<b>27.551.623,00</b>	<b>31.261.236,00</b>	<b>345.033.706,00</b>

Rio do Sul, 16 de Janeiro de 2018

José Eduardo Rothbarth Thomé  
Prefeito Municipal

CPF 054.215.249-57

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Interino da Fazenda

CPF 920.984.879-91

Rubia Cristina Mohr  
Contadora CRC/SC 028616/O-4

CPF- 031.262.039-06



**DECRETO Nº 6848, DE 17 JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1493533

DECRETO Nº 6848, de 17 de janeiro de 2018.

"Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2018 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade aos artigos 8º e 13 da Lei Complementar n.º 101/2000

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas a Programação Financeira e as normas da Execução Orçamentária, bem como o Cronograma de Desembolso Mensal para o exercício do ano de 2018, dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme o disposto no Anexo do presente Decreto.

Art. 2º A Programação Financeira e a Execução Orçamentária, bem como o Cronograma de Desembolso Mensal aprovados por este Decreto poderão ser alterados durante o corrente exercício, sempre que o comportamento da arrecadação e a realização das receitas indicarem a necessidade de intervenção para alcançar o equilíbrio proposto pelas metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para exercício do ano de 2018.

Art. 3º Os órgãos da Administração Direta, as Fundações, bem como os Fundos que sejam contemplados com recursos do Tesouro Municipal, sujeitam-se à execução orçamentária e financeira do Município de Rio do Sul no exercício do ano de 2018.

Art. 4º A aplicação dos recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do ano de 2017 e do excesso de arrecadação apurado no exercício do ano de 2018, somente será permitida após sua incorporação aos orçamentos, por meio de abertura de créditos adicionais.

Art. 5º As unidades orçamentárias somente poderão assumir compromissos financeiros, em cada fonte, até o limite dos valores estabelecidos no Cronograma de Desembolso Mensal.

Art. 6º O cronograma de desembolso do plano de trabalho integrante de contrapartida de convênios, contratos, acordos ou de outros instrumentos congêneres não poderá ultrapassar o limite dos valores estabelecidos no cronograma mensal de desembolso da Programação Financeira de cada órgão.

Art. 7º Serão consideradas prioritárias, para efeito de pagamento em qualquer fonte, as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida pública, os débitos decorrentes de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias decorrentes de imperativo constitucional ou legal.

§ 1º É obrigatório o empenhamento das despesas prioritárias em sua totalidade para o exercício corrente, cujos saldos dos empenhos de despesas não realizadas deverão ser anulados, ficando em disponibilidade no órgão gerador da despesa.

Art. 8º É vedada a realização de despesas sem empenho prévio ou sem a existência de dotação orçamentária com saldo suficiente à cobertura do dispêndio a ser efetuado.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica aos órgãos e entidades da Administração Indireta e Fundos integrantes da estrutura organizacional do Estado, quando utilizarem recursos do Tesouro, decorrentes da abertura de créditos orçamentários e adicionais.

Art. 9º É vedada a realização de despesas além dos limites estabelecidos no Anexo deste Decreto, sem a emissão da devida nota de empenho.

Art. 10 - Despesas realizadas além dos recursos fixados neste decreto serão de inteira responsabilidade do gestor.

Art. 11 - A execução do Orçamento de Investimento no exercício financeiro de 2018 observará no que couber, o disposto neste Decreto e na legislação pertinente.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

17 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/18**

Publicação Nº 1492953

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):



CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Volnei José Medeiros	Xxx.072.009-xx	165240
Osnilda Oderdenge	Xxx.495.249-xx	167093
Margarete Aparecida Lichtenfels	Xxx.930.019-xx	165997
Lauri de Freyen	Xxx.563.839-xx	151869
José Adilson de Oliveira Correa	Xxx.503.109-xx	159784
Gideão Administradora de Bens S/A	Xx.837.380/0001-xx	168267
Giovane Back	Xxx.490.169-xx	151973
Daiane Mauricio	Xxx. 121.109-xx	168774
Bruno Henrique da Silva	Xxx.473.449-xx	165045
Bentex Empreendimentos Ltda EPP	xx.263.474/0001-xx	166979

Rio do Sul, 17 de janeiro de 2018

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/18

Publicação Nº 1492975

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Marcus Braga Knak	Xxx.986.260-xx	169911 e 169956
Construlacer – Com e Const Lacerdópolis Ltda	xx.123.883/0001-xx	169260
Alvino Nunes Filho	Xxx.379.789-xx	168543
Hermes Ertmann	Xxx.578.909-xx	153377

Rio do Sul, 17 de janeiro de 2018

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/18

Publicação Nº 1493173

RIO DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Nilce do Rocio Ribeiro	Xxx.711.459-xx	165404
Koben Empreendimentos Imobiliários Ltda	xx.890.671/0001-xx	167658
Angela Maria de Melo	xxx.026.789-xx	165606
Osni de Souza		151444 e 165327
Valmor Machado	Xxx.319.209-xx	165327
Luciana D'Ávila Ramos	Xxx.254.749-xx	165550
Osmar Lacerda	Xxx.484.639-xx	166525
Maria Julia Ribeiro	Xxx.102.399-xx	167571
Alvacir Laurentino	Xxx.607.089-xx	167574



Silvana Mello	Xxx.431.349-xx	167590
LGD Empreendimentos Imobiliários Ltda – ME	Xx.074.871/0001-xx	168126
Saete Martins	Xxx.202.689-xx	168382
Vilmar Ern	Xxx.017.379-xx	169143
Victor Max Probst	Xxx.209.919-xx	169360
Eva Cé	Xxx.319.419-xx	98529
Eliane Padilha de Oliveira	Xxx.040.959-xx	109087
Fabiano Pereira	Xxx.345.780-xx	109336
Saete Vieira da Silva Pereira	Xxx.814.969-xx	165076
Valdir Aureliano Pereira	Xxx.720.549-xx	165816
Bar e Lanchonete Salesiano Ltda ME	xx.974.367/0001-xx	150434
Pedro José Pacheco		156686
Everton Harder	Xxx.024.479-xx	147131

Rio do Sul, 17 de janeiro de 2018

LEONICE WITTE  
Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

### GLAZIELI ARALDI STUEPP - 6º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1492895

	6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2017, firmado em 15/02/2017, com término previsto para 22/12/2017.
O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GLAZIELI ARALDI STUEPP, portador(a) do CPF nº 064.560.599-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 86/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:	
<b>Cláusula Primeira - Do Objeto</b> Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:	
<b>"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência</b> Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 86 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 23/12/2017 e encerrando-se em 06/02/2018."	
<b>Cláusula Segunda - Da Ratificação</b> Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.	

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/10/2017.	
ALEXANDRE MATOS PEREIRA Secretário Municipal de Administração e Fazenda	GLAZIELI ARALDI STUEPP Contratado(a)



**JESSICA PATRICIA ALVES - 3º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1492889

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2017, firmado em 07/03/2017, com término previsto para 22/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSICA PATRICIA ALVES, portador(a) do CPF nº 086.625.719-56, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 139/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições: Cláusula Primeira - Do Objeto Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 139 / 2017, iniciando-se a prorrogação em 22/12/2017 e encerrando-se em 05/01/2018." Cláusula Segunda - Da Ratificação Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 11/12/2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JESSICA PATRICIA ALVES

Contratado(a)

**Portaria n. 0938/2017 de 18 de julho de 2017**

Publicação Nº 1493155

PORTARIA N. 0938/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 184, inciso I, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, ao servidor municipal MARCELO CRISTIANO SLOMP, matrícula 3513701, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2017, que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 170, inciso III e Art. 171, inciso XX, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar que Departamento de Gestão de Pessoas elabore Instrução Normativa regulamentando e orientando o uso de sites de internet por todos os servidores vinculados a esta municipalidade.

Art. 3º Determinar que a Assistente Social do Departamento de Gestão de Pessoas faça acompanhamento com a equipe da Diretoria Executiva de Planejamento a fim de verificar as possíveis ocorrências relatadas no item 4 da Conclusão da comissão processante.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de julho de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA Nº 0007/DGP**

Publicação Nº 1492839

PORTARIA Nº 0007/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:





Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a DIEGO ALVARES GOEDERT, (Protocolo 169929/2018), em virtude do falecimento ocorrido no dia 06/01/2018, do servidor público municipal inativo, JOÃO LÁZARO GOEDERT, conforme Certidão de óbito nº 105262 01 55 2018 4 00051 220 0018724 21, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de Janeiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

## **PORTARIA Nº 001.2018.SEGOV, DE 18 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1493252

Portaria nº 001.2018/SEGOV, de 18 de janeiro de 2018.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, José Eduardo Rothbarth Thomé, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Altera o artigo 2º da Portaria nº 002/2017/SEGOV, de 07 de novembro de 2017, a qual passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 2º - Constituir Comissão formada pelos servidores Daniel Gorges, matrícula nº 235245, Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula nº 74578, e Patrícia Raquel Mayr, matrícula 493/6-02, para a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação desta Portaria e no prazo de 60 dias, a tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa TC 013/2012, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.”

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

GABINETE DO PREFEITO.  
18 de janeiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## **PORTARIA Nº 0011/DGP**

Publicação Nº 1493423

PORTARIA N. 0011/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor RAFAEL PACHER, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo para, a partir de 01/02/2018, atuar como Chefe de Divisão de Gestão de Convênios, na Secretaria Municipal de Gestão de Governo, com opção pela remuneração do cargo comissionado, fundamentado no Art. 13 da Lei Complementar n. 208 de 28/9/2010 e Art. 56, da lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2018.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed



# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 06/2018, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA CAFÉ DA TARDE DO GRUPO DA 3ª IDADE.**

Publicação Nº 1493391

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 06/2018

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA CAFÉ DA TARDE DO GRUPO DA 3ª IDADE, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 01/02/2018 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 01/02/2018 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 17 de janeiro de 2018.

Marineusa Hoffmann  
Assistente Social



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 – PROC. LICITATÓRIO 006/2018

Publicação Nº 1493080

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, torna público que, às 08horas, do dia 01 de fevereiro de 2018, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, serão abertas as propostas referentes ao Processo Licitatório nº 006/2018, Modalidade PREGÃO, sob nº 004/2018, da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e no Decreto nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e demais legislações.

#### I – DO OBJETO E SEUS ITENS

1.1 O presente Edital visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, DE EXPEDIENTE, E HIGIENE E LIMPEZA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA PARA O 1º SEMESTRE DO ANO DE 2018, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA CONSTANTE DO ANEXO “TABELA EXCEL”.

1.2 A entrega dos produtos deverá ser efetuada na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da solicitação. O não atendimento desse prazo implica sanções, dentre elas multa, rescisão contratual e outras. O prazo para fornecimento será da homologação deste Processo até o prazo máximo de 30 de junho de 2018.

1.3 A relação de itens consta no ANEXO “TABELA EXCEL” deste Edital e deverá ser observada, expressamente, na elaboração da proposta. Devem constar além do preço unitário e total por item, as respectivas marcas de cada produto.

1.4 O Valor do contrato será o que resultar da proposta vencedora, resultante do preço total proposto no qual já deve estar incluído os custos com entrega e transporte do objeto.

#### II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverá ser verificado o local de entrega dos objetos e o prazo máximo contido no item 1.2 deste instrumento, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

#### III – DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação a apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação pelos proponentes, até as 08horas, do dia 01 de fevereiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope nº 02. Os envelopes devem estar lacrados, não devem ser transparentes e deverão ser identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA PREGÃO Nº 004/2018 Data e hora da abertura Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA PREGÃO Nº 004/2018 Data e hora da abertura Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese, serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

#### IV – DA HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, os seguintes documentos, devidamente validados, sob pena de inabilitação:

- Contrato Social ou equivalente;
- Certidão Negativa do INSS;
- Certidão Negativa do FGTS;



- d) Certidão Negativa de Tributos Federais (Negativa Conjunta Federal e União);
- e) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- f) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Alvará de Funcionamento do ramo vigente;
- i) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo Anexo V);
- j) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo VI).

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas.

#### V – DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Os licitantes deverão apresentar proposta para os itens que desejarem concorrer, em via única, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

- a) Razão Social, número do CNPJ e endereço completo;
- b) Descrição dos Itens almejados, de acordo com a descrição, quantidade e preços máximos estipulados no Anexo IV, deste Edital, assim intitulado: "TABELA EXCEL";
- c) Cotação de preço unitário e global para cada item expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo, em caso de divergência, o preço unitário;
- d) Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;
- e) Declaração de que os preços propostos compreendem todos os serviços, materiais, impostos, custos com transporte e entrega e encargos necessários a sua completa realização;
- f) Declaração de que os produtos serão entregues de acordo com as normas de segurança, padrões de qualidade, com as marcas referidas na proposta e com prazos de validade em dia.

5.2 Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal aquelas que contiverem preços unitários muito aquém, face aos concorrentes no mercado.

5.3 Também serão desconsideradas as propostas que contiverem preços excessivos, ou seja, mais elevados do que os preços máximos estabelecidos no Edital.

5.4 Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas omitidas na proposta de preços ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas na proposta.

5.5 Somente serão aceitas as propostas com os itens com as mesmas características, conforme especificado no anexo IV do referido Edital. Produtos recebidos na Secretaria Municipal de Educação que não possuem tais características serão devolvidos e aplicados as penalidades cabíveis ao respectivo fornecedor.

5.6 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.7 Não sendo apresentadas as declarações das letras "e" e "f", bem como indicação do prazo de validade da proposta, pressupõe-se que as condições acima são aceitas pelo proponente, suprimindo-se sua ausência.

5.8 Todos os itens deverão conter a marca dos produtos, e o preço unitário não poderá ultrapassar DUAS CASAS DECIMAIS, após a vírgula, sob pena de desclassificação da proposta nos itens em que as licitantes não cumprirem com esses critérios.

5.9 A proposta deverá ser encaminhada digitada e, ainda, se possível, em CD ou Pen Drive (Sistema Betha Auto Cotação), para que os itens possam ser copiados automaticamente para o Sistema, agilizando o Processo.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á através de publicação de aviso no Mural da Prefeitura, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, e disponibilização gratuita do Edital, na íntegra, na sede desta Prefeitura, no site [licitacoes@riofortuna.sc.gov.br](mailto:licitacoes@riofortuna.sc.gov.br) ou no email [licitacoes@riofortuna.sc.gov.br](mailto:licitacoes@riofortuna.sc.gov.br).

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo), junto a Pregoeira, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer a Pregoeira um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de



lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO III. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

**ENVELOPE Nº 03 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA

PREGÃO Nº 004/2018

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ

Endereço completo do licitante

6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital, seja no 3º envelope ou fora dele, inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação. Porventura o licitante deixe de encaminhar essa Declaração, poderá esta ser redigida, de próprio punho e firmada pelo representante legal presente à Sessão do Pregão.

6.12 As empresas que tiverem interesse em se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 deverão apresentar, juntamente com o Credenciamento ou com a Proposta de Preços, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando que a empresa é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. A não apresentação deste documento impossibilitará a licitante de se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

## VII – DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA

### 7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, a Pregoeira Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da pessoa física ou empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO III e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

### 7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, a Pregoeira passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pela Pregoeira, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário e total de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 A Pregoeira convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de pelo menos 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A assistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, a Pregoeira solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 A Pregoeira poderá fixar em até 05 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, a pregoeira monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá a Pregoeira desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação do item nas demais descrições.

7.2.12 Durante a Sessão do Pregão, não serão aceitas, entre os participantes, discussões pertinentes às especificações técnicas dos produtos. A Pregoeira não aceitará um representante de uma empresa afirmar que o produto cotado por uma de suas concorrentes não atende ao Edital, porque isso será verificado quando da entrega dos materiais e equipamentos pela Equipe de Odontólogos do Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna. Caso algum material/produto entregue não esteja em conformidade com as especificações determinadas por este Edital, serão aplicadas as penalidades previstas na Cláusula XVI deste Edital e demais que forem pertinentes.

7.2.12.1 Caso haja alguma discussão no sentido conforme explicitado na Cláusula 7.2.12, o representante legal da empresa licitante que iniciar a discussão e outros que, porventura, o Pregoeiro entender necessário, serão expulsos da Sessão do Pregão.

### 7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO



7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, a Pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, a Pregoeira examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

## VIII – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 Serão desclassificados:

a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;

b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial o item 1.1 e 1.2, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inabilitados os licitantes ou desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, a Pregoeira Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 A Pregoeira Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio e Pregoeira, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeira e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

## IX – DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 00 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.3 Os preços ofertados não poderão ser reajustados.

## X – DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarado(s) o(s) vencedor(es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Rio Fortuna, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, conseqüentemente, adjudicação do objeto da licitação, pela Pregoeira, ao vencedor.

## XI – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, for declarado vencedor para o item respectivo, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

## XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será mensal, devendo o Contratado emitir Nota Fiscal especificando os produtos entregues e os preços individuais e globais, de acordo com a Ordem de Fornecimento.

## XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto de licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Prefeitura, nas seguintes dotações:



(83) 3.3.90.30.21 – Saldo de Dotação: R\$ 26.924,30

(120) 3.3.90.30.21 – Saldo de Dotação: R\$ 20.000,00

(121) 3.3.90.30.21 – Saldo de Dotação: R\$ 20.000,00

#### XIV – DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Será firmado Contrato (Anexo I) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.2 Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.3 O Contrato a ser assinado com o Licitante vencedor terá sua vigência adstrita ao prazo para entrega dos materiais/produtos, definido por este Edital, iniciando-se na data de assinatura do contrato até 30 de junho de 2018.

14.4 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município de Rio Fortuna e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.5 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante.

14.6 O contrato será rescindido automaticamente no caso de o Licitante vencedor apresentar produtos em desacordo com as normas padrões; entregar produtos com qualidades inferiores às normas estabelecidas; diferentes das marcas declaradas na proposta; em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atender ao item 1.2 deste Edital.

#### XV – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Fundo Municipal de Rio Fortuna;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

#### XVI – DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Rio Fortuna;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 A Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá, a seu critério, rescindir o contrato ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega dos produtos;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 Na hipótese do Adjudicatário não realizar a entrega dos produtos desta licitação dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados da solicitação e/ou não realizar a entrega dos produtos conforme as especificações contidas neste Edital, será aplicada uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, não o eximindo das demais penalidades previstas.

16.5 A recusa de receber a Ordem de Fornecedor, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções previstas no item 16.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.6 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecedor e não fornecer o objeto no prazo estabelecido, a Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem os serviços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do Anexo IV deste Edital.

16.7 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

#### XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Município de Rio Fortuna, através da Pregoeira Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.



**XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.

18.3 É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente justificados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.

18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens em que não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pela Pregoeira e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.

18.7 A Comissão de Apoio a Pregoeira dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.

18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando a Pregoeira e Equipe de Apoio disponíveis para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Avenida Sete de Setembro, 1175, Centro, nesta cidade, fone/fax: (48) 3653-1122.

18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Minuta do Contrato; 2) Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento; 3) Anexo III – Declaração de cumprimento aos requisitos de Habilitação; 4) Anexo IV – Relação dos Itens do Processo; 5) Anexo V – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; 6) Anexo VI – Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, 7) Anexo VII - Termo de Referência.

18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deixar registrados na Prefeitura o endereço para posterior contato, se necessário.

18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 08 horas do primeiro dia útil, após aquela data.

18.12 Nos pontos em que este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, no Site da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna [www.riofortuna.sc.gov.br](http://www.riofortuna.sc.gov.br), e no "MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA".

Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, 17 de janeiro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

**ANEXO I**

MINUTA DE CONTRATO Nº .../2018

(de ... de ... de 2018)

termo de contrato de fornecimento de material didático, de expediente, de higiene e limpeza, para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, até 30/06/2018, conforme discriminado no Edital de Licitação nº 006/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2018, que fazem entre si a Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna e a empresa ... ..

CONTRATANTE: A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Avenida Sete de Setembro, 1175, através da Secretaria Municipal de Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.585.0001-30, situado na Rua Padre Rademacker, nº 195, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LINDOMAR BALLMANN, portador do CPF nº 031.353.049-14

CONTRATADO: ... ..

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS**

1ª. Aquisição de material didático, de expediente, de higiene e limpeza para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna até 30/06/2018, na seguinte quantidade e descrição: Em anexo "Tabela Excel".

Parágrafo Único. A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada na sede da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da solicitação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR**

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ ... .. (... ..).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO**

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os materiais entregues e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao



CONTRATADO o valor adquirido pela Secretária Municipal de Educação de forma mensal.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre após o dia 10 (dez) do mês subsequente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura até o prazo máximo de 30/06/2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, dispõe dos recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2018, conforme descrição abaixo:

(83) 3.3.90.30.21 – Saldo de Dotação: R\$ 26.924,30

(120) 3.3.90.30.21 – Saldo de Dotação: R\$ 20.000,00

(121) 3.3.90.30.21 – Saldo de Dotação: R\$ 20.000,00

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7ª. O inadimplemento de quaisquer Cláusulas deste Contrato, por parte do Contratado, ensejará:

7.1. Rescisão do contrato e/ou aplicação de uma multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, não o eximindo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93;

7.2 Suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Rio Fortuna;

7.3 Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

c) a lentidão de seu cumprimento;

d) fornecimento dos itens descritos na Cláusula Primeira em condições diversas da apresentada no envelope proposta do processo licitatório;

e) fornecimento dos objetos com prazo de validade vencido.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

#### CLÁUSULA NONA – DO DIREITO DE ADQUIRIR PARCIALMENTE

9ª. A Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna reserva-se o direito de, a qualquer tempo, adquirir parcialmente a quantidade de materiais/produtos ora contratadas, sendo dispensados do presente Contrato os materiais e equipamentos que porventura não forem solicitados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade deste contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Rio Fortuna, ..... de ..... de 2018.

LINDOMAR BALLMANN \_\_\_\_\_

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS



Nome: Nome:

CPF : CPF:

## ANEXO II

### TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.) ....., portador (a) do RG nº ..... e do CPF nº ....., a participar da licitação instaurada pela Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna, na modalidade Pregão Presencial, de nº 004/2018, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., ..... de ..... de 2018.

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A ..... (razão social da empresa), CNPJ nº ....., localizada em ....., declara, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pela Secretária Municipal de Educação de Rio Fortuna – Pregão nº 004/2018.

....., ..... de ..... de 2018.

Diretor ou Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

## ANEXO IV

### RELAÇÃO DOS ITENS DO PROCESSO

à Tabela em Excel anexa.

Rio Fortuna, em 17 de janeiro 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

## ANEXO V

### MODELO DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: .....

CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 004/2018, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

....., \_\_\_\_ de ..... de 2018.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

## ANEXO VI



DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: .....

CNPJ: .....

ENDEREÇO: .....

Para fins de participação, no Edital de Pregão nº 004/2018, em cumprimento com o que determina o art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

ANEXO VII DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 – TERMO DE REFERÊNCIA

## 1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação, na modalidade Pregão Presencial, objetiva a obtenção de melhor proposta para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO, DE EXPEDIENTE, DE HIGIENE E LIMPEZA, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO FORTUNA PARA O 1º SEMESTRE DO ANO DE 2018.

## 2 DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

Em anexo "Tabela Excel".

## 3 DA JUSTIFICATIVA

3.1 A Contratação de Empresa(s) para fornecimento de material didático, de expediente, de higiene e limpeza, para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, conforme demanda de necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna.

## 4 DA ESTIMATIVA CONTRATUAL

4.1 O valor global estimado para contratação de Empresa para fornecimento de material didático, de expediente, de higiene e limpeza, para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna será de aproximadamente R\$ 66.924,30 (sessenta e seis mil novecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos).

## 5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O(s) contrato(s) a ser(em) firmado(s) com a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) vigência até 30 de junho de 2018.

## 6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Deverá (ão) a(s) contratada(s) disponibilizar (em) os produtos, conforme necessidade desta Municipalidade.

## 7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, após a entrega dos materiais e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is). Os preços somente serão reajustados, de acordo com os índices oficiais determinados pelo Governo da União.

## 8 DO LOCAL DE ENTREGA

8.1 Entregar os produtos, conforme solicitado na ordem de compra expedida.

## 9 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

9.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

## 10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;

10.2 Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

10.3 Não fornecer os produtos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

10.4 Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.5 Realizar a entrega dos produtos de acordo com o solicitado pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, até 30 de junho de 2018, ou enquanto perdurarem os estoques. Sendo que os produtos, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna.



**11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;

11.2 Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos produtos licitados.

11.3 Fiscalizar a entrega dos produtos, quantidades, marcas e especificações técnicas relativamente aos produtos entregues.

**12 DAS MEDIDAS CAUTELADORAS**

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Rio Fortuna/SC, 17 de janeiro de 2018.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal



# Romelândia

## PREFEITURA

### ANEXOS EDITAL SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018

Publicação Nº 1493322

#### ANEXO I

##### FICHA DE INSCRIÇÃO (n. )

Nome do Candidato (a) \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

##### Documentos anexos:

☐ RG ☐ CPF ☐ Certificado Militar ☐ Título de Eleitor☐ Comprovante de Escolaridade ☐ Procuração ☐ Declaração☐ Outros – especificar abaixo:

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do Processo Seletivo, bem como a legislação pertinente sobre a Contratação.

Romelândia/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_

Assinatura do Candidato (a)

#### ANEXO II

##### REQUERIMENTO PARA RECURSO

Para  
Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Eu ..... RG nº .....  
....., CPF nº ..... , inscrito (a) no Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Romelândia, inscrição nº ..... para o cargo de .....venho requer .....  
....., pelos motivos abaixo:

1- .....

Romelândia, (SC) .....

Assinatura Candidato (a) / Procurador

#### ANEXO III

##### MODELO DECLARAÇÃO

Eu ..... RG nº .....  
....., CPF nº ..... , inscrito (a) no Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Romelândia, inscrição nº ..... para o cargo de .....DECLARO para todos os fins de direito, que  
não acumulo cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não recebo de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

Romelândia, (SC) .....

Assinatura Candidato (a) / Procurador



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2018**

Publicação Nº 1493351

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2018

Processo Licitatório Nº. 2464/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 52/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/01/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 52/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: EDMAR CAMBRUZZI

CNPJ: 425.851.719-49, FONE:

ENDEREÇO: LINHA SALTINHO, , INTERIOR, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2464/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 52/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
3	2.000,0	M³	AQUISIÇÃO DE CASCALHO NA LINHA SALTINHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	1,25	EDMAR CAMBRUZZI

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique



a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 10/01/18.

VALDIR BUGS		EDMAR CAMBRUZZI
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2018**

Publicação Nº 1493353

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2018

Processo Licitatório Nº. 2464/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 52/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/01/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 52/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: DARI MACHADO DE ALMEIDA

CNPJ: 908.012.299-87, FONE:

ENDEREÇO: LINHA SAO ROQUE, SN, INTERIOR, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2464/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 52/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
2	5.000,0	M³	AQUISIÇÃO DE CASCALHO NA LINHA SÃO ROQUE PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	1,25	DARI MACHADO DE ALMEIDA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique



a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 10/01/18.

VALDIR BUGS		DARI MACHADO DE ALMEIDA
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2018**

Publicação Nº 1493355

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2018

Processo Licitatório Nº. 2464/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 52/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/01/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 52/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: MARCELO RAMOS

CNPJ: 032.275.269-80, FONE:

ENDEREÇO: LINHA AGUA AZUL, 0, INTERIOR, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2464/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 52/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
6	5.000,0	M³	AQUISIÇÃO DE CASCALHO NA LINHA AGUA AZUL PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	1,25	MARCELO RAMOS

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique



a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 10/01/18.

VALDIR BUGS		MARCELO RAMOS
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2018**

Publicação Nº 1493358

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2018

Processo Licitatório Nº. 2464/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 52/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/01/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 52/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA

CNPJ: 069.101.989-48, FONE:

ENDEREÇO: LIA SÃA JOÃO BATISTA, , INTERIOR, 89908-000, ROMELANDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2464/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 52/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
5	5.000,0	M³	AQUISIÇÃO DE CASCALHO NA LINHA SÃO JOÃO BATISTA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	1,25	RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**



I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I - A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;  
D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II - A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 10/01/18.

VALDIR BUGS		RICARDO LUIZ RODRIGUES DA FONSECA
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2018**

Publicação Nº 1493247

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

Processo Licitatório Nº. 2460/2017

Modalidade: Pregão - Registro de Preço Nº. 51/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 04/01/18

O Município de Romelândia - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 51/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: ROBSON DOS SANTOS ME

CNPJ: 27.993.580/0001-11, FONE:

ENDEREÇO: RUA TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 6651, SÃO CRISTÓVÃO, 89711-760, CONCÓRDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2460/2017 na modalidade de Pregão Presencial - Registro de preços nº. 51/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	500,0	Hr.	HORAS MÁQUINA DE RETROESCAVADEIRA	130,00	ROBSON DOS SANTOS ME

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I - O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique



a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II - A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV- Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V - Judicial, nos termos da legislação.

VI - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II - A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III - Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A - Advertência por escrito;

B - Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV - Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia - SC, 04/01/18.

VALDIR BUGS		ROBSON DOS SANTOS ME
CPF: 304.788.399-87		JOCEMIR DOS SANTOS
CONTRATANTE		CONTRATADO
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2018**

Publicação Nº 1493350

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2018

Processo Licitatório Nº. 2464/2017

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 52/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 10/01/18

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 52/2017, REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa:

VENCEDOR: LAURI ALBERTO OTT

CNPJ: 690.486.739-68, FONE:

ENDEREÇO: LINHA ESPERANÇA, , INTERIOR, 89908-000, ROMELÂNDIA, SC, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2464/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 52/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA/SC, conforme:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.	FORNECEDOR
1	5.000,0	M³	AQUISIÇÃO DE CASCALHO NA LINHA ESPERANÇA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS	1,25	LAURI ALBERTO OTT

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do presente Processo Licitatório.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a entrega dos produtos será de 05 dias contados após a emissão da autorização de compra.

VII - Todos os itens deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos o Secretário Municipal solicitante dos produtos

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

I – O pagamento do objeto será efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

**CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique



a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2017.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

#### CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 17.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Romelândia – SC, 10/01/18.

VALDIR BUGS		LAURI ALBERTO OTT
CPF: 304.788.399-87		CONTRATADO
CONTRATANTE		
DARIZ GENZ		MILTON AIMI
CPF: 052.284.969-55		CPF: 477.330.399-91
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA



**DECRETO 3.938/2018**

Publicação Nº 1493004

DECRETO Nº 3.938/2018

Dispõe sobre a nomeação de comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital nº001/2018.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Servidores abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2018, que será responsável pelo acompanhamento, avaliação e seleção no processo ora em andamento nesta Prefeitura Municipal, nos termos do respectivo edital.

I- Dariz Genz, ocupante do cargo de Agente Movimento Econômico;

II- Adriane T. Merigo Jung, ocupante do cargo de Secretária de Administração e Fazenda;

III- Márcia M. Melz Francescon, ocupante do cargo de Técnico Administrativo II.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 16 de janeiro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**EDITAL SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2018**

Publicação Nº 1493422

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2018

CONSIDERANDO o trânsito em julgado dos autos n. 0000422-04.2015.8.24.0002, cuja sentença anula o concurso público n. 01/2015.

CONSIDERANDO que diante de tal decisão está o Município de Romelândia tomando providência, em caráter de urgência, para realização de um novo concurso público para provimento de cargos do quadro de pessoal, cujas vagas vinham sendo preenchidas através de processo seletivo,

CONSIDERANDO que devido o processo de anulação do concurso público Edital n. 01/2015, o Município vem tendo sérias dificuldades na manutenção de servidores para realização, inclusive, dos serviços públicos essenciais,

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de servidores, em caráter de urgência, para suprir licenças e vacância de cargos de servidores, tendo em vista que a falta do servidor comprometerá a prestação contínua dos serviços públicos, e ainda, que não há possibilidade de tais atividades serem prestada por servidores do quadro de pessoal do Município,

CONSIDERANDO que já esgotou a lista dos classificados no processo seletivo vigente para os cargos de Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, e Operador de Máquinas, não tendo atendido a demanda do Município,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 007/2013, regulamentada pelo Decreto n. 3.527/2014, ampara a contratação temporária por excepcional interesse público, inclusive dispensando processo seletivo,

CONSIDERANDO que a urgência no preenchimento das vagas abertas justificam a contratação temporária por excepcional interesse público, de acordo com as definições constantes no item 3, e subitem 3.1, V, e VI do Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o Município e o Ministério Público em 02/03/2015,

CONSIDERANDO que, o prazo de 30 dias para inscrições de um teste seletivo, mais os prazos legais, de acordo com referido Termo de Ajuste de Conduta, implica em um período de 90 dias para finalizar, prazo este que comprometerá os serviços públicos essenciais,

CONSIDERANDO que o teste seletivo simplificado para selecionar servidor com aptidão a realizar a função pública, terá num prazo máximo de duração de 20 dias, sendo esta a melhor alternativa, no momento, para o Município atender o interesse

público, dando continuidade aos serviços essenciais, atendendo, dessa forma o item 3.5 do Termo de Ajustamento de Conduta, O Prefeito do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 007/2013 e Decreto Municipal n. 3.527/2014, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo Simplificado de Títulos para admissão de servidor em caráter temporário, por excepcional interesse público, que será regido pela legislação em vigor, Lei Complementar Municipal 007/2013, Decreto Municipal nº 3410/2014, e normas estabelecidas por este edital, e coordenado pela Comissão designada pelo Decreto Municipal n 3.938/2018 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. Da função, vaga, carga horária, habilitação, vencimento e atribuições das funções:

FUNÇÃO	N. DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO
OPERADOR DE MÁQUINA	01+ CR	40h	Ser alfabetizado e carteira Nacional de habilitação—CNH compatível com o equipamento.	1.515,12



TÉCNICA EM ENFERMAGEM	01+CR	40h	Curso de nível médio, curso técnico em enfermagem e Registro no órgão de classe.	1.383,36
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	01+CR	40h	Ensino Fundamental completo, curso técnico na área e Registro no órgão de classe.	1.212,09

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES
OPERADOR DE MÁQUINA	Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina; Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade; Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, perfuratriz, patrôas, tratores pês, carregadeiras e similares; Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade. Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral; Proceder o mapeamento dos serviços executados; Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina; Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências; Executar outras tarefas afins.
TÉCNICA EM ENFERMAGEM	Assistir ao enfermeiro: No planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de enfermagem; Na prestação de cuidados de enfermagem a pacientes em estado grave; Na prevenção e controle sistemático de infecção hospitalar; Na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante assistência a saúde; Na prevenção e controle das doenças transmissíveis e em geral em programa de vigilância epidemiológica. Executar atividades de Assistência de Enfermagem executadas as privativas do enfermeiro; Integrar a equipe de saúde; Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade; Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade; Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada; Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência; Efetuar visita domiciliar; Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades; Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente; Desenvolver atividades auxiliares gerais de laboratório bem como, de áreas específicas, de acordo com as especialidades, preparar material; Executar outras tarefas afins;
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	Exercer atividades de nível médio, de natureza repetitiva, envolvendo serviços de enfermagem sob supervisão, bem como a participação em nível de execução simples, em processos de tratamento, cabendo-lhe especialmente: Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, Executar ações de tratamento simples; Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente; Integrar a equipe de saúde; Zelar pela limpeza e ordem de material, de equipamentos e de dependências da unidade de saúde; Participar de atividades de educação em saúde; Orientar os pacientes no pós-consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicos; Auxiliar o enfermeiro na execução dos programas de educação para a saúde; Preparar o paciente para consultas e exames; Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas; Fazer curativos; Aplicar oxigenoterapia e nebulização; Efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis; Realizar teste e proceder à sua leitura, para subsídios de diagnóstico; Colher material para exames laboratoriais; Executar atividades de desinfecção e esterilização; Executar outras tarefas afins.

## 2. DAS INSCRIÇÕES, LOCAL, PERÍODO, HORÁRIO E DISPOSIÇÕES GERAIS.

### 2.1. DAS INSCRIÇÕES

2.1.1. As inscrições estarão abertas no período das 08h00min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h horas do dia 18 de Janeiro de 2018 à 26 de janeiro de 2018.

2.1.2. Local: As inscrições deverão ser realizadas no Departamento de Recursos Humanos, na Sede do Município, na Rua 12 de Outubro, n. 242, Romelândia, Centro.

2.1.3. A inscrição no processo seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

2.1.4. São requisitos para a inscrição:

I) Ser brasileiro nato ou naturalizado,

II) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completo até o dia da contratação, se classificado;

III) Estar em dia com o serviço militar (sexo masculino);

IV) Estar quite com as obrigações eleitorais;

V) Ter sanidade mental e capacidade física;

VI) Ter a habilitação indicada no item 1.1 deste Edital

VII) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos, nos termos da CF/88;

VIII) Apresentar original e cópia dos documentos necessários a inscrição;

IX) Declaração de que não acumula cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

X) Cumprir as determinações deste Edital.

2.1.5. No ato da inscrição, o (a) candidato (a) deverá apresentar os documentos (original para conferência e cópia para ser entregue), além do preenchimento da ficha de inscrição, modelo Anexo I deste Edital.



I) Documento de identidade;

II) C.P.F.(Cadastro de Pessoa Física)

III) Declaração compatibilidade com o serviço público;

IV) Título de Eleitor;

V) Curriculum vitae documentado:

V.1 -Para fins deste processo seletivo, entende-se como curriculum vitae documentado, documento que comprovem experiência profissional, através de títulos e tempo de serviço.

V.2- Para fins de comprovação de experiência na atividade que irá se candidatar, somente será aceito cópia de registro em carteira de trabalho, contrato de trabalho, e/ou declaração de tempo de serviço prestado emitido por empresa ou órgão público onde deverá constar o período e a função exercida.

2.1.6. Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração com firma reconhecida, acompanhada dos documentos necessários à inscrição.

2.1.7. Será fornecido protocolo depois de efetuada a inscrição.

2.1.8. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, assumindo as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento da ficha de inscrição e em sua entrega.

2.1.9. As informações na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.1.10. É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea, por qualquer motivo.

2.1.11. Verificada, a qualquer tempo, inexatidão nas informações, irregularidade, inidoneidade ou falta de documentos exigíveis, proceder-se-á a eliminação do candidato(a), anulando-se todos os atos decorrentes das inscrições.

2.1.12. Não serão aceitas inscrições via fax, sedex, postal, internet e/ou correio eletrônico.

2.1.13. As inscrições serão analisadas pela comissão especial e, a homologação das inscrições serão divulgadas nas datas e local estabelecidos neste edital.

2.1.14. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas (não homologadas), terão prazo, caso queiram, de interpor recursos a ser protocolado conforme disposto neste edital.

### 3. DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO E CLASSIFICAÇÃO

A classificação se dará mediante o somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar no curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

3.1 –A valoração dos títulos/tempo de serviço será conforme especificado na tabela abaixo, de acordo com as funções a serem exercidas:

FUNÇÕES:Técnica de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem	
TÍTULO	PONTUAÇÃO
Diploma de Graduação na área de saúde	01 ponto
Certificado de Pós-graduação, na modalidade especialização na área de saúde	01 ponto
Cursos de capacitação/aperfeiçoamento na área de saúde. *A comprovação deverá ser através de certificados emitidos pela entidade promotora do curso.	0,05 ponto a cada 10 horas, até o limite máximo de 02 pontos.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL Tempo de serviço na área de saúde. *A comprovação deverá ser feita através de certidão de tempo de serviço, contrato de trabalho ou carteira de trabalho.	01 ponto para cada ano trabalhado, limitado a 6 pontos

FUNÇÕES: Operador de Máquinas	
TÍTULO	PONTUAÇÃO
Cursos de capacitação/aperfeiçoamento na função escolhida na inscrição. *A comprovação deverá ser através de certificados emitidos pela entidade promotora do curso.	0,05 ponto a cada 10 horas, até o limite máximo de 02 pontos.
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL Tempo de serviço como operador de máquinas, conforme a função escolhida na inscrição.  *A comprovação deverá ser feita através de certidão de tempo de serviço, contrato de trabalho ou carteira de trabalho.	01 ponto para cada ano trabalhado, limitado a 8 pontos

3.4 Havendo empate entre os candidatos, após a classificação, deverá ser aplicado o seguinte critério:

1º) o que possuir maior tempo de serviço;

2º) o de maior idade;

3.5. Persistindo o empate será feito o sorteio.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO FINAL

4.1 O presente processo seletivo será de caráter classificatório e o resultado final será obtido através da soma dos pontos de título e tempo de serviço conforme a tabela exposta no item 3.

4.2 O resultado preliminar será publicado no dia 29 de janeiro de 2018 e o resultado final dia 31 de janeiro de 2018.

### 5. DOS RECURSOS:

5.1. Caberá recursos do resultado preliminar, que deverá ser interpostos até às 17 horas do dia 30 de janeiro de 2018, através de requerimento, conforme modelo do Anexo II, protocolado no Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Romelândia.

### 6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O Processo Seletivo terá validade por seis meses.



- 6.2. O prazo de contratação se dará de acordo com o art. 3º, inciso IV, da Lei Municipal nº 007/2013, seja, até a realização do concurso público.
- 6.3. Considerando que o objetivo do processo seletivo é para contratação imediata, os candidatos selecionados terão o prazo de um dia útil, após a convocação para apresentação da documentação, sob pena de ser considerado desistente.
- 6.3. Ressalva-se que poderá ser rescindindo o contrato a qualquer tempo, por comum acordo, também a qualquer tempo, por conveniência administrativa ou interesse público.
- 6.4. A convocação para exercer a função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados neste processo seletivo.
- 6.5. Ficam notificados os candidatos classificados de que as contratações somente serão realizadas mediante as seguintes condições:
- a) A documentação comprobatória das condições previstas na inscrição e requisitos básicos e igualmente os exigíveis para a respectiva contratação;
  - b) Atestado de Saúde, comprovando estar apto para o trabalho;
- 6.6. Os candidatos classificados no processo seletivo somente serão contratados em caráter temporário de excepcional interesse público, conforme necessidade da administração pública municipal.
7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
- 7.1. Todas as publicações relativas ao certame serão publicadas no Mural Público Municipal, junto a Prefeitura Municipal de Romelândia e site do Município <http://www.Romelandia.sc.gov.br/>
- 7.2. O candidato selecionado que no momento da convocação não aceitar a vaga disponível ou não comparecer no dia designado passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está classificado.
- 7.3. A aprovação no processo seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, na ordem de classificação, ficando a mesma condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência do Município.
- 7.4. A inexatidão das informações e/ou irregularidades nos documentos, verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão a exoneração do candidato.
- 7.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão especialmente designada para elaboração do processo seletivo, observando-se a legislação vigente.
- 7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, no órgão de divulgação oficial do Município.

Romelândia, SC, 17 de janeiro de 2018.  
VALDIR BUGS  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO CONTRATO 07/2018

Publicação Nº 1493204

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO 7/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica Serviços de atendimento médico em regime de plantão médico a ser realizado na Unidade Básica de Saúde de Romelândia, aos finais de semana e feriados em período integral e de segunda à sexta feira das 17 horas às 7 horas do dia seguinte., através Processo de Licitação Nº 60/2018, na modalidade Pregão nº 3/2018. Contratado: SOCIEDADE MÉDICA GONZALLES S/C LTDA. Validade do Contrato 31/12/18.

Romelândia, 08/01/18.

CLÁUDIO ELIAS SCHENKEL  
Gestor Municipal de Saúde



# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 008/2018

Publicação Nº 1493529

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de peças para manutenção dos veículos da frota da Secretaria da Família, Assist. e desenvolvimento Social e Secretaria de Saúde conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) ,site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 02/02/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h15min do dia 02/02/2018

Santa Cecília, 17 de Janeiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal



# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 01/2018

Publicação Nº 1492961

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS SERRADAS PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCÍCIO DE 2018.

Data, Horário e Local de Abertura: 01 de fevereiro de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail [licitacao@santarosadelima.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadelima.sc.gov.br).

Santa Rosa de Lima, 17 de janeiro de 2018

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 04/2018 FMS

Publicação Nº 1492845

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, DE EXPEDIENTE, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO PROGRAMA SAÚDE NA COMUNIDADE DESENVOLVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

Data, Horário e Local de Abertura: 31 de janeiro de 2017, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail [licitacao@santarosadelima.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadelima.sc.gov.br).

Santa Rosa de Lima, 17 de janeiro de 2018.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal



# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 003 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493298

DECRETO Nº 003, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Servidores para Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 056/93 de 30/07/93,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os Servidores, CASSIA DA ROSA PAGANI COELHO, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor II, Nível DAÍ - 2, nomeada pela Portaria nº 042 de 10/04/2017, ROSANE FERREIRA EMERIM, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo II e MONICA FARIAS DA SILVA ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo III para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação – CPL da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo único. A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2018.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 004 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493302

DECRETO Nº 004, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Servidores para Comissão Permanente de Licitação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAMAE de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 056/93 de 30/07/93,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os Servidores, CASSIA DA ROSA PAGANI COELHO, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor II, nomeada pela Portaria nº 042 de 10/04/17 e CARMELUCIA DA CUNHA VUOLO ocupante do cargo permanente de Auxiliar Administrativo do SAMAE e MÔNICA FARIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo III, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação – CPL de SAMAE de Santa Rosa do Sul.

Parágrafo único. A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2018.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO Nº 005 DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1493304

DECRETO Nº 005, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em Licitações na modalidade de Pregão no Âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas as Servidoras LUANA DE SOUZA PEREIRA, nomeada pela Portaria 068 de 01/08/17 no Cargo em Comissão de Diretora II para atuar como Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Ficam designadas para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, os servidores:

I. FÁBIO DE SOUZA MACHADO, matrícula nº 1451 e

II. MÔNICA FARIAS DA SILVA, matrícula nº 1374.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

. Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de janeiro de 2018.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 006 DE 09 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1493305

DECRETO Nº 006, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em Licitações na modalidade de Pregão no âmbito do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado a Servidora LUANA DE SOUZA PEREIRA, matrícula nº 1990 para atuar como Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do SAMAE de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, os servidores

I. FÁBIO DE SOUZA MACHADO matrícula nº 1451 e

II. CARMELUCIA DA CUNHA VUOLO, matrícula nº 628.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de janeiro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração e Finanças, publicado no DOM e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças



**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 TP**

Publicação Nº 1493660

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC  
LICITAÇÃO Nº 001/2018 - TP Nº 001/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação dos serviços de elaboração de projetos de engenharia de pavimentação e correlatos à infraestrutura, elaboração de projeto arquitetônico e urbanístico, prestação de serviços de consultoria relativo ao planejamento e fiscalização de obras. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 01 de Fevereiro de 2018, com abertura da documentação após 15 minutos no mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (048) 3534-1113, E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br).

Santa Rosa do Sul, 17 de Janeiro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL



# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### PORTARIA MUNICIPAL Nº. 12/2018

Publicação Nº 1493740

PORTARIA Nº 012/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde do servidor VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Matrícula 10839/01 ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, em virtude de internação hospitalar conforme documento em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de janeiro de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### PORTARIA MUNICIPAL Nº. 13/2018

Publicação Nº 1493743

PORTARIA Nº 013/2018

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO PARA ASSUMIR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designado o servidor público efetivo, para ocupar o cargo em comissão:

NOME: ALMERI JOÃO RISSO

CARGO: Diretor de Abastecimento e Agricultura

NÍVEL: CC-02

CÓDIGO: 1045

LOTAÇÃO: Secretaria de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de janeiro de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO 04-2018 - MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1492980

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 11/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.04/2018.
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no preparo da merenda escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, destinado aos alunos da Educação Básica do Município durante o ano letivo 2018.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de Janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29 de Janeiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 17 de Janeiro de 2018.
VANILDO VALCARENGHI
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 032/2017 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492795

DECRETO Nº 032/2017 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Fixa Índice para Correção das Tarifas e Serviços do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para o Exercício de 2018 e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LOREZNETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 714/2014, de 03 de abril de 2014 e Lei Municipal nº 884/2017, de 05 de dezembro de 2017,

Considerando o índice do IGP-M acumulado referente aos últimos 12 meses.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica mantido o valor das Tarifas e Serviços constantes no Anexo I da Lei Municipal nº 714/2014, de 03 de abril de 2014 (Sistema Municipal de Abastecimento de Água), corrigido pelo Decreto Municipal nº 012/2017, de 02 de janeiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Janeiro de 2018.

Art. 3º Os valores serão mantidos até o dia 31 de março de 2018, quando então entrará em vigor os valores constantes no anexo único da Lei Municipal nº 884/2017, de 05 de dezembro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico.

#### ANEXO I

TABELA DE VALORES PARA CALCULO DA TARIFA DE AGUA E SERVIÇOS

FAIXA DE CONSUMO- CATEGORIA "A" (PERÍMETRO URBANO)



**RESIDENCIAL SEM LIMITE DE CONSUMO**

Até 7 m3 ..... = R\$ 19,47

De 8 a 15 m3 ..... = + R\$ 2,42 p/m3 excedente de 7 m3

De 16 a 20 m3 ..... = + R\$ 3,64 p/m3 excedente de 15 m3

De 21 a 30 m3 ..... = + R\$ 4,87 p/m3 excedente de 20 m3

Acima de 31 m3 ..... = + R\$ 6,09 p/m3 excedente de 30 m3

**OUTROS SERVIÇOS :****01-REESTABELECIMENTO DE AGUA**

Serviço de Ligação ..... = R\$ 12,18

Por falta de pagamento ..... = R\$ 24,35

**02-DESLIGAMENTO**

por solicitação do usuário ..... = R\$ 11,18

**03-CONSUMO DE AGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS CONGENERES.**

Custo fixo até 15 dias ..... = R\$ 73,07

Custo fixo acima de 15 dias ..... = R\$ 121,79

**04-AFERIÇÃO DE HIDROMETROS**

Por solicitação do usuário ou Município....= R\$ 12,18

**05-TAXA DE EXPEDIENTE**

Emissão da 2ª via da conta da água ..... = R\$ 7,31

Substituição de Hidrômetro ..... = R\$ 12,18

Colocação de Hidrômetro ..... = R\$ 12,18

**06-LIGAÇÃO DE AGUA COM FORNECIMENTO DE HIDROMETRO****CONDIÇÕES VALOR DA PRESTAÇÃO**

A vista = R\$ 146,15

02 pgts = R\$ 79,16

03 pgts = R\$ 60,90

Santiago do Sul, SC, 02 de Janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LOREZNETTI

Prefeito Municipal

**ANEXO I****ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M**

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>



**DECRETO Nº030/2018 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492792

DECRETO Nº030/2018 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Fixa Índice para Correção dos Tributos Municipais para o Exercício de 2018 e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal, do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de acordo com o disposto no § 1º, do Artigo 1º, da Lei Complementar nº.008/2000, de 18 de dezembro de 2000 e alterações posteriores.

Considerando o índice do IGP-M acumulado referente aos últimos 12 meses.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica mantido os valores dos tributos corrigidos pelo Decreto Municipal nº 001/2017, referente aos Tributos Municipais /constantes na Lei Complementar nº004/98, de 04 de dezembro de 1998 (Código Tributário Municipal) e alterações posteriores, das Infrações e Penalidades constantes no Capítulo IV, da Lei Complementar nº005/99, de 26 de agosto de 1999 (Normas que Regulam as Edificações), Lei Municipal nº151/2000, de 18 de dezembro de 2000 (Taxas da Tabela dos Atos da Vigilância Sanitária), Lei Complementar Nº012/2003, de 11 de Dezembro de 2003 (ISSQN), Leis Complementares nº014/2005, de 15 de dezembro de 2005 e nº016/2007, de 10 de dezembro de 2007 (Fixa o Valor Venal dos Imóveis).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

**ANEXO I****ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M**

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

**DECRETO Nº031/2018 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1492793

DECRETO Nº031/2018 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Fixa o Valor da Hora Máquina para o Ano de 2018 e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal, de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de acordo com o disposto no Artigo 2º, da Lei Municipal nº278/2005, de 16 de maio de 2005; Lei Municipal n. 451/2009 de 10 de julho de 2009 e Lei Municipal nº 514/2010 de 29 de setembro de 2010,

Considerando o índice do IGP-M acumulado referente aos últimos 12 meses.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam mantidos os valores da Hora Máquina para o exercício de 2018, constantes no Art. 1º da Lei Municipal nº 867/2017, de 16



de agosto de 2017 – ANEXO ÚNICO - e demonstrado no Anexo II do presente Decreto, referente o IGP-M acumulado no exercício de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de Janeiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### ANEXO I

##### ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

#### ANEXO II

DESCRIÇÃO	VALOR HORA/MÁQUINA EM R\$
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	81,75
TRATOR DE ESTEIRA	81,75
MOTONIVELADORA	81,75
PÁ-CARREGADEIRA	81,75
RETRO-ESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X4	65,41
RETRO-ESCAVADEIRA, TRAÇÃO 4X2	49,05
ROLO COMPACTADOR	81,75
TRATOR DE PNEUS	49,05
CAÇAMBA – POR KM RODADO	1,66
CULTIVADOR MOTORIZADO COM ROÇADEIRA CENTRAL	24,53
MINICARREGADEIRA	49,05

#### DECRETO Nº 033/2017 - DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

Publicação Nº 1492796

DECRETO Nº 033/2017 - DE 02 DE JANEIRO DE 2017.

“Fixa Preço Público para a Prática Desportiva na Quadra Poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural e dá Outras Providências”.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 737/2014, de 26 de agosto de 2014;

Considerando o índice do IGP-M acumulado referente aos últimos 12 meses.

DECRETA:

Art. 2º Fica mantido o preço público para a prática desportiva na quadra poliesportiva do Centro Recreativo Esportivo e Cultural, constantes no § 2º do Art. 1º do Decreto Nº287/2014 de 26 de Novembro de 2014 e Lei Municipal nº 737/2014, de 26 de Agosto de 2014 e demonstrado no Anexo I do presente Decreto, corrido pelo Decreto Municipal nº 013/2017, de 02 de janeiro de 2017 de R\$ 11,84 (onze reais



e oitenta e quatro centavos)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de Janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### ANEXO I

#### ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO - IGP-M

(Fundação Getúlio Vargas - FGV)

O que compõe o IGP-M:

O IGP-M/FGV é calculado mensalmente pela FGV e é divulgado no final de cada mês de referência.

O IGP-M quando foi concebido teve como princípio ser um indicador para balizar as correções de alguns títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e Depósitos Bancários com renda pós fixadas acima de um ano. Posteriormente passou a ser o índice utilizado para a correção de contratos de aluguel e como indexador de algumas tarifas como energia elétrica.

O IGP-M/FGV analisa as mesmas variações de preços consideradas no IGP-DI/FGV, ou seja, o Índice de Preços por Atacado (IPA), que tem peso de 60% do índice, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% e o Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), representando 10% do IGP-M. O que difere o IGP-M/FGV e o IGP-DI/FGV é que as variações de preços consideradas pelo IGP-M/FGV referem ao período do dia vinte e um do mês anterior ao dia vinte do mês de referência e o IGP-DI/FGV refere-se a período do dia um ao dia trinta do mês em referência. A cada dez dias a FGV divulga as variações prévias que comporão o índice referente ao período completo analisado.

Atualmente o IGP-M é o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.

FONTE: <http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>

### DECRETO Nº025/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492786

DECRETO Nº025/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 17.219,20 (Dezessete mil, duzentos e dezenove reais e vinte centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB

Atividade: 2.018 – Manut.Atividades da Educação Básica/FUNDEB

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.3.18–Aplicações Diretas.(194) ..... R\$ 17.219,20

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, são provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte de recursos 0.3.18 – Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica), disponíveis na conta bancária junto ao Banco do Brasil S/A-001 Ag.1393-5 cta.18.614-7.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de janeiro de 2018.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal



Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº026/2018 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492787

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº026/2018 - DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a alteração de valores fixados da Inseminação Artificial e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 2º, da Lei Municipal nº237/2003, de 11 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os valores a serem cobrados pela dose de sêmen para melhorar a genética do gado leiteiro, programa implantado através da Lei Municipal nº237/2003, de 11 de dezembro de 2003, beneficiando todos os agricultores residentes no Município de Santiago do Sul que possuam matrizes bovinas de gado leiteiro, conforme especificado abaixo:

- I - Sêmen JERSEY IMPORTADO - Adquirido pelo Município R\$25,00
- II - Sêmen HOLANDÊS IMPORTADO - Adquirido pelo Município R\$24,00
- III - Sêmen JERSEY MELHORADO - Adquirido pelo Município R\$37,00
- IV - Sêmen GIR LEITEIRO - Adquirido pelo Município R\$25,00
- V - Sêmen RED ANGUS - Adquirido pelo Município R\$26,00
- VI- Sêmen HOLANDÊS MELHORADO - Adquirido pelo Município R\$24,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 139/2017,

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

**DECRETO Nº027/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492789

DECRETO Nº027/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária

Natureza de Despesa: 3.1.71.00–D.R. 0.3.02 – Aplicações Diretas.(62) ..... R\$ 10.000,00

Natureza de Despesa: 3.3.93.00–D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas.(63) ..... R\$ 85.000,00



Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde e 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de janeiro de 2018.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº028/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1492790

DECRETO Nº028/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 67.324,08 (Sessenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e oito centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orç.: 04.01 – Sec.Municipal de Educação, cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 007 – Toda Criança na Escola

Ação: 2.010 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Atividade: 2.010 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-D.R.0.3.36- Aplicações Diretas.(195).....R\$ 19.608,64 Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.014 – Manut. Atividades Ensino Fundamental

Atividade: 2.014 – Manut. Atividades Ensino Fundamental

Natureza de Despesa: 3.3.90.00-D.R. 0.3.36–Aplicações Diretas.(196) ..... R\$ 47.715,44

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.36 – Salário Educação - Exercício Anterior, disponível na Conta Corrente nº.11.847-8 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de janeiro de 2018.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº029/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.**

Publicação Nº 1492791

DECRETO Nº029/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$



12.000,00 (Doze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS  
Função: 08 - Assistência Social  
Sub-Função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente  
Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA  
Ação: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica  
Atividade: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.3.35 - Aplicações Diretas.(197) ..... R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.35 – Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/ União – Programa PSB/CRAS - Exercício Anterior, disponível na 30.915-X junto à agência 1393-5 – Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 02 de janeiro de 2018.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## DECRETO Nº034/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492797

DECRETO Nº034/2018 – DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária  
Atividade: 2.028 – Manut. Atividades Unidade Sanitária  
Natureza de Despesa: 4.4.7.1.00–D.R. 0.3.02 – Aplicações Diretas.(64).....R\$ 2.300,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 08 de janeiro de 2018.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## EDITAL DE CHAMAMENTO 02-2018 AGRICULTURA FAMILIAR ALIMENTAÇÃO

Publicação Nº 1492770

Edital de Chamamento Público nº. 02/2018 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009, e Resolução nº 25, de 04/07/2012.



O Município de Santiago do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Ângelo Toazza, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, representado neste ato pelo Prefeito, JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.21 da Lei 11.947/2009 e resoluções FNDE/ CD n.º 38/2009 e nº 25/2012, através da Secretaria Municipal da Educação vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o ano letivo de 2018. Os Grupos Formais/Informais/Fornecedores Individuais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 29/01/2018, às 16:00 horas, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com sede à Rua Ângelo Toazza.

### 1. Objeto

O objeto do presente Chamada Público é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo.

Produto e Descrição	Quantidade	Unidade de Comercialização	Valor Máximo(R\$) por Kg, dúzia, litro ou unidade	Total
Bergamota/tangerina, nova, de primeira qualidade, tamanho de médio a grande, grau médio de amadurecimento, limpa, sem rupturas, devidamente acondicionada.	200	Kg	R\$ 1,50	R\$ 300,00
Couve-flor, nova, de primeira qualidade, sã, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração branca, sem manchas, devidamente acondicionada.	100	Un	R\$ 2,95	R\$ 295,00
Laranja in natura, nova, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpas, aspecto saudável, devidamente acondicionada.	300	Kg	R\$ 2,00	R\$ 750,00
Mandioca limpa sem casca e congelada, nova de primeira qualidade, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, transparente e resistente com 1 ou 2 kg, no rótulo deve conter: informações do fabricante, especificações do produto data de fabricação e prazo de validade.	50	Kg	R\$ 5,50	R\$ 275,00
Tempero-verde in natura, composição, salsa e cebolinha, novo, de primeira qualidade, limpo, devidamente acondicionado, folhas sã.	60	Un	R\$ 2,95	R\$ 177,00
Esfirra, acondicionada em embalagens plásticas de polipropileno transparente e resistente com 1 kg. A esfirra deverá ser fabricada a partir de matérias sãs e limpas, isentas de matéria terrosas, parasitos, livre de umidade, fragmentos estranhos e em perfeito estado de conservação, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excessos de dureza e nem apresentar-se quebradiços, sem corantes artificiais, recheio de peito de frango desfiado ou carne moída bovina.	2000	Un.	1,50	R\$ 3000,00
Mini pizza (sabores frango/milho/calabresa), deverá ser fabricada partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente e transparente de 1 Kg, original do fabricante, com especificações do produtor informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	2000	Un	R\$ 3,50	R\$ 7.500,00
Alface verde/ americana/ diversas, nova, de primeira qualidade, folhas sãs, sem rupturas, limpas, devidamente acondicionadas	400	Un	R\$ 1,95	R\$ 780,00
Repolho, novo, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpos, aspecto saudável, devidamente acondicionado.	70	Um	R\$ 5,50	R\$ 385,00
Chuchu, novo, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, casca sem rupturas, tamanho médio, limpo, devidamente acondicionado.	70	Kg	2,50	175,00
Pepino, novo, de primeira qualidade, grau de amadurecimento médio, com casca sã, sem rupturas, limpos, aspecto saudável, devidamente acondicionado.	35	Kg	4,50	157,00

### 2. Fonte de recurso

Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.

### 3. "Envelope nº. 001 – Habilitação



3.1 Grupo Informal: deverá apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- CPF de todos;
- DAP Física de todos;
- Projeto de venda com assinatura de todos os agricultores;
- Comprovação de atendimentos de requisitos específicos previstos em lei;
- Declaração de produção dos alimentos.

3.2 Fornecedores Individuais: deverão apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- CPF;
- DAP Física;
- Projeto de venda com assinatura do agricultor;
- Comprovação de atendimentos de requisitos específicos previstos em lei;
- Declaração de produção dos alimentos.

3.3 Grupos Formais: deverão apresentar no envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- CNPJ;
- DAP Jurídica;
- Comprovante de regularidade com a Fazenda Federal – Seguridade social e FGTS;
- Cópia de estatuto e da ata de posse da diretoria;
- Projeto de vendas com dados de todos os agricultores que fornecerão gêneros alimentícios;
- Declaração de produção dos alimentos por parte dos associados;
- Comprovação de atendimentos de requisitos específicos previstos em lei”.

#### 4. Envelope nº. 002 – Projeto de Venda

4.1 No envelope nº. 002 segue a entrega do Projeto de Venda conforme anexo V da Resolução n.º 38 do FNDE, de 16/07/2009.

#### 5. Local e periodicidade de entrega dos produtos

Os gêneros alimentícios deverão ser entregues na Escola Pequeno Cidadão situado á Rua Demétrio Moreira, Centro - Santiago do Sul, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação até o mês de Dezembro de 2018, na qual se atestará o seu recebimento.

#### 6. Pagamento

6.1 O pagamento será realizado até 07 (sete) dias após entrega do produto, por meio de depósito bancário mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

#### 7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida na Secretaria Municipal de Agricultura de Santiago do Sul no horário de 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, de segunda a sexta-feira, ou através do site [www.santiagodosul.sc.gov.br](http://www.santiagodosul.sc.gov.br);

7.2 Para definição dos preços de referência deverão observar o artigo 23 da Resolução nº 38 do FNDE;

7.3 Os gêneros alimentícios da agricultura familiar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), art. 23 § 6º, da Resolução nº 38 do FNDE, site: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500755>;

7.4 Na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, deverão ter prioridade as propostas locais;

7.5 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

7.6 O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), por DAP por ano civil;

7.7 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, conforme o anexo IV, da Resolução nº 38 do FNDE.

Santiago do Sul-SC, 12 de janeiro de 2018.

Julcimar Antonio Lorenzetti

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se. (no rádio, no diário oficial do município e outros)

Juliano João Somavilla

Secretário Municipal de Educação Cultura e Esportes



# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 640/2018

Publicação Nº 1493102

DECRETO Nº 0640, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.  
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 014, de 11 de janeiro de 2018, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 014/2018

São Bento do Sul, 11 de janeiro de 2018.  
Dispõe sobre a Aprovação do Plano Municipal de Saúde 2018 à 2021  
O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080, de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142, de 28 de dezembro de 1990,  
RESOLVE:  
Art.1º Aprovar o Plano Municipal de Saúde 2018 à 2021.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente  
Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

### LISTAGEM PORTARIAS Nº 18/01

Publicação Nº 1493098

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2977, de 15 de janeiro de 2018. Exonera Chefe de Divisão de Cartografia e Legislação, a partir de 15 de janeiro de 2018, Rodrigo Matos Da Silva, SEPLU.

Portaria nº 2978, de 15 de janeiro de 2018. Exonera Chefe de Divisão de Obras Civis, a partir de 8 de janeiro de 2018, Cristian Cristofolini, SEPLU.

Portaria nº 2980, de 15 de janeiro de 2018. Exonera Chefe de Divisão de Desporto Comunitário, partir de 1º de fevereiro de 2018, Rodrigo Vargas, Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 2981, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Diretor do Departamento de Projetos, a partir de 15 de janeiro de 2018, Rodrigo Matos Da Silva. SEPLU.

Portaria nº 2982, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Diretor do Departamento de Acompanhamento de Convênios, Cristian Cristofolini, a partir de 8 de janeiro de 2018. SEPLU.

Portaria nº 2983, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Chefe de Divisão de Obras Civis, a partir de 8 de janeiro de 2018, Josiane Caetano de



Souza Alves das Neves. SEPLU.

Portaria nº 2984, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Chefe de Divisão de Cartografia e Legislação, a partir de 15 de janeiro de 2018, Alexandre Machalevski. SEPLU.

Portaria nº 2985, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Diretor Técnico, a partir de 1º de fevereiro de 2018. Rodrigo Vargas, Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 2986, de 15 de janeiro de 2018. Exonera Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, a partir de 15 de janeiro de 2018, Nilso Agostinho Cabral. SEMUS.

Portaria nº 2987, de 18 de janeiro de 2018. Nomeia Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, a partir de 18 de janeiro de 2018, Leslie Lia Hermes Tschoeke. SEMUS.

Portaria nº 2988, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária, a partir de 3 de janeiro de 2018, Mauro Siqueira Ramos. SEMUS.

Portaria nº 2989, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Chefe de Setor de Vigilância Ambiental, a partir de 1º de fevereiro de 2018, Angelita dos Santos Nogueira. SEMUS.

Portaria nº 2990, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Chefe de Divisão de Administração e Finanças, a partir de 16 de janeiro de 2018, Fernando Pilz. SEMAS.

Portaria nº 2991, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Diretor do Departamento de Recursos Humanos, a partir de 15 de janeiro de 2018, Elvis Wigando Baum. SECAD.

Portaria nº 2992, de 15 de janeiro de 2018. Nomeia Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde, a partir de 15 de janeiro de 2018, Nilso Agostinho Cabral. SEMUS.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 2979/2018

Publicação Nº 1493100

PORTARIA Nº 2979, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Revoga Portaria nº 2523/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 15 de janeiro de 2018, a Portaria nº 2523, de 26 de outubro de 2017, que designou o servidor NILSO AGOSTINHO CABRAL, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor do Departamento de Vigilância à Saúde.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## PORTARIA Nº 2993/2018

Publicação Nº 1493108

PORTARIA Nº 2993, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:



Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de LEILA DINIZ DA CONCEIÇÃO SCHIEL, no cargo de Professor Educação Infantil, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 328/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## PORTARIA Nº 2994/2018

Publicação Nº 1493109

PORTARIA Nº 2994, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de SANDRA PAULA SCHWEDLER, no cargo de Professor Educação Infantil, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 348/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## PORTARIA Nº 2995/2018

Publicação Nº 1493111

PORTARIA Nº 2995, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de MARIA SOLANGE TIZOTE TANDLER, no cargo de Professor Educação Infantil, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 354/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**PORTARIA Nº 2996/2018**

Publicação Nº 1493112

PORTARIA Nº 2996, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de MERI ELEN BAPTISTA MOREIRA no cargo de Atendente Educativo, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 360/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2997/2018**

Publicação Nº 1493113

PORTARIA Nº 2997, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de TEREZA RAKSA, no cargo de Atendente Educativo, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 374/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2998/2018**

Publicação Nº 1493114

PORTARIA Nº 2998, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de JULIANA DRANKA SILVEIRA, no cargo de Atendente Educativo, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 373/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal



PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 02/2018

Publicação Nº 1493624

Decreto CTB Nº 02/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1445/2017, de 30 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01-SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE,OBRAS E SERVIÇOS

12.01.15.452.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.154 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de janeiro de 2018

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### DECRETO CTB Nº 03/2018

Publicação Nº 1493629

Decreto CTB Nº 03/2018

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1435/2017, de 30 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01-SECRETARIAMUNICIPALTRANSPORTE,OBRASESERVIÇOS

12.01.15.451.0008.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 18 de janeiro de 2018

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 22/2016 - Nº 02/2017

Publicação Nº 1493092

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2016 – Nº 02/2017

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratada: DELT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo, a prorrogação do contrato nº 22/2016 para Execução de serviços de melhoramentos e aquisição de materiais em estradas rurais do Município de São Bonifácio, conforme o constante no Termo de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 02/2016 – TOMADA DE PREÇO nº 02/2016, homologado em 01/04/2016.

Vigência: O prazo contratual fica prorrogado até 30/06/2017.

Data de Assinatura: 15/12/2017.

Assinam: Pelo Município de São Bonifácio: Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal. Pela empresa: Dirley Corrêa Nunes.



# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 007/2018 - ADM

Publicação Nº 1493535

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 007/2018 - ADM

Processo ADM. nº 007/2018 - ADM  
Pregão Presencial nº 005/2018 - ADM  
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS MECÂNICOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA RECUPERAÇÃO DO CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, MARCA MERCEDES BENZ, MODELO 1313, ANO 1982, PLACA LWT0099, CHASSI 34502112612692.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 09:30 horas até as 10:00 horas – dia 30 de janeiro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: 10:30 horas – dia 30 de Janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 17 de janeiro de 2017.  
KELEN RODRIGO GIONGO  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

### AVISO DE LICITAÇÃO 008/2018 - ADM

Publicação Nº 1493575

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 008/2018 - ADM

Processo ADM. nº 008/2018 - ADM  
Pregão Presencial nº 006/2018 - ADM  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE ANIMAIS MORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC CONFORME LEI MUNICIPAL 1.819/2017.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 15:30 horas até as 16:00 horas – dia 30 de janeiro de 2018.  
Abertura dos Envelopes: 16:30 horas – dia 30 de Janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 17 de janeiro de 2017.  
KELEN RODRIGO GIONGO  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01-2018 - FMS

Publicação Nº 1493532

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo ADM .nº.: 02/2018 RP. 01/2018 - FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

Contratadas.: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER



Objeto .....	REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM (RAIO-X) PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO CARLOS.
Valor .....	R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
Vigência .....	12 MESES
Licitação .....	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - FMS
Recursos .....	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2018/2019
SAO CARLOS/SC, 16 de janeiro de 2018.	
KELEN RODRIGO GIONGO	
PREFEITO EM EXERCÍCIO	

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01-2018 - ADM**

Publicação Nº 1493528

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	01/2018 RP. 01/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	MERCADO IDEAL LTDA - ME (426), AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (8578), ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10550), SCS COMERCIO LTDA - ME (10551), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (10830), A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME (11374), CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11467).
Objeto .....	REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ OFERTADA AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC - PRIMEIRA PARCELA
Valor .....	R\$ 167.767,20 (cento e sessenta e sete mil setecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)
Vigência .....	12 MESES
Licitação .....	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - ADM
Recursos .....	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2018/2019
SAO CARLOS/SC, 12 de janeiro de 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02-2018 - ADM**

Publicação Nº 1493531

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Processo ADM .nº.:	02/2018 RP. 02/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	MERCADO IDEAL LTDA - ME (426), AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (8578), ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME (10550), SCS COMERCIO LTDA - ME (10551), NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (10830), A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME (11374), HIGIMIX SISTEMAS DE HIGIENIZACAO LTDA - EPP (11393), CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (11467), LEANDRO APARECIDO DE PAULA - ME (11871).
Objeto .....	REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.
Valor .....	R\$ 43.458,78 (quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos)
Vigência .....	12 MESES
Licitação .....	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018 - ADM
Recursos .....	DOTAÇÃO: ORÇAMENTO ANUAL 2018/2019
SAO CARLOS/SC, 16 de janeiro de 2018.	
KELEN RODRIGO GIONGO	



PREFEITO EM EXERCÍCIO

**EXTRATO CONTRATUAL 01/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493410

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	118/2017 - ADM
Contrato ADM Nº	01/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	AUTO MECANICA SÃO JOÃO LTDA - ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC – LINHAS 04 E 05.
Valor ..... :	R\$ 130.704,00 (cento e trinta mil setecentos e quatro reais).
Vigência ..... :	31/12/2018
Licitação:	Pregão Presencial nº 118/2017 - ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.
SÃO CARLOS/SC, 05 de janeiro de 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO CONTRATUAL 01/2018 - FMS**

Publicação Nº 1493407

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	01/2018 - FMS
Contrato ADM Nº	01/2018 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:	RICARDO ANDRESKI MOITA – ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE DE LINHA SÃO JOÃO, COM CARGA HORARIA DE 20 HORAS SEMANAIS.
Valor ..... :	R\$ 16.888,00 (dezesesseis mil oitocentos e oitenta e oito reais).
Vigência ..... :	03/04/2018
Dispensa de Licitação nº 38/2017 - FMS	
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: 2.017.3190.00 - 2 - 18/2018
SÃO CARLOS/SC, 04 de janeiro de 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO CONTRATUAL 02/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493411

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	118/2017 - ADM
Contrato ADM Nº	02/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



Contratada..:	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA – ME,
Objeto .....	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC – LINHAS 01, 02, 03 E 11.
Valor .....	R\$ 223.830,00 (duzentos e vinte e três mil oitocentos e trinta reais).
Vigência .....	31/12/2018
Licitação:	Pregão Presencial nº 118/2017 - ADM
Recursos .....	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.
SÃO CARLOS/SC, 05 de janeiro de 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO CONTRATUAL 02/2018 - FMS**

Publicação Nº 1493409

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	37/2017 - FMS
Contrato ADM Nº	02/2018 - FMS
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada..:	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR PADRE JOÃO BERTHIER
Objeto .....	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS EM PLANTÃO E SOBREAVISO MÉDICO, PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E DE DIAGNÓSTICO, EXAMES RADIOLÓGICOS, E EXAMES LABORATORIAIS.
Valor .....	R\$ 725.760,00(setecentos e vinte cinco mil setecentos e sessenta reais)
Vigência .....	14/01/2019
Tomada de Preços nº 04/2017 - FMS	
Recursos .....	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018/2019.
SÃO CARLOS/SC, 15 de janeiro de 2018.	
KELEN RODRIGO GIONGO	
PREFEITO EM EXERCÍCIO	

**EXTRATO CONTRATUAL 03/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493413

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	118/2017 - ADM
Contrato ADM Nº	03/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada..:	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Objeto .....	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC – LINHAS 07 E 12.
Valor .....	R\$ 143.350,00 (cento e quarenta e três mil trezentos e cinquenta reais).
Vigência .....	31/12/2018
Licitação:	Pregão Presencial nº 118/2017 - ADM
Recursos .....	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.
SÃO CARLOS/SC, 05 de janeiro de 2018.	



RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**EXTRATO CONTRATUAL 04/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493415

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	118/2017 - ADM
Contrato ADM Nº	04/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	TRANSPORTES KUNZ LTDA - ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC – LINHA 09.
Valor ..... :	R\$ 73.910,00 (setenta e três mil novecentos e dez reais).
Vigência ..... :	31/12/2018
Licitação:	Pregão Presencial nº 118/2017 - ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.

SÃO CARLOS/SC, 05 de janeiro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**EXTRATO CONTRATUAL 05/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493416

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	118/2017 - ADM
Contrato ADM Nº	05/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	ASELI WILLMS SCHEID - ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OBJETIVANDO O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS/SC – LINHAS 06 E 10.
Valor ..... :	R\$ 116.700,00 (cento e dezesseis mil e setecentos reais).
Vigência ..... :	31/12/2018
Licitação:	Pregão Presencial nº 118/2017 - ADM
Recursos ..... :	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.

SÃO CARLOS/SC, 05 de janeiro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

**EXTRATO CONTRATUAL 06/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493417

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato ADM Nº	06/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	RITA MARIA KNORST DITTMANN



Objeto .....	LOCAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE MATERIAL PRODUZIDO PELA PODA DE ÁRVORES, TAIS COMO- GALHOS, FOLHAS, TRONCOS E AFINS, DEPÓSITO DE SOBRAS DE OBRAS, ENTULHOS, TERRA E PEDRAS PROVINIENTES DE CONSTRUÇÕES, DEMOLIÇÕES, TERRAPLANAGENS E OBRAS EM GERAL.
Valor .....	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Vigência .....	31/12/2018
Recursos .....	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.
SÃO CARLOS/SC, 05 de janeiro de 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO CONTRATUAL 07/2018 - ADM**

Publicação Nº 1493419

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo ADM	05/2018 - ADM
Contrato ADM Nº	07/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL – CONSÓRCIO IBERÊ
Objeto .....	CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC E O CONSÓRCIO IBERÊ, VISANDO ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS INERENTES A EXECUÇÃO DOS PROJETOS AMBIENTAIS.
Valor .....	R\$ 14.395,00 (quatorze mil trezentos e noventa e cinco reais).
	Dispensa de Licitação nº 01/2018 - ADM
Vigência .....	31/12/2018
Recursos .....	DOTAÇÃO: Orçamento Anual 2018.
SÃO CARLOS/SC, 12 de janeiro de 2018.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	



# São Domingos

## PREFEITURA

### **DEC 285 DE 12 01 18 EXONERA A PEDIDO DIEGO ROBERTO BURIN OCUPANTE DO CARGO ACT DE ODONTÓLOGO**

Publicação Nº 1493605

DECRETO Nº 285, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal do Cargo Temporário ACT, e da outras providências .

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal protocolo nº 5057 de 04 de janeiro de 2018, através do qual o servidor Diego Roberto Burin, solicitou exoneração do cargo Odontólogo, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal servidor Diego Roberto Burin, do cargo Temporário ACT de Odontólogo, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 133, de 08 de junho de 2017.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de janeiro de 2018.

Gilmar Achilles Marmentini

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

### **POR 263 DE 02 01 18 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NERCI SCHEFFER DA SILVA**

Publicação Nº 1493609

PORTARIA Nº 263, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Concede afastamento legal ao servidor público municipal

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando certidão de óbito apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando o disposto no art. 80, letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 31/12/2017 a 04/01/18, por motivo de falecimento de sua mãe, ao Servidor Público Municipal, Nerci Scheffer da Silva, ocupante do Cargo Público de Operador de Máquinas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 31 de dezembro de 2017.

São Domingos/SC, 02 de janeiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

### **POR 266 DE 02 01 18 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR ZANIN**

Publicação Nº 1493610

PORTARIA Nº 266, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Concede afastamento legal ao servidor público municipal

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando certidão de óbito apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando o disposto no art. 80, letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no



período de 24/12/2017 a 28/12/17, por motivo de falecimento de seu irmão, ao Servidor Público Municipal, Valdir Zanin, ocupante do Cargo Público de Mecânico de Máquinas e Veículos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir do dia 24 de dezembro de 2017.

São Domingos/SC, 02 de janeiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

## **POR 275 DE 18 01 18 FERIAS EDEMARCOS DE LIMA E INELSO MARMENTINI**

Publicação Nº 1493614

PORTARIA Nº 275, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Concede férias a servidores empregados públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR/EMPREGADO	CARGO/EMPREGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Edemarcos de Lima	Motorista	06/01/16 a 05/01/17	20	18/01/18 a 06/02/18
Inelso Marmentini	Motorista	24/03/16 a 23/03/17	30	18/01/18 a 16/02/18
Sabrina de Fátima Forosteski	Psicólogo	19/05/16 a 18/05/17	12	18/01/18 a 29/12/18

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de janeiro de 2018.

Gilmar Achiles Marmentini

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

## **POR 276 DE 18 01 18 CONCEDE FÉRIAS INTERROMPIDAS AO SERVIDOR EDSON ROSALEN**

Publicação Nº 1493617

PORTARIA Nº 276, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Concede férias interrompidas a servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

· Considerando que o servidor Edson Luiz Rosalem ocupante do cargo de Motorista, está lotado na Secretaria Municipal de Saúde;

· Considerando a Portaria nº 272, de 10 de janeiro de 2018, que dispôs sobre a interrupção de férias do servidor Edson Luiz Rosalem.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder FÉRIAS ao servidor público municipal, Edson Luiz Rosalem ocupante do cargo de Motorista, no dia 18 e 19 de janeiro de 2018, referente aos 02 dias de férias interrompidas conforme a portaria nº 272, de 10 de janeiro de 2018, relativo ao período aquisitivo de 21/02/16 a 20/02/17, por interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de janeiro de 2018.

Gilmar Achiles Marmentini

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### ERRATA PP 012-2018

Publicação Nº 1493154

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de materiais para limpeza urbana (capinação, varrição e pinturas de vias e praças públicas)

#### ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, o edital em epígrafe, sofreu alteração.

Portanto, no item 10.2 fica incluído a alínea "c", conforme abaixo:

c) nos itens 10,11,12,13,14 e 15, laudo técnico das tintas, bem como cadastro do fabricante da tinta na ABRAFATI.

O Termo de Referência, Anexo I do edital, também sofreu alteração e estará disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul: [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br).

Devido as alterações acima citadas, a realização do certame, fica alterada para a seguinte data e horário: 31/01/2018 às 09h.

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 17 de janeiro de 2018.

Julio Eloi da Silva

Secretário Municipal de Administração



# São João Batista

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 02/2017

Publicação Nº 1493370



ESTADO DO SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC



#### CONCURSO PÚBLICO

#### HOMOLOGAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA-SC**, torna pública a Homologação do Resultado final do **CONCURSO PÚBLICO** para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL**, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Direta Municipal - Educação, objeto do **Edital 02/2017 de 10 de Novembro de 2017**.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São João Batista – SC, 17 de Janeiro de 2018.

**DANIEL NETTO CANDIDO**  
PREFEITO MUNICIPAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

**ORIENTADOR EDUCACIONAL (PNE)**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	102886	QUELVIN INACIO WISINTAINER

**SECRETARIO ESCOLAR (PNE)**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	106695	CARLOS EDUARDO MARTINS
002	099799	MATEUS JOSE CONRADI

**INSTRUTOR DE FANFARRA**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	107227	ADEMIR ZIMMERMANN
002	100058	MARCO ANTONIO BASTIANI
003	106930	MARCELO BOZZA
004	107832	MARCIO DEIVIS FERREIRA ARACATI
005	101633	DUNISON GONCALVES
006	101802	EDILSON RAFAEL ODORIZZI

**MONITOR ESCOLAR**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	107780	PAULO LOURENCO DA SILVA
002	107829	NADIA DE SOUSA LEONARDO
003	106500	LEANDRA HECK
004	101667	RONALDA DE FATIMA DA SILVA
005	099562	TALITA PAOLA BOOZ
006	099175	SIMARA REGINA DIAS AMARAL
007	100124	JOSILDA QUEIROZ BISCAIA DOS SANTOS
008	106438	GENI BECKER
009	105376	TURIBIO CONSTANTINO DOS SANTOS
010	099241	OSVALDO JOSE AMORIM
011	106458	QUELEN DA SILVA COSTA
012	105616	AMANDA DO COUTO GONCALVES
013	105810	JANAINA AZEVEDO DANDOLINI NUNES
014	103211	WINNIE KARLA NUNES BARBOSA
015	099404	ELEN SALETE DA SILVA
016	106582	ALEXIA MARTINS REINERT
017	107157	BRUNA GABRIELA PERIN
018	103188	FATIMA DA SILVA SARDI
019	100340	CHIRLANA DE SOUZA
020	105980	ADRIELIA MARTIM
021	106958	MATEUS LANGARO
022	104591	MIRIAN OLIVEIRA XAVIER
023	106931	MARIA DAS GRACAS COSTA DA CRUZ
024	100522	ANA JULIA GAMBETA
025	105822	ADRIANA ALVES ROMUALDO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

026	101319	RAQUEL BORATTI
027	100581	SUSANA VARGAS GERBER
028	107311	JACKSON SOARES PEREIRA
029	105928	CRISLEINE RICARDO SGROTT
030	106457	EDNA PEREIRA
031	100548	MONICA GAMBETA
032	099121	CARINE ZUNINO FONTES FACCHINI
033	101249	EMILY GREICI ALEXANDRE VENERI
034	099082	GISLAINE DA ROSA MONTEIRO
035	105581	ANDRIELE FERREIRA ROESLER
036	104677	ENGEL KAROLAINE VIEIRA CHAGAS SOUZA
037	105977	JESSICA JULIANA FLORENTINO SILVA
038	106434	TAINA KLEIN
039	100539	ISADORA ARAUJO DE OLIVEIRA
040	100007	GABRIELA FARIAS
041	101049	JENNIFER AMANDA COLLER DA SILVA
042	100667	MARIA OLIVIA PEIXER ANGELI
043	103444	MARA RUBIA AMORIM MOTTA
044	100163	MARCIA GEOVANA BURIG
045	101770	INIVALDA PEIXER
046	099281	PATRICIA APARECIDA SCHNEIDER CORREA
047	105676	KATIA LEAL SCHAPPO
048	106552	JULIANE KAPUSTA ELOY
049	106671	MONICA JOZIANA BRICK
050	100486	ANA PAULA ORSI
051	100577	RAQUEL DO NASCIMENTO GOMES LOLATTO
052	106237	BRUNA MARTINI
053	099824	KAREN JULIANA GALLI
054	100453	PRISCILA DE SOUZA CHAGAS
055	106155	CLAUDINEIA MACHADO GOMES
056	099493	EDILEIA DE SOUZA FRANCISCO
057	105769	PRISCILA VARGAS
058	106946	DAIANE ROCHA
059	105328	ARIANE MACEDO CAMPOS
060	101956	LUANA VENTURA DOS SANTOS
061	106562	ARTHUR PATRICIO NAVES
062	099370	LUCIANA MOTTER
063	105570	ROSY MERY CONSTANTINO
064	103607	CATIA SUZANA SARTORI MONTIBELLER
065	105505	MIRIA PIVA
066	104222	CLAUDIA PEIXER DE OLIVEIRA
067	099818	ELAINE CRISTINA ORSI IGNACIO
068	107044	SORAYA KUNERT RODRIGUES
069	099435	MILENA BACCA
070	107249	JOICE VILLANOVA
071	104654	IRIS MARIA MARCELINO
072	104979	ANA ROSA VARGAS
073	101401	PATRICIA JACINTHO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

074	103327	ANNE CRISTINA DOS SANTOS BORGES MARQUES
075	102142	EMILLY GREICE CIM
076	099498	JOCIANE DE LARA GOZDZIUK
077	101927	SUELEN CRISTINE FABRO
078	099843	CAMILA JACINTO BARNABE
079	107619	ERICA SCHELBAUER DOS PASSOS
080	105280	AMABILE REGINA DIAS
081	105710	JULIANA PEIXER
082	107068	ALINI CRISTINA DOS SANTOS
083	105373	LAURA ANGELA MAIA DA SILVA GARCIA
084	099235	DAIANA STOLFI
085	102703	TAIS SALVADOR VERISSIMO
086	099619	KELLY SCHMITT
087	105796	MAIARA APARECIDA DA SILVA MONTEIRO
088	101167	CLECI ROSA RIBEIRO
089	099323	ROGERIO DOS SANTOS FERNANDES
090	104333	ELISA CARLA ESPINDOLA CALDAS
091	099623	JULIANA ECLAIR GONCALVES PEREIRA
092	105490	LIGIA BONGIORNO NADAL
093	105903	ADRIANA DE FATIMA MAVSZAK
094	106525	GIZELE RAMOS COSTA
095	106731	ELISANGELA VENIER DE ANDRADE
096	105492	DANIELA DILEINE TRAINOTTI
097	106872	CACIANA MATOS DA SILVA
098	107283	JULIANA MARA DALAGASPERINA MORO
099	105925	ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO
100	100082	RAQUEL CHECATTE
101	103014	JANETE ALVES DOS SANTOS
102	106617	ROSANE LUCIA GOUVEIA
103	102772	ROSANGELA APARECIDA GOMES SOARES
104	099068	LIDIANE DE SOUSA KOERCHS
105	105285	JULIANA AMORIM ESTEVAO
106	107065	DORENILCE TAVARES COSTA REIS
107	101062	BIANCA COELHO MODESTO
108	103462	GABRIELE ADAM PEREIRA GARCIA
109	099849	JOAQUIM DAVID BENOLIEL DA SILVA
110	103477	SCHEILA FERREIRA CORREIA
111	107355	SAMANTHA TRINDADE SANTANA
112	104264	MABILA HOFFMANN
113	106085	TAYSE KEYLA KAVIKIONI
114	101636	JESSICA NAIARA CASAS
115	105496	FRANCIELI HUFF
116	099614	RAQUEL FABIANE ALVES DE MORAES FUMAGALLI
117	101251	LORES PEDROSO
118	100218	MAIARA REIS DAROSSO
119	099583	MARIANA LAURINDO
120	106715	EMILY BENTO UMPIERRE BARRETO
121	099715	JAQUELINE MAIARA OURIQUES





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

122	107011	LARISSA FRANCISCO COSTA
123	104712	BRENDA DE ASSUNCAO
124	100663	JULIA CAROLINI ANGELI
125	105655	MARISETE PIVA
126	105250	DIANA PAULINA MACHADO BOOZ
127	105292	ROSIMERI TAMANINI PEREIRA
128	101374	HELENITA PACHECO TEIXEIRA
129	106387	GLAUCIA APARECIDA PACHECO DOS SANTOS
130	106651	EDINEIA LUCIMARA STRAUSS
131	106746	MARA LIGIA VIEIRA DOS SANTOS TRAVASSOS
132	099705	FERNANDA MACHADO DA SILVA
133	103260	FATIMA VARGAS DE FREITAS
134	100343	EDNA LUCIA DE AZEVEDO
135	105964	CLAUDIA FRAGA FAGUNDES
136	100482	JANICE COELHO SOARES
137	103306	TANISE DA SILVA PORTELA
138	105872	MARILETE TORMES MARTINS
139	105325	FABRINA TEIXEIRA
140	106356	VIVIANA MAFESSOLLI
141	106808	MARCILEIA SILVA ALVES
142	099294	ROSIMERI COSTA DE SOUZA
143	105377	JULIANA DA SILVA
144	106009	ALESSANDRA GRAZIELE HOMEM
145	106803	PATRICIA FERREIRA DOS SANTOS
146	104231	VANESSA STEIL
147	105016	IZABEL CRISTINA DA SILVA MATHIAS
148	107579	NAIARA QUADROS DE OLIVEIRA
149	107559	JULIANA PAIXAO DE JESUS
150	099350	GABRIELA ESPINDOLA DA SILVA
151	099218	LEILA LEAL
152	100003	AMANDA MARIAN ABELINO
153	102998	AMABILI DO NASCIMENTO
154	101830	BRENDA TAMIRES DA SILVA RIBEIRO
155	106886	NATALY FABIELE KALATH SUTIL
156	100069	BRUNA RAMOS DA LUZ
157	101932	SUELEN VARGAS
158	099246	ANIVERSINA LOPES AMORIM
159	106592	SAVELINA APOLINARIO
160	099408	LEONETE BORATI REGIS
161	106100	SILVIA REGINA VALVERDE PASCHOAL
162	106739	EDINEI ENRIQUE RICARDO
163	104981	ALINY SUZE MENDES GONCALVES
164	099084	WALQUENIA FONTINELE
165	100170	ERDELINA SCHLEMPER
166	099344	MARILIA DAS NEVES MELO
167	103844	JOSIANE FIRMO DA SILVA
168	100435	JULIANA SGROTT VEBER
169	107040	PAULO PEREIRA DE JESUS





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

170	099578	EDINEIA COSTODIO
171	100603	DANIELA VANESSA SCHAFFER
172	105639	RUBIA FRANCINE LAURINDO
173	100681	ETIANI APARECIDA CIPRIANI
174	106927	GISELE CRISTINA ACCORDE
175	099377	SUELEN APARECIDA SIEMENTKOWSKI MAFRA
176	099539	JESSICA DE MOURA RAMBOR CREPPAS
177	107022	MONICA HAIRA RUSSI
178	107315	ALIANA CRISTINA PADILHA
179	106052	KATIA APARECIDA CAMPOS
180	099117	VALERIA DA SILVA LEO
181	103106	BRUNA FISCHER DE SIQUEIRA DA SILVA
182	102861	ROSIANNE GOMES FERREIRA DA SILVA
183	105789	LAYS EDUARDA SILVANO
184	106325	SUZAN ELLEN DE SOUZA
185	100564	CLEIDIANE MARCHI DA CUNHA
186	106639	NICOLI LEWANDOWSKI
187	107751	MUNIQUE SEVERO DA SILVA
188	099037	ANA CARLA SCHNEIDER
189	107364	GISELE FERNANDES DO VALLE
190	104598	LARISSA APARECIDA WEBER
191	100621	ROSY PASCHOAL DUARTE
192	101333	ROSANE LAETE MELO PICCOLI
193	106077	IVANILDE RUBIO
194	106483	ROSANGELA MAFEZZOLI FONTES
195	105998	VALDIRENE PEIXER ALEXANDRE
196	105020	MARIA ROSELI MAFRA VENTURA
197	100596	ROSANE JACQUES BRIZOLA
198	100966	KETLEY CRISTINA BATTISTI ARCHER DE SOUZA
199	106673	CLARICE BORGES PORTELA
200	105301	VALQUIRIA FAGUNDES
201	100574	ALIZ DAIANA MATOS DE QUADROS
202	100351	ROSIMERI DOS SANTOS BUNN
203	100059	FABIOLA CARLA TRIERWEILLER PERAO
204	099424	SCHEILA BEISE
205	101288	SHERON EVANGELISTA DOS SANTOS
206	104015	GRAZIELA BORBA DA SILVA
207	103396	MARIELY ARAGAO MENDES
208	101558	JANDERLENE LAURINDO
209	100450	JULIANA SALAMAIA PEDRINI
210	099662	RAQUEL SILVEIRA
211	100622	ADRIANA RODRIGUES MICHELON DE SOUZA
212	100931	LETICIA COSTA
213	099015	LUANA AGOSTINHO FAGUNDES
214	100665	RAFAELA KARISE RIBEIRO
215	100877	ALINE ALMEIDA
216	099329	SAMARA MAFESSOLLI MACHAJEWSKI
217	106995	JOSCIELE HILLESHEIN





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

218	107765	VANESSA DE SOUZA DIAS RODRIGUES
219	100872	FRANCIELI MARTINS
220	099851	MARCIA FERREIRA
221	106354	KARINE DE ARRUDA ARGENTA
222	099975	BRUNA DA SILVA
223	100589	VANESSA DE OLIVEIRA
224	102905	TAINARA DAYANI DA SILVA
225	099480	FABIOLA GONCALVES
226	104685	LUANA JACINTO BARNABE
227	106938	MAYKON COSTA DOS SANTOS
228	107498	CINTIA EMMELY DA SILVA AMORIM
229	100117	HELOIZA HELENA SANTOS DA SILVEIRA
230	106734	ELER FRANZOI
231	105619	PATRICIA CLEA DO COUTO GONCALVES
232	103193	MARISETE PASCHOAL SARTORI
233	104813	MARIA FLAVIA SANTIAGO DE OLIVEIRA
234	106657	ROSANA MARIA ANDREGTONE
235	098940	MARIA DE FATIMA SILVA DE SOUZA
236	105833	DILVANI FILIPPUS LEAL
237	101174	SANDRA MARA CLEMES CIPRIANI
238	106811	ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA
239	105962	ROSELENA ELEUTERIO TRAINOTTI
240	098905	NERLI CRISTINA DA CRUZ ROSA
241	105497	JUATAN JURUA MIRANDA
242	100537	KATIA ROSANE VARELA DA SILVA
243	106934	ROSANI MARIA GROTT
244	098888	ANA PAULA VALLE
245	101545	SIMONE DA CUNHA MARCHI
246	100466	PATRICIA ALVES TAVARES
247	101085	EIDE DAIANA TRAINOTTI
248	101057	MAIARA BOETTNER PEIXE
249	099073	CARLA FUMAGALLI
250	107597	MICHELE MARIA KAMERS
251	105106	LORENA MARIA KAMMERS
252	099318	FRANCISDALVA JOAQUIM DA SILVA SCHMITT
253	099469	MARCIA DE LIMA DOS SANTOS
254	106833	DAIANA PERAO
255	100999	DAIANE SCHUBERT MATIAS
256	107172	ALESSANDRA ANDRESSA DOS SANTOS
257	099091	DAIANA DOS SANTOS
258	107245	CHARLENE TEIXEIRA
259	100832	MARILANE DOS SANTOS MARQUETTI
260	099094	JACQUELINE OESTREICHER DA LUZ
261	099238	MALANY CUCO FAGUNDES
262	099432	ELI AUER MELNISKI
263	101772	SIMONE VARGAS DA SILVA
264	105854	CATIANE SILVEIRA
265	100275	JEANY CRISTINA SARTORI DE SOUZA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

266	105307	NATHANY SILVA SOEIRA
267	107717	EVELEN FONSECA MORAES
268	105963	SABRINA ORSI
269	102136	IANCA CRISTINA OURIQUES
270	107412	JOYCE NILVA MARTINS
271	103302	MARIANA CASSIA DE OLIVEIRA
272	105636	KAUANA MARIELA FURLAN
273	103682	ANA PAULA FIORATTI
274	099273	GABRIELE MEDINA SCHUTZ
275	103850	LUIZ VITOR MOTA
276	100364	DALVAINE DE FATIMA MORLIN
277	099044	JUCELIA TOMAZ FRAGA
278	106899	LUIZA APARECIDA NUNES
279	105984	MARIA ROZELETE MAFRA
280	105471	JUCILDA APARECIDA SARDO PASCHOAL SEGALA
281	099308	LILIAN NAIRA MACHADO MOTTER
282	107000	CASCIANE APARECIDA HILLESHEIN
283	099789	ODINES BEZERRA DOS SANTOS
284	106638	JUSSILENE PEREIRA DA SILVA
285	102770	GISELDA WISBECKER
286	103329	RAFAELA ROSA OZOTE
287	099287	CRISTINE DOS SANTOS TEIXEIRA
288	107596	TAMIRIS GONCALVES FERNANDES
289	106740	THIALA PACHECO
290	107232	ALESSANDRA CAMARGO
291	100995	DRIELY VALERIA DE AGUIAR GONCALVES
292	101364	ANDREA DE SOUZA MARIO
293	103324	AMANDA CRISTELA NACK
294	105743	JESSICA DE OLIVEIRA
295	106754	KYLCIANE CARVALHO DOS SANTOS
296	101331	GABRIELE RIBEIRO
297	103261	ALICE ROCHA GONCALVES KOENIG
298	100957	ADELIA GRIMM
299	107104	RUDVAN QUINTO DE SOUZA SANTOS
300	104536	JANETE TAVARES DE CAMARGO
301	103279	NEUSI DE FATIMA CARVALHO
302	101088	EDILENE TAVARES
303	105954	ALEXANDRO COUTO VIDAL
304	105405	NELCI TERESA DE OLIVEIRA BRAZ
305	105965	HELENA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA
306	104968	SIMONE VARGAS PEIXER
307	101196	MARIA ALICE PIETROSKI
308	102177	GABRIEL BASTOS MARTINS
309	106121	GRAZIANI INACIO
310	101744	ANDERLEIA DA SILVA HASS
311	104095	SAMANTA CLEOCI LEMOS BARBOSA
312	101104	ELISANGELA FERREIRA DE LIMA
313	105615	TAINA OLIVEIRA DA SILVA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

314	106087	MORGANA REINHEIMER DUARTE
315	106590	JANAINA SILVA
316	101679	JULIANA DOS SANTOS BENVENUTTI
317	099729	IANKA DE PAULA SOUSA
318	105525	PAULA CRISTINA SILVA
319	107453	CLEICIELI DE OLIVEIRA MOZOROVICZ PADILHA
320	107743	CAROLINY SOTOPIETRA
321	106319	MARIA IVETE DOS SANTOS
322	099018	GRASIELA ROSA OZOTE
323	100445	RAFAELA REIS VARGAS
324	106970	DENIFER MARIELE BEHRENS RODRIGUES
325	106197	ANDREZA DIAS
326	107763	JULIANA PICOLLI
327	099087	SIMONE ADAMES
328	105669	FABIANA JOSE DA SILVA
329	101285	ANA CLAUDIA LIMAS
330	100239	LUCIENE SUZANA DE SOUZA
331	098927	NATHALIA BARPP SCHMITZ DOS SANTOS
332	103321	ELIZANDRA C DE A MARTINS

**ORIENTADOR EDUCACIONAL**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	099930	GISELLE MARCIANA DE PAULA
002	099234	ROSEMERI HOCHMANN
003	100560	GRAZIELA ALVES
004	102235	ELISANGELA BORBA ELEUTERIO
005	105315	JUCELI ALEXANDRE DA SILVA
006	102961	FLAVIO BOOZ
007	105110	ADRIELE MORAIS
008	103575	LETICIA TAIMARA FIDELIS
009	105498	ANGELA MARIA TAVARES ALVES
010	105391	ANA CLAUDIA MAZERA
011	107146	CAROLINA ELENA DOS SANTOS
012	105057	REGINA GRIMM DA SILVA
013	100008	ROSANA HIPOLITO
014	100982	ELANE CRISTINA ASSIS
015	100557	MICHELE CRISTINE SILVA DE OLIVEIRA
016	106204	CARLA DA CUNHA
017	105582	JERUZA MAFESSOLLI DE SOUZA
018	105842	CLAUDIA CARDOSO BACKER
019	106021	MARIA DAS GRACAS CARDOSO FRAGA
020	107431	ELISETTE ABELINO
021	107395	PATRICIA NOLDIN MARCHI
022	099698	CINTIA FANDARUFF
023	107284	MARIANE FRAGA MARIAN
024	102606	VANESSA VARGAS
025	103233	KARINE GIACOMELI





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

026	104432	TAISE DA SILVA SANTOS
027	105815	TELMA SOARES
028	106853	DAIANA LAURA DE AGUIAR
029	105941	LALESCA SGROTT
030	099365	MARCOS UMBELINO
031	102607	LAIS APARECIDA SCHMITZ
032	103264	ANA CAROLINA NASCIMENTO GOMES
033	101880	SANDRA BARBOSA DA SILVA
034	107438	PATRICIA KRUCINSKI
035	103821	JAQUELINE MACHADO
036	100262	SANDRA PEREIRA DA SILVA SCALVIN
037	107720	SIDRANIA CLAUDIA SANTIAGO COSTA
038	104420	GISLAINE FAGUNDES
039	106958	MATEUS LANGARO
040	105302	NICACIO STOLFI
041	102628	JESSICA SUELI ROBERTI
042	105306	FABIA STOLFI
043	101643	ZULEIDE NUNES
044	098837	ELIAS COELHO

**PROFESSOR DE CRECHE**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	101372	VIVIANE AMARAL GOIS DE SOUZA
002	098977	AULISS MARY KLITZKE MACHADO
003	099393	DAIANE ROSA
004	105644	NATALI TARCIELI RODRIGUES DA SILVA
005	103444	MARA RUBIA AMORIM MOTTA
006	105028	CARLA DIAS
007	103341	JAQUELINE DIAS
008	103041	ELZA MARTINS
009	107193	DELAINE SABINO DA FONSECA
010	106808	MARCILEIA SILVA ALVES
011	105980	ADRIELIA MARTIM
012	099246	ANIVERSINA LOPES AMORIM
013	106581	BIBIANE CRISTIANA FERREIRA KOETZ
014	102828	BASTIANA MARQUES LIMA
015	107460	ROBERTA DE SOUZA
016	105641	ANGELA LETICIA PADILHA
017	106727	DANILA TRIPODI LEONARDI AMARAL
018	101249	EMILY GREICI ALEXANDRE VENERI
019	102844	GIORGIA SGROTT
020	105952	MARIENE DA SILVA PEREIRA VIDAL
021	105928	CRISLEINE RICARDO SGROTT
022	106177	MARAISA BARBARA FAGUNDES LEAL
023	105328	ARIANE MACEDO CAMPOS
024	100045	BRUNA TRAINOTTI GOMES
025	101333	ROSANE LAETE MELO PICCOLI





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

026	098894	MARIA JULIA FELLER PFLEGER
027	101319	RAQUEL BORATTI
028	100667	MARIA OLIVIA PEIXER ANGELI
029	103457	LORINEZ DA ROSA CAMARGO PERIN
030	105925	ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO
031	099348	RAQUEL HECKERT
032	106199	GABRIELA EBEL
033	105632	EDINEIA ORLANDI CASETT
034	106457	EDNA PEREIRA
035	099980	VANIA DE OLIVEIRA
036	104231	VANESSA STEIL
037	103462	GABRIELE ADAM PEREIRA GARCIA
038	101956	LUANA VENTURA DOS SANTOS
039	103533	MAISA DE OLIVEIRA COSTA
040	104222	CLAUDIA PEIXER DE OLIVEIRA
041	106500	LEANDRA HECK
042	101699	MORGANA APARECIDA MARQUES
043	099281	PATRICIA APARECIDA SCHNEIDER CORREA
044	099121	CARINE ZUNINO FONTES FACCHINI
045	099851	MARCIA FERREIRA
046	099408	LEONETE BORATI REGIS
047	106506	ZAIRA NUNES CANDIDO
048	107044	SORAYA KUNERT RODRIGUES
049	106772	LIANE APARECIDA SANTANA MONTIBELLER
050	106690	ANA MARIA PEIXER
051	100163	MARCIA GEOVANA BURIG
052	101030	ELIZANGELA MARA ROZA DO NASCIMENTO
053	102107	JULIANA DA SILVA
054	103169	JUCELIANE DA SILVA
055	106671	MONICA JOZIANA BRICK
056	104141	LAISE CONSTANTE
057	104601	REGIANE GONCALVES DE OLIVEIRA
058	101778	GILVIA EMMERT
059	106438	GENI BECKER
060	099414	SAMANTHA HILLESHEIN
061	107468	TAMARA MATTOS DOS SANTOS
062	105930	BRUNA SIPRIANO
063	101557	IZADORA SANTANA VENIER
064	100007	GABRIELA FARIAS
065	106601	SANDRA ANDREA FRAGA FAGUNDES
066	107225	ALINE ESPINDOLA MACKENZIE
067	104654	IRIS MARIA MARCELINO
068	100902	ANA PAULA DA SILVA JARACESKI
069	107480	IGLETE FATIMA GALIVAR
070	099352	ANDREIA COMPER DE SOUZA
071	105943	SHELLEGA DE MELO
072	099287	CRISTINE DOS SANTOS TEIXEIRA
073	099609	DENISE DE SOUZA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

074	107527	ALINE DA SILVA
075	099238	MALANY CUCO FAGUNDES
076	099279	MARIANA NEUMANN
077	106074	BRUNA CORDEIRO
078	104104	CARLA PATRICIA PEIXER
079	106442	IVONETE COUTO DOS SANTOS
080	102948	TAIZA CRISTINA DAROS
081	100340	CHIRLANA DE SOUZA
082	099578	EDINEIA COSTODIO
083	099839	CATIA LETICIA CAMPOS
084	107785	SABRINA TOMAZ DA SILVA
085	105377	JULIANA DA SILVA
086	100124	JOSILDA QUEIROZ BISCAIA DOS SANTOS
087	104264	MABILA HOFFMANN
088	101667	RONALDA DE FATIMA DA SILVA
089	100003	AMANDA MARIAN ABELINO
090	104803	CRISTIANE RODRIGUES OLIVEIRA
091	105496	FRANCIELI HUFF
092	106353	SILVANA LUIZ TOMAZI
093	107068	ALINI CRISTINA DOS SANTOS
094	104637	MARJANA RODRIGUES FUCILINI
095	100544	RAQUELI RUSCH
096	107585	ROSILENE MELO KAIPPER
097	104981	ALINY SUZE MENDES GONCALVES
098	100620	FABIANI DAROSCI ALBARNAZ
099	106796	CLAIR COELHO DE QUADROS
100	106332	JULIANA DE SOUZA HOFF
101	103844	JOSIANE FIRMO DA SILVA
102	104979	ANA ROSA VARGAS
103	104670	LIRIA DA FONSECA
104	099221	CARINA MARTINS MAFESSOLLI
105	104825	FERNANDA GRIMM
106	105769	PRISCILA VARGAS
107	105280	AMABILE REGINA DIAS
108	105710	JULIANA PEIXER
109	100428	FERNANDA ADRIANA CANTO
110	106722	DRIELE CRISTINE MONTIBELLER
111	106607	VALQUIRIA DE AMORIM
112	103607	CATIA SUZANA SARTORI MONTIBELLER
113	103131	ERINEIA SOARES MARTINS
114	104999	ALESSANDRA MARTINS ADRIANO
115	105998	VALDIRENE PEIXER ALEXANDRE
116	100521	ANDREZA DE OLIVEIRA
117	104415	ADRIANI DOS SANTOS CRISPIM
118	100540	MARILEIA SYCPIANI
119	106458	QUELEN DA SILVA COSTA
120	105676	KATIA LEAL SCHAPPO
121	106388	ALLEN DE SOUZA MOLMELSTET





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

122	102113	VILIANE CARDOSO FERREIRA
123	105285	JULIANA AMORIM ESTEVAO
124	099529	ANNI KERULINI AMORIM SCHMITZ
125	107765	VANESSA DE SOUZA DIAS RODRIGUES
126	105939	RENATA GABRIELI COSTA
127	100106	FRANCIELE ALVES DE MORAES
128	103076	JESSICA AMORIM

**SECRETARIO ESCOLAR**

POSICÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
001	104125	MARCOS JOSOE GASSEN
002	107527	ALINE DA SILVA
003	106487	RAQUEL VILLAS BOAS MENDES VICTORINO
004	105971	LUCINEIA OURIQUES PIVA
005	106504	DAIANA MACANEIRO
006	099145	NADIR ROVER CASSANIGA
007	100046	JOICY ISABEL DA SILVA
008	099228	ANDERSON XAVIER
009	101778	GILVIA EMMERT
010	099391	MARIANA KLUG AMORIM
011	101307	JOELMA FAGUNDES
012	106950	FELIPE LISBOA RIBEIRO
013	100321	OSEIAS COUTO DOS SANTOS
014	105649	MAILINI ISABELA NEIS
015	105455	IEDA MARIA VARGAS MARCELINO ANDREGTONI
016	107329	LUIS EDUARDO MACHADO
017	106838	MAICON INACIO
018	106947	ANTONIO WELISON COSTA DA CRUZ
019	098837	ELIAS COELHO
020	105932	TAMIRES SANTOS DA SILVA NEHERING
021	101407	FRANCIELE SILVEIRA CIPRIANI
022	105618	BIANCA DA CUNHA
023	102097	CRISLAINE ELISIANE CECCATO
024	106012	JOAO BATISTA DE OLIVEIRA NETO
025	103041	ELZA MARTINS
026	106581	BIBIANE CRISTIANA FERREIRA KOETZ
027	101317	EDICARLA CIPRIANI FAGUNDES
028	101699	MORGANA APARECIDA MARQUES
029	099447	MAGALLI CIBELY SILVA PICOLLI
030	100560	GRAZIELA ALVES
031	102107	JULIANA DA SILVA
032	106904	ISIS REIS GRZIWOTZ ALVES
033	098995	FAGNER DE SOUZA
034	099118	JAIARA BORGES COLARES
035	103233	KARINE GIACOMELI
036	106491	PAMELA FONTANELLI BEZERRA
037	105302	NICACIO STOLFI





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

038	106074	BRUNA CORDEIRO
039	106108	ISABEL APARECIDA MAFESSOLLI
040	107653	ARIEL SILVEIRA
041	101992	EDILAMARA DE FATIMA MISGA BETTERO
042	101184	ERIKI MARLENE SOARES DA SILVA
043	106624	REGINA CONCEICAO DA SILVA NASCIMENTO
044	106772	LIANE APARECIDA SANTANA MONTIBELLER
045	107526	ANDERSON GENTIL CORDEIRO
046	106690	ANA MARIA PEIXER
047	099529	ANNI KERULINI AMORIM SCHMITZ
048	106024	MAYARA FERNANDES HOFFMANN
049	102961	FLAVIO BOOZ
050	099279	MARIANA NEUMANN
051	106510	BARBARA JEUZUR
052	107642	LEONARDO SEVERO DA SILVA
053	099264	THAISE WEIRAUCH
054	099286	JOSE LUIZ PEREIRA JUNIOR
055	102013	GABRIEL FELIPE SCHUTZ
056	101014	MAYARA CANTO
057	103392	ALEXANDRA BERTOCHI
058	099823	ANA CRISTINA HAMES
059	107361	KAUE CORREA FIGUEREDO
060	106992	MARCIANA LUIZA DA CONCEICAO TOMASI
061	106296	EDEN MARCOS DOS SANTOS
062	107783	PATRICIO DA SILVA
063	106566	SIMONE CHINELATO AFONSO
064	104841	GRAZIELA CAMPOS
065	107612	MIRELLI FREITAS VASCONCELOS CASSOL
066	105595	JOISSI PEIXER SOARES
067	106414	JOHN MARLON DIAS
068	107116	JULIANA DAVID
069	106998	LUIS FERNANDO DA SILVA RIBEIRO
070	099677	JAQUELINE EMILY GONCALVES
071	099414	SAMANTHA HILLESHEIN
072	106737	BEATRIZ STEINHEUSER
073	107161	BRUNO LOPES ROLDAO
074	107210	JOAO SERGIO VASCO NETO
075	101984	VILSON PEREIRA FILHO
076	105941	LALESCA SGROTT
077	099629	AMABILE LUIZA MARCHI
078	102208	ANTONIO ROCHA DOS SANTOS
079	105946	TAYNARA ANGELI CASSANIGA
080	106706	LEILE DIANE ALVES SESTREM
081	102314	GIOVANA SIEBEL
082	099276	APOLONIA LIDIVINA MONTIBELLER FRAGA
083	107446	CLEIDINEI BATISTA NAVES
084	102988	ADEMIR MAURILO DE SOUZA
085	105315	JUCELI ALEXANDRE DA SILVA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

086	106601	SANDRA ANDREA FRAGA FAGUNDES
087	101810	BIANCA KARING RUBIK
088	103177	DAIANY CRISTINA OLIVEIRA CAPISTRANO
089	106796	CLAIR COELHO DE QUADROS
090	100647	ELINARA PEREIRA
091	103777	KRISTIANI CAXIAS E SILVA
092	105931	CARINA SIMONE GASSEN
093	106080	SAMARA CRISTINA FRAGA
094	103266	LETICIA DE ALMEIDA RIBEIRO
095	099216	ELIONIR ELIZAMARA DE FREITAS
096	107006	DOUGLAS FARIAS
097	107492	IGOR ANTONIO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
098	098992	TAMARA KENIA KAVIHIONE
099	099188	CARINA LEITE
100	103799	RAFAEL DA ROSA RODRIGUES
101	104829	BIANCA MAFRA
102	100803	EDIVILZA EMILIA ZUNINO
103	099369	ANA VALESIA COSTA
104	098894	MARIA JULIA FELLER PFLEGER
105	106275	SILVIA VARGAS
106	101880	SANDRA BARBOSA DA SILVA
107	105507	VANDERLEI RODRIGUES DOS SANTOS
108	106204	CARLA DA CUNHA
109	102190	SHIRLEI EVANGELISTA LEO
110	106095	ANA MARIA BATISTA
111	099296	ELIZABETH FILGUEIRA DOS SANTOS
112	105611	SCHIRLEI DA SILVA
113	103821	JAQUELINE MACHADO
114	099395	GABRIELA SALVADOR
115	099609	DENISE DE SOUZA
116	100661	CRISTIANE SECHINI
117	100584	CHAIANE MATOSO DOS SANTOS
118	104432	TAISE DA SILVA SANTOS
119	102241	ALAIDE CRISTINA DA SILVA
120	107691	ANA PAULA PEREIRA
121	102507	MARIA IZABEL SILVEIRA
122	106925	MARLETE MARIA DOS SANTOS
123	100008	ROSANA HIPOLITO
124	101004	MARA CRISTINA FARIAS GIACOMOZZI
125	105674	DAISY APARECIDA DA SILVA
126	107390	ROSA CLEIA MACHADO
127	105451	PATRICIA MAGALI ALVES
128	106711	QUEIDE CARINA TRIDAPALLI LOPES
129	103496	SILVIA KARLA DA SILVA IENSEN
130	107460	ROBERTA DE SOUZA
131	099310	JESSICA VENERA
132	107483	JAQUELINE ROSA
133	107167	AGATHA CRISTINA CORDEIRO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
 EDITAL Nº 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

134	100049	RUDILEIDI PIVA
135	099568	ALINE CRISTINA COSTA
136	099788	TAISE DAROSS
137	104637	MARJANA RODRIGUES FUCILINI
138	101587	DELAINE MONIZE TIL
139	105306	FABIA STOLFI
140	099668	GERUSA CLAUDIA SCHAPPO
141	099859	EWELYN MARIANE AMARAL DE LIMA
142	105003	LUCAS ALESSANDRO MACEDO TEIXEIRA
143	099978	GABRIEL PICOLLI
144	102311	TAILAINE TRISTAO
145	106309	GABRIELY DA SILVA
146	106053	JOELMA REJANE DA SILVA
147	107782	ANDRESA CRISTINA GEANESINI LOPES
148	106332	JULIANA DE SOUZA HOFF
149	105981	ANA PAULA MOTTA
150	104949	LEONEL MACHADO
151	106753	ANA KAROLINA COELHO INACIO
152	106952	MARTA ELAINE DE SOUZA
153	100516	KEILA DA SILVA FRANCO
154	100358	THAIS MARIA MORLIN PIZZI
155	104449	DANIELA VITORIA HAACK
156	104562	ANA JULIA OTTIQUIR
157	101527	DANIELE MELO KAIPPER
158	101855	ARCILEIDE PEIXER
159	107178	ELIEDER VITORIA COSTA
160	106330	ANDRE HAMES
161	099152	SUSE MARES COELHO
162	105600	KATIANE ALVES DA SILVA MAGALHAES DE CARVALHO
163	100437	ALESANDRA APARECIDA DA SILVA
164	107490	LINCON HERBERT ALMEIDA TAVARES
165	099422	PALOMA RIQUETTA COSTA
166	105879	LUIZ CARLOS BOSO
167	107475	KARIELLY GARTNER DE SOUZA
168	099214	DIANA DA SILVA
169	105552	FABRICIO LEONEL DA SILVA
170	106220	MIRELE NUNES DE SIMAS
171	104519	JOICE AZEVEDO DANDOLINI
172	104826	JAQUELINE FIRMO
173	103246	GABRIELA NASCIMENTO GOMES
174	103282	LEIA FERNANDES PAULO
175	100204	ENEIAS DE SOUZA
176	100626	ALCEU BENTO DE SOUZA JUNIOR
177	099918	MARCIA DE JESUS PECHEJOSVSKI
178	106141	MAICON REIS
179	106133	MARIA EDUARDA GARTNER PEREIRA
180	100423	MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA
181	101735	GABRIELA PEREIRA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA**  
EDITAL N° 02/2017



ANEXO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS

182	105114	MARIO HENRIQUE LITTIG
183	106882	FERNANDA DOS SANTOS
184	104706	EDIVALDO MARTINS DE OLIVEIRA
185	099019	CARLA CRISTINA TRAINOTTI
186	106311	ANA CAROLINI FORMENTO
187	105169	ROSELANE DE OLIVEIRA MOTTER
188	104730	HIORRANA AMABILE GODINHO MONTEIRO



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 01/2018**

Publicação Nº 1493549

Portaria Nº 01/2018

DESIGNAR SERVIDORA

RÚBIA ALICE TAMANINI DUARTE, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Designar a servidora Sara dos Santos Garcia para desempenho de atividades referentes à execução e coordenação dos processos licitatórios e de compras da Câmara de Vereadores, ficando autorizado o pagamento de uma gratificação no valor correspondente ao percentual de 50% (cinquenta por cento), calculados sobre o valor do vencimento básico do titular, nos termos da Lei Municipal nº 3.779 de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º . O Pagamento da gratificação será concedido somente enquanto o servidor estiver realizando as atividades acima descritas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de janeiro de 2018.

Art. 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

São João Batista, 15 de Janeiro de 2018.

Rúbia Alice Tamanini Duarte

Presidente



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### PP 13.18 AQUISIÇÃO DE MESA E CADEIRAS

Publicação Nº 1493621

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de mesa de reuniões e cadeiras destinadas para o Gabinete do prefeito, para as demais secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 31 de Janeiro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 31 de janeiro de 2018 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 18 de janeiro de 2.018. GENESIO MARINO ANTON – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.



# São Joaquim

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE SUBSTITUIÇÃO - FISCAL DE CONTRATO PROCESSO 72/2017 PP 51/2017 PMSJ

Publicação Nº 1493359

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
COMUNICADO DE SUBSTITUIÇÃO

Processo Nº 72/2017  
Pregão Presencial 51/2017

A Prefeitura Municipal de São Joaquim vem por meio deste comunicar a substituição da Sr. Daiane Hugen Tomaz Matricula nº 10185 fiscal de contrato do processo 72/2017 PP 51/2017 para Michele Fabre Eduardo Matricula 9249 (coordenadora do Caps) a partir da data desta publicação.

São Joaquim, de 17 de janeiro 2018.  
Giovani Nunes  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 025/2018

Publicação Nº 1492981

DECRET O Nº 025/2018

"QUE REMANEJA DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.524/2017, ART. 4º, DE 12/12/2017"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

02 – PODER EXECUTIVO

02.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(5)3.3.71.00.00.00.00.00.2.051-5002 Rec. de Imp. e de Transf. de Imp. – Saúde ...8.267,96

(6)3.3.93.00.00.00.00.00.2.051-5002 Rec. de Imp. e de Transf. de Imp. – Saúde .18.185,04

TOTAL DO REMANEJAMENTO ..... 26.453,00

Art. 2º - Para atendimento dos Créditos que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de saldo da seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(4)3.1.71.00.00.00.00.00.2.051-5002 Rec. de Imp. e de Transf. de Imp. – Saúde 26.453,00

TOTAL DO REMANEJAMENTO ..... 26.453,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Janeiro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 026/2018

Publicação Nº 1492982

DECRET O Nº 026/2018

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2017, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.524/2017, DE 12/12/2017"



O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(40)3.3.90.00.00.00.00.2.061-5138 Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União .....  
..... 103.255,35

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 103.255,35

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2017 na fonte de Recursos - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Janeiro de 2018.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

## **ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 04/2018**

Publicação Nº 1493338

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA DE EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2433 Página 431 do dia 17/01/2018

Pregão presencial 04/2018

Processo nº 04/2018 – Aquisição de medalhas, taças e troféus, para atividades esportivas de Departamento Municipal de Esportes para o ano letivo de 2018.

Onde lê-se:

Processo Nº 03/2018

Pregão Presencial 03/2018

Leia-se:

Processo Nº 04/2018

Pregão Presencial 04/2018

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

## **ERRATA PROCESSO 02/2018 FME**

Publicação Nº 1493600

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 02/2018

Pregão Presencial Nº: 02/2018 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviço de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

NO ANEXO I

Item 19/Carro

Onde se lê:

Veículo com capacidade de até 12 passageiros

Leia-se:

2 Veículos com capacidade de até 12 passageiros



São Joaquim, 17 de janeiro de 2018  
Raquel Moreira Henrique Fernandes  
Diretora de Compras

**PORTARIA Nº 049/2018**

Publicação Nº 1493142

PORTARIANº 049/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao funcionário DIOGO XAVIER, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Janeiro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 050/2018**

Publicação Nº 1493143

PORTARIANº 050/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 15/01/2018 até 13/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Janeiro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



**PORTARIA Nº 051/2018**

Publicação Nº 1493145

PORTARIANº 051/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 08/01/2018. – DAIANI PADILHA DE SOUZA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, por 10 (dez) dias, a contar do dia 09/01/2018. – CATIA RAQUEL NUNES DUARTE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 09/01/2018. – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/01/2018, para tratamento de saúde de sua mãe. – KARINE VELHO DA SILVA, ocupante da Função de Auxiliar Odontológico, por 01 (um) dia, no dia 10/01/2018. – JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo de Encanador, a contar do dia 10/01/2018, e o retorno de acordo com o INSS. – RITA DE CÁSSIA BORGES, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 11/01/2018. – MARCIA MATOS BORGES, ocupante do Cargo de Enfermeira, por 10 (dez) dias, a contar do dia 12/01/2018. – LAIZE TORTELLI PEREIRA, ocupante do Cargo de Telefonista, por 01 (um) dia, no dia 15/01/2018. – LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 15/01/2018, para tratamento de saúde de sua mãe.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 16 de Janeiro de 2018.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9133/2018

Publicação Nº 1493137

DECRETO Nº 9133/2018

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art 1º - Fica designada ADRIANA MARA VECHI, para exercer a função gratificada de Diretora do Centro Educacional Municipal Interativo Floresta, no valor de R\$ 1.831,40, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de janeiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal da Educação

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2018

Publicação Nº 1493630

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 007/2018  
CONCURSO PÚBLICO 001/2014

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item nos termos do item 8.5 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
PAULO DE LYRA ELIAN	Agente de Fiscalização Ambiental	8

São José, 17 de janeiro de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2018

Publicação Nº 1493631

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 008/2018  
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação:



NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
ANA CAROLINE HILLESHEIM DA CRUZ	Farmacêutico	6

São José, 17 de janeiro de 2018.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**ERRATA AO EXTRATO DA ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017**

Publicação Nº 1493572

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017 – Proc. Adm. 5648/2017 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E DRENAGEM NO CEI VIDA NOVA EM SÃO JOSÉ/SC.. A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 17/01/2018, ONDE SE LÊ: “ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP 008/2017. REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5237/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 335/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017” LEIA-SE: “ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP 009/2017. REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5237/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 335/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2017.”. Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.

**ERRATA AO EXTRATO DA ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2017**

Publicação Nº 1493130

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO EXTRATO DA ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2017 – Proc. Adm. 11409/2017 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E DRENAGEM NO CEI VIDA NOVA EM SÃO JOSÉ/SC. A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 16/01/2018, ONDE SE LÊ: “O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 24/02/2018, às 14h00min, no Centro Administrativo do Município de São José.” LEIA-SE: “O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 24/01/2018, às 14h00min, no Centro Administrativo do Município de São José.”. Cláudia Schweitzer / Diretora de Compras.



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2017**

Publicação Nº 1493433

Ata do Pregão Presencial n.º 11/2017

Reuniram-se no dia 12/01/2018, às 14:00, na sala de reuniões da CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria n.º 197/2017 alterada pela 217/2017 para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para dar andamento a sessão pública da licitação do Pregão Presencial 11/2017 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços Manutenção dos veículos da frota da CMSJ.

Na primeira sessão pública a Pregoeira considerando o desconto de 90% (R\$ 9,00) sobre o valor da hora/mão de obra referenciado no edital, ofertado pela empresa melhor classificada COMERCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP decidiu proceder diligência relativa aceitabilidade desse resultado, bem como solicitar à licitante a entrega de demonstrativo que referende a exequibilidade do valor final ofertado, referendando, inclusive a lucratividade e/ou não prejuízo na prestação dos serviços. Ficando todos os representantes convocados para a continuidade da licitação na presente sessão pública.

Abaixo seguem os licitantes credenciados que estiveram presentes na licitação:

276 - COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA EPP 76.344.696/0001-35

1313 - EDINHO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS LTDA 82.153.636/0001-38

277 - COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP 85.376.119/0001-16

1437 - AUTO ELÉTRICA KIKO LTDA - ME 05.730.222/0001-83

Conforme solicitado a empresa COMERCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP apresentou uma declaração, documento em que consta as justificativas que referendam a possibilidade de praticar os serviços pelo preço ofertado na licitação (R\$ 9,00), inclusive com a demonstração do faturamento do ano 2016, demonstrando o custo hora/salário (R\$ 9,21), e conclusão do cálculo com o custo hora sobre o faturamento (R\$ 3,23), demonstrando uma estimativa lucrativa (R\$ 5,98).

A Pregoeira pautada em reiteradas decisões e manifestações de tribunais de controle e tribunais judiciais, os quais têm se manifestado no sentido de que cabe a avaliação do caso concreto acerca da aceitabilidade dos preços das propostas de preços, em que suposta inexecutabilidade poderá ser superada mediante a comprovação da licitante de que poderá cumprir a execução dos serviços por meio de demonstrativos, após análise do demonstração da licitante, com base nos altos descontos que estão sendo praticados pelo mercado, como aconteceu na última licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de São José Pregão Presencial 124/2017 (descontos nos serviço de 79% e 80%, desconto nas peças 29%), DECIDE classificar a licitante COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP em primeiro lugar.

Ato contínuo, foi aberto o envelope n.º 02, e certificados os documentos da licitante, estando em conformidade com as exigências do edital, decidiu-se por sua habilitação.

Dada oportunidade para os licitantes manifestarem interesse em recorrer, o representante da empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS BADU manifestou interesse, com fundamento na hipótese de impedimento da empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP participar de licitações por estar sofrendo penalidade imposta pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Cientes dos prazos para apresentação do recurso e contrarrazões, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira e equipe de apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)		PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
TIAGO RAFAEL WIGGERS DUARTE COMERCIO DE AUTO PEÇAS BADU LTDA EPP		KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeira
FABIOLA CRISTINA DA SILVA EDINHO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS LTDA		BRUNO GABRIEL MELO MACHADO Equipe de Apoio
JOÃO PEDRO PETRI DA SILVA COMERCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA EPP		ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO Equipe de Apoio
IVANI HILDA COELHO DA SILVA AUTO ELÉTRICA KIKO LTDA - ME		CRISTIANE PEREIRA Equipe de Apoio

**AVISO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO PP-11/2017**

Publicação Nº 1493427

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



**AVISO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 152/2017

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS (ANEXO I) E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II).

A Pregoeira da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados, em especial, as empresas participantes, que a empresa COMÉRIO DE PEÇAS BADU EIRELLI EPP apresentou, nesta data, suas Razões de Recurso, as quais estão disponíveis para vistas, em conformidade com o art. 4º, XVIII da Lei n.º 10.520/2002.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1315, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1355.

São José/SC, 17 de janeiro de 2018

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA

Pregoeira



---

**AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**

---

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018**

Publicação Nº 1493408

---

# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2018



São José Previdência - SC

---

---



# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2018

## Sumário

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	META DE RENTABILIDADE	2
III.	MODELO DE GESTÃO	3
IV.	INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	3
	A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)	4
	B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)	5
V.	VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	7
VI.	LIMITES DE ALOCAÇÃO	8
VII.	SELEÇÃO DE ATIVOS	9
VIII.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	10
IX.	DISPOSIÇÕES GERAIS	11
X.	ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO	13
	A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL	13
	B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL	14
XI.	ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO	16



## I. INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA- SJPREV** apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2018, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2017, Ata nº 12/2017.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 alterando a Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2018, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.



Ao aprovar a Política de Investimento 2018, será possível identificar principalmente que:

- ❖ O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno projetado, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
- ❖ Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;
- ❖ O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações.
- ❖ O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 4.604/2017, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

## II. META DE RENTABILIDADE

Em linha com sua necessidade atuarial, o **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA- SJPREV.** estabelece como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) divulgado pelo IBGE. Em dezembro de 2017, a expectativa desta meta atuarial para o final de 2018 era de 10,56%. Em novembro de 2017, a TAXA SELIC média prevista para o ano de 2018 era de 6,78%.



### III. MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA-SJPREV** adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

### IV. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, também chamados de ESTRATÉGICOS, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, deverão ser observadas as seguintes regras:

- ❖ No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- ❖ O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;
- ❖ Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que doze meses poderão receber recursos de preferência quando a rentabilidade do fundo esteja enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 primeiros



dias de andamento de cota do fundo, dado que podem ocorrer distorções em suas cotas iniciais;

- ❖ As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
  - Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
  - Quando se tratar de fundo sem histórico de cotas;
  - Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
  - Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;
- ❖ Quando solicitados os *ratings* de agência de risco estrangeiras, serão utilizados exclusivamente os níveis e agências descritos no Anexo II.

## **A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)**

### **Títulos Públicos**

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataforma eletrônica e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda em sistema eletrônico.

### **Fundos de Renda Fixa**

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas **estratégias de curto prazo**. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

- ❖ **Incisos I, b; I, c e III – Investimento:** Para novas alocações a *performance* em doze meses do fundo poderá ser de no máximo **0,70 p.p.** abaixo da *performance* do índice de referência. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o



desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for **0,80 p.p.** menor do que a rentabilidade do *benchmark*, durante **seis** meses consecutivos;

- ❖ **Incisos IV e VII, b - Investimento:** Para novas alocações a *performance* mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a **100%** deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a **99%** do CDI, durante **seis** meses consecutivos.

## **B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL**

### **E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)**

#### **Fundos de Renda Variável**

- ❖ **Inciso I e II -** Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento;



**Fundos Multimercados**

- ❖ **Inciso III – Investimentos:** Para novas alocações em fundos multimercados a *performance* mínima em doze meses de preferência será igual ou superior a 100% do *benchmark*. **Desinvestimento:** Os fundos multimercados cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do *benchmark* por **seis** meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%.

**Fundos Imobiliários e Fundos de Participações**

- ❖ **Inciso IV, a; IV, b** - Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

Em relação aos FIP (Fundos de investimentos em participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no § 5º, do inciso IV no artigo 8º Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.

Para os FII (Fundos de investimentos imobiliários), será verificado o histórico em doze meses, antes da aplicação, para apurar a participação em 60% dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.



INVESTIMENTO		DESINVESTIMENTO
ENQUADRAMENTO	RENTABILIDADE MÍNIMA EM 12 MESES	RENTABILIDADE EM 12 MESES
ART. 7º - I-B, I-C E III	0,70 P.P. ABAIXO <i>BENCHMARK</i>	6 MESES CONSECUTIVOS < 0,80 P.P. ABAIXO DO <i>BENCHMARK</i>
ART. 7º - IV E VII B	100% DO CDI	6 MESES CONSECUTIVOS < 99% DO CDI
ART. 8º - III	100% CDI, IMA OU IDKA	6 MESES CONSECUTIVOS < 100% DO CDI, IMA OU IDKA

TABELA DE CRITÉRIOS PARA INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS.

## V. VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA- SJPREV** deverá obedecer todas as diretrizes, normas citadas, definições e classificações dos produtos de investimentos na Resolução CMN nº 3.922/2010, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

### Fundos Renda Fixa e Multimercado

- ❖ Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, preferencialmente com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item, nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo;

### Multimercado

- ❖ É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 5% do patrimônio em FIP e FII.



FIDC

- ❖ De preferência serão realizadas aplicações em FIDC cuja nota de risco for no mínimo A, emitida por agência de risco estrangeira.

## VI. LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

### LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

**3.922 PI**

ARTIGO 7º - RENDA FIXA		100%	100%
I, A	TÍTULOS TESOURO NACIONAL – SELIC	100%	50%
I, B	COTAS DE FI REFERENCIADO 100% TTN	100%	100%
I, C	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA 100% TTN	100%	50%
II	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%
III, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RF REFERENCIADO (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	60%
III, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	40%
IV, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA	40%	40%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA	40%	30%
V	LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS	20%	10%
VI, A	CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO (CDB)	15%	10%
VI, B	DEPÓSITO DE POUPANÇA	15%	0%
VII, A	COTAS SÊNIORES DE FIDC	5%	5%
VII, B	COTAS DE FI RENDA FIXA “CRÉDITO PRIVADO”	5%	5%
VII, C	COTAS DE FI DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS	5%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		30%	30%
I, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	13%
I, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	10%
II, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL	20%	10%
II, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL	20%	10%
III	COTAS DE FI MULTIMERCADO - ABERTO	10%	10%
IV, A	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES – FECHADO	5%	5%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO – COTAS NEGOCIADAS EM BOLSA	5%	5%



O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A ART. 7º, III, B	60%
ART. 7º, IV A ART. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 8º	30%

## VII. SELEÇÃO DE ATIVOS

A seleção dos produtos para discussão no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA- SJPREV**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências **principais do credenciamento** de fundos, divulgado pelo Ministério da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

- ❖ O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:
  - A. Análise das medidas de risco;
  - B. Análise dos índices de *performance*;
  - C. Análise de índices de eficiência;
  - D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);



- E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do *benchmark*. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.

## VIII. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA- SJPREV.** busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições.

A diretoria realizará dentro do possível reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de **avaliar a performance das aplicações financeiras**, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, também poderá ser chamada a consultoria de investimento ou os gestores e representantes das instituições onde os recursos são alocados.

### Credenciamento das Instituições Financeiras e fundos de investimentos



Serão adotados como credenciamento, seguindo o art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011, por meio da Nota Técnica SPPS nº 17/2017, os Questionários *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima) – Seção 1.

#### Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, **no mínimo mensalmente**, em que deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, **mensalmente**, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS **arquivo no formato XML** para que o risco da carteira possa ser apurado.

#### Disponibilização dos Resultados

Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar a distribuição da carteira por instituição.

## IX. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2018, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar



em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterada.

As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimento, que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do **SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA- SJPREV** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2017, Ata nº 12/2017.



## **X. ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO**

### **A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL**

#### **Estados Unidos**

Nos Estados Unidos, para 2017 a grande expectativa se dava em relação à política fiscal a ser realizada pelo presidente americano Donald Trump. Ele prometeu ao longo da campanha presidencial aumentar os gastos com infraestrutura e reduzir impostos sobre famílias e empresas, mas, na prática, ainda não conquistou apoio político suficiente para tanto. Assim, a política monetária seguiu o curso esperado, de 2 aumentos neste ano, e ainda haverá um aumento adicional na última reunião de 2017.

Para 2018, o aperto dos juros nos Estados Unidos deve seguir de maneira gradual, com provavelmente outras 3 elevações de juros, ainda de 25 bps por aumento. Desta maneira, o juro ao final de 2018 deve ficar no intervalo de 2% e 2,25% a.a. Além disso, o Fed seguirá reduzindo os reinvestimentos dos ativos de seu balanço. Este conjunto de medidas reduzirá aos poucos a liquidez mundial, mas ainda de maneira lenta, cautelosa e gradual – e o que mais importante: sem despertar uma fuga de ativos de emergentes.

#### **Zona do Euro e China**

Tanto a Zona do Euro quanto a China vem apresentando ao longo de 2017 uma taxa de crescimento econômico acima da expectativa de mercado. Em linhas gerais, não vemos grandes riscos de ambas as regiões para 2018.

O grande destaque se dará pelo processo de redução das compras mensais de ativos realizado pelo Banco Central Europeu. A partir de janeiro de 2018, o BCE deve reduzir as compras dos atuais 60 bilhões de euros/mês em 5 ou 10 bilhões de euros/mês.



Assim como nos Estados Unidos, apesar da redução da liquidez, o processo também vem sendo sinalizado com clareza, e deve ser realizado com cautela e gradualismo, o que é positivo para emergentes.

## **B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL**

As eleições de 2018 devem ser o grande tema do ano, pois é o fator mais importante para o crescimento econômico de médio e longo prazo para o país.

Ao longo de 2017, o governo brasileiro buscou realizar uma série de reformas sobre a economia brasileira e, até outubro, ainda não conseguiu aprovar uma das mais importantes: a reforma da previdência. Esta reforma é fundamental para dar uma trajetória sustentável para a dívida pública brasileira. Uma vez que não foi realizada (ou não foi realizada a contento), o governo eleito ao final de 2018 precisará iniciar 2019 aprovando uma reforma da previdência, abrangendo tanto o Regime Geral, quanto o Regime Próprio Federal e de Militares.

Se por um lado, em 2018 os mercados dependerão fortemente do assunto “eleições”, a economia real deve passar por um período positivo, de crescimento, inflação em torno da meta, juros baixos em comparação ao histórico do país, e moeda se apreciando em termos nominais.

Esperamos que o país cresça 3,2% em 2018, e que a inflação fique em 4,2% - as expectativas de mercado são de 2,43% e 4,02%, respectivamente. Os juros, que em outubro de 2017 encontram-se em 8,25%, devem ser reduzidos até a primeira reunião do Copom para 6,5% (sendo um corte de 75 bps na reunião de outubro, 50 bps na reunião de dezembro e um corte derradeiro de 50 bps em fevereiro de 2018). Além disso, a Selic deve permanecer em 6,5% até o final de 2018, sendo elevada apenas em 2019, provavelmente para algo entre 8% e 9%. Esta redução de juros é propiciada pelo fato de termos expectativas de inflação ancoradas na meta até 2020



(que cai gradualmente a 4%); pela expectativa de consolidação fiscal propiciada pela aprovação da PEC do teto de gastos ao final de 2016; pela aprovação da TLP, que reduz subsídios no mercado de crédito; e pelo bom desempenho de nosso setor externo, com baixo déficit em conta corrente e elevados fluxos de investimento estrangeiro entrando no país. Os bons números de nosso balanço de pagamentos tiram a pressão sobre a taxa de câmbio – o mercado projeta depreciação do real até R\$ 3,30 ao final de 2018, mas, em nossa visão, o câmbio deve se apreciar a R\$ 2,90.

O desemprego, que começou a cair em meados de 2017, deve seguir se reduzindo de maneira muito gradual em 2018, terminando o ano em torno de 11%, ainda acima da taxa natural de desemprego – a taxa que não pressiona a inflação.

Em 2017, dentro do que foi possível, o país realizou uma série de medidas que nos colocaram de volta ao crescimento. Assim, em 2018 devemos usufruir em grande medida estes ganhos. Por outro lado, será importante que nas eleições a opção democrática feita pela população não coloque em xeque para os anos seguintes o que foi duramente conquistado.



## XI. ANEXO II – LISTA DE *RATINGS* EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
Aaa.br	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
Aa	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
Baa	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
Ba	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
Caa	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
Ca	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD	INADIMPLENTE DEFAULT.
		DD	
		D	

OS SINAIS DE MAIS (+) OU DE MENOS (-), OU EQUIVALENTE, SÃO UTILIZADOS PARA ESPECIFICAR UMA POSIÇÃO MELHOR OU PIOR DENTRO DE UMA MESMA NOTA, E ASSIM NÃO SÃO CONSIDERADOS NOS LIMITES DESTA POLÍTICA.



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.838, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493101

DECRETO Nº 5.838, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 211.967,39 (duzentos e onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.047 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038	34	Aplicações Diretas	R\$ 94.967,94
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.301.4506.2.058 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038	33	Aplicações Diretas	R\$ 36.945,20
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.302.4506.2.021 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038	35	Aplicações Diretas	R\$ 50.881,38
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
10.305.4506.2.020 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0038	36	Aplicações Diretas	R\$ 29.172,87

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal



# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### FAMILIA ACOLHEDORA

Publicação Nº 1493547

CONVÊNIO – FAMÍLIA ACOLHEDORA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social e o Município de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, para o acolhimento dos infantes V. G. B. C. e A. V. B. C.

CONVENIENTE: Município de São Miguel do Oeste

CONVENIADO: Município de Flor do Sertão

VALOR: Um salário mínimo e meio mensal para cada um dos acolhidos.

VIGÊNCIA: Indeterminada

ASSINA pelo CONVENIENTE: WILSON TREVISAN

ASSINA pelo CONVENIADO: SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

### PROC 03/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1493255

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de leite destinado para atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade conforme Lei nº 6.911/2014; e, também para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, CRAS, Abrigo Constitucional Cantinho Acolhedor, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 05 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na integra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

ANDRÉIA APARECIDA DA SILVA REBELATO

GESTORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### PROC 04/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1492784

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de armário, cozinha compacta, forno e demais destinados para a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 05 de fevereiro de 2018

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:



www.saomiguel.sc.gov.br  
São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.  
LEONIR CARON  
GESTOR DO FUNDO

## PROC 05/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1493266

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018  
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2018  
CREDENCIAMENTO N. 01/2018

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de consultas especializadas em Oftalmologia, Otorrinolaringologista, Cardiologista, ortopedia e Traumatologia, destinados aos pacientes do Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme tabela SUS editada pelo Ministério da Saúde e complementação de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 02 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

## PROC 06.2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1493269

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018  
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2018  
CREDENCIAMENTO N. 02/2018

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de Profissionais para prestar serviços de Fisioterapia destinado aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste – SC, conforme prescrição medica, tabela SUS editada pelo Ministério da Saúde e complementação de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 09 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 09h. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

## PROC 07/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1493273

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018  
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2018  
CREDENCIAMENTO N. 03/2018



A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de consultas especializadas em Psiquiátrica, Neurologista, Reumatologista a e Infiltração Reumatologia destinados aos pacientes do Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme tabela SUS editada pelo Ministério da Saúde e complementação de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 09 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

## **PROC 26/2018 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1493259

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas destinados a premiação das competições esportivas a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de janeiro de 2018.

CLAUDIO JOSÉ BARP

Prefeito Municipal em Exercício



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### I TERMO ADITIVO CONTRATO 03.2017

Publicação Nº 1492794

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 R. 202

www.pmspa.sc.gov.br –

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, CEP 88.125-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado à empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

1.1- Fica prorrogado o prazo contratual anteriormente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 31 de Dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA– DISPOSIÇÕES FINAIS:

2.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 03/2017, continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo.

2.2- Este primeiro termo aditivo passa a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

Assim acordadas e ajustadas, MUNICÍPIO e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO

PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

CNPJ nº 09.427.503/0001-12

### I TERMO ADITIVO CONTRATO 04.2017

Publicação Nº 1492788

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 R. 202

www.pmspa.sc.gov.br –

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A EMPRESA CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Primeiro Termo Aditivo que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, CEP 88.125-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro lado à empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

1.1- Fica prorrogado o prazo contratual anteriormente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 31 de Dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA– DISPOSIÇÕES FINAIS:



2.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Contrato n.º 04/2017, continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este termo.

2.2- Este primeiro termo aditivo passa a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

Assim acordadas e ajustadas, MUNICÍPIO e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 22 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).  
CNPJ nº 09.427.503/0001-12

## INEXIGIBILIDADE 01.2018 VALE TRANSPORTE

Publicação Nº 1492945

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122  
CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC

### PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01.2018

Nos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para aquisição de Vale Transporte para a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, da empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.183.381/0001-07, localizada Rod. BR-101 KM 200 Serraria – São José, uma vez que esta empresa é a única fornecedora deste produto, enquadrando-se, assim, nos preceitos do art. supra mencionado.

O valor para esta contratação é de R\$ 75.000,00 (sessenta e cinco mil reais) para o ano de 2018, proveniente da dotação orçamentária nº 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (03); 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (11); 04.01.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.0161 (28); 04.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.0161 (30); 04.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00.0161 (41); 07.01.2.077.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (88); 07.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (93); 10.10.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (116); 11.01.2.056.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 (11)

Esta contratação obedecerá, ainda, os seguintes passos:

1- Contrata-se o serviço ofertado pela empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA LTDA em razão de ser a única fornecedora do produto exigido.

2- o prazo para entrega do objeto desta inexigibilidade é de 05 (cinco) dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento;

3- Para a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar prova de contribuição com o FGTS, declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil e Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio (CND Municipal).

Por fim, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2018  
ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

## INEXIGIBILIDADE 02.2018 VALE TRANSPORTE

Publicação Nº 1492914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122  
CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br);

### PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02.2018

Nos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para aquisição de Vale Transporte para a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, da empresa SETUF (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis), inscrita no CNPJ sob nº: 81.840.357/0001-80, localizada Felipe Schmidt, nº249, Sala 312, Centro, Florianópolis, uma vez que esta empresa é a única fornecedora deste produtor, enquadrando-se, assim, nos preceitos do art. supramencionado.

O valor para esta contratação é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para aquisição de vale transporte para o ano de 2018, proveniente da dotação orçamentária nº 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (03); 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (11); 04.01.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.00161 (28); 04.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.00161 (30); 04.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00.00161 (41); 05.02.2.03.6.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (57); 07.01.2.077.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (88); 07.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (93); 10.10.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (116); 11.01.2.056.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 (11)



Esta contratação obedecerá, ainda, os seguintes passos:

- 1- Contrata-se o serviço ofertado pela empresa SETUF (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis) em razão de ser a única fornecedora do produto exigido.
  - 2- O prazo para entrega do objeto desta inexigibilidade é de 05 (cinco) dias, a contar de cada pedido emitido pela Contratante (Ordem de Fornecimento);
  - 3- Para a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar prova de contribuição com o FGTS, declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil e Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio (CND Municipal).
- Por fim, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de janeiro de 2018

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal



# Schroeder

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO CONTRATO N. 001/18

Publicação Nº 1491735

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2018

Dispensa de licitação nº. 001/2018

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC.

Contratada: INFO DIGITALL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 86.731.494/0001-08, com sede à Rua Ernesto Prada, nº 280, bairro Vila Nova na cidade de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina,

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows.

Valor do contrato: R\$ 4.594,80 (quatro mil quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 17/01/2018

Signatários:

Marina Fernandes – Presidente

José da Silva - Proprietário



# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1374

Publicação Nº 1493324

DECRETO Nº 1374, de 17 de janeiro de 2018.

Abre créditos adicionais suplementares por conta do remanejamento de dotações orçamentárias no valor de R\$ 34.222,40

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos I e II do art. 31 da Lei Municipal nº 1951, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e combinado com alínea “d”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1954, de 27 de dezembro de 2017, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2018; e, com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 03 Gerência de Ensino Infantil em Creche

Projeto Atividade: 2.226 Ações de Parcerias na Educação Infantil em Creche

Modalidade: 108–3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 Aplicações Diretas ..... ;.....R\$ 20.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 Departamento de Meio Ambiente

Projeto Atividade: 2.248 Ações e Parc. p/ o Desenvolvimento Ambiental Sustentável

Modalidade: 139–3.1.71.00.00.00.00.0.1.0000 Transf. a Consórcios Públicos R\$ 7.696,00

Modalidade: 140–3.3.71.00.00.00.00.0.1.0000 Transf. a Consórcios Públicos R\$ 6.526,40

TOTAL GERAL .....R\$ 34.222,40

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta do remanejamento das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 03 Gerência de Ensino Infantil em Creche

Projeto Atividade: 2.226 Ações de Parcerias na Educação Infantil em Creche

Modalidade: 107–3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001 Transf. a Inst. Privadas sem fins..R\$ 20.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 Departamento de Meio Ambiente

Projeto Atividade: 2.248 Ações e Parc. p/ o Desenvolvimento Ambiental Sustentável Modalidade: 141– 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000

Aplicações Diretas ..... R\$ 9.222,40

Modalidade: 143– 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

TOTAL GERAL .....R\$ 34.222,40

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 17 de janeiro de 2018.

EDEMILSON CANALE

Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 17 de janeiro de 2018

Neri Cosmann

Secretário de Administração



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 015/2018

Publicação Nº 1493019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 015/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 7º da Lei nº. 1.094/2017, de 01 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,37 (dois mil, quinhentos reais e trinta e sete centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.094/2017, de 01 de dezembro de 2017:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – Atenção a Saúde Preventiva

Natureza da Despesa: 4.4.71.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências – Saúde

Despesa: 10 ..... R\$ 2.500,37

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 2.500,37 (dois mil, quinhentos reais e trinta e sete centavos), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 06.01 – Departamento de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – Atenção a Saúde Preventiva

Natureza da Despesa: 3.1.71.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências – Saúde

Despesa: 1 ..... R\$ 833,33

Natureza da Despesa: 3.3.71.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências – Saúde

Despesa: 5 ..... R\$ 1.667,04

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de janeiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 016/2018

Publicação Nº 1493006

DECRETO Nº 016/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELI SANTORO BITTARELLO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e em especial à Lei nº 10.710/2003, Lei Municipal nº 498/2001 e Lei nº 684/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 15 de janeiro de 2018 a 13 de julho de 2018, à Servidora Pública Municipal MICHELI



SANTORO BITTARELLO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Nível 22, do Grupo 2 – SAL, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 15 de janeiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## DECRETO 017/2018

Publicação Nº 1493221

DECRETO Nº 017/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A ESCALA DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELI SANTORO BITTARELLO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido férias à Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, Sra. MICHELI SANTORO BITTARELLO, conforme descrito abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
01/01/2017 A 31/12/2017	16/07/2018 A 14/08/2018	30 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 15 de janeiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## DECRETO 018/2018

Publicação Nº 1493732

DECRETO Nº. 018/2018, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

“INSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pelo art. 40, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de acompanhamento, fiscalização e avaliação da prova prática do Processo Seletivo nº 001/2018, designando os seguintes membros para sua composição:

MARINA SPIER MARTINI - Presidente

ARLETE MARISTELA TREVIZAN - Secretária

SILVANE SENHOR – Membro

DANIELA ZANELLA DONIDA – Membro



ELEUSA BRIETEMBACH NEMERSKI – Membro  
GERSON JOSÉ LAZZARETTI – Membro  
LUIZ NICOLLI - Membro  
MOACIR JOSÉ VIVAN – Membro  
ROQUE CEREZOLLI - Membro  
SILVANES CERISOLI BAESSO – Membro  
ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI – Membro

Art. 2º. Os membros designados nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2018.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando o Decreto nº 004/2018, de 04 de janeiro de 2018, e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 18 de janeiro de 2018.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração



# Sombrio

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1493007

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo selecionar a melhor proposta para futuro e eventual fornecimento de caminhinha infantil empilhável (cores diversas), para uso na rede municipal de ensino infantil, obedecendo as demais especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes Termo de Referência (Anexo I).

Base Legal: Lei Federal 10.520/2002 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei 8078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei 8666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser protocolados até as 08h45min do dia 30 de janeiro de 2018, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 30 de janeiro de 2018.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No horário das 08h00min às 13h00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio-SC, 17 de janeiro de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal em Exercício

### DECRETO Nº. 006/2018

Publicação Nº 1493107

DECRETO Nº. 006, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

"CONFIRMA O FERIADO RELIGIOSO DE 20 DE JANEIRO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhora Zênio Cardoso, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e

Considerando que a Lei nº. 465, de 13 de outubro de 1982, "Considera feriado municipal o dia 20 de janeiro, data comemorativa à São Sebastião";

Considerando a especial devoção da comunidade católica de Sombrio e região a São Sebastião.

DECRETA:

Art. 1º. Fica confirmado o feriado religioso no Município de Sombrio, em homenagem a São Sebastião, no sábado, dia 20 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Em virtude do feriado municipal, os serviços e atividades consideradas essenciais de coleta de lixo, vigilância e SAMAE, funcionarão em escala de plantão.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 15 de Janeiro de 2018.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração



# Tangará

## PREFEITURA

**007/2018**

Publicação Nº 1493536

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0072018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 007/2018, a qual tem por objeto a LOCAÇÃO DE ESTRUTURA, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE COBERTURA DO PALCO PRINCIPAL, PALCO ALTERNATIVO, PAVILHÃO DE LONA, GRADES DE PROTEÇÃO, CAMAROTES E AFINS PARA REALIZAÇÃO DA 5ª FECAUVA 70 ANOS DE TANGARÁ. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 30/01/2018, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 17 de Janeiro de 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN  
PREFEITO MUNICIPAL E.E

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Publicação Nº 1492995

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Aos dezessete e dois dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 001/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto CONTRATAÇÃO DE 04 (QUATRO) ARTISTAS (BANDAS, TRIOS, DUPLAS, SOLOS) PARA SE APRESENTAREM NA 5ª FECAUVA 70 ANOS TANGARÁ. Participam deste certame a seguinte pessoa física:

1) JORGE HENRIQUE MARTARELLO, representado neste ato por Jorge Henrique Martarello.

Iniciado o certame, tivemos um único envelope protocolado, o qual foi credenciado e habilitado para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a pessoa física participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feita a tentativa de negociação a pessoa física manteve o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor a pessoa física JORGE HENRIQUE MARTARELLO com o valor total do item 1 de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), os demais itens não foram cotados ficando assim sem vencedores. Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não houve manifestação intencional de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 17/01/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 17 de Janeiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter  
Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen  
Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

JORGE HENRIQUE MARTARELLO

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2017 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1493335

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2017 REGISTRO DE PREÇO

Aos dezessete dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 132/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) S. SHNEIDER EPP, representada neste ato por Gabriel Silva Soares;
- 2) GRAFICA AMÉRICA LTDA ME, representada neste ato por Terezinha Rossato Grassi;
- 3) MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP, representada neste ato por Iran Santos Martinez;



- 4) KALBRINK MATERIAS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA, representada neste ato por Vandeir Valerio Kalinovcki.
- 5) TOTAL ESPORTS LTDA ME representada neste ato por Anderson Cordeiro Pirolini;
- 6) TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP, representada neste ato por Thomas Vinicius Raizel;
- 7) IRACI BERTOLLO E FILHO LTDA ME, representada neste ato por Laedio Antonio de Marco;
- 8) OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, representada neste ato por Kleber Luiz Libano;
- 9) VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA ME, representada neste ato por Nelson da Rocha Ferreira;
- 10) ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME, representada neste ato por Jaquiel Luchesi.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances sendo desclassificada apenas a empresa IRACI BERTOLLO E FILHO LTDA ME pois não possuía o arquivo betha auto cotação conforme exigido no item 5.1.2 paragrafo unico. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos itens 7,9,12,14,30,31, e 37 a empresa TOTAL ESPORTS LTDA ME com o valor total de R\$ 11.009,30 (onze mil e nove reais e trinta centavos), para os itens 3,4,5,6,11,24 E 42 sagrou-se vencedor a empresa VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA ME com o valor total de R\$ 4.588,80 (quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), para os itens 13,16,17, e 26 sagrou-se vencedor a empresa MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP com o valor total de R\$ 3.366,16 (três mil trezentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos), para os itens 1,8,10,18,27,28,29,34,35,36,38 e 41 sagrou-se vencedor a empresa ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME com o valor total de R\$ 4.673,70 (quatro mil seiscentos e setenta e três reais e setenta centavos), para os itens 15,23 e 33 sagrou-se vencedor a empresa KALBRINK MATERIAS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA com o valor total de R\$ 2.639,50 (dois mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), para os itens 19,20,21,22,25,39,40 e 43 sagrou-se vencedor a empresa TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP com o valor total de R\$ 2.055,34 (dois mil e cinquenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) e para os itens 2,32 e 44 sagrou-se vencedor a empresa S. SHNEIDER EPP com o valor total de R\$ 1.384,00 (hum mil trezentos e oitenta e quatro reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando

para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 17/01/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 17 de Janeiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

Alisson Schlindwein

Diretor de esportes

S. SHNEIDER EPP

GRAFICA AMÉRICA LTDA ME

MILRAU COMERCIO DE ARTIGOS PEDAGÓGICOS LTDA EPP

KALBRINK MATERIAS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA

TOTAL ESPORTS LTDA ME

TOPE ESPORTES COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP

IRACI BERTOLLO E FILHO LTDA ME

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA ME

ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 005/2018**

Publicação Nº 1493361

PORTARIA N.º 005, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

“NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO”

NILVO ANTONIO DALLA COSTA, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem, especificamente as contidas no art. 21, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno, e:

Considerando o resultado classificatório no Concurso Público realizado em conformidade com o Edital nº 001/2016;

Considerando a Homologação dos aprovados no Concurso Público nº 001/2016 de 06 de julho de 2016;

Considerando o teor da Portaria nº 003/2018 que exonera, à pedido, a Servidora Andreia Piccinin e declara a vacância do cargo; e

Com amparo no artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 057, de 02/01/2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear por Concurso Público BEATRIS RAMPON PETRY para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL 01 – CLASSE A, a partir dessa data.

Art. 2º. As despesas decorrentes dessa Portaria correrão a conta do orçamento dessa Casa Legislativa.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 17 de janeiro de 2018.

NILVO ANTONIO DALLA COSTA

Presidente



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIENCIA PUBLICA - AVALIAÇÃO METAS

Publicação Nº 1493072

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TIGRINHOS  
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS  
TERCEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2017  
Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º  
CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2017, a qual será realizada no próximo dia 31 de Janeiro de 2018, às 08:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Tigrinhos(SC), 17 de Janeiro de 2018.

Milton José Huppes

Prefeito



# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO CONTRATO Nº 060/PMT/2015

Publicação Nº 1492782

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 060/PMT/15 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/PMT/15 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/PMT/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA PARA O ANO DE 2015, INCLUINDO VIAGENS DE ESTUDO MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS QUANDO NECESSÁRIO NO PERÍODO MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

PRAZO PRORROGADO: APARTIR DE 01/01/2018 À 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

### EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 074/PMT/2015

Publicação Nº 1492906

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 074/PMT/15 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/PMT/15 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/PMT/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR UNIVERSITÁRIO PARA BALNEÁRIO CAMBORIÚ, ITAJAÍ E BRUSQUE, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, PARA O ANO DE 2015, NO PERÍODO NOTURNO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

PRAZO PRORROGADO: APARTIR DE 01/01/2018 À 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 008/PMT/2018

Publicação Nº 1492936

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 008/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços de horas de mão de obra na área de manutenção predial, nas unidades escolares da Secretaria de Educação, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 29 de janeiro de 2018, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL



**PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 009/PMT/2018**

Publicação N° 1492948

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO N° 009/PMT/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra, visando a pavimentação em lajotas sextavadas e colocação de meio fio, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 29 de janeiro de 2018, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 010/PMT/2018**

Publicação N° 1492972

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 010/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO N° 010/PMT/2018

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e correlatos para o Programa de Alimentação Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Item

Data de Abertura: 30 de janeiro de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 011/PMT/2018**

Publicação N° 1493000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 011/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO N° 011/PMT/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM TIPO C, COM INSTALAÇÃO DE TANQUES PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 10 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, E ÓLEO DIESEL S10, COM INSTALAÇÃO DE TANQUE PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 2,5 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO DO PRESENTE EDITAL, PARA A FROTA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Tipo: Menor Preço Item

Data de Abertura: 31 de janeiro de 2018, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 012/PMT/2018**

Publicação Nº 1493038

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/PMT/2018  
PREGÃO PRESENCIAL  
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/PMT/2018

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de atendimento e combate a incêndios para o efetivo do Corpo de Bombeiros, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço item

Data de Abertura: 01 de fevereiro de 2018, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO 02/2018 - PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2017

Publicação N° 1492808

ATO CONVOCATÓRIO 02/2018  
PROCESSO SELETIVO N° 001/2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2017, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2017.
2. Os candidatos que não se apresentarem no prazo de 30 dias serão considerados desistentes, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 16 de janeiro de 2018.  
Roberto Biava  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I – CONVOCAÇÃO 02/2018

Auxiliar de Enfermagem PSF			
Posição	Nº INSC	Data Nasc.	CANDIDATO
1	612186	08/02/1977	Carlos Alexandre Santos Silva

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

### DECRETO 12/2018; CONTRATA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

Publicação N° 1492979

DECRETO N° 12, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.  
NOMEIA SERVIDORA CONTRATADA POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo 001/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada a servidora Graciane Donadel, RG nº 4.161.960, CPF 036.201.109-56, Contrato Administrativo nº 66/2018, para ocupar o cargo de Monitor de Creche e Pré Escolar, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 15/01/2018 a 20/06/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de Janeiro de 2018.  
ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e finanças



# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2018 PMT - RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

Publicação Nº 1493714

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2018 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), de implantação de recapeamento asfáltico nas ruas General Osório, Germano Brandes Senior e Honduras, que compreende os projetos relacionados ao Contrato de Repasse nº 844518, processo 2622.1037476-73/2017, Programa Midades/planejamento urbano (OGU), celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 05 de fevereiro de 2018. ABERTURA: dia 05 de fevereiro de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 17 de janeiro de 2018

DARCIZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

### PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 14 2017 SAMAE

Publicação Nº 1482598

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2017 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - Samae.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais hidráulicos para reposição de estoque do almoxarifado em atendimento às necessidades do setor de manutenção do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda; Corr Plastik Industrial Ltda; Angolini &amp; Angolini Ltda; Saint-Gobain Canalização Ltda; C.E. Macedo e Cia Ltda; Lot Metais Eireli - Me; Nelia Maria Cyrino Leal - Me; Lucas Calixto Boletini de Souza Eireli Me; G2 Materiais Hidraulicos Eireli - Me e Startubo Comercial Eireli - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 386.354,07 (trezentos e oitenta e seis mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/10/2018

Timbó, 17/10/2017

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente Samae



# Timbó Grande

## PREFEITURA

### PREGÃO 6/2018

Publicação Nº 1493272

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2018  
MODALIDADE Pregão Presencial N 6/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir veículo (automóvel). Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 31 de janeiro de 2018, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 17 de janeiro de 2018.  
Amauri Furtado de Souza  
Prefeito Municipal em exercício



# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493039

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
PRISCILA DANIELE VANNI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493042

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE LÍNGUA ALEMÃ – 40 HS  
LILIAN FELDER WIMPISSINGER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493043

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE MÚSICA – 20 HS  
RODRIGO ALVES BORBA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2346/2017**

Publicação Nº 1493091

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE ARTES – 40 HS  
MAURÍCIO WENCELOSKI BORGES

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra



J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2346/2017**

Publicação Nº 1493093

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2018  
CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PSICOPEDAGOGO – 40 HS  
ADILES CONCATTO DRESCH

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;



· Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2346/2017**

Publicação Nº 1493094

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø COORDENADOR PEDAGÓGICO – 40 HS  
VERÔNICA BRUSTOLIN NARITA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);



- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2346/2017**

Publicação Nº 1493095

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018  
CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø T.M.N.M ORIENTADOR SOCIAL – 40HS  
ANDRESA GABRIELA FLAMEA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;



- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
17 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493047

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE MÚSICA – 30 HS  
GILVANE PAULO LEISER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;



- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2346/2017**

Publicação Nº 1493096

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø T.M.N.S ASSISTENTE SOCIAL – 40HS  
ADRIANA MORONI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;



- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra "J" do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo suspensão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
17 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493048

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018  
CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 20 HS  
JOSÉ JOÃOZINHO FALCHETTI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;



Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493049

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

LUCIANE BOTTEGA RHODEN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;



- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017 / DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493050

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR DE MATEMÁTICA – 20 HS  
SILVANA QUAGLIOTO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter



atualizado os seus dados;

- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493051

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
VANESSA CRISTINA BRUNETTO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;



- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493054

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO

ELIANI SERIGHELLI LIDANI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila



conforme item b do Art. 3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;

- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493055

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø COZINHEIRA – 40 HS

ARIANA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias



corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493056

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
CAMILA IAGHER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:



- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493058

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
GILVANE SANGALETTI SIPP

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados



conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017 / DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493059

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
VANESSA FERNANDES THIBES DE LIMA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".



Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493060

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
SUZANA SANTOS LEMOS COMIN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".



Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
AMANDA JOVINA ABRAÃO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado



definitivamente”.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493062

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
JOICE BIAVA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente



convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493063

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 17/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
LUZIA ADELIR ANGELI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o



“final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 18/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493064

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 18/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
NÁJLA TAINÁ PELOZATO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,



b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 19/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493065

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 19/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
GABRIELLY TEREZINHA DE FREITAS MATEUS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:



a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,  
b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 20/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493066

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 20/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
BÁRBARA TRESSOLDI LIDANI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.



Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493067

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 21/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE DE APOIO A EDUCAÇÃO  
KÉSIA MACHADO DE OLIVEIRA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.



Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493068

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 20HS  
LUCIANE SIMONE CECONELLO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da



documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493069

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 23/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 20HS  
ALICE GOMES VIANA



Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017 / DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493070

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS  
ROSANGELA DE DEUS E SILVA TRIQUES



Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493071

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS



DÉBORA RIBEIRO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 26/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493074

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 26/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.



Ø PROFESSOR – 40HS  
FABIANA APARECIDA LOURENÇO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,  
b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493075

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.



Ø PROFESSOR – 40HS  
GÉSSICA LUANA RIGO BECKER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493076

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU



RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS

ELIANE CRISTINA ANSILIERO SLOGO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493078

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 29/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de



novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS  
ALICE FÁTIMA BOTH

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493081

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 30/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:



Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS  
FRANCIELE ALVES DE GOIS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,  
b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493082

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31/2018  
CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.



**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS

GIOVANA APARECIDA RODRIGUES BACHIN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493083

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011,



039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS

SAMUEL STRAUSS MOZZ

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,

15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH

PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493084

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica



Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS  
ANDRESSA SANGALETTI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493085

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34/2018  
CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII



e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

**CONVOCA:**

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS  
LARISSA FRIO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493086

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 35/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø PROFESSOR – 40HS

MAYNARA ODILES SCARPINI BORTOLUZZI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
15 de janeiro de 2018.

MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493087

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 36/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS – ARTESANATO – 40 HS  
MÔNICA CARMEN NESI ANRAIN

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
17 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2018 - PROCESSO SELETIVO E EMPREGO PÚBLICO - TREZE TÍLIAS - 001/2017/DECRETO Nº 2345/2017**

Publicação Nº 1493089

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 37/2018

CONVOCA APROVADO EM PROCESSO SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em TESTE SELETIVO/EMPREGO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.345/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø INSTRUTOR DE ARTES E OFÍCIOS – PINTURA – 40 HS  
PATRICIA GOMES DE CAMPOS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 17.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (3ª Retificação ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 17.6 (3ª Retificação ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada (Art.5º), no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art. 3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, itens 3.1.1 e 3.1.2;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Atestado médico admissional;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Tipo sanguíneo;
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
17 de janeiro de 2018.  
MAURO DRESCH  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 003/2018**

Publicação Nº 1493035

PORTARIA Nº 003/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gabriela R. De Oliveira Jorge	11/06/2016 a 10/06/2017	15/01/2018 a 24/01/2018	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 15 DE JANEIRO DE 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 004/2018**

Publicação Nº 1493036

PORTARIA Nº 004/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Dirlei Beatriz Borga Eberts	27/01/2017 a 26/01/2018	29/01/2018 a 17/02/2018	20
Everly Zampieri	24/02/2016 a 23/02/2017	22/01/2018 a 10/02/2018	20
Maria Eduarda Da Rosa Ulanoski Carvalho	14/03/2016 a 13/03/2017	22/01/2018 a 10/02/2018	20
Marisa Maciel Behrend Peretti	02/08/2016 a 01/08/2017	30/01/2018 a 28/02/2018	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 15 DE JANEIRO DE 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**INEXIGIBILIDADE 01/2018**

Publicação Nº 1492950

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS</b>  CNPJ: 82.777.251/0001-41 PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25 C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 1/2018 - IL</b>
	<b>Processo Nr.: 1/2018</b> <b>Data: 10/01/2018</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> BALADA EVENTOS E PRODUCOES LTDA <b>Endereço:</b> AV E, SN, QUADRA 26BA ED. JK NEW CONCEPT <b>Cidade:</b> Goiânia - GO <b>CNPJ:</b> 21.363.253/0001-08	<b>Código:</b> 10402  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Show nacional com: GUSTTAVO LIMA, MAIARA E MARAISA E FABIO JUNIOR, no Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, nos dias: 20, 21 e 22 de abril de 2018, durante a VI Expotílias.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	Show nacional com GUSTTAVO LIMA, representado neste ato, através de carta de exclusividade, pela empresa: BALADA EVENTOS E PRODUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.363.253/0001-08, com sede na Avenida E, SN, quadra B26, Ed. JK New Concept, sala 316, Jardim Goiás, Goiânia - GO. Local do Evento: Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, no dia 20/04/2017, às 23h59min, com duração aproximada de 01h30min, durante a VI Expotílias (01-01-19284)

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**JUSTIFICATIVA**

Art. 25. Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:  
III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Treze Tílias, 10 de Janeiro de 2018

MAURO DRESCH  
PREFEITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41

PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25

C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2018 - ILProcesso Nr.: 1/2018  
Data: 10/01/2018

Folha: 2/2

10/01/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 10 de Janeiro de 2018

**Valor da Despesa:** 260.000,00 (duzentos e sessenta mil e reais)**Pagamento.....:** Conforme contrato



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2018 - IL**

Processo Nr.: 1/2018  
Data: 10/01/2018

Folha: 1/2

**Fornecedor:** SHOW COMPLETO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME

Código: 10403

Endereço: AV E , 1470

Cidade: Goiânia - GO

CNPJ: 26.636.436/0001-65

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Show nacional com: GUSTTAVO LIMA, MAIARA E MARAISA E FABIO JUNIOR, no Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, nos dias: 20, 21 e 22 de abril de 2018, durante a VI Expotílias.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
2	1,00	UN	Show nacional com a dupla MAIARA E MARAISA representada neste, através de carta de exclusividade pela empresa: SHOW COMPLETO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.636.436/0001-65, com sede na AV E, nº 1470, quadra B29A, Sala 1602, Jardim Goiás, Goiânia - GO. Local do Evento: Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, no dia 21/04/2017, às 23h59min, com duração aproximada de 01h20min, durante a VI Expotílias (01-01-19285)

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**JUSTIFICATIVA**

Art. 25. Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Treze Tílias, 10 de Janeiro de 2018

MAURO DRESCH  
PREFEITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41

PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25

C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2018 - IL**Processo Nr.:** 1/2018  
**Data:** 10/01/2018

Folha: 2/2

10/01/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 10 de Janeiro de 2018

**Valor da Despesa:**

200.000,00 (duzentos mil reais)

**Pagamento.....:**

Conforme contrato



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2018 - IL**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

Processo Nr.: 1/2018  
Data: 10/01/2018

Folha: 1/2

Fornecedor: NEW ERA EVENTOS EIRELI  
Endereço: RUA QUINZE DE NOVEMBRO, 189  
Cidade: Santana de Parnaíba - SP  
CNPJ: 28.067.686/0001-57

Código: 10404

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Show nacional com: GUSTTAVO LIMA, MAIARA E MARAISA E FABIO JUNIOR, no Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, nos dias: 20, 21 e 22 de abril de 2018, durante a VI Expotílias.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
3	1,00	UN	Show nacional com FÁBIO JUNIOR, representado neste ato, através de carta de exclusividade, pela empresa: NEW ERA EVENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 28.067.686/0001-57, com sede na Rua XV de Novembro, nº 189, Sala 10-A, Centro, Santana da Parnaíba - SP. Local do Evento: Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, no dia 22/04/2017, às 18h00min, com duração aproximada de 01h30min, durante a VI Expotílias. (01-01-19286)

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**JUSTIFICATIVA**

Art. 25. Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:  
III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Treze Tílias, 10 de Janeiro de 2018

MAURO DRESCH  
PREFEITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41

PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25

C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 1/2018 - IL**Processo Nr.:** 1/2018  
**Data:** 10/01/2018

Folha: 2/2

10/01/2018

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 10 de Janeiro de 2018

**Valor da Despesa:** 130.000,00 (cento e trinta mil e reais)**Pagamento.....:** Conforme contrato



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 4/2018

Publicação Nº 1493604

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr<sup>a</sup>. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018, tipo de licitação MENOR PREÇO, REGIME DE EXECUÇÃO UNITÁRIO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL EM ESF, SERVIÇOS DE CLÍNICA MÉDICA E DE PLANTÃO MÉDICO EM HOSPITAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10:00h, do dia 30 de janeiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:30 às 17:00 horas, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudo-central.sc.gov.br](http://www.trombudo-central.sc.gov.br).

Trombudo Central, 18 de janeiro de 2018.

Geovana Gessner  
Prefeita Municipal



# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO N. 07/2018

Publicação Nº 1492958

CONTRATO N. 07/2018

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pela Gestora do Fundo Sra. CLARICE WEIS STAUB, brasileira, casada, residente e domiciliado no Município de Tunápolis- SC, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, doravante denominado de CONTRATANTE do outro lado a empresa SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA com sede na Rua Antonio Pedrassani, 131 no centro da cidade de São Miguel do Oeste inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.986.215/0001-02, neste ato por seu representante legal o Sr. João Eduardo Schacker portador do CPF nº 715.897.670-04, residente e domiciliado na cidade de Tunápolis/SC, denominadas, respectivamente, CONTRATANTE e CONTRATADA.

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente tem por objeto a Contratação de empresa para a realização de consultas psiquiátricas, através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme descritos e especificados no anexo I-Termo de Referência.

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit. R\$	Valor Total R\$
01	600	unid	Consulta com médico Psiquiatra	115,00	69.000,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. A presente contratação terá vigência até 31.12.2018 a contar da assinatura do presente contrato, podendo ser prorrogado nos limites do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Equipe Técnica do Fundo Municipal de Saúde e Gestora do Fundo, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

3.1. O Município pagará valor de R\$ 115,00 (cento e quinze reais) por consulta realizada, conforme a proposta apresentada e considerada vencedora no Processo de Licitação. O valor total do contrato é de R\$ 69.000,00(sessenta e nove mil reais)

3.2. O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10 (dez) dias, após execução do objeto desta licitação, mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura,

diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

3.3. A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

3.4. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.5 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.6 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os



números: (31) do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, do ano de 2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO DOCUMENTO FISCAL

5.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o FUNDO DE MUNICIPAL DE SAÚDE, Rua Albino Fratz, CNPJ nº 12.273.240/0001-49 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

5.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o contratante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

##### 6.1. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

6.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;

6.1.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

6.1.3. Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.4. Providenciar a publicação resumida deste contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

6.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estipulado neste instrumento;

6.1.6. Emitir, através do setor competente, autorização para início da prestação dos serviços.

##### 6.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

6.2.1 Executar as consultas de acordo com as especificações do Edital (termo de referencia), sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

6.2.2 Quando da necessidade de informações ou dúvidas referente a procedimentos a serem realizados, a clinica deverá entrar em contato com a Sra. Clarice Weis Staub, secretaria da Saúde, no Posto de Saúde de Tunápolis/SC fone (49) 3632.1147.

6.2.3 Fornecer as devida Notas Fiscais, nos termos da Lei;

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

7.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

7.2. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA OITENTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

#### CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



9.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Itapiranga(SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Tunápolis, SC., 09 de janeiro de 2018

CLARICE WEIS STAUB SOLIS CLÍNICA MÉDICA LTDA Gestora do Fundo  
CONTRATADA Fiscal do Contrato

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:  
Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

### CONTRATO Nº 08/2018

Publicação Nº 1493315

#### CONTRATO Nº 08/2018

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada pela Gestora Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a Associação Hospitalar de Tunápolis, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Alcides Luis Hofer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 833.426.649-91, RG nº 2.946.802- SSP-SC, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO referente a prestação dos serviços, para estabelecer as ações, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre o Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis e a Associação Hospitalar de Tunápolis, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 com alterações e amparado no Plano Operativo da Atenção Pactuada, em decorrência da Inexigibilidade de licitação e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO –

O presente Contrato tem objeto a prestação dos serviços, estabelecer as ações, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre o Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis e Associação Hospitalar de Tunápolis, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 com alterações e amparado Plano Operativo da Atenção Pactuada entre ambos conforme segue abaixo:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1	02.11.02.003-6 - ELETROCARDIOGRAMA	UNID.	200	6,69	1.338,00
2	04.01.01.005-8 - EXCISAO DE LESAO E/OU SUTURA DE FERIMENTO DA PELE ANEXOS E MUCOSA	UNID.	207	30,11	6.232,77
3	03.01.10.010-1 - INALACAO / NEBULIZACAO	UNID.	375	5,00	1.875,00
4	03.01.10.005-5 - CATETERISMO VESICAL DE DEMORA	UNID.	31	25,00	775,00
5	04.01.01.003-1 - DRENAGEM DE ABSCESSO	UNID.	24	15,00	360,00



6	03.01.10.001-2 - ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS NA ATENCAO ESPECIALIZADA	UNID.	2700	0,82	2.214,00
7	03.01.06.010-0 ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	UNID.	100	16,90	1.690,00
8	04.01.01.001-5 - CURATIVO GRAU II C/ OU S/ DEBRIDAMENTO	UNID.	558	42,12	23.502,96
9	04.01.01.002-3 - CURATIVO GRAU I C/ OU S/ DEBRIDAMENTO	UNID.	208	15,00	3.120,00
10	04.01.01.011-2 - RETIRADA DE CORPO ESTRANHO SUBCUTANEO	UNID.	50	15,39	769,50
11	04.04.01.031-8 - RETIRADA DE CORPO ESTRANHO OUVIDO, FARINGE, LARINGE E NARIZ	UNID.	20	34,35	687,00
12	04.04.01.027-0 - REMOCAO DE CERUMEN DE CONDUITO AUDITIVO EXTERNO UNI / BILATERAL	UNID.	25	7,32	183,00
13	03.01.06.002-9 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA COM OBSERVAÇÃO ATÉ 24 HORAS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	UNID.	800	16,21	12.968,00
14	INCENTIVO HOSPITALAR	PARCELAS	12	4.000,00	48.000,00
TOTAL				103.715,23	

#### CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A instituição deverá oferecer os serviços de Urgência e emergência, o Pronto Atendimento ambulatorial e serviço de observação hospitalar bem como estrutural, compreendendo a disponibilidade de toda estrutura para o atendimento efetivo sendo a estrutura física e de todos os profissionais tais como: Enfermeiros, técnicos em enfermagem, profissionais de limpeza e do corpo administrativo, para complementar a equipe necessária para a prestação correta e adequada de todos os serviços inerentes para o bom atendimento. A instituição credenciada se compromete a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da instituição, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item 1 anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de

qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS –

Na eventualidade do Fundo Municipal da Saúde, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (14) do Fundo Municipal da Saúde do ano de 2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS

A Instituição deverá realizar os serviços constantes no objeto deste contrato sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A Instituição deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência



de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. A Instituição obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, sob pena de rescisão por não cumprimento do mesmo. A Instituição deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste contrato, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Fundo Municipal da Saúde deverá disponibilizar os profissionais médicos para a execução dos serviços constantes no objeto deste contrato. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Instituição, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força

maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A Instituição bem como o Fundo Municipal da Saúde deverão criar comissões para avaliação do desempenho institucional, estas Comissões deverão realizar trimestralmente avaliações em relação aos recursos transferidos, metas físicas e quantitativas. A transferência dos recursos serão disponibilizados de acordo com a análise do cumprimento de metas, conforme o estabelecido nas faixas de desempenho discriminadas abaixo:

Faixa de Desempenho Metas Quanti e Qualitativas	Percentual de Total de Recursos Destinados ao Desempenho
Menor que 75%	Revisão de valores
75% ou mais	Manter o valor

Comissões atuantes obrigatoriamente

Da parte da Instituição Credenciada:

- 1) Comissão de Revisão de Prontuários
- 2) Comissão de Infecção Hospitalar

Da parte do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis:

- 1) Comissão de avaliação e desempenho
- 2) Comissão de auditoria.

Dos relatórios mensais:

A Instituição Credenciada deverá como forma de prestação de contas, apresentar os seguintes relatórios:

- 1) Apresentar mensalmente relatório de desempenho das metas.
- 2) Revisão das metas quantitativas trimestralmente.

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de

credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de 05 de janeiro de 2017 e vigorará até dia 31/12/2017 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 17 de janeiro de 2018.

Clarice Weis Staub  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Fiscal do contrato

Associação Hospitalar de Tunápolis  
Alcides Luis Hofer  
Representante legal

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1493244

Inexigibilidade de licitação nº 01/2018

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Processo de Licitação nº 02/2018

Objeto: Esta inexigibilidade de licitação tem por objeto a "prestação dos serviços, estabelecer as ações, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre o Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis e Associação Hospitalar de Tunápolis, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 com alterações e amparado Plano Operativo da Atenção Pactuada entre ambos.

Fornecedor: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNAPOLIS

Fundamento: Artigo 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8666/93

Valor: R\$ 103.715,23 (Cento e três mil setecentos e quinze reais e vinte três centavos)

Tunápolis, SC 17/01/2018.

Clarice W. Staub  
Gestora do Fundo.

### PORTARIA Nº 4736/2018

Publicação Nº 1492805

PORTARIA Nº. 4.736/2018

Em 15 de Janeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 71, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor efetivo LILIAN MARIA RITTER EIDT lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, conforme procedimento do INSS, Nº.Requerimento 183074565.

Art.2º Esta Portaria em vigor, com efeitos retroativos a 01 de Janeiro de 2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 15 de Janeiro de 2018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4737/2018**

Publicação Nº 1492806

PORTARIA Nº. 4.737/2018

Em 16 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 052/2017, Capítulo V, Seção IX, Artigo 72, parágrafo único;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE de 180 (cento e oitenta dias) para KARINE EPPING no cargo de COORDENADORA DE SANEAMENTO com Portaria de Nomeação 4.250/2017, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, neste município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 16 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4738/2018**

Publicação Nº 1492807

PORTARIA Nº. 4.738/2.018

Em 16 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, ao Servidor público efetivo JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN, função gratificada de 30% (trinta por cento), conforme artigo 9º da Lei Complementar nº. 025/2010, sobre o seu vencimento a título de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 16 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças



Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4740/2018**

Publicação Nº 1492850

PORTARIA Nº. 4.740/2018  
Em 17 de Janeiro de 2018

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 013/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo DOMINGO CASANOVA, com o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO.

Período de Aquisição: 02.06.2008 à 01.06.2013 (60 sessenta dias), sendo que já requeridos e usufruídos 20 (vinte dias).

Fruição: 17.01.2018 à 31.01.2018 (15 quinze dias), os demais 25 (vinte e cinco dias) serão fruídos a posterior.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 17 de Janeiro de 2018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

## **PORTARIA Nº 4741/2018**

Publicação Nº 1492851

PORTARIA Nº. 4.741/2018  
Em 17 de Janeiro de 2018

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 013/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo

SÉRGIO LUÍS CHRIST, com o cargo efetivo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO.

Período de Aquisição: 11.02.2013 à 10.02.2018 (60 sessenta dias).

Fruição: 18.01.2018 à 16.02.2018 (30 trinta dias), sendo que os demais 30 (trinta dias) serão fruídos a posterior.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, com efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 17 de Janeiro de 2018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna



**Turvo****PREFEITURA****RESOLUCAO 001/2018 CMAS**

Publicação Nº 1492897

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- MUNICÍPIO DE TURVO SANTA CATARINA.

Resolução Nº 001/2018.

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social para exercício de 2018 a 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Turvo/SC, em Reunião Ordinária realizada no dia 11 (onze) de janeiro de 2018, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993-Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS e a Lei Municipal nº 1.192/96, de 02 de setembro de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social e a Lei Municipal 2.191/14, de 15 de abril de 2014, que altera o Conselho Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos, e efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993-Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS, Art.30.

Considerando que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo.

**RESOLVE**

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, conforme Plano anexado em Ata.

Turvo, 11 de janeiro de 2018.

JOSÉ NELCI PAZINI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



# Urubici

## PREFEITURA

### EDITAL 005/2018

Publicação Nº 1493187

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público o Edital de pregão presencial, destinado Aquisição dos tubos de concreto, conforme anexo 01 que fica fazendo parte integrante deste Edital, para Ata de Registro de Preço. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 31/01/2018 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 31/01/2018 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 011/2018

Publicação Nº 1493552

PORTARIA Nº 011/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o Parecer do Comitê 002/2018 do Comitê Regional de Prevenção de Óbitos Materno, Infantil e Fetal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros para comporem a Câmara Técnica Municipal da Rede Cegonha e Prevenção de Óbitos Materno, Infantil e Fetal:

- Larissa Zapelini Warmling – Vigilância Epidemiológica
- Ana Carla Martins Lazzaris – Atenção Básica
- Elizângila Moreira Leite – Médica
- Bruna Rex Nunes – Enfermeira
- Álvaro Lemes da Rosa – Psicólogo NASF
- Deni José Martignago – Dentista
- Lucas Warmling – Hospital São José

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 17 de Janeiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal



# Urupema

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 07/2018 - PMU

Publicação Nº 1493640

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA  
SETOR DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 01/02/2018, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando a aquisição de escavadeira hidráulica sobre esteiras usada, ano de fabricação a partir de 2012, para ser utilizada na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 13h00min as 19h00min ou pelo site <http://www.cidademaisfriadoBrasil.com.br/>

Urupema, 18 de Janeiro de 2018.  
EVANDRO FRIGO PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 1493323

(Retificado Conforme Ato 001/2018)

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo Simplificado, destinado a provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação do Município de Urupema, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Evandro Figro Pereira, Prefeito Municipal de Urupema/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo sob regime estatutário – Lei Complementar Municipal nº 60/2012, 035/2006 e suas alterações, para provimento de vagas temporárias e cadastro de reservas do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação do Município de Urupema, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

#### 1. DA DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201, centro, município de Taió – CEP 89.190-000, Estado de Santa Catarina, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico: <http://iobv.org.br/>; e-mail: [concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br).

1.2. A fiscalização e supervisão do Processo Seletivo está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto 060/2017.

1.3. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

REPUBLICA EDITAL E PRORROGA CRONOGRAMA:

Evento	DATA PREVISTA
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	19/01 a 28/01/18
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	29/01/18
Requerimento de Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	Até 28/01/18
Prazo de envio ou protocolo dos títulos para os cargos de professor (habilitado)	Até 28/01/18
Homologação das Inscrições, divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos	30/01/18
Recursos contra indeferimento das inscrições (a partir da publicação)	30 e 31/01/18
Divulgação definitiva dos inscritos e dos Locais e Horários de Prova	01/02/18
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	04/02/18
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	04/02/18
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar (a partir da publicação)	04 e 05/02/18
Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde ( <a href="http://www.iobv.org.br">www.iobv.org.br</a> ).	08/02/18
Divulga Classificação Preliminar	08/02/18
Recursos contra a classificação preliminar (a partir da publicação)	08 e 09/02/18
Classificação Final (após as 18h)	09/02/18
Homologação do resultado final	Após 09/02/18
Escolha de Vagas	Conforme Convocação do município



- 1.4. As publicações serão realizadas após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.
- 1.5. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, inclusive na data de realização das provas, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.
- 1.6. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).
- 1.7. O Edital do Processo Seletivo também será publicado no site da Prefeitura Municipal de Urupema na Internet: <http://www.cidademais-friadobrasil.com.br/>, no Diário Oficial dos Municípios - DOM: <http://doe.sea.sc.gov.br/>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores; e ainda, publicado na forma de extrato, em jornal de circulação regional.
- 1.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo.
- 1.9. O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do presente edital, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Poder Executivo.
- 1.10. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, o aprovado excedente tem prioridade sobre os novos concursados, no preenchimento dos cargos na mesma carreira.
- 1.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.12. Os documentos e requerimentos exigidos, salvo expressa determinação das normas do Edital, poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, na Sede do IOBV no endereço constante do item 1.13.
- 1.13. Os documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), salvo expressa vedação do Edital, através do serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX) para serem entregues ao IOBV, no endereço abaixo, após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de entrega da correspondência.
- Endereço para remessa via postal de documentos:  
IOBV – PROCESSO SELETIVO DE URUPEMA  
Rua Coronel Feddersen, número 1065, sala 201 – Centro  
89.190-000 – Taió - SC
- 1.14. Não são admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

## 2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo:

- a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- b) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- c) O gozo dos direitos políticos;
- d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- f) A idade mínima de dezoito anos;
- g) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- h) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- i) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- j) Os candidatos com deficiência devem verificar as disposições do Capítulo próprio neste Edital;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

2.2. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

2.3. A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não criam direito à admissão que será realizada na medida das necessidades de Prefeitura do Município de Urupema e disponibilidades orçamentárias.

## 3. DOS CARGOS, VAGAS, EXIGÊNCIAS DE ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTOS.

3.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas legais existentes, conforme cargos/especialidade, carga horária semanal, número de vagas, remuneração mensal, e as exigências específicas a cada cargo, objeto deste Processo Seletivo, que encontram-se descritos no Anexo I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e anexo II legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

## 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer. Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.2. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

4.3. A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.4. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos



apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.5. A inscrição poderá somente ser efetuada via Internet, no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no período estabelecido no cronograma de atividades item 1.3 deste edital.

4.6. Para os candidatos que não possuem acesso à rede mundial de computadores (internet), a Prefeitura Municipal de Urupema, disponibilizará local para a realização da inscrição no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Urupema, Avenida Manoel Pereira de Medeiros, 155 – Urupema - SC, Setor de Recursos Humanos, com atendimento das 13:00 às 19:00 horas, nas datas conforme cronograma.

4.7. O atendimento presencial acha-se condicionado à disponibilidade de equipamentos e pessoal e, em determinados momentos, poderá haver filas.

4.8. Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.

4.9. O candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada no sistema de inscrição do IOBV.

4.10. Para efetivar a sua inscrição pela internet é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), sendo que o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na página inicial clique em “Concursos e Seletivos”, em seguida em “inscrições abertas”, selecionar o município de Urupema Edital 001/2018 e clicar em “realizar inscrições”, digite seu CPF e informe os dados solicitados.

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

c) Cadastrar-se no portal [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros)

d) Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, diretamente no caixa, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.11. O IOBV e a Prefeitura de Urupema eximem-se de qualquer responsabilidade pela eventual indisponibilidade, congestionamento de linhas ou falha dos equipamentos ou acesso à INTERNET.

4.12. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizado no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado ao IOBV por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: [concursos@iobv.org.br](mailto:concursos@iobv.org.br) Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Urupema.

4.13. O valor da taxa de inscrição:

a) Cargos habilitados é de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

b) Cargos não-habilitados é de R\$ 40,00 (quarenta reais).

4.14. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo. Não serão considerados pagamentos fora do prazo estabelecido no cronograma deste edital.

4.15. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, devido vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.16. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.17. Não serão aceitos pagamentos feitos por qualquer outra forma ou meio, ou ainda, boletos pagos com valores à menor ou à maior do real valor das taxas de inscrição constantes no item 4.13 conforme escolaridade.

4.18. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.19. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.20. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.21. A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

4.22. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do Processo Seletivo, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.23. É vedada a inscrição condicional, extemporânea ou por qualquer outra via não determinada neste edital.

4.24. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas e ou congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou impressão dos documentos solicitados.

4.25. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.26. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

4.27. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.28. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da



importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.29. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) e [www.cidademaisfriadoBrasil.com.br](http://www.cidademaisfriadoBrasil.com.br).

4.30. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site do Processo Seletivo no endereço [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na data constante do cronograma deste edital. No mesmo local e horário será publicada a relação das inscrições indeferidas.

## 5. DAS VAGAS RESERVADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que sejam portadores, sendo a elas reservadas 5 % (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, Inciso VIII da Constituição Federal.

5.2. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais estão listados no Anexo I deste edital;

5.3. Os cargos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, o primeiro candidato classificado no Seletivo na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta para cada cargo. O segundo classificado no Seletivo na lista especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta para o cargo, e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do Seletivo.

5.4. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados e classificados.

5.6. Serão consideradas deficiências somente àquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º da Lei nº 12.870/2004 e no art.1º do Decreto Federal n. 2.874/2009 e suas alterações.

5.7. Não serão consideradas como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

5.8. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá, obrigatoriamente:

a) No ato da inscrição declarar-se com deficiência;

b) Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido nos últimos 12 meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.

c) Enviar requerimento solicitando a vaga para deficiente e descrevendo detalhadamente o tipo de atendimento especial que necessita no dia da prova ANEXO IV.

d) Cópia do comprovante de inscrição.

5.8.1. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato. O IOBV não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino.

5.8.2. A documentação enviada terá validade somente para esse edital de Processo Seletivo, para outros editais do município deverá ser enviada novamente a documentação e não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

5.9. Os documentos devem ser protocolados ou enviados no seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

VAGA PARA DEFICIENTE PROCESSO SELETIVO URUPEMA – SC

Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

5.10. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no Edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal.

5.11. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição online.

5.12. Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

5.13. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar ou enviar via sedex/ar, requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, nos endereços já informado, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

5.14. As solicitações de condições especiais serão atendidas respeitadas a legalidade e a razoabilidade. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local do IOBV.

5.15. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

5.16. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

5.17. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados serão convocados por edital próprio, através do site da prefeitura municipal de Urupema, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

5.18. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos portadores de deficiência que:

a) Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

b) Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

c) Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.



## 6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e o ato de homologação será publicado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), na data constante do cronograma deste edital.
- 6.2. A relação das inscrições não homologadas devido ao indeferimento, serão divulgadas no endereço do Processo Seletivo na internet [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).
- 6.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.
- 6.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações, até a data da prova.
- 6.5. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas DEFINITIVAMENTE pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.
- 6.6. Se mantida a não homologação ou não processamento, o candidato será eliminado do Seletivo.

## 7. OUTROS REQUERIMENTOS

### 7.1. Candidata lactante

7.1.1. A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

- Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;
- Enviar ou apresentar no local das provas o requerimento Anexo IV, deste edital, informando nome do acompanhante, bem como cópia da certidão de nascimento do filho.
- Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

7.1.2. O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

7.1.3. O IOBV não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

### 7.2. Benefícios da Lei 11.689/2008

7.2.1. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço do IOBV (item 1.14), até o último dia de inscrições, cópia autenticada da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, os termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

7.2.2. Os documentos enviados pelo correio, unicamente para o endereço do IOBV, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

7.2.3. Enviar documentos para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

AMAMENTAÇÃO/ Benefício Lei 11.689 PROCESSO SELETIVO URUPEMA – SC

Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

7.2.4. A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgado no endereço [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), conforme data prevista no cronograma.

7.2.5. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 8. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O Processo Seletivo será composto de uma ou mais etapas, dependendo do cargo e ou escolaridade, conforme segue:

8.2. Cargos de Professor (habilitado):

a) Etapa 1: PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

b) Etapa 2: prova de títulos de caráter classificatório, para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

8.3. Para todos os demais Professores, o Seletivo terá uma única etapa que consiste de PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos

8.4. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte os candidatos que obtiverem nota igual diferente de 0,00 (zero).

## 9. DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

9.1. A prova escrita objetiva constará da avaliação de conhecimentos teóricos e práticos dos candidatos mediante a aplicação de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta.

9.2. A prova escrita com questões objetivas será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez), expressas com 2 (duas) casas decimais e terá a duração de até 2 (duas) horas.

9.3. As áreas de conhecimento exigidas, o número de questões e o valor que será atribuído a cada uma, estão dispostos por escolaridade exigida para o cargo, conforme segue:

Cargos com Escolaridade: Ensino Superior

Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor da questão	Total Nota Disciplina
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	0,30	4,50
	Gerais e atualidades	5		
	Legislação	5		
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,55	5,50
	Total	25		10,00



9.4. Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

9.5. Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente Edital.

9.6. Para prestar a prova escrita objetiva o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

9.7. A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

9.8. O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta preferencialmente, ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

9.9. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão- respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão-respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e nas instruções do caderno de provas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-respostas por motivo de erro do candidato.

9.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

9.11. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico desta.

9.12. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento.

9.13. Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do IOBV devidamente treinado.

9.14. Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

9.15. Será atribuída nota 0,00 (zero) às resposta de questões objetivas:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão de respostas;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

9.16. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

9.17. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do Processo Seletivo.

## 10. DO LOCAL, HORÁRIO E SEGURANÇA DAS PROVAS ESCRITAS

10.1. A prova escrita objetiva será aplicada na data provável, constante do cronograma deste edital na cidade de Urupema-SC, em locais e horários que serão divulgados conforme cronograma, no endereço eletrônico do Processo Seletivo: [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

10.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horários
	MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	9h15min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	9h50min
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	9h52min
Início da resolução da prova.	10h00min
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h30min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	12h00min

10.3. O Município reserva-se o direito de indicar nova data, horários ou novos locais adequados para a realização das provas, mediante publicação com antecedência mínima de 3 (três) dias da realização das provas.

10.4. O IOBV poderá enviar mensagem complementar com a informação de local e horário de provas, por meio de endereço eletrônico (e-mail), indicado pelo candidato na ficha de inscrição, para isso deve o mesmo manter atualizado seu email, o que não isenta o candidato da responsabilidade de acompanhamento de todos os atos referentes a este Processo Seletivo, através do Edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou por telefone do IOBV. Não haverá remessa de comunicação via postal.

10.5. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), considerando que os portões dos locais que dão acesso às salas de provas, fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

10.6. Os portões que dão acesso às salas de provas, dependendo do local poderão ser as portas de blocos, alas, setores e etc., devendo o candidato comparecer ao local designado para a realização das provas com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos com relação ao horário de fechamento dos portões, para garantir estacionamento e identificar corretamente a localização dos blocos, alas e das salas.

10.7. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.



10.8. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade física-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

10.9. O IOBV, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

10.10. A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento e identificação oficial com foto.

10.11. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

10.12. Não serão aceitos como documento de identificação: passes de ônibus, carteiras de estudante, crachás e ou documentos sem fotos, nem mesmo cópias coloridas ou autenticadas.

10.13. Em caso de perda, furto o roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

10.14. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

10.15. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e sua eliminação do certame.

10.16. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

10.17. Em face de eventual divergência o IOBV poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

10.18. Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente tinta PRETA de preferência ou azul; (não serão fornecidas canetas no local)
- b) Documento de Identificação com foto;
- c) Original do Comprovante de inscrição e/ou do pagamento da Taxa de inscrição ou de inscrição guardado no bolso;
- d) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

10.18.1. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e (ou) borracha durante a realização das provas.

10.19. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido o fumo, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura.

10.19.1. Só serão permitidos alimentos como barra de cereais, chocolates e biscoitos, desde que acondicionados em embalagem transparente providenciada pelo candidato. Os alimentos que não estiverem nestas condições serão recolhidos pelo fiscal de prova e devolvidos no término da prova. Os alimentos que ao serem ingeridos causarem ruídos que atrapalhem a execução da prova, serão recolhidos.

10.20. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais onde se realizarem as provas. O IOBV e a Prefeitura de Urupema não se responsabilizarão pela guarda de qualquer armamento.

10.21. É terminantemente proibido ao candidato, durante a realização das provas, podendo resultar na eliminação do certame:

- a) Aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de caso/casa, chaves de carro, etc.
- b) Relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira; grafite, marca-texto e (ou) borracha;
- c) Qualquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc;
- d) Qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barra de cereais, chocolates, balas, etc) que não seja fabricado de material transparente.
- e) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- f) Fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros sem qualquer etapa do Processo Seletivo;
- i) Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.

10.22. Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados, aos fiscais da sala antes do início da prova. O candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação.

10.23. A embalagem porta-objetos devidamente lacrada e identificada pelo candidato deverá ser mantida embaixo da carteira até o término das suas provas. A embalagem porta-objetos somente poderá ser deslacrada fora das dependências do local de provas.

10.24. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e poderão implicar na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

10.25. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

10.26. O IOBV e Prefeitura Municipal de Urupema não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e/ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro



bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

10.27. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

10.28. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

10.29. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do Processo Seletivo.

10.30. Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo, quando assinarão a ata de sala, acompanharão termo de fechamento do envelope de provas e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, os quais irão rubricar o verso dos cartões de todos os candidatos da sala, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

10.31. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br) no dia seguinte ao da realização da prova.

10.32. Não serão fornecidos os exemplares dos cadernos de questões, no dia da prova. Um caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

10.32.1. Os candidatos devem aguardar em sua carteira, com o cartão-resposta e caderno de provas viradas para baixo e em completo silêncio, sob pena de serem eliminados.

10.33. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação, bem como informações sobre as demais etapas do certame.

10.34. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

10.35. Os candidatos que terminarem a prova NÃO poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

10.36. Motivará a eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outras relativas ao Processo Seletivo, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

10.37. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

10.38. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

10.39. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

## 11. DA PROVA DE TÍTULOS

11.1. Para os cargos de professor (habilitado), a segunda etapa do Processo Seletivo consiste na Prova de Títulos, de caráter unicamente classificatório.

11.2. A Prova de Títulos é constituída pela pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de pós-graduação, devidamente autenticados em cartório e relacionados à área do cargo para a qual o candidato se inscreveu.

11.3. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados por histórico escolar.

11.4. Os diplomas de cursos de pós-graduação emitidos no exterior deverão ser reconhecidos na forma da lei e acompanhados de tradução oficial.

11.5. Os candidatos que tenham concluído cursos de pós-graduação (em nível de especialização, mestrado ou doutorado) em data posterior a 1º de janeiro de 2018, cujos diplomas não tenham sido confeccionados pela instituição de ensino, poderão entregar certidão emitida pelo programa de pós - graduação declarando ter o candidato concluído todos os créditos exigidos pelo programa, ter sido aprovado sem ressalvas no trabalho, monografia, dissertação ou tese, bem como ter cumprido todas as demais exigências do curso e no caso dos cursos de mestrado ou doutorado, que lhe foi outorgado o título correspondente. A certidão deve ser acompanhada de histórico escolar regularmente emitido.

11.6. Para participar da Prova de Títulos os candidatos deverão obrigatoriamente protocolar no IOBV, ou enviar pelo correio, por SEDEX, no prazo estabelecido no cronograma deste edital, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) O certificado do título que deseja ser avaliado, acompanhado de histórico escolar.

11.6.1 Enviar documentos para:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

PROVA DE TÍTULOS - PROCESSO SELETIVO URUPEMA – SC

Rua Coronel Feddersen, 1065, sala 201 – Centro – 89.190-000 – Taió - SC

11.7. Os títulos enviados pelo correio ou protocolados no IOBV só serão avaliados se entregues ao IOBV no prazo das inscrições conforme data do cronograma deste Edital, valendo como comprovação, quando couber, o registro de entrega dos documentos emitidos pelos Correios.

11.8. Será avaliado unicamente 1 (um) título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será avaliado o de maior valor acadêmico.

11.9. Os títulos que atenderem as normas do presente edital serão avaliados de acordo com o quadro abaixo:

Título/documento	Pontuação
Certificado de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,50



Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,75
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

11.10. A nota da Prova de Títulos (no máximo 1,00 ponto) será somada à da Prova Escrita para o cálculo da Nota Final.

11.11. A participação na Prova de Títulos não é obrigatória.

11.12. Só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, ou seja, cuja nota for diferente de 0,00 (zero).

## 12. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

12.1. A nota final do candidato será obtida mediante as seguintes fórmulas:

a) Para os cargos com prova de títulos:

$$NF = NPE + NPT$$

b) Para os demais cargos:

$$NF = NPE$$

NF = Nota Final

NPE = Nota da prova escrita

NPT = Nota Prova de Títulos

12.2. São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota final diferente de 0,00 (zero).

12.3. Os candidatos serão classificados por cargo disciplina, em ordem decrescente da nota final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

12.4. Ocorrendo empate na nota final aplicar-se-á para o desempate, os seguintes critérios:

12.4.1. Para todos os cargos, em conformidade com artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.4.2. Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Processo Seletivo, desde que jurados, devidamente comprovado.

12.5. Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;

c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita.

d) Sorteio público.

12.6. As pessoas com deficiência integrarão lista especial de classificação.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Processo Seletivo.

13.2. Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil posterior à publicação, no site do Processo Seletivo na Internet, do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

13.3. Os recursos poderão ser interpostos da seguinte maneira:

13.3.1. Recursos Via Internet:

a) Acessar a área do candidato no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 01/2018 de URUPEMA;

c) Localize o botão "Solicitar Recursos" (inferior do quadro) e clique nele para abrir a tela de solicitação de recursos. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

d) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

e) Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

f) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

g) Clicar em "enviar"

13.4. Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues ao IOBV rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

13.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

13.6. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

13.7. Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

13.8. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

13.9. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

13.10. Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

13.11. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

13.12. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

13.13. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.



13.14. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

13.15. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

13.16. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

13.17. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

#### 14. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1. A homologação do resultado final deste Processo Seletivo, se dará através de decreto do executivo devidamente publicado nos meios legais e no endereço eletrônico do Processo Seletivo e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

14.2. Os atos e resultados serão divulgados no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

#### 15. DA ESCOLHA DE VAGA

15.1. As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação por cargo.

15.1.1 Os candidatos deverão apresentar carteira de identidade ou documento oficial com foto.

15.2. As vagas a serem oferecidas, para os candidatos inscritos e classificados, serão as vagas existentes e as vagas vinculadas decorrentes dos afastamentos legais.

15.3. As vagas para a chamada presencial serão afixadas no local e na data da escolha de vagas, conforme cronograma divulgado no site do Município e mural oficial.

15.3.1. Primeiramente serão chamados/contratados os candidatos que possuem graduação na licenciatura exigida para o cargo (habilitados), havendo ainda vagas serão chamados/contratados os candidatos não habilitados.

15.3.2 A escolha de vaga deverá ser efetuada pelo próprio candidato, podendo ser realizada por meio de procuração pública.

15.3.2.1. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha da vaga passará para o final da lista na qual foi classificado.

15.3.3. Após a primeira escolha de vagas, o candidato será chamado conforme as necessidades surgidas no decorrer do ano letivo de 2018, em ordem classificatória, por telefone (até 3 tentativas). Será de responsabilidade do candidato a sua não localização passando, então, para o final da listagem na qual foi classificado.

15.3.4. O candidato convocado que efetuar escolha da vaga e desistir da vaga escolhida, será eliminado da lista de classificação.

15.3.5. O candidato que não aceitar a vaga em função de incompatibilidade profissional de horário e carga horária deverá apresentar o comprovante desse impedimento, no prazo de 24 horas. Este comprovante deverá ser expedido por órgão competente, em papel timbrado, com carimbo e assinatura da chefia imediata, horário de trabalho especificado e telefone do local, e entregue na Secretaria de Educação.

15.3.5.1. O candidato que apresentar o comprovante de incompatibilidade automaticamente aguardará outra vaga para a qual haja compatibilidade de horário de trabalho. Caso não aceite a vaga, passará para o final da lista na qual foi classificado.

15.3.5.2. O candidato que não apresentar comprovante de incompatibilidade profissional de horário, imediatamente após a primeira escolha de vagas, ou após ser chamado por telefone, passará para o final da lista na qual foi classificado.

15.3.6. O candidato contratado que desistir da vaga deverá comparecer na Secretaria de Educação, para preencher um comunicado de desistência, não podendo ocupar, neste Processo Seletivo, nenhuma outra vaga.

15.3.7. O candidato que escolheu vaga e não assumiu na data determinada ou não entregou os documentos no prazo estabelecido será considerado desistente e eliminado do Processo Seletivo.

15.3.8. O candidato contratado ficará em permanente avaliação de desempenho e, caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

15.3.9. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, a pedido do contratado ou por conveniência administrativa, a juízo da Administração Pública Municipal, bem como nos casos de substituições pelo retorno do titular ou por problema de ordem pedagógica ou administrativa.

#### 16. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir os documentos e listagens para a homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreçar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com o município de URUPEMA eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial.

15.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de URUPEMA.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.



17.2 Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

17.3 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

16.4. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de URUPEMA, até que expire a validade do Processo Seletivo, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.5. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.6. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.7. O Município de URUPEMA e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br).

16.9. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.10. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Processo Seletivo, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de entrega.

16.11. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo, tanto da Prefeitura do Município de URUPEMA como do IOBV.

16.12. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13. A Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do Município de URUPEMA e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Processo Seletivo da Prefeitura do município de URUPEMA e do IOBV.

16.15. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de São Joaquim/SC.

16.16. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

16.17. Anexo I – Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III – Conteúdo Programático; Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova.

URUPEMA (SC), 17 de janeiro de 2018.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – CARGOS TEMPORÁRIOS

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA MENSAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – PROFESSORES HABILITADOS

Cargo	Total Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
1. Professor II - Anos Iniciais (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino Superior em licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Anos Iniciais	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
2. Professor II - Artes (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino superior em licenciatura plena na área de atuação.	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
3. Professor II – Auxiliar (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino Superior em licenciatura plena em Pedagogia com no mínimo 80 horas de curso de capacitação na área de Educação Especial	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
4. Professor II - Educação Física (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino superior em licenciatura plena na área de atuação.	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
5. Professor II – Educação Infantil (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino Superior em licenciatura plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
6. Professor II – Filosofia (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino superior em licenciatura plena na área de atuação.	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
7. Professor II – Geografia (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino superior em licenciatura plena na área de atuação.	Escrita e Títulos	R\$ 50,00



8. Professor II – História (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino superior em licenciatura plena na área de atuação.	Escrita e Títulos	R\$ 50,00
9. Professor II – Sociologia (habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Ensino superior em licenciatura plena na área de atuação.	Escrita e Títulos	R\$ 50,00

## CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – PROFESSORES NÃO-HABILITADOS

Cargo	Total Vagas	CH	Salário	Pré-Requisitos	Tipo de Prova	R\$ Inscrição
10. Professor - Anos Iniciais (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena em Pedagogia	Escrita	R\$ 40,00
11. Professor - Artes (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena na área de atuação.	Escrita	R\$ 40,00
12. Professor – Auxiliar (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena em Pedagogia ou na área de Educação Especial	Escrita	R\$ 40,00
13. Professor - Educação Física (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena na área de atuação.	Escrita	R\$ 40,00
14. Professor – Educação Infantil (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena em Pedagogia	Escrita	R\$ 40,00
15. Professor – Filosofia (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena na área de atuação.	Escrita	R\$ 40,00
16. Professor – Geografia (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena na área de atuação.	Escrita	R\$ 40,00
17. Professor – História (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena na área de atuação.	Escrita	R\$ 40,00
18. Professor – Sociologia (não-habilitado)	CR	10h,20h, 30h ou 40h	Quadro I	Cursando a partir da 3ª fase de licenciatura plena na área de atuação.	Escrita	R\$ 40,00

Abreviaturas: CH – Carga Horária (Jornada de Trabalho) Semanal

QUADRO I  
VALOR DO VENCIMENTO INICIAL

	10h/s	20h/s	30h/s	40h/s
Professores Habilitados	R\$ 582,76	R\$ 1.166,52	R\$ 1.953,83	R\$ 2.396,31
Professores Não-Habilitados	R\$ 582,76	R\$ 1.166,52	R\$ 1.953,83	R\$ 2.396,31

\*O presente Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas que ocorrerem no ano letivo de 2018 e 2019;

O levantamento das vagas a serem oferecidas aos classificados será operacionalizado pela Secretaria de Educação, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas aos professores efetivos do quadro do magistério público municipal.

ANEXO II  
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Professor

Atribuições:

Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, Encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as Diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidade e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo; Ministrar aulas na área de ensino para qual foi designado ou nomeado, transmitindo os conteúdos teórico-prático, pertinentes através de explicações, dinâmica de grupo, matividades e outras técnicas e desenvolvendo com a classe trabalho de pesquisa para desenvolver nos alunos o raciocínio lógico, o poder de síntese e concentração;

Debater, nas reuniões de planejamento, programas e métodos a serem adotados ou reformulados, comentando as situações-problema da classe sob a responsabilidade e emitindo opiniões, a fim de contribuir para a fixação adequada de objetivos, recursos e metodologia de ensino; Elaborar o plano de aula, selecionando o assunto e determinando a metodologia, com base nos onjetivos fixados para obter melhor



rendimento do ensino; Selecionar ou confeccionar o material didático a ser utilizado, calendo-se das próprias aptidões ou consultando manuais de instrução ou Serviço de Orientação Pedagógica, para facilitar o ensino-aprendizado; Ministras as aulas, transmitindo aos alunos conhecimentos elementares de linguagem, matemática, ciências sociais e ciências naturais, através de atividades desenvolvidas a partir de experiências vivenciadas e não sistematizadas, para ensinar aos educandos o domínio das habilidades fundamentais ao contato com seus semelhantes e a formação necessária ao desenvolvimento de sua potencialidade; Organizar solenidades comemorativas de fatos marcantes da vida brasileira, promovendo Seletivos, debates, dramatizações ou jogos, para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos históricos sociais da Pátria; Elaborar e aplicar testes, provas e outros métodos usuais de avaliação, baseando-se nas atividades desenvolvidas e na capacidade média da classe, para verificar o aproveitamento dos alunos e constatar a eficácia dos métodos adotados; Elaborar fichas cumulativas, boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observação do comportamento e desempenho dos alunos e apontando atividades efetuadas, métodos empregados e os problemas surgidos, para manter um registro que permita dar informações ao Serviço de Orientação Pedagógica, com vista à solução dos problemas e tomadas de iniciativas; Pode lecionar também artes e trabalhos manuais, a nível elementar; Pode especializar-se na alfabetização de adultos e crianças a ser designado de acordo com essa especialização; Executar outras tarefas previstas pelo sistema a critério da chefia imediata.

### ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo. Será cobrado o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou definitivamente em vigor em 01/01/2018.

#### CARGOS DE ENSINO SUPERIOR- PROFESSORES HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

##### CONHECIMENTOS BÁSICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS

##### LÍNGUA PORTUGUESA.

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3) Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) Sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordância nominal; (7) Concordância verbal. Semântica (1) Sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Interpretação textual (1) Leitura e interpretação de textos narrativos e expositivos. Uso da Crase e uso dos porquês. Estrutura dos poemas (rimas, estrofes, versos, etc.).

##### GERAIS E ATUALIDADES

Análise de assuntos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, ciência e tecnologia, energia, esporte, turismo, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas. Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

##### LEGISLAÇÃO

Constituição Federal, Lei Orgânica do Municipal, ECA, ESTATUTO DO IDOSO. Temas gerais de Direito Administrativo e Administração Pública. Atos Administrativos. Crimes contra a administração pública. Serviços Públicos: conceitos, classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

##### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS A TODOS OS CARGOS (área da educação):

Constituição da República Federativa do Brasil – Capítulo III, Seção I – da Educação, da Cultura e do Desporto; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90); Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010); Educação como direito social público. O contexto educacional e histórico da escola pública; Política educacional brasileira; Organização e gestão democrática da Educação Básica no Brasil; Planejamento e avaliação escolar–práticas avaliativas e instrumentos de avaliação; O Projeto Político-pedagógico: concepções, funções, características, estratégias de construção; Concepções de currículo e interdisciplinaridade; Projetos de ensino e de aprendizagem; Função social da escola: Relação escola e sociedade; Concepções teórico-metodológicas de aprendizagem e desenvolvimento humano; A afetividade como elemento mediador da aprendizagem; Componentes do processo de ensino: objetivos; conteúdos; métodos; técnicas, meios e avaliação; Educação e diversidade; Educação e inclusão –a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares dos sistemas de ensino. Educação e didática. Didática e processo educacional. Sistematização da prática educativa. Planejamento e Projeto pedagógico. Metodologia de ensino. O Professor e a prática pedagógica. PCN (Temas Transversais). Teóricos da educação. Avaliação da aprendizagem; Planejamento; Processo ensino-aprendizagem; psicologia da educação; Interdisciplinaridade;

##### CONHECIMENTO ESPECÍFICO DOS CARGOS DE PROFESSORES HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

##### PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira.



Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino- Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Legislação da educação básica; Alfabetização e letramento. e conhecimentos específicos comuns a todos os cargos.

#### PROFESSOR DE ARTES

Didática e prática de ensino de Artes: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Artes; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Artes; Proposta curricular de Arte do município e do Estado; As ações do professor e dos alunos; Arte e os Temas Transversais; A história da Arte: características dos movimentos e períodos. Movimentos da Arte e suas produções artísticas. A percepção de qualidades estéticas. O ensino da arte no currículo: legislação e prática. Trabalho por projetos. Folclore: catarinense e nacional. Diversidade cultural no ensino de artes. Arte no ensino fundamental: Objetivos gerais do ensino de Arte; O ensino de Arte no currículo escolar: legislação e prática; Conteúdos de Arte no ensino fundamental; Critérios de avaliação de aprendizagem em Arte. As linguagens artísticas: artes visuais, dança, música e teatro. Artes Visuais: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dança: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Dimensões histórico-sociais da dança e seus aspectos estéticos. Fundamentos da Dança. Música: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos musicais. Educação musical, instrumentos musicais. Estilos musicais nacionais e internacionais. Teatro: objetivos gerais de aprendizagens, conteúdos e critérios de avaliação de aprendizagem e principais artistas expoentes. Fundamentos do Teatro. História do Teatro. Estilos e gêneros teatrais. Modalidades do espaço cênico. Elementos estruturais da linguagem teatral.

#### PROFESSOR AUXILIAR

1) Papel do professor frente aos alunos com necessidades educativas especiais. 2) Metodologias de ensino e aprendizagem. 3) Educação inclusiva e práticas pedagógicas. 4) A inserção escolar - relações entre família e escola. 5) Inclusão e escolarização. 6) Fundamentos da Educação Inclusiva. 7) Atendimento educacional especializado (AEE): aspectos legais, pedagógicos, organizacionais. 8) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 9) Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez, Deficiência Física, Deficiência Mental, Deficiência Visual; Transtornos globais do Desenvolvimento. 10) Sala de Recursos Multifuncionais. 11) Recursos do AEE. 12) Atribuições do Professor do AEE. 13) Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 14) Desenvolvimento global da criança. 15) Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. 16) Educação e Diversidade. 17) Legislação.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Funcionamento da Educação Básica; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; Didática Geral e da Educação Física; Metodologia para o ensino da Educação Física; Fundamentos da Educação; Filosofia e Sociologia da Educação Física; Educação Física Escolar e Cidadania; Atividades Rítmicas na Escola; Organização e Administração de Eventos Escolares; Educação para Saúde; Biologia do Esporte; Anatomia Humana; Fisiologia Humana; Fisiologia do Exercício; Biomecânica; Qualidades Físicas na Educação Física; Prevenção de Acidentes e Socorros de Urgência; Cineantropometria; Desenvolvimento Motor e Aprendizagem Motora; Psicologia do Desenvolvimento e do Esporte; Pedagogia do Exercício e do Esporte; Fundamentos da Ginástica e da Musculação; Iniciação Esportiva; Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Educação Física Adaptada; Recreação, Jogos e Lazer; Educação Física Escolar e Qualidade de Vida; Planejamento Curricular; Administração Escolar; Políticas Públicas em Educação Física; Ética e Deontologia da Educação Física; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Física; Legislação Esportiva e Profissional; Atualidades e Tópicos Especiais em Educação Física.

#### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Interdisciplinaridade. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. A função social da escola pública contemporânea. Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/ Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/ Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização



do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil

#### PROFESSOR DE FILOSOFIA

1. A Filosofia e suas origens na Grécia Antiga: o surgimento do pensamento filosófico, mito e logos, Filosofia e a polis, as condições históricas e as relações com a filosofia nascente. 2. As origens da Filosofia Moderna: o Renascimento, o Iluminismo e o Romantismo. 3. Crítica ao Discurso Moderno da filosofia da subjetividade (Marx, Nietzsche, Freud e Wittgenstein). 4. Temas e áreas da Filosofia: Metafísica, Ética, Política, Epistemologia, Teoria do Conhecimento, Estética, Lógica e Linguagem - os conceitos e delimitações das respectivas áreas. 5. Características do pensamento filosófico e sua relação com as ciências. A temática da razão: semelhanças e diferenças entre a Filosofia e a Ciência. A sistematização do conhecimento filosófico. As atitudes que despertam para o filosofar. A especificidade da reflexão filosófica. 6. A Filosofia como instrumento de ampliação da compreensão do ser, do mundo e a conquista da felicidade. 7. O ensino de Filosofia e suas indagações na atualidade: a tradução do saber filosófico para o aluno; as estratégias didáticas; a seleção de conteúdos; competências a serem desenvolvidas pelos alunos do Ensino Médio (PCN's + e OCN's); 8. O Ensino de Filosofia: avanços, limites e perspectivas no contexto histórico atual. 9. A Filosofia como componente da área de Ciências Humanas no currículo do ensino médio. 10. O papel social do Filósofo no mundo contemporâneo; 11. História da Filosofia: dos pré-socráticos às principais correntes do pensamento contemporâneo.

#### PROFESSOR DE SOCIOLOGIA

1. Condições históricas do desenvolvimento do pensamento sociológico nos séculos XVIII e XIX. 2. Durkheim e as regras do método sociológico. 3. Weber e a Teoria da Ação Social. 4. A sociologia e a concepção materialista da História. 5. Condições de classes sociais e posições sociais: as relações de poder na sociedade contemporânea. 6. Movimentos sociais. 7. Movimentos culturais na contemporaneidade. 8. Modernidade, Pós-Modernidade e a Sociologia. 9. Movimentos sociais e Educação. 10. Estado, Neoliberalismo e suas implicações na consolidação dos novos valores sociais.

#### PROFESSOR DE GEOGRAFIA

HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: As correntes da produção científica na produção geográfica; As correntes do pensamento na produção geográfica brasileira; Geografia escolar e geografia acadêmica. DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA: Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª série) e (5ª a 8ª série), Habilidades e competências no ensino de Geografia; Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais em Geografia; Proposta curricular de Ciências do município e do Estado; o processo avaliativo no ensino de Ciências; as ações do professor e dos alunos; Geografia e os Temas Transversais; O "Optimum climático" e a "Pequena Idade do Gelo"; Aplicações da fotointerpretação; O cosmos de Humboldt; Teoria de Gaia de James E. Lovelock; "A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra" de Yves Lacoste; Geographia de Estrabão. GEOGRAFIA: Definição; Etimologia; História; Surgimento da Geografia moderna; Geografia no Brasil; Ontologia; Epistemologia; Princípios básicos; Localização; Descrição dos lugares; Relações espaciais; A importância da Geografia; Curiosidade da Terra; Métodos da geografia; Técnicas geográficas; Sistema de Informações Geográficas; A didática e a metodologia do ensino da Geografia; O cosmos; Sistema Solar; Galáxias; Constelações; A Terra; CLIMATOLOGIA: Atmosfera terrestre; Principais elementos do clima; Principais meteoros; Principais fatores do clima; Circulação de ar na atmosfera; As massas de ar; Classificações climáticas; Caracterização climática da Terra; Caracterização climática do Brasil; Efeito estufa; Inversão térmica; El Niño e La Niña; Oscilações e variações climáticas; Estrutura meteorológica; As mudanças climáticas e suas várias escalas; Mudança e variabilidade climática: discussão sobre as diferenças e analogias. HIDROGEOGRAFIA: A água na natureza; Ciclo hidrológico; Bacia hidrográfica; Precipitação; Interceptação; Evaporação e evapotranspiração; Infiltração e águas subterrâneas; Escoamento superficial; Aspectos da qualidade das águas; Gestão de bacias e gerenciamento de recursos hídricos. GEOMORFOLOGIA: Estruturas terrestres; Processos exógenos; Zonas morfoclimáticas e relevo; Geomorfologia fluvial; Estruturas e relevos derivados; Geomorfologia litorânea; Geomorfologia do Brasil; Cartografia geomorfológica. Os processos geomórficos; tratamento do quadro geomorfológico brasileiro. GEOPOLÍTICA: Espaço Geográfico; Globalização; A Revolução tecnocientífica; Os meios de transporte; Comércio mundial; Blocos e grupos econômicos; Atividades econômicas; As regiões metropolitanas; Aspectos das regiões brasileiras; Fusos horários; Divisões políticas e territoriais dos continentes, fronteiras, recursos naturais e humanos. Formas de governo; Tratados, convenções, pactos, protocolos e acordos internacionais; Sistemas monetários; fronteiras ao longo dos tempos; Dados sociais. CARTOGRAFIA: Histórico da Cartografia. Classificação da Cartografia. Forma e dimensões da Terra. Rede Cartográfica. Fusos Horários. Escala. Projeções Cartográficas. Planimetria e altimetria. Leitura e interpretação de mapas planialtimétricos. Cálculo de área. GEOGRAFIA HUMANA: População; Demografia; Distribuição da população no tempo e no espaço. As grandes civilizações mundiais. População brasileira. Dinâmica da população. Políticas demográficas. Problemas demográficos do Brasil. Os fluxos migratórios no Brasil e no mundo; Tipos de Migrações; Economia; meio-ambiente; indústria; tecnologia; turismo; agropecuária; conflitos; atividades sociais, políticas e culturais; A Organização das Nações Unidas - Agências especializadas, Fundos e Programas; IDH.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA

Grécia e Roma Antiga. As Civilizações do Antigo Oriente: Hebreus, Fenícios e Persas. As Civilizações Mesopotâmicas: Sumérios, Acádios, Assírios, Amorritas e Caldeus. Escravidão na Antiguidade. O feudalismo. A Expansão Marítimo-comercial. Colonização europeia na América. Brasil e o Sistema Colonial. O escravismo no Brasil. O Fim do Antigo Sistema Colonial na América espanhola e portuguesa. As revoluções americanas e francesa. A Revolução Industrial. O Imperialismo e o neocolonialismo. A Primeira Guerra Mundial. A crise de 1929. As Revoluções Socialistas na URSS, África e América Latina. Nazismo e Fascismo. A Segunda Guerra Mundial. O populismo na América Latina. A Guerra Fria. A descolonização da Ásia e da África. A globalização e o neoliberalismo. BRASIL: Períodos Pré-Colonizador, Colonial, Imperial, República Velha, A Era Vargas, República Democrática (1946 a 1964), O Regime Militar (1964 a 1985) e a Redemocratização (A República de 1985 aos dias atuais). Os regimes militares na América Latina. Os Blocos e/ou Acordos Econômicos no Mundo. Atualidades: Econômicas, Sociais, Políticas, Culturais e Religiosas.

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas



Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo 001/2018 da Prefeitura Municipal de Urupema, inscrição número \_\_\_\_\_, para o cargo de \_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

1 – ( ) Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: \_\_\_\_\_

CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

2) Condição Especial para realização da prova:

a) ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

b) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

c) ( ) Leitura de Prova

Especificar: \_\_\_\_\_

d) ( ) Intérprete de Libras

Especificar: \_\_\_\_\_

e) ( ) Amamentação.

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários de amamentação: \_\_\_\_\_

f) ( ) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.

Pede Deferimento. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_ - Assinatura do Requerente

## RETIFICAÇÃO EDITAL 001/2018 - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1493339

ATO 001/PS/001/2018

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PRORROGA INÍCIO DAS INSCRIÇÕES E RETIFICA O CRONOGRAMA

DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O Senhor Evandro Figro Pereira, Prefeito Municipal de Urupema/SC, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público a primeira retificação do edital de Processo Seletivo 001/2018 de Urupema, conforme segue:

1. A fim de cumprir o princípio da publicidade, fica prorrogado o início das inscrições do edital 001/2018 de Processo Seletivo, conforme item 1.3 do edital:

Evento	DATA PREVISTA
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	19/01 a 28/01/18
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	29/01/18
Requerimento de Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por Sedex/AR do requerimento.	Até 28/01/18
Prazo de envio ou protocolo dos títulos para os cargos de professor (habilitado)	Até 28/01/18
Homologação das Inscrições, divulgação das inscrições indeferidas de todos os candidatos	30/01/18
Recursos contra indeferimento das inscrições (a partir da publicação)	30 e 31/01/18
Divulgação definitiva dos inscritos e dos Locais e Horários de Prova	01/02/18
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	04/02/18
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	04/02/18
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar (a partir da publicação)	04 e 05/02/18



Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	08/02/18
Divulga Classificação Preliminar	08/02/18
Recursos contra a classificação preliminar (a partir da publicação)	08 e 09/02/18
Classificação Final (após as 18h)	09/02/18
Homologação do resultado final	Após 09/02/18
Escolha de Vagas	Conforme Convocação do município

URUPEMA (SC), 17 de janeiro de 2018.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL



# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2018

Publicação Nº 1493202

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2018  
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2018

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame para Eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças de 1ª linha de montagem e mão de obra para consertar Veículo VOLARE A5 MBY 1446, veículo da Educação.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2018 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2018, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09h00min do dia 31 de janeiro de 2018.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09h00min do dia 31 de janeiro de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderá ser obtido no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 17 de janeiro de 2018  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.118/17

Publicação Nº 1493138

DECRETO Nº 14.118/17, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

Prorroga Prazo de Validade do Processo Seletivo referente ao Edital nº 002/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no item 12.1, do Edital nº 002/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 1 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo referente ao Edital nº 002/2016, a contar de 02 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - PMV

Publicação Nº 1493201

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 – PMV

PROCESSO Nº 17/2018

HOMOLOGAÇÃO: 1701/18

OBJETO: REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO CONTRATADO PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

FORNECEDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA

VIGÊNCIA: 17 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

VALOR: R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 17 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 - PMV

Publicação Nº 1493001

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 05/2018 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE BLOCOS DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO PARA USO DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME DEFINIDO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 14137/2017, E PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU/2018 PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 31/01/2018. Abertura da sessão



no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 17 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 006/2018 - CMV

Publicação Nº 1493180

PORTARIA Nº 006/2018

Designa Pregoeiro e Componentes da Equipe de Apoio.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Designar o servidor ALVAIR LÍRIO BARZOTTO, nos termos da Resolução Legislativa nº 001/2015 e da Lei Federal nº. 10.520/2002, como Pregoeiro e, como integrantes da Equipe de Apoio, as servidoras LETÍCIA PAULA SARTOR e PAMELLA BELTRAME, tendo como suplente o servidor Célio de Jesus Campos, na ausência de qualquer dos membros.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 17 de janeiro de 2018.

EDINEI ANTONIO MENEGON NÉDIO MARTINS  
Presidente Vice - Presidente

ALBERTINA DE BARROS RAFAEL PRIGOL  
1ª Secretária 2º Secretário



# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2018

Publicação Nº 1492986

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0005/2018, tendo como objeto a Aquisição de Medicamentos, vinculada a decisão judicial à casos específicos para dispensação aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 05/02/2018, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 17 de janeiro de 2018. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

### EXTRATO 1º ADITIVO ATA RP Nº 0167/2017

Publicação Nº 1492799

Extrato 1º Aditivo a Ata RP nº 0167/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Trevisan Serviços Agrícolas Ltda ME

Fica incluído na descrição do Item 04 – Setor 04 - Horas de trator agrícola de pneu, com potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e carroto basculante para atendimento aos agricultores das comunidades de: Pesqueiro do Meio, Pesqueiro de Cima, Pesqueiro Caleffi, Medianeira, São Luiz, Voltão, Vila Lima, Manella e a Comunidade de Barro Preto no Município de Xanxerê, na prestação de serviços de Ensilagem para o Gado Leiteiro.

Xanxerê-SC, 15 de janeiro de 2018. Edson Zape – Diretor da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário

### PORTARIA Nº RH-EM 015/2018

Publicação Nº 1493088

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-EM 015/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e Lei HW 1.775/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDER 30(trinta) dias de férias a partir de 15.01.2018 a 14.02.2018 a Servidora Pública Municipal Sra. IRACI ANA BORTOLAMEDI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.784.859 e CPF n.º 623.198.339-00, nomeada conforme Decreto nº JB 63/96 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (quarenta) horas semanais e Decreto n.º AM 094/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª a 4ª SÉRIE, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 01.01.2018, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

02.01.2017 a 01.01.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Janeiro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal Em Exercício



# Xavantina

## PREFEITURA

### RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA ALIENAÇÃO

Publicação Nº 1493149

#### RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA ALIENAÇÃO

##### 1 - FUNDAMENTO LEGAL

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, pelo art. 11, combinado com o inciso II do art. 12 da Lei Orgânica Municipal. 2 – CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

Decreto Municipal nº 137, de 04 de Dezembro de 2017, que designa comissão especial para reavaliação de bens móveis para alienação. ATA DE AVALIAÇÃO DE REAVALIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Aos dezessete dias do mês de Janeiro de dois mil e dezoito, reuniram-se nas dependências da Prefeitura Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, a Comissão constituída pelo Decreto antes citado, sob a presidência do Sr. JAIME CEZAR MASIERO(CPF 027.225.729-07) e secretariado pela Srta. CÁTIA MARA COSMANN BOFF (CPF 024.917.089-22), tendo como membros os(as) senhores(as) ANDERSON JUAN BACH (CPF 092.995.109-38), CLÓVIS TELÓ (CPF 620.278.249-87) e JAQUELINE RIBEIROS (CPF 081.307.169-09), para avaliação dos bens móveis para alienação autorizada na forma do fundamento legal acima. O Presidente informa que o objeto da presente Ata é a avaliação de bens móveis bens abaixo relacionados que foram considerados inservíveis para utilização Municipal pelo Decreto 136, de 04 de Dezembro de 2017. Após a visitação dos bens depositados na Garagem da Prefeitura Municipal e no Ginásio Municipal de Esportes, analisado seus estados de conservação, feito pesquisa de preço de mercado no estado em que se encontram, propõem os seguintes preços mínimos para cada bem para cada lote:

Lote	Nome Do Produto	Valor De Venda
1	FORD FIESTA SE HATCH 1.6, 2012/2013, PL.: MKJ-0967 (SC), CH.: 3FAKP4EK3DM124262 (ref: 1938)	R\$ 15.000,00
2	TRATOR DE PNEUS NEW HOLLAND TL 75 E 4x4, 2002, SÉRIE: 24CB00923 (ref: 1937)	R\$ 18.000,00
3	TRATOR DE PNEUS BUDNY BDY 8540 4x4, 2015, SÉRIE: 109006 (ref: 2193)	R\$ 20.000,00
4	TRATOR DE PNEUS BUDNY BDY 8540 4x4, 2015, SÉRIE: 850004 (ref: 2210)	R\$ 20.000,00
5	CARREGADEIRA DE PNEUS CASE W18 4x4, 1984, SÉRIE: 6958200 (ref: 2158)	R\$ 23.500,00
6	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50 15C, 1989, CAP: 13500, SÉRIE: B4516 (1992)	R\$ 60.000,00
7	TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D41 E, 1998, CAP: 14000, SÉRIE: D41E6-B21003 (ref: 1987)	R\$ 55.000,00
8	CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 1717, 2005/2005, PL.: MFL-4842 (SC), CH.: 9BFYTNEF05BB49162 (ref: 1943)	R\$ 10.000,00
9	COMPRESSOR DE AR HOLMAN 175 (ref: 1976)	R\$ 1.000,00
10	DISTRIBUIDOR DE ADUBOS SÓLIDOS (ref: 1935)	R\$ 500,00
11	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS CREMASCO CUSTON 930 C II (ref: 1910)	R\$ 200,00
12	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA PECUS (ref: 1924)	R\$ 800,00
13	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS CREMASCO CUSTON 930 C II (Ref.: 1927)	R\$ 200,00
14	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 SUPER (ref: 1928)	R\$ 800,00
15	ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA PECUS 9004 SUPER	R\$ 800,00
16	SUCATA DE 2 ENSILADEIRA COLHEDORA DE SILAGENS NOGUEIRA	R\$ 500,00
17	TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LÍQUIDOS MEPEL 822085 (ref:1932)	R\$ 500,00
18	TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LÍQUIDOS MEPEL 822076 (ref:1918)	R\$ 500,00



19	TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBOS LÍQUIDOS MEPEL (ref: 1921)	R\$ 500,00
20	CARROCERIA BASCULANTE METÁLICA	R\$ 500,00
21	SUCATA DE INFORMÁTICA, MÓVEIS E OUTROS (diversos: mesa, cadeira, armário, balcão, impressora, monitor, teclado, etc.)	R\$ 200,00
22	SUCATA FERROSA (aprox. 1.500kg)	R\$ 200,00

Nada mais havendo a tratar encerram o presente relatório de avaliação que vai assinado por todos os seus membros.

Xavantina/SC, em 17 de Janeiro de 2018.

Jaime Cezar Masiero  
Presidente

Cátia Mara Cosmann Boff  
Secretário(a)

Anderson Juan Bach  
Membro

Clóvis Antonio Teló  
Membro

Jaqueline Ribeiros  
Membro



# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 015/2018

Publicação Nº 1493628

DECRETO Nº 015/2018

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA FEIRA DA NOVILHA E DO GADO LEITEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, de acordo com as atribuições do seu cargo, embasadas no artigo 66, VI e artigo 91 da Lei Orgânica Municipal,  
DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto nomeada a Comissão Central Organizadora da Feira da Novilha e do Gado Leiteiro que acontecerá nos dias 16,17 e 18 de fevereiro de 2018 no município de Xaxim/SC, que será composta pelos seguintes membros:

- a) Presidente – Volnei Dervanoski (CPF: 019.252.959-58);
- b) Vice Presidente – Ademercio Schaparini (CPF: 005.075.409-21);
- c) Membro – Evandro Alex Rissi (CPF: 072.220.969-06);
- d) Membro – Anderson Vidi (CPF: 067.814.029-43);
- e) Membro – Geversson Giacomelli (CPF: 027.812.889-00);
- f) Membro – Igomar Bortoncello (CPF: 701.463.739-87)

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 12 de janeiro de 2018.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal



# Zortéa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2018 - NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO SENSO AGROPECUÁRIO 2017/2018

Publicação Nº 1493716

DECRETO Nº 001/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO SENSO AGROPECUÁRIO 2017/2018.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão para avaliação do senso agropecuário 2017/2018, conforme segue:

Alcides Mantovani – Prefeito Municipal  
Orlando Rodrigues – Secretário de Agricultura  
Leandro Surdi – Diretor de Agricultura  
Maykol Ouriques – Extensionista Epagri  
Valderi do Amaral – Secretário de Infraestrutura

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 17 de janeiro de 2018.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado o presente Decreto em 17 de janeiro de 2018.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 002/2018 - MATERIAL ODONTOLOGICO

Publicação Nº 1493725

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 003/2018  
Pregão Presencial Nº 0002/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material Odontológico para uso do Fundo Municipal de Saúde de Zortéa/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 31/01/2018 (quinta Feira).

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

#### MENOR PREÇO UNITÁRIO

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Sala de Licitações, Rua Otaviano Fratcheshi, nº 53, Centro, Zortéa/SC.  
Horário: Das 8:00 às 13:00 horas  
Telefone: Nº (0xx49) 3557-2019

Zortéa, SC, 18 de Janeiro de 2018

FLÁVIO GONCALVES DE MENEZES  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



**EXTRATO DE EDITAL DE PREGAO Nº 003/2018 - MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA**

Publicação Nº 1492888

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 004/2018

Pregão Presencial Nº 003/2018

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO, pelo menor preço por item, para eventual e futura aquisição (conforme demanda) de material de higiene e limpeza para manutenção das atividades das Secretarias do Município de Zortéa-SC, conforme relação de itens disponível no Termo de Referência do ANEXO VII do presente Edital.

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão ser obrigatoriamente protocolados no Setor de Protocolo até às 09:00min, para abertura da Sessão às 09:050min do dia 30/01/2018 (Terça- Feira).

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Sala de Licitações, junto à Prefeitura, com endereço na Rua Otaviano Oleari Franceschi, nº 53, Centro, Município de Zortéa/SC.

Horário: Das 7:00 às 13:00 horas

Telefone: (049) 3557-2018

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa-SC, 18 de Janeiro de 2018.

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal



# Associações

## AMAI

### EDITAL Nº 001/2018 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 1493508

EDITAL 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018  
PREGÃO PRESENCIAL - RP Nº 001/2018

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro(a), casado, Prefeito Municipal de Marema, SC, TORNA PÚBLICO que, realizará no dia 23 de Janeiro de 2018 às 10h, o Processo Licitatório - Pregão Presencial, Registro de Preços, do tipo menor preço por item para aquisição de combustível, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS  
Até 23 de janeiro de 2018 as 10h

ABERTURA DAS PROPOSTAS  
23 de janeiro de 2018 as 10h15min.

#### LOCAL DA ABERTURA

Sede Administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, com endereço à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 – Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gasolina Comum com abastecimento na bomba do proponente vencedor, para abastecimento dos veículos da AMAI, na quantidade estimada constante do ANEXO I, com valor máximo de R\$ 4,19 por litro.

1.2 – A participante que não apresentar sua proposta nos termos do item anterior será automaticamente desclassificada;

1.3 – A GASOLINA COMUM, descrita no item 1, será retirada de forma parcelada, conforme solicitado e autorizado pela AMAI, e, deverá permitir o abastecimento individual dos veículos, em local situado na área definida como perímetro urbano do Município de Xanxerê, SC;  
1.4 – O combustível, objeto do Edital deverá atender os padrões, normas, e, critérios de qualidade estabelecidos pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP;

1.5 – A presente ata não vincula a compra total estimada no objeto licitado, sendo o combustível retirado de forma parcelada e na necessidade da AMAI.

#### 2 - DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Processo todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem a legislação vigente e as exigências deste Edital.

#### 3 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1 – Para fins de credenciamento, o proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie a participar (ANEXO II), em papel timbrado da Empresa, constando, no mínimo, nome e CNPJ, datado e assinado, com firma reconhecida, respondendo o mesmo pela representada.

3.2 – Será obrigatório a PROPONENTE ser cadastrado na Agência Nacional de Petróleo – ANP, apto para cumprir objeto contratado.

3.3 – O credenciamento ocorrerá até dia 23 janeiro de 2018 até às 10h, junto a sede administrativa da AMAI.

3.4 – O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

3.5 – Para a efetivação do credenciamento o representante da proponente exibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um original de instrumento procuratório que o autorize a participar deste Processo e a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.

3.6 – Deverá apresentar cópia autenticada de documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

3.7 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente exibirá ao Pregoeiro da Comissão qualquer documento de identidade emitido por órgão público e deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, ficando nesta hipótese, dispensado de apresentar o documento constante no ANEXO I.

3.8 – Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Registro de Preços com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recursos.

3.9 – No ato do credenciamento o representante deverá entregar declaração do proponente dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. (ANEXO II).

3.10 – Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.



3.11 – Cada proponente participante poderá credenciar apenas um representante.

3.12 - No ato do credenciamento, a participante que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para gozar dos benefícios garantidos nessa lei, neste Processo, deverá entregar ao Pregoeiro da Comissão, sob penas da legislação em vigor, DECLARAÇÃO assinada do enquadramento nessa situação.

3.13 - para efeito de julgamento da habilitação das microempresas ou empresas de pequeno porte, será considerado o caput do Art. 43 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

#### 4 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - O Envelope nº 01 (Proposta de Preços) e o Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação) deverão ser entregues ao Pregoeiro da Comissão no ato do CREDENCIAMENTO.

4.2 – Os envelopes de habilitação e propostas que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos, e se não houver requerimento os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

4.3 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Registro de Preços, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

#### 5 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR UNITÁRIO POR ITEM e o VALOR TOTAL DO ITEM com três casas após a vírgula, entendendo-se estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos decorrentes de toda a operação de venda da GASOLINA COMUM, em lugar próprio da futura contratada, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

5.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a proponente, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha, e rubricada nas demais;

5.1.2 - A proponente deverá cotar o valor por item, objetos deste edital, em moeda corrente nacional (real).

5.2 - O prazo de validade da proposta apresentada será de 60(sessenta) dias contados a partir da homologação deste Registro de Preços. O processo terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua homologação.

5.3 - A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPLICARÁ NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DO INTERESSADO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

5.4 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.5 - O envelope de apresentação da proposta deverá conter na parte frontal externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 01

AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI

AO PREGOEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

NOME/RAZÃO SOCIAL

PROPOSTA DE PREÇOS

#### 6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – Na data e local indicado neste edital e a partir das 10h15min do dia 23 janeiro de 2018 o Pregoeiro iniciará e sessão com a abertura dos envelopes contendo a proposta.

6.2 – Os documentos DA PROPOSTA DE PREÇOS retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro da Comissão e pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, a seu critério.

6.3 – Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes da Proposta de Preços em uma única sessão em face da não conclusão, no exame da documentação, da etapa competitiva de lances verbais, ou ainda, por terem surgido dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

6.4 – Os trabalhos poderão ser suspensos temporariamente, a critério exclusivo do Pregoeiro da Comissão, por qualquer motivo plenamente justificável, desde que todos os representantes presentes sejam comunicados; que seja estabelecido o horário de retomada dos trabalhos e procedido o registro do motivo em ata.

6.5 – Nos casos dos itens 6.3 e 6.4, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro da Comissão e pelos representantes credenciados, ficarão em poder do Pregoeiro até a retomada dos trabalhos ou início da nova sessão com data e horário pré-definidos e de ciência de todos os representantes.

#### 7 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

7.1 - O Pregoeiro fará o julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, classificando-as pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

7.2 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital, ou, imponham condições, que se opuser, a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 – Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro convidará individualmente os proponentes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.4 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

7.5 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do interessado da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.6 – O Pregoeiro, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições, que julgar necessário, a fim de por ordem ao certame.

7.7 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.



- 7.8 – Se não se realizarem, lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 7.9 – Não havendo mais interesse dos proponentes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva, e, ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM.
- 7.10 – Em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.11 – Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro da Comissão examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.
- 7.12 – Serão desclassificadas, as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades, ou, defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda, os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.
- 7.13 – No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas esboçadas das causas de sua desclassificação.
- 7.14 – Nas situações previstas nos itens 7.8 e 7.10, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 7.15 – Da sessão, lavrar-se-á ata, com o registro das ocorrências relevantes, a qual será, obrigatoriamente, assinada pelo Pregoeiro e pelo proponente vencedor, sendo tal recomendação facultada aos componentes da equipe de apoio.
- 7.16 – O Pregoeiro da Comissão poderá estipular o valor mínimo do lance e o tempo, para o ITEM.

#### 8 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - A documentação para a habilitação da proponente, que deverá constar no ENVELOPE N.º 02 é a seguinte:

- a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Certidão Conjunta de regularidade para com a Fazenda Pública Federal de Tributos e Contribuições Federais e Quanto a Dívida Ativa da União.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente;
- e) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social – INSS;
- f) Prova de regularidade junto ao FGTS;
- g) Declaração de que a Proponente não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, (ANEXO IV).
- h) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- i) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.2 – A presente documentação poderá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, exceto as negativas que poderão ser apresentadas com validade máxima de 60 dias;

8.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas;

8.4 – O ENVELOPE N.º 02, contendo a documentação da habilitação, deverá conter na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 02

AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI

AO PREGOEIRO DA COMISSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

PREGÃO PRESENCIAL - RP Nº 001/2018

NOME/RAZÃO SOCIAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 – Concluída a fase de classificação das Propostas de Preço serão iniciados os procedimentos de abertura dos ENVELOPES N.º 02 referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e verificado o atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.2 – Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro, pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, ao seu critério.

9.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

9.4 – Se o proponente classificado com a melhor Proposta de Preços não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as Propostas subsequentes e a qualificação dos interessados, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

9.5 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s)proponente(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

9.6 – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

9.7 – O Pregoeiro da Comissão ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

#### 10 – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

##### 10.1 – DO PREÇO

O preço do COMBUSTÍVEL, objeto deste edital, devem ser cotados considerando o previsto no item 1 e 5 deste Edital, e seus subitens,



incluindo-se nele todos os tributos e todos os demais custos diretos e indiretos decorrentes de toda a operação de venda, abastecimento, com gasolina, no local da contratada.

#### 10.2 – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após apresentação de nota fiscal certificada pelo setor competente.

#### 10.3 – DO REAJUSTAMENTO

Os preços fixados a partir da homologação deste edital somente serão reajustados mediante motivado pedido de alteração de valor, com suas causas, planilhas de custos e a efetiva comprovação de reajuste repassado pela distribuidora a Proponente, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93.

#### 11 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 – Até 02 (dois) dias úteis, antes da data limite fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Processo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que o pedido de impugnação seja feito junto ao Setor de Protocolos da AMAI, devendo ser feitos pessoalmente. Não será admitidos impugnações por meio eletrônico (e-mail) ou fax.

11.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

#### 12 – DOS RECURSOS

12.1 – Decairá do direito de impugnar o Edital, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas, no mesmo horário, e, local indicado no item 11.1.

12.2 – Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do Registro de Preços ao proponente vencedor.

12.4 – NÃO SERÃO CONHECIDAS AS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS PROTOCOLADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO PROPONENTE.

12.5 – Não serão admitidos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não apresentadas pelo proponente às razões para interposição do recurso.

12.6 – Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

12.7 – O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 13 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

O prazo para assinatura do Contrato não excederá a 15 (quinze) dias após a homologação e adjudicação deste Processo, pelo Pregoeiro da AMAI.

#### 14 – DAS PENALIDADES

14.1 - Se a vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

14.1.1 – Advertência;

14.1.2 – Pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

14.1.3 - Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

14.2 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na AMAI, em desfavor da vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

#### 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1 – Os interessados poderão examinar o presente edital por meio do sítio eletrônico [www.amaisc.org.br](http://www.amaisc.org.br).

15.2 – Demais informações e esclarecimentos sobre o presente edital, poderão ser obtidos através do telefone 3441-6600 e correio eletrônico para [secretaria@amaisc.org.br](mailto:secretaria@amaisc.org.br).

15.3 – Fica assegurado a AMAI, através de ato do Pregoeiro da Associação, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Processo, dando ciência aos participantes.

15.3 – Será lavrada ata do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo proponente vencedor.

15.4 – O Pregoeiro e sua equipe de apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

15.5 – Será facultado aos membros da equipe de apoio o direito de fazer constar suas assinaturas na ata.

15.6 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a AMAI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de registro de preços.

15.7 - A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

15.8 – A homologação do resultado deste Processo não implicará em direito à contratação.

15.9 – Fazem parte complementar e inseparável deste Edital os seguintes ANEXOS:

15.9.1 – Anexo I – proposta de preço;

15.9.2 – Anexo II – modelo de credenciamento;

15.9.3 Anexo III - modelo de declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;

15.9.4 Anexo IV - declaração de não emprego de menores;

15.9.5 – Anexo V - minuta de contrato.

16. Será nomeada como fiscal do contrato a Senhora Ingrid Piovesan.



Xanxerê, SC, 09 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA  
PRESIDENTE - AMAI

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

INC. ESTADUAL: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

Nº DA CONTA CORRENTE: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

ESPECIFICAÇÃO DO ITEM:

Apresentamos nossa proposta para aquisição de forma parcelada de combustível, objeto do presente Edital, modalidade Registro de Preços n.º 001/2018, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Máximo Unitário R\$	Valor Total R\$
1	GASOLINA COMUM	LITRO	5.000		

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

LOCAL/DATA:

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA  
ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa . . . . ., inscrito no CNPJ nº . . . . ., com sede à . . . . ., neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto a AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e identidade do representante legal, assinatura)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS  
DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº. . . . ., sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial 001/2017 e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e identidade do representante legal)

ANEXO IV



**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

Nome, assinatura e carimbo do representante legal da empresa.

ANEXO V

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2018.**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de 2018, autorizado pelo Processo Licitatório nº 001/2018, Pregão Presencial nº 001/2018, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o DETENTOR DA ATA:

1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, representado pelo seu ..... , Sr. .... (qualificação), à saber: .....

1.1. Descrição do objeto: Gasolina Comum, com estimativa de 5.000 litros ano, com o valor de R\$. .... por litro.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão 001/2018.

1.4. O combustível será retirado diretamente da bomba do proponente vencedor, e cada pedido de fornecimento será representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os pagamentos dos valores serão efetuados em até 10(dez) dias após a emissão da nota fiscal.

1.6. Os preços registrados serão confrontados periodicamente.

1.7. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.8. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO Nº 001/2018.

1.9. A presente ata vincula apenas o preço ofertado e não a contratação de todo o estimado, sendo o objeto combustível retirado de forma parcelada, conforme a demanda necessária da AMAI.

1.10. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO Nº 001/2018 seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar os presentes disposições.

1.11. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.12. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Sr. Presidente, e pelo Sr. .... qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em ..... de ..... de 2018.

AMAI DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS


**EDITAL Nº 002/2018 - PREGÃO CONTRATAÇÃO DE TERCERIZADA**

Publicação Nº 1493634

EDITAL 002/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro(a), casado, Prefeito Municipal de Marema, SC, TORNA PÚBLICO que, realizará no dia 30 de Janeiro de 2018 às 14h, o Processo Licitatório - Pregão Presencial,



menor preço global, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

#### RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Até 30 de janeiro de 2018 as 14h

#### ABERTURA DAS PROPOSTAS

30 de janeiro de 2018 as 14:15hs.

#### LOCAL DA ABERTURA

Sede Administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, com endereço à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000.

#### 1 – DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de mão-de-obra terceirizada em serviços de Limpeza e Conservação - Serviços Gerais, na sede da AMAI, na quantidade estimada constante do ANEXO I.

1.2 – O valor máximo da proposta a ser aceito é de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais.

#### 2 - DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Processo todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem a legislação vigente e as exigências deste Edital.

#### 3 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1 – Para fins de credenciamento, o proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie a participar (ANEXO II), em papel timbrado da Empresa, constando, no mínimo, nome e CNPJ, datado e assinado, com firma reconhecida, respondendo o mesmo pela representada.

3.2 – Será obrigatório a PROPONENTE estar cadastrada no CNAE correspondente a prestação do serviço.

3.3 – O credenciamento ocorrerá até dia 30 janeiro de 2018 até às 14h, junto a sede administrativa da AMAI.

3.4 – O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

3.5 – Para a efetivação do credenciamento o representante da proponente exhibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um original de instrumento procuratório que o autorize a participar deste Processo e a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.

3.6 – Deverá apresentar cópia autenticada de documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

3.7 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemblado da proponente exhibirá ao Pregoeiro da Comissão qualquer documento de identidade emitido por órgão público e deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso, ficando nesta hipótese, dispensado de apresentar o documento constante no ANEXO I.

3.8 – Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Registro de Preços com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recursos.

3.9 – No ato do credenciamento o representante deverá entregar declaração do proponente dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. (ANEXO II).

3.10 – Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

3.11 – Cada proponente participante poderá credenciar apenas um representante.

3.12 - No ato do credenciamento, a participante que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para gozar dos benefícios garantidos nessa lei, neste Processo, deverá entregar ao Pregoeiro da Comissão, sob penas da legislação em vigor, DECLARAÇÃO assinada do enquadramento nessa situação.

3.13 - para efeito de julgamento da habilitação das microempresas ou empresas de pequeno porte, será considerado o caput do Art. 43 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

#### 4 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - O Envelope nº 01 (Proposta de Preços) e o Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação) deverão ser entregues ao Pregoeiro da Comissão no ato do CREDENCIAMENTO.

4.2 – Os envelopes de habilitação e propostas que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos, e se não houver requerimento os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

4.3 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Registro de Preços, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

#### 5 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR TOTAL com três casas após a vírgula, entendendo-se estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos decorrentes de toda a operação, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

5.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a proponente, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha, e rubricada nas demais;

5.1.2 - A proponente deverá cotar o valor por item, objetos deste edital, em moeda corrente nacional (real).



5.2 - O prazo de validade da proposta apresentada será de 60(sessenta) dias contados a partir da homologação deste. O processo terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua homologação, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

5.3 - A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPLICARÁ NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DO INTERESSADO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

5.4 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.5 - O envelope de apresentação da proposta deverá conter na parte frontal externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 01

AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI

AO PREGOEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2018

NOME/RAZÃO SOCIAL

PROPOSTA DE PREÇOS

## 6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – Na data e local indicado neste edital e a partir das 14h15min do dia 30 janeiro de 2018 o Pregoeiro iniciará e sessão com a abertura dos envelopes contendo a proposta.

6.2 – Os documentos DA PROPOSTA DE PREÇOS retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro da Comissão e pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, a seu critério.

6.3 – Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes da Proposta de Preços em uma única sessão em face da não conclusão, no exame da documentação, da etapa competitiva de lances verbais, ou ainda, por terem surgido dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

6.4 – Os trabalhos poderão ser suspensos temporariamente, a critério exclusivo do Pregoeiro da Comissão, por qualquer motivo plenamente justificável, desde que todos os representantes presentes sejam comunicados; que seja estabelecido o horário de retomada dos trabalhos e procedido o registro do motivo em ata.

6.5 – Nos casos dos itens 6.3 e 6.4, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro da Comissão e pelos representantes credenciados, ficarão em poder do Pregoeiro até a retomada dos trabalhos ou início da nova sessão com data e horário pré-definidos e de ciência de todos os representantes.

## 7 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

7.1 - O Pregoeiro fará o julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, classificando-as pelo MENOR PREÇO.

7.2 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital, ou, imponham condições, que se opuser, a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 – Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro convidará individualmente os proponentes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.4 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

7.5 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do interessado da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.6 – O Pregoeiro, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições, que julgar necessário, a fim de por ordem ao certame.

7.7 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.8 – Se não se realizarem, lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.9 – Não havendo mais interesse dos proponentes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva, e, ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.

7.10 – Em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.11 – Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro da Comissão examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

7.12 – Serão desclassificadas, as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades, ou, defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda, os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.

7.13 – No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.

7.14 – Nas situações previstas nos itens 7.8 e 7.10, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.15 – Da sessão, lavrar-se-á ata, com o registro das ocorrências relevantes, a qual será, obrigatoriamente, assinada pelo Pregoeiro e pelo proponente vencedor, sendo tal recomendação facultada aos componentes da equipe de apoio.

7.16 – O Pregoeiro da Comissão poderá estipular o valor mínimo do lance e o tempo.

## 8 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - A documentação para a habilitação da proponente, que deverá constar no ENVELOPE N.º 02 é a seguinte:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

b) Certidão Conjunta de regularidade para com a Fazenda Pública Federal de Tributos e Contribuições Federais e Quanto a Dívida Ativa da União.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;



- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente;
- e) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social – INSS;
- f) Prova de regularidade junto ao FGTS;
- g) Declaração de que a Proponente não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, (ANEXO IV).
- h) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
- i) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- k) Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, mediante apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho;

8.2 – A presente documentação poderá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, exceto as negativas que poderão ser apresentadas com validade máxima de 60 dias;

8.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas;

8.4 – O ENVELOPE N.º 02, contendo a documentação da habilitação, deverá conter na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 02

AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ALTO IRANI

AO PREGOEIRO DA COMISSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL - 002/2018

NOME/RAZÃO SOCIAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

## 9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 – Concluída a fase de classificação das Propostas de Preço serão iniciados os procedimentos de abertura dos ENVELOPES N.º 02 referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e verificado o atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.2 – Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro, pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, ao seu critério.

9.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

9.4 – Se o proponente classificado com a melhor Proposta de Preços não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as Propostas subsequentes e a qualificação dos interessados, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

9.5 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s)proponente(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

9.6 – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

9.7 – O Pregoeiro da Comissão ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

## 10 – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

### 10.1 – DO PREÇO

O objeto deste edital, devem ser cotado considerando o previsto no item 1 e 5 deste Edital, e seus subitens, incluindo-se nele todos os tributos, encargos e todos os demais custos diretos e indiretos decorrentes de toda a prestação do serviço.

### 10.2 – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após apresentação de nota fiscal certificada pelo setor competente.

### 10.3 – DO REAJUSTAMENTO E VALIDADE

Os preços fixados a partir da homologação deste edital somente serão reajustados mediante motivado pedido de alteração de valor, com suas causas, planilhas de custos e a efetiva comprovação de reajuste repassado pela distribuidora a Proponente, nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/93.

O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Associação, limitada a sessenta meses conforme orientação do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

## 11 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 – Até 02 (dois) dias úteis, antes da data limite fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Processo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que o pedido de impugnação seja feito junto ao Setor de Protocolos da AMAI, devendo ser feitos pessoalmente. Não será admitidos impugnações por meio eletrônico (e-mail) ou fax.

11.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## 12 – DOS RECURSOS

12.1 – Decairá do direito de impugnar o Edital, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas, no mesmo horário, e, local indicado no item 11.1.

12.2 – Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três)



dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do Registro de Preços ao proponente vencedor.

12.4 – NÃO SERÃO CONHECIDAS AS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS PROTOCOLADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO PROPONENTE.

12.5 – Não serão admitidos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não apresentadas pelo proponente às razões para interposição do recurso.

12.6 – Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

12.7 – O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### 13 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

O prazo para assinatura do Contrato não excederá a 15 (quinze) dias após a homologação e adjudicação deste Processo, pelo Pregoeiro da AMAI.

### 14 – DAS PENALIDADES

14.1 - Se a vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

14.1.1 – Advertência;

14.1.2 – Pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

14.1.3 - Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

14.2 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na AMAI, em desfavor da vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

### 15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1 – Os interessados poderão examinar o presente edital por meio do sítio eletrônico [www.amaisc.org.br](http://www.amaisc.org.br).

15.2 – Demais informações e esclarecimentos sobre o presente edital, poderão ser obtidos através do telefone 3441-6600 e correio eletrônico para [secretaria@amaisc.org.br](mailto:secretaria@amaisc.org.br).

15.3 – Fica assegurado a AMAI, através de ato do Pregoeiro da Associação, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Processo, dando ciência aos participantes.

15.3 – Será lavrada ata do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo proponente vencedor.

15.4 – O Pregoeiro e sua equipe de apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

15.5 – Será facultado aos membros da equipe de apoio o direito de fazer constar suas assinaturas na ata.

15.6 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a AMAI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de registro de preços.

15.7 - A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

15.8 – A homologação do resultado deste Processo não implicará em direito à contratação.

15.9 – Fazem parte complementar e inseparável deste Edital os seguintes ANEXOS:

15.9.1 – Anexo I – proposta de preço

15.9.2 – Anexo II – modelo de credenciamento

15.9.3 Anexo III - modelo de declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação

15.9.4 Anexo IV - declaração de não emprego de menores

15.9.5 – Anexo V - minuta de contrato

16. Será nomeada como fiscal do contrato a Senhora Ingrid Piovesan.

Xanxerê, SC, 09 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA

PREFEITO DE MAREMA

PRESIDENTE DA AMAI

### ANEXO I

#### PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

CONTACORRENTE: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_ AGÊNCIA: \_\_\_\_\_

Descritivo e Quantitativo dos Serviços para Cotação de Preço



Quantidade	Descrição	Carga Horária	Valor mensal R\$	Valor anual R\$
01	Serviços Gerais	4h diárias/ 20h semanais		

Valor total da proposta (por extenso): R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_).

Os Serviços serão prestados nas Sede Administrativa da AMAI e contemplarão a varrição, passar pano, tirar pó, recolher o lixo, limpar os vidros, limpar banheiros, limpar cozinha, repor copos plásticos, papel higiênico, papel toalha, lavar panos, lavar louça, fazer café, chimarrão, servir água.

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que o item ofertado atende a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

Local e Data.

NOME E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA  
ANEXO II

#### MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa . . . . . , inscrito no CNPJ nº . . . . . , com sede à . . . . . , neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto a AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local e data, \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

(nome e identidade do representante legal, assinatura)

#### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ , CNPJ nº . . . . . , sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_ , DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial 001/2017 e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, \_\_\_\_\_ , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

(nome e identidade do representante legal)

#### ANEXO IV

#### DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

A empresa \_\_\_\_\_ , inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ , por intermédio de seu representante legal o Sr. \_\_\_\_\_ , portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ , DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2018.

Nome, assinatura e carimbo do representante legal da empresa.

#### ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL 002/2018.



A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor ADILSON BARELLA, Prefeito municipal de Marema, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 1.510.145, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 625.625.769-34, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa: ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede a ....., município ..... neste ato representada pelo ....., denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo, com amparo na Lei 8.666/93, lei 10.520/202 e demais legislações aplicáveis, firmam o presente, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Têm por objeto este contrato, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de mão-de-obra terceirizada em serviços de Limpeza e Conservação - Serviços Gerais, na sede da AMAI, através de fornecedor selecionado no Processo Licitatório 002/2018 – Pregão Presencial 002/2018, do tipo menor preço global, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Subcláusula Primeira – A execução dos serviços do objeto acima contratado será efetuada de acordo com o estabelecido no edital, 4h por dia, 20 horas semanais.

Subcláusula Segunda – Faz parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, as peças constantes do Processo Licitatório 002/2018 – Pregão Presencial 002/2018

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

O presente Contrato terá sua vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a administração, limitada a sessenta meses conforme orientação do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS:

Pelos serviços e materiais objeto do presente contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância total de ..... condicionada aos serviços efetivamente executados, com base nos quantitativos e preços proposto pela CONTRATADA.

Subcláusula Primeira. O contrato poderá ser reajustado anualmente mediante acordo entre as partes, pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor);

Subcláusula Segunda – Em caso de extinção do referido índice, será aplicado aquele que vem a substituí-lo.

#### CLAUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS E DAS CONDIÇÕES:

Para liberação dos pagamentos da prestação dos serviços contratados, a contratada deverá fornecer mensalmente a relação do vínculo empregatício do empregados, bem como o recolhimento do FGTS e pagamento da Previdência Social.

Subcláusula primeira. O pagamento será efetuado em até 10 dias após o recebimento da nota fiscal

Subcláusula segunda– A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Serviços prestados fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
- b) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato ou no Edital Processo Licitatório 002/2018 – Pregão Presencial 002/2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA será responsável:

- a) Prestar os serviços de boa qualidade, sendo que os serviços prestados fora dos padrões técnicos, éticos e da qualidade atribuível a espécie, devidamente aprovado pela Associação, deverão ser executados novamente;
- b) Executar todos os serviços de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo I do Edital
- c) Executar os serviços com pessoal especializado e seguindo as normas de segurança do Ministério do Trabalho com relação ao serviço e também fornecendo todos os Equipamentos de Proteção Individual. Os serviços deverão ser prestados mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;
- d) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do Trabalho;
- e) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- f) Fornecer aos seus empregados todos os benefícios e vantagens previstas na legislação e Acordo Coletivo de trabalho;
- g) A empresa contratada será responsável pela integridade de seus empregados na execução dos serviços, devendo manter durante a vigência do contrato de prestação de serviços seguro de acidentes pessoais;
- h) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de referência de boa conduta e idoneidade, atestado médico comprovando sua sanidade física e mental e atestado de antecedentes criminais atualizados, os quais ficarão de posse da contratada, com cópia autenticada junto aos arquivos da contratante, tendo ainda funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- i) Serão de inteira responsabilidade da Proponente/Contratada, as despesas diretas ou indiretas, tais como: transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações civis e outras que porventura forem devidas, na execução do projeto objeto desta Licitação, ficando ainda isento o órgão Licitante de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da Proponente/Contratada;
- j) Responder por qualquer prejuízo que seu empregado causar ao patrimônio da CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente da ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- k) Apresentar cópias dos documentos atualizados de: PCMSO, PPRA, LTCAT, ASO e Comprovante de entrega de EPI's tanto coletivos quanto individuais;
- l) Cumprir com as NR's – Normas Regulamentares em Segurança e Medicina do Trabalho da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- m) Substituir em 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pela contratante e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento estejam em desacordo com os termos do contrato ou sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da contratante, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços;



- n) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição imediata nos casos de faltas, impedimentos, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne à atividade nas dependências do contratante;
- o) Instruir seus empregados quanto ao cumprimento das normas internas estabelecidas pela Administração;
- p) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- q) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes das ações judiciais, por prejuízos havidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;
- r) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- s) Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos trabalhos. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, à Secretaria Responsável do CONTRATANTE e tomar as providências pertinentes;
- t) Assegurar que todo empregado que cometa falta disciplinar, não seja mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações do CONTRATANTE;
- u) Atender de imediato às solicitações das Secretarias quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- v) Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

O CONTRATANTE será responsável:

- a) Apresentar a Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, especificando a Quantidade de pessoas e o local da prestação dos Serviços;
- b) Efetuar o pagamento conforme definido na cláusula sexta do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- c) Permitir o acesso da CONTRATADA ao local determinado para prestação dos serviços objeto deste contrato, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
- d) Fiscalizar e acompanhar toda a execução dos serviços, por meio de um funcionário especialmente designado para esse fim, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao mesmo;
- e) Informar à CONTRATADA sempre que notar falhas no sistema de execução dos serviços contratados;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO, DA RESCISÃO CONTRATUAL E DAS PENALIDADES:**

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com o Art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

A contratada, em caso de inadimplência total ou parcial do presente contrato estará sujeita as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) As demais penalidade previstas no Art. 86 a 99 da Lei nº 8.666/93;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Associação poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo nº 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total do contrato, limitada a 10% do valor contratual.
- d) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratual quando a contratada ceder o contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da contratante, devendo reassumir o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais.

Subcláusula Única – Em caso de exagerada repetitividade das faltas ou cometimento de falta mais grave, as penalidades serão de Rescisão contratual;

**CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE – Ingrid Aline Piovesan.

**CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO:**

Incumbirá á CONTRATANTE providenciar a publicação deste contrato por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO:**

Este contrato poderá ser alterado, mediante acordo das partes, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

I - A CONTRATADA deverá atender com razoável presteza a quaisquer pedidos de informações que lhe seja feito pela CONTRATANTE, relativas a atividades de prestação de serviços, bem como aceitar a visita de inspeção em seu estabelecimento de representantes da CONTRATANTE, para qualquer fim, inclusive ordens de serviço;

II – As partes reconhecem que qualquer omissão ou tolerância dos direitos e haveres aqui descritos não implicam em novação, nem constituirão em renúncia ao direito de exigir posteriormente o fiel cumprimento das obrigações assumidas;

III – O presente contrato constitui-se no único instrumento válido a regular as relações entre as partes, sendo de nenhuma valia qualquer outro ajuste, escrito ou verbal, celebrado anteriormente; igualmente, qualquer inovação somente será aceita com alteração expressa do presente, mediante termo aditivo;

IV - As cláusulas e condições não previstas no presente contrato serão regidas e aplicadas pelas normas legais vigentes no país, em especial pelo ato convocatório e Lei n. 8.666/93;

V – As obrigações constantes neste instrumento obrigam herdeiros e sucessores;

VI - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pelo CONTRATADO, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

Fica Eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ-SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriunda do presente instrumento contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 2(duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



Xanxerê, em .. de janeiro de 2018.

CONTRATANTE ADILSON BARELLA Presidente AMAI	CONTRATADA
TESTEMUNHAS	

**EDITAL N° 003/2018 - CONVOCA ASSEMBLEIA DE PREFEITOS DA AMAI**

Publicação N° 1493632

EDITAL N°. 003/2018

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Senhor ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no Art. 26, inciso XI, do Estatuto,

**CONVOCA:**

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as), para ASSEMBLEIA GERAL a realizar-se em Xanxerê, conforme segue:

Data: 23 de janeiro de 2018 (terça-feira)

Local: Auditório da AMAI

Horário: 14 horas

**ORDEM DO DIA:**

14h Abertura dos trabalhos:

- Transmissão da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMAI;
- Repasse de informações quanto as mudanças nos contratos do Cis Amosc;
- Rateio das despesas para decoração do stand na Femi 2018;
- Proposição de Referendum sobre aquisição de veículos para Associação;
- Informações do Movimento Econômico – previsão 2018;
- Taxa de fiscalização de transportes (TFT);
- Piso do Magistério 2018;
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incidentes sobre os serviços das Serventias Extrajudiciais (Cartórios).

16h00: Assuntos de interesse dos associados e considerações finais.

Xanxerê, SC, 16 de janeiro 2018

Adilson Barella

Prefeito de Marema

Presidente da AMAI

**FECAM****RESOLUÇÃO N° 015/2017 - ORÇAMENTO FECAM 2018**

Publicação N° 1493157

RESOLUÇÃO N° 015/2017

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, ADELIANA DAL PONT, Prefeita de São José, atendendo ao disposto no Estatuto Social,

**RESOLVE:**

1- Apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Plano de Trabalho e a previsão orçamentária da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, para o exercício de 2018, na ordem de R\$ 5.067.192,00 (cinco milhões sessenta e sete mil cento e noventa e dois reais).

2- As Receitas seguem o seguinte desdobramento:

RECEITAS	VALOR EM R\$
Rendimento de Aplicações Financeiras	48.000,00
Contribuições Municipais	4.989.192,00



Convênios	30.000,00
Total	5.067.192,00

3- As das Despesas seguem o seguinte desdobramento:

DESPESAS	VALOR EM R\$
Pessoal	2.324.000,00
Consultorias	36.000,00
Tecnologia	1.225.000,00
Despesas Administrativas	867.192,00
Reserva de Contingência	300.000,00
Imobilizado	315.000,00
Total	5.067.192,00

4- As despesas e investimentos realizados deverão atender os objetivos da entidade e sempre respeitar o equilíbrio financeiro.

5- A Reserva de Contingência deverá atender possíveis passivos contingentes e outras despesas imprevistas.

6- O detalhamento das receitas e despesas é demonstrado no anexo I desta resolução e no Plano de Trabalho 2018.

7- Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018, "ad referendum" da Assembleia Geral.

Florianópolis, SC, 30 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita de São José

Presidente da FECAM

#### ANEXO I

#### Previsão de Receita – dETALHAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	V. MENSAL	V. ANUAL
Aplicação Financeira	4.000,00	48.000,00
Aplicação Financeira	4.000,00	48.000,00
Convênios	2.500,00	30.000,00
IDMS	2.500,00	30.000,00
Contribuições Municipais	415.766,00	4.989.192,00
Abdon Batista	1.383,00	16.596,00
Abelardo Luz	1.659,00	19.908,00
Agrolândia	1.383,00	16.596,00
Agronômica	1.106,00	13.272,00
Água Doce	1.659,00	19.908,00
Águas de Chapecó	1.383,00	16.596,00
Águas Frias	1.383,00	16.596,00
Águas Mornas	1.106,00	13.272,00
Alfredo Wagner	1.383,00	16.596,00
Alto Bela Vista	1.106,00	13.272,00



Anchieta	1.383,00	16.596,00
Angelina	1.106,00	13.272,00
Anita Garibaldi	1.493,00	17.916,00
Anitópolis	995,00	11.940,00
Antônio Carlos	1.493,00	17.916,00
Apiúna	1.659,00	19.908,00
Arabutã	1.493,00	17.916,00
Araquari	2.212,00	26.544,00
Araranguá	1.659,00	19.908,00
Armazém	1.383,00	16.596,00
Arroio Trinta	1.383,00	16.596,00
Arvoredo	1.383,00	16.596,00
Ascurra	1.106,00	13.272,00
Atalanta	1.106,00	13.272,00
Aurora	1.106,00	13.272,00
Balneário Arroio do Silva	995,00	11.940,00
Balneário Barra do Sul	1.106,00	13.272,00
Balneário Camboriú	2.212,00	26.544,00
Balneário Gaivota	995,00	11.940,00
Balneário Piçarras	1.493,00	17.916,00
Bandeirante	1.106,00	13.272,00
Barra Bonita	995,00	11.940,00
Barra Velha	1.493,00	17.916,00
Bela Vista do Toldo	1.383,00	16.596,00
Belmonte	1.106,00	13.272,00
Benedito Novo	1.383,00	16.596,00
Biguaçu	2.212,00	26.544,00
Blumenau	3.871,00	46.452,00
Bom Jardim da Serra	1.383,00	16.596,00
Bom Jesus	1.106,00	13.272,00
Bom Jesus do Oeste	1.106,00	13.272,00
Bom Retiro	1.383,00	16.596,00
Bombinhas	1.383,00	16.596,00
Botuverá	1.383,00	16.596,00
Braço do Norte	1.659,00	19.908,00
Braço do Trombudo	1.383,00	16.596,00
Brunópolis	1.106,00	13.272,00
Brusque	2.765,00	33.180,00
Caçador	2.212,00	26.544,00
Caibi	1.383,00	16.596,00
Calmon	1.106,00	13.272,00
Camboriú	1.493,00	17.916,00



Campo Alegre	1.493,00	17.916,00
Campo Belo do Sul	1.383,00	16.596,00
Campo Erê	1.383,00	16.596,00
Campos Novos	2.212,00	26.544,00
Canelinha	1.106,00	13.272,00
Canoinhas	2.212,00	26.544,00
Capão Alto	1.106,00	13.272,00
Capinzal	1.659,00	19.908,00
Capivari de Baixo	1.659,00	19.908,00
Catanduvas	1.493,00	17.916,00
Caxambu do Sul	1.383,00	16.596,00
Celso Ramos	995,00	11.940,00
Cerro Negro	995,00	11.940,00
Chapadão do Lageado	995,00	11.940,00
Chapecó	3.318,00	39.816,00
Cocal do Sul	1.659,00	19.908,00
Concórdia	2.433,00	29.196,00
Cordilheira Alta	1.493,00	17.916,00
Coronel Freitas	1.493,00	17.916,00
Coronel Martins	995,00	11.940,00
Correia Pinto	1.493,00	17.916,00
Corupá	1.493,00	17.916,00
Cunha Porã	1.493,00	17.916,00
Cunhataí	1.106,00	13.272,00
Curitibanos	1.659,00	19.908,00
Descanso	1.383,00	16.596,00
Dionísio Cerqueira	1.383,00	16.596,00
Dona Emma	1.106,00	13.272,00
Doutor Pedrinho	1.106,00	13.272,00
Entre Rios	1.106,00	13.272,00
Ermo	1.106,00	13.272,00
Erval Velho	1.383,00	16.596,00
Faxinal dos Guedes	1.493,00	17.916,00
Flor do Sertão	1.106,00	13.272,00
Florianópolis	3.318,00	39.816,00
Formosa do Sul	1.106,00	13.272,00
Forquilha	1.659,00	19.908,00
Fraiburgo	1.659,00	19.908,00
Frei Rogério	1.106,00	13.272,00
Galvão	1.106,00	13.272,00
Garopaba	1.383,00	16.596,00
Garuva	1.493,00	17.916,00



Gaspar	2.212,00	26.544,00
Governador Celso Ramos	1.106,00	13.272,00
Grão Pará	1.383,00	16.596,00
Gravatal	1.106,00	13.272,00
Guabiruba	1.493,00	17.916,00
Guaraciaba	1.493,00	17.916,00
Guaramirim	2.212,00	26.544,00
Guarujá do Sul	1.383,00	16.596,00
Guatambu	1.493,00	17.916,00
Herval do Oeste	1.493,00	17.916,00
Ibiam	1.106,00	13.272,00
Ibicaré	1.383,00	16.596,00
Ibirama	1.383,00	16.596,00
Içara	2.212,00	26.544,00
Imaruí	1.106,00	13.272,00
Imbituba	1.659,00	19.908,00
Imbuia	1.383,00	16.596,00
Indaial	2.212,00	26.544,00
Iomerê	1.383,00	16.596,00
Ipira	1.383,00	16.596,00
Iporã do Oeste	1.493,00	17.916,00
Ipuaçu	1.493,00	17.916,00
Ipumirim	1.493,00	17.916,00
Iraceminha	1.383,00	16.596,00
Irani	1.493,00	17.916,00
Irati	995,00	11.940,00
Irineópolis	1.383,00	16.596,00
Itá	1.659,00	19.908,00
Itaiópolis	1.659,00	19.908,00
Itajaí	3.871,00	46.452,00
Itapema	1.493,00	17.916,00
Itapiranga	1.659,00	19.908,00
Itapoá	1.383,00	16.596,00
Ituporanga	1.493,00	17.916,00
Jaborá	1.383,00	16.596,00
Jacinto Machado	1.383,00	16.596,00
Jaguaruna	1.383,00	16.596,00
Jaraguá do Sul	3.318,00	39.816,00
Jardinópolis	1.106,00	13.272,00
Joaçaba	1.659,00	19.908,00
Joinville	3.871,00	46.452,00
José Boiteux	995,00	11.940,00



Jupia	995,00	11.940,00
Lacerdópolis	1.383,00	16.596,00
Lages	2.765,00	33.180,00
Laguna	1.493,00	17.916,00
Lajeado Grande	1.106,00	13.272,00
Laurentino	1.383,00	16.596,00
Lauro Muller	1.493,00	17.916,00
Lebon Régis	1.383,00	16.596,00
Leoberto Leal	995,00	11.940,00
Lindóia do Sul	1.383,00	16.596,00
Lontras	1.383,00	16.596,00
Luiz Alves	1.493,00	17.916,00
Luzerna	1.383,00	16.596,00
Macieira	1.106,00	13.272,00
Mafra	2.212,00	26.544,00
Major Gercino	995,00	11.940,00
Major Vieira	1.383,00	16.596,00
Maracajá	1.383,00	16.596,00
Maravilha	1.659,00	19.908,00
Marema	1.383,00	16.596,00
Massaranduba	1.493,00	17.916,00
Matos Costa	995,00	11.940,00
Meleiro	1.383,00	16.596,00
Mirim Doce	995,00	11.940,00
Modelo	1.383,00	16.596,00
Mondaí	1.493,00	17.916,00
Monte Carlo	1.383,00	16.596,00
Morro da Fumaça	1.493,00	17.916,00
Morro Grande	1.383,00	16.596,00
Nova Erechim	1.383,00	16.596,00
Nova Itaberaba	1.383,00	16.596,00
Nova Trento	1.383,00	16.596,00
Nova Veneza	1.659,00	19.908,00
Novo Horizonte	1.106,00	13.272,00
Orleans	1.659,00	19.908,00
Otacílio Costa	1.659,00	19.908,00
Ouro	1.383,00	16.596,00
Ouro Verde	1.106,00	13.272,00
Paial	995,00	11.940,00
Painel	995,00	11.940,00
Palhoça	2.433,00	29.196,00
Palma Sola	1.383,00	16.596,00



Palmeira	1.106,00	13.272,00
Palmitos	1.493,00	17.916,00
Papanduva	1.493,00	17.916,00
Paraíso	1.106,00	13.272,00
Passo de Torres	995,00	11.940,00
Passos Maia	1.383,00	16.596,00
Paulo Lopes	1.106,00	13.272,00
Pedras Grandes	1.106,00	13.272,00
Penha	1.493,00	17.916,00
Peritiba	1.106,00	13.272,00
Petrolândia	1.383,00	16.596,00
Pinhalzinho	1.659,00	19.908,00
Pinheiro Preto	1.383,00	16.596,00
Piratuba	1.659,00	19.908,00
Planalto Alegre	1.106,00	13.272,00
Pomerode	2.212,00	26.544,00
Ponte Alta	1.106,00	13.272,00
Ponte Alta do Norte	1.106,00	13.272,00
Ponte Serrada	1.383,00	16.596,00
Porto União	1.493,00	17.916,00
Pouso Redondo	1.493,00	17.916,00
Praia Grande	1.106,00	13.272,00
Presidente Castelo Branco	1.106,00	13.272,00
Presidente Getúlio	1.493,00	17.916,00
Presidente Nereu	995,00	11.940,00
Princesa	1.106,00	13.272,00
Quilombo	1.493,00	17.916,00
Rancho Queimado	995,00	11.940,00
Rio das Antas	1.493,00	17.916,00
Rio do Campo	1.383,00	16.596,00
Rio do Oeste	1.383,00	16.596,00
Rio do Sul	2.212,00	26.544,00
Rio dos Cedros	1.383,00	16.596,00
Rio Fortuna	1.383,00	16.596,00
Rio Negrinho	1.659,00	19.908,00
Rio Rufino	995,00	11.940,00
Riqueza	1.106,00	13.272,00
Rodeio	1.383,00	16.596,00
Romelândia	1.106,00	13.272,00
Salete	1.383,00	16.596,00
Saltinho	1.106,00	13.272,00
Salto Veloso	1.383,00	16.596,00



Sangão	1.383,00	16.596,00
Santa Cecília	1.493,00	17.916,00
Santa Helena	1.106,00	13.272,00
Santa Rosa de Lima	995,00	11.940,00
Santa Rosa do Sul	1.106,00	13.272,00
Santa Terezinha	1.383,00	16.596,00
Santa Terezinha do Progresso	995,00	11.940,00
Santiago do Sul	995,00	11.940,00
Santo Amaro da Imperatriz	1.383,00	16.596,00
São Bento do Sul	2.433,00	29.196,00
São Bernardino	1.106,00	13.272,00
São Bonifácio	995,00	11.940,00
São Carlos	1.493,00	17.916,00
São Cristóvão do Sul	1.106,00	13.272,00
São Domingos	1.493,00	17.916,00
São Francisco do Sul	2.433,00	29.196,00
São João Batista	1.493,00	17.916,00
São João do Itaperiu	1.106,00	13.272,00
São João do Oeste	1.493,00	17.916,00
São João do Sul	1.383,00	16.596,00
São Joaquim	1.493,00	17.916,00
São José	3.318,00	39.816,00
São José do Cedro	1.383,00	16.596,00
São José do Cerrito	1.106,00	13.272,00
São Lourenço do Oeste	1.659,00	19.908,00
São Ludgero	1.493,00	17.916,00
São Martinho	995,00	11.940,00
São Miguel da Boa Vista	995,00	11.940,00
São Miguel do Oeste	1.659,00	19.908,00
São Pedro de Alcântara	995,00	11.940,00
Saudades	1.493,00	17.916,00
Schroeder	1.493,00	17.916,00
Seara	1.659,00	19.908,00
Serra Alta	1.106,00	13.272,00
Sombrio	1.493,00	17.916,00
Sul Brasil	1.106,00	13.272,00
Taió	1.493,00	17.916,00
Tangará	1.493,00	17.916,00
Tigrinhos	995,00	11.940,00
Tijucas	2.212,00	26.544,00
Timbé do Sul	1.106,00	13.272,00
Timbó	2.212,00	26.544,00



Timbó Grande	1.383,00	16.596,00
Três Barras	2.212,00	26.544,00
Treze de Maio	1.383,00	16.596,00
Treze Tílias	1.493,00	17.916,00
Trombudo Central	1.383,00	16.596,00
Tubarão	2.212,00	26.544,00
Tunápolis	1.383,00	16.596,00
Turvo	1.493,00	17.916,00
União do Oeste	1.383,00	16.596,00
Urubici	1.383,00	16.596,00
Urupema	995,00	11.940,00
Vargeão	1.383,00	16.596,00
Vargem	1.106,00	13.272,00
Vargem Bonita	1.493,00	17.916,00
Vidal Ramos	1.493,00	17.916,00
Videira	2.212,00	26.544,00
Vitor Meireles	1.106,00	13.272,00
Witmarsum	1.106,00	13.272,00
Xanxerê	2.212,00	26.544,00
Xavantina	1.493,00	17.916,00
Xaxim	1.659,00	19.908,00
Zortéa	1.106,00	13.272,00
TOTAL		5.067.192,00

## Despesas por item

Aqui discriminamos os itens de cada despesa realizada pela FECAM. Salienta-se que esta lista é baseada em despesas de anos anteriores porem não é exaustiva e no decorrer do exercício poderão ocorrer novas despesas não previstas nos itens demonstrados a seguir.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Despesa com Pessoal	2.324.000,00
Folha de Pagamento	1.501.000,00
Encargos Sociais	509.000,00
Benefícios	314.000,00
Despesas Administrativas	867.192,00
Assinaturas e Mensalidades	3.000,00
Combustível	20.000,00
Condomínio	60.000,00
Copa e Cozinha	7.000,00
Correios e Malotes	25.000,00
Despesas Cartorárias	1.192,00
Diárias	113.000,00
Energia Elétrica	18.000,00
Frete, Transportes e Encomendas	2.000,00



Honorários Contábeis	30.000,00
Limpeza e Higiene	7.000,00
Locação de Equipamentos	35.000,00
Locomoção e Pedágios	17.000,00
Manutenção de Equipamentos	35.000,00
Manutenção de Imóveis	15.000,00
Manutenção de Veículos	10.000,00
Material de Expediente	15.000,00
Material de Informática	5.000,00
Outras Despesas	52.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	110.000,00
Publicidade Institucional	150.000,00
Reuniões e Eventos	45.000,00
Seguros de Veículos	10.000,00
Serviços Gráficos	40.000,00
Tarifas Bancárias	17.000,00
Telefonia Celular	15.000,00
Telefonia Fixa	10.000,00
Despesa com Consultorias	36.000,00
Consultoria Contábil	36.000,00
Serviços de Tecnologia	1.225.000,00
Evolução e Desenvolvimento de Sistemas	400.000,00
Locação de Servidor Data Center	300.000,00
Manutenção de Sistemas	400.000,00
Serviço de Internet	25.000,00
SISRURAL	100.000,00
Imobilizado	315.000,00
Equipamento de Informática	115.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	100.000,00
Mobiliário Geral	100.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL	5.067.192,00

## Despesas por Centro de Custos

Os centros de custos discriminam os gastos administrativos, operacionais e de pessoal para a manutenção dos departamentos técnicos da entidade.

ASSESSORIA JURÍDICA	
Objetivo	
A assessoria jurídica da FECAM tem como objetivo elaborar estudos técnicos sobre temas complexos e especializados ligados à gestão municipal e fornece minutas de Leis e Regulamentos aos Municípios. Cabe também ao setor analisar projetos de lei, emitir pareceres, comunicados e consultas jurídicas a fim de orientar os municípios.	
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	227.000,00



Folha de Pagamento	143.000,00
Encargos Sociais	49.500,00
Benefícios	34.500,00
Despesas Administrativas	31.000,00
Diárias	10.000,00
Energia Elétrica	2.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	2.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	10.000,00
Reuniões e Eventos	5.000,00
Imobilizado	20.000,00
Equipamento de Informática	10.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>278.000,00</b>

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO****Objetivo**

A assessoria de comunicação da entidade tem como objetivo orientar o relacionamento do Movimento Municipalista com os veículos de comunicação e produzir informação jornalística de interesse municipalista para a atualização do site da entidade, envio para a imprensa e para o conhecimento dos gestores municipais. Além disso, atua no auxílio dos Municípios para a qualificação da comunicação com a sociedade, bem como na produção de materiais gráficos e conteúdo para cartilhas, folders e outros para levar informação aos gestores públicos e sociedade

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	225.500,00
Folha de Pagamento	142.000,00
Encargos Sociais	49.000,00
Benefícios	34.500,00
Despesas Administrativas	208.000,00
Assinaturas e Mensalidades	2.000,00
Diárias	15.000,00
Energia Elétrica	2.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	2.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	10.000,00
Publicidade Institucional	150.000,00
Reuniões e Eventos	5.000,00
Serviços Gráficos	20.000,00
Imobilizado	20.000,00
Equipamento Informática	10.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>453.500,00</b>

**ASSESSORIA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS**



Objetivo	
<p>Apoia os Municípios no planejamento, controle e execução dos processos de captação de recursos e gestão de convênios municipais possibilitando a otimização das oportunidades de acesso a um maior volume de recursos para investimentos no desenvolvimento dos municípios catarinenses. A área oferece também suporte para a qualificação técnica de gestores de convênios que atuam nas políticas públicas financiadas com recursos de transferências voluntárias das esferas de Governo Estadual, Federal e entidades da iniciativa privada. Busca ainda ampliar a formalização e o fortalecimento de parcerias com órgãos federais e estaduais, estratégicos no processo das transferências voluntária de recursos.</p>	

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	123.500,00
Folha de Pagamento	74.500,00
Encargos Sociais	26.000,00
Benefícios	23.000,00
Despesas Administrativas	26.000,00
Diárias	10.000,00
Energia Elétrica	2.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	2.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	5.000,00
Reuniões e Eventos	5.000,00
Imobilizado	20.000,00
Equipamento Informática	10.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>169.500,00</b>

#### POLITICAS PÚBLICAS

Objetivo	
<p>A área de políticas públicas, auxilia os Colegiados Regionais das Associações de Municípios e os Municípios na consolidação e implementação das políticas públicas - saúde, educação, assistência social, turismo, cultura, buscando respostas as demandas cotidianas dos Municípios, em prol da qualidade dos serviços prestados à população.</p>	

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	450.000,00
Folha de Pagamento	291.000,00
Encargos Sociais	103.500,00
Benefícios	55.500,00
Despesas Administrativas	31.000,00
Diárias	10.000,00
Energia Elétrica	2.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	2.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	10.000,00
Reuniões e Eventos	5.000,00
Imobilizado	25.000,00
Equipamento Informática	15.000,00



Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>506.000,00</b>

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL****Objetivo**

A área atua na elaboração de diagnósticos regionais e dos municípios com base em indicadores e informações. Também disponibiliza ferramentas tecnológicas para o apoio a gestão e avaliação de políticas públicas em prol do desenvolvimento regional, bem como coordena a Rede do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável - SIDEMS, um fórum técnico de aconselhamento e definição de estratégias e diretrizes de desenvolvimento sustentável dos municípios e regiões catarinenses, com a participação de instituições de públicas e privadas. Essa iniciativa busca fomentar a efetivação de Redes Regionais de Desenvolvimento como alternativa para o desenvolvimento equilibrado das regiões catarinenses.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
<b>Despesa com Pessoal</b>	<b>282.000,00</b>
Folha de Pagamento	195.000,00
Encargos Sociais	63.000,00
Benefícios	24.000,00
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>30.500,00</b>
Diárias	10.000,00
Energia Elétrica	2.000,00
Locomoção e Pedágios	1.500,00
Outras Despesas	2.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	10.000,00
Reuniões e Eventos	5.000,00
<b>Imobilizado</b>	<b>20.000,00</b>
Equipamento Informática	10.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>332.500,00</b>

**ASSESSORIA DE ARTICULAÇÃO****Objetivo**

A área auxilia na representatividade e da defesa dos interesses do Movimento Municipalista catarinense por meio da realização de mobilizações, elaboração de pauta de reivindicações e articula e pleiteia ações com diversas esferas e instituições em nível nacional e estadual em prol mudanças que promovam eficácia para as administrações municipais.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
<b>Despesa com Pessoal</b>	<b>229.000,00</b>
Folha de Pagamento	144.500,00
Encargos Sociais	50.000,00
Benefícios	34.500,00
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>26.500,00</b>
Diárias	10.000,00
Locomoção e Pedágios	1.500,00
Outras Despesas	2.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	10.000,00
Reuniões e Eventos	3.000,00



Imobilizado	25.000,00
Equipamento Informática	15.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>280.500,00</b>

**CONSELHO EXECUTIVO****Objetivo**

É o conselho responsável pela articulação, representação política e institucional e projetos estratégicos da Federação perante o ente Federal e Estadual.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesas Administrativas	63.000,00
Diárias	20.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	10.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	25.000,00
Reuniões e Eventos	6.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>63.000,00</b>

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****Objetivo**

A área de Tecnologia da Informação tem como objetivo disponibilizar produtos e serviços em tecnologia aos administradores municipais visando a otimização na tomada de decisões e o acesso dos cidadãos às informações e agendas dos Municípios efetivando e estimulando a transparência da gestão pública municipal. As principais ferramentas tecnológicas são:

- Portal da FECAM;
- Portal das Associações de Municípios;
- Portais Municipais;
- Portais Municipais de Turismo;
- Guia Turístico dos Municípios de Santa Catarina (GuiaSC);
- Portal da Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Consultor on-line;
- Portal das Transferências Constitucionais;
- Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS);
- Sistema para emissão da nota do produtor rural (SISRuralWeb) e
- Guia dos Municípios Catarinenses

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	279.500,00
Folha de Pagamento	188.000,00
Encargos Sociais	56.500,00
Benefícios	35.000,00
Despesas Administrativas	34.000,00
Diárias	10.000,00
Energia Elétrica	4.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	5.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	10.000,00
Reuniões e Eventos	3.000,00



Serviços de Tecnologia	1.225.000,00
Evolução e Desenvolvimento de Sistemas	400.000,00
Locação de Servidor Data Center	300.000,00
Manutenção de Sistemas	400.000,00
Serviço de Internet	25.000,00
SISRURAL	100.000,00
Imobilizado	25.000,00
Equipamento de Informática	15.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.563.500,00</b>

## DIRETORIA EXECUTIVA

## Objetivo

Promover a execução de todas as atividades da entidade estabelecidos em seu plano de trabalho assim como executar todos os atos administrativos que envolvam a instituição.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	316.000,00
Folha de Pagamento	218.000,00
Encargos Sociais	75.000,00
Benefícios	23.000,00
Despesas Administrativas	45.000,00
Diárias	15.000,00
Locomoção e Pedágios	2.000,00
Outras Despesas	5.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	20.000,00
Reuniões e Eventos	3.000,00
Consultoria	36.000,00
Consultoria Contábil	36.000,00
Imobilizado	20.000,00
Equipamento Informática	10.000,00
Maquinas Instalações e Utensílios	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>417.000,00</b>

## MANUTENÇÃO DA ENTIDADE

## OBJETIVO

Dar suporte ao funcionamento de todas as áreas técnicas da FECAM, a diretoria Executiva e aos conselhos

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Despesa com Pessoal	191.500,00
Folha de Pagamento	105.000,00
Encargos Sociais	36.500,00



	Benefícios	50.000,00
Despesas Administrativas		372.192,00
	Assinaturas e Mensalidades	1.000,00
	Combustível	20.000,00
	Condomínio	60.000,00
	Copa e Cozinha	7.000,00
	Correios e Malotes	25.000,00
	Despesas Cartorárias	1.192,00
	Diárias	3.000,00
	Energia Elétrica	4.000,00
	Fretes, Transportes e Encomendas	2.000,00
	Honorários Contábeis	30.000,00
	Limpeza e Higiene	7.000,00
	Locação de Equipamentos	35.000,00
	Manutenção de Equipamentos	35.000,00
	Manutenção de Imóveis	15.000,00
	Manutenção de Veículos	10.000,00
	Material de Expediente	15.000,00
	Material de Informática	5.000,00
	Outras Despesas	20.000,00
	Reuniões e Eventos	5.000,00
	Seguros de Veículos	10.000,00
	Serviços Gráficos	20.000,00
	Tarifas Bancárias	17.000,00
	Telefonia Celular	15.000,00
	Telefonia Fixa	10.000,00
Imobilizado		140.000,00
	Equipamento Informática	20.000,00
	Maquinas Instalações e Utensílios	20.000,00
	Mobiliário Geral	100.000,00
TOTAL		703.692,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
Objetivo		
Contingenciamento de recursos para possíveis despesas imprevistas		
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS		VALOR
Reserva de Contingência		300.000,00
	Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL		300.000,00



# Consórcios

## CIGA

### Extrato de Contrato n. 38 - Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima

Publicação Nº 1493530

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima

CNPJ: 82.926.593/0001-86

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato de Contrato n. 39 - Prefeitura Municipal de Monte Castelo

Publicação Nº 1493525

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Monte Castelo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Castelo

CNPJ: 83.102.525/0001-65

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA



**Extrato de Contrato n. 578 - Prefeitura Municipal de Itapema**

Publicação Nº 1493541

EXTRATO DE CONTRATO Nº 578/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Itapema  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itapema  
CNPJ: 82.572.207/0001-03  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 579 - Câmara Municipal de Capinzal**

Publicação Nº 1493534

EXTRATO DE CONTRATO Nº 579/2018  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Capinzal  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Capinzal  
CNPJ: 78.476.447/0001-29  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3Âº termo aditivo ao contrato 03/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**CIMVI****CONTRATO Nº 2017/041 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 1493144

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/041

Considerando-se:

- o resultado do Processo Licitatório nº 021/2017, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 2017/041;
- a proximidade do encerramento do exercício financeiros e a programação de férias ou suspensão das atividades nas Administrações Públicas Municipais da Comarca de Timbó/SC;
- a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade da empresa CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2018 para esta finalidade e a previsão de alteração, prorrogação e/ou renovação do



Contrato, conforme sua Cláusula Terceira e artigos 57, II, 58, I, e 65, I, "a" e "b", e II, "b", da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DA REDEH DE BENEFICIENCIA CRISTÃ DE TAIÓ, associação privada, inscrita no CNPJ nº 86.324.860/0001-04, com sede na rua 04 de Outubro, nº. 115, bairro Centro, cidade de Taió – SC, representada por Rogério de Abreu, portador(a) no CPF nº 800.160.149-87, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2017/041, firmado em 06/12/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

1.1 – O prazo para início da prestação dos serviços fica postergado para 08 de janeiro de 2018.

1.2 - O Contrato Administrativo nº 2017/041, firmado em 06/12/2017, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2018.

1.3 - O prazo de vigência e de execução de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 2017/041, firmado em 06/12/2017, fica alterado por este instrumento, prorrogando-se até 31/12/2018, mantido a possibilidade de novas alterações, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo.

1.4 – O valor da prestação de serviços de que trata o item 1.1 da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 2017/041, firmado em 06/12/2017, fica mantido nos mesmos moldes para o exercício de 2018, observando-se quanto ao subitem 04 (Alimentação, vestuário e materiais diversos) o novo escalonamento dos valores devidos, conforme o número de atendimentos de crianças e/ou adolescentes durante o mês, na forma que segue:

Subitem	Discriminação	Valor Mensal (R\$)			
		De 00 a 05 atendimentos	De 06 a 10 atendimentos	De 11 a 15 atendimentos	De 16 a 20 atendimentos
01	Pessoal Técnico p/ atendimento (Coordenação, Assistente Social, Psicólogo e Cozinheiro/Merendeiro)	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
02	Pessoal Operacional p/ atendimento (Cuidador e Auxiliar)	22.400,00	22.400,00	44.800,00	44.800,00
03	Manutenção geral de espaço físico (energia, combustível, limpeza, telefone, consertos, etc.)	26.000,00	26.000,00	26.000,00	26.000,00
04	Alimentação, vestuário e materiais diversos	9.000,00	18.000,00	27.000,00	36.000,00
Total		87.400,00	96.400,00	127.800,00	136.800,00

Obs.: A partir da necessidade de implantação da equipe completa, o valor será adimplido na integralidade do contrato (20 atendimentos), observada a exceção acima relativamente ao subitem 04.

1.5 - O valor global deste instrumento, para o exercício de 2018, é de R\$ 1.028.406,67 (um milhão, vinte e oito mil quatrocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).

1.6 - As despesas provenientes deste instrumento correrão à conta do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE, conforme a seguinte dotação:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.008	Assistência Social
0008.0243.0010.2005	Manutenção do Abrigo Institucional
33900000	Aplicações Diretas
1000718	Rec. Ordinários 2018 - CIMVI Acolhimento Institucional

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas e condições do contrato primitivo ficam mantidas e ratificadas.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam a presente alteração, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 08 de dezembro de 2017.



**CONTRATANTE**

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI  
Paulo Roberto Weiss – Presidente

**CONTRATADA**

Associação da Redeh Beneficiência Cristã de Taió  
Rogério de Abreu - Representante Legal

**Testemunhas:**

Fernando Tomaselli Patricia Barbaresco  
CPF nº 016.637.969-71 CPF nº 095.555.009-24

☐ Exame e aprovação da minuta deste Termo pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

Luiz Cláudio Kades  
Advogado - OAB/SC 17.692

---

**CIS/AMARP**

---

**PORTARIA 09/2017**

Publicação Nº 1493524

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. <a href="http://www.amarp.org.br">http://www.amarp.org.br</a> <a href="mailto:cis@amar.org.br">cis@amar.org.br</a>
--	---

**Portaria nº 09/2017**

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso I e VIII, art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica homologada a dispensa de licitação nº 03/2017, e por conseguinte, adjudica o objeto a seguinte empresa:

NOME	PRIMESYS SOLUÇÕES EMPRESARIAIS S/A,
ENDEREÇO	Rua dos Ingleses, 600, 5º andar, cidade e Estado de São Paulo
CNPJ	59.335.976/0001-68

**Objeto:**

Contratação de empresa para fornecer servidor de banco de dados, para hospedagem de programa de informática e para backups de dados diversos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 22 de dezembro de 2017.  
LUCIANO PAGANINI  
Presidente do CISAMARP



**CIS/AMOSC****CONTRATOS MANUTENÇÃO CIS-AMOSC 2018**

Publicação Nº 1493613

**CONTRATOS MANUTENCAO CIS-AMOSC 2018****CONTRATO DE RATEIO Nº41/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 15.999,96**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº42/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 18.823,56**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº43/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ARVOREDO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 15.999,96**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº44/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 17.882,40**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº45/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CHAPECO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 28.235,28**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº46/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 22.588,20**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº47/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.**VALOR:** R\$ 17.882,40



VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº48/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº49/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUATAMBU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº50/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRATI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº51/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JARDINOPOLIS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº52/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHALZINHO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 24.470,64

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº53/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº55/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº56/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes



despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº57/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 22.588,20

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº58/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 14.117,64

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº59/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº60/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SUL BRASIL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº62/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº63/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARABUTA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº64/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRANI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 22.588,20

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº65/2017



CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUMIRIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 18.823,56

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº66/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 18.823,56

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº69/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SEARA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 24.470,64

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº70/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAVANTINA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº71/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 24.470,64

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº73/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº74/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 22.588,20

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº75/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUACU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 18.823,56



VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº76/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 14.117,64

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº77/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº78/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº79/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº80/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 22.588,20

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº81/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VARGEAO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 17.882,40

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº82/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 20.705,88

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº83/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes



despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 26.352,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº84/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XANXERE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 28.235,28

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº85/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 20.705,88

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº86/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº87/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GALVAO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº88/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº89/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUPIA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº91/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO LOURENCO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 26.352,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº01/2018



CONTRATANTE: MUNICIPIO DE UNIAO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº05/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUILOMBO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 22.588,20

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº07/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PERITIBA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº09/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente contrato de rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas com investimentos.

VALOR: R\$ 15.999,96

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATOS SERVIÇOS CIS-AMOSC 2018

CONTRATO DE RATEIO Nº92/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 360.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº93/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 250.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº94/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARVOREDO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 190.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº95/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 470.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018



**CONTRATO DE RATEIO Nº96/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CHAPECÓ**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 1.470.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº97/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 670.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº98/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 400.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº99/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 430.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº100/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE GUATAMBU**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 570.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº101/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE IRATI**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 225.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº102/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE JARDINOPOLIS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 195.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº103/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE PINHALZINHO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 535.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº104/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.



VALOR: R\$ 295.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº106/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 433.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº107/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 376.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº108/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO CARLOS  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 415.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº109/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 325.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº110/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 310.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº111/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SUL BRASIL  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 200.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº113/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALTO BELA VISTA  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 19.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº114/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ARABUTA  
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.  
VALOR: R\$ 22.000,00  
VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº115/2017  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRANI



**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 123.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº116/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE IPUMIRIM

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 50.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº117/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ITA

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 172.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº120/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE SEARA

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 81.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº121/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE XAVANTINA

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 39.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº122/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ABELARDO LUZ

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 300.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº124/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 145.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº125/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 700.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº126/2017**

**CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE IPUACU

**CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**

**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

**VALOR:** R\$ 420.000,00

**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018



**CONTRATO DE RATEIO Nº127/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 150.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº128/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE MAREMA**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 93.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº129/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE OURO VERDE**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 220.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº130/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE PASSOS MAIA**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 158.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº131/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE PONTE SERRADA**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 380.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº132/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE VARGEAO**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 210.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº133/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 503.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº134/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE XAXIM**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos munícipes do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.**VALOR:** R\$ 670.000,00**VIGENCIA:** 02/01/2018 a 31/12/2018**CONTRATO DE RATEIO Nº135/2017****CONTRATANTE:** MUNICIPIO DE XANXERE**CONTRATADO:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA**OBJETO:** O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta



complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 840.900,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº136/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 33.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº137/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 137.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº138/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GALVAO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 143.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº139/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 200.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº140/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUPIA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 45.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº142/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 250.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº02/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE UNIAO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 155.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

CONTRATO DE RATEIO Nº04/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 240.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018



**CONTRATO DE RATEIO Nº06/2018**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUILOMBO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 590.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº08/2018**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PERITIBA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 18.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

**CONTRATO DE RATEIO Nº10/2018**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO BERNARDINO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: O presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 105.000,00

VIGENCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 01/2018**

Publicação Nº 1493708

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 01/2018**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av.São Luiz, 531 - Centro , representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). CELSO MATIELLO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 422.972.909-00, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

CELSO MATIELLO

Prefeito do Município de UNIÃO DO OESTE/SC



**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 06/2018**

Publicação Nº 1493699

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 06/2018**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 105/2017, com sede na Rua Duque de Caxias, 165 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a) SILVANO DE PARIZ, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 579.998.729-20, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 14.635,27
- b) 3.3.71 – R\$ 4.423,00
- c) 4.4.71 – R\$ 3.529,93

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

SILVANO DE PARIZ

Prefeito do Município de QUILOMBO/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 41/2017**

Publicação Nº 1493664

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 41/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.180/0001-02, com sede na Rua 7 de Setembro, 512- Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr (a). RICARDO ROLIM DE MOURA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 526.680.889-68, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito do Município de ÁGUAS FRIAS/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 42/2017**

Publicação Nº 1493663

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 42/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECO, inscrito no CNPJ sob o nº 82.804.212/0001-96, com sede na Rua Porto união, 968 Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr (a). LEONIR ANTÔNIO HENTGES, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 756.568.339-68, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 12.196,10
- b) 3.3.71 – R\$ 3.685,84
- c) 4.4.71 – R\$ 2.941,62

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito do Município de ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 43/2017**

Publicação Nº 1493667

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 43/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ARVOREDO/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ARVOREDO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.247/0001-00, com sede na Rua do Comércio, 183 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). JANETE PARAVISI BIANCHIN, brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 798.515.849-91, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

JANETE PARAVISI BIANCHIN

Prefeito do Município de ARVOREDO/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 44/2017**

Publicação Nº 1493670

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 44/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/ SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede na Rua Índio Condá, 55 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). GLAUBER BURTET, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 039.072.199-96, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

GLAUBER BURTET

Prefeito do Município de CAXAMBU DO SUL/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 45/2017**

Publicação Nº 1493671

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 45/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC.



O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.636.475/0001-08, com sede na Rua Mal. Floriano Peixoto, 700 L - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). LUCIANO JOSÉ BULIGON, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 18.294,11
- b) 3.3.71 – R\$ 5.528,75
- c) 4.4.71 – R\$ 4.412,42

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito do Município de CHAPECÓ/SC

### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 46/2017

Publicação Nº 1493673

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 46/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.824/0001-75, com sede na Av. Santa Catarina, 1022 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). IZEU JONAS TOZETTO, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 14.635,27
- b) 3.3.71 – R\$ 4.423,00
- c) 4.4.71 – R\$ 3.529,93

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

IZEU JONAS TOZETTO

Prefeito do Município de CORONEL FREITAS/SC



**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 48/2017**

Publicação Nº 1493677

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 48/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.424/0001-09, com sede na Rua Antônio Cella, 173 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr (a). RUDIMAR CONTE, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 533.519.839-72, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

RUDIMAR CONTE

Prefeito do Município de FORMOSA DO SUL/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 50/2017**

Publicação Nº 1493683

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 50/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE IRATI/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE IRATI/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.230/0001-51, com sede na Rua Rio Branco, 192 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). NEURI MEURER, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 460.339.639-20, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

NEURI MEURER

Prefeito do Município de IRATI/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 51/2017**

Publicação Nº 1493685

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 51/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.457/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 815 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). DORILDO PEGORINI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 833.850.379-72, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

DORILDO PEGORINI

Prefeito do Município de JARDINÓPOLIS/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 52/2017**

Publicação Nº 1493696

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 52/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.857/0001-15, com sede na Av. São Paulo, 1615 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). MARIO AFONSO WOITEXEM, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 449.194.929-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 15.854,94
- b) 3.3.71 – R\$ 4.791,59
- c) 4.4.71 – R\$ 3.824,11

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito do Município de PINHALZINHO/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 53/2017**

Publicação Nº 1493697

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 53/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.255/0001-55, com sede na Av. Julio Chiarello, 357 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). JUARES BET, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 573.717.929-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

JUARES BET

Prefeito do Município de PLANALTO ALEGRE/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 55/2017**

Publicação Nº 1493689

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 55/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/ SC.



O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.840/0001-68, com sede na Av. Francisco Fernandino Losina, 139 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). NÉDIO ANTÔNIO CASSOL, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 295.231.099-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito do Município de NOVA ERECHIM/SC

### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 56/2017

Publicação Nº 1493690

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 56/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA/ SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.131/0001-70, com sede na Rua José Maroco, 1525 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). MARCIANO MAURO PAGLIARINI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 021.563.329-67, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC



MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito do Município de NOVA ITABERABA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 57/2017**

Publicação Nº 1493702

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 57/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). RUDI MIGUEL SANDER, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 868.119.249-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 14.635,27
- b) 3.3.71 – R\$ 4.423,00
- c) 4.4.71 – R\$ 3.529,93

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil  
Presidente do CIS-AMOSC

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito do Município de SÃO CARLOS/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 58/2017**

Publicação Nº 1493700

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 58/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, com sede na Rua Angelo Toazza, 600 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). JÚLCIMAR ANTÔNIO LORENZETTI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 950.918.909-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 9.147,06
- b) 3.3.71 – R\$ 2.764,37
- c) 4.4.71 – R\$ 2.206,21



**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

JULCIMAR ANTÔNIO LORENZETTI

Prefeito do Município de SANTIAGO DO SUL/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 59/2017**

Publicação Nº 1493706

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 59/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede na Av. Dom Pedro II, 830 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). DARCI CERIZOLLI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 430.332.889-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

DARCI CERIZOLLI

Prefeito do Município de SERRA ALTA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 60/2017**

Publicação Nº 1493707

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 60/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.107/0001-30, com sede na Rua Dr. José Leal Filho, 589 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). EDER IVAN MARMITT, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 028.804.959-46, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento



conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

EDER IVAN MARMITT

Prefeito do Município de SUL BRASIL/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 62/2017**

Publicação Nº 1493665

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 62/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.374/0001-60, com sede na Rua do Comércio, 1015 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). CATIA TESSMANN REICHERT, brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 017.160.299-45, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita do Município de ALTO BELA VISTA/SC



**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 63/2017**

Publicação Nº 1493666

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 63/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ARABUTÁ/ SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÁ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, com sede na Rua Lauro Muller, 210 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). LEANI KAPP SCHIMITT, brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 492.348.549-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

LEANI KAPP SCHIMITT

Prefeita do Município de ARABUTÁ/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 64/2017**

Publicação Nº 1493682

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 64/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE IRANI/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE IRANI/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.455/0001-31, com sede na Rua Elirio de Gregori, 67 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). SIVIO ANTÔNIO LEMOS DAS NEVES, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 665.448.239-53, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 14.635,27
- b) 3.3.71 – R\$ 4.423,00
- c) 4.4.71 – R\$ 3.529,93

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil  
Presidente do CIS-AMOSC

SIVIO ANTÔNIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito do Município de IRANI/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 65/2017**

Publicação Nº 1493681

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 65/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.814.575/0001-02, com sede na Rua Dom Pedro II, 230 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). VOLNEI ANTÔNIO SCHIMIDT, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 607.586.609-44, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 – R\$ 12.196,10
- b) 3.3.71 – R\$ 3.685,84
- c) 4.4.71 – R\$ 2.941,62

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil  
Presidente do CIS-AMOSC

VOLNEI ANTÔNIO SCHIMIDT  
Prefeito do Município de IPUMIRIM/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 66/2017**

Publicação Nº 1493684

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 66/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ITA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ITÁ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede na Rua Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). JAIRO LUIZ SARTORETTO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 185.652.199-20, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**



4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 12.196,10
- b) 3.3.71 - R\$ 3.685,84
- c) 4.4.71 - R\$ 2.941,62

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito do Município de ITÁ/SC

### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 67/2017

Publicação Nº 1493693

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 67/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE PAIAL/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE PAIAL/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.376/0001/59, com sede na Av. Goiás, 400 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). NEVIO ANTÔNIO MORTARI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 310.840.959-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 - R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 - R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

NEVIO ANTÔNIO MORTARI

Prefeito do Município de PAIAL/SC

### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 68/2017

Publicação Nº 1493695

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 68/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48,



doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.815.085/0001-20, com sede na Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). NEUSA KLEIN MARASCHINI, brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 825.056.329-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64

b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95

c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita do Município de PERITIBA/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 69/2017**

Publicação Nº 1493705

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 69/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SEARA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SEARA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.505/0001-13, com sede na Av. Anita Garibaldi, 371 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). EDEMILSON CANELE, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 369.691.099-68, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

a) 3.1.71 - R\$ 15.854,94

b) 3.3.71 – R\$ 4.791,59

c) 4.4.71 – R\$ 3.824,11

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

EDEMILSON CANELE

Prefeito do Município de SEARA/SC



**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 70 /2017**

Publicação Nº 1493711

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 70 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). ENOIR FAZOLO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 518.220.759-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

ENOIR FAZOLO

Prefeito do Município de XAVANTINA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 71/2017**

Publicação Nº 1493662

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 71/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.000.886/0001-61, com sede na Av. Padre João Smed, 160 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). WILAMIR D. CAVASSINI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 422.859.689-49, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 15.854,94
- b) 3.3.71 – R\$ 4.791,59
- c) 4.4.71 – R\$ 3.824,11

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.



E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

WILAMIR D. CAVASSINI

Prefeito do Município de ABELARDO LUZ/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 73/2017**

Publicação Nº 1493675

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 73/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.698/0001-69, com sede na Rua Perjentino Alberice, 150 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). JURANDIR DEL OSBEL, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 194.821.759-72, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64

b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95

c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

JURANDIR DEL OSBEL

Prefeito do Município de ENTRE RIOS/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 74/2017**

Publicação Nº 1493676

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 74/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.910/0001-62, com sede na Av. Rio Grande do Sul, 50 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 251.194.519-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**



1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 14.635,27
- b) 3.3.71 – R\$ 4.423,00
- c) 4.4.71 – R\$ 3.529,93

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI

Prefeito do Município de FAXINAL DOS GUEDES/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 75/2017**

Publicação Nº 1493680

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 75/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE IPUACU/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.028/0001-83, com sede na Rua Zanella, 818 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). CLORI PEROZA, brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 722.175.709-78, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 12.196,10
- b) 3.3.71 – R\$ 3.685,84
- c) 4.4.71 – R\$ 2.941,62

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

CLORI PEROZA

Prefeita do Município de IPUAÇU/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 76/2017**

Publicação Nº 1493687

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 76/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC.



O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.077/0001-16, com sede na Rua Vitória, 503 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). NOELI JOSÉ DAL MAGRO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 251.146.089-72, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 9.147,06
- b) 3.3.71 – R\$ 2.764,37
- c) 4.4.71 – R\$ 2.206,21

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito do Município de LAJEADO GRANDE/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 77/2017**

Publicação Nº 1493688

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 77/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE MAREMA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE MAREMA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.900.561/0001-63, com sede na Rua Voluntários da Pátria, 177 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ADILSON BARELLA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 773.907.339-34, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC



ADILSON BARELLA  
Prefeito do Município de MAREMA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 78/2017**

Publicação Nº 1493692

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 78/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE OURO VERDE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE OURO VERDE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.813.031/0001-72, com sede na Rua João Maria Conrado, 425 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). AMÉLIO REMOR JUNIOR, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 043.920.479-89, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil  
Presidente do CIS-AMOSC

AMÉLIO REMOR JUNIOR  
Prefeito do Município de OURO VERDE/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 79/2017**

Publicação Nº 1493694

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 79/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.085/0001-62, com sede na Rua Padre João Botero, s/n - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). LEOMAR ROBERTO LISTONI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 639.458.199-20, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54



**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito do Município de PASSOS MAIA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 80/2017**

Publicação Nº 1493698

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 80/2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ALCEU ALBERTO WRUBEL, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 469.966.309-59, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 14.635,27
- b) 3.3.71 – R\$ 4.423,00
- c) 4.4.71 – R\$ 3.529,93

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito do Município de PONTE SERRADA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 82 /2017**

Publicação Nº 1493703

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 82 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.894/0001-08, com sede na Rua Getulio Vargas, 50 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ELIEZE COMACHIO,



brasileira, maior, portadora do CPF sob o nº 824.323.259-15, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 13.415,69
- b) 3.3.71 – R\$ 4.054,42
- c) 4.4.71 – R\$ 3.235,78

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

ELIEZE COMACHIO

Prefeito do Município de SÃO DOMINGOS/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 83 /2017**

Publicação Nº 1493712

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 83 /2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE XAXIM/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE XAXIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.854.670/0001-30, com sede na Rua Rui Barbosa, 347 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). LIRIO DAGORT, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 194.872.669-68, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 17.074,52
- b) 3.3.71 – R\$ 5.160,17
- c) 4.4.71 – R\$ 4.118,27

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

LIRIO DAGORT

Prefeito do Município de XAXIM/SC



**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 84 /2017**

Publicação Nº 1493710

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 84 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE XANXERE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE XANXERÊ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.860/0001-13, com sede na Rua José Miranda Ramos, 445 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). AVELINO MENEGOLLA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 145.268.160-00, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 18.294,11
- b) 3.3.71 – R\$ 5.528,75
- c) 4.4.71 – R\$ 4.412,42

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito do Município de XANXERÊ/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 85 /2017**

Publicação Nº 1493669

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 85 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CAMPO ERE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, 736 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 546.727.169-53, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 13.415,69
- b) 3.3.71 – R\$ 4.054,42
- c) 4.4.71 – R\$ 3.235,78

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito do Município de CAMPO ERÊ/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 86/2017**

Publicação Nº 1493674

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 86/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.993.093/0001-09, com sede na Rua Clevelândia, 487 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ADEMIR MADELA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 400.580.859-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

ADEMIR MADELA

Prefeito do Município de CORONEL MARTINS/SC

## **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 87/2017**

Publicação Nº 1493678

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 87/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.224.030/0001-06, com sede na Rua Anita Garibaldi, 870 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ADMIR EDI DALLA CORT, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 585.389.929-53, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito do Município de GALVÃO/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 88/2017**

Publicação Nº 1493691

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 88/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.115/0001-87, com sede na Rod.SC 468 KM 3, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). VANDERLEI SANAGIOTTO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 757.613.479-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito do Município de NOVO HORIZONTE/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 89/2017**

Publicação Nº 1493686

TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 89/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE JUPIÁ/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no



CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE JUPIÁ/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.593.132/0001-37, com sede na Av. Tupinambá, 1714 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 508.670.329-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito do Município de JUPIÁ/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 90/2017**

Publicação Nº 1493701

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 90/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.812/0001-50, com sede na Rua José Scheid, S/N - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC



ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito do Município de SÃO BERNARDINO/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 91 /2017**

Publicação Nº 1493704

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº 91 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, 789 - Centro, representado pelo seu Prefeito (a) Municipal, Sr(a). RAFAEL CALEFFI, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 026.437.969-18, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 17.074,52
- b) 3.3.71 – R\$ 5.160,17
- c) 4.4.71 – R\$ 4.118,27

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito de Sul Brasil  
Presidente do CIS-AMOSC

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito do Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº03/2018**

Publicação Nº 1493668

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº03/2018**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSORCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE BOM JESUS/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.886/0001-61, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, 435 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). RAFAEL CALZA, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 052.915.469-21, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
- b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
- c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37



**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

RAFAEL CALZA

Prefeito do Município de BOM JESUS/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº47 /2017**

Publicação Nº 1493672

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº47 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.198/0001-04, com sede na Rua Celso Tozzo, 27 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). CARLOS ALBERTO TOZZO, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 515.987.529-87, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito do Município de CORDILHEIRA ALTA/SC

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº49 /2017**

Publicação Nº 1493679

**TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº49 /2017**

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE GUATAMBU/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE GUATAMBU/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.206/0001-12, com sede na Rua Índio Condá, 55 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). LUIZ CLÓVIS DAL PIVA,



brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 543.458.399-04, doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito do Município de GUATAMBU/SC

### **TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº81/2017**

Publicação Nº 1493709

#### TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO DE RATEIO PRINCIPAL Nº81/2017

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO, RELATIVAMENTE AO EXERCÍCIO DE 2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC E O MUNICÍPIO DE VARGEAO/SC.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 571-S, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, portador do CPF sob o nº 028.804.959-48, doravante denominado CONSÓRCIO e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE VARGEÃO/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.928/0001-64, com sede na Rua Sete de Setembro, 477 - Centro, representado pelo seu Prefeito(a) Municipal, Sr(a). VOLMIR FELIPE, brasileiro, maior, portador do CPF sob o nº 550+.948.139-00 doravante denominado MUNICÍPIO, com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público, celebram o presente instrumento conforme as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

- a) 3.1.71 - R\$ 11.586,30
- b) 3.3.71 – R\$ 3.501,55
- c) 4.4.71 – R\$ 2.794,54

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de rateio principal inalteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, SC, 08 de janeiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Presidente do CIS-AMOSC

VOLMIR FELIPE

Prefeito do Município de VARGEÃO/SC



**CIS/AMUREL****AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2018**

Publicação Nº 1493384

**AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO**

O CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL, através do presente, na intenção de ampliar a base de credenciados para o ano de 2018, torna público que o Edital de Credenciamento 001/2009 encontra-se em vigor, para o credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde para atender os pacientes do Sistema Único de Saúde dos Municípios Consorciados, na forma e valores constantes da Tabela de Procedimentos do SUS, instituída pela Portaria GM/MS nº. 321, de 08/02/2007 e publicada pela GM/MS nº. 2.848 de 06/11/2007, suas atualizações posteriores, e demais deliberações da Assembleia Geral. Da mesma forma, continuam também em vigor, os Editais 002/2009, 001/2012, 02/2015 e 01/2017. Os interessados deverão entregar a documentação exigida nos Editais a partir desta data, nos prazos e na forma nele definidas. A íntegra dos Editais poderá ser retirada na sede do Consórcio sito à Rua Rio Branco, nº. 67, sala B, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), ou pelo site da Amurel: [www.amurel.org.br/cisamurel/download](http://www.amurel.org.br/cisamurel/download). Outras informações poderão ser obtidas na sede da entidade no endereço acima ou pelo telefone: 48-3626 5711.

Tubarão (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS

Presidente do CIS

**CISAM****PARECER TÉCNICO CISAM-REG 012018**

Publicação Nº 1493264

**PARECER TÉCNICO Nº 01/2018/CISAM-REG**

Assunto: Alteração do regulamento da prestação de serviços públicos de água e esgoto do município de Abdon Batista, com alteração da estrutura tarifária.

O CISAM-REG, órgão regulador do CISAM Meio Oeste, por meio da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (Crefisba), Considerando que o município de Abdon Batista, por meio da Lei nº 914/2017 de 24 de maio de 2017, elegeu o CISAM Meio Oeste como seu ente regulador;

Considerando que um dos objetivos da regulação, conforme mencionado no inciso IV do Art. 22 da Lei 11.445/2007, é "definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária (...);"

Considerando que o município de Abdon Batista solicitou, por meio do Ofício nr. 93/2017, a análise do CISAM-REG quanto à tabela tarifária que pretende aplicar;

Considerando que, juntamente com o referido ofício, o município entregou cópia da minuta do regulamento da prestação de serviços públicos de água e esgoto, solicitando manifestação do órgão regulador quanto à legalidade, adequação e aplicabilidade de seu conteúdo;

Emite o presente Parecer Técnico.

**1. Introdução**

O município enviou ao CISAM-REG uma proposta de estrutura tarifária, para substituir a estrutura anterior. O CISAM-REG observou a necessidade de algumas adequações na estrutura proposta, as quais efetuou, gerando a estrutura recomendada. O presente Parecer Técnico compara a estrutura proposta com a estrutura recomendada, e compara ambas com a estrutura anterior. A estrutura tarifária recomendada pelo CISAM-REG e a estrutura tarifária proposta pelo município encontram-se anexas ao presente Parecer Técnico (Anexo 1 e Anexo 2, respectivamente).

Trata também dos impactos que a alteração causará, tanto em relação à receita auferida pelos serviços de água e esgoto, quanto em relação ao valor da fatura de cada usuário, conforme o seu consumo. Entretanto, a análise dos impactos é tratada de forma meramente qualitativa, uma vez que não existiam dados suficientes para possibilitar uma análise mais acurada, e também por possuir a estrutura anterior características inadequadas frente aos princípios legais.

O presente Parecer Técnico autoriza o município a implementar a estrutura recomendada, e estabelece Determinações a serem cumpridas pelo município.

**2. Necessidade da alteração da estrutura tarifária**

Ficou evidenciada, por meio das informações contidas nos documentos enviados, a necessidade de se aumentar a receita do serviço de abastecimento de água. Utilizando o histograma de consumo do mês de novembro de 2017, sendo esse o mais confiável à disposição, aplicando o mesmo à estrutura tarifária anterior, se obtém o valor de R\$ 12.314,50 como faturamento mensal do Departamento Municipal de Água e Esgoto. As despesas do departamento foram estimadas em R\$ 36.708,64. Verifica-se um déficit de R\$ 24.394,14 (quase 200% da receita).

Ademais, a estrutura tarifária anterior apresentava a falha de não possuir preço crescente do m³ de água à medida que se aumenta o consumo, deixando de observar as diretrizes da priorização do atendimento às funções essenciais relacionadas à saúde pública e da inibição do consumo supérfluo.

A minuta de regulamento apresentada pelo município altera a forma de cobrança, deixando de cobrar um valor referente a um consumo mínimo e passando a cobrar uma taxa pela disponibilidade do serviço. Essa alteração é adequada, pois essa nova forma de cobrança é considerada como sendo mais justa, tendo em vista o Código de Defesa do Consumidor.

**3. Equilíbrio econômico e financeiro**

As despesas mensais do DMAE foram estimadas em R\$ 36.708,64. A estrutura proposta, quando aplicada ao histograma de consumo, gera um faturamento de R\$ 20.444,48. A estrutura recomendada gera faturamento de R\$ 23.400,46. A estrutura recomendada não trará, de forma imediata, a sustentabilidade do serviço. Uma estrutura que o fizesse careceria de modicidade. Entretanto, a estrutura recomendada



(pelo CISAM-REG), em comparação à estrutura proposta (pelo município), diminui de forma mais acentuada o déficit, de R\$ 24.394,14 para R\$ 13.308,18 (57% da nova receita).

Por meio das Determinações contidas no presente Parecer Técnico o CISAM-REG objetiva nortear as ações da administração municipal no sentido de alcançar o equilíbrio econômico e financeiro dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

#### 4. Modicidade tarifária

A estrutura recomendada (Anexo 1) gera fatura no valor de R\$ 28,50 para quem consumir 10 m<sup>3</sup> de água no mês, enquanto que a estrutura proposta (Anexo 2) gera fatura no valor de R\$ 25,55 para o mesmo consumo (categoria residencial, tarifa de água). O valor de R\$ 28,50 representa aproximadamente 6% do "Rendimento mensal domiciliar per capita nominal" do município de Abdon Batista (obtido em <https://cidades.ibge.gov.br>), o que está próximo do que é praticado em diversos municípios do meio oeste catarinense, onde a inadimplência é baixa.

#### 5. Estrutura recomendada vs. estrutura proposta

A estrutura recomendada gera uma receita maior do que a estrutura proposta. Entretanto, a principal razão para a adoção da estrutura recomendada é a existência de relações lógicas entre os valores nela contidos. Essas relações são apresentadas a seguir.

Na categoria residencial, o valor do m<sup>3</sup> de água nas faixas de "1 a 5", "6 a 10" e "11 a 15" é igual a 8%, 10% e 15% da TDS, respectivamente. O valor do m<sup>3</sup> na faixa "16 a 20" dobra, em relação à faixa anterior. A partir da faixa "21 a 25", o valor do m<sup>3</sup> em cada faixa é 10% acima do valor na faixa anterior.

Na categoria comercial, o valor da TDS é 40% maior do que o da residencial. O valor do m<sup>3</sup> nas três primeiras faixas de consumo é 10% maior do que os respectivos valores na tabela da categoria residencial. O valor do m<sup>3</sup> na faixa "16 a 20" dobra, em relação à faixa anterior. A partir da faixa "21 a 25", o valor do m<sup>3</sup> em cada faixa é 10% acima do valor na faixa anterior.

Em ambas as categorias as faixas de consumo foram divididas de 5 em 5 m<sup>3</sup>, incentivando a economia de água e penalizando o desperdício. Como o histograma não apresentou consumos acima de 60 m<sup>3</sup>, definiu-se uma faixa única para essa parte.

#### 6. Impactos da alteração

O impacto da alteração da estrutura, da anterior para a recomendada, em relação ao faturamento do DMAE, é um aumento de 90% na receita mensal (de R\$ 12.314,50 para R\$ 23.400,46). Embora não garanta de imediato o equilíbrio econômico e financeiro do DMAE, esse aumento de receita possibilita que sejam implantadas melhorias sem extrair recursos adicionais de outras fontes do município, e representa um movimento do DMAE em direção à sustentabilidade.

O impacto no valor da fatura de cada usuário depende do volume de água consumido. Todos os usuários terão acréscimo no valor da fatura, o qual é maior quanto maior o volume consumido. Por exemplo, na categoria residencial, o acréscimo será de R\$ 4,20 para os usuários que consomem mensalmente 1 m<sup>3</sup> de água, R\$ 16,50 para os que consomem 10 m<sup>3</sup>, e R\$ 213,29 para os que consomem 60 m<sup>3</sup>. A acentuada inclinação dessa curva de impacto se deve ao fato de que na estrutura anterior existia, a partir dos 13 m<sup>3</sup>, uma única faixa de consumo, na qual cada m<sup>3</sup> de água tinha o preço de R\$ 2,50. Na categoria comercial o valor da fatura terá um acréscimo de R\$ 2,32 para quem consome 1 m<sup>3</sup> de água por mês, R\$ 15,85 para quem consome 10 m<sup>3</sup> e R\$ 220,32 para quem consome 60 m<sup>3</sup>.

#### 7. Regulamento da prestação de serviços públicos de água e esgoto

O Regulamento que o município planeja implementar em substituição àquele atualmente em vigor foi analisado pelo CISAM-REG e considerado adequado, correto e aplicável, no que se refere aos aspectos técnicos e legais da prestação de serviços públicos de água e esgoto, devendo apenas serem substituídos os valores do Anexo II (Matriz Tarifária) pelos valores apresentados na Estrutura tarifária recomendada (anexa ao presente Parecer Técnico).

#### 8. Determinações

1) Instalar hidrômetros nas ligações que ainda não estejam sendo micromedidas, realizar as leituras dos hidrômetros mensalmente e emitir o faturamento com base nas leituras.

2) Efetuar a interrupção do fornecimento de água, quando for o caso, de conformidade com as disposições regulamentares, observando-se o prazo referente ao prévio aviso, conforme §2º do inciso V do Art. 40 da Lei 11445/2007, reduzindo a inadimplência e aumentando o faturamento.

3) Revogar quaisquer atos que tenham concedido isenção do pagamento das tarifas de água e/ou de esgoto a qualquer pessoa física ou jurídica.

4) Registrar o volume produzido de água tratada, por meio da leitura de macromedidores instalados em cada reservatório, bem como registrar a vazão e as horas diárias de funcionamento de cada conjunto motorbomba, e planejar a implantação de programa de redução e controle de perdas.

5) Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico.

6) Manter controle mensal de todas as despesas vinculadas aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

#### 9. Conclusões

Fica o município de Abdon Batista autorizado a implementar o novo Regulamento da prestação de serviços de água e esgoto, após alterar o Anexo II, conforme mencionado.

Fica o município de Abdon Batista autorizado a implantar a Estrutura tarifária recomendada pelo CISAM-REG, a qual encontra-se anexa ao presente Parecer Técnico.

Deverá o município encaminhar ao CISAM-REG cópia do ato legal que instituir o novo Regulamento, bem como do comprovante da publicação do mesmo.

Recomenda-se que o referido ato seja emitido 90 dias antes do início da vigência do novo Regulamento e do início da incidência dos novos valores tarifários, e que haja ampla divulgação das alterações à população.

Os membros da CREFISBA, abaixo identificados, concordam e assinam este Parecer Técnico.

Capinzal/SC, 9 de janeiro de 2018.

Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional do CISAM-MO Membro da CREFISBA	Bruno Cesar Schmitt Engenheiro Sanitarista e Ambiental Membro da CREFISBA
Leomar Eggers Contador Membro da CREFISBA	Nasser Ibrahim Engenheiro Químico Presidente da CREFISBA



Nilvo Dorini Presidente do CISAM-MO Membro da CREFISBA	Sidnei Penzo Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-MO Membro da CREFISBA
--	---

Anexo 1  
ESTRUTURA TARIFÁRIA RECOMENDADA PELO CISAM-REG

Anexo 2  
ESTRUTURA TARIFÁRIA PROPOSTA PELO MUNICÍPIO

## PARECER TÉCNICO CISAM-REG 022018

Publicação Nº 1493270

### PARECER TÉCNICO Nº 02/2018/CISAM-REG

Assunto: Alteração do regulamento da prestação de serviços públicos de água e esgoto do SIMAE-JHL, com alteração da estrutura tarifária. O SIMAE-JHL - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, através do Ofício JHL. 1509/2017, recebido pelo CISAM-REG na data de 22 de agosto de 2017, solicitou análise desta câmara de regulação quanto à alteração do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto e da estrutura tarifária. Para tanto, enviou por e-mail cópia da minuta do novo regulamento, bem como planilhas demonstrando os estudos realizados pela autarquia em relação à mudança da estrutura tarifária e seus impactos. A análise das alterações pretendidas levou à solicitação de documentos adicionais e à realização de reuniões entre o prestador e o regulador objetivando obter uma estrutura tarifária que gerasse o mínimo possível de impactos negativos. O SIMAE promoveu pequenas alterações na minuta de regulamento e encaminhou essas alterações ao CISAM-REG por e-mail recebido em 4 de janeiro de 2018.

Nos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste, e Luzerna, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados pelo SIMAE-JHL, autarquia intermunicipal. O CISAM-MO, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, através do CISAM-REG e de sua câmara de regulação e fiscalização do saneamento básico (Crefisba), por intermédio das Leis Municipais nº 4.527, de 26 de setembro de 2014 (Joaçaba), nº 3.069, de 21 de outubro de 2014 (Herval d'Oeste), e nº 1.263, de 30 de setembro de 2014 (Luzerna), é responsável pela regulação e fiscalização dos serviços citados.

A minuta de Regulamento da Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto foi analisada pela Crefisba à luz da legislação vigente relacionada à prestação de serviços públicos e à relação prestador usuário, destacadamente:

- A Lei federal nº 8.078/1990 e suas alterações, que dispõe sobre a proteção ao consumidor, e o Decreto federal nº 5.903, que a regulamenta.
- A Lei federal nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, especialmente o Art. 2º, Inciso XI, que diz que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados com segurança, qualidade e regularidade, e o Decreto federal nº 7.217/2010, que a regulamenta.
- O Decreto federal nº 5.440/2005, que define os procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.
- A Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914/2011, que dispõe sobre os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.
- A Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983 - que dispõe sobre normas gerais de saúde de Santa Catarina, estabelece penalidades e dá outras providências.
- A Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, e a Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, nº 359 de 29 de abril de 2005 que dispõem sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes.
- Lei Estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
- Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
- As normas técnicas brasileiras (NBR), relacionadas ao projeto e operação das diversas estruturas que compõem os Sistemas de Abastecimento de Água e os Sistemas de Esgotamento Sanitário.

Frente às disposições encontradas nesse arcabouço legal e normativo, o conteúdo da minuta apresentada pelo SIMAE (designada como Versão 2) foi julgado pela Crefisba como sendo plenamente adequado, correto e aplicável.

A estrutura tarifária do SIMAE, Anexo I da minuta de regulamento, difere daquela atualmente em vigor, cujos valores foram estabelecidos na Portaria SIMAE-JHL Nº 185/2017. A principal diferença é a previsão da Tarifa de Disponibilidade de Serviço (TDS). Com a mudança da estrutura tarifária, o SIMAE deixa de cobrar um valor referente a um consumo mínimo de água (o qual era de 10 m³/mês), e passa a cobrar um valor referente à manutenção das instalações do SAA (Sistema de Abastecimento de Água) e do SES (Sistema de Esgotamento Sanitário), de modo a garantir aos usuários a disponibilidade dos serviços. A TDS está relacionada aos custos fixos da autarquia que existiriam mesmo que o consumo de água fosse nulo. Diversos prestadores de serviços de água e esgoto, não apenas no estado de Santa Catarina mas em todo o Brasil, estão efetuando essa alteração na estrutura tarifária, que se mostra mais justa, uma vez que o usuário não paga por 10 m³ mensais de água quando está consumindo menos do que isso, mas paga a TDS e o consumo efetivamente realizado.

Em relação à receita auferida mensalmente pela autarquia, a alteração da estrutura tarifária não traz impacto significativo. O faturamento aumenta em 1,87%, o que pode ser admitido como uma margem de segurança, considerando que a nova estrutura tarifária traz um incentivo à economia para os usuários que consomem até 10 m³ de água por mês.

Na estrutura tarifária anterior, o preço do m³ de água sofria um decréscimo a partir dos 40 m³ na categoria residencial e a partir dos 100 m³ nas categorias comercial, pública e industrial. Isso não ocorre na nova estrutura proposta (Anexo I da minuta de Regulamento). Nesse quesito, a alteração traz maior consonância com as diretrizes apontadas na Lei 11.445/2007, no Art. 29, §1º, principalmente o inciso IV: "inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos".

Outra alteração é que deixa de existir diferença de preço entre as categorias comercial e industrial.

A estrutura tarifária proposta e os impactos de sua implantação foram julgados pela Crefisba como sendo adequados e aceitáveis, estando



com consonância com as diretrizes e princípios legais. As planilhas que embasaram tal julgamento foram impressas e constam dos autos do processo.

Considerando o exposto, o CISAM-REG APROVA a minuta do Regulamento da Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto, bem como a estrutura tarifária proposta, a qual consta do Anexo I da referida minuta; e AUTORIZA a atualização dos valores contidos nos anexos do Regulamento, conforme variação do INPC/IBGE, considerado o período desde o início da vigência da tabela tarifária atual até a efetiva implementação da nova tabela.

Conforme previsto na Lei 11.445/2007, Art. 9º inciso IV, compete ao titular dos serviços fixar os direitos e deveres dos usuários. Portanto, o CISAM-REG DETERMINA:

- Que o SIMAE encaminhe o presente parecer aos prefeitos dos três municípios por ele atendidos, e que o aprovado Regulamento, com seus anexos, seja instituído por atos das administrações municipais;
  - Que seja adaptado e republicado o Manual de Prestação do Serviço e de Atendimento ao Usuário, mencionado na Lei 11.445, Art. 27, inciso III, o qual já foi aprovado pelo CISAM-REG no Parecer Técnico CISAM-REG 02/2016;
  - Que sejam encaminhadas ao CISAM-REG cópias dos atos municipais de instituição do novo Regulamento, e das respectivas publicações.
- Assim sendo, os membros da Crefisba concordam e assinam este Parecer Técnico.

Capinzal/SC, 17 de janeiro de 2018.

Nilvo Dorini Presidente do CISAM-MO Membro da Crefisba	Sidnei Penzo Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-MO Membro da Crefisba
Nasser Ibrahim Engenheiro Químico Presidente da Crefisba	Bruno Cesar Schmitt Engenheiro Sanitarista e Ambiental Membro da Crefisba
Leomar Eggers Contador Membro da Crefisba	

## CICCS

### ATA 003/2017

Publicação Nº 1492847

Ata nº 003/2017

No dia 13 de dezembro, do ano de dois mil e dezessete, às 9:00 horas, tendo por local a sede da prefeitura municipal de Praia Grande/SC, situada na rua Irineu Bornhausen, nº 320, Centro, Praia Grande – SC, realizou-se a assembleia geral ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DOS CANIONS DO SUL. Estiveram presentes os prefeitos municipais dos Municípios de Praia Grande/SC, Jacinto Machado/SC, Timbé do Sul/SC, Morro Grande/SC, Cambará do Sul/RS, Mampituba/RS e Torres/RS, e demais colaboradores do Consórcio, com a seguinte ordem do dia: deliberação sobre a escolha de novo Conselho Diretor e novo Conselho Fiscal, para mandato durante o exercício de 2018; deliberação sobre o plano de metas e proposta orçamentária anual para 2018; assuntos gerais. O Prefeito de Praia Grande e Presidente do Consórcio, Sr. Henrique Matos Maciel, iniciou a reunião falando sobre a situação crítica que os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral vem passando, e a necessidade de buscar uma solução junto ao ICMBio em Brasília. Em seguida, abriu os trabalhos com a escolha de novo Conselho Diretor e novo Conselho Fiscal, para mandato durante o exercício de 2018. O Conselho Diretor foi aprovado por aclamação, ficando composto da seguinte forma: Presidente: Carlos Alberto Matos de Souza, prefeito municipal de Torres, (Administrador, brasileiro, casado, residente na rua Leonardo Truda, 28, inscrito Nº 424.456.470-53 e CI 9027099176); Vice-presidente: Henrique Matos Maciel, prefeito municipal de Praia Grande, (Empresário, brasileiro, casado, residente na rua Maria José, 316 inscrito no CPF Nº 649.334.589-87 e CI 1.536.681); Secretário: Dirceu Gonçalves Selau, prefeito municipal de Mampituba, (Agricultor, brasileiro, casado, residente na Estrada Geral Chapada do Morro Bocado, inscrito no CPF 502.688.720-15 e CI 1026600203; e Conselho fiscal: João Batista Mezzari, prefeito municipal de Jacinto Machado, (Engenheiro Civil, brasileiro, solteiro, rua Governador Celso Ramos, s/nº CPF 855.468.109-63 e CI 3.038.122); Roberto Biava, prefeito municipal de Timbé do Sul, (Empresário, brasileiro, casado, residente na rua Antônio Willian Savi, 89, inscrito no CPF Nº 613.560.939-49 e CI 1974145-6); Valdionir Rocha, prefeito municipal de Morro Grande, (Empresário, brasileiro, casado, residente na rua Irmãos Biff, s/nº inscrito no CPF Nº 494.735.229-91 e CI 121.439-8); Schamberlaen José Silvestre, prefeito municipal de Cambará do Sul, (Advogado, brasileiro, casado, residente na rua Osvaldo Kreff, 32, inscrito no CPF 532.545.970-87 e CI 6034095676). Na sequência, Flávia Lima, da Empresa Geodiversidade, apresentou as atividades desenvolvidas no território. Edineia Pallú, coordenadora da equipe técnica do projeto também apresenta a proposta orçamentária do Consórcio para o exercício de 2018, a fim de se apurar a receita orçamentária e as despesas, segregadas por natureza, para o exercício de 2018. Nestas circunstâncias foi apurada uma receita estimada em R\$ 284.000,00 (Duzentos e oitenta e quatro mil reais), sendo as despesas fixadas da seguinte forma: R\$ 274.000,00 (Duzentos e setenta e quatro mil reais) para despesas correntes e R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para despesas de capital, sendo assim aprovado o indicativo do orçamento. Em ato contínuo, ficou deliberado que o valor a ser repassado ao consórcio por contrato de rateio para fazer face às despesas administrativas de manutenção do mesmo, durante o exercício de 2018, para cada Município Consorciado, será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, que deverá ser transferido sempre até o dia 20 de cada mês. Nada mais tendo a ser deliberado ou discutido, o Sr. Henrique Matos Maciel deu por encerrada a reunião, da qual, lavrou-se a presente ata, abaixo assinada pelos presentes.



Henrique Matos Maciel Prefeito de Praia Grande – SC	João Batista Mezzari Prefeito de Jacinto Machado – SC
Roberto Biava Prefeito de Timbó do Sul – SC	Valdionir Rocha Prefeito de Morro Grande – SC
Schamberlaen José Silvestre Prefeito de Cambará do Sul – RS	Dirceu Gonçalves Selau Prefeito de Mampituba – RS
Carlos Alberto Matos de Souza Prefeito de Torres - RS	

**CIASS****CONTRATO DE RATEIO 001/2018 TURVO**

Publicação Nº 1492899

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 01 /2018

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TURVO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.548.983/0001-60, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 588 Centro - Turvo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Tiago Zilli e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Turvo nº 2.226/2014 de 16/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:



- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 24.312,08.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal nº 2328/2017 de 14/12/2017.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 14.075,42;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 6.397,92;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 3.838,75.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2018, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 02 de Janeiro de 2018.

Tiago Zilli

Prefeito de Turvo

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

### CONTRATO DE RATEIO 002/2018 JACINTO MACHADO

Publicação Nº 1492900

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 02 /2018

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de JACINTO MACHADO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Jacinto Machado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.960.758/0001-36., com sede administrativa na Rua Pool Jorge Zacca, 75 Centro – Jacinto Machado, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Joao Batista Mezzari e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do



CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Jacinto Machado nº 767/2014 de 19/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 20.773,33.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2018, nos termos da Lei Orçamentária para o ano de 2018).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 12.026,67;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 5.466,67;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 3.280,00.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2018, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2018.

Joao Batista Mezzari

Prefeito de Jacinto Machado

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

### CONTRATO DE RATEIO 003/2018 ERMO

Publicação Nº 1492901

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

#### CONTRATO DE RATEIO Nº 03 /2018

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de ERMO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.608.905/0001-01, com sede administrativa na Rodovia SC 485 KM 06, nº 120 - Centro – Ermo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Aldoir Cadorin e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Ermo nº 376/2014 de 23/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;



XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 4.053,33.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal nº 436/2017 de 13/12/2017.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 2.346,67;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 1.066,67;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 640,00.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2018, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2018.

Aldoir Cadornin

Prefeito de Ermo

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo



**CONTRATO DE RATEIO 004/2018 TIMBE DO SUL**

Publicação Nº 1492902

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 04 /2018

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TIMBE DO SUL e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Timbé do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.915.234/0001-34, com sede administrativa na Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro – Timbé do Sul, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Roberto Biava e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Timbe do Sul nº 1739/2014 de 09/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

- I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;
- XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;
- XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;
- XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
- XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
- XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
- XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
- XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;
- XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
- XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

**DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 10.505,42.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO



o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2018, nos termos da Lei Orçamentaria para o ano de 2018.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 6.082,08;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 2.764,58;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 1.658,75.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2018, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito de Timbé do Sul

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

## CONTRATO DE RATEIO 005/2018 MELEIRO

Publicação Nº 1492903

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 05 /2018

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MELEIRO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Meleiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.837.741/0001-96, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, 371 - Centro – Meleiro, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Eder Mattos e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Meleiro nº. 1680/2014 de 23/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referencia Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

- I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;



IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;  
V – não desmembramento de grupos de irmãos;  
VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;  
VII – participação na vida da comunidade local;  
VIII – preparação gradativa para o desligamento;  
IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;  
X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;  
XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;  
XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;  
XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;  
XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;  
XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;  
XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;  
XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;  
XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;  
XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

#### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 13.814,58  
Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2018, nos termos da Lei Orçamentaria para o ano de 2018.  
Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 7.997,92;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 3.635,42;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 2.181,25.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2018, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2018.

Eder Mattos

Prefeito de Meleiro



Tiago Zilli  
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

## CONTRATO DE RATEIO 006/2018 MORRO GRANDE

Publicação Nº 1492904

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 06 /2018

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MORRO GRANDE e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Morro Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.782.785/0001-08., com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 310 - Centro – Morro Grande, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Valdionir Rocha e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Tiago Zilli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 612.742.599-91.

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Morro Grande nº. 818/2014 de 17/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

### DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

- I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
- X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;
- XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;
- XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;
- XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
- XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
- XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
- XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
- XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;
- XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
- XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

### DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;



VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 5.707,92.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2018, nos termos da Lei Orçamentaria para o ano de 2018).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 3.304,58;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 1.502,08;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 901,25.

#### DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2018, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

#### DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Turvo, 02 de Janeiro de 2018.

Valdionir Rocha

Prefeito de Morro Grande

Tiago Zilli

Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo



## EMPENHOS DE 2017

Publicação Nº 1493169

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 157  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE																
1	0		1/2017	03/01	48,00	0,00	48,00	48,00	0,00	0,00	46014 08.243.000` 0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 04 UN PILHA PALITO, PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 1/2017)																
2	0		2/2017	03/01	368,40	0,00	368,40	368,40	0,00	0,00	46014 08.243.000` 0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE CUECAS E CALCINHAS PARA USO DAS CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 2/2017)																
3	0		3/2017	04/01	42,59	0,00	42,59	42,59	0,00	0,00	46014 08.243.000` 0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	66 - PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PÃO FRANCES, PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 3/2017)																
4	0		4/2017	06/01	171,15	0,00	171,15	171,15	0,00	0,00	46014 08.243.000` 0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	13 - LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA EPI	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 10 UN ARQUIVO MORTO, 20 UN CANETA AZUL, ETC PARA SER UTILIZADAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 4/2017)																
5	0		5/2017	06/01	58,00	0,00	58,00	58,00	0,00	0,00	46014 08.243.000` 0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	69 - COMERCIAL ATENAS LTDA ME	
REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSERTO VENTILADOR DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 5/2017)																
6	0		6/2017	10/01	91,90	0,00	91,90	91,90	0,00	0,00	46014 08.243.000` 0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	33 - COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA ME	
REF. AQUISIÇÃO 01 UN SAPATENIS E 01 UN CHINELO, PARA SER UTILIZADO POR CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 6/2017)																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 2/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
7	O		7/2017	11/01	73,10	0,00	73,10	73,10	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	31 - BABA ARTES E FIOS LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PEDRARIA, TECIDO E CADARCO, PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 7/2017)																
8	O		8/2017	11/01	144,08	0,00	144,08	144,08	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMB
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 40,303 L GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 8/2017)																
9	E		9/2017	12/01	5.400,00	0,00	3.324,20	3.324,20	2.075,80	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	29 - OI S.A
REF. VALOR ESTIMADO PARA CONSUMO DO TELEFONE NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DURANTE EXERCICIO DE 2017. (Compra Direta Nº 9/2017)																
10	O		10/2017	12/01	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	8 - CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO I
REF. VALOR ESTIMADO PARA CONSUMO DE ENERGIA NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DURANTE EXERCICIO DE 2017. (Compra Direta Nº 10/2017)																
11	O		11/2017	13/01	74,67	0,00	74,67	74,67	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	26 - TECNOELETRONELLA VECHIA LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS: 02 UN CANALETA, 4,9 MT CABO... ETC. PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 11/2017)																
12	O		12/2017	13/01	20,50	0,00	20,50	20,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	26 - TECNOELETRONELLA VECHIA LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN RESISTENCIA E 01 UN LAMPADA FLUORESCENTE PARA MANUTENÇÃO DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 12/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 357  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/Ac	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
13	0		13/2017	13/01	255,00	0,00	255,00	255,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	26 - TECNOELETRÔ DELLA VECCHIA LTDA EPP
VALOR REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA REALIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 13/2017)																
14	0		14/2017	18/01	1.712,41	0,00	1.712,41	1.712,41	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 2.078 KG QUELHO COLONIAL 0,34 UN BACON...ETC. PARA SEREM CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 14/2017)																
15	0		15/2017	18/01	768,61	0,00	768,61	768,61	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE LIMPEZA: 24 UN DETERGENTE LIQUIDO, 01 UN ESPONJA DE LÃ DE AÇO...ETC. PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 15/2017)																
16	0		16/2017	19/01	277,27	0,00	277,27	277,27	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELLI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA MANUTENÇÃO DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 16/2017)																
17	0		17/2017	20/01	103,75	0,00	103,75	103,75	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO MATERIAL DE LIMPEZA: 04 UN AMACIANTE, 01 UN ESPONJA...ETC. PARA SEREM UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 17/2017)																
18	0		18/2017	20/01	572,23	0,00	572,23	572,23	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN AÇÚCAR 5KG, 08 UN ALFACE CRESPA...ETC. PARA SEREM CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 18/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 457  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
19 0			19/2017	20/01	127,38	0,00	127,38	127,38	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 01 UN BANDA EJA DESCARTAVEL, 01 UN ENBALAGEM 5KG, ...ETC, PARA SEREM UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 19/2017)																
20 0			20/2017	20/01	500,30	0,00	500,30	500,30	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ALFACE, 01 UN AMIDO DE MILHO, ...ETC, PARA SEREM CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 20/2017)																
21 0			21/2017	23/01	1.781,00	0,00	1.781,00	1.781,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	3	4.4.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN AP CONDIONADO 5.000 BTU E 01 UN CHALEIRA ELETRICA, PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 21/2017)																
22 0			22/2017	23/01	1.470,94	0,00	1.470,94	1.470,94	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 1,868 KG QUEIJO COLONIAL, 6,73 KG COXÃO MOLE, ...ETC, PARA SEREM CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 22/2017)																
23 0			23/2017	23/01	132,83	0,00	132,83	132,83	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE: 01 UN VASSOURA, 01 UN ESPONJA DE LÁ, ...ETC, PARA SEREM UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 23/2017)																
24 0			24/2017	23/01	1.272,63	0,00	1.272,63	1.272,63	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	13 - LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA EPI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA TODAS AS CRIANÇAS ACOlhidas NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 24/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 5/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
25	O		25/2017	24/01	145,00	0,00	145,00	145,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ROUPAS PARA CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 25/2017)																
26	O		26/2017	24/01	337,00	0,00	337,00	337,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	74 - VALCIONE SAVI SANTOS ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01MP VIDRO ESPELHO PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 26/2017)																
27	O		27/2017	24/01	116,01	0,00	116,01	116,01	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
VALOR REF. AQUISIÇÃO 32,452 LT GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CJO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 27/2017)																
28	O		28/2017	26/01	76,45	0,00	76,45	76,45	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN PACOTE DE FRAUDA DESCARTAVEL PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 28/2017)																
29	O		29/2017	26/01	215,55	0,00	215,55	215,55	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: 05 UN ALFACE, 10 KG BANANA, ..ETC. PARA SEREM CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 29/2017)																
30	O		30/2017	26/01	110,00	0,00	110,00	110,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN GAS DE COZINHA PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 30/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 657  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
31	O		31/2017	26/01	12.000,00	0,00	11.794,07	11.794,07	205.934.6014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	48 - CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE AGI	
VALOR REF. VALOR ESTIMADO PARA CONSUMO DE AGUA NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 31/2017)																
32	O		32/2017	27/01	135,14	0,00	135,14	135,14	0,00.46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 37,804 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO VEICULO CUIO PLACA OIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 32/2017)																
33	O		33/2017	30/01	147,09	0,00	147,09	147,09	0,00.46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	75 - SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA/DE	
VALOR REF. A LICENCIAMENTO ANUAL 2017 E SEGURO DPVAT DO VEICULO CUIO PLACA OIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 33/2017)																
34	O		30/01	27.517,26	0,00	27.517,26	27.517,26	27.517,26	0,00.46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA DE PAGTO CIASS JANEIRO	
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE JANEIRO DE 2017																
35	O		34/2017	31/01	168,00	0,00	168,00	168,00	0,00.46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN CARTUCHO L200 PARA UTILIZAR EM IMPRESSORA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 34/2017)																
36	O		35/2017	01/02	134,74	0,00	134,74	134,74	0,00.46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASAGRANDE M. C. EIRELLI EPP	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL: 02 UN ABRACADEIRA, 01 UN CANALETA SISTEMA ETC... PARA MANUTENÇÃO DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 35/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 7/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Empídeos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
37	O		36/2017	02/02	106,42	0,00	106,42	106,42	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE HIGIENE E LIMPEZA: 02 UN AGUA SANITARIA, 01 UN AMACIANTE DE ROUPA ETC., PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 36/2017)																
38	O		37/2017	02/02	992,29	0,00	992,29	992,29	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ACHOCLATADO, 02 UN ALHO ETC., PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 37/2017)																
39	O		38/2017	02/02	300,64	0,00	300,64	300,64	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: 3 UN ALFACE, 10 KG BANANA ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 38/2017)																
40	O		39/2017	06/02	141,43	0,00	141,43	141,43	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 39,56 LT GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO DE PLACA OIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 39/2017)																
41	O		40/2017	07/02	1.899,54	0,00	1.899,54	1.899,54	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: 2,992 KG QUEIJO COLONIAL, 01 UN BACON, ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 40/2017)																
42	O		41/2017	07/02	506,97	0,00	506,97	506,97	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA: 24 UN DETERGENTE 500ML, 01 UN ESPONJA DE LÁ, ETC., PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 41/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 8/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
43	O			07/02	2.767,40	0,00	2.767,40	2.767,40	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CF
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE DEZ/2016																
44	O			07/02	1.170,64	0,00	1.170,64	1.170,64	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS CFE GUIAS																
45	O			07/02	2.500,00	0,00	2.500,00	2.500,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VALOR PARA CUSTEAR PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO CFE OFICIO N° 10/2017.																
46	O		42/2017	10/02	910,13	0,00	910,13	910,13	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	46 - LAURINDO MOVEIS LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 8,31 M² DIVISORIA E 01 UN PORTA DIVISORIA, PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta N° 42/2017)																
47	O		43/2017	23/02	493,48	0,00	493,48	493,48	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA: 24 UN DETERGENTE, 04 UN LIMPÁ VIDRO ...ETC, PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta N° 43/2017)																
48	O		44/2017	23/02	1.147,59	0,00	1.147,59	1.147,59	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 4,13 KG QUELHO, 1 UN BACON, ETC... PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta N° 44/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 9/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
49 0			45/2017	23/02	27,00	0,00	27,00	27,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN SUPORTE PARA TV, PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 45/2017)																
50 0			46/2017	23/02	997,50	0,00	997,50	997,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	3	4.4.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN ADAPTADOR, 01 UN MESA ETC... PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 46/2017)																
51 0			47/2017	23/02	1.328,70	0,00	1.328,70	1.328,70	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	39 - NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 47/2017)																
52 0			48/2017	24/02	130,00	0,00	130,00	130,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	33 - COPER CALÇADOS E PAPELARIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN TENIS PARA SER UTILIZADO POR CRIANÇAS ACOlhIDAS NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 48/2017)																
53 0			49/2017	24/02	95,72	0,00	95,72	95,72	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 05 UN CREME DENTAL, ETC..., PARA SER UTILIZADO NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 49/2017)																
54 0			50/2017	24/02	226,65	0,00	226,65	226,65	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 05 UN AGUA SANITARIA, 03 UN AMACIANTE ETC..., PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 50/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 10/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
55	O		51/2017	24/02	110,00	0,00	110,00	110,00	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN GÁ P 13, PARA USO NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 51/2017)																
56	O		52/2017	24/02	438,97	0,00	438,97	438,97	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 10 KG ACUCAR, 05 KG ALHO, ETC... PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 52/2017)																
57	O		53/2017	24/02	775,25	0,00	775,25	775,25	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ACHO COLATADO, 02 ACUCAR, ETC... PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 53/2017)																
58	O		54/2017	24/02	126,83	0,00	126,83	126,83	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE: 06 UN AGUA SANITARIA, 03 UN AMACIANTE, ETC... PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 54/2017)																
59	O		55/2017	24/02	84,92	0,00	84,92	84,92	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS: 02 UN FRALDA, 01 UN LIXA, 01 UN SABÃO EM PO E 20 UN TOUCA, PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 55/2017)																
60	O		56/2017	24/02	916,90	0,00	916,90	916,90	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	13 - LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA EPI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA CRIANÇAS ACOLHIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 56/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 11/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/AI	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
61 O			57/2017	24/02	32,90	0,00	32,90	32,90	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN SOUTIEN, PARA USO DE CRIANÇA ACOLHIDA NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 57/2017)																
62 O			58/2017	02/03	1.232,80	0,00	1.232,80	1.232,80	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	76 - ROGERIO DOS SANTOS MEI
VALOR REF. A PRESTACÃO DE SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA (FRANQUIA) DO CARRO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 58/2017)																
63 O			02/03		26.755,00	0,00	26.755,00	26.755,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS FEVEREIRO 2017
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE FEVEREIRO DE 2017																
64 O			02/03		4.382,04	0,00	4.382,04	4.382,04	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - RESCISAO VALDINEIA MACAPINI
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO CFE TERMO																
65 O			02/03		5.200,51	0,00	5.200,51	5.200,51	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE JANEIRO DE 2017																
66 O			02/03		7.234,75	0,00	7.234,75	7.234,75	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE FEVEREIRO DE 2017																
67 O			02/03		4.117,28	0,00	4.117,28	4.117,28	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESSARCIMENTO SERVIDORES ROSELI APARECIDA FIGUEIREDO E ANTONIO BORTOT (MOTORISTA) DA PM DE TURVO MES DE JANEIRO DE 2017.																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 12/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**Relação de Empenhos Emitidos**

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
68	O			02/03	3.827,23	0,00	3.827,23	3.827,23	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESSARCIMENTO SERVIDORES ROSELI APARECIDA FIGUEIREDO E ANTONIO BORTOT (MOTORISTA) DA PM DE TURVO MES DE FEVEREIRO DE 2017.																
69	O		59/2017	03/03	36,04	0,00	36,04	36,04	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	66 - PANIFICADORA COLONETTI LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 388 KG PÃO FRANCES PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 59/2017)																
70	O		60/2017	06/03	146,16	0,00	146,16	146,16	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEB
VALOR REF. AQUISIÇÃO 40,844 LITROS DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO CARRO DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 60/2017)																
71	O		61/2017	07/03	136,13	0,00	136,13	136,13	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ALFACE CRESPA, 01 UN ARROZ BRANCO, ETC., PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 61/2017)																
72	O		62/2017	07/03	45,26	0,00	45,26	45,26	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN PAPEL TOALHA, 01 UN VASSOURA DE PALHA E 01 UN VASSOURA DE NYLON, PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 62/2017)																
73	O		63/2017	07/03	44,63	0,00	44,63	44,63	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 02 UN AMACIANTE, 02 UN DESINFETANTE, 01 SABAO EM PO E 04 UN SACO DE LIXO, PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 63/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 13/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Corta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
74	0		64/2017	07/03	673,09	0,00	673,09	673,09	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 05 UN ALFACE CRESPA, 0,50 KG ALHO, ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 64/2017)																
75	0		65/2017	09/03	162,93	0,00	162,93	162,93	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELLI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS: 20 UN ABRACADEIRA, 02 ARGAMASSA, ETC., PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 65/2017)																
76	0		66/2017	09/03	1.283,62	0,00	1.283,62	1.283,62	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 2,724 KG QUEIJO, 1,022 UN BACON, ETC., PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 66/2017)																
77	0		67/2017	09/03	655,95	0,00	655,95	655,95	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS: 03 UN SHAMPOO, 01 UN ESPONJA DE Lã DE AÇO, ETC., PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 67/2017)																
78	0		68/2017	10/03	100,01	0,00	100,01	100,01	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 28,949 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 68/2017)																
79	0		69/2017	14/03	244,96	0,00	244,96	244,96	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS: 03 UN AGUA SANITARIA, 01 UN AMACIANTE, ETC., PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 69/2017)																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Página: 14/57

Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
80	O		702017	14/03	770,65	0,00	770,65	770,65	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 18 UN ALFACE, 0,50 KG ALHO, ETC.; PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 702017)																
81	O		712017	16/03	1.446,00	0,00	1.446,00	1.446,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	3	4.4.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN AR CONDICIONADO 9.000 BTU PARA SER INSTALADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 712017)																
82	O		722017	16/03	220,35	0,00	220,35	220,35	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	13 - LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHO LTDA EPI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 722017)																
83	O		732017	17/03	1.752,65	0,00	1.752,65	1.752,65	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 2,066 KG QUEIJO, 12,875 KG CARNE TIPO COXÃO MOLE, ETC.; PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 732017)																
84	O		742017	17/03	794,27	0,00	794,27	794,27	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 03 UN SHAMPO, 24 UN DETERGENTE, ETC.; PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 742017)																
85	O		752017	21/03	19,99	0,00	19,99	19,99	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	14 - CATARINA BAZAR LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN BANHEIRA 20 LT. PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 752017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 15/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Corta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
86	O		76/2017	21/03	119,60	0,00	119,60	119,60	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 34,619 LITROS DE GASOLINA PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CILIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 76/2017)																
87	O		77/2017	21/03	566,46	0,00	566,46	566,46	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	44 - MATERIA PRIMA IND. COM. LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE CAMISAS E CAMISETAS DE UNIFORMES PARA FUNCIONARIOS DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 77/2017)																
88	O		78/2017	23/03	750,00	0,00	750,00	750,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	77 - EGEM - ESCOLA DE GESTÃO PUBLICA MUN
VALOR REF. INSCRIÇÃO DA FUNCIONARIA CAMILA FARIAS NO CURSO DE WORKSHOP SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOULHIMENTO FAMILIAR E INSTITUCIONAIS. (Compra Direta Nº 78/2017)																
89	O		79/2017	27/03	170,10	0,00	170,10	170,10	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE TOALHAS DE BOCA, PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 79/2017)																
90	O		27/03		1.080,00	0,00	1.080,00	1.080,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VALOR PARA CLUSTEAR PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO CFE SOLICITAÇÃO.																
91	O		27/03		26.752,48	0,00	26.752,48	26.752,48	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS MARÇO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE MARÇO DE 2017																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 16/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Apo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab	Funcional	Recurso	Pro/Ant	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
92	O			27/03	1.118,18	0,00	1.118,18	1.118,18	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS MARÇO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE MARÇO DE 2017																
93	O			27/03	693,33	0,00	693,33	693,33	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - RESCISAO DE GISLAINE BOLD DO DA SILVA
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO DE GISLAINE BOLD DO DA SILVA																
94	O			27/03	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS MARÇO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE MARÇO DE 2017																
95	O			27/03	680,00	0,00	680,00	680,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS MARÇO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE MARÇO DE 2017																
96	O			80/2017	28/03	114,02	0,00	114,02	114,02	0,00	46014	08.243.000	0001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 33,004 L DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4042 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 80/2017)																
97	O			81/2017	28/03	537,90	0,00	537,90	537,90	0,00	46014	08.243.000	0001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 08 UN ALFACE, 07 KG BANANA, ETC... PARA SEREM CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 81/2017)																
98	O			82/2017	28/03	42,60	0,00	42,60	42,60	0,00	46014	08.243.000	0001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE AGUA SANITARIA, 01 AMACIANTE E 04 UN SABAO EMPO PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 82/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 17/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
99 0			83/2017	29/03	254,45	0,00	254,45	254,45	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA: 01 UN AGUA SANITARIA, 03 UN ALCOOL, ETC., PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 83/2017)																
100 0			84/2017	29/03	157,93	0,00	157,93	157,93	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 03 UN BEBIDA LACTEA, 05 UN BISCOITO, ETC., PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 84/2017)																
101 0			85/2017	29/03	410,56	0,00	410,56	410,56	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 04 UN ALFACE CRESPA, 02 UN ARROZ BRANCO, ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 85/2017)																
102 0			86/2017	29/03	1.218,96	0,00	1.218,96	1.218,96	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 03 UN ACHOCOLATADO, 01 UN ACUCAR, ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 86/2017)																
103 0			87/2017	29/03	198,95	0,00	198,95	198,95	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA: 01 UN ALCOOL, 02 UN ALVEJANTE, ETC., PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 87/2017)																
104 0			88/2017	06/04	107,69	0,00	107,69	107,69	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 31,171 L DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO QJIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 88/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 18/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
105 O			89/2017	08/04	60,41	0,00	60,41	60,41	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 17,466 L DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CILIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 89/2017)																
106 O			90/2017	10/04	112,19	0,00	112,19	112,19	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 32,472 L DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CILIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 90/2017)																
107 O			91/2017	10/04	973,93	0,00	973,93	973,93	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN ACHOCLATADO, 05 ALFACE, ETC... PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 91/2017)																
108 O			92/2017	10/04	52,08	0,00	52,08	52,08	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS: 01 UN EMBALAGEM PLASTICA, 01 UN DESINFETANTE, ETC... PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 92/2017)																
109 O			93/2017	10/04	445,13	0,00	445,13	445,13	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ACHOCLATADO, 10 KG BANANA, ETC... PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 93/2017)																
110 O			94/2017	10/04	270,91	0,00	270,91	270,91	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS: 01 UN AGUA SANITARIA, 04 UN AMACIANTE, ETC... PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 94/2017)																



## SANTA CATARINA

## CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

## Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 19/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
111 O			95/2017	11/04	134,06	0,00	134,06	134,06	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 38,49 L DE GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 95/2017)																
112 O				11/04	10.200,00	1.700,00	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	2 - BETHA SISTEMAS LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA REF. A ALUGUEL SISTEMA CONTABILIDADE PUBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO, COMPRAS E LICITAÇÕES DURANTE O EXERCICIO DE 2017.																
113 O				11/04	1.217,96	0,00	1.217,96	1.217,96	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - RESCISAO DE LISANDRA FERRARI FERNAN
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO																
114 O				11/04	2.446,22	0,00	2.446,22	2.446,22	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CF
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE JAN/2017																
115 O				11/04	2.612,89	0,00	2.612,89	2.612,89	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CF
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE FEV/2017																
116 O				11/04	2.241,97	0,00	2.241,97	2.241,97	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESSARCIMENTO SERVIDORA ROSELI APARECIDA FIGUEIRO DA PM DE TURVO MES DE MARÇO DE 2017.																
117 O			96/2017	18/04	1.680,38	0,00	1.680,38	1.680,38	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 2 KG QUEIJO, 850 KG CARNE COXA MOLE E 100 KG CARNE MOLE PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 96/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 20/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho/ Tipo	Processo	Nº da AF/Ato	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Pro/Ant	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>															
118 O		972017	18/04	484,56	0,00	484,56	484,56	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE: 01 UN VASSOURA 01 UN SHAMPO, ETC... PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 972017)															
119 O		27/04		1,00	0,00	1,00	1,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE ABRIL DE 2017															
120 O		27/04		30.253,16	0,00	30.253,16	30.253,16	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE ABRIL DE 2017															
121 O		27/04		2.588,50	0,00	2.588,50	2.588,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	64 - LIBERTY SEGUROS S/A
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AO SEGURO DO VEICULO CLIO PLACA OIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.															
122 O		27/04		793,00	0,00	793,00	793,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	3	4.4.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CADEIRA E 01 UN MESA COM GAVETAS PARA USO DO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.															
123 O		27/04		177,00	0,00	177,00	177,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CARTUCHO HP 74E CARTUCHO HP 75 PARA USO NA IMPRESSORA DO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.															



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 21/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**Relação de Empenhos Emitidos**

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
124	O			27/04	152,10	0,00	152,10	152,10	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	13 - LIVRARIA E PAPELARIA DENTINHOLTA EPI
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NA CASA DO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
125	O			27/04	107,41	0,00	107,41	107,41	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 31,091 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
126	O			27/04	135,00	0,00	135,00	135,00	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 39,076 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
127	O			27/04	121,87	0,00	121,87	121,87	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 35,276 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
128	O		105/2017	03/05	557,09	0,00	557,09	557,09	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 01 UN TALCO, 01 UN ESPONJA DE LA ETC... PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 105/2017)																
129	O		106/2017	03/05	1.594,84	0,00	1.594,84	1.594,84	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 1,095 QUELHO COLONIA, 1,282 BACON, ETC... PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 106/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 22/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
130	O			107/2017	04/05	4.880,00	0,00	4.880,00	4.880,00	0,00-46014-08-243.000-	0001	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	53 - AISLAN FERROS LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 BALANÇO, 01 UB ESCORREGADOR E 01 UN GANGORRA, PARA SER INSTALADO PARQUE NA CASA DO CIASS- CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 107/2017)																
131	O			04/05	22.800,00	0,00	22.800,00	22.800,00	0,00-46014-08-243.000-	0001	0001	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	88 - JUIR ANTONIO ROVARIS
PELA DESPESA EMPENHADA REF EXECUCAO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS DURANTE O ANO DE 2017.																
132	O			108/2017	10/05	7.690,00	0,00	7.690,00	7.690,00	0,00-46014-08-243.000-	0001	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	78 - AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA
VALOR REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO PLENA DO PROCESSO SELETIVO PARA PROMOVIMENTO DE CARGOS DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 108/2017)																
133	O			109/2017	10/05	145,01	0,00	145,01	145,01	0,00-46014-08-243.000-	0001	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMERCIO
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 43,354 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CJO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AOP CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 109/2017)																
134	O			110/2017	10/05	133,96	0,00	133,96	133,96	0,00-46014-08-243.000-	0001	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMERCIO
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 40,05 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CJO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AOP CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 110/2017)																
135	O			111/2017	10/05	1.074,02	0,00	1.074,02	1.074,02	0,00-46014-08-243.000-	0001	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 ACHOCOLATADO, 01 AÇÚCAR DE BAUNILHA ETC... PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 111/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 23/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
136	O		112/2017	10/05	274,11	0,00	274,11	274,11	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 01 UN AGUA SANITARIA, 01 UN ALCOOL, ETC... PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 112/2017)																
137	O		113/2017	11/05	130,69	0,00	130,69	130,69	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 39,071 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 113/2017)																
138	O		114/2017	12/05	500,00	0,00	500,00	500,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - VIP CAR VEICULOS LTDA
VALOR REF. A VISTORIA ANUAL DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 114/2017)																
139	O		115/2017	12/05	212,48	0,00	212,48	212,48	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 01 UN ASSENTO SANITARIO, 04 UN BUCHA, ETC... PARA MANUTENÇÃO DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 115/2017)																
140	O		116/2017	16/05	684,47	0,00	684,47	684,47	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 01 UN VASSOURA DE PALHA, 01 UN SHAMPO, ETC... PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 116/2017)																
141	O		117/2017	16/05	1.021,18	0,00	1.021,18	1.021,18	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 2,06 KG QUEIJO COLONIAL, 0,788 UN BACON, ETC... PARA SER CONSUMIDOS NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 117/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 24/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/Ac	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
142 O			118/2017	17/05	112,60	0,00	112,60	112,60	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00 62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 33,66 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 118/2017)																
143 O			119/2017	17/05	1.746,13	0,00	1.746,13	1.746,13	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00 43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 04 UN ACHOCLATADO, 10 UN AÇUCAR, ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 119/2017)																
144 O			120/2017	17/05	356,38	0,00	356,38	356,38	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00 43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN APIIM DESCASCADO, 01 UN AMIDO DE MILHO, ETC., PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 120/2017)																
145 O			121/2017	17/05	431,31	0,00	431,31	431,31	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00 43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL: 02 UN ALCOOL GEL, 02 UN ALCOOL LIQUIDO, ETC., PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 121/2017)																
146 O			122/2017	19/05	107,52	0,00	107,52	107,52	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00 62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 32,144 L DE GASOLINA PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 122/2017)																
147 O			19/05		5.412,59	0,00	5.412,59	5.412,59	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 24 - SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE C/ ABRIL/2017	
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DOS MESES DE MARÇO E ABRIL/2017																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 25/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulad	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
148	O			19/05	1.561,29	0,00	1.561,29	1.561,29	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARI NILDA MARCHESINI RESCISAO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO CFE TERMO																
149	O			19/05	7.329,37	0,00	7.329,37	7.329,37	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE MARÇO DE 2017																
150	O			19/05	7.200,70	0,00	7.200,70	7.200,70	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE ABRIL DE 2017																
151	O		123/2017	17/05	6.100,00	0,00	6.100,00	6.100,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	53 - AISLAN FERROS LTDA ME
VALOR REF. A ESTRUTURA METALICA COM TELHAS TRANSPARENTES, PARA SER FIXADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 123/2017)																
152	O		124/2017	17/05	234,00	0,00	234,00	234,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	79 - VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDA ME
VALOR REF. A PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONARIOS PARA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA E SAUDE. (Compra Direta Nº 124/2017)																
153	O			17/05	15.600,00	0,00	15.600,00	15.600,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	1 - ESTER SCARABELOT DELLA VEGHIA
ALUGUEL DE IMOVEL LOCALIZADO NA RUA ROMULO PESCADOR, 500 TURVO-SC																
154	O			30/05	30.963,41	0,00	30.963,41	30.963,41	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS MAIO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE MAIO DE 2017																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 28/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
155	O			01/06	1.161,02	0,00	1.161,02	1.161,02	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - JAQUELINE DA SILVA RESCISAO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO CFE TERM																
156	O			01/06	150,00	0,00	150,00	150,00	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 05 UN BANDEJA PARA CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
157	O			01/06	391,85	0,00	391,85	391,85	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE: 02 UN ABSORVENTE, 01 UN AGUA SANITARIA ...ETC. PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
158	O			01/06	1.518,53	0,00	1.518,53	1.518,53	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ACHOCOLATADO, 10 UN ALFACE ...ETC. PARA SER CONSUMIDOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
159	O			01/06	102,05	0,00	102,05	102,05	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 30,511L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
160	O			01/06	314,33	0,00	314,33	314,33	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA: 01 UN SHAMPO, 24 UN DETERGENTE ...ETC. PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 27/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
161	O			01/06	1.424,74	0,00	1.424,74	1.424,74	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: 0,546 KG QUEIJO COLONIAL, 6,55 KG CARNE TIPO COXA MOLE...ETC. PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
162	O		132/2017	01/06	106,06	0,00	106,06	106,06	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 31,709L GASOLINA PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLO PLACA GJF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 131/2017)																
163	O			01/06	2.241,97	0,00	2.241,97	2.241,97	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESSARCIMENTO SERVIDORA ROSELI APARECIDA FIGUEIREDO DA PM DE TURVO MES DE ABRIL DE 2017.																
164	O			01/06	1.120,98	0,00	1.120,98	1.120,98	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESSARCIMENTO SERVIDORA ROSELI APARECIDA FIGUEIREDO DA PM DE TURVO MES DE MAIO DE 2017.																
165	O			01/06	128,35	0,00	128,35	128,35	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	24 - SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CF BANCARIOS
PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIFAS BANCARIAS OFE AVISOS																
166	O			07/06	197,60	0,00	197,60	197,60	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO PARA SER UTILIZADOS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 28/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
167	O			09/06	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VALOR PARA CUSTEAR PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO CFE SOLICITAÇÃO.																
168	O			13/01/2017	1.265,07	0,00	1.265,07	1.265,07	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 ACHOCOLATADO, 02 UN AÇUCAR CRISTAL, ETC... PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 133/2017)																
169	O			13/01/2017	110,00	0,00	110,00	110,00	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN GAS DE COZINHA PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 134/2017)																
170	O			13/01/2017	274,74	0,00	274,74	274,74	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 03 UN AGUA SANITARIA, 02 UN ALCOOL, ETC... PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 135/2017)																
171	O			13/01/2017	340,78	0,00	340,78	340,78	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS: 02 UN COLHER, 01 COLHER MAIOR, ETC... PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 136/2017)																
172	O			13/01/2017	1.093,72	0,00	1.093,72	1.093,72	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 0,528 KG QUEIJO, 0,786, ETC... PARA SER CONSUMIDO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 137/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 29/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dat.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
173	O		139/2017	14/06	122,06	0,00	122,06	122,06	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 36,493 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO C/DIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Conta Direta Nº 139/2017)																
174	O			14/06	7.405,44	0,00	7.405,44	7.405,44	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE MAIO DE 2017																
175	O			16/06	1.491,37	0,00	1.491,37	1.491,37	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MAYARA POSSAMAI PAGNAN
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO CFE TERM																
176	O			30/06	29.681,66	0,00	29.681,66	29.681,66	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGO MES DE JUNHO DE 2017 CIAS
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE JUNHO DE 2017																
177	O			30/06	106,57	0,00	106,57	106,57	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 31,861 L DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO C/DIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
178	O			30/06	203,00	0,00	203,00	203,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CARTUCHO HP 74, 01 UN CARTUCHO HP 75 E 01 UN TECLADO USB, PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 30/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
179	O		3/0/06	30/06	220,00	0,00	220,00	220,00	0,00	0,00	46014.08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E FORMATAÇÃO EM MÁQUINAS PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
180	O		3/0/06	30/06	70,30	0,00	70,30	70,30	0,00	0,00	46014.08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
181	O		3/0/06	30/06	100,02	0,00	100,02	100,02	0,00	0,00	46014.08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 30.823 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4942 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
182	O		3/0/06	30/06	4.290,00	0,00	4.290,00	4.290,00	0,00	0,00	46014.08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	81 - DINGOS POINT GRASS LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 77 M² GRAMA SINTETICA PARA SEREM COLOCADAS EM ESPAÇO EXTERNO DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
183	O		07/07	07/07	5.486,60	0,00	5.486,60	5.486,60	0,00	0,00	46014.08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - FGTS
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DOS MESES DE MAIO E JUNHO/2017																
184	O		07/07	07/07	40,82	0,00	40,82	40,82	0,00	0,00	46014.08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	24 - SICOOB - SISTEMA DE COOPERATIVA DE CF
PELA DESPESA EMPENHADA REF TARIFAS BANCARIAS																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 31/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
185	O			24/07	31.642,96	0,00	31.642,96	31.642,96	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO MES DE JULHO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE JULHO DE 2017																
186	O			24/07	1.195,30	0,00	1.195,30	1.195,30	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF AQUISIÇÃO DE ROUPAS PARA AS CRIANÇAS ACOILHIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
187	O			24/07	765,49	0,00	765,49	765,49	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
188	O			24/07	1.166,47	0,00	1.166,47	1.166,47	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOILHIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
189	O			24/07	109,08	0,00	109,08	109,08	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF AQUISIÇÃO DE 33,105L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO CLO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
190	O			24/07	247,33	0,00	247,33	247,33	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 32/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
191 O				24/07	1.419,50	0,00	1.419,50	1.419,50	0,00-46014 08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME		
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
192 O				24/07	1.853,12	0,00	1.853,12	1.853,12	0,00-46014 08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME		
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOlhIDAS NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
193 O				24/07	436,59	0,00	436,59	436,59	0,00-46014 08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME		
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
194 O				24/07	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00-46014 08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	73 - NATAN VEIRA LUZZIETTI 09204607926		
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 06 UN ALBUM DE FOTO, PARA GUARDAR RECORDAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOlhIDAS NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
195 O				24/07	1.211,16	0,00	1.211,16	1.211,16	0,00-46014 08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT ERINA ME		
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
196 O				24/07	450,80	0,00	450,80	450,80	0,00-46014 08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT ERINA ME		
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 33/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
197	O			24/07	32,00	0,00	32,00	32,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	74 - VALCIONE SAVI SANTOS ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN VIDRO INCOLOR PARA MANUTENÇÃO DE JANELA DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
198	O			24/07	117,07	0,00	117,07	117,07	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 36,079 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
199	O			24/07	1.178,09	0,00	1.178,09	1.178,09	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
200	O			24/07	416,55	0,00	416,55	416,55	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
201	O		16/12/2017	26/07	1.302,91	0,00	1.302,91	1.302,91	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 16/2017)																
202	O		16/2017	26/07	708,49	0,00	708,49	708,49	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E HIGIENE PARA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 16/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 34/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
203 O			163/2017	26/07	321,47	0,00	321,47	321,47	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELLI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA MANUTENÇÃO ELETRICA DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 162/2017)																
204 O			164/2017	26/07	294,96	0,00	294,96	294,96	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELLI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO DE PISO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 163/2017)																
205 O			26/07		3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VALOR PARA CUSTEAR PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO CFE SOLICITAÇÃO(CAPACITAÇÃO PARA FUNCIONARIOS DO CIASS)																
206 O			165/2017	26/07	127,15	0,00	127,15	127,15	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 35,369 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 164/2017)																
207 O			166/2017	04/08	117,70	0,00	117,70	117,70	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 32,74 L DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 165/2017)																
208 O			167/2017	09/08	302,65	0,00	302,65	302,65	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITORIO E EXPEDIENTE PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 166/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 35/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Corta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
209	O		168/2017	10/08	79,00	0,00	79,00	79,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CARTUCHO REMANUFATURADO HP74, PARA UTILIZAR NA IMPRESSORA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 16/2017)																
210	O		169/2017	10/08	40,50	0,00	40,50	40,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	31 - BABAARTES E FIOS LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 3 UN PLÁSTICO FLANELADO TERMINCO, PARA USO NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 169/2017)																
211	O		170/2017	10/08	1.991,62	0,00	1.991,62	1.991,62	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 4,30 KG CARNE DE GADO TIPO ACEM, 01 UN AGHOCOLATADO ..ETC. PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 169/2017)																
212	O		171/2017	10/08	423,77	0,00	423,77	423,77	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA: 02 UN ABSORVENTE, 01 UN AGUA SANITARIA ..ETC. PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 170/2017)																
213	O		172/2017	11/08	718,39	0,00	718,39	718,39	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE: 02 UN DESINFETANTE, 10 UN LENÇO UMIDECIDO ..ETC. PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 171/2017)																
214	O		173/2017	11/08	125,23	0,00	125,23	125,23	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 35,833 L GASOLINA COMUM, PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 172/2017)																



## SANTA CATARINA

## CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

## Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 36/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Apo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/AI	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
215 O			174/2017	11/08	1.229,67	0,00	1.229,67	1.229,67	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT ERINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 6,23 KG CARNE BOVINA TIPO COXAÓ MOLE, 5,98 KG CARNE TIPO LOMBO BOVINO ..ETC. PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 173/2017)																
216 O			21/08	21/08	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA EMPENHADA REFERENTE VALOR PARA CLUSTEAR PEQUENAS DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO CFE SOLICITAÇÃO.																
217 O			21/08	21/08	7.322,36	0,00	7.322,36	7.322,36	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE JUNHO DE 2017																
218 O			21/08	21/08	7.360,15	0,00	7.360,15	7.360,15	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE JULHO DE 2017																
219 O			21/08	21/08	2.671,72	0,00	2.671,72	2.671,72	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - FGTS
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE JULHO/2017																
220 O			21/08	21/08	28.187,96	0,00	28.187,96	28.187,96	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO MES DE AGOSTO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENC TO DO MES DE AGOSTO DE 2017																
221 O			21/08	21/08	116,94	0,00	116,94	116,94	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 33,461 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLO PLACA QIF-4422 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



## SANTA CATARINA

## CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

## Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Página: 37/57

Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
222	O			21/08	245,00	0,00	245,00	245,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN GARRAFA TERMICA E 01 CHALEIRA ELETRICA PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
223	O			17/12/2017	209,00	0,00	209,00	209,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO E ESCOLAR PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 178/2017)																
224	O			17/8/2017	130,00	0,00	130,00	130,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 37,197 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CJO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 177/2017)																
225	O			17/9/2017	1.820,39	0,00	1.820,39	1.820,39	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN ABACAXI EM CALDA, 1.472 KG ABOBRINHA, ETC... PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 178/2017)																
226	O			18/02/2017	347,46	0,00	347,46	347,46	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE: 02 UN AGUA DE COLONIA, 01 UN DESINFETANTE, ETC... PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 179/2017)																
227	O			18/12/2017	120,00	0,00	120,00	120,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	7 - CALDIERARO E SILVA SAUDE E SEGURANÇA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVICOS NA AREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA O CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 180/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 38/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
228	O		182/2017	29/08	685,58	0,00	685,58	685,58	0,00	46014	06.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN SHAMPO, 01 UN TALCO, ETC...; PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 181/2017)																
229	O		183/2017	29/08	1.088,27	0,00	1.088,27	1.088,27	0,00	46014	06.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 0,914 KG QUEIJO COLONIAL- 5,372 KG CARNE BOVINA, ETC...; PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 182/2017)																
230	O		184/2017	30/08	163,00	0,00	163,00	163,00	0,00	46014	06.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CARTUCHO HP 75 E CARTUCHO HP 74 PARA IMPRESSORA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 183/2017)																
231	O		185/2017	01/09	123,87	0,00	123,87	123,87	0,00	46014	06.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMB
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 35,443 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CJO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 184/2017)																
232	O			01/09	583,33	0,00	583,33	583,33	0,00	46014	06.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO MES DE AGOSTO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE AGOSTO DE 2017																
233	O			01/09	6.330,81	0,00	6.330,81	6.330,81	0,00	46014	06.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - LUANA AGUIAR SARTOR - RESCISAO TERMO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO ACT CFE																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 39/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/A	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
234	O			01/09	40,00	0,00	40,00	40,00	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - TALITA DE COSTA ACCORDI SCUSSEL - RES
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO CFE TERMO																
235	O			01/09	2.567,60	0,00	2.567,60	2.567,60	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARIA ROSA DE OLIVEIRA - RESCISAO A PE
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO A PEDIDO CFE TERMO																
236	O			01/09	1.160,00	0,00	1.160,00	1.160,00	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARINA DE OLIVEIRA OLIVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE AGOSTO DE 2017																
237	O			01/09	7.790,70	0,00	7.790,70	7.790,70	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE AGOSTO DE 2017																
238	O			01/09	530,83	0,00	530,83	530,83	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESSARCIMENTO SERVIDORA ROSELI APARECIDA FIGUEIREDO E ANTONIO BORTOT DA PMDE TURVO REF 13 SALARIO DE 2017.																
239	O		186/2017	11/09	1.622,94	0,00	1.622,94	1.622,94	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTO/VANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 LITRO DE ACHOCOLATADO, 04 UN AÇUCAR, 03 APIM, ETC. PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 185/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 40/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
240 O			187/2017	11/09	414,03	0,00	414,03	414,03	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN ABSORVENTE, 01 UN AGUA DE COLONIA, ETC. PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 186/2017)																
241 O			188/2017	11/09	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN PRANCHA CABELO PARA USO NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 187/2017)																
242 O			188/2017	11/09	151,00	0,00	151,00	151,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	26 - TECNOELEIRO DELLA VECIA LTDA EPP
VALOR REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA REALIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 188/2017)																
243 O			190/2017	11/09	329,67	0,00	329,67	329,67	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	26 - TECNOELEIRO DELLA VECIA LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS: 01 UN TORNEIRA, 02 UN RESISTENCIA, 01 CHUVEIRO, PARA MANUTENÇÃO DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 189/2017)																
244 O			191/2017	11/09	122,27	0,00	122,27	122,27	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 34,986 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 190/2017)																
245 O			192/2017	12/09	1.022,56	0,00	1.022,56	1.022,56	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 6,135 KG CARNE TIPO COXA MOLE, 7,86 KG CARNE TIPO COSTELA DE GADO...ETC., PARA CONSUMO NO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 191/2017)																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 41/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**Relação de Empenhos Emitidos**

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
246 O			193/2017	12/09	843,55	0,00	843,55	843,55	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN SHAMPO, 07 UN DETERGENTE ETC... PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 192/2017)																
247 O			194/2017	13/09	183,30	0,00	183,30	183,30	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS FERREI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITORIO: 02 UN REIMA PAPEL A4, 01 UN LIVRO PONTO, 01 UN CADERNO, 01 UN PENAL, 01 UN LIVRO REGISTRO E 01 UN CAIXA ORGANIZADORA, PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 193/2017)																
248 O			195/2017	13/09	169,50	0,00	169,50	169,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	39 - NADIR PAROL CANDEO E CIA LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MOCHILA PARA CRIANÇAS ACOlhidas NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 194/2017)																
249 O			196/2017	15/09	1.500,00	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	8 - CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO I
REF. A VALOR ESTIMADO DE CONSUMO DE ENERGIA DA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 195/2017)																
250 O			26/09	29.511,15	0,00	29.511,15	29.511,15	29.511,15	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA DO MES DE SETEMBRO 2017
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCIDO DO MES DE SETEMBRO DE 2017																
251 O			26/09	470,00	0,00	470,00	470,00	470,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - SANTOS & MARCON LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN PNEU 175/70R E 02 UN VALVULA PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO CIO PLACA QIF-4942 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 42/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Corta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
252 O				26/09	40,00	0,00	40,00	40,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.000.00.00.00.00	82 - SANTOS & MARCON LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GEOMETRIA REALIZADO NO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
253 O				26/09	123,23	0,00	123,23	123,23	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.000.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 33,808 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4243 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
254 O				26/09	70,00	0,00	70,00	70,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.000.00.00.00.00	82 - SANTOS & MARCON LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN PASTILHA DIANTEIRA PARA MANUTENÇÃO DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
255 O				26/09	30,00	0,00	30,00	30,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.000.00.00.00.00	82 - SANTOS & MARCON LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA REALIZADA NA MANUTENÇÃO DO VEICULO C/JO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
256 O				26/09	246,20	0,00	246,20	246,20	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.000.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 DESINFETANTE, 02 UN ALCOOL, ETC... PARA UTILIZAR NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
257 O				26/09	1.712,69	0,00	1.712,69	1.712,69	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.000.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN ACHOCOLATADO, 01 UN ACUCAR, ETC... PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																



## SANTA CATARINA

## CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

## Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 43/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
258	O			26/09	74,83	0,00	74,83	74,83	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 20.532 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
259	O			26/09	137,07	0,00	137,07	137,07	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 37.605 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE.																
260	O		206/2017	27/09	175,00	0,00	175,00	175,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	3	4.4.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN ARMARIO MULTUISO PARA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 206/2017)																
261	O		207/2017	28/09	91,81	0,00	91,81	91,81	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 25,188 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CLIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 207/2017)																
262	O		208/2017	28/09	1.512,48	0,00	1.512,48	1.512,48	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 2.618 KG ABOBRINHA, 02 UN ACHOCOLADO, ETC.; PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 208/2017)																
263	O		209/2017	28/09	506,03	0,00	506,03	506,03	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - NANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 02 UN ABSORVENTE, 02 AGUA DE COLONIA, ETC.; PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 209/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 44/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
264	O		2102017	29/09	136,58	0,00	136,58	136,58	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00 82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 37,471 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DE VEICULO CLO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 2102017)																
265	O			29/09	5.436,11	0,00	5.436,11	5.436,11	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 24 - FGTS	
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2017																
266	O			02/10	1.927,64	0,00	1.927,64	1.927,64	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 34 - GIZELA DA CONCEIAO - RESCISAO ACT	
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CHE TERMO																
267	O			02/10	3.046,54	0,00	3.046,54	3.046,54	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 34 - LUIZ DOS SANTOS PEREIRA - RESCISAO AC	
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CHE TERMO																
268	O			02/10	1.735,52	0,00	1.735,52	1.735,52	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 34 - MONIQUE FELIPE GOMES - RESCISAO ACT	
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CHE TERMO																
269	O			02/10	5.319,50	0,00	5.319,50	5.319,50	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 34 - VANESSA SILVA DOS SANTOS FELIPE - RE	
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CHE TERMO																
270	O			02/10	5.718,92	0,00	5.718,92	5.718,92	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00 34 - CAMILA FARIAS - RESCISAO ACT	
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CHE TERMO																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 49/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
271	O			02/10	2.617,61	0,00	2.617,61	2.617,61	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - CINARA RANAKOSKI GUETNER ZEFERINO -
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CFE TERMO																
272	O			02/10	2.475,97	0,00	2.475,97	2.475,97	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - EDINARA BIZ - RESCISAO CONTRATO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CFE TERMO																
273	O			02/10	3.165,22	0,00	3.165,22	3.165,22	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - LIZETE BACK RESCISAO DE CONTRATO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CFE TERMO																
274	O			02/10	2.911,37	0,00	2.911,37	2.911,37	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARIA DAS GRACAS DELLA VECCHIA BORT -
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CFE TERMO																
275	O			02/10	3.249,45	0,00	3.249,45	3.249,45	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARIA LUIZA LUIZ - RESCISAO DE CONTRA
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CFE TERMO																
276	O			02/10	2.478,63	0,00	2.478,63	2.478,63	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - RAQUEL PADILHA GONCALVES - RESCISAO
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DO TERMINO DO CONTRATO ACT CFE TERMO																
277	O			02/10	719,09	0,00	719,09	719,09	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARINA DE OLIVEIRA OLIVO DIF VENCTO
PELA DESPESA EMPENHADA REF DIFERENCA DE VENCITOS E ADICIONAL NOTURNO DE SET/2017																



## SANTA CATARINA

## CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

## Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 46/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
278	O		211/2017	04/10	1.383,99	0,00	1.383,99	1.383,99	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 0,488 KG QUEIJO COLONIAL, 7,69 KG CARNE TIPO ALCATRA, ETC... PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 211/2017)																
279	O		212/2017	04/10	557,57	0,00	557,57	557,57	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE LIMPEZA E HIGIENE: 02 UN SHAMPO, 01 UN TALCO, ETC... PARA SER UTILIZADO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 212/2017)																
280	O		213/2017	08/10	116,02	0,00	116,02	116,02	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMER
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 31,83 LITROS DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 213/2017)																
281	O		214/2017	09/10	316,10	0,00	316,10	316,10	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ROUPAS PARA AS CRIANÇAS ACOlhIDAS NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 214/2017)																
282	O		215/2017	09/10	284,56	0,00	284,56	284,56	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE: 02 UN ABSORVENTE, 01 UN AGUA DE COLONIA, ETC... PARA USO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 215/2017)																
283	O		216/2017	09/10	1.771,55	0,00	1.771,55	1.771,55	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 02 UN ACHOCOLATADO, 08 UN AÇUCAR, ETC... PARA CONSUMO NA CASA DO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 216/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 47/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
284	O		217/2017	17/10	131,50	0,00	131,50	131,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 36,079 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO QJIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO CIASS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE. (Compra Direta Nº 217/2017)																
285	O		17/10	13.902,00	11.822,00	2.080,00	2.080,00	2.080,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	2 - BETHA SISTEMAS LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REFERENTE AO FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS DE COMPRAS, CONTABILIDADE E FOLHA COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, UTILIZANDO BANCO DE DADOS RELACIONADOS COMPRA DIRETA Nº 196/2017.																
286	O		219/2017	19/10	141,50	0,00	141,50	141,50	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	69 - COMERCIAL ATENAS LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN PESCOÇO DE VENTILADOR, 01 UN HELICE VENTILADOR E 01 UN JARRA DE LIQUIDIFICADOR, PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 218/2017)																
287	O		220/2017	20/10	422,91	0,00	422,91	422,91	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 02 UN ABSORVENTE, 01 UN ÁGUA SANITÁRIA, ETC., PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 219/2017)																
288	O		221/2017	20/10	1.374,62	0,00	1.374,62	1.374,62	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 16 UN ALFACE, 01 UN ARROZ, ETC., PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 220/2017)																
289	O		222/2017	23/10	356,40	0,00	356,40	356,40	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E ESCOLAR PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 221/2017)																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 48/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AE/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
290	O		223/2017	23/10	177,00	0,00	177,00	177,00	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CARTUCHO HP 74 E 01 UN CARTUCHO HP 75 PARA IMPRESSORA DO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 222/2017)																
291	O		224/2017	24/10	712,56	0,00	712,56	712,56	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN DESINFETANTE, 01 UN LIMPA VIDROS, ETC... PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 223/2017)																
292	O		225/2017	24/10	624,07	0,00	624,07	624,07	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN TALCO, 07 UN DETERGENTE, ETC... PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 224/2017)																
293	O		226/2017	24/10	818,04	0,00	818,04	818,04	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 0,788 KG QUELHO COLONIAL, 0,512 UN BACON, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 225/2017)																
294	O		227/2017	24/10	1.093,34	0,00	1.093,34	1.093,34	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 0,42 KG QUELHO COLONIAL, 6,375 KG CARNE TIPO COXA MOLE, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 226/2017)																
295	O		228/2017	25/10	42,00	0,00	42,00	42,00	0,00	46014	06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	74 - VALCIONE SAVI SANTOS ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN VIDRO PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 227/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 49/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contal	Funcional	Recurso	Proj/A	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
286	O		229/2017	28/10	113,61	0,00	113,61	113,61	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 228/2017)																
297	O			30/10	25.705,30	0,00	25.705,30	25.705,30	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS OUT
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE OUTUBRO DE 2017																
288	O			30/10	727,77	0,00	727,77	727,77	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - MARIA ROSA DE OLIVEIRA - RESCISAO ACT
PELA DESPESA EMPENHADA REF RESCISAO DE CONTRATO ACT CFE TERMO																
289	O			31/10	3.343,36	0,00	3.343,36	3.343,36	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - FGTS MES OUTUBRO
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE OUTUBRO DE 2017																
300	O			31/10	145,14	0,00	145,14	145,14	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 39,82 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR CFE COMPRA DIRETA Nº 228.																
301	O		231/2017	01/11	540,85	0,00	540,85	540,85	0,00	0,00	46014 08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 08 UN DETERGENTE DE LOUCA 04 UN CREME DENTAL ETC. PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 230/2017)																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 50/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AE/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
302	O		232/2017	01/11	1.355,44	0,00	1.355,44	1.355,44	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 12,19 KG CARNE TIPO COXAÓ MOLE; 11,088 KG CARNE TIPO LOMBO BOVINO, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 231/2017)																
303	O		233/2017	06/11	125,60	0,00	125,60	125,60	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEB
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 34,45 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 232/2017)																
304	O			07/11	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELA DESPESA EMPENHADA REF ADIANTAMENTO PARA CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO																
305	O		234/2017	07/11	3.000,00	0,00	1.147,24	1.147,24	1.852,76	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	48 - CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE AGI
REF. VALOR ESTIMADO PARA CONSUMO DE AGUA NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 233/2017)																
306	O		235/2017	09/11	73,10	0,00	73,10	73,10	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 02 UN BALA, 02 UN BISCOITO, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 234/2017)																
307	O		236/2017	09/11	319,34	0,00	319,34	319,34	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN ABSORVENTE, 01 UN AGUA SANITARIA, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 235/2017)																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 51/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AE/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
308	O		237/2017	09/11	1.438,02	0,00	1.438,02	1.438,02	0,00	0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN ACHOCOLATADO, 12 UN AGUA MINERAL, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 236/2017)																
309	O		238/2017	14/11	674,54	0,00	674,54	674,54	0,00	0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 0,49 KG BACON, 3,884 KG CARNE TIPO COSTELA DE GADO, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 237/2017)																
310	O		239/2017	14/11	466,52	0,00	466,52	466,52	0,00	0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE: 02 UN TALCO, 01 UN DESINFETANTE, ETC... PARA UTILIZAR NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 238/2017)																
311	O		240/2017	20/11	1.718,81	0,00	1.718,81	1.718,81	0,00	0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 1,84 KG ABCATE, 02 UN ACHOCOLATADO, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 239/2017)																
312	O		241/2017	20/11	530,43	0,00	530,43	530,43	0,00	0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN ABSORVENTE, 02 AGUA DE COLONIA, ETC... PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 240/2017)																
313	O		242/2017	20/11	239,30	0,00	239,30	239,30	0,00	0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITORIO E ESCOLAR PARA O ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 241/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 52/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Corta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Order/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
314	O		243/2017	21/11	471,90	0,00	471,90	471,90	0,00-46014	08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ROUPAS PARA USO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 242/2017)																
315	O		244/2017	21/11	280,70	0,00	280,70	280,70	0,00-46014	08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	28 - DARLETE CANDEO ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE ROUPAS PARA USO DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 243/2017)																
316	O		245/2017	24/11	141,46	0,00	141,46	141,46	0,00-46014	08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	62 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 36,79L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 244/2017)																
317	O		28/11		2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00-46014	08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS	
PELA DESPESA EMPENHADA REF ADIANTAMENTO PARA CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO																
318	O		246/2017	28/11	1.155,09	0,00	1.155,09	1.155,09	0,00-46014	08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 12,83 KG CARNE TIPO COXAÓ MOLE, 4,648 KG CARNE TIPO COSTELA, TEC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 245/2017)																
319	O		247/2017	28/11	304,44	0,00	304,44	304,44	0,00-46014	08.243.000-	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME	
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 24 UN DETERGENTE DE LOUCA, 01 UN ESPONJA DE LÁ, ETC... PARA UTILIZAR NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 246/2017)																



## SANTA CATARINA

## CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

## Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 53/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
320	O			28/11	26.682,36	0,00	26.682,36	26.682,36	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - FOLHA PAGTO CIASS NOVENBERO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCITO DO MES DE NOVENBERO DE 2017																
321	O		248/2017	30/11	1.554,40	0,00	1.554,40	1.554,40	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	38 - BERNARDETE CANDEO ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE VÁRIAS ROUPAS DE CAMA PARA TROCA DE ENXOVAL DO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 247/2017)																
322	O		249/2017	30/11	381,80	0,00	381,80	381,80	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	38 - BERNARDETE CANDEO ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE VÁRIAS ROUPAS PARA AS CRIANÇAS ACOlhIDAS NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 248/2017)																
323	O		250/2017	05/12	166,52	0,00	166,52	166,52	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	27 - CASA GRANDE M. C. EIRELI EPP
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA MANUTENÇÃO DO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 249/2017)																
324	O			05/12	3.000,00	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	36 - SANDRA REGINA BLAZIUS
PELA DESPESA EMPENHADA REF ADIANTAMENTO PARA CUSTEAR DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO																
325	O		251/2017	08/12	127,26	0,00	127,26	127,26	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 33,088 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-4342 PERTENCENTE AO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 250/2017)																
326	O		252/2017	08/12	1.261,11	0,00	1.261,11	1.261,11	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVANI E CIA LTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 05 UN AGUCAR REFINADO, 12 UN AGUA MINERAL, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 251/2017)																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 54/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
Relação de Empenhos Emitidos

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
327	O		253/2017	08/12	550,38	0,00	550,38	550,38	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVAR E CIALTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA: 01 UN. ABSORVENTE, 01 UN. AGUA SANITARIA, ETC... PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta N° 252/2017)																
328	O		254/2017	08/12	101,30	0,00	101,30	101,30	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	43 - MANTOVAR E CIALTDA ME
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS: 01 UN. AÇUCAR MASCADO, 02 UN. AVEIA SECA, 02 UN. AVEIA, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta N° 253/2017)																
329	O		255/2017	08/12	540,00	0,00	540,00	540,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	60 - VP CAR VEICULOS LTDA
VALOR REF. A REVISÃO COM TROCA DE FILTROS E ÓLEO DO VEICULO CUIO PLACA QIF-432 PERTENCENTE AO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta N° 254/2017)																
330	O		256/2017	08/12	637,03	0,00	637,03	637,03	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	8 - CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO L
VALOR REF. AO CONSUMO DE ENERGIA MES. NOVEMBRO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta N° 255/2017)																
331	O			08/12	9.167,65	0,00	9.167,65	9.167,65	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - 13 SALARIO DE 2017
PELA DESPESA EMPENHADA REF 13 SALARIO INTEGRAL DE 2017																
332	O			14/12	6.864,29	0,00	6.864,29	6.864,29	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE SETEMBRO DE 2017																
333	O			14/12	5.979,05	0,00	5.979,05	5.979,05	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE OUTUBRO DE 2017																



**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Betha Sistemas  
 Exercício de 2017  
 Página: 55/57  
 Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**Relação de Empenhos Emitidos**

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Apo	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contab.	Funcional	Recurso	Proj/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
334	O			20/12	24.434,07	0,00	24.434,07	24.434,07	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - CIASS CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE AS
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO MES DE DEZEMBRO DE 2017																
335	O			20/12	658,18	0,00	658,18	658,18	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	34 - CARLA PERLUNGIERI PINHEIRO
PELA DESPESA EMPENHADA REF VENCTO DO ES DE DEZEMBRO DE 2017																
336	O			20/12	2.251,99	0,00	2.251,99	2.251,99	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - FGTS DO MES DE NOVENBRO
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE NOVENBRO DE 2017																
337	O			20/12	6.206,31	0,00	6.206,31	6.206,31	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE NOVENBRO DE 2017																
338	O			20/12	2.132,39	0,00	2.132,39	2.132,39	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO 13 SALARIO DE 2017																
339	O			20/12	5.836,45	0,00	5.836,45	5.836,45	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	35 - INSS
PELA DESPESA EMPENHADA REF INSS DO MES DE DEZEMBRO DE 2017																
340	O			20/12	599,00	0,00	599,00	599,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2.001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	5 - AMPLA COMERCIAL LTDA EPP
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF AQUISICAO DE 08 UN PROTETOR DE COLCHAO, PARA USNO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR.																



Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Página: 56/57  
Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
**Relação de Empenhos Emitidos**

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida
<b>Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE</b>																
341 O				20/12	204,35	0,00	204,35	204,35	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	80 - CARLOS ROBERTO DOS SANTOS EIRELI
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E DIDÁTICO PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR.																
342 O				20/12	82,00	0,00	82,00	82,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	16 - GOLD COMPUTADORES LTDA
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 01 UN CARTUCHO HP PRETO 901 PARA USO NA IMPRESSORA DO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR.																
343 O				20/12	964,78	0,00	964,78	964,78	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: 62 KG CARNE TIPO COXÃO MOLE, 4,86 KG CARNE TIPO COSTELA DE GADO, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR.																
344 O				20/12	165,52	0,00	165,52	165,52	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	18 - MARIA STELA BRISTOT BRINA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE: 01 UN DESINFETANTE, 01 UN SABÃO EM BARRA, ETC... PARA CONSUMO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR.																
345 O				20/12	113,55	0,00	113,55	113,55	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	31 - BABA ARTES E FIOS LTDA ME
PELA DESPESA EMPENHADA VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 06 UN FITA, 2,5 PLÁSTICO FLANELADO, ETC... PARA USO NO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR.																
346 O			263/2017	20/12	140,00	0,00	140,00	140,00	0,00	46014	08.243.000	0001	2,001	2	3.3.90.00.00.00.00.00	82 - ROMANO COMERCIO VAREJISTA DE COMEX
VALOR REF. AQUISIÇÃO DE 36,412 L GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DO VEÍCULO CJO PLACA QIF- 4342 PERTENCENTE AO ABRIGO INSTITUCIONAL CATIVAR. (Compra Direta Nº 262/2017)																



SANTA CATARINA

CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Página: 57/57

Período de 01/01/2017 até 31/12/2017

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Contá	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Divida
Entidade: 1 - CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE																
347	O			28/12	2.007,38	0,00	2.007,38	2.007,38		0,00	46014 06.243.000	0001	2.001	1	3.1.90.00.00.00.00.00	24 - fgts de dezembro
PELA DESPESA EMPENHADA REF FGTS DO MES DE DEZEMBRO DE 2017																

Total da Entidade:

798.999,89

13.522,00

781.343,40

781.343,40

4.134,49

Total do Período:

798.999,89

13.522,00

781.343,40

781.343,40

4.134,49

Tuwo, 17/01/2018

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Sandra Regina Eliasius

Coordenadora Social

Juir Antonio Rovaris

Contador

Valdimir Rocha

Tesoureiro



## PC\_MUNICIPIOS\_2017\_VALORES EXECUTADOS

Publicação Nº 1493185

Ente Consorciado: 3 - MUNICIPIO DE ERMO					Contrato: 3					
Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado Anl. Empenhos	Liquidada Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago			
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	18.948,97	18.948,97	18.948,92	0,00			
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	434,48	434,48	434,48	0,00			
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	1.632,04	1.632,04	1.632,04	0,00			
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	4.029,99	4.029,99	4.029,99	0,00			
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	262,63	262,63	262,63	0,00			
3.3.90.30.02.00.00.00	8	243	01	10,22	10,22	10,22	0,00			
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	15,63	15,63	15,63	0,00			
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	3.035,44	3.035,44	3.035,44	0,00			
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	262,78	262,78	262,78	0,00			
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	73,67	73,67	73,67	0,00			
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	1.119,01	1.119,01	1.119,01	0,00			
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	105,67	105,67	105,67	0,00			
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	117,30	117,30	117,30	0,00			
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	35,37	35,37	35,37	0,00			
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	25,59	25,59	25,59	0,00			
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	994,33	994,33	994,33	0,00			
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	739,33	739,33	739,33	0,00			
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	1.080,56	1.080,56	1.080,56	0,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	833,18	833,18	833,18	0,00			
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	19,25	19,25	19,25	0,00			
3.3.90.39.19.00.00.00	8	243	01	85,45	85,45	85,45	0,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	385,64	385,64	385,64	0,00			
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	710,90	613,32	613,32	0,00			
3.3.90.39.47.00.00.00	8	243	01	255,92	157,54	157,54	0,00			
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	8,01	8,01	8,01	0,00			
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	11,09	11,09	11,09	0,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	2.388,46	1.747,61	1.747,61	0,00			
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	161,23	161,23	161,23	0,00			
4.4.90.52.36.00.00.00	8	243	01	47,27	47,27	47,27	0,00			
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	37,58	37,58	37,58	0,00			
Total do Contrato:				37.866,99	37.030,18	37.030,13	0,00			
Total Geral:				37.866,99	37.030,18	37.030,13	0,00			

Página: 1  
Exercício de 2017  
Período: Janeiro à Dezembro

**SANTA CATARINA**  
**CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**  
 Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado



**SANTA CATARINA****CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1  
Exercício de 2017  
Período: Janeiro à Dezembro

**Ente Consorciado: 2 - MUNICIPIO DE JACINTO MACHADO****Contrato: 3**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado Anl. Empenhos	Liquidado Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	106.115,07	106.115,07	106.115,06	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	2.433,12	2.433,12	2.433,13	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	9.139,48	9.139,48	9.139,48	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	22.568,05	22.568,05	22.568,05	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	1.470,74	1.470,74	1.470,74	0,00
3.3.90.30.02.00.00.00	8	243	01	57,21	57,21	57,21	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	87,57	87,57	87,57	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	16.998,76	16.998,76	16.998,76	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	1.471,68	1.471,68	1.471,68	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	412,54	412,54	412,54	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	6.266,44	6.266,44	6.266,44	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	591,76	591,76	591,76	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	656,89	656,89	656,89	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	198,08	198,08	198,08	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	143,32	143,32	143,32	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	5.568,35	5.568,35	5.568,35	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	4.140,29	4.140,29	4.140,29	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	6.051,19	6.051,19	6.051,19	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	4.665,81	4.665,81	4.665,81	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	107,76	107,76	107,76	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	8	243	01	478,47	478,47	478,47	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	2.159,59	2.159,59	2.159,59	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	3.981,05	3.434,66	3.434,66	0,00
3.3.90.39.47.00.00.00	8	243	01	1.433,18	882,24	882,24	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	44,89	44,89	44,89	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	62,10	62,10	62,10	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	13.375,49	9.786,73	9.786,72	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	902,90	902,90	902,90	0,00
4.4.90.52.36.00.00.00	8	243	01	264,74	264,74	264,74	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	210,46	210,46	210,46	0,00
<b>Total do Contrato:</b>				<b>212.056,98</b>	<b>207.370,89</b>	<b>207.370,88</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>212.056,98</b>	<b>207.370,89</b>	<b>207.370,88</b>	<b>0,00</b>



**SANTA CATARINA****CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1  
Exercício de 2017  
Período: Janeiro à Dezembro

**Ente Consorciado: 5 - MUNICIPIO DE MELEIRO****Contrato: 3**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado Anl. Empenhos	Liquidado Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	70.111,52	70.111,52	70.111,51	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	1.607,59	1.607,59	1.607,60	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	6.038,56	6.038,56	6.038,56	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	14.911,00	14.911,00	14.911,00	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	971,71	971,71	971,71	0,00
3.3.90.30.02.00.00.00	8	243	01	37,80	37,80	37,80	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	57,87	57,87	57,87	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	11.231,26	11.231,26	11.231,26	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	972,34	972,34	972,34	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	272,57	272,57	272,57	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	4.140,33	4.140,33	4.140,33	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	390,98	390,98	390,98	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	434,02	434,02	434,02	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	130,86	130,86	130,86	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	94,69	94,69	94,69	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	3.679,07	3.679,07	3.679,07	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	2.735,54	2.735,54	2.735,54	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	3.998,09	3.998,09	3.998,09	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	3.082,75	3.082,75	3.082,75	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	71,20	71,20	71,20	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	8	243	01	316,13	316,13	316,13	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	1.426,87	1.426,87	1.426,87	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	2.630,33	2.269,32	2.269,32	0,00
3.3.90.39.47.00.00.00	8	243	01	946,92	582,91	582,91	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	29,67	29,67	29,67	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	41,03	41,03	41,03	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	8.837,34	2.371,15	6.466,18	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	596,56	596,56	596,56	0,00
4.4.90.52.36.00.00.00	8	243	01	174,92	174,92	174,92	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	139,06	139,06	139,06	0,00
<b>Total do Contrato:</b>				<b>140.108,58</b>	<b>137.012,41</b>	<b>137.012,40</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>140.108,58</b>	<b>137.012,41</b>	<b>137.012,40</b>	<b>0,00</b>



**SANTA CATARINA****CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1  
Exercício de 2017  
Período: Janeiro à Dezembro

**Ente Consorciado: 6 - MUNICIPIO DE MORRO GRANDE****Contrato: 3**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado Anl. Empenhos	LiquidadoAnl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	28.423,94	28.423,94	28.423,72	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	651,74	651,74	651,73	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	2.448,09	2.448,09	2.448,09	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	6.045,05	6.045,05	6.045,05	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	393,94	393,94	393,94	0,00
3.3.90.30.02.00.00.00	8	243	01	15,32	15,32	15,32	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	23,46	23,46	23,46	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	4.553,34	4.553,34	4.553,34	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	394,23	394,23	394,23	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	110,51	110,51	110,51	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	1.678,63	1.678,63	1.678,63	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	158,50	158,50	158,50	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	175,97	175,97	175,97	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	53,05	53,05	53,05	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	38,39	38,39	38,39	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	1.491,51	1.491,51	1.491,51	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	1.109,01	1.109,01	1.109,01	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	1.620,88	1.620,88	1.620,88	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	1.249,77	1.249,77	1.249,77	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	28,84	28,84	28,84	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	8	243	01	128,16	128,16	128,16	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	578,47	578,47	578,47	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	1.066,36	919,97	919,97	0,00
3.3.90.39.47.00.00.00	8	243	01	383,88	236,30	236,30	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	12,04	12,04	12,04	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	16,64	16,64	16,64	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	3.582,73	2.621,41	2.621,43	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	241,85	241,85	241,85	0,00
4.4.90.52.36.00.00.00	8	243	01	70,91	70,91	70,91	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	56,38	56,38	56,38	0,00
<b>Total do Contrato:</b>				<b>56.801,59</b>	<b>55.546,30</b>	<b>55.546,09</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>56.801,59</b>	<b>55.546,30</b>	<b>55.546,09</b>	<b>0,00</b>



**SANTA CATARINA****CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1  
Exercício de 2017  
Período: Janeiro à Dezembro

Ente Consorciado: 4 - MUNICIPIO DE TIMBE DO SUL				Contrato: 3			
Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado Anl. Empenhos	LiquidadoAnl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	53.057,34	53.057,34	53.057,30	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	1.216,56	1.216,56	1.216,55	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	4.569,74	4.569,74	4.569,74	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	11.283,97	11.283,97	11.283,97	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	735,35	735,35	735,35	0,00
3.3.90.30.02.00.00.00	8	243	01	28,60	28,60	28,60	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	43,80	43,80	43,80	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	8.499,37	8.499,37	8.499,37	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	735,81	735,81	735,81	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	206,27	206,27	206,27	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	3.133,27	3.133,27	3.133,27	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	295,88	295,88	295,88	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	328,46	328,46	328,46	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	99,04	99,04	99,04	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	71,66	71,66	71,66	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	2.784,18	2.784,18	2.784,18	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	2.070,14	2.070,14	2.070,14	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	3.025,58	3.025,58	3.025,58	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	2.332,87	2.332,87	2.332,87	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	53,88	53,88	53,88	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	8	243	01	239,23	239,23	239,23	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	1.079,79	1.079,79	1.079,79	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	1.990,51	1.717,34	1.717,34	0,00
3.3.90.39.47.00.00.00	8	243	01	716,59	441,15	441,15	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	22,45	22,45	22,45	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	31,05	31,05	31,05	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	6.687,72	4.893,34	4.893,34	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	451,45	451,45	451,45	0,00
4.4.90.52.36.00.00.00	8	243	01	132,37	132,37	132,37	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	105,23	105,23	105,23	0,00
<b>Total do Contrato:</b>				<b>106.028,16</b>	<b>103.685,17</b>	<b>103.685,12</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>106.028,16</b>	<b>103.685,17</b>	<b>103.685,12</b>	<b>0,00</b>



**SANTA CATARINA****CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE**

Relatório de Valores Executados por Ente Consorciado

Página: 1  
Exercício de 2017  
Período: Janeiro à Dezembro

**Ente Consorciado: 1 - MUNICIPIO DE TURVO****Contrato: 3**

Elemento	Função	Subfunção	Aplicação	Empenhado Anl. Empenhos	Liquidado Anl. Liquidações	Pago	Anl. Pago
3.1.90.11.01.00.00.00	8	243	01	123.169,27	123.169,27	123.169,60	0,00
3.1.90.11.43.00.00.00	8	243	01	2.824,16	2.824,16	2.824,16	0,00
3.1.90.13.01.00.00.00	8	243	01	10.608,35	10.608,35	10.608,35	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00	8	243	01	26.195,05	26.195,05	26.195,05	0,00
3.3.90.30.01.00.00.00	8	243	01	1.707,06	1.707,06	1.707,06	0,00
3.3.90.30.02.00.00.00	8	243	01	66,40	66,40	66,40	0,00
3.3.90.30.04.00.00.00	8	243	01	101,67	101,67	101,67	0,00
3.3.90.30.07.00.00.00	8	243	01	19.730,72	19.730,72	19.730,72	0,00
3.3.90.30.16.00.00.00	8	243	01	1.708,19	1.708,19	1.708,19	0,00
3.3.90.30.20.00.00.00	8	243	01	478,84	478,84	478,84	0,00
3.3.90.30.22.00.00.00	8	243	01	7.273,61	7.273,61	7.273,61	0,00
3.3.90.30.23.00.00.00	8	243	01	686,87	686,87	686,87	0,00
3.3.90.30.24.00.00.00	8	243	01	762,48	762,48	762,48	0,00
3.3.90.30.26.00.00.00	8	243	01	229,91	229,91	229,91	0,00
3.3.90.30.39.00.00.00	8	243	01	166,35	166,35	166,35	0,00
3.3.90.30.99.00.00.00	8	243	01	6.463,29	6.463,29	6.463,29	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00	8	243	01	4.805,69	4.805,69	4.805,69	0,00
3.3.90.36.35.00.00.00	8	243	01	7.023,70	7.023,70	7.023,70	0,00
3.3.90.36.99.00.00.00	8	243	01	5.415,62	5.415,62	5.415,62	0,00
3.3.90.39.16.00.00.00	8	243	01	125,07	125,07	125,07	0,00
3.3.90.39.19.00.00.00	8	243	01	555,36	555,36	555,36	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	8	243	01	2.506,67	2.506,67	2.506,67	0,00
3.3.90.39.44.00.00.00	8	243	01	4.620,85	3.986,70	3.986,70	0,00
3.3.90.39.47.00.00.00	8	243	01	1.663,51	1.024,06	1.024,06	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00	8	243	01	52,11	52,11	52,11	0,00
3.3.90.39.90.00.00.00	8	243	01	72,09	72,09	72,09	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00	8	243	01	15.525,11	11.359,57	11.359,57	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	8	243	01	1.048,01	1.048,01	1.048,01	0,00
4.4.90.52.36.00.00.00	8	243	01	307,29	307,29	307,29	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	8	243	01	244,29	244,29	244,29	0,00
<b>Total do Contrato:</b>				<b>246.137,59</b>	<b>240.698,45</b>	<b>240.698,78</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral:</b>				<b>246.137,59</b>	<b>240.698,45</b>	<b>240.698,78</b>	<b>0,00</b>



RGF 2 SEM DE 2017

Publicação Nº 1493165

**MUNICÍPIO DE TURVO - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	542.543,39	0,00	542.543,39
Pessoal Ativo	528.463,13	0,00	528.463,13
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18	14.080,26	0,00	14.080,26
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	542.543,39	0,00	542.543,39
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)	542.543,39	0,00	542.543,39
DESPESAS BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO	
MUNICÍPIO DE TIMBE DO SUL	96.583,67	71.996,08	
MUNICÍPIO DE ERMO	34.493,93	25.712,78	
MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE	51.741,56	38.569,80	
MUNICÍPIO DE MELEIRO	127.628,32	95.137,71	
MUNICÍPIO DE TURVO	224.212,52	167.134,35	
MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO	193.167,74	143.992,67	
TOTAL	727.827,74	542.543,39	



MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>43.916,45</b>	<b>34.893,50</b>	<b>9.775,79</b>
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	34.893,50	9.775,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	83.211,96	9.775,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	48.318,46	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>642.129,25</b>	<b>736.437,12</b>	<b>747.202,74</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>770.555,10</b>	<b>883.724,54</b>	<b>896.643,29</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>693.499,59</b>	<b>795.352,09</b>	<b>806.978,96</b>
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	12.702,77	6.643,39
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22.726,00	32.074,06
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

FONTE:



MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)		R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>642.129,25</b>	<b>736.437,12</b>	<b>747.202,74</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>141.268,44</b>	<b>162.016,17</b>	<b>164.384,60</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>127.141,60</b>	<b>145.814,55</b>	<b>147.946,14</b>
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>			
<b>FONTE:</b>			



**MUNICÍPIO DE TURVO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2017/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
<b>TOTAL (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>747.202,74</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>119.552,44</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>107.597,19</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>52.304,19</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:



**MUNICÍPIO DE TURVO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2017/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 5(Portaria STN nº 72/2012, art. 15, inciso IV, a)

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Do Exercício (c)	Restos a pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - CONTRATO DE RATEIO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		747.202,74	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		542.543,39	72,61
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>		448.321,64	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>		425.905,56	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		896.643,29	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		164.384,60	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		119.552,44	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		52.304,19	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
Valor Total		4.134,49	9.775,79

FONTE:



## Publicação Nº 1493162

**RRERO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)**

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)						R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>						
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00				0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00				0,00	0,00
<b>DESPESAS</b>						
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>						
Despesas de Capital	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00 0,00	0,00 0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (llf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lilf + lilg)
<b>Valor(III)</b>	0,00	0,00				0,00

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

**TIAGO ZILLI**  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

**Nestor Reco**  
**Responsável pelo Controle Interno**



Município de Turvo - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
 Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			696.300,00	
Previsão Atualizada			696.300,00	
Receitas Realizadas			620.002,74	
Déficit Orçamentário			30.641,74	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			696.300,00	
Créditos Adicionais			100.000,00	
Dotação Atualizada			796.300,00	
Despesas Empenhadas			679.355,23	
Despesas Liquidadas			650.644,48	
Despesas pagas			637.448,38	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			679.355,23	
Despesas Liquidadas			650.644,48	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			779.642,74	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	-30.641,74	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			5.192,50	24.807,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14 R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Limite Constitucional Anual	
		Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00
			0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
			0,00
Total das despesas/RCL (%)			0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI

Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris

Contador

Nestor Reco

Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>154.352,02</b>	<b>22,17</b>	<b>620.002,74</b>	<b>89,04</b>	<b>76.297,26</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>154.352,02</b>	<b>22,17</b>	<b>620.002,74</b>	<b>89,04</b>	<b>76.297,26</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	151.147,22	21,71	587.022,22	84,31	109.277,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	696.300,00	696.300,00	151.147,22	21,71	587.022,22	84,31	109.277,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	3.204,80	0,00	32.980,52	0,00	-32.980,52
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	3.204,80	0,00	32.980,52	0,00	-32.980,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>154.352,02</b>	<b>22,17</b>	<b>620.002,74</b>	<b>89,04</b>	<b>76.297,26</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>154.352,02</b>	<b>22,17</b>	<b>620.002,74</b>	<b>89,04</b>	<b>76.297,26</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>30.641,74</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>154.352,02</b>	<b>22,17</b>	<b>650.644,48</b>	<b>93,44</b>	<b>45.655,52</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	116.944,77	158.808,82	650.644,48	145.655,52	637.448,38
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	666.300,00	766.300,00	155.270,51	674.162,73	92.137,27	158.633,82	645.451,98	120.848,02	632.255,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	510.000,00	118.561,59	436.243,01	73.756,99	118.561,59	436.243,01	73.756,99	427.773,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.300,00	256.300,00	36.708,92	237.919,72	18.380,28	40.072,23	209.208,97	47.091,03	204.482,02
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	30.000,00	30.000,00	175,00	5.192,50	24.807,50	175,00	5.192,50	24.807,50	5.192,50
INVESTIMENTOS	30.000,00	30.000,00	175,00	5.192,50	24.807,50	175,00	5.192,50	24.807,50	5.192,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	116.944,77	158.808,82	650.644,48	145.655,52	637.448,38
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	116.944,77	158.808,82	650.644,48	145.655,52	637.448,38
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	—	158.808,82	650.644,48	—	637.448,38
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de Turvo - SC  
CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASSJuir Antonio Rovaris  
ContadorNestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)
R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
			% (b/Total b)	% (d/Total d)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	100,00	158.808,82	650.644,48	145.655,52
ASSISTENCIA SOCIAL	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	100,00	158.808,82	650.644,48	145.655,52
Assistência a Criança e ao Adolescente	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	100,00	158.808,82	650.644,48	145.655,52
TOTAL (III) = (I + II)	696.300,00	796.300,00	155.445,51	679.355,23	100,00	158.808,82	650.644,48	145.655,52

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R\$ 1,00

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASS

Julir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reao  
Responsável pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017  
Entidade: QKSS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Maio/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>73.140,00</b>	<b>86.500,00</b>	<b>1.400,00</b>	<b>38.801,92</b>	<b>104.002,64</b>	<b>72.475,91</b>	<b>81.367,85</b>	<b>58.868,80</b>	<b>45.838,80</b>	<b>62.903,80</b>	<b>85.802,02</b>	<b>68.550,00</b>	<b>779.642,74</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.E.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.J.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	96.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	43.725,00	58.575,00	82.947,22	68.200,00	744.022,22
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	70.500,00	86.500,00	0,00	38.101,00	96.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	43.725,00	58.575,00	82.947,22	68.200,00	744.022,22
Transferências de LC 61/1999	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.640,00	0,00	1.400,00	700,92	8.728,64	700,91	6.842,85	4.958,80	2.114,80	4.328,80	2.854,80	350,00	35.620,52
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)</b>	<b>73.140,00</b>	<b>86.500,00</b>	<b>1.400,00</b>	<b>38.801,92</b>	<b>104.002,64</b>	<b>72.475,91</b>	<b>81.367,85</b>	<b>58.868,80</b>	<b>45.838,80</b>	<b>62.903,80</b>	<b>85.802,02</b>	<b>68.550,00</b>	<b>779.642,74</b>

FONTE  
 Turvo, 16/01/2018  
 \_\_\_\_\_  
 TIAGO ZILLI  
 Presidente do QKSS  
 \_\_\_\_\_  
 JUIR ANTONIO ROVERIS  
 Contador  
 \_\_\_\_\_  
 NESTOR RECO  
 Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	24.374,90	23.759,93
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	24.374,90	23.759,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	37.814,46	36.956,03
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	13.439,56	13.196,10
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>		
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsavel pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>620.002,74</b>	<b>482.489,25</b>
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	696.300,00	587.022,22	476.000,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	696.300,00	587.022,22	476.000,00
Demais Receitas Correntes	0,00	32.980,52	6.489,25
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	32.980,52	6.489,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>620.002,74</b>	<b>482.489,25</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>766.300,00</b>	<b>674.162,73</b>	<b>549.897,29</b>	<b>645.451,98</b>	<b>519.488,96</b>
Pessoal e Encargos Sociais	510.000,00	436.243,01	324.579,78	436.243,01	324.579,78
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	256.300,00	237.919,72	225.317,51	209.208,97	194.909,18
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>766.300,00</b>	<b>674.162,73</b>	<b>549.897,29</b>	<b>645.451,98</b>	<b>519.488,96</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>30.000,00</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>
Investimentos	30.000,00	5.192,50	44.603,90	5.192,50	44.603,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>30.000,00</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>796.300,00</b>	<b>679.355,23</b>	<b>594.501,19</b>	<b>650.644,48</b>	<b>564.092,86</b>



Município de Turvo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-100.000,00	-59.352,49	-112.011,94	-30.641,74	-81.603,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI	Juir Antonio Rovaris	Nestor Reco
Presidente do CIASS	Contador	Responsável pelo Controle Interno







## Publicação Nº 1493163

RRERO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00				0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00				0,00	
DESPESAS							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (fb - (llf + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lll + llj)	
Valor(III)	0,00	0,00				0,00	

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

**TIAGO ZILLI**  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

**Nestor Reco**  
**Responsável pelo Controle Interno**



Município de Turvo - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
 Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		696.300,00	
Previsão Atualizada		696.300,00	
Receitas Realizadas		747.202,74	
Déficit Orçamentário		34.140,66	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		696.300,00	
Créditos Adicionais		120.000,00	
Dotação Atualizada		816.300,00	
Despesas Empenhadas		785.477,89	
Despesas Liquidadas		781.343,40	
Despesas pagas		781.343,40	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		4.134,49	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		785.477,89	
Liquidadas		781.343,40	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		4.134,49	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		747.202,74	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	0,00	-38.275,15	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		5.192,50	4.807,50

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de Turvo - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno





Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>127.200,00</b>	<b>18,27</b>	<b>747.202,74</b>	<b>107,31</b>	<b>-50.902,74</b>
RECEITAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	127.200,00	18,27	747.202,74	107,31	-50.902,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	696.300,00	696.300,00	126.500,00	18,17	713.522,22	102,47	-17.222,22
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	700,00	0,00	33.680,52	0,00	-33.680,52
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	700,00	0,00	33.680,52	0,00	-33.680,52
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>127.200,00</b>	<b>18,27</b>	<b>747.202,74</b>	<b>107,31</b>	<b>-50.902,74</b>
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>127.200,00</b>	<b>18,27</b>	<b>747.202,74</b>	<b>107,31</b>	<b>-50.902,74</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>34.140,66</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>696.300,00</b>	<b>127.200,00</b>	<b>18,27</b>	<b>781.343,40</b>	<b>112,21</b>	<b>-85.043,40</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>816.300,00</b>	<b>106.122,66</b>	<b>785.477,89</b>	<b>30.822,11</b>	<b>130.698,92</b>	<b>781.343,40</b>	<b>34.956,60</b>	<b>781.343,40</b>	<b>4.134,49</b>
DESPESAS CORRENTES	666.300,00	806.300,00	106.122,66	780.285,39	26.014,61	130.698,92	776.150,90	30.149,10	776.150,90	4.134,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	450.000,00	530.000,00	92.220,12	528.463,13	1.536,87	92.220,12	528.463,13	1.536,87	528.463,13	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.300,00	276.300,00	13.902,54	251.822,26	24.477,74	38.478,80	247.687,77	28.612,23	247.687,77	4.134,49

Continua 1/2



Continuação 2/2

Município de Turvo - SC  
 CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	30.822,11	130.698,92	781.343,40	34.956,60	781.343,40	4.134,49
DESPESAS DE CAPITAL	30.000,00	10.000,00	0,00	5.192,50	4.807,50	0,00	5.192,50	4.807,50	5.192,50	0,00
INVESTIMENTOS	30.000,00	10.000,00	0,00	5.192,50	4.807,50	0,00	5.192,50	4.807,50	5.192,50	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	30.822,11	130.698,92	781.343,40	34.956,60	781.343,40	4.134,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	30.822,11	130.698,92	781.343,40	34.956,60	781.343,40	4.134,49
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	743.088,25
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	—	130.698,92	781.343,40	—	781.343,40	747.202,74
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

 TIAGO ZILLI  
 Presidente do CIASS

 Julir Antonio Rovaris  
 Contador

 Nestor Reco  
 Responsável pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (e-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	100,00	30.822,11	130.698,92	781.343,40	100,00	34.956,60	4.134,49
ASSISTENCIA SOCIAL	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	100,00	30.822,11	130.698,92	781.343,40	100,00	34.956,60	4.134,49
Assistência a Criança e ao Adolescente	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	100,00	30.822,11	130.698,92	781.343,40	100,00	34.956,60	4.134,49
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	696.300,00	816.300,00	106.122,66	785.477,89	100,00	30.822,11	130.698,92	781.343,40	100,00	34.956,60	4.134,49

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASS

Julio Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017  
Entidade: QIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.400,00</b>	<b>38.801,92</b>	<b>104.002,64</b>	<b>72.475,91</b>	<b>81.387,85</b>	<b>58.858,80</b>	<b>45.839,80</b>	<b>62.903,80</b>	<b>85.802,02</b>	<b>68.550,00</b>	<b>62.150,00</b>	<b>65.050,00</b>	<b>747.202,74</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.T.E.I.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.U.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	43.725,00	58.575,00	82.947,22	68.200,00	62.150,00	64.350,00	713.522,22
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	38.101,00	95.274,00	71.775,00	74.525,00	53.900,00	43.725,00	58.575,00	82.947,22	68.200,00	62.150,00	64.350,00	713.522,22
Transferências de LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de LC 87/1966	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.400,00	700,92	8.728,64	700,91	6.842,85	4.958,80	2.114,80	4.328,80	2.854,80	350,00	0,00	700,00	33.680,52
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)</b>	<b>1.400,00</b>	<b>38.801,92</b>	<b>104.002,64</b>	<b>72.475,91</b>	<b>81.387,85</b>	<b>58.858,80</b>	<b>45.839,80</b>	<b>62.903,80</b>	<b>85.802,02</b>	<b>68.550,00</b>	<b>62.150,00</b>	<b>65.050,00</b>	<b>747.202,74</b>

FONTE  
 Turvo, 16/01/2018  
 TIAGO ZILLI  
 Presidente do QIASS  
 JUIR ANTONIO ROVERIS  
 Contador  
 NESTOR RECO  
 Responsável pelo Controle Interno





Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CIASS - CONSORCIO INTER. DE ASS. SOCIAL E SAUDE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Out 2017 (B)	Em 31 Dez 2017 (C)
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	43.916,45	23.759,93	9.775,79
Disponibilidade de Caixa	43.916,45	23.759,93	9.775,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	43.916,45	36.956,03	9.775,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	13.196,10	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Dez 2017 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASS

Juir Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsavel pelo Controle Interno



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>747.202,74</b>	<b>642.129,25</b>
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	696.300,00	713.522,22	633.000,00
F.P.M.	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A.	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	696.300,00	713.522,22	633.000,00
Demais Receitas Correntes	0,00	33.680,52	9.129,25
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	33.680,52	9.129,25
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>696.300,00</b>	<b>747.202,74</b>	<b>642.129,25</b>



Município de Turvo - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>806.300,00</b>	<b>780.285,39</b>	<b>725.374,65</b>	<b>776.150,90</b>	<b>725.374,65</b>	<b>4.134,49</b>	<b>0,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	530.000,00	528.463,13	463.268,06	528.463,13	463.268,06	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	276.300,00	251.822,26	262.106,59	247.687,77	262.106,59	4.134,49	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>806.300,00</b>	<b>780.285,39</b>	<b>725.374,65</b>	<b>776.150,90</b>	<b>725.374,65</b>	<b>4.134,49</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>10.000,00</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	10.000,00	5.192,50	44.603,90	5.192,50	44.603,90	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>10.000,00</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>	<b>5.192,50</b>	<b>44.603,90</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>816.300,00</b>	<b>785.477,89</b>	<b>769.978,55</b>	<b>781.343,40</b>	<b>769.978,55</b>	<b>4.134,49</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-120.000,00</b>	<b>-38.275,15</b>	<b>-127.849,30</b>	<b>-34.140,66</b>	<b>-127.849,30</b>	<b>743.068,25</b>	<b>642.129,25</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>						0,00	

FONTE:

Turvo, 16/01/2018

TIAGO ZILLI  
Presidente do CIASS

Juiz Antonio Rovaris  
Contador

Nestor Reco  
Responsável pelo Controle Interno







**CIRSURES****RETIFICAÇÃO DA ATA 4ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CIRSURES -2017**

Publicação Nº 1493254

**Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária CIRSURES 2017**

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às 14 horas, reuniram-se nas dependências da sede operacional do CIRSURES, auditório Luiz Mafioletti, localizada na Rodovia UR 06, s/n, Bairro Rio Carvão, Urussanga/SC, os representantes dos municípios que integram Consórcio, juntamente com a equipe técnica do mesmo. Estiveram presentes os senhores Hélio Roberto Cesa, presidente do CIRSURES e prefeito de Siderópolis, Ademir Magagnin, prefeito de Cocal do Sul, Jaimir Comin, prefeito de Treviso, Agenor Coral, prefeito de Morro da Fumaça, Luiz Gustavo Cancelier, prefeito de Urussanga, o gerente geral do CIRSURES, Thiago Maragno Biava, o gerente de projetos Lindomar Caciatore Junior e o assessor jurídico Luciano Giordani Schimidtz. Havendo quórum regimental, o presidente deu início aos trabalhos saudando os presentes e passando a palavra ao gerente Thiago Maragno Biava, que tratou do primeiro assunto da pauta, a situação financeira atual. O gerente ressaltou que as contas seguem positivas, com a correta adimplência dos consorciados, sendo que, ao final do ano, haverá uma sobra de caixa de aproximadamente R\$ 350 mil. Encerrada a explanação sobre as contas da entidade, passou-se a discutir a questão da aquisição da usina de massa asfáltica, sendo necessário, para tanto, a aprovação, da reforma estatutária, por todas as Câmaras de Vereadores, sendo decidido também que na próxima reunião entrara em pauta o assunto do rateio e divisão dos custos para compra da usina de asfalto e equipamentos. Verificou-se que os municípios de Lauro Müller, Urussanga e Treviso ainda não aprovaram por lei a reforma do Estatuto, sendo que os prefeitos destes municípios comprometeram-se em empenhar-se para viabilizar a votação e aprovação das mesmas. Encerrado este assunto, o presidente pediu a inclusão na pauta de discussão sobre a assessoria jurídica do CIRSURES. Após ampla discussão, decidiu-se revogar a decisão tomada na Assembleia anterior, no sentido de exonerar o assessor empregado e contratar a prestação de serviços junto a escritórios de advocacia, sem vínculo de emprego. Decidiu-se pela manutenção do assessor jurídico Luciano Giordani Schimidtz, bem como pela elaboração de contrato de tele-trabalho, de modo que o assessor possa prestar serviços de seu escritório sem a necessidade de cumprimento de expediente nas dependências do Consórcio. Logo em seguida, entrou-se nos assuntos gerais da pauta, e foram assinados entre o Consórcio e os consorciados os contratos de prestação de serviço para 2018, tanto de disposição final de resíduos sólidos urbanos quanto de coleta seletiva. Também restou decidida a realização de Assembleia Geral Extraordinária no dia 09 de janeiro de 2018, às 14:00 horas, para a realização da eleição de presidente, vice-presidente e conselho fiscal. Em seguida, o gerente retomou a palavra, relatou sobre um Termo de Embargo/Auto de Infração aplicado pela Polícia Ambiental ao CIRSURES devido ao entendimento, do órgão policial, de que o aterro estaria recebendo mais resíduos diários do que o permitido pela Licença Ambiental. Afirmou o gerente que as medidas para a defesa administrativa já estão sendo tomadas. Por fim, novamente alertou aos prefeitos sobre a vida útil do aterro, que é de apenas mais dois anos, e solicitou empenho na busca por verbas a fim de realizar nova ampliação. Esgotada a pauta, o presidente retomou a palavra e, não havendo mais quem quisesse se manifestar, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião e determinou ao assessor jurídico que lavrasse a presente ata, a qual segue assinada por todos os presentes.

Hélio Roberto Cesa  
Presidente do CIRSURES  
Prefeito de Siderópolis

Agenor Coral  
Vice-presidente do CIRSURES  
Prefeito de de Morro da Fumaça

Ademir Magagnin  
Prefeito de Cocal do Sul

Luiz Gustavo Cancelier  
Prefeito de Urussanga

Thiago Maragno Biava  
Gerente Geral do CIRSURES

Luciano Giordani Schimidtz  
Assessor Jurídico

Jaimir Comin  
Prefeito de Treviso

Lindomar Caciatore Junior  
Gerente de Projetos do CIRSURES